



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Daniel Soares Rumbelsperger Rodrigues

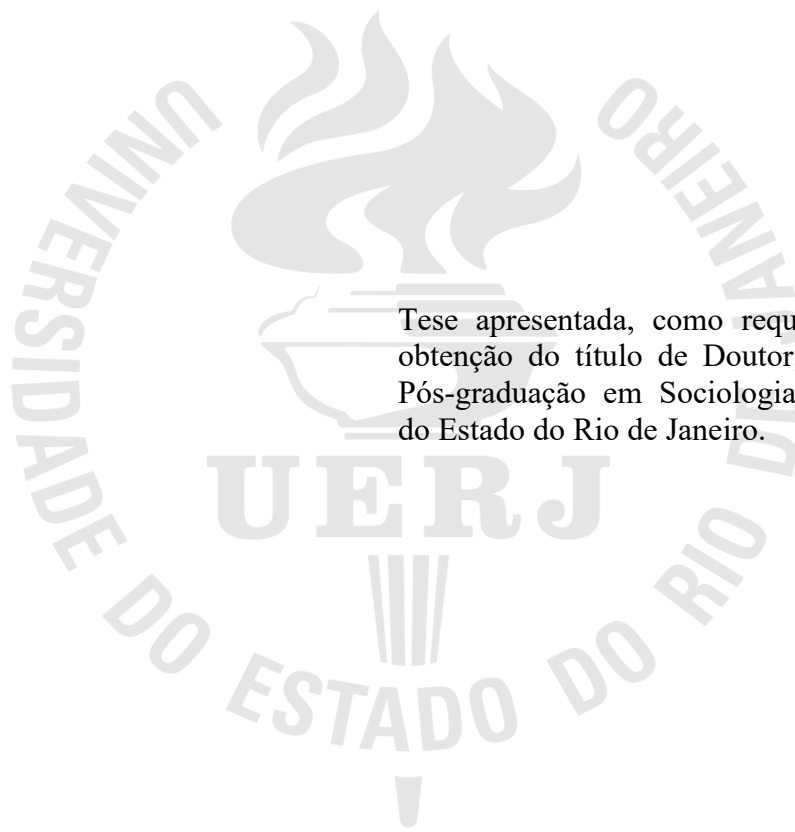
**A configuração da informalidade nas margens do Estado: um estudo sobre
a trajetória de comerciantes em favelas “pacificadas”**

Rio de Janeiro

2018

Daniel Soares Rumbelsperger Rodrigues

A configuração da *informalidade* nas margens do Estado: um estudo sobre a trajetória de comerciantes em favelas “pacificadas”



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Adalberto Moreira Cardoso

Rio de Janeiro

2018

CATALOGAÇÃO NA FONTE

UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/D - IESP

R696 Rodrigues, Daniel Soares Rumbelsperger.

A configuração da informalidade nas margens do Estado: um estudo sobre a trajetória de comerciantes em favelas “pacificadas” / Daniel Soares Rumbelsperger Rodrigues. – 2018.

415 f : il.

Orientador: Adalberto Moreira Cardoso.

Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos.

1. Favelas - Aspectos sociológicos - Teses. 2. Setor informal (Economia) - Teses. 3. Trabalhadores autônomos - Teses. I. Cardoso, Adalberto Moreira. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. III. Título.

CDU 333.326

Albert Vaz CRB-7 / 6033 - Bibliotecário responsável pela elaboração da ficha catalográfica.

Autorizo para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Daniel Soares Rumbelsperger Rodrigues

A configuração da informalidade nas margens do Estado: um estudo sobre as trajetórias de comerciantes em favelas “pacificadas”

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-graduação em Sociologia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovado em 22 de junho de 2018.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Adalberto Moreira Cardoso (Orientador)
Instituto de Estudos Sociais e Políticos – UERJ

Prof^a. Dr^a. Marcia da Silva Pereira Leite
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

Prof. Dr. Daniel Veloso Hirata
Universidade Federal Fluminense

Prof^a. Dr^a. Mariana Cavalcanti Rocha dos Santos
Instituto de Estudos Sociais e Políticos – UERJ

Prof. Dr. Luiz Antonio Machado da Silva
Instituto de Estudos Sociais e Políticos – UERJ

Rio de Janeiro

2018

DEDICATÓRIA

À Marielle Franco, que dedicou a vida à luta por uma cidade mais justa.

AGRADECIMENTOS

Essa tese é a conclusão de um ciclo. Um ciclo de formação que, após a graduação, se iniciou em 2012, quando entrei no mestrado do antigo IUPERJ-UCAM, depois transformado em IESP-UERJ. Agradeço, assim, ao Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro pelas condições de trabalho proporcionadas e pelo ambiente acolhedor e de alto nível profissional.

Agradeço enormemente aos meus interlocutores de campo, sem os quais a pesquisa não poderia ter sido realizada. Evito citá-los nominalmente para preservar suas identidades e locais de moradia dos locais e das pessoas. A acolhida que recebi e os aprendizados que pude construir são inestimáveis, sendo difícil encontrar as palavras para agradecer pela disponibilidade e abertura para compartilhar comigo suas experiências e suas trajetórias.

Agradeço ao CNPq pelo financiamento da pesquisa através da bolsa de doutorado.

Agradeço imensamente ao professor Adalberto Cardoso pela orientação rigorosa e cuidadosa, pelo exemplo constante de trabalho sério e vocacionado, pela interlocução e pelas disciplinas que tive oportunidade de cursar ao longo dos anos. Expresso igualmente os agradecimentos aos colegas de NUPET-IESP (Núcleo de Pesquisas e Estudos do Trabalho) que contribuíram decisivamente para o desenvolvimento do trabalho através das críticas e debates em nossos encontros e reuniões: Jana Martins Leal, André Carvalho, Thiago Brandão, Tomas Garcia, Alexander Englander, Míriam Starosky, Jefferson Belarmino de Freitas e Pedro Cazes; um agradecimento especial à Cecília Soares pela competente e cuidadosa revisão e formatação e a Julian Gindin pela acolhida em sua casa num momento crucial. Agradeço igualmente a Bruno Coutinho pela interlocução e a Rachel Barros, Thiago Matioli e Maria Isabel Macdowell Couto pelas parcerias e escritas e reflexões em conjunto.

Agradeço profundamente ao professor Luiz Antonio Machado da Silva pela interlocução estimulante e indispensável ao longo desses anos – sobretudo nas disciplinas que tive oportunidade de cursar – e pelo aceite em ser o suplente da banca de defesa.

Agradeço muito especialmente ao professor Fernando Rabossi por ter aceitado participar da banca e pela contribuição desde a qualificação do projeto de tese; agradeço igualmente à professora Marcia Leite (referência central do campo de estudos no qual se insere esse trabalho), ao professor Daniel Hirata e à professora Mariana Cavalcanti por aceitarem participar da banca.

Agradeço à Fernanda Pernasetti pelo companheirismo, pela amizade, pelo amor de irmã e pela leitura atenta dos capítulos da tese. Ao Fernando Sousa, amigo e irmão que a vida me deu, pessoa fundamental na minha vida! À Gabriela Machado, pela presença, parceria e irmandade. Ao Enzo Hildebrand, primo e irmão do coração. Às Carmens (Lúcia e Teresa) pelo amor e pela presença. Aos parceiros de Quiprocó, Wilson e Pacheco, pela parceria e pelo fortalecimento. À Dayse Pernasetti, pelo apoio de toda hora. Aos companheiros e amigos de jornada e do coração: Gabriel Barbosa, Igor Pantoja, Thales Vieira, Henrique Silveira, Eduardo Alencar, Bernardo Molina, Luiggia Girard, Victor Torres Rangel, Fred Graniço, Pedro Campeão, Davi Cigano, Flavia Reis, Prego, Igor Maca, Fred Maca, Girlene, Renatinha, Hugo Agostinho, Vinícius Agostinho, Yolanda Ribeiro, Juju e Suellen Salih. À Bruninha Ribeiro, pela disponibilidade e pelo carinho. Ao Dario Alves Teixeira Filho, mestre e amigo. Ao Carlos Pinho, pelo apoio na reta final. Às minhas afilhadas Suellen, Maria Clara e Victoria, presentes que o destino me deu; ao camarada Siri, com grande admiração.

Às irmãs e amigas de fé: Ana Lu, Julia Zanetti, Vanessa Leite e Dani. Amo vocês!

Por fim, agradeço à minha mãe Janice Soares, cujo apoio, auxílio e amor incondicionais me possibilitaram chegar até aqui; seu exemplo de professora comprometida, dedicada e vocacionada é uma inspiração constante para mim. À minha irmã Flora Soares Rumbelsperger Rodrigues, tesouro e amor da minha vida. À minha irmã amada, Haluiry. Ao meu irmão, Maxi Damian, pela parceria, pelo amor, pelo companheirismo incomparáveis.

RESUMO

RODRIGUES, Daniel Soares Rumbelsperger. *A configuração da informalidade nas margens do Estado*: um estudo sobre as trajetórias de comerciantes em favelas “pacificadas”. 415 f. 2018. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

A tese se situa na interseção de duas tradições de pesquisa consolidadas no Brasil: uma sociologia urbana voltada para discussão sobre o fenômeno das favelas e uma sociologia do trabalho voltada para o tema da informalidade. Nesse sentido, investiga a trajetória de comerciantes sediados em favelas “pacificadas”. Nesse intuito, a tese desenvolve dois argumentos correlatos; em primeiro lugar, a partir da já clássica perspectiva de Veena Das e Deborah Poole (2004) avançada em *Anthropology in the margins of the State*, entende a história (atual inclusive) das favelas cariocas como a história da produção de uma específica marginalidade urbana; em segundo lugar, sustenta, com Cardoso (2013, 2014), um conceito de informalidade que procura superar sua dicotomia implícita e estabelecer uma perspectiva original para o que se chamava de “setor informal urbano”. Em ambos os casos, trata-se de fazer uma história: de uma realidade urbana e de um tópico de debate público, por um lado, e de uma questão acadêmica com profundas vinculações com “problemas sociais” considerados típicos do que Celso Furtado chamava de “economias subdesenvolvidas”, por outro. Ademais, a tese discute o significado histórico da categoria “conta própria” (como forma ocupacional) no Brasil e alguns de seus traços constitutivos, traçando um painel da estruturação do mercado de trabalho brasileiro a partir – sobretudo – da releitura de Cardoso (2010) do célebre conceito de *cidadania regulada* de Wanderley Guilherme dos Santos. A partir dessas perspectivas, a tese percorre a trajetória de 4 trabalhadores por conta própria cujos estabelecimentos comerciais estão sediados em favelas “pacificadas”, com o que procura contribuir para a interpretação sociológica do fenômeno da “pacificação” de favelas no Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Favelas. “Pacificação”. Margens do Estado. Informalidade. Conta-própria.

ABSTRACT

RODRIGUES, Daniel Soares Rumbelsperger. *The configuration of informality in the margins of the State: a study on the trajectories of tradesmen in “pacified” favelas*. 415 f. 2018. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

This thesis lies at the intersection of two solid research traditions in Brazil: an urban sociology focused on the favela’s phenomenon and a sociology of work focused on the informality theme. In this direction, investigates the pathway of tradesmen based in favelas “pacificadas”. With this intention, the thesis develops two related arguments; first of all, from de already classic perspective of Veena Das e Deborah Poole (2004) developed in “Anthropology in the margins of the State”, understands the favela’s history (even current history) in Rio de Janeiro as a history of the production of an specific urban marginality; secondly, supports a concept of informality that seeks to overcome its implicit dichotomy and establish an original perspective for what was called as “informal urban sector”. In both cases, it lies on creating a history: in one hand, the urban reality and a public debate topic, and in the other hand, an academic matter with deep entailment with “social problems” considered typical of what Celso Furtado called “underdeveloped economys”. Furthermore, the thesis discuss the historical meaning of the cathegory “by your own” (as an occupational form) in Brazil and some of its constitutive features, outlining a panel of the brazilian job market’s structuring from – above all – the rereading of Cardoso (2010) on the renowned concept of regulated citizenship from Wanderley Guilherme dos Santos. From this perspectives, the thesis goes through the pathway of four (4) self-employed person whose business establishment are based on favelas “pacificadas”, with which it seeks to contribute to the sociological interpretation of the “pacification” phenomenon in Rio de Janeiro’s favelas.

Keywords: Favelas. “Pacification”. Margins of the State. Informality. Self-employment.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. DAS FAVELAS CARIOCAS COMO OBJETO DE ESTUDO ACADÊMICO	17
2. O ESTADO E SUAS MARGENS: UM MARCO TEÓRICO PARA O ESTUDO DAS FAVELAS	27
3. DAS FAVELAS CARIOCAS COMO MARGENS DO ESTADO: TRAÇOS HISTÓRICOS E ATUAIS	54
3.1 As favelas e os favelados no centro da modernização conservadora	54
3.2 O binômio Remoção/Urbanização e as dinâmicas de lutas e negociações	59
3.2.1 Surgimento e expansão das favelas: do século XIX a 1930	59
3.2.1.1 De uma margem à outra: dos cortiços às favelas.....	59
3.2.1.2 Expansão inicial e o surgimento do “problema da favela”.....	73
3.2.2 As favelas na Era Vargas (1930-1945).....	105
3.2.3 A permanência do “problema da favela”.....	111
3.3 Violência urbana, criminalidade e policiamento: a vida sob cerco	118
3.3.1 Da “sociabilidade violenta” à “socialidade criminal”.	118
3.3.2 As configurações das UPPs	135
3.3.2.1 Dados e representações oficiais sobre a “pacificação”	135
3.3.2.2 Um cerco reconfigurado e o declínio do projeto das UPPs.....	146
3.3.2.2.1 A dinâmica da organização de “eventos” – a atuação da polícia	149
4. DA INFORMALIDADE: HISTÓRICO E ALTERNATIVA TEÓRICA	179
4.1 Introdução	179
4.2 A economia do desenvolvimento: contexto, teses centrais e a contribuição da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) a partir de Celso Furtado	180
4.3 O Programa Mundial do Emprego, Keith Hart e a missão da OIT no Quênia	196
4.4 A radicalização do “informal” como “solução”: Hernando de Soto e o Instituto Libertad y Democracia (ILD)	213
4.5 A informalidade como forma social do trabalho	237
5. CIDADANIA REGULADA E UTOPIA BRASILEIRA: ASPECTOS DA ESTRUTURAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL	249

6. OS TRABALHADORES POR CONTA PRÓPRIA: FORMA OCUPACIONAL E INDICADORES GERAIS	262
6.1 O Censo de Empreendimentos Econômicos da Maré.	274
7 TRAJETÓRIAS DE COMERCIANTES EM ÁREAS DE FAVELAS “PACIFICADAS”	278
7.1 O caso de Rômulo: migrar pra botar um comércio	278
7.2 O caso de Leandro: de tendeiro a dono de bar	318
7.2.1 Introdução	318
7.3 O caso de Miguel: depois desse baque nada mais me abala	353
7.3.1 Introdução	353
7.4 O caso de Rodrigo: minha mãe e meu pai criou os filhos tudo com dinheiro do bar e tudo que eu fiz na minha vida também foi com dinheiro de bar	365
7.4.1 Introdução	365
7.4.2 Conteúdo da entrevista	366
CONSIDERAÇÕES FINAIS OU A <i>INFORMALIDADE NAS MARGENS DO ESTADO</i>	393
REFERÊNCIAS	36608
ANEXO – Roteiro de entrevista com os comerciantes	415

INTRODUÇÃO

Essa tese é dividida em três partes. A primeira pretende defender a perspectiva das margens do Estado (DAS e POOLE, 2004) para interpretar sociologicamente a história das favelas cariocas (o projeto de “pacificação” incluso). A segunda traça o histórico do debate sobre a “informalidade” para defender, fundamentalmente a partir de Cardoso (2013, 2014), um conceito que, superando uma dicotomia simplista entre “formal” e “informal”, apreenda a informalidade como “forma social do trabalho”, isto é, como configuração (particularmente presente no estrato ocupacional dos “conta própria”) que instancia determinados mecanismos gerais de coordenação das relações econômicas. Por fim, a partir de dados sobre aquele estrato ocupacional e a partir da ideia de *margens* tanto quanto de *informalidade* como configuração social (e não como setor), a tese discute trajetórias de comerciantes em favelas “pacificadas”.

Como usualmente ocorre, a tese é resultado de um percurso de construção do problema e de perseguição de seus resultados. A ideia inicial era produzir, a partir de uma etnografia em um local específico, a favela Horizonte¹, uma interpretação do projeto das UPPs a partir de três eixos: organização de festas e eventos culturais por grupos de jovens, política e associativismo (analisando os papéis locais das associações de moradores e de organizações que assemelhavam-se a organizações não governamentais ou ONGs) e atividades comerciais de trabalhadores por conta própria com estabelecimentos sediados na favela.

Minha porta de entrada para esse projeto foi o trabalho no programa UPP Social, cuja análise a partir de comparação com outro programa de governo (o Serfha) empreendi em Rodrigues (2016). Como foi a partir dessa experiência que realizei minha “entrada no campo” e conheci os interlocutores que tornaram possível essa pesquisa (inclusive os próprios comerciantes), vale discorrer um pouco sobre a natureza do trabalho do UPP Social e de que forma ele me posicionou no trabalho de campo realizado.

Entrei no programa em fevereiro de 2012, ingressando no doutorado no início do ano

¹ A fim de preservar as identidades dos interlocutores, todos os nomes aqui utilizados (dos espaços e das pessoas) são fictícios.

seguinte; minha experiência no programa acabando em julho de 2013, realizei meu trabalho de campo com a dupla inscrição de pesquisador e gestor por pelo menos seis meses. Obedecendo à linguagem da violência urbana², o programa insere-se na lógica do enquadramento que “inventa” (VALLADARES, 2005) as favelas como territórios especificamente violentos – evidência disso é que o programa é recorrentemente chamado (por quem trabalhou nele ou não) de *a* UPP Social – e não *o* UPP Social. Ele foi idealizado na esteira do “experimento” (RODRIGUES; SIQUEIRA, 2012) da “pacificação”, com o objetivo de consolidá-lo e, portanto, partilha daquele discurso segundo o qual a cidade está *partida*, necessitando de políticas de *integração*:

“A missão é, a partir da UPP social, quebrar a ideia de apartação, de cidade partida do (jornalista) Zuenir (Ventura) e, até 2016 (a gente fixou uma data simbólica), ter uma cidade integrada. Mas isso não significa resolver todos os problemas. O marco de seis anos tem a ver com dois processos: o mapa da pacificação, até 2014, mais dois anos de intervalo e as Olimpíadas.”³

O programa surge na Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro (SEASDH) a partir da gestão do economista Ricardo Henriques, que se inicia em abril de 2010, quando começa um período de elaboração e idealização do programa; segundo o próprio Henriques, em entrevista realizada em junho de 2012,

“de abril até agosto [de 2010], fizemos um ‘mergulho’, dialogando com vários interlocutores. Conversamos com pessoas da área de segurança pública, de direitos humanos e de política social *strictu sensu*, além das equipes técnicas das secretarias. Dialogamos com pesquisadores, gestores, militantes, lideranças comunitárias, empresários. Fizemos um investimento inicial para sair do caminho óbvio, das respostas acomodadas à superfície do desafio. Nosso objetivo era desenhar uma estratégia que conjugasse propostas para enfrentar um histórico desastroso de 20, 30 anos de controle territorial armado e muita violência; e, ao mesmo tempo, construir uma plataforma para a realização de uma agenda mais elaborada que enfrentasse a cultura de fragmentação e sobreposição das intervenções públicas. Uma proposta que fosse mais do que simplesmente dizer: dado que temos a paz, agora vamos fazer mais do mesmo. Não tinha sentido fazer *business as usual*” (HENRIQUES, 2012, p.147).

Mas, em dezembro de 2010, em razão de articulações políticas típicas de um ano eleitoral, assume a SEASDH o então (reeleito) deputado estadual (pelo Partido dos Trabalhadores – PT) Rodrigo Neves. O programa UPP Social, então, transfere-se para o Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP), cujo posto de presidente foi ocupado pelo mesmo Ricardo Henriques até julho de 2012, quando cede o lugar à também economista e então Secretária Municipal de Fazenda do Rio de Janeiro, Eduarda La Rocque. Saindo da SEASDH, Henriques “cai pra cima”, já que, sem dúvida, “o desenho correto para a UPP

² Conceito discutido na seção 3.3.1 desta tese.

³ Cf. entrevista cedida por Ricardo Henriques em <http://oglobo.globo.com/rio/apos-pacificacao-upp-social-a-aposta-do-secretario-estadual-de-assistencia-social-para-2938187>. Último acesso em 05/01/2015.

Social é mesmo estar na prefeitura” (HENRIQUES, 2012, p.156).

A arquitetura institucional interna do programa, à época que dele participei, compunha-se de três gerências: gestão territorial (GT), gestão institucional (GI) e gestão de informações (GInfo), todas hierarquicamente inferiores à direção do programa, em primeiro lugar, e à presidência do IPP, em segundo lugar. A gestão de informação se voltava para a sistematização dos dados, informações, mapas e serviços públicos relativos a cada território abarcado pelo programa; a gestão institucional fazia um trabalho de interlocução com as diversas secretarias do município, a fim de encaminhar demandas coletadas no campo e tentar construir pactos (ou acordos) de gestão para solucionar gargalos da atuação municipal nas áreas de favelas. Por fim, as equipes de campo, pertencentes à gestão territorial (setor do programa no qual tive minha experiência de trabalho), ficavam encarregadas do contato direto e contínuo com as áreas sob sua responsabilidade, constituindo-se, assim, no pilar mais central da engenharia proposta pelo UPP Social. Cada equipe de campo era responsável pela gestão territorial do programa em determinado número de áreas de UPP⁴. Todas se compunham por um gestor local e um, dois ou três assistentes locais (a depender do tamanho da área em que a equipe trabalhava), além de “agentes de campo” (moradores das favelas em que suas atividades eram realizadas) contratados para facilitar a “entrada” do programa. A minha experiência de trabalho deu-se como assistente local e, posteriormente, como gestor local.

A atividade que inaugura o UPP Social no seu determinado perímetro de atuação é a realização do “Fórum UPP Social”. O período que antecede esse momento – chamado de “pré-implantação” – é aquele em que a equipe põe-se em campo para divulgar o programa, conhecer as particularidades e setores organizados (associações de moradores, ONGs, Igrejas, bares, projetos sociais, etc.) das favelas em questão e começar o trabalho de encaminhamento de demandas. A proposta do “Fórum” era produzir um espaço de apresentação formal do programa à população local, da equipe de coordenação do UPP Social e da equipe de campo; compondo a mesa (simbólica) do evento, se fazem presentes o presidente do IPP, gestores públicos de diversas secretarias do poder público municipal (selecionados de acordo com o diagnóstico feito na pré-implantação), o comandante da UPP (e, eventualmente, o

⁴ Uma delas, por exemplo, ficava responsável pelas UPP Fallet-Fogueteiro/Coroa, UPP Escondidinho-Prazeres e UPP São Carlos; outra trabalhava nas UPPs Santa Marta e Chapéu-Mangueira/Babilônia; outra era responsável pelas UPPs Cidade de Deus e Batan e assim por diante.

coordenador geral das UPPs) e os presidentes das associações de moradores locais – a participação deles aqui, é entendida pelos formuladores do programa como expressão da sua proposta maior de produzir um diálogo horizontal com a população atendida.

Na prática concreta das equipes de campo, destacava-se, em primeiro lugar, que elas não possuíam, por um pressuposto de sua própria atividade, base fixa nos territórios. Isso porque a ideia-base era a de que os integrantes das equipes conhecessem (o máximo possível) a geografia física e política das favelas em que atuavam, sabendo exatamente quais equipamentos públicos existem e qual a sua rotina (e quem são e como trabalham seus gestores), quais são as principais lideranças e instituições locais (quais são os setores organizados do tecido associativo local), quais reuniões ocorrem e com que frequência (e participem delas), quais as principais localidades das favelas, onde estão concentrados os principais problemas sociais e urbanísticos, como é a relação da UPP com a favela, quem é seu comandante, quais reuniões realiza etc.

Como parte da Gestão Territorial do programa, a atividade consistia fundamentalmente em *estar em campo*⁵, e como os gestores e assistentes territoriais do programa éramos sempre (ou quase sempre) pessoas de fora da favela (isto é, não moradoras), havia um trabalho inicial que era o de se apresentar às pessoas (e em instituições e espaços) importantes da vida local (associações de moradores, redes locais, Ongs, igrejas, equipamentos públicos, etc.). Nesse momento, sobretudo na interlocução com moradores e lideranças, o esforço inicial (e constante – que nunca chegava a termo) era o de se dissociar da UPP, numa espécie de “limpeza simbólica”⁶. Diante de pessoas que se apresentavam como do “UPP Social”, a reação imediata da totalidade dos moradores e lideranças era achar que aqueles representantes municipais eram, *na verdade*, policiais – até porque a outra sigla que nos identificava, “IPP”, constantemente dava margens a mal-entendidos. Assim, com exceção de algumas pessoas (geralmente líderes mais destacados e ativos da vida associativa local) que entendiam a proposta do programa e construíam parcerias com seus representantes, a maioria dos

⁵ As “tarefas de escritório” também não eram poucas e envolviam a produção e atualização de diversos produtos e relatórios, como listas de contatos, de Ongs e instituições atuantes nas favelas. Além disso, tratava-se também de alimentar planilhas *online* construídas para imputação de demandas identificadas no território e produzir, depois de feito o trabalho em campo, um detalhado mapeamento urbanístico das favelas através de uma metodologia conhecida no programa como MRP (Mapa Rápido Participativo).

⁶ Com base na minha experiência no programa, esse esforço de diferenciação entre UPP e UPP Social era generalizado, e tanto mais forte quanto mais conflitos tivessem existido (e ainda existiam) entre policiais e traficantes.

moradores em geral confundiam os que se apresentam como do UPP Social com policiais ou, ao menos, tinha dúvidas sobre a sua “verdadeira identidade”. Já aquelas primeiras enxergavam os membros do UPP Social como vias em potencial de encaminhamento e resolução de demandas clássicas da área (acúmulo de lixo, áreas de risco, reforma de praças, quadras e campos, saneamento básico, iluminação pública etc.) e também como parceiros que poderiam, de alguma forma, ajudar a construir agendas em conjunto (como mobilizar para reuniões, propor ações intersetoriais com gestores públicos da ponta, etc⁷).

No geral, portanto, os membros das equipes de campo éramos vistos como parceiros em potencial, que poderiam “ajudar com alguma coisa de alguma maneira” – ou com alguma desconfiança sobre nossa “verdadeira identidade”. Não é nada desprezível, também, o fato de que acabei construindo relações pessoais e de confiança com determinadas pessoas, o que ultrapassou os limites da pura e instrumental relação profissional.

Foi ocupando um lugar ambíguo, portanto, que dei início ao trabalho de campo na favela Horizonte. Não tendo um papel ou uma função definidos com contornos claros e nítidos, minha identidade na interação com nossos interlocutores foi, portanto, bastante ambivalente. Ao longo do tempo, à medida em que participava mais fortemente da rotina da favela, passei a ser visto mais exclusivamente como pesquisador.

Na qualidade de pesquisador interessado em aspectos tão amplos e diversificados da vida local (política, organização de festas, estabelecimentos comerciais, UPP...), participava de diversas reuniões e atividades. A partir da entrada pelo UPP Social, consegui uma boa circulação pelos espaços da favela, participando de reuniões e eventos organizados por diferentes setores da vida associativa local: ONGs, associações de moradores, equipamentos públicos (de saúde e educação, sobretudo), UPP, grupos de turismo, etc. Assim, passei, de certa forma, a ajudar diferentes atores a preparar atas, redigir documentos, produzir

⁷ Essa iniciativa de proposição de ações intersetoriais com gestores públicos que atuam na “ponta” (no território diretamente e, portanto, com conhecimento sobre os problemas concretos acerca do funcionamento do serviço público prestado) tomava boa parte do tempo das equipes de campo e acabou recebendo alcunha, dentro do programa, de *governança local*. A ideia era a de conhecer os trabalhos daqueles gestores e atores outros (Clínica da Família, CRAS, CREAS, Comlurb, CEDAE, Mulheres da Paz, Protejo, Projovem, Escola, Creche, etc.) e propor ações conjuntas e intersetoriais (pontuais ou continuadas) na “ponta”; na verdade, essa acabou sendo uma estratégia, construída na prática pelas equipes de campo, para lidar com o fato de que os encaminhamentos via Gestão Institucional das demandas coletadas no campo e as tentativas de produzir acordos e pactos de gestão (setoriais e intersetoriais) no âmbito das próprias secretarias municipais simplesmente não estavam dando certo. E estar no cotidiano das favelas apenas construindo relatórios e levantando demandas e produzindo mapeamentos urbanísticos sem nunca conseguir uma resolução concreta e de porte para os problemas observados começa a gerar insatisfação e descontentamento nos interlocutores, esgarçando as relações.

mapeamentos e trabalhos assemelhados.

Logo percebi que realizar uma pesquisa abrangendo aqueles três eixos estaria além das minhas capacidades, de modo que delimito o objeto da pesquisa aos estabelecimentos comerciais orientado pelas seguintes questões: o que significa ser comerciante na favela? Qual o lugar da UPP na conformação da rotina do comércio? Qual a influência do tráfico de drogas nessa mesma rotina? Em que medida a experiência da “pacificação” altera a “vida sob cerco” (MACHADO DA SILVA, 2008) do ponto de vista dos comerciantes locais? Como o conceito de “informalidade” ou de “trabalhador por conta própria” pode ser mobilizado para dar conta dessa realidade?

Nesse intento, também expandi o escopo empírico da pesquisa, que deixou de centrar-se na favela Horizonte em particular, de modo que passei a realizar entrevistas semi-estruturadas com comerciantes em favelas com UPP de diferentes regiões da cidade; e, para isso, recorri aos contatos estabelecidos quando da época de trabalho no UPP Social. Realizei 10 entrevistas em diversas favelas (nas quais trabalhei como representante do programa) das zonas Norte, Central e Sul da cidade. Com o material acumulado, e em função da repetição dos casos, delimito a tese a 4 casos específicos: Rômulo, Miguel, Leandro e Rodrigo – os três primeiros comerciantes na favela Horizonte. Fiz a escolha, portanto, de explorar a riqueza dos casos individuais ao invés de multiplicar os exemplos (que, ao fim e ao cabo, se mostraram repetitivos em suas experiências). As entrevistas foram todas realizadas nos estabelecimentos comerciais de meus interlocutores; para realizá-las, contudo, fiz duas ou três visitas anteriores para explicar os objetivos da pesquisa, apresentar-me exclusivamente como pesquisador e levantar informações iniciais que orientaram a realização das entrevistas em profundidade posteriormente realizadas.

A tese conta com 7 capítulos – para além dessa introdução e das considerações finais – distribuídos em 3 partes. No primeiro capítulo, sobretudo a partir de um debate com *A invenção da favela* (VALLADARES, 2005), discuto a constituição da favela como objeto de estudo acadêmico. No segundo, discuto o conceito de *margens do Estado* (DAS e POOLE, 2004) enquanto um enquadramento teórico extremamente pertinente para o tratamento teórico e empírico da história (atual inclusive) das favelas cariocas.

No terceiro capítulo, procuro defender essa tese (das favelas enquanto margens do Estado) em três eixos, em três seções diferentes: em primeiro lugar, a partir da *crítica da razão dualista* (OLIVEIRA, 1972), argumentando que as favelas e os favelados estiveram no

centro da viabilização da modernização conservadora que constituiu o processo de expansão capitalista no Brasil – e isso apesar dos esforços oficiais (tanto da iniciativa privada quanto do Estado) em contrário, isto é, voltados para a erradicação desses espaços e dessas pessoas, esforços esses que são discutidos na segunda seção do capítulo 3. Nessa seção, discuto o surgimento e a permanência do “problema da favela” – e, antes, do cortiço – ao longo da história: desde o século XIX até fins da ditadura militar. Na terceira seção do capítulo, discuto a temática da “violência urbana” a fim de avançar a ideia de que a “vida sob cerco”, reconfigurada (mas, não eliminada) com o experimento das UPPs, expressa mais um capítulo da histórica constituição das favelas enquanto margens do Estado.

O capítulo 4, que dá início à segunda parte da tese, divide-se em 4 diferentes seções. Na primeira, reconstruo o debate cepalino em torno do desenvolvimento nacional a partir da obra de Celso Furtado; com isso, mostro o contexto do qual surgiu o conceito de informalidade, definido inicialmente como “setor informal urbano” – tema da segunda seção do capítulo. A terceira seção trata da abordagem do “informal” como “solução” dos problemas de desenvolvimento dos países da periferia do capitalismo mundial, abordagem esta que encontramos em “estado puro” (por assim dizer) na obra de Hernando de Soto e que está na base das ideias que lêem a favela (bem como o projeto de “pacificação”) a partir da ótica do empreendedorismo e de uma “inclusão” pelo mercado. A quarta seção do capítulo IV apresenta uma proposta teórica para o tratamento da informalidade do mercado de trabalho brasileiro a partir da ideia (CARDOSO, 2013, 2014) do informal como forma social do trabalho.

Nesta esteira, o capítulo 5 traz algumas notas sobre a estruturação do mercado de trabalho no Brasil a partir dos conceitos de *cidadania regulada* (SANTOS, 1979) e *utopia brasileira* (CARDOSO, 2010); com isso, procura-se entender o lugar histórico do estrato ocupacional do conta própria no Brasil. O capítulo 6 discute alguns traços gerais dessa categoria no Brasil, preparando o terreno para a discussão das entrevistas que se faz ao longo das 4 seções do capítulo 7. Nesse capítulo, fiz a opção por deixar transcritas grandes partes das entrevistas para que a voz dos entrevistados pudesse ser ouvida da maneira mais direta possível, figurando ao lado das análises que se procurou fazer. Ao longo do capítulo 7, portanto, privilegio a exposição das entrevistas, buscando fazer uma síntese dos seus achados nas considerações finais.

Parte 1 – Das favelas cariocas

1. DAS FAVELAS CARIOCAS COMO OBJETO DE ESTUDO ACADÊMICO

Certamente, não é aconselhável (tanto cognitiva quanto normativamente) estudar as favelas (cariocas como de outros lugares) tal como Evans Prichard (2004) analisou os Azande, Victor Turner (2005) os Ndembu ou Margaret Mead (1976) os Arapesh, Mundugumor e Tchambuli; isso porque, fazendo-o, o pesquisador apenas reforça (ou melhor, metamorfoseia no campo do conhecimento erudito) as frouxas noções de senso comum segundo as quais as favelas, sendo homogêneas, constituem um conjunto de territórios que se opõe às instituições da cidade formal, estando delas apartado. Deste ponto de vista, as favelas seriam o *outro* da *cidade*, responsável por sua fragmentação (ou não-integração) por definir-se a partir de uma série de características (culturais, políticas, econômicas, sociais e urbanísticas) que negam o *urbano*. Aqui, as favelas têm sua identidade centrada no domínio territorial armado por parte de facções criminosas do varejo de drogas ilícitas, na apropriação irregular do solo urbano por parte de seus moradores, na ilegalidade das práticas econômicas e comerciais que abrigam, na precariedade de sua infra-estrutura urbana, na pobreza e miséria de seus habitantes e nos arranjos clientelistas que estes protagonizam, arranjos estes que negam o dever-ser da institucionalidade democrática e republicana. São, pois, *ciudades* em meio à (mas, separadas da) *cidade*⁸.

Todo esse complexo discursivo que, respondendo às distintas conjunturas históricas, acompanha as favelas desde antes mesmo o termo existir, faz parte da conformação do objeto que se procura estudar. Portanto, devemos olhar para estas representações não apenas a partir dos efeitos de poder que engendram, captando a medida em que participam da produção daquilo a que se referem, mas também enquanto pontos de vistas estereotipados que dizem mais de quem descreve do que daquilo que é descrito. A respeito das visões estereotípicas acerca de *Ciudad del Este*, observação que vale perfeitamente para o caso das favelas cariocas, Rabossi (2004, p.21) explica que

⁸ A maior expressão dessa perspectiva encontra-se em Ventura (1994); também a corroborando (ora explícita ou implicitamente), encontramos, no campo acadêmico, Burgos (2005, 2002), Carvalho (2000) e Werneck Vianna (1994).

“os estereótipos guardam uma relação particular com aquilo que retratam: antes de derivar do objeto descrito, são descrições informadas por marcos avaliativos que ordenam de antemão a descrição. Neste sentido, aquilo que está implícito como contrário não-enunciado do estereótipo é parte constitutiva do mesmo. Por isso é que estereótipos são veículos privilegiados para enunciar ideias de mundo ou imagens positivas do próprio mundo de quem fala. Os estereótipos são ferramentas: ordenam, classificam, hierarquizam. Compelem à ação.”

Não se trata, igualmente, de enfatizar o oposto daquelas construções estereotípicas que ergue a favela e os favelados como locais ou como agentes de uma sociabilidade capaz de resistir a estruturas de dominação externa por meio da participação e da organização popular⁹. A perspectiva que esta tese avança procura distanciar-se também desse que se pretende o pólo oposto da construção das favelas como foco da ilegalidade e de uma *práxis* que nega a civilidade e a urbanidade. Procura-se, portanto, resistir ou se opor “às abordagens analíticas que se sustentam sobre noções constituídas *a priori*” (BARBOSA e RENOLDI, 2013, p.12):

“Neste sentido, é preciso sublinhar que o questionamento de algumas definições não deve nos levar a assumir definições a priori de caráter inverso. O problema é que discutir desde os contrários significa manter-se dentro da matriz de sentido delineada pela definição que queremos criticar. Questionando o conteúdo de verdade – negando-o – aceitamos as premissas sobre as quais essa verdade é construída ao deixar intacto o campo de sua definição assumindo o seu oposto” (RABOSSI, 2004, p.280).

Em todo caso, é aquele amálgama primeiro de representações estereotípicas com respeito às favelas que vem sendo objeto direto de uma série de críticas relativamente recentes, em que se destacam os trabalhos de Licia do Prado Valladares (2000, 2005; VALLADARES e PRÉTECEILLE, 2000); neles, encontramos uma minuciosa argumentação, recheada de dados empíricos quantitativos e qualitativos, que desmonta ponto por ponto aquele conjunto de representações, sugerindo que as favelas, por constituírem tudo menos um conjunto de territórios homogêneos cuja *singularidade* é dada pela pobreza, pela precariedade e pela ilegalidade, devem deixar de ser objeto sistemático de investigações acadêmicas, as quais, aliás, alocadas convencionalmente sob o guarda-chuva dos “estudos urbanos”, só fazem – no mais das vezes – reforçar aquele leque de estereótipos. Se já houve validade nos estudos sociológicos e antropológicos que tiveram as favelas como tema articulador central, é porque aqueles estereótipos tinham alguma relação de correspondência com a realidade, não sendo mais, atualmente, este o caso: “a favela corresponde hoje a uma realidade muito diversa do fenômeno que esteve em sua gênese” (VALLADARES, 2005, p.153).

⁹ Há uma variedade de construções simbólicas neste sentido, como veremos em capítulo próximo, acerca das favelas; Sevcenko, a respeito da revolta da vacina, reproduz essa mesma chave de interpretação, afirmando que a revolta “não foi contra a vacina, mas contra a história” (1984, p.88) e que “se constitui numa das mais pungentes demonstrações de resistência dos grupos populares do país contra a exploração, a discriminação e o tratamento espúrio a que eram submetidos pela administração pública nessa fase da nossa história” (idem, p. 10).

Fazendo uma “sociologia da sociologia da favela” (idem, p.23), isto é, rastreando “a história da reflexão sobre a favela, a sua história intelectual” (idem, *ibidem*), o trabalho de Lícia tem o mérito de desvendar o que chama de “dogmas” fixados no campo de estudo sobre as favelas, isto é, de trazer à tona os pressupostos (inquestionados) que constituem uma espécie de senso comum erudito acerca do objeto em questão e que, por definição, deturpam uma apreensão mais adequada da realidade que se quer conhecer – uma vez que “a sociologia da sociologia não é uma especialidade entre outras, mas uma das condições primeiras de uma sociologia científica” (BOURDIEU, 1984, p.26).

O trabalho de Lícia, portanto, alerta o pesquisador acerca da necessidade de estranhar e de se desvencilhar de ideias preconcebidas que, além de prejudicarem a objetividade da análise, reforçam representações que atentam continuamente contra os direitos e as liberdades dos moradores do que se convencionou chamar (equivocadamente, lembra Lícia) de “territórios da pobreza”, além de serem parte constitutiva daquilo que pretendem descrever. Esses “dogmas”, segundo Lícia, tornaram-se constitutivos de um senso comum erudito acerca das favelas desde a segunda metade da década de 1970:

“À primeira vista, o exame detalhado da literatura sobre a favela produzida pela universidade e demais instituições, no decorrer dos últimos 30 anos, mostra um aumento do leque de disciplinas, métodos, temas abordados e, em menor medida, favelas pesquisadas (...) No entanto, a leitura particular deste conjunto da literatura, realizada por nós para este livro, deixa antever a convergência de um certo número de características básicas atribuídas à favela carioca. Frequentemente, tais características correspondem, apenas, a pressupostos não discutidos pelos autores no decorrer da pesquisa e, às vezes, incluídos no início da definição do objeto e da escolha do método. Apesar das nuances, a existência de um consenso sobre umas poucas características da favela nos pareceu tão evidente que fomos levados a considerar tais características verdadeiros “dogmas”: compartilhados pela maioria dos pesquisadores, não discutidos e, de alguma forma, constituindo a base implícita desse campo de pesquisa” (VALLADARES, 2005, p.149).

Esses “dogmas” orientadores das mais diversas produções acadêmicas sobre as favelas são, segundo a autora, três. O primeiro “dogma” trata da *especificidade* e da *singularidade* da favela. E isso sob os mais diversos pontos de vista. As favelas seriam específicas, então, em função da ausência ou da precariedade dos serviços públicos, de uma estética distante dos modelos e padrões de racionalidade arquitetônica, da irregularidade e ilegalidade de sua forma de ocupação do solo, do pluralismo legal reinante e de características demográficas como faixa etária, naturalidade e taxa de crescimento da população; seriam singulares, também, por conta de uma cultura e religiosidade próprias (do samba ao funk e ao rap, da umbanda e do candomblé aos diversos cultos evangélicos), de um domínio de grupos criminosos (do jogo do bicho ao tráfico do varejo de drogas ilícitas) e de uma forma particular de fazer a política

(representada pelas associações de moradores que, antes protagonistas de arranjos clientelistas, são agora dominadas pelos agentes das facções criminosas locais). Essa visão (ou “dogma”) da especificidade das favelas afirma também a construção de uma identidade própria a esses espaços da cidade, marcada por uma “modo de vida cotidiano diferente” (idem, p.150) capaz de “condicionar o comportamento de seus habitantes” (idem, *ibidem*). O segundo “dogma”, prossegue Lícia, diz respeito à pobreza e à desigualdade; as favelas, segundo a autora, seriam, aqui, o hábitat natural dos pobres urbanos, o símbolo maior de nossas desigualdades sociais e o território por excelência de manifestações das questões geralmente associadas ao universo popular – o que gera um “círculo vicioso de estigmatização” (idem, p.151):

“Elegendo a favela como território privilegiado para o estudo da pobreza e das desigualdades sociais, os pesquisadores não hesitam quando se trata de estudar os pobres: vão para a favela. Mostram, assim, sua adesão a esse dogma, ao mesmo tempo em que contribuem para o seu fortalecimento (...) a favela é o lugar de residência dos pobres, o espaço popular por excelência. Transformada em campo, nela são estudados todos os fenômenos associados à pobreza e ao universo popular: violência, religião, saúde, política, associativismo, setor informal, música, mulheres, crianças, jovens, educação, evasão escolar etc. Em suma, enquanto território da pobreza a favela passou a simbolizar o território dos problemas sociais, numa associação do espaço físico ao tecido social” (idem, *ibidem*).

O terceiro “dogma” é o da “unidade da favela”; aqui, as favelas são reduzidas a uma categoria única (*a* favela – no singular) e descarta-se e invisibiliza-se toda a multiplicidade e diversidade que há entre as diferentes favelas e dentro de cada uma em particular em nome de uma suposta homogeneidade: “é no singular que se pensa a favela, na literatura científica, na ficção e, sobretudo, na ação” (idem, *ibidem*). Negando a pluralidade e a diversidade que o uso da categoria *favela* (no singular) oculta, esse “dogma” tem inclusive a “consequência metodológica” de produzir dados e análises que opõem, de um lado, o conjunto das favelas, e, de outro, o “resto da cidade”:

“Assim, ‘a’ favela é obrigatoriamente um morro, uma zona ocupada ilegalmente, fora da lei, um espaço subequipado, lugar de concentração dos pobres na cidade. Numa mesma denominação genérica, a palavra favela unifica situações com características muito diferentes nos planos geográfico, demográfico, urbanístico e social. Este ‘dogma’ tem consequências metodológicas importantes, por exemplo, o recurso frequente à comparação estatística entre o conjunto das favelas, por um lado, eo restante da cidade, por outro” (idem, p.152).

Argumentando que a vigência desses “dogmas” (que levam à contínua reprodução de uma *suposta marginalidade* dos espaços favelados) rende uma série de benefícios e vantagens para diferentes grupos sociais (como políticos profissionais, burocratas, associações de moradores de favelas, ONGs e pesquisadores universitários), Valladares entende que as favelas deveriam deixar de ser objeto privilegiado dos chamados “estudos urbanos”. Sua

proposta é que as favelas deixem de ser usadas como *locus* de estudos de diversos fenômenos a ela exteriores (embora a atravessem) e como territórios exclusivos da pobreza:

“Se deixarmos de confundir os processos sociais observados na favela com os processos sociais causados pela favela, será possível compreender fenômenos que, apesar de se manifestarem de fato nas favelas, também se manifestam em outros lugares. Ou, melhor dizendo, na medida em que certos problemas deixassem de ser estudados exclusivamente nas favelas, eles assumiriam uma outra dimensão. Nossa proposta é que as favelas deixem de ser o campo sistematicamente utilizado para estudar as mais variadas questões ligadas à pobreza. Só assim deixaremos de confundir favela e pobreza” (idem, p.163).

No entanto, essa sugestão me parece equivocada por conta da epistemologia própria às ciências sociais, pois, via de regra, os objetos da análise sociológica são pré-construídos exatamente pela coletividade em que se situa o pesquisador; isto é, é justamente por serem reconstruídas historicamente (desde fins do século XIX, quando a própria palavra *favela* mal existia) como questão polêmica diante da qual ampla parcela da sociedade (fluminense e nacional) toma as mais diferentes posições de valor, que as favelas tornam-se interessantes do ponto de vista sociológico, destacando-se como objeto relevante dentre a infinidade dos possíveis.

Por mais que se mostre que aquelas representações não correspondem à realidade, largos setores da sociedade civil continuam (e, ao que tudo indica, continuarão) erigindo as favelas como tema de debate (e como expressão por excelência do caráter problemático das nossas integração e desigualdade sociais), construindo assim discursos e classificações que fazem parte da “invenção” e da conformação histórica da favela entre nós. Por isso que a expressão *favela é cidade* é, a um só tempo, tanto uma descrição sociológica quanto uma palavra de ordem¹⁰ – porque a favela é tanto objeto científico quanto tema de debate público. De um ponto de vista sociológico possível, as favelas aparecem simplesmente como parte da cidade, que, não obstante, não deixa de ser *segregada* sob diferentes aspectos (CARDOSO e PRETECEILLE, 2008); no senso comum, no entanto, ela aparece hegemonicamente como um território *à parte* da cidade, representação que tem efeitos nas práticas de agentes públicos no que concerne aos moradores das áreas (oficialmente reconhecidas como) de favela da cidade. E por serem mais um tema de debate que uma realidade fática, as favelas são (ainda hoje – e não dão sinais de que deixarão de ser) um dos objetos privilegiados dos chamados estudos urbanos. Por outro lado, embora imprescindível, a pretensão de se trazer a verdade dos fatos que jaz por detrás das representações (ou melhor, de analisar de maneira objetivista as

¹⁰ Que já foi inclusive título de seminário “Favela é Cidade!” (cf. <http://www.ibase.br/pt/2012/11/favela-e-cidade/>).

construções sociais, que se convertem, pois, em meros “dogmas” absolutamente desconectados da realidade) perde de vista a abordagem dos discursos enquanto construídos em conjunturas históricas particulares, neles operando ativamente (ao conformarem aquilo que pretendem descrever) e com eles variando ao longo do tempo, pois são estas conjunturas que acabam por destacar (e construir) os traços ou aspectos que, a cada momento, são elencados como os definidores da especificidade da favela, a qual, desde sempre, mas sempre diferentemente, figura entre nós como um *assunto público* e, portanto, como um *tema de estudo sociológico* – já que um é parte do outro.

Estudar as favelas na esteira dos aportes trazidos pelo questionamento dos “dogmas” significa reconhecer, por um lado, que elas são heterogêneas entre si e internamente (sob diversos pontos de vista), o que quer dizer que elas não constituem um conjunto homogêneo de territórios que compartilham entre si (*e na mesma medida*) o mesmo leque de características, e, por outro, que qualquer análise que as toma como objeto central de investigação sempre será parcial, unilateral e limitada quanto às possibilidades de generalização. Mas, é também reconhecer que elas permanecem como objeto legítimo de investigação acadêmica na exata medida em que persistem como um assunto público que continua a mover mentes e corações. E, *neste sentido* (que é estritamente *formal* porque não assere sobre os conteúdos – supostamente – definidores do que seria, afinal e definitivamente, *a favela*), as favelas formam um universo homogêneo. E, como parte deste processo, foram, historicamente, objetos sistemáticos de estudos acadêmicos e intervenções e políticas do poder público, o que reforça sua singularidade e faz parte de sua construção histórica enquanto fenômeno social, uma vez que os estudos urbanos historicamente formaram dispositivos de pesquisa imbricados com políticas e intervenções públicas preocupadas com a “boa gestão urbana” (HIRATA, 2010, p.70-130).

Isto é, reconhecer a heterogeneidade concreta entre as favelas (e no interior de cada uma) não significa excluir a hipótese da especificidade deste conjunto heterogêneo. E esta especificidade reside na interação complexa (e diacrônica) da elaboração das favelas como questão (ou problema) coletivamente compartilhada(o), como objeto de intervenções e de políticas públicas particulares, como assunto de análises e estudos urbanos (sociológicos, históricos, antropológicos, históricos etc.) e como forma urbana que é expressão e resultado das lutas (por moradia) travadas pelos seus moradores. Essa perspectiva se aproxima da de Machado da Silva (2010), quando afirma que a constatação acadêmica da heterogeneidade

intra e inter favelas (sob diversos pontos de vista) não é capaz de destruir a maneira em função da qual as favelas são diuturnamente – desde que nasceram – constituídas enquanto o *Outro* da urbanidade civilizada:

“(...) além do que as favelas são diferenciadas (internamente e entre elas) por qualquer critério, socioeconômico, cultural, político, moral etc.. Mas, o reconhecimento desse fato tem se restringido à pesquisa acadêmica. Apesar de todos os esforços, pouco interfere no debate ordinário, nas políticas governamentais e na própria autoimagem dos moradores dessas áreas. Ao menos no Rio de Janeiro, as favelas e seus habitantes sempre desempenharam o papel de uma espécie de “tipo ideal (porque é uma construção simbólica e não um grupo) concretizado (porque não é mera referência conceitual)” dos problemas urbanos do momento. É essa flexibilidade polissêmica para encarnar o *Outro* da cidade que permite à favela constituir-se como um dispositivo central e permanente da prática urbana carioca” (idem, p.296).

Desse modo, do ponto de vista sociológico, há uma espécie de “reificação” de princípio da qual não se pode nunca sair totalmente, mas que deve ser re-construída sociologicamente, já que a sociologia é um discurso que, por um lado, sempre (em alguma medida) parte do conhecimento de senso comum para formar a si mesma como conhecimento especializado, num movimento que Giddens (1978, p.170) chamou de “hermenêutica dupla”, e, por outro (e por conseguinte), pressupõe o engajamento prático do pesquisador com o ambiente social que ele próprio constitui como objeto de reflexão; como dizia Weber (1904, p.58 – grifos do autor),

“a premissa transcendental de qualquer *ciência da cultura* reside não no fato de considerarmos valiosa uma “*cultura*” determinada ou qualquer, mas sim na circunstância de sermos *homens* de cultura, dotados da capacidade e da vontade de assumir uma *posição* consciente diante do mundo e de lhe conferir um *sentido*.”

É isso que Weber chamava de “relação a valor” ou “referência teórica a valor” (*Wertbeziehung*): os objetos da análise científica (no âmbito específico das ciências culturais, inseridas aí a sociologia e a história, numa relação de recíproca determinação interna) são constituídos enquanto tais por referências a valores coletivamente compartilhados, com os quais os(as) pesquisadores(as), homens e mulheres de época, têm íntima relação (WEBER, 1904; RODRIGUES, 2012). Isso significa que, da infinidade extensiva e intensiva de objetos empíricos, aqueles que se destacam como sociologicamente relevantes são exatamente os que se constituem enquanto tais por relação (ou por referência) a valores coletivamente compartilhados; estes valores e estes objetos mudam com o desenrolar do tempo, “no fluxo infinito do devir” (WEBER, 1904, p.63-64), isto é, de acordo com as conjunturas e contextos históricos, que definem a cada momento os termos e os caracteres das temáticas coletivamente relevantes – e justamente por isso não é possível (do ponto de vista da *lógica* das ciências sociais) a tarefa de se legislar acerca dos tópicos ou temas relevantes para a

análise sociológica. Essas representações e valores que dão forma aos assuntos e temas construídos como sociologicamente relevantes, ademais, algo surpreendentemente negligenciado por Weber (que tanta atenção deu ao tema do poder), mas incansavelmente reforçado por Foucault, participam de relações de poder cujos efeitos conformam diretamente o conteúdo daqueles temas e assuntos. Tal nos parece ser o caso das favelas cariocas.

Desde quando não havia ainda a *palavra* para designar a *coisa*¹¹, as favelas figuram na cena pública local (e também nacional) como tema de discussão, categoria de senso comum, objeto de preocupações estéticas e higienistas, questão de reflexão acadêmica, objeto de políticas públicas e planejamentos urbanísticos, construção jurídica, problema político, perigo de vida, ameaça ao patrimônio e forma urbana de habitação. Por este histórico e por essa polivalência, o termo “favela” também nos parece mais adequado para tratar das realidades urbanas que designa que outras expressões – como, por exemplo, “comunidade”; como se sabe, Birman (2008), discutindo a provocativa questão *Favela é comunidade?*, mostra em detalhe o quanto os diversos usos e desusos da expressão “comunidade” por parte dos favelados para se referir ao seu local de moradia têm seu eixo articulador na tentativa de resistir simbolicamente aos discursos que associam sistematicamente a favela e seus habitantes à criminalidade violenta. Tenta-se, argumenta a autora, contrapor a estes discursos uma realidade “positiva” que nem de longe se reduz à “sociabilidade violenta” (MACHADO DA SILVA, 2004, 2004b, 2004c) e que se assenta numa suposta identidade comum construída retoricamente para se opor às políticas de identificação que produzem aquela associação sistemática.

Deste modo, a querela em torno do termo “comunidade” faz parte da discussão e da luta pública (e de valores) concernente à “favela” enquanto tema e assunto permanente do debate coletivo. Mas, para além de seus usos ideológicos, o termo “comunidade” tem longa trajetória nos estudos de antropologia realizados no Brasil por influência da Escola de Chicago via Donald Pierson (VILA NOVA, 1998; VALLADARES, 2005b; MENDOZA, 2005). Criticando esta vertente intelectual (sobretudo na sua suposição de que as “comunidades” retratam microscopicamente a ordem social de que fazem parte), Leeds

¹¹ Embora o mito fundador das “favelas” nos remeta à Guerra de Canudos (1896-97), ao município de Monte Santo (na Bahia) e ao Morro da Favella/Morro da Providência e o termo tenha se destacado deste morro em particular apenas na segunda década do século XX (ABREU, 1994), realidades urbanas designadas como “favelas” já existiam muito antes da Guerra de Canudos (desde pelo menos 1845) e, o que é mais, eram objeto do controle e da atenção dos poderes públicos (cf. GONÇALVES, 2013, p.46-9).

(1978) sugere convincentemente que o termo *localidade* é mais adequado para referir-se a diversos tipos de unidades socio-territoriais dos Estados-nação modernos; assim, entendemos aqui as *favelas* como *localidades* (pontos nodais de interação e entidades ecológicas constituídos por instituições, relações e laços pessoais e impessoais que conformam uma organização altamente flexível com graus variados de recursos materiais e simbólicos) em interação dinâmica com estruturas e instituições *supralocais* – o que é melhor retratado por um *continuum* de extremos dentro do qual é possível localizar instituições/estruturas locais e supralocais.

Ademais, outras duas circunstâncias, que espero fiquem mais bem delineadas mais à frente, me parecem centrais no debate acerca das razões para a constituição da favela carioca como objeto de estudo e, reciprocamente, como *problema público*¹². Com efeito, ela parece ter tido uma centralidade tão grande (para setores tão distintos da sociedade carioca, fluminense e nacional) pelo fato de ter surgido muito proximamente dos terrenos mais valorizados (do ponto de vista imobiliário) e dos *centros de poder político* da cidade, que, nesta ocasião, eram os do país. A *capitalidade*¹³ do Rio de Janeiro certamente foi de fundamental importância para que a “forma urbana” (BURGOS, 2012) da favela (que se

¹² Como se sabe, há uma vasta bibliografia em torno do “público e seus problemas” (para parafrasear DEWEY, 1927). Evitei, até agora, me referir à favela como “problema público” porque não é desta perspectiva teórica que abordo o fenômeno da favela – embora ela me pareça promissora. Muito sucinta e superficialmente, pode-se dizer que “problemas públicos” são formados através de lutas linguísticas e disputas definicionais entre diversos atores em contextos específicos de atuação. Este processo de “publicização” de determinado assunto se dá, em grande medida, independentemente de (supostas) condições objetivas que não estejam sujeitas à agência dos atores concretos, os quais, nas suas alianças e disputas, lidam com *situações problemáticas* (que afetam mais diretamente apenas determinado círculo de pessoas) até transformá-las em *problemas públicos* (com os quais se preocupam agências, instituições e grupos não imediatamente implicados naquelas situações). Não conheço nenhum trabalho que faça a reconstrução sistemática da formulação das favelas cariocas como “problema público” nos termos específicos do pragmatismo, mas esta linha de interpretação é certamente muito profícua, pois, com efeito, nas suas interações concretas em diferentes conjunturas históricas, diversos atores da cena carioca foram os responsáveis, em suas associações e conflitos, pela transformação da favela em “problema público” recorrente e persistente entre nós.

¹³ Refiro-me, aqui, ao trabalho de Motta (2001); a autora mostra no detalhe como o Rio de Janeiro foi construído como a *cidade-capital* por excelência do país. Seu trabalho remonta o processo histórico de formação do Rio de Janeiro como “síntese e vitrine da nação” (fundamento de sua identidade política) – o que envolve (mas extrapola) o fato da cidade ter sido capital de 1763 a 1960 (capital, portanto, do Vice-Reino, do Reino, do Império e da República, transformando-se então em Estado da Guanabara) e de ter recebido, em 1808, a Corte portuguesa com todas as instituições e equipamentos (Jardim Botânico, Imprensa Régia, Biblioteca Nacional, Banco do Brasil etc.) destinados a transformá-la na substituta de Lisboa como cabeça do Império Português.

ancorou numa especificidade geográfica da cidade¹⁴) tenha sido tão profundamente debatida ao longo do tempo, transformando-se num dos nossos assuntos mais polêmicos e permanentes.

¹⁴ O Rio de Janeiro era (muito mais do que ainda é) uma “cidade de morros e pântanos” (no dizer de FISCHER, 2008, p.19). Esse substrato material (especificamente geográfico) é um elemento que também me parece central para entender o impacto sociológico da formação das favelas no Rio de Janeiro, cidade-capital do Brasil.

2. O ESTADO E SUAS MARGENS: UM MARCO TEÓRICO PARA O ESTUDO DAS FAVELAS

Nesta tese, desenvolvo o argumento de que a constituição histórica da favela como problema coletivo, tópico de debate público, objeto de intervenções estatais e planejamentos urbanísticos, bem como forma urbana particular que materializa uma das vias do “direito à cidade” (LEFEBVRE, 1968), deu-se a partir de seu enquadramento enquanto territórios (geográficos e de práticas) situados às *margens do Estado* – conceito forjado pelas antropólogas Veena Das e Deborah Poole e que, formando uma das perspectivas teóricas deste trabalho, é o objeto da discussão deste capítulo¹⁵.

Das e Poole (2004), em capítulo que abre a coletânea de artigos – intitulada *Anthropology in the Margins of the State* – resultado de um seminário avançado da *School of American Research*, propõem uma teoria do Estado. Apoiadas nas contribuições basicamente de Giorgio Agamben e Michael Foucault, mas a partir do enquadramento disciplinar da antropologia, elas avançam uma refundação, desde as margens enquanto *ponto de vista epistemológico*, dos pilares do que se considera uma antropologia do Estado – o que de resto é explicitamente declarado logo de início: “este livro trata das margens, os locais a partir dos quais nós procuramos entender o que é considerado o estudo do estado na antropologia” (idem, p.03).

Os trabalhos apresentados na coletânea desenrolam-se em países (como Peru, Chade, Serra Leoa, Colômbia, Índia, África do Sul, Sri Lanka e Guatemala) considerados na periferia da modernidade ocidental europeia e, por isso, são comumente entendidos como estados “novos”, “parciais”, “fracos”, “incompletos” ou “falidos” (idem, p.04), nos quais, em função de dramáticas reformas econômicas e políticas ou situações extremas derivadas de guerras civis ou desastres naturais, as “formas de regulação e pertencimento” supostamente constitutivas do moderno estado-nação estariam mais “enfraquecidas”, com menor capilaridade e penetração (idem, p.03). Em contraponto, Veena Das e Deborah Poole operam uma radical inversão de perspectiva (que de fato informa as diferentes etnografias que

¹⁵ O capítulo apoia-se fundamentalmente na exposição da posição das autoras, motivo pelo qual permito-me a utilização de uma série de paráfrases ao longo do texto.

compõem a coletânea) ao afirmarem que as áreas e práticas geralmente *vistas como* marginais com relação à institucionalidade legal (porque supostamente não reguladas ou devidamente controladas por ela) constituem de maneira *inescapável* o que nós chamamos de “Estado”; embutida nessa perspectiva, pois, está uma reconsideração do que sejam as fronteiras entre o legal e o ilegal (o público e o privado, o lícito e o ilícito, o centro e a periferia) que conduz à afirmação da tese da ficcionalidade do moderno estado-nação enquanto uma forma burocrática e administrativa de governo que se impõe sobre a totalidade de um determinado território geográfico e sua população e que é presidida pela racionalidade, pela impessoalidade, pela nítida separação entre o público e o privado e pelo monopólio legítimo da violência física:

“Nossa estratégia analítica e descritiva foi a de nos distanciarmos da arraigada imagem do estado como uma forma administrativa racionalizada de organização política que se torna enfraquecida ou menos completamente articulada ao longo de suas margens territoriais e sociais. Ao invés disso, nós pedimos aos participantes do seminário para refletir sobre como as práticas e políticas da vida nessas áreas marginais conformam as práticas políticas, regulatórias e disciplinares que constituem, de algum modo, o que nós chamamos de ‘estado’” (idem, *ibidem*).

E ainda:

“(...) suas etnografias [dos capítulos que compõem o livro] de práticas disciplinares, regulatórias e coativas são enquadradas, não como estudos de estados regionais ou falidos, mas antes como convites para se repensar as fronteiras entre centro e periferia, público e privado, legal e ilegal, as quais também atravessam o coração mesmo do mais “exitoso” estado liberal europeu” (idem, p.04).

As autoras entendem que o ponto de vista avançado pela antropologia oferece um ângulo de análise extremamente adequado para a operacionalização desse profundo deslocamento de perspectiva exigido pelo enquadramento explicitado pela ideia de margens (idem, *ibidem*). E isso pelo fato de a antropologia não só frequentemente ser considerada tanto uma voz marginal pela teoria política ocidental quanto uma disciplina que fala por (e às vezes com) populações marginalizadas por políticas estatais específicas – coloniais ou pós-coloniais (idem, *ibidem*) –, mas também porque a etnografia (que constitui a particularidade de seu modo de conhecimento), ao privilegiar a experiência, tem a potencialidade de acionar “campos do social que não são facilmente discerníveis dentro dos protocolos mais formais usados por outras disciplinas” (idem, *ibidem*).

A antropologia, no entanto, prosseguem as autoras, em função de suas origens como o estudo dos povos “primitivos”, historicamente não reconhece o Estado como um tema próprio para a inspeção etnográfica, já que fazia parte da definição do “primitivo” a ausência do Estado (idem, *ibidem*). Dessa perspectiva, “o Estado parece distante das práticas e métodos etnográficos que constituem a especificidade da antropologia” (idem, *ibidem*). No entanto,

ainda que de modo oculto, furtivo ou inconsciente, o Estado sempre esteve presente na escrita etnográfica – interpretam Das e Poole; a antropologia política, dizem elas, desde seus inícios, sempre fez uso – na sua busca por ordem ou razão entre os primitivos – de uma linguagem que é herdada (e faz parte) do moderno Estado europeu (idem, p.04-05). Quer dizer, “é através da linguagem do Estado que os antropólogos têm tradicionalmente constituído as figuras (ou os tropos) da ordem social, da racionalidade, da autoridade e mesmo da externalidade para definir seus objetos” (idem, p.05), de modo que, “neste sentido, a antropologia sempre foi, em muitos sentidos não confessados, sobre o Estado – mesmo (e talvez especialmente) quando seus temas eram constituídos como excluídos das (ou opostos às) formas de racionalidade administrativa, ordem política e autoridade consignadas ao Estado” (idem, *ibidem*).

Nessa tradição antropológica clássica, portanto, que estende suas raízes até produções mais recentes, os temas e os objetos antropológicos encontram seus limites no Estado, que é aí, todavia, pressuposto como uma “presença inevitável ou fantasmagórica que molda o sentido e a forma do poder em qualquer sociedade dada” (idem, *ibidem*) – pressuposto, portanto, como um “operador cultural universal” (idem, *ibidem*). Assim, o Estado é entendido como um “modelo eterno e transhistórico” (idem, p.31), como uma “formação básica que está no horizonte de toda a história” (DELEUZE E GUATTARI *apud* DAS e POOLE, 2004, p.31). Operando noutra chave, a abordagem evolucionista (que está, no entanto, na genealogia desse tipo de perspectiva) entende a “emergência do estado como o momento decisivo no progresso das culturas em direção à condição de civilização, marcada pela escrita, pela propriedade privada e pela própria emergência do Estado” (DAS e POOLE, 2004, p.31).

“Teóricos posteriores da “evolução política” expandiram essa compreensão da progressão histórica para postular o estado como o ponto de chegada do desenvolvimento de “sociedades complexas” definidas como tais sobre as bases de considerações acerca da estratificação social, da produção e da divisão do trabalho. Nessas abordagens, o estado é visto simultaneamente como imanente na lógica da evolução social e como uma condição limite para a constituição da temática antropológica.” (idem, *ibidem*).

Com base nesse legado, a tentativa de repensar o Estado como objeto de investigação deve, prosseguem Das e Poole, começar considerando “como esse duplo efeito de ordem e transcendência tem sido usado para rastrear a presença do Estado” (idem, p. 05). Num primeiro plano, as abordagens procuram perseguir os signos locais de “racionalidades administrativas e hierárquicas que aparentemente proveem ligações ordenadas com o aparato político e regulatório de um Estado central burocrático” (idem, *ibidem*); a tarefa, aqui, se

coloca como sendo a de divisar as primeiras instâncias (os primeiros sinais) do estado “tal como ele existe no nível local e então analisar essas manifestações locais de lei e burocracia como interpretações culturalmente informadas ou como apropriações de políticas e formas que constituem o moderno estado liberal” (idem, p.06):

“Essas observações paroquiais do estado levam, por sua vez, a uma imagem espacial e conceitualmente mais dispersa do que o estado seja, embora continue a ser identificável basicamente através das filiações do estado com formas institucionais particulares” (idem, ibidem).

Noutro plano, indissociável deste, pois atrelado ao modo de se conceber o Estado em termos de suas “funções de instituição da ordem”, “as margens sociais e espaciais que tão frequentemente constituem o terreno do trabalho de campo etnográfico *são vistas* como locais de desordem, onde o estado tem sido incapaz de impor sua ordem” (idem, ibidem – grifos meus). Esses locais são percebidos como terrenos de “tipos de práticas que *parecem desfazer* o Estado nas suas margens conceituais e territoriais” (idem, p.04, grifos meus). Os termos grifados significam uma virada fundamental, já aludida: ao invés de ratificar as visões que entendem as margens através das imagens da desordem e da corrosão da institucionalidade estatal (que ali estaria mais fraca ou menos adequadamente articulada, prenante e atuante), a perspectiva teórica aqui adotada as coloca como parte da questão que se pretende investigar, isto é, como produtoras elas mesmas das práticas e relações que procuram descrever; trata-se de visões que precisam, elas próprias, de explicação, ao invés de serem tomadas como – pois assim se definem – elucidações do real.

Essa perspectiva do Estado enquanto caracterizado pela instituição de uma ordem que, em suas margens, estaria contestada ou insuficientemente enraizada, prosseguem as autoras, pode ser igualmente vislumbrada na teoria política clássica quando da discussão acerca das relações entre violência e as funções ordenadoras do Estado (idem, p.06). É óbvia, aqui, a referência às formulações weberianas acerca do monopólio legítimo da força; e elas citam exatamente a passagem de *Economia e Sociedade* em que Weber estabelece os critérios definidores do estado moderno:

“A uma associação de dominação denominamos associação *política*, quando e na medida em que sua subsistência e a vigência de suas ordens, dentro de determinado território geográfico, estejam garantidas de modo contínuo mediante a ameaça e a aplicação da força física por parte do quadro administrativo. Uma *empresa* com caráter de *instituição* política nós chamamos de *Estado* quando e na medida em que seu quadro administrativo reivindica com êxito o *monopólio legítimo* da coação física para realizar as ordens vigentes (...) Esse caráter monopólico do poder coativo do Estado é uma característica tão essencial de sua situação quanto seu caráter racional, de “instituição”, e contínuo, de “empresa”” (WEBER, 2000, p.34-5 – grifos do autor).

Na interpretação das autoras, ao definir o Estado como o ente que substitui a vingança privada pelo estado de direito por meio do monopólio legítimo da violência como algo central e essencial, Weber se filiava às primeiras tradições de Kant e Hegel, para os quais “o Estado na modernidade é definido por fronteiras nítidas entre o campo externo da lei e o campo interno da ética e entre o campo da razão universal própria ao Estado e as relações primordiais próprias à família” (DAS e POOLE, 2004, p.07). Indissociável desta imagem do Estado é a postulação conceitual de nítidas “fronteiras entre aquelas práticas e espaços que eram vistos como fazendo parte do Estado e aquelas que estavam dele excluídas” (idem, *ibidem*), o que significa que a violência (seja do estado de guerra entre países seja do controle policial da violência difusa da sociedade) foi entendida como legítima *porque* proveniente do Estado, de modo que outras violências (assemelhadas àquela do Estado ou tentando com ele rivalizar) foram vistas como ilegítimas (idem, *ibidem*).

Nesta visão da vida política, sustentam as autoras, e esse ponto é central, “o estado é imaginado como um projeto sempre incompleto que deve constantemente ser dito e imaginado através da invocação da selvageria, da ilegalidade e da barbárie que não apenas residem por fora de sua jurisdição como também *o ameaçam a partir de dentro*” (idem, *ibidem* – grifos meus); essa invocação e esse temor remetem a espaços e práticas que ameaçam corroer o poder e a legitimidade do Estado, formando uma imagem de suas margens; neste sentido, as margens são inerentes ao Estado, são sua condição de possibilidade, são elementos necessários da sua própria existência ou razão de ser, são *produtoras* do Estado: “as margens são a implicação necessária do Estado tanto quanto a exceção é o componente necessário da regra” (idem, p.04), de modo que entre o Estado e suas margens há uma relação de coprodução.

Ainda para Weber, o Estado é visto como permanentemente incompleto porque sob ameaça – e uma ameaça que vem *de dentro* de seus domínios e jurisdição, em função da sempre presente contradição entre o formalismo da lei e as demandas por justiça popular (idem, p.08); em Kant, por outro lado, essa ordem de coisas assume outros termos. Nele, o fator que ameaça o estado a partir de dentro deve ser tratado a partir da educação de seus cidadãos (idem, *ibidem*), uma vez que ele entendia que

“os fins do governo em termos do bem-estar eterno, do bem-estar cívico e do bem-estar físico das pessoas eram ameaçados de dentro porque era “natural” para as pessoas colocar seu bem-estar físico acima de seu bem-estar cívico e este acima de seu bem-estar eterno” (idem, *ibidem*).

Se o Estado, aqui, aparece sempre como que ameaçado de perder o controle de seu governo por conta de uma ameaça que vem de dentro de seus domínios, noutra vertente da teoria política (o contratualismo de Hobbes, Locke e Rosseau), o seu caráter incompleto advém dos perigos da ilegalidade e da selvageria imaginadas enquanto residindo fora de seus domínios (*idem, ibidem*) – daí o *estado de natureza* ter sido definido (seja na chave do “bom selvagem” [Rosseau] seja na do estado de guerra absoluto [Hobbes] ou relativo [Locke]) tanto como o *oposto necessário* quanto como o *ponto de origem* da lei e do Estado (*idem, ibidem*). Central, aqui, é a maneira pela qual as autoras propõem um projeto de análise do Estado: não rastrear as suas origens míticas e filosóficas, mas encontrar empiricamente as formas através das quais ele re-funda continuamente seus modos de atuação e seus mecanismos de controle e de poder; trata-se, pois, de investigar as relações tensas e fronteiriças entre o Estado e a violência privada (ou, dito de modo mais geral, entre o legítimo e o ilegítimo, entre o legal e o ilegal) não através da abstração filosófica, mas por meio de etnografias e pesquisas de campo que as encontrem na vida cotidiana de populações e territórios *vistos e tratados como marginais* – trata-se de encarar a questão da origem do Estado e da lei não como dilema filosófico, mas como problema de pesquisa empírica (*idem, p.15*).

Assim, quando Das e Poole dizem que devemos entender as margens do Estado como espaços de práticas e linguagens nos quais lugares reais se encontram com as – supostas – origens míticas e filosóficas do Estado¹⁶, o que elas estão propondo é toda uma agenda de pesquisa centrada nos modos cotidianos e concretos através dos quais as pessoas experienciam o Estado e o contínuo refundar de seus protocolos e modos de atuação, entendendo esse refundar enquanto *uma forma particular de exercício do governo e do controle* – não, portanto, enquanto falha, insuficiência ou incompetência que poderiam ser corrigidas por meio de reformas ou reestruturações internas à máquina pública. É isso que está em jogo quando elas dizem que as margens não são simplesmente espaços onde o Estado não penetrou: antes, são locais nos quais ele é continuamente formado nos recessos, nas reentrâncias e nos intervalos da vida cotidiana (*idem, p.23*).

¹⁶ Dizem elas: “O fato de que Hobbes, Locke e Rosseau, assim como outros teóricos primeiros do Estado, tenham imaginado o estado de natureza através da imagem da América como um lugar real de selvageria e um local primordial idealizado sugere que nós também devemos pensar as margens do Estado – o ‘estado de natureza’ – como localizados num espaço de práticas e linguagens no qual espaços e lugares reais que dão ímpeto à ideia de estado de natureza encontram as origens míticas e filosóficas do Estado” (*idem, ibidem* – grifo das autoras).

“Ao invés de privilegiar formas metafísicas de discurso na compreensão da soberania, a antropologia foca nos trabalhos da vida cotidiana. É nesses processos da vida cotidiana que nós vemos como o estado é reconfigurado em suas margens” (idem, p.19).

E ainda:

“Localizadas sempre nas margens do que é aceito como território de inquestionável controle (e legitimidade) estatal, as margens que nós exploramos são simultaneamente locais onde a natureza pode ser imaginada como selvagem e incontrolada e onde o estado está constantemente refundando seus modos de ordem e legislação. Esses locais não são meramente territoriais: eles também são, e talvez mais fundamentalmente, lugares de práticas nos quais a lei e outras práticas estatais são colonizadas por outras formas de regulação que emanam das necessidades urgentes das populações por segurança política e sobrevivência econômica” (idem, p.08).

Na última frase desta citação, acredito que as autoras escorregam e incorrem numa negação da perspectiva original por elas próprias sistematizada, pois operam uma separação muito estanque entre, por um lado, “formas de regulação que emanam das necessidades urgentes das populações por segurança política e sobrevivência econômica” e, por outro, a “lei e outras práticas estatais”. Acredito que o que está em consonância com o ponto de vista epistêmico das margens é a consideração de que a “lei e outras práticas estatais” coproduzem aquelas (ou ao menos formam a condição de possibilidade daquelas) “formas de regulação” que emanam daquelas “necessidades”, ao invés de serem por elas “colonizadas”. Como sugerirei adiante, apoiado em trabalhos sobre o tema, a instituição policial, por exemplo, é parte orgânica da regulação das dinâmicas cotidianas locais do tráfico do varejo de drogas ilícitas presidido por facções criminosas sediadas nas favelas cariocas.

Em todo caso, sobre as bases dessas considerações, Veena Das e Deborah Poole avançam o que me parecem ser cinco sentidos (ou cinco definições) interligados(as) de “margens do Estado”. Numa primeira abordagem, atenta-se para a ideia de margens como “periferias vistas como containers naturais para pessoas consideradas insuficientemente socializadas pela lei” (idem, p.09); nesse sentido, a tarefa que se colocam é a de

“compreender as específicas tecnologias de poder através das quais os Estados tentam ‘gerir’ e ‘pacificar’ essas populações através tanto da força quanto de uma pedagogia da conversão voltada para transformar ‘sujeitos sem lei’ em legítimos sujeitos do estado” (idem, ibidem).

Em outra acepção, as margens são abordadas a partir da polifônica ideia de “exceção”; reconhecendo o valor das abordagens que entendem os estados de exceção como entidades delimitadas ou como formas de poder de emergência que acusam uma gestão anômala e excepcional porque contrária aos procedimentos normais e regulares dos Estados modernos (idem, p.11), as autoras argumentam que

“nosso conceito de margens vai muito além do sentido de ‘exceção’ como um evento que pode ser confinado a tipos particulares de espaços ou períodos de tempo, ou como uma condição que seja de algum modo oposta às formas ‘normais’ de poder estatal” (idem, *ibidem*).

Elas se apoiam, neste particular, na discussão avançada por Agamben (2002) acerca do *homo sacer* enquanto encarnação da *vida nua*. A partir dessa figura da lei romana antiga, que significa a vida destituída de qualquer garantia legal¹⁷, Agamben constrói a ideia (extremamente produtiva) dos “corpos matáveis”: aqueles “que são posicionados pela lei como anteriores à instituição da própria lei” (idem, *ibidem*). Daí ele extrai uma ideia de exceção enquanto estados por meio dos quais certos indivíduos ou grupos de indivíduos “são constituídos através de leis especiais enquanto populações sobre as quais formas novas de regulação [formas excepcionais, vale dizer] podem ser exercidas” (idem, *ibidem*). Isto é, enquanto estados que “podem redesenhar fronteiras de modo que aqueles que estavam seguros em suas cidadanias podem ser expelidos ou reconstituídos como tipos diferentes de corpos” (idem, p.13). Exemplos bastante nítidos são os do campo de concentração nazista, de estados de guerra, da exclusão de determinadas raças ou etnias dos direitos de cidadania, das legislações acerca de categorias como as de “terroristas” ou dos “cidadãos americanos descendentes de japoneses durante a segunda guerra mundial” (idem, p.12-3); todos esses são casos, portanto, de realizações da vida nua em formas modernas de Estado (idem, p.13). Num outro sentido, a ideia de exceção aparece mais difusamente, como uma “ameaça suspensa” ou um estado no qual pode cair qualquer cidadão a qualquer momento (idem, *ibidem*) – definição da qual se aproximam Das e Poole por remeter à uma noção de margens “como locais que residem não tanto fora do estado, mas, antes, como rios, correm através de seu corpo” (idem, *ibidem*).

Em todo caso, diferentemente de Agamben, elas entendem esses estados de exceção não tanto como legislações específicas ou ameaças que pairam sobre as cabeças de qualquer um, mas como “práticas embutidas na vida cotidiana do presente” (idem, *ibidem*). Nesse sentido, a ideia que arma o entendimento das autoras acerca do estado de exceção refere-se ao “contínuo refundar da lei através de formas de violência e autoridade que podem ser construídas como extrajudiciais ou como fora do (ou anteriores ao) Estado” (idem, *ibidem*).

¹⁷ “Porque o *homo sacer*, essa encarnação da vida nua, não pode ser sacrificado, ele está fora do alcance da lei divina, e porque aquele que o mata não pode ser acusado de homicídio, ele também está fora da competência da lei humana” (DAS e POOLE, 2004, p.11).

Essa refundação cotidiana ocorre através da instituição das figuras dos “corpos matáveis”, mas também “através de tipos de poder investidos em figuras como o agente policial ou o ‘chefe’ local” (idem, *ibidem*), que gozariam de “certa imunidade à lei porque são configurados como existindo antes ou por fora da lei” (idem, *ibidem*). Essas figuras e pessoas são fundamentais porque é através delas que se tem um ângulo privilegiado para análise das origens, fronteiras e limites da lei e do Estado (bem como de suas zonas e áreas i-legais e suas vinculações com a violência privada) não como problema filosófico, mas como questão prática experienciada por pessoas concretas que vêm engajadas, aí, suas vidas e seus trabalhos (idem, p.15):

“Para Kant, Hegel e outros teóricos liberais, as origens da lei se estendem até às formas fundamentalmente (e em última instância) privadas (ou ‘naturais’) da lei que antecedem o Estado. Em nossas etnografias, essa questão das origens da lei emerge, não como o mito do Estado, mas, antes, na forma de homens cujas habilidades de representar o Estado ou de aplicar suas leis estão elas próprias pressupostas em sua reconhecida capacidade de mover-se impunemente entre os apelos à forma da lei e formas de prática extrajudicial que estão claramente construídas como residindo fora, ou antes, do Estado (...) Tais figuras de autoridade local representam simultaneamente formas de poder privado altamente personalizadas e a suposta autoridade neutra e impessoal do Estado. É precisamente porque atuam como representantes do Estado que podem atravessar – e assim turvar – a divisão aparentemente clara entre formas legais e extralegis de punição e coação (...) Tais figuras, que aparecem de diferentes formas – como intermediários, falsificadores, caudilhos locais, paramilitares – representam simultaneamente o desvanecimento da jurisdição estatal e a sua contínua refundação através da sua (não tão mítica) apropriação pela violência e pela justiça privadas. Nesse sentido, elas são o segredo público através do qual as pessoas que encarnam a lei, a burocracia e a violência, que juntas constituem o Estado, movem-se para além do campo do mito para juntarem-se na realidade da vida cotidiana. A consideração acerca dessas pessoas nos ajuda a compreender como a fronteira entre o legal e o ilegal atravessa o interior dos escritórios e instituições que encarnam o Estado” (idem, p.14).

É neste sentido, portanto, que “estados de exceção não podem ser entendidos em termos da lei e da transgressão, mas antes em termos de práticas que residem simultaneamente dentro e fora da lei” (idem, p.15) através de configurações e personagens específicos. Como sugirei no capítulo seguinte, essa concepção da exceção enquanto encarnada em figuras contraditórias, já que representam tanto o poder privado quanto a autoridade impessoal do Estado, o que as faz turvar as fronteiras entre o legal e o ilegal, é extremamente útil para pensar a atuação policial em contextos de favelas “pacificadas”. Mais que isso, como também procurarei discutir no próximo capítulo, podemos igualmente encontrar esses “chefes locais” nas figuras atuais dos “donos de morros”, os quais, guardadas as devidas proporções, se encontram nas favelas cariocas desde as primeiras décadas do século XX.

A ideia foucaultiana da lei embutida em sua noção de “gestão diferencial dos ilegalismos” (FOUCAULT, 2007 [1975]) é aqui particularmente pertinente. Embora presente

em outros momentos dos escritos de Foucault, é em *Vigiar e Punir* que aquela noção é extensamente analisada (HIRATA, 2014, p.98). Foucault arma o terreno que lhe permitirá trabalhar aquela noção a partir das críticas que se costuma fazer (desde a primeira metade do século XIX até os dias de hoje) à instituição prisional e à justiça penal, críticas estas segundo as quais a prisão é entendida como conformando, “em sua realidade e seus efeitos visíveis”, o “grande fracasso da justiça penal” (FOUCAULT, 2007 [1975], p.221). Essas críticas se fazem a partir de seis itens: 1) As prisões não diminuem a taxa de criminalidade: mesmo multiplicando-se o número de prisões, a quantidade de crimes e de criminosos ou permanece estável ou aumenta (idem, ibidem); 2) A circunstância de que os condenados atuais são, em grande proporção, antigos detentos só prova que prisão gera a reincidência na prática do crime; logo, a prisão falharia porque “em vez de devolver à liberdade indivíduos corrigidos, espalha na população delinquentes perigosos” (idem, ibidem); 3) A prisão, por suas próprias características internas (isolamento dos detentos em celas, imposição do trabalho penal, corrupção dos agentes penitenciários etc.) não pode deixar de fabricar delinquentes (idem, p.222); 4) A prisão é uma perfeita iniciação do jovem no meio da delinquência porque torna possível, favorece e incita “a organização de um meio de delinquentes, solidários entre si, hierarquizados, prontos para todas as cumplicidades futuras” (idem, ibidem); 5) Saindo da prisão, os detentos carregam consigo permanentemente a insígnia de sua condição de ex-presidiário, o que lhes impõe robustos obstáculos na busca por trabalho e domicílio (idem, p.223); 6) Por fim, “a prisão fabrica indiretamente delinquentes ao fazer cair na miséria a família do detento” (idem, ibidem). De acordo com essa “monótona crítica da prisão” (idem, ibidem), a instituição prisional falha porque não corrige e não pune, expressando portanto um duplo desperdício de recursos: “diretamente pelo custo intrínseco de sua organização e indiretamente pelo custo da delinquência que ela não reprime” (idem, ibidem). Desde o século XIX, o que dessa crítica se deriva, em termos de propostas práticas para resolver essa falha e esse fracasso da prisão, é a reafirmação contínua dos próprios princípios penitenciários¹⁸:

“Há um século e meio que prisão vem sempre sendo dada como seu próprio remédio; a reativação das técnicas penitenciárias como a única maneira de reparar seu fracasso permanente; a realização do projeto corretivo como o único método para superar a impossibilidade de torná-lo realidade” (idem, ibidem).

E ainda:

¹⁸ Quais sejam: princípio da correção, princípio da classificação, princípio da modulação das penas, princípio do trabalho como obrigação e como direito, princípio da educação penitenciária, princípio do controle técnico da detenção, princípio das instituições anexas (FOUCAULT, 2007 [1975], p.224-5).

“Palavra por palavra, de um século a outro, as mesmas proposições fundamentais se repetem. E são dadas a cada vez como a formulação enfim obtida, enfim aceita de uma reforma até então sempre fracassada” (idem, p.225).

O que tudo isso evidencia, põe a nu? Simplesmente que o fracasso da prisão é parte integrante de seu funcionamento. Numa formulação: “se a instituição-prisão resistiu tanto tempo, e em tal imobilidade, se o princípio da detenção penal nunca foi seriamente questionado, é sem dúvida porque esse *sistema carcerário* se enraizava em profundidade e exercia funções precisas” (idem, p.226 – grifos meus); ou ainda: “a instituição de uma delinquência que constitua como que uma ilegalidade fechada apresenta com efeito um certo número de vantagens” (idem, p.231); quer dizer, a *produção*, a *organização*, a *especificação*, a *delimitação dos contornos*, a *objetificação* e o *isolamento* da delinquência, ao invés de insurgirem-se contra a (e apesar da) prisão, são partes constitutivas do “sistema carcerário”, entendido como um conjunto complexo que envolve não apenas a prisão com seus muros, seus regulamentos, seu pessoal e sua violência (idem, p.225), mas uma série de quatro elementos (elemento de sobreponder, elemento do saber conexo, elemento de eficácia inversa e elemento do desdobramento utópico) que sobrepôs-se historicamente à prisão enquanto privação jurídica da liberdade (idem, *ibidem*). Neste sentido,

“o sistema carcerário junta numa mesma figura discursos e arquitetos, regulamentos coercitivos e proposições científicas, efeitos sociais reais e utopias invencíveis, programas para corrigir a delinquência e mecanismos que solidificam a delinquência” (idem, *ibidem*).

A questão que se põe, então, é: por que a prisão (ou o “sistema carcerário”, melhor dizendo) foi chamada/o a desempenhar esse papel? A quem e para que serve isso que a monótona crítica à prisão denuncia: “manutenção da delinquência, indução em reincidência, transformação do infrator ocasional em delinquência” (idem, p.226)? Qual é a sua utilidade? A resposta de Foucault é longa e complexa – e é nela que ele desenvolve sua noção de gestão diferencial dos ilegalismos.

Ao perseguir essa questão, Foucault discute a partir de um quadro histórico – dos séculos XVIII e XIX – de profunda transformação: é a destruição cada vez mais evidente do Antigo Regime (com suas tentativas de solução de compromisso entre burguesia industrial e nobreza feudal) dando lugar a um mundo radicalmente novo organizado em torno de outra dominação e de outros interesses político-econômicos. É no bojo desse processo que se deve localizar as novas teorias penais que surgem naqueles séculos, nas quais se entrevê uma utopia (perfeitamente liberal e burguesa) de igualdade natural, de uma comunidade de cidadãos iguais perante a lei (inclusive penal) e igualmente submetidos aos mesmos

procedimentos repressivos e disciplinares porque nivelados – por sua humanidade em comum – nas possíveis incorreções em infrações penais:

“Formara-se então a utopia de um sociedade universal e publicamente punitiva onde mecanismos penais sempre em atividade funcionariam sem atraso nem mediação nem incerteza; uma lei, duplamente ideal, pois perfeita em seus cálculos e presente na representação de cada cidadão, bloquearia, desde a origem, quaisquer práticas de ilegalidades” (idem, p.227).

Acontece que um espectro rondava a Europa: o espectro do comunismo. Quer dizer, há – nos séculos XVIII e XIX, séculos de revoluções, revoltas e turbulências – uma “generalização dos ilegalismos populares” (idem, p.229) que se opera a partir de um princípio: o da violência política. Nesse enquadramento histórico, as diversas ilegalidades populares desenvolvem perigosamente uma destacada dimensão política e insurgente – e isso por meio de um duplo movimento que vale reter. De um lado,

“práticas até então localizadas e de certo modo limitadas a elas mesmas (como a recusa do imposto, do recrutamento, das cobranças, das taxações; a confiscação violenta de mercadorias desapropriadas; a pilhagem de lojas e a venda autoritária dos produtos pelo “justo preço”; as defrontações com os representantes do poder) resultaram durante a Revolução [Francesa] em lutas diretamente políticas, que tinham por finalidade, não simplesmente fazer ceder o poder ou transferir uma medida intolerável, mas mudar o governo e a própria estrutura do poder. [De outro lado], certos movimentos políticos apoiaram-se de maneira explícita nas formas existentes de ilegalidade (como a agitação realista do oeste ou do sul da França utilizou a recusa dos camponeses das novas leis sobre a propriedade, a religião, o recrutamento); essa dimensão política da ilegalidade se tornará ao mesmo tempo mais complexa e mais marcada nas relações entre o movimento operário e os partidos republicanos no século XIX, na passagem das lutas operárias (greves, conluios proibidos, associações ilícitas) à revolução política” (idem, p.227).

Nesse duplo processo, o que se vê é, no horizonte de práticas ilegais, lutas propriamente políticas (idem, *ibidem*) – o que não quer dizer que todas elas tenham se articulado diretamente em torno desse objetivo de derrubada e revolução do governo e do poder político, mas que “boa parte delas se pode capitalizar para combates políticos de conjunto e às vezes até conduzir diretamente a isso” (idem, p.228). Com os novos códigos legais expressando uma nova sujeição a acusar uma nova forma de dominação política, os séculos XVIII e XIX testemunham assim a emergência de ilegalidades populares *diretamente políticas* que assim o eram não apenas porque a isso de destinavam, mas também porque aqueles novos códigos multiplicavam as formas e definições das infrações:

“Foi sem dúvida contra o novo regime de propriedade da terra – instaurado pela burguesia, que aproveitou a Revolução [Francesa] – que se desenvolveu a ilegalidade camponesa que sem dúvida conheceu suas formas mais violentas do Termidor ao Consulado, mas não desapareceu então; foi contra o novo regime de exploração legal do trabalho que se desenvolveram as ilegalidades operárias no começo do século XIX: desde os mais violentos, como as quebras de máquinas, ou os mais duráveis como a constituição de associações, até os mais cotidianos como o absentismo, o abandono do serviço, a vadiagem, as fraudes nas matérias-primas, na

quantidade e na qualidade do trabalho terminado. Uma série de ilegalidades que surge em lutas onde sabemos que se defrontam ao mesmo tempo *a lei e a classe que a impôs* (...) As novas formas do direito, os rigores da regulamentação, as exigências ou do Estado, ou dos proprietários, ou dos empregadores, e as técnicas mais cerradas de vigilância, multiplicavam as ocasiões do delito, e faziam se bandear para o outro lado da lei muitos indivíduos que, em outras condições, não teriam passado para a criminalidade especializada [característica da delinquência]; foi tendo por fundo as novas leis sobre a propriedade, tendo também por fundo o recrutamento recusado, que uma ilegalidade camponesa se desenvolveu nos últimos anos da Revolução, multiplicando as violências, as agressões, os roubos, as pilhagens, e até as grandes formas de ‘banditismo político’; foi também tendo por fundo uma legislação ou regulamento muito pesados (referentes ao certificado de reservista, aos alugueis, aos horários, às ausências) que se desenvolveu um vagabundagem operária que muitas vezes ia de par com a estrita delinquência. Toda uma série de práticas ilegais que durante o século anterior tinham tido a tendência a se decantar e se isolar parecem agora reatar relações para formar uma nova ameaça” (idem, p.228-9).

Uma ameaça especificamente política e potencialmente revolucionária que “serviu de suporte ao grande medo de uma plebe que se acredita toda em conjunto criminosa e sediciosa, ao mito da classe bárbara, imoral e fora da lei que, do império à monarquia de julho, está continuamente no discurso de legisladores, dos filantropos ou dos pesquisadores da vida operária” (idem, p.229). É em função desse medo e da ideia dessa ameaça que se arma, no século XIX, toda uma série de formulações sobre a lei e a justiça que nada tinham que ver com aquela utopia de uma sociedade universal e publicamente punitiva ancorada numa percepção e num tratamento igualitário da comunidade de cidadãos; formulações essas que não mais disfarçam sua “necessária dissimetria de classe” (idem, p.230) e que entendem estar unicamente nos meios populares (operários e camponeses) a fonte das ilegalidades e da delinquência¹⁹. Foucault encontra diversas expressões dessas formulações – estranhas, repita-se, àquela utopia definidora da teoria penal do século XVIII e que escancaram seu viés de classe; dizem elas

“que o crime não é uma virtualidade que o interesse ou as paixões introduziram no coração de todos os homens, mas que é coisa quase exclusiva de uma certa classe social; que os criminosos, que antigamente eram encontrados em todas as classes sociais, saem agora ‘quase todos da última fileira da ordem social’; ‘que nove décimos de matadores, de assassinos, de ladrões e de covardes procedem do que chamamos a base social’; que não é o crime que torna estranho à sociedade, mas antes que ele mesmo se deve ao fato de que e está na sociedade como um estranho, que se pertence àquela ‘raça abastarda’ de que falava Target, àquela ‘classe degradada pela miséria cujos vícios se opõem como um obstáculo invencível às generosas intenções que querem combatê-la’; que nessas condições seria hipocrisia ou ingenuidade acreditar que a lei é feita para todo mundo em nome de todo mundo; que é mais prudente reconhecer que ela é feita por alguns e se aplica a outros; que em princípio ela obriga a todos os cidadãos, mas se dirige principalmente às classes

¹⁹ Diz um tratado de direito penal da época (de 1829): “Percorrei os locais onde se julga, se prende, se mata... Um fato nos chama atenção sempre; em toda parte vedes duas classes bem distintas de homens, dos quais uns se encontram sempre nos assentos dos acusadores e dos juizes, e outros nos bancos dos réus e dos acusados” (ROSSI *apud* FOUCAULT, 1997 [1975]), p.229).

mais numerosas e menos esclarecidas; que, ao contrário do que acontece com as leis políticas ou civis, sua aplicação não se refere a todos da mesma forma; que nos tribunais não é a sociedade inteira que julga seus membros, mas uma categoria encarregada da ordem sanciona outra fadada à desordem” (idem, p.229).

Se é assim, prossegue o raciocínio de Foucault, então começamos a vislumbrar a *utilidade* política e econômica (para a nova ordem burguesa que então se instaurava) do sistema carcerário em produzir, especificar, isolar e organizar uma ilegalidade específica, a delinquência; começamos a vislumbrar que ela, enquadrada, especificada, recortada, fechada, isolada e sublinhada por aquele sistema, tem um papel instrumental com relação às outras ilegalidades, isto é, que este sistema, *no intuito de gerir as distintas práticas ilegais*, investe algumas delas do caráter de delinquência, inserindo-as, assim, num mecanismo de reprodução e de punição de que a prisão, a polícia e a justiça penal são as engrenagens centrais:

“O circuito da delinquência não seria o subproduto de uma prisão que, ao punir, não conseguisse corrigir; seria o efeito direto de uma penalidade que, para gerir as práticas ilegais, investiria algumas delas num mecanismo de ‘punição-reprodução’ de que o encarceramento seria uma das peças principais” (idem, p.231).

Ou ainda:

“Sem dúvida a delinquência é uma das formas da ilegalidade; em todo caso, tem suas raízes nela; mas, é uma ilegalidade que o “sistema carcerário”, com todas as suas ramificações, investiu, recortou, penetrou, organizou, fechou num meio definido e ao qual deu um papel instrumental, em relação às outras ilegalidades. Em resumo, se a oposição jurídica ocorre entre a legalidade e a prática ilegal, a oposição estratégica ocorre entre as ilegalidades e a delinquência” (idem, p.230).

Como a delinquência opera esse papel instrumental, ajudando assim na gestão (seletiva) das práticas ilegais? De duas formas: indireta e diretamente. Indiretamente, a organização das ilegalidades em delinquência pelo sistema carcerário (e, igualmente, pela polícia²⁰ e pela justiça penal) tem o efeito de, drenando a ameaça política e econômica que elas potencialmente carregam, fazê-las pesar (pelo exemplo do estigma da própria delinquência como recorte do social) sobre as outras ilegalidades populares. A delinquência, essa ilegalidade concentrada, é assim – depois de isolada – útil em relação a outras ilegalidades:

“(…) a agitação imprecisa de uma população que pratica uma ilegalidade de ocasião que é sempre susceptível de se propagar, ou ainda aqueles bandos incertos de vagabundos que recrutam, segundo o itinerário ou as circunstâncias, desempregados, mendigos, refratários e que crescem às vezes – isso fora visto no fim do século XVIII – até formar forças temíveis de pilhagem e de motim, são substituídos por um grupo relativamente restrito e fechado de indivíduos sobre os quais se pode efetuar vigilância constante (...) Essa ilegalidade concentrada, controlada e desarmada é diretamente útil. Ela o pode ser em relação a outras ilegalidades: isolada e junto a elas, voltada para suas próprias organizações internas, fadada a uma criminalidade violenta cujas primeiras vítimas são muitas vezes as classes pobres [donde saem sem dúvida os policiais], acoçada por todos os lados pela polícia, exposta a

²⁰ “A organização de uma ilegalidade isolada e fechada na delinquência não teria sido possível sem o desenvolvimento dos controles policiais” (FOUCAULT, 2007 [1975], p.233).

longas penas de prisão, depois a uma vida definitivamente ‘especializada’. A delinquência, esse outro mundo, perigoso e muitas vezes hostil, bloqueia ou ao menos mantém a um nível bastante baixo as práticas ilegais correntes (pequenos roubos, pequenas violências, recusas ou desvios cotidianos da lei), impede que elas resultem em formas amplas e manifestas, um pouco como se o efeito de exemplo que antigamente se exigia da ostentação dos suplícios fosse procurado agora menos no rigor das punições que na existência visível, marcada, da própria delinquência: ao se diferenciar das outras ilegalidades populares, a delinquência pesa sobre elas” (idem, p.231).

Não só pelo peso do exemplo a delinquência guarda seu papel instrumental em relação às outras ilegalidades (papel atribuído pelo sistema carcerário e pela polícia e pela justiça penal), a mostrar a oposição estratégica entre ela (delinquência) e elas (ilegalidades populares), mas também de modo direto – e de diferentes formas: por meio da organização da prostituição, do tráfico de armas, do tráfico de drogas, do tráfico de álcool (nos países e períodos da lei seca) e da delação e infiltração em partidos e movimentos operários (isto é, como massa de manobra para dissolver e derrubar esses partidos e movimentos). Chegamos, assim, a uma definição de delinquência como um conjunto de ilegalidades populares que conforma uma criminalidade violenta, especializada e inofensiva política e economicamente, cujos agentes são recrutados nos meios populares e cujas vítimas têm aí também sua extração de classe e que é perfeitamente útil por constituir um necessário desvio no processo de fortalecimento e reprodução dos *ilegalismos dominantes* ou *ilegalismos das classes dominantes*. Tráfico (de drogas, de álcool, de armas), prostituição, delação e infiltração secreta: todas formas de uma delinquência útil porque a serviço dos “ilegalismos de privilegiados” (idem, p.236).

Os delinquentes formam, assim, “um exército de reserva do poder” (idem, p.233). É precisamente destas formas, portanto, que a delinquência torna-se um *instrumento para gerir e explorar as ilegalidades populares* (idem, p.232), constituindo-se em *objeto e instrumento privilegiado da vigilância policial* (idem, p.233). Uma ilegalidade organizada em delinquência é uma ilegalidade dominada, subordinada, dócil e útil *porque* transforma-se assim num agente da ilegalidade dos grupos dominantes ou da “gestão diferencial das ilegalidades” (idem, p.227); ela é assim organizada por meio de práticas que se perfazem, pela inter-ação complexa de prisão-polícia-justiça penal, *nas margens da legalidade*, isto é, *nas fronteiras entre o legal e o ilegal* e a serviço de uma específica dominação de classe:

“Na realidade, a utilização da delinquência como meio ao mesmo tempo separado e manejável foi feita principalmente nas margens da legalidade. Ou seja, instalou-se também no século XIX uma espécie de ilegalidade subordinada, cuja docilidade é garantida por sua organização em delinquência, com todas as vigilâncias que isto implica. A delinquência, ilegalidade dominada, é um agente para a ilegalidade dos grupos dominantes. A implantação das redes de prostituição no século XIX é característica a respeito: (...) na computação do preço do prazer, na constituição de

lucro da sexualidade reprimida e na recuperação desse lucro, o meio delinquente era cúmplice de um puritanismo interessado: um agente fiscal ilícito sobre práticas ilegais. Os tráficos de armas, os de álcool nos países da lei seca, ou mais recentemente os de droga, mostrariam da mesma maneira esse funcionamento da ‘delinquência útil’; a existência de uma proibição legal cria em torno dela um campo de práticas ilegais, sobre o qual se chega a exercer controle e a tirar um lucro ilícito por meio de elementos ilegais, mas tornados manejáveis por sua organização em delinquência. Esta é um instrumento para gerir e explorar as ilegalidades. É também um instrumento para a ilegalidade que o próprio exercício do poder atrai a si. A utilização política dos delinquentes – sob a forma de espias, denunciantes, provocadores – era fato sabido bem antes do século XIX. Mas, depois da Revolução [Francesa] essa prática tomou dimensões completamente diversas: a infiltração nos partidos políticos e associações operárias, o recrutamento de homens de ação contra os grevistas e amotinados, a organização de uma subpolítica – que trabalha em relação direta com a polícia legal e suscetível, em último caso, de se tornar uma espécie de exército paralelo – todo um funcionamento extralegal do poder foi em parte realizado pela massa de manobra constituída pelos delinquentes: política clandestina e exército de reserva do poder (...) Pode-se dizer que a delinquência, solidificada por um sistema penal centrado sobre a prisão, representa um desvio de ilegalidade para os circuitos de lucro e de poder ilícitos da classe dominante” (idem, p.232-3).

A longa passagem de Foucault é necessária por explicitar muito cabalmente qual é a função e a utilidade do suposto fracasso da prisão (ou do sistema carcerário) em especificar, fabricar e organizar uma delinquência que é seu dever declarado combater. Sua função e sua utilidade residem na colonização de que são alvo pelas “ilegalidades dominantes” (idem, p.237), isto é, pelas “ilegalidades políticas e econômicas da burguesia” (idem, p.236) que estão a serviço da manutenção e do fortalecimento de sua própria dominação de classe. Prisão, polícia, justiça penal e delinquência, assim, são engrenagens que mutuamente se reforçam na operação de uma economia geral as ilegalidades que tem por função sistêmica “não tanto tornar dóceis os que estão prontos a transgredir as leis, mas organizar a transgressão das leis numa tática geral das sujeições” (idem, p.226) que tem por objetivo não apenas nutrir os “circuitos de lucro e de poder ilícitos da classe dominante” (idem, p.233), mas também sufocar e drenar o caráter potencialmente explosivo (do ponto de vista político) e custoso (do ponto de vista econômico) das ilegalidades populares por meio da infiltração, da informação secreta, da delação etc.²¹ É essa sistemática (operada por quatro termos que se apoiam uns nos outros) que gere seletivamente os ilegalismos populares; é ela que opera o tal

²¹ “Mas, a vigilância também de meios e de grupos considerados como perigosos pelos espias ou indicadores, que são quase todos antigos delinquentes, controlados como tais pela polícia: a delinquência, objeto entre outros da vigilância policial, é um dos instrumentos privilegiados dessa mesma vigilância. Todas essas vigilâncias pressupõe a organização de uma hierarquia em parte oficial em parte secreta (era essencial na polícia parisiense o ‘serviço de segurança’ que compreendia, além dos ‘agentes ostensivos’ – inspetores e cabos – os ‘agentes secretos’ e indicadores movidos pelo receio do castigo ou pela atração de uma recompensa” (idem, p.233).

“controle diferencial das ilegalidades” (idem, p.234) que nunca chega ao fim, nunca chega a termo, mas se retroalimenta indefinidamente:

“A delinquência, com os agentes ocultos que proporciona mas também com a quadriculagem geral que autoriza, constitui em meio de vigilância perpétua da população: um aparelho que permite controlar, através dos próprios delinquentes, todo o campo social (...) Mas essa vigilância só pôde funcionar conjugada com a prisão. Porque esta facilita o controle dos indivíduos quando são libertados, porque permite o recrutamento dos indicadores e multiplica as denúncias mútuas, porque coloca os infratores em contato uns com os outros, ela precipita a organização de um meio delinquente fechado em si mesmo, mas que é fácil de controlar: e todos os efeitos de desinserção que acarreta (desemprego, proibição de permanência, residências forçadas, disponibilidades) abrem largamente a possibilidade de impor aos antigos detentos as tarefas que lhe são determinadas. Prisão e polícia formam um dispositivo geminado; sozinhas elas realizam em todo o campo das ilegalidades a diferenciação, o isolamento e a utilização de uma delinquência. Nas ilegalidades, o sistema polícia-prisão corresponde a uma delinquência manejável. Esta, com sua especificidade, é um efeito do sistema; mas, torna-se também uma engrenagem e um instrumento daquele. De maneira que se deveria falar de um conjunto cujos três termos (polícia-prisão-delinquência) se apoiam uns sobre os outros e formam um circuito que nunca é interrompido. A vigilância policial fornece à prisão os infratores que esta transforma em delinquentes, alvo e auxiliares dos controles policiais que regularmente mandam alguns deles de volta à prisão. Não há uma justiça penal destinada a punir todas as práticas ilegais e que, para isso, utilizasse a polícia como auxiliar, e a prisão como instrumento punitivo, podendo deixar no rastro de sua ação o resíduo inassimilável da “delinquência”. Deve-se ver nessa justiça um instrumento para o controle diferencial das ilegalidades. El relação a este, a justiça criminal desempenha o papel de caução legal e princípio de transmissão. Ela é um ponto de troca numa economia geral das ilegalidades, cujas outras peça são (não abaixo dela, mas a seu lado) a polícia, a prisão e a delinquência” (idem, p.233-4).

Assim:

“Essa produção da delinquência e seu investimento pelo aparelho penal devem ser tomados pelo que são: não resultados definitivos, mas táticas que se deslocam na medida em que nunca atingem inteiramente seu objetivo” (idem, p.236).

Essa noção, portanto, de “gestão diferencial dos ilegalismos” traz em si uma interpretação da lei não como um operador que estabelece em definitivo um dentro e um fora, um legal e um ilegal cabalmente definidos e opostos, mas sim como o produto e o resultado de um jogo de forças e de uma disputa de poder; é nesse sentido que “estados de exceção não podem ser entendidos em termos da lei e da transgressão, mas antes em termos de práticas que residem simultaneamente dentro e fora da lei” (DAS e POOLE, 2004, p.15) através de configurações e personagens específicos; e, neste sentido, a lei não deve ser entendida como meio para se impedir certas infrações ou se incentivar determinados comportamentos, mas como um marcador através do qual se distribuem as formas i-legais de exercício do poder.

“Do [...] ponto de vista [de Foucault], a lei não é feita para impedir algum tipo de comportamento (ou para produzi-lo), mas para funcionar como um marcador diferencial entre as diversas maneiras de ‘tornar a lei’ [...]. Em torno do código, distribuem-se os ilegalismos, que são apropriados como atividades particulares de um grupo ou de outro em razão da distribuição capilar do poder e da pulverização

dos pontos de luta e enfrentamento. Em outras palavras, a lei apresenta-se como um instrumento para gerir os ilegalismos, ora transformando-os em ilegalidade, ora, quando deixa de se aplicar, mantendo uma tolerância ou criando uma invisibilidade em torno de práticas que formalmente se inscrevem (ou um dia se inscreveriam) no campo das ilegalidades” (BARBOSA e RENOLDI, 2013, p.17).

Como veremos no capítulo seguinte, essa forma de abordar a lei é extremamente profícua e pertinente na discussão acerca das sucessivas categorias e abordagens jurídicas de *favela* (e, antes, de *cortiço*); as diversas legislações que se sucedem determinando a proibição da expansão dessas formas (cortiços, casas de cômodo etc.) e espaços (favelas, loteamentos etc.) de moradia popular nunca foram aplicadas “estrita” e “literalmente” (como cobra CARVALHO, 1987, p.160) simplesmente porque da permanência das favelas no tecido urbano sempre se derivou uma série de vantagens econômicas (força de trabalho para um processo tímido e depois acelerado de industrialização num contexto de déficit habitacional e precariedade dos transportes públicos) e políticas (controle de um contingente populacional cujo apoio político esteve sempre em disputa pelo próprio Estado – “política da bica d’água” ou “utopia varguista” – e por sindicatos e organizações comunistas, socialistas e anarquistas) que reforçavam o padrão global de dominação (sociedade escravista [estalagens, cortiços etc.] e, depois, sociedade urbano-industrial em formação e consolidação [favelas, loteamentos irregulares etc.]); a manutenção das favelas numa contínua situação de precariedade e insegurança jurídicas (ou se se quiser dizer, de *exceção*), portanto, sempre foi funcional do ponto de vista do governo de sua população e da extração de uma série de vantagens políticas e econômicas para uma nova ordem (urbano-industrial) que se impunha. Se olharmos ainda para a criminalidade violenta (“sociabilidade violenta” ou “socialidade criminal”, como veremos) que, sob a forma das facções do varejo de drogas ilícitas, se territorializam nos espaços de favela da cidade sobretudo a partir dos anos 1990, percebemos igualmente que sua condição de possibilidade não é a ausência do Estado, da polícia ou de uma verdadeiramente eficaz e eficiente política de segurança pública. A “crítica monótona” do fracasso do Estado na contenção e na erradicação deste tipo de criminalidade insiste – exatamente como no caso das prisões analisado por Foucault – na necessidade do reforço do dispositivo policial nesses territórios; como veremos, desde o início do século XX que se insiste na necessidade de uma ação policial concentrada, que cerque os territórios favelados, que elimine os agentes criminosos e institua – sem brechas – uma ordem pública sempre ameaçada e nunca concretizada: dia a dia e ano a ano se sucedem as “operações policiais”, muitas delas com

coberturas midiáticas espetaculares e reforçadas por inúmeros agentes e instrumentos das Forças Armadas.

A UPP (e o GPAE antes), nesse sentido, é mais um experimento de segurança pública a expressar o reforço dessa ideia de que é a ausência do Estado (em sentido amplo) a condição de possibilidade de surgimento e expansão daquela criminalidade violenta. Diferentes “políticas de segurança pública” e “operações policiais”, portanto, partindo sempre do mesmo pressuposto, ocultam a realidade de que as facções criminosas do varejo de drogas ilícitas que operam nos morros da cidade só existem em função da ação sistemática e contínua dos aparelhos de Estado (polícia, justiça penal, prisão). E assim é porque daí derivam certamente vantagens do ponto de vista das ilegalidades dominantes, já que, como não se cansam de acusar diversos atores comprometidos com a discussão da violência policial, ali não se plantam as drogas nem se fabricam as armas. Quem lucra com os cercos às favelas? Qual a utilidade da manutenção de uma criminalidade violenta setORIZADA e territorializada que acusa permanentemente a necessidade do reforço (nunca suficiente) do braço armado do Estado? Quais as vantagens políticas e econômicas da manutenção das facções criminosas exatamente do jeito em que elas operam?

Antes de retomarmos esses temas no próximo capítulo, voltemos à discussão avançada por de Das e Poole; numa terceira acepção, o conceito de margens gira em torno dos temas da legibilidade e da ilegibilidade (2004, p.09); embora reconhecendo que “muito do Estado moderno é construído através de práticas escritas” (idem, *ibidem*) e que “as práticas estatais de documentação e recolhimento de estatísticas estão todas voltadas, em algum sentido, para consolidação do controle estatal sobre sujeitos, populações, territórios e vidas” (idem, *ibidem*), as autoras entendem que o Estado não é algo acerca de sua legibilidade. Neste sentido, identificam uma série de diferentes “espaços, formas e práticas através das quais o Estado é tanto experienciado quanto desfeito através da *ilegibilidade* de suas práticas, documentos e palavras” (idem, p.09-10 – grifos das autoras). Quer dizer, a ilegibilidade, enquanto traço distintivo da experiência que têm do Estado determinadas pessoas e territórios, é interpretada não como uma “falha” administrativa que pode ser “corrigida” burocraticamente ou por meio da “política correta”, mas como uma específica *tecnologia de poder* que tem efeitos diversos – uma vez que o estado encontra-se investido da manutenção de suas margens como supostos “espaços sem lei” (idem, p.33).

Referindo-se aos vários tipos de documentação através das quais as pessoas “se encontram com o Estado” (idem, p.15) – certidões de óbito e nascimento, carteiras de identidade, ofícios de justiça, queixas criminais, relatórios policiais, passaportes etc. –, as autoras mostram que tais documentos, carregando “o duplo signo do distanciamento e da penetração do Estado na vida cotidiana” (idem, ibidem), podem ser interpretados como práticas através das quais “o Estado faz a população legível para si mesma, criando o que é entendido como um efeito de legibilidade” (idem, p.15-6). Situando-se noutra ângulo de análise, no entanto, elas advertem que

“o que nos interessa não é como o Estado torna a população legível para ela mesma, mas como esses documentos incorporam-se em formas de vida através das quais ideias de sujeitos e de cidadãos começam a circular entre aqueles que usam esses documentos” (idem, p.16).

Vários são os exemplos aqui, desde as experiências de justiça de camponeses peruanos (POOLE, 2004), passando pelas dificuldades de imigrantes serra-leoninos de viajar e conseguir passaportes e cidadanias às vezes tendo de ir a consulados que sequer existem (FERME, 2004), até os casos de *checkpoints* policiais e militares no Sri Lanka (JEGANATHAN, 2004), na Colômbia (SANFORD, 2004) ou no Peru (POOLE, 2004) – todos enfatizando a centralidade de uma “experiência temporal do Estado” (DAS e POOLE, 2004, p.16) que se centra na ilegibilidade de suas práticas e documentos. Adiante, noutra sentido, as margens são entendidas como espaços móveis e de criatividade. Elas são móveis – e por isso não necessariamente periféricas (idem, p.19) – porque podem ser identificadas não apenas em nítidas fronteiras territoriais entre diferentes Estados-nação, mas também em *checkpoints*, em figuras de autoridade local que manipulam e turvam as fronteiras entre o legal e o ilegal e em possibilidades sempre presentes de “estados de exceção”, os quais também dizem respeito a práticas enraizadas na vida cotidiana – conforme vimos. Ademais, são criativas porque conformam “formas alternativas de política e economia” (idem, ibidem) dentre as quais podemos localizar, por um lado, as configurações econômicas informais²² (uma vez que as margens do Estado também são “espaços nos quais as fronteiras conceituais da economia são criadas e estendidas” – idem, p.20), e, por outro, a instituição de uma nova ordem social violenta²³; tais formas alternativas, que podem “ser carregadas de terríveis

²² Para uma proposta teórica acerca da ideia de “informalidade”, ver seção 4 do capítulo 4 desta tese.

²³ Acredito que o conceito de Machado (2004) de *sociabilidade violenta* pode ser interpretado como referindo-se a uma ordem social cujas condições de possibilidade de afloramento são dadas pelo caráter marginal das favelas cariocas que dá espaço para o surgimento de formas alternativas de sociabilidade; sugerirei, também, que o

perigos” (idem, p.19) – o que deve nos precaver contra o perigo teórico de “romantizar a criatividade das margens” (idem, p.22) –, também trazem à tona o fato de que “embora certas populações sejam patologizadas através de vários tipos de práticas de saber/poder, elas não se submetem a essas condições passivamente” (idem, *ibidem*), como o mostra todo o “movimento de favelados” do Rio de Janeiro (LIMA, 1989). Como sugiro no capítulo seguinte, toda a história de luta da população favelada contra as políticas de remoção e pelo “direito à cidade” (LEFEBVRE, 1968) – mesmo aquela que se desdobrou anteriormente ao surgimento do substantivo *favela* – se desenrola na junção original (criativa), por um lado, de “resistências”²⁴ que se organizam em formas institucionais (associação de moradores, união de trabalhadores favelados etc.) a partir de uma apropriação original das políticas de “identificação” das favelas enquanto territórios ilegais que exigem controles específicos (OLIVEIRA, 2014) e, por outro, de negociações, como exposto na profícua ideia de “controle negociado” (MACHADO DA SILVA, 2002) e de arranjos forjados no interior (ou nos intervalos) da vida cotidiana e das possíveis brechas legais.

Referindo-se aos estudos subalternos, assim se posicionam Das e Poole (2004, p.19-20) sobre este tema, evitando cair nas armadilhas *a priori* a que já nos referimos:

“Embora o trabalho dos historiadores subalternos tenha feito muito ao enfatizar a agência dos grupos subalternos em conjunturas históricas importantes, o *status* canônico da resistência nesses estudos obscurece a relação entre esses momentos críticos e a vida cotidiana. Mesmo quando a vida cotidiana torna-se o foco da análise (...), parece que a agência é vista essencialmente em atos de resistência. Nossa ênfase, em vez disso, é nos modos através dos quais as fronteiras conceituais do Estado são estendidas e refeitas na garantia da sobrevivência e na busca por justiça na vida cotidiana”.

Essa chave de entendimento da criatividade das margens a partir da instituição de formas novas ou alternativas de ações e arranjos políticos e socioeconômicos que se contrapõem às (ou, mais importante, se constituem a partir dos arranjos com as) funções de instituição da ordem legal estatal (ou nos seus interstícios), o que não é o caso da sociabilidade violenta, pois ela não se orienta a partir dos termos dessa ordem, como veremos,

conceito de *socialidade criminal* (GRILLO, 2013) é mais adequado para o tratamento dessa ordem social que Machado procura descrever.

²⁴ Embutida aqui, como diz Hirata (2010, p.129), está uma “aposta” que “seria dupla: de um lado, iluminar os mecanismos do poder no ponto onde estes se constroem e reconstroem cotidianamente e, de outro lado, identificar estratégias de resistência que são formuladas a partir deste enquadramento. Nesses pontos de incidência dos mecanismos de poder seria possível, através de histórias pessoais e coletivas, descrever e analisar a maneira pela qual o poder se organiza e reorganiza e as formas de resistência construídas através da atuação nesse jogo de forças”.

permite que as autoras proponham uma importante inversão de perspectiva a partir da qual o Estado passa a ser visto como as margens do corpo de cidadãos.

De um lado, elas argumentam, a partir do caso analisado por Ashfort (2004), que as pressões daqueles que “habitam um modo de sociabilidade diferente daquele imaginado pelo aparato burocrático racional do Estado” (DAS e POOLE, 2004, p.22) por reformulações dos sistemas estatais em função de suas próprias noções de justiça que são geradas a partir de suas preocupações cotidianas (idem, ibidem) podem ser interpretadas como uma demonstração de como a inscrição, no interior do sistema de justiça, daquilo que Weber chamou, na discussão de sua sociologia do direito sobre o instituto do júri, de resquícios de “irracionalidade primitiva”²⁵ permite compreender o Estado como margem do corpo de cidadãos.

“Uma vez que a “irracionalidade primitiva” que tanto irritou Weber funciona no coração da legalidade estatal, poderíamos tratar o Estado, em certo sentido, como residindo nas margens do corpo de cidadãos” (idem, ibidem).

De outro lado, elas entendem, com Talal Asad (2004), que compreender o Estado – tal como na tradição republicana – não como uma entidade com “vida própria” que, “distinta de governantes e governados”, pode “demandar fidelidade de ambos os lados” (idem, p.281), mas como aquele ao qual a soberania é delegada pelos – ao invés de alienado dos – sujeitos, permite que o próprio Estado seja concebido como as margens do corpo de cidadãos; a partir dessa ideia, elas avançam e afirmam que

“os autores dessa coletânea estão plenamente conscientes da precariedade da vida nas margens, mas eles estão igualmente preocupados em mostrar como formas de ação política e econômica (...) também podem, em alguns momentos, reconfigurar o Estado como uma margem do corpo de cidadãos” (DAS e POOLE, 2004, p.30).

Esse caráter móvel e criativo das margens é heurísticamente interessante por apresentar uma imagem do Estado como uma estrutura que não é monolítica, mas capaz de abarcar uma diversidade de configurações a depender das especificidades dos locais a partir das quais e sobre as quais se fala, o que significa “tomar o caráter indeterminado das margens para confrontar a solidez frequentemente atribuída ao Estado” (idem, p.20)²⁶. Por fim, as autoras defendem uma concepção de margens que se deve à ideia de biopoder (ou estado biopolítico) tal como proposta por Agamben (2002) e, sobretudo, Foucault (1999, 2008a, 2008b). Essa perspectiva não é por elas tão desenvolvida quanto as precedentes, mas sem dúvida forma uma das embocaduras do conceito de *margens*.

²⁵ “Na forma do júri, a irracionalidade primitiva dos meios de decisão e, com isto, também a do próprio ‘direito vigente’ estendem-se, portanto, até a atualidade, no processo inglês” (WEBER, 1999, p.75).

²⁶ Como interpreta Talal Asad (2004, p.279), o “argumento global” de Das e Poole, aqui, é o de que “as margens do Estado podem ser vistas de uma maneira diferente precisamente porque ‘o Estado’ não é um objeto fixo”.

No seu núcleo essencial, a ideia de biopoder ou estado biopolítico refere-se à constatação do fato de que, na modernidade, uma das características centrais do Estado é a “inclusão da vida natural do homem dentro dos mecanismos e cálculos de poder” (DAS e POOLE, 2004, p.25), o que significa dizer que o que define o Estado biopolítico é como o gerenciamento da vida torna-se objeto da política (idem, p.28). Isso pressupõe que “a vida não é uma peça de natureza animal sem qualquer relação com a lei, mas é por ela produzida” (idem, p.25). Trata-se, aqui, de uma virada central, pois é a gestão ou gerenciamento da vida que passa a assumir o primeiro plano no exercício do poder soberano, o que, sem dúvida, é resultado da invenção da “população” como objeto de saber e de regulação (idem, p.26).

O terreno no qual essa noção de estado e de poder rende mais frutos se refere à formação do Estado por meio do controle de epidemias – da doença e do contágio (idem, ibidem). A literatura aí desenvolvida mostra o quanto “a preocupação com as condições de saúde da população e as técnicas de gestão da doença tornaram-se parte dos repertórios de ação do Estado” (idem, ibidem) e, mais importante, o quanto o debate público e as justificações científicas em torno desses temas definia determinados setores da população “como crédulos, sem higiene, irracionais e sem disciplina” (idem, p.27) – o que nos traz de volta para a primeira acepção de margens definida páginas anteriores: como locais habitados por pessoas que necessitam ser pacificadas, geridas, socializadas de acordo com as normas legais, civilizadas e higienizadas. Central, nessa discussão, é o fato de que esse mesmo Estado comprometido com a gestão e com o gerenciamento da vida (de acordo com os imperativos da disciplina e da produtividade) produz seja “corpos matáveis” (Agamben) seja indivíduos “deixados para morrer” (Foucault).

“O referente negativo da nova soberania biopolítica em Agamben é a figura do *homo sacer* – a vida que pode ser assassinada mas não sacrificada; em Foucault, o referente negativo da biopolítica parece ser o ponto no qual é feito um corte entre aqueles cujas vidas são julgadas como dignas de serem vividas e aqueles que são deixados para morrer. Ambos os autores parecem igualmente preocupados com a aparente contradição do estado biopolítico: a saber, como pode um estado comprometido com a gestão da vida produzir uma categoria de pessoas que são consideradas matáveis” (idem, p.25).

Com efeito, o poder disciplinar é nada mais nada menos que uma forma de poder e um princípio de organização social²⁷ especificamente modernos (contrapostos ao exercício do

²⁷ Refere-se, pois, tanto a instituições disciplinares quanto à uma lógica que – transbordando essas instituições fechadas – passa a reger o funcionamento do corpo social, formando um novo tipo de sociedade, a sociedade disciplinar (FOUCAULT, 1987, p.162-87); Foucault estava interessado em mostrar a maneira pela qual as instituições disciplinares eram como que causa e efeito de uma lógica mais ampla de organização social – tratava-se de, como “princípio metodológico, passar por fora da instituição para substituí-la pelo ponto de vista

poder de punir e de exercer o controle da era medieval ou da antiguidade clássica, com seus suplícios e seus espetáculos de dor e sofrimento) que se definem pela sua positividade, isto é, pela sua capacidade de produzir sujeitos úteis economicamente e dóceis politicamente por meio do treinamento, do adestramento e do exame – sujeitos novos adaptados aos novos tempos modernos capitalistas (FOUCAULT, 1987). É possível dizer que, para Foucault, tanto o poder disciplinar e o biopoder se complementam (o primeiro voltado para as individualidades, o segundo para a gestão das coletividades) quanto o estado biopolítico (no gerenciamento da população) obedece aos mesmos imperativos das disciplinas – exército, escola, hospital, hospício, fábrica etc. (DANNER, 2011, 2017)²⁸. Quer dizer, entre as disciplinas e o biopoder (e seus termos – não idênticos, mas – correlatos, como biopolítica, estado biopolítico, governo e governamentalidade) não há solução de continuidade, muito embora tenham *objetos* diferentes.

“A governamentalidade não abandona o projeto foucaultiano da microfísica do poder. Ao contrário, ela permite levar a lógica disciplinar, com sua racionalidade totalizadora e sua tecnologia panóptica, voltadas para esquadrihar espaços, corrigir infrações, eliminar os detalhes e segmentar os sujeitos, a novas direções e objetos, sendo o Estado moderno o principal deles” (CAMARGO, 2016, p.43).

E ainda:

“O novo campo conceitual do governo não renega os postulados sobre o poder disciplinar (...) Na medida em que este era uma tática individualizante, uma vez que se dirigia à docilização dos corpos dos indivíduos – chamada pelo autor de anátomo-política –, o biopoder será uma tática dirigida ao controle de grupos de indivíduos, na escala de visualização da população; será uma tecnologia de poder massificante. Contudo, se o biopoder se diferenciava do poder disciplinar ao dirigir-se a conjuntos populacionais e não a indivíduos, ele se diferenciava também das táticas de soberania. É que se o poder soberano se caracterizava por ‘deixar viver e fazer morrer’ os súditos, o biopoder consistirá em ‘fazer viver e deixar morrer’,

global de uma tecnologia de poder” (1978, p.157) ou para ressitua-la numa “economia geral do poder” (idem, p.158). Essa “ligação” entre a “instituição” e a “sociedade” (por assim dizer), ou entre “o nível micro e macro” (idem, p.160), que ele expõe em *Vigiar e Punir* (1975), é anos depois interpretada como presidida especificamente pelo Estado: “porque, afinal de contas, essas tecnologias gerais de poder que procuramos reconstituir passando fora da instituição, será que afinal elas não estão numa dependência de uma instituição global, de uma instituição totalizante que é, precisamente, o Estado? Será que, saindo dessas instituições locais, regionais, pontuais que são os hospitais, as prisões, as famílias, não somos simplesmente remetidos a outra instituição, de sorte que só sairíamos da análise institucional para sermos intimados a entrar num outro tipo de análise institucional, ou num outro registro, ou num outro nível de análise institucional, precisamente aquele em que estaria em pauta o Estado? (...) Pode-se muito bem destacar os mecanismos disciplinares dos locais em que se tenta pô-los em prática, como as prisões, as fábricas, o exército. Não é acaso o Estado que é finalmente responsável em última instância por sua aplicação geral e local?” (FOUCAULT, 1978, p.159-60).

²⁸ Assim, seria correto dizer que “a preocupação estatal com a gestão da população obedece à intenção de consolidar a economia capitalista: a emergência de um Estado gestor e normalizador [vale dizer, um estado biopolítico], a partir de fins do século XVIII, deve ser entendida como um momento no qual a racionalidade econômica, tal qual concebida pelo liberalismo, passa a determinar o âmbito político e a própria dinâmica social (criminalidade, sexualidade, natalidade, educação etc.).” (DANNER, 2011, p.144-5).

constituindo-se em um poder sobre a vida das populações, destinado a preservá-la” (idem, p.40).

Essa última consideração nos recoloca a questão destacada por Das e Poole (2004, p.25) acerca da gestão da vida ao lado da produção de corpos matáveis ou deixados para morrer; impossível não pensar, aqui, no higienismo carioca do século XIX. Como Chalhoub (1996) mostra no detalhe, as políticas públicas higienistas voltavam-se, certamente, para fazer viver a população por meio da cura e da contenção do contágio da febre amarela. Mas, não qualquer população. A tuberculose, doença particularmente alastrada entre os negros da cidade, foi praticamente ignorada, a febre amarela sendo objeto de especial atenção (e recursos) por atingir mais fortemente os imigrantes europeus; nitidamente, portanto, o “corte entre aqueles cujas vidas são julgadas como dignas de serem vividas e aqueles que são deixados para morrer” (DAS e POOLE, 2004, p.25), nesse caso, era operado pelas teorias raciais (tão em voga no Brasil da época) de homens como João Batista Lacerda, Silvio Romero, Euclides da Cunha e tantos outros que, influenciados pelas teorias do racismo científico europeu (Arthur de Gobineau, Louis Agassiz, Cesare Lombroso, Samuel Morton etc.), passaram a ler o país em termos de “raça” (SCHWARCZ, 1993) e viram no embranquecimento da população via miscigenação a única saída possível para o Brasil (seu desenvolvimento e avanço civilizacional). A vigência de ideologias raciais, portanto, foi o que levou, naquele contexto específico, àquele “corte”; nas palavras do próprio Chalhoub (1996, p.08-9):

“Os cientistas da Higiene formularam políticas públicas voltadas para a promoção de melhorias nas condições de salubridade vigentes na Corte e no país em geral. Naturalmente, escolheram priorizar algumas doenças em detrimento de outras. A febre amarela, flagelo dos imigrantes (...), tornou-se o centro dos esforços de médicos e autoridades. Enquanto isso, os doutores praticamente ignoravam, por exemplo, uma doença como a tuberculose, que eles próprios consideravam especialmente grave entre a população negra do Rio. A intervenção de higienistas nas políticas públicas parecia obedecer ao mal confessado objetivo de tornar o ambiente urbano salubre para um determinado setor da população. Tratava-se de combater as doenças hostis à população branca, e esperar que a miscigenação – promovida num quadro demográfico modificado pela imigração europeia – e as moléstias reconhecidamente graves entre os negros lograssem o embranquecimento da população, eliminando gradualmente a herança africana da sociedade brasileira”.

Ou:

“Apesar da linguagem assentada na noção de ambiente continuar a predominar entre médicos e autoridades na virada do século, o fato é que tais personagens haviam passado a atuar a partir do pressuposto de que o objetivo principal das políticas de combate às doenças era promover o embranquecimento da população (...) Os brasileiros inventaram um racismo à sua feição: ao combater a febre amarela e negligenciar as doenças que flagelavam a população negra, os doutores, na realidade, procuravam *mudar o ambiente com o intuito de auxiliar a natureza*. E o trabalho da natureza, coadjuvada pela imigração e pela miscigenação, era a

eliminação paulatina da herança africana – isto é, a herança da “raça inferior” – presente na sociedade brasileira” (idem, p.95 – grifos do autor).

A referência à “ideologia da higiene” (idem, p.29) serve de ponte para o próximo capítulo, pois também teve seu papel no enquadramento das favelas (não só dos cortiços) como margens do Estado, como veremos; quer dizer, essa consideração das margens (influenciadas pelas ideias foucaultianas de governamentalidade e biopoder) enquanto abrigando populações entendidas como incivilizadas, sem higiene, indóceis, selvagens, violentas, insuficientemente socializadas pela lei, irracionais e sem disciplina e que se convertem, assim, em objetos de políticas de “gerenciamento da vida” (ou são “deixadas para morrer” ou consideradas “matáveis”), é central na discussão das favelas (e dos cortiços) cariocas que se fará no capítulo seguinte. A referência àquela ideologia e ao papel por ela jogado na implementação de políticas urbanísticas e de saúde também serve para destacar, com Das e Poole, o fato de que as práticas estatais de gestão da vida e as políticas que constituem determinadas populações e territórios como marginais não se processam da mesma maneira em todos os lugares, de modo que as especificidades locais e nacionais devem ser levadas em consideração, nem – algo que deve ser lembrado – são imunes aos agenciamentos particulares daquelas mesmas populações (o que nos recoloca a questão da “criatividade” e da “mobilidade” das margens). Assim,

“nós não podemos assumir que uma lógica inexorável na gestão da vida desdobra-se da mesma maneira em todos as sociedades. Sociedades pós-coloniais tais como a Índia e a África do Sul têm histórias específicas nas quais a gramática de relacionamentos molda a forma em que a biopolítica é instituída (...) As populações (...) podem existir apenas como entidades a serem administradas somente no imaginário do Estado, mas os habitantes dessas margens não são objetos inertes: formas de governo, relações sociais em torno de diferentes zonas de experiência e gêneros culturais dentro dos quais a linguagem adquire vida geram modos de comprometer e engajar o Estado biopolítico que não podem ser alcançados através da especulação metafísica” (DAS e POOLE, 2004, p.27).

Logo,

“assim como a gestão da vida torna-se objeto de política de fato define o estado biopolítico, as histórias específicas são diferentes o suficiente para justificar a observação de que isso não é a *loaded matrix*” (idem, p.28)²⁹.

O que se esperou com a discussão elaborada nesse capítulo foi o delineamento do enquadramento teórico a partir do qual se abordará, a partir de certos eixos de análise, a história das favelas e dos favelados da cidade do Rio de Janeiro, tema do próximo capítulo.

²⁹ Para nos mantermos no caso da ideologia da higiene em associação com as ideologias raciais no rio de janeiro século XIX e inícios do XX, vale indicar o quanto os serviços de higiene tiveram de lidar com toda uma tradição cultural “vacínofóbica” (CHALOUB, 1996, p.97-185) que, dizendo respeito a “concepções populares sobre doença e cura”, é uma das raízes da “revolta da vacina” em 1904 (idem, p.10).

O argumento global – para além das particularidades que se tentou aqui destacar – é o de que o Estado encontra-se positivamente comprometido com a manutenção dos espaços (territoriais e de práticas) das margens enquanto espaços supostamente “sem lei” (idem, p.33), o que é *funcional* tanto do ponto de vista do controle desses espaços quanto do ponto de vista de sua própria re-produção, isto é, é funcional porque derivam daí certas vantagens políticas e econômicas. Definindo-as como terrenos que precisam ser incorporados à sua institucionalidade, o Estado, no entanto, através dos movimentos mesmos de proceder à essa “incorporação”, reproduz as margens enquanto tais, conferindo-as, assim, uma ordem singular que, continuamente re-feita, é – no entanto – permanentemente ocultada pela imagem da desordem.

3. DAS FAVELAS CARIOCAS COMO MARGENS DO ESTADO: TRAÇOS HISTÓRICOS E ATUAIS

Procuro, neste capítulo, abordar a constituição das favelas como margens do estado a partir de três eixos. O primeiro deles sublinha a sua centralidade no processo de expansão do modo de produção capitalista entre nós, para o que me apoio na clássica análise de Francisco de Oliveira (2003) em sua *crítica à razão dualista*. Em segundo lugar, procuro mostrar como o Estado esteve, desde os cortiços até às favelas, num movimento que vai do século XIX até fins da ditadura militar deflagrada em 1964, visceralmente comprometido com a produção e a manutenção das favelas (e, antes, dos cortiços) enquanto territórios *marginais*. Por fim, proponho que a ascensão das facções do varejo de drogas ilícitas nas favelas cariocas, ao lado das diferentes formas de atuação policial (“pacificação” incluída) nesses territórios, e de uma gramática moral centrada na questão da violência urbana, constitui mais um capítulo da reprodução das favelas enquanto margens do Estado.

3.1 As favelas e os favelados no centro da modernização conservadora

Publicado pela primeira vez em 1972, *Crítica da razão dualista* (OLIVEIRA, 2003) é um ensaio clássico do campo brasileiro das ciências sociais e um excelente suporte para darmos o pontapé inicial no tratamento da questão da constituição das favelas enquanto margens do Estado.

O ensaio toma como interlocutor e opositor direito o modelo de análise cepalino tão em voga nas décadas de 1950 e 1960 no Brasil; sem entrar, aqui, em detalhes³⁰, esse modelo entendia que o continente latino-americano sofria de uma condição (o subdesenvolvimento) caracterizada pela heterogeneidade do seu sistema produtivo, isto é, pela coexistência setorializada do “tradicional” e do “moderno”. O problema, portanto, seria o entrave e o obstáculo estruturais que uma economia tradicional, agrária, patrimonialista e atrasada

³⁰ Analiso o dualismo cepalino na primeira seção do capítulo 4.

impunha ao desenvolvimento dos setores “dinâmicos” (como se dizia à época), isto é, modernos, avançados, industriais etc. O atraso era entendido como uma barreira e um impedimento para a expansão da modernidade capitalista entre nós, com a devida superação do subdesenvolvimento a partir de um desenvolvimento endógeno e “autogerado”, quer dizer, sustentado em condições e avanços tecnológicos nativos (não importados).

É contra essa tomada de posição teórica e política que se ergue o ensaio de Chico de Oliveira. No curso da modernização brasileira, sustenta o autor, longe de dualidade, o que houve foi “integração dialética” (idem, p.47) entre o “atrasado” e o “avançado”. A *modernização* brasileira foi *conservadora* no sentido de que a lógica da expansão capitalista entre nós deu-se a partir de relações estruturais entre aqueles dois setores, que estão tudo menos apartados (idem, p.48); quer dizer, o capitalismo no Brasil cresceu por meio da *elaboração de periferias* (idem, p.43 – grifos do autor). Assim, o modelo cepalino com seu conceito de subdesenvolvimento, que opõe um setor “atrasado” enquanto obstáculo a um setor “moderno”, não se sustenta porque, essa é a tese central,

“o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado “moderno” cresce e se alimenta da existência do “atrasado”, se se quer manter a terminologia” (idem, p.32).

A agricultura, por exemplo³¹, mantendo, ao longo de todo o período crítico da modernização (1930-70), seu padrão “primitivo” de acumulação, juntamente com novas relações de caráter capitalístico, permitiu o crescimento do mundo moderno em formação e expansão ao fornecer contingente populacional e alimentação a baixo custo para os setores urbanos – e isso num contexto de bloqueio da expansão da regulação do trabalho para o mundo agrícola, o qual foi funcional para a re-produção da urbanidade industrial:

“Em primeiro lugar, fornecendo os maciços contingentes populacionais que iram formar o ‘exército de reserva’ das cidades, permitindo uma redefinição das relações capital-trabalho, que ampliou as possibilidades da acumulação industrial. Em segundo lugar, fornecendo os excedentes alimentícios cujo preço era determinado pelo custo de reprodução da *força de trabalho rural*, combinou esse elemento com o próprio volume da oferta de força de trabalho urbana, para rebaixar o preço desta” (idem, p.46).

Central nesse modelo de expansão capitalista, em que o moderno se nutre do tradicional, é o lugar ocupado pelo setor terciário (comércio e serviços). Entendido pela teoria do subdesenvolvimento como um setor “inchado”, isto é, que participa com uma fração indevida do produto interno bruto em razão de desequilíbrios estruturais, já que tal

³¹ Vários casos e processos econômicos concretos podem ser discutidos como evidências dessa tese mais geral, mas só nos concentraremos apenas em alguns deles, não cabendo aqui uma análise exaustiva da riqueza do ensaio.

participação elevada só faz sentido em economias de industrialização avançada, Oliveira o interpreta como perfeitamente funcional do ponto de vista da expansão da acumulação capitalista entre nós. Um terciário urbano não capitalístico, isto é, *informal*³², sustenta o autor, nunca foi, no Brasil, um obstáculo ao desenvolvimento do capitalismo moderno, mas um de seus mecanismos de expansão. Sem resolver *pelo mercado* a questão da necessidade de expansão do terciário na medida da expansão do setor propriamente industrial, o processo brasileiro de modernização nutriu-se da informalidade do setor de comércio e serviços.

Um exemplo extremamente interessante é retirado (idem, p.57) de uma declaração do presidente do Sindicato Rural dos Agricultores de São Roque; alega este presidente que a então crise da fruticultura, a despeito dos baixos preços (básicos, quase de custo) e da excelente safra, deveu-se exclusivamente à proibição do comércio ambulante pela Prefeitura de São Paulo³³. Quer dizer, a manutenção da moderna agricultura de frutas só pode se sustentar por meio da existência do tradicional (não-capitalista) comércio informal urbano, que por aí escancara toda a sua modernidade funcional.

O mesmo vale para outros produtos industrializados: “qual é o volume de comércio de certos produtos *industrializados* tais como lâminas de barbear, pentes, produtos de limpeza, instrumentos de corte, e um sem número de pequenos objetos, que é realizado pelo comércio ambulante das ruas centrais de nossas cidades?” (idem, p.58). Toda sorte de serviços e comércios urbanos (incluindo os serviços domésticos) tidos como tradicionais e apartados (enquanto obstáculos) da expansão capitalista, assim, é perfeitamente funcional e necessário para o tipo de modernização observada no Brasil:

“O crescimento do Terciário, na forma em que se dá, absorvendo crescentemente a força de trabalho, tanto em termos absolutos como relativos, faz parte do modo de acumulação urbano adequado à expansão do sistema capitalista no Brasil; não se está em presença de nenhuma ‘inchação’, nem de nenhum segmento ‘marginal’ da economia” (idem, p.54-5).

Oliveira complementa:

“Trata-se de um tipo de crescimento desse setor – o de serviços em geral – *que não é contraditório* com a forma de acumulação, *que não é obstáculo* à expansão global da economia, *que não é consumidor de excedente*. A razão básica pela qual pode ser negada a negatividade do crescimento dos serviços – sempre do ponto de vista da

³² Discuto diferentes formas de abordar o conceito de “informalidade”, propondo seu entendimento com *forma social do trabalho*, no capítulo 4.

³³ Diz o presidente, em entrevista ao Estado de S. Paulo em 19 de março de 1972, sobre a proibição do comércio ambulante pela Prefeitura de São Paulo: “...foi um golpe inesperado para o comércio de frutas, pois os ambulantes são imprescindíveis para a colocação das frutas junto aos consumidores. Sem eles houve um colapso no sistema de distribuição e os produtores tiveram de arcar com os prejuízos, enquanto o povo ficou sem condições de comprar frutas, apesar do preço básico” (in OLIVEIRA, 2003, p.57).

acumulação global – é que a aparência de “inchação” esconde um mecanismo fundamental da acumulação: os serviços realizados à base de pura força de trabalho, que é remunerada a níveis baixíssimos, transferem, permanentemente, para as atividades econômicas de corte capitalista, uma fração do seu valor, “mais-valia” em síntese (...) Qual é a relação que existe entre o aumento da frota de veículos particulares em circulação e os serviços de lavagem de automóveis realizados braçalmente? Existe alguma incompatibilidade entre o volume crescente da produção automobilística e a multiplicação de pequenas oficinas destinadas à *reprodução* dos veículos? (...) Esses tipos de serviços, longe de serem uma excrecência e apenas depósito do “exército industrial de reserva”, são adequados para o processo da acumulação global e da expansão capitalista e, por seu lado, reforçam a tendência à concentração de renda” (idem, p.57-8 – grifos do autor).

Com respeito ao ponto que mais nos interessa de perto, a análise avançada por Oliveira nos permite entender a funcionalidade sistêmica dos cortiços (e, depois, das favelas, como veremos na próxima seção) não apenas enquanto formas de habitação popular, mas também enquanto palco e expressão de um comércio voltado para a sustentação desses núcleos urbanos. As favelas, subúrbios e periferias, portanto, foram um sustentáculo importante da expansão do sistema capitalista entre nós por permitir a retirada da habitação e do transporte da cesta (paga na forma de salário) de bens necessários à reprodução da força de trabalho. Deste ponto de vista, a exclusão foi elemento vital do dinamismo da expansão capitalista da economia brasileira (idem, p.118), cujo pilar foi a concentração de renda e a depreciação contínua dos salários pago aos trabalhadores. Pode-se dizer que, da mesma forma que a delinquência “representa um desvio de ilegalidade para os circuitos de lucro e de poder ilícitos da classe dominante” (FOUCAULT, 2007, p.233), as favelas e todo o conjunto das atividades informais urbanas representam um desvio de ilegalidade para o circuito da expansão capitalista da economia brasileira ao permitir a redução dos custos da produção industrial – tal como se entrevê na seguinte passagem de Oliveira (2003, p.68-9).

“Criou-se, para atender às demandas nascidas na própria expansão industrial, vista do lado das populações engajadas nela, isto é, urbanizadas, uma vasta gama de serviços espalhados pelas cidades, destinados ao abastecimento das populações dispersas: pequenas mercearias, bazares, lojas, oficinas de reparos e ateliês de serviços pessoais. Esses são setores que funcionam como satélites das populações nucleadas nos subúrbios e, portanto, atendem a populações de baixo poder aquisitivo: por esta forma, os baixos salários dessas populações determinam o nível de ganho desses pseudo-pequenos proprietários; na verdade, o baixo nível desses ganhos representa custos de comercialização dos produtos industrializados e de produtos agropecuários que são postos *fora* dos custos internos de produção e reforçam a acumulação nas unidades centrais do sistema”.

A modernização brasileira, nutrindo-se do “tradicional” e o “atrasado”, deu-se sobre uma *superexploração* da força de trabalho (idem, p.78, p.84) que possibilitou uma *superacumulação capitalista* (idem, p.100); quer dizer, o “tradicional” sempre transferiu – compulsória e não remuneradamente – renda e trabalho para o “moderno”.

“Uma não-insignificante porcentagem das residências das classes trabalhadores foi construída pelos próprios proprietários, utilizando dias de folga, fins de semana e formas de cooperação como o ‘mutirão’. Ora, a habitação, bem resultante dessa operação, se produz por trabalho não pago, isto é, supertrabalho (...) Ele contribui para aumentar a taxa de exploração da força de trabalho, pois o seu resultado – a casa – reflete-se numa baixa aparente do custo de reprodução da força de trabalho – de que os gastos com habitação são um componente importante – e para deprimir os salários reais pagos pelas empresas. Assim, uma operação que é, na aparência, uma sobrevivência de práticas de ‘economia natural’ dentro das cidades, casa-se admiravelmente bem com um processo de expansão capitalista, que tem uma de suas bases e seu dinamismo na intensa exploração da força de trabalho” (idem, p.59).

Oliveira considera, ainda, que

“É possível perceber que o elemento estratégico para definir o conjunto das relações na economia como um todo passou a ser o tipo de relações de produção estabelecido entre o capital e o trabalho na indústria. Mas, longe do modelo “clássico”, em que esse elemento estratégico tende a “exportar-se” para o restante da economia, no caso brasileiro – e é possível reconhecê-lo e outros países – a implantação das novas relações de produção no setor estratégico da economia tende, por razões em primeiro lugar históricas, que se transformam em razões estruturais, a perpetuar as relações não-capitalísticas na agricultura e a criar um padrão não-capitalístico de reprodução e apropriação do excedente num setor como o dos serviços. A ‘especificidade particular’ de um tal modelo consistiria em reproduzir e criar uma larga ‘periferia’ onde predominam padrões não-capitalísticos de relações de produção, como forma e meio de sustentação e alimentação do crescimento dos setores estratégicos nitidamente capitalistas, que são a longo prazo a garantia das estruturas de dominação e reprodução do sistema” (idem, p.69).

Assim, vemos como as favelas – e a rede de comércio e de serviços que se desenvolve nelas e ao seu redor – estão no centro da modernização conservadora brasileira; nesse sentido, a manutenção das favelas *enquanto margens do Estado* aparece como funcional não apenas do ponto de vista da re-produção do próprio Estado e de seus agentes (como veremos ao longo da próxima seção), mas também do ponto de vista da acumulação capitalista entre nós. Tanto o Estado quanto o modo de produção capitalista, portanto, sob a imagem oficial da desordem e da ilegalidade, coproduziram as favelas enquanto territórios à margem da institucionalidade estatal e da ordem econômica capitalista, derivando daí vantagens políticas e econômicas particulares – num processo que Kowarick (1979), ao longo da década de 1970 e a partir das análises de Chico de Oliveira, descreveu como de “espoliação urbana”.

3.2 O binômio Remoção/Urbanização e as dinâmicas de lutas e negociações

3.2.1 Surgimento e expansão das favelas: do século XIX a 1930

3.2.1.1 De uma margem à outra: dos cortiços às favelas

Se, hoje, as favelas abrigam 22% do total da população da cidade do Rio de Janeiro, esse lugar, em 1890, era ocupado pelos cortiços, onde se concentravam iguais 22% dos habitantes da cidade. Contemporâneos das primeiras formas de ocupação dos morros do centro da cidade, os cortiços foram alvo de uma política de erradicação (embalada pelo discurso higienista) cuja análise, ainda que breve, é incontornável para a discussão das primeiras ações do Estado em face do surgimento e da expansão das favelas cariocas entre meados do século XIX e a Revolução de 1930.

Entre 1870 e 1890, observa-se a um processo de explosão demográfica associado à relativa expansão da malha urbana (com a expansão da rede de transportes públicos) e do parque industrial da cidade; todo esse crescimento, no entanto, não foi acompanhado pelo incremento da produção moradias³⁴. Ademais, apesar da expansão da rede de transportes em direção à zona sul (bondes) e aos subúrbios (trens)³⁵ de então – sobretudo Irajá e Inhaúma –, a população que vivia do trabalho não tinha condições de arcar com os custos da locomoção para o centro da cidade, onde se concentrava a maioria das indústrias e das possibilidades de atividades remuneradas da cidade (ao lado do bairro de São Cristóvão)³⁶. Isso levou à

³⁴ O aumento populacional vertiginoso da cidade costuma ser atribuído ao afluxo de imigrantes estrangeiros – só os portugueses formavam mais de 20% da população da cidade (RIBEIRO, 2015, p.209) –, ao paulatino colapso do sistema escravista e ao declínio da produção cafeeicultora (GONÇALVES, 2013, p.37-8; ABREU, 1987, p.57; RIBEIRO, 2015, p.208-9). Enquanto a população aumentou 90%, o parque domiciliar da cidade cresceu em apenas 62% no período (RIBEIRO, 2015, p.169).

³⁵ Como mostra Abreu (1987, p. 44-53), os bondes e trens expandem-se consideravelmente no período, os bondes voltados para a zona sul e os trens para os subúrbios da cidade e os municípios adjacentes.

³⁶ Como aponta Abreu (idem, p.54-5), era no centro da cidade e no bairro de São Cristóvão que se concentravam as indústrias (e praticamente a totalidade das atividades econômicas) até início do século XX: “até o início do século atual [a atividade industrial] concentrava-se principalmente no centro da cidade, ou em suas imediações, e caracterizava-se pela predominância de pequenos estabelecimentos dedicados à fabricação de calçados, chapéus, confecções, bebidas e mobiliário. Eram indústrias com baixíssimo nível de mecanização, verdadeiros

progressiva superlotação dos cortiços da região central da cidade, também conhecidos como “estalagens”, “casas de cômodo” ou “cabeças de porco”; prática comum na época era a sublocação (ou o arrendamento) dos antigos casarões, logo convertidos, sem a devida infraestrutura, em pequenos domicílios cuja densidade foi aumentando ao longo dos anos.

“A forma predominante que assume a produção imobiliária empreendida pelo pequeno capital mercantil é a transformação dos antigos imóveis situados no centro da cidade, anteriormente ocupados por grandes comerciantes e fazendeiros, em “casas de cômodos” e a construção de moradias precárias em terrenos vago também no centro da cidade (...) A produção imobiliária está, portanto, neste momento, submetida à propriedade da terra. Em outras palavras, o que poderíamos chamar de capital imobiliário ainda não se dissociou plenamente da propriedade fundiária urbana. Tal integração manifesta-se algumas vezes pela unificação das “personas” do proprietário e do capitalista imobiliário e outras pela separação das figuras do proprietário do terreno e arrendatário (...) [por exemplo], 80% dos cortiços situados na Freguesia de Santo Antônio eram explorados por pessoas que alugavam os respectivos terrenos a terceiros. Os proprietários rentistas eram pessoas pertencentes às classes dominantes, entre nobres, grandes comerciantes, profissionais liberais, e até entidades religiosas” (RIBEIRO, 2015, p.204-5).

Essas casas de cômodos, em cujas estruturas, via de regra, os arrendatários tocavam pequenos bares/armazéns (chamados então de “tavernas”, “botequins” ou “secos e molhados”), eram bastante precárias do ponto de vista de sua infra-estrutura; Ribeiro (idem, p.208) enfatiza bastante esse ponto, destacando o quanto os imóveis convertidos em “estalagens” davam grandes margens de lucros em função do baixíssimo investimento de que eram objeto – ponto este igualmente sublinhado por Gonçalves (2013, p.38); é dessa perspectiva, portanto, que se deve apreender a passagem a seguir de Luís Edmundo, toda carregada dos valores e percepções que à época se voltavam para essa forma de habitação popular:

“Para construir a pocilga infecta, o ladino empreiteiro lançou mão de material cansado ou antigo: caibros velhos, decrépitos portais, portas em desaprumo, gradis tortos, telhas enegrecidas pela umidade e pelo tempo. Um montão de remendos. A construção é nova e já cai aos pedaços. Dá-se, porém, por cima disso tudo, uma valente brochadela de tinta, uma gorjeta ao homem da Prefeitura, e, pronto, aí está ele, o cortiço, novinho em folha, foco pestilencial, supimpa, onde as epidemias podem dar *ren dez-vous* e a Morte, macabramente, dançar o seu grande *sabbat*” (EDMUNDO, 2003 [1938], p.223).

“Presentemente, os cortiços são negócios anexos aos armazéns de secos e molhados denominados tavernas. Todo arrendatário tem esse gênero de comércio à entrada dos ditos cortiços, ordinariamente com a porta de comunicação para o mesmo, sendo uma das condições de permanência do inquilino ter uma conta corrente e ser assíduo freguês da respectiva taverna que, sem consciência, tudo vende pelo preço por ele

artesanatos, absorvendo, conseqüentemente, grande quantidade de força de trabalho. Ainda no centro localizavam-se as gráficas, as metalurgias leves e fundições, a indústria alimentar e outras. Era o centro, pois, o grande mercado de trabalho. Em 1890 aí se concentravam, por exemplo, não só as atividades tradicionais da cidade (comércio e serviços), como também a maioria das indústrias” (idem, ibidem).

taxado, e ordinariamente gêneros de inferior qualidade e corruptor, esses prejudiciais à saúde pública” (*in* RIBEIRO, 2015, p.206).³⁷

A passagem de Luís Edmundo nos coloca de frente com a principal perspectiva a partir da qual os cortiços eram enquadrados: o higienismo, responsável direto, aliás, pela publicização desse conceito convenientemente amplo, vago e impreciso do que constitui, afinal, um “cortiço”. Criada em 1850, a Junta Central de Hygiene é expressão e resultado de uma concepção que, pouco a pouco ao longo da segunda metade do século XIX e nas décadas iniciais do século seguinte, vai se espraiando pelo tecido social e pelas malhas da administração pública; concepção essa que lê a questão do “atraso” brasileiro (em face da “civilização” avançada já conquistada pelos países europeus) através da chave do “sanitarismo” e da “higiene”. Presidente da Junta Central de Hygiene por cerca de duas décadas, José Pereira Rego, então vereador da Corte, apresenta à Câmara Municipal, em 1866, um projeto para adoção de posturas específicas referentes aos cortiços; nele, pode-se ver em sua pureza aquela concepção acerca da Higiene (com H maiúsculo):

“O aperfeiçoamento e progresso da higiene pública em qualquer país simboliza o aperfeiçoamento moral e material do povo que o habita; é o espelho onde se refletem as conquistas que tem ele alcançado no caminho da civilização. Tão verdadeiro é o princípio que enunciamos que em todos os países mais cultos os homens que estão à frente da administração pública procuram, na órbita de suas atribuições, melhorar o estado da higiene pública debaixo de todas as relações, como um elemento de grandeza e prosperidade desses países. Entre nós, porém, força é confessar que as municipalidades (...) têm-se esquecido um pouco dos melhoramentos materiais do Município e do bem-estar que deles pode resultar a seus concidadãos, tanto que sobre alguns pontos essenciais e indispensáveis ao estado higiênico, parece que ainda nos conservamos muito próximos dos tempos coloniais” (*in* CHALHOUB, 1996, p.34).

De acordo com o doutor, a “civilização”, com seu ponto culminante de “aperfeiçoamento moral e material”, é o ponto de chega de um “caminho” que só pode ser percorrido a contento caso os governantes do país em questão submetam-se ao imperativo de “melhorar o estado da higiene pública debaixo de todas as relações”; só assim poderá o Brasil, em particular, superar o atraso dos “tempos coloniais”. É nessa formulação que Chalhoub (*idem*, p.35) encontra a conformação da “Higiene como uma ideologia”, isto é,

“como um conjunto de princípios que, estando destinados a conduzir o país ao “verdadeiro”, à “civilização”, implicam a despolitização da realidade histórica, a legitimação apriorística das decisões quanto às políticas públicas a serem aplicadas no meio urbano. Esses princípios gerais se traduzem em técnicas específicas, e somente a submissão da política à técnica poderia colocar o Brasil no “caminho da civilização”. Em suma, tornava-se possível imaginar que haveria uma forma “científica” – isto é, “neutra”, supostamente acima dos interesses particulares e dos conflitos sociais em geral – de gestão dos problemas da cidade e das diferenças sociais nela existentes”.

³⁷ Trecho de um relatório da Comissão Sanitária da Freguesia de Santo Antônio (1879).

Engenheiros, médicos e intelectuais-higienistas de toda sorte, com poderes crescentes na administração pública, sobretudo após a proclamação da república em 1889, estão na base da “guerra de extermínio contra os cortiços” (idem, p.34) ou da “política de erradicação dos cortiços” (GONÇALVES, 2013, p.39) que o Rio de Janeiro observa durante o período. É essa forma de habitação popular que passa a ser sistematicamente classificada como foco primeiro de diversos miasmas, epidemias, doenças e infecções – e isso em função das suas péssimas “condições higiênicas e sanitárias”.

No entanto, apesar de sua pretensão científica e objetiva, o higienismo não conseguia estipular uma definição cabal e precisa do que era, no fim das contas, um “cortiço” – e nisso se debatiam atores da época (fiscais de freguesia, policiais, proprietários, moradores, arrendatários, legisladores etc.). Publicado em 1906, o célebre *Relatório Apresentado ao Sr. Dr. J. J. Seabra – Ministro da Justiça e Negócios Interiores*, escrito pelo engenheiro Everardo Backheuser, pode nos ajudar nesse ponto; procurando descrever, diferenciando, os traços característicos das “casas de cômodos”, das “estalagens” e dos “cortiços”, Backheuser ilustra o quanto de subjetivo e arbitrário havia nas definições (oficiais ou não) da habitação popular (sobretudo do centro da cidade) – o que de resto já estava explícito no trecho acima destacado de Luís Edmundo.

“E assim reunida, aglomerada, essa gente – trabalhadores, carroceiros, homens ao ganho, catraeiros, caixeiros de bodegas, lavadeiras, costureiras de baixa freguesia, mulheres de vida reles, entopem “as casas de commodos”, velhos casarões de muitos andares, divididos e subdivididos por um sem número de tapumes de madeiras, até nos vãos de telhados, entre a cobertura carcomida e o forro carunchoso. As vezes, nem as divisões de madeira; nada mais que sacco de aniagem estendidos verticalmente em szeptos, permitindo quase a vida em commum, em uma promiscuidade de horrorizar. A existência é ahi, como se pode imaginar, detestável. Palacetes de feição afidalgada, por certo residencias nobres nos tempos da colônia ou do império, estendidos pelas ruas Camerino, Barão de S. Félix, Visconde de Itaúna, Riachuelo, e um milheiro de outras, encobrem com o seu aspecto agigantado a negra miseria de uma população enorme. Ahi se cosinha em commum, em corredores escuros, com ameaças permanentes de incêndio que lamberiam rapidamente aquelles andares cheios de infortunio; mesmo nos vãos das escadas, escondem-se fogareiros, luzindo com as suas brasas vermelhas como as faiscantes pupillas de gatos, a se aquecerem nos borralhos. As alcovas escuras ficam pejadas de camas (...) A casa de commodos é a mais anti-hygienica, a mais detestável das habitações coletivas (...) O edificio é em si habitável, é confortavel mesmo. Os seus vastos salões, os seus quartos espaçosos, as escadarias largas e suaves, os seus vestíbulos luxuosos, restos de uma riqueza antiga, seriam excellentes moradia, si a necessidade, porque não dizer assim, si a necessidade não obrigasse a transformação desses quartos, desses salões, desses vestíbulos em cubiculos estreitos e escuros” (BACKHEUSER, 1906, p.108-9).

Lê-se ainda:

“Já em melhores condições que a “casa de commodos” está a “estalagem”. Na “estalagem” ha mais ar, ha mais luz, ha um pouco mais de bem-estar e de conforto

(...) Ahi a vida noturna não tem a promiscuidade da “casa de commodos”. Pequenas casinhas de porta e janella, alinhadas, contornando o pateo, são habitações separadas, tendo a sua sala da frente ornada de registros de santos e annuncios de côres gritantes, sala onde se recebem visitas, onde se come, onde se engomma, onde se costura, onde se maldiz dos visinhos, tendo a sua alcova quente e entaipada, separada da sala por um tabique de madeira, tendo mais um outro quartinho escuro e quente onde o fogão ajuda a consumir o oxigenio, envenenando o ambiente. Dorme-se em todos os aposentos” (idem, p.109).

Ou mesmo:

“As estalagens antigas teem um aspecto mais primitivo, mais grotesco, mais mal acabado. São ligeiras construções de madeira, que o tempo consolidou pelos concertos clandestinos, atravancadas nos fundos dos predios, tendo um segundo pavimento acaçapado como o primeiro e ao qual se ascende difficilmente por escadas íngremes, circumdado tambem por varandinhas de gosto exquisito e contextura ruinosa. Isto que ahi fica resumido é o “cortiço”, cujo interior a penna naturalista de Aluizio Azevedo deixou para sempre gravada com o seu magestoso traço pictural. Na “estalagem” e no “cortiço” o *facies* é igual, si bem que neste as condições higienicas sejam mais inferiores. As alcovas mais quentes, mais baixas e mais escuras; a separação das famílias é muito menos accentuada; a vida em commum, diurna ou nocturna, é por isso mesmo mais promiscua. Ha “cortiços” onde se penetra com o lenço ao nariz e de onde se sahe cheio de nauseas (idem, p.110).

Essas ambiguidade, subjetividade e imprecisão na busca pela determinação da objetividade de um “cortiço” mostra o quanto esse termo era objeto de luta e de disputa entre os contemporâneos (orientados pelos mais diferentes fins); a permanente indefinição legal, todavia, era sem dúvida funcional para os fins estigmatização e consequente extermínio desse tipo de habitação popular do centro da cidade, dando ampla margem de liberdade às autoridades legais, que operavam numa perfeita gestão diferencial dos ilegalismos, tal como definimos no capítulo anterior. Como observa Chalhoub (1996, p.39-40),

“essa ambiguidade, obviamente, é carregada de significados: como se trata de conceitos altamente estigmatizantes, a imprecisão aumenta infinitamente a possibilidade de suspeição, ampliando assim a esfera de intervenção das autoridades públicas e comprimindo, por conseguinte, a cidadania. Enfim, “cortiço” foi o termo que as autoridades sanitárias passaram a utilizar quando desejavam estigmatizar em definitivo determinada habitação coletiva”.

As passagens de Backheuser também nos mostram o quanto o discurso que se armava com relação aos cortiços não se voltava apenas para “questões sanitárias ou de saúde”, avançando igualmente na sua associação à marginalidade, à imoralidade, à criminalidade e à ilegalidade. O higienismo, assim, ampliava seu espectro, transbordando largamente os limites da medicina e transformando-se em “ideologia das transformações urbanas” do período (CHALHOUB, 1996, p.36). Futuro prefeito da cidade nos anos 1892-93, Cândido Barata Ribeiro, defendendo sua tese de medicina em 1877³⁸, procurou definir os cortiços apelando

³⁸ A tese intitulava-se *Quais as medidas sanitárias devem ser aconselhadas para impedir o desenvolvimento e propagação da febre amarela na cidade do Rio de Janeiro?*

para um suposto compartilhamento geral acerca do que eles seriam – afinal, “todos sabem o que é o cortiço”.

“Falando das habitações, é forçoso atender para estas sentinas sociais a que a linguagem do povo apelidou *cortiço*. *Todos sabem o que é cortiço*. Gerou-os a avareza calculista e fria dos ambiciosos vulgares, para os quais a moeda é sempre moeda, e o cortiço é a mina aurífera e inesgotável a saciar os sentimento vorazes destes corpos sem coração! Alimentados a lubricidade do vício, que se ostenta impudorosa, ferindo os olhos e ouvidos da sociedade séria que deles se aproxima, e a miséria andrajosa e repugnante, que faz da ociosidade um trono, e por um contraste filho das circunstâncias peculiares à vida das grandes cidades, a lado (...) do vício e do lodaçal impuro do aviltamento moral, está também o leito do trabalhador honesto, que respira à noite atmosfera deletéria deste esterquilínio de fezes! No cortiço acha-se de tudo: o mendigo que atravessa as ruas como um monturo ambulante; a meretriz impudica, que se compraz em degradar corpo e alma, os tipos de todos os vício e até (...) o representantes do trabalho (...) Compreende-se desde logo o papel que representam na insalubridade da cidade estas habitações, quando nos lembrarmos que além de todas as funções orgânicas dos seres que o povoam, no cortiço lava-se, engoma-se, cozinha-se, criam-se aves, etc. Só vemos um conselho a dar a respeito dos cortiços: a demolição de todos eles, de modo que não fique nenhum para atestar aos vindouros e ao estrangeiro, onde existiam as nossas sentinas sociais, e a sua substituição por casas em boas condições higiênicas” (in CHALHOUB, 1996, p.51).

Se conformava no Rio de Janeiro, portanto, um verdadeira política pública contra os cortiços. Não eram vistos apenas como “questão de saúde pública”, não apenas como “o principal foco de infecções sanitárias”, mas também como “os grandes propagadores de epidemias sociais” (GONÇALVES, 2013, p.39); como se vê, também, não apenas a forma da habitação popular (“casa de cômodos”, “estalagens” ou “cortiços”) é o alvo aqui, mas igualmente seus moradores, cujos hábitos e costumes são imorais e alheios à “sociedade séria” – como se pode ver também no parecer do Doutor José Maria Teixeira apresentado no Conselho Superior de Saúde Pública em 1886: “como é sabido, é nas estalagens e cortiços que vivem aglomeradas as centenas de vagabundos, capoeiras, etc., que impestam moralmente esta cidade” (in GONÇALVES, 2013, p.39).

Como explica Chalhoub, os cortiços eram entendidos como a habitação por excelência da pobreza e da negritude, ambas potencialmente *perigosas*. O autor fundamenta esse ponto de sua argumentação recorrendo a um debate parlamentar da Câmara dos Deputados ocorrido por ocasião da discussão de um projeto de lei sobre a repressão à ociosidade poucos meses após a abolição da escravidão, em maio de 1888. Analisando os documentos produzidos pelo debate, Chalhoub (1996, p.22) observa um raciocínio compartilhado: o indivíduo pobre o é por carregar o “vício da ociosidade”, de modo que, se cultivasse a virtude do “gosto pelo trabalho”, conseguiria poupar, o que se reverteria superação relativa da pobreza; assim, os pobres o são porque são “viciosos”, o que produz necessariamente “malfeitores”, os quais são, por definição, “perigosos à sociedade”; logo, “temos a noção de que os pobres são, por

definição, perigosos”. Chalhoub (idem, ibidem) atribui esse raciocínio dos parlamentares ao “nada”, ao “vazio”, ou melhor, à uma “abstração” e uma “imprecisão” surgidas da “confusão mental” (idem, p.23).

Acredito que tal raciocínio não surgiu do nada nem é fruto de imprecisão e confusão mental, constituindo muito precisamente uma política de criminalização da pobreza que tem efeitos muito concretos em termos do governo de uma população que é entendida como ameaçadora da ordem característica do Estado: a “invocação” da “ameaça” e do “perigo” é funcional – com argumentaram Das e Poole no capítulo anterior – do ponto de vista da coprodução do Estado e suas margens. No caso aqui analisado, ademais, são perigosos não apenas todos os pobres, mas uns mais que outros: “na verdade, o contexto histórico em que se deu a adoção do conceito de ‘classes perigosas’ no Brasil fez com que, desde o início, os negros se tornasse os suspeitos preferenciais” (idem, ibidem), o que expressa a vigência, entre nós, das teorias raciais que davam lugar ao ideal do branqueamento da população brasileira, como vimos no capítulo anterior. Se acreditava que os negros eram, por força da natureza, mais propensos aos vícios e, portanto, mais perigosos (idem, p.25).

A criminalização da pobreza e da negritude, portanto, respondem – em parte – pela perseguição do poder público aos cortiços da época, tidos como residências por excelência dos “malfeitores perigosos à sociedade”. Além disso, na segunda metade do século XIX, os cortiços tornaram-se “importante cenário da luta dos negros da Corte contra a escravidão” (idem, p.26), isto é, “o tempo dos cortiços no Rio foi também o tempo da intensificação das lutas dos negros pela liberdade, e isto provavelmente tem a ver com a histeria do poder público contra tais habitações e seus moradores”³⁹ (idem, p.29); eles eram, afinal, “esconderijos de escravos fugidos” (idem, p.26). As classes perigosas, por fim, o eram não apenas por conta da associação forçosa e circular entre pobreza, vício e negritude, mas também por habitarem em moradias tidas como focos de uma doença (a febre amarela) que atingia prioritariamente os brancos – a raça que poderia regenerar o povo brasileiro por meio da miscigenação –, poupando os negros. As classes perigosas, então, ofereciam ainda o “perigo de contágio” (idem, p.29). Depois do primeiro surto de febre amarela em 1850, se foi

³⁹ Como falamos anteriormente, a desarticulação da escravidão nessa segunda metade do século XIX é uma das razões do aumento da demanda por habitações populares no período: “a proliferação dos cortiços na cidade do Rio se deu a partir das décadas de 1850 e 1860, e esteve ligada ao aumento do afluxo de imigrantes portugueses e ao crescimento do número de alforrias obtidas pelos escravos” (CHALHOUB, 1996, p.26).

sedimentando paulatinamente essa associação entre as condições higiênicas e sanitárias dos cortiços e a proliferação da doença:

“A identificação dos cortiços como os focos geradores da febre amarela foi fato de enorme significado simbólico e político (...) Na realidade, logo que concluíram que a febre amarela era originária dos cortiços, os higienistas iniciaram a luta para ampliar ao máximo a abrangência do conceito de *cortiço*”(idem, p.88 – grifo do autor).

E mais:

“No decorrer da década de 1870, a febre amarela tornou-se *a questão* de saúde pública no Brasil (...) A destruição dos cortiços fizera-se indispensável, entre outras coisas, porque na imaginação de político e higienistas do período essas habitações estavam irremediavelmente associadas a imigrantes morrendo de febre amarela” (idem, 89-90 – grifos do autor).

Há, da segunda metade do século XIX até o período da Reforma Passos, uma grande produção legislativa – orientada por esse higienismo ampliado, quer dizer, como técnica e ideologia social – em torno da questão habitacional, o que nos fornece a medida da atitude global do Estado com respeito às formas de habitação popular do período, transformando-as – assim como depois as favelas – nas suas *margens*.

Ainda em 1853, a comissão de posturas da Câmara Municipal analisou um projeto da Secretaria de Polícia intitulado “Regulamento dos Estalajadeiros”, em que o estalajadeiro era definido como “o indivíduo que der agasalho ou pousada por dinheiro, qualquer que seja a denominação da casa em que a der – estalagem, hospedaria, cortiço ou hotel⁴⁰” (CHALHOUB, 1996, p.30) ou ainda casa de cômodos, podemos acrescentar. A preocupação dos policiais era a de “prevenir que pessoas suspeitas achem fácil abrigo nas casas a que ele [o regulamento] se refere, mais ainda a evitar desordens, e outros crimes que por ventura possam ser cometidos” (*in* CHALHOUB, 1996, p.30).

Os integrantes da comissão de posturas não só abraçaram o projeto (considerando-o de “urgente utilidade pública”), como adicionaram disposições relativas à “salubridade pública” (CHALHOUB, 1996, p.30). Os estalajadeiros, então, ficariam, por força da lei, obrigados a manter suas casas “no melhor asseio possível”, levando para os locais legalmente permitidos “o lixo, as águas sujas e outras matérias imundas”, ficando vedado o despejo de lixo e “matérias fecais” no quintal ou em qualquer outra parte da estalagem (idem, *ibidem*). O estalajadeiro também ficaria obrigado a manter um “livro de controle de entrada e saída de hóspedes ou moradores, no qual estes estariam cuidadosamente identificados” e os subdelegados deveriam inspecionar as habitações coletivas periodicamente a fim de buscar

⁴⁰ Vários demolidos no século XIX, praticamente dizimados durante a Reforma Passos, os cortiços – não obstante – permanecem atualmente no centro da cidade, também sob diversas denominações, dentre elas “hotel”; sobre essa atualidade dos cortiços, ver Ribeiro (2017).

“vadios, estrangeiros em situação irregular e pessoas suspeitas, ou que causassem desconfiças e receios – uma categoria tão abrangente e ambígua que era potencialmente útil contra quaisquer dos moradores de tais habitações” (idem, *ibidem*). Embora não tenha sido adotado pela Câmara Municipal, a despeito do parecer favorável da comissão de posturas, o projeto, datando ainda de 1853, nos fala da percepção geral dos agentes públicos (policiais e legisladores) acerca dos espaços de habitação popular – percepção essa plenamente carregada pelos estereótipos da época, fazendo cair sob “suspeita” de “crimes” e “desordens” virtualmente todos os moradores daqueles espaços.

Dois anos depois, em 1855, outro extenso projeto de posturas voltado exclusivamente para os cortiços é elaborado pelo fiscal da freguesia de Santa Rita e é apresentado aos vereadores (idem, p.31). Do projeto (que versava sobre uma “série de medidas visando a impedir que os cortiços se tornassem focos de vícios ou de transgressões da moralidade dos costumes, assim como asilos permanentes de infecções deletérias da saúde pública” – idem, *ibidem*), no entanto, só foi acolhido o item nove, qual seja, “não será permitida a construção de novos cortiços sem licença da Câmara, e nessas construções serão guardadas todas as condições de higiene e não serão habitáveis sem a aprovação da Junta de Higiene Pública” (idem, p.32).

A partir daí, a despeito das diversas “batalhas” entre os diferentes agentes públicos⁴¹, diversas habitações foram condenadas pela Junta de Higiene, que passou não só a proibir novas construções como a exigir o fechamento de várias casas coletivas; paralelamente, algumas tentativas foram feitas de se construir moradias populares baratas para desafogar a demanda habitacional. Exemplo disso foram os decretos de 30/10/1875, quando Américo de Castro recebeu isenção fiscal e direitos de desapropriação para a construção de casas operárias em substituição aos cortiços (Abreu, 2003, p.216), e de 09/12/1882 e de 08/02/1888 – o segundo concedendo benefícios fiscais às indústrias que construíssem “casas populares higiênicas” (Abreu, 1987, p.57) e o terceiro outorgando “privilégios de isenção de impostos sobre importação de materiais de construção, e de concessão de terrenos e edifícios, à firma que se propusesse a edificar casas populares” (*idem, ibidem*). Tais tentativas, no entanto, não surtiram o efeito desejado, e os cortiços continuaram a abrigar grande parte da população

⁴¹ Chalhoub aprofunda esse ponto, mostrando como, a despeito da norma legal de 1855, várias edificações eram permitidas pela Câmara sem a devida autorização da Junta de Higiene (CHALHOUB, 1996, p.36-46).

pobre e trabalhadora da cidade (ABREU, 1987, p.57; 2003, p.216; GONÇALVES, 2013, p.41; CHALHOUB, 1996, p.53).

As “batalhas” a que se referiu o parágrafo anterior giravam em torno, sem dúvida, de higienistas e policiais, de um lado, e fiscais de freguesia e proprietários (estes recorrendo regularmente a poder judiciário), de outro – apesar das nuances (CHALHOUB, 1996, p.37). Exemplo típico dessa ordem de coisas encontra-se em fins dos 1870, quando, mais exatamente em 18 de dezembro de 1879, o ministério do Império despachou um aviso às comissões sanitárias para que essas “intimem para que sejam fechados os cortiços e estalagens quer os que ameacem ruína, quer os que, pela permanência, têm-se tornado nocivos à saúde pública” (idem, p.45). Chalhoub (idem, ibidem) mostra o quanto essa que pode ser uma vitória dos higienistas (que pareciam agora contar com uma posição mais firme do próprio governo central) esbarrava, no entanto, em obstáculos provenientes dos “mecanismos institucionais da velha monarquia (...) em defesa do pacto liberal de respeito à propriedade privada”. A partir da decisão do ministério do Império, portanto, o que se viu foi

“uma luta intensa: as comissões sanitárias ordenavam o fechamento de cortiços; vários proprietários desobedeciam, exigindo que as comissões lhes apontassem os problemas com suas propriedades, e recorrendo à Câmara Municipal para a obtenção de licença para o melhoramentos necessários; as autoridades policiais saíam às ruas para fazer cumprir as ordens de fechamento, mas às vezes encontravam os corticeiros munidos de mandados judiciais que garantiam seus direitos de propriedade. Houve cortiços efetivamente fechados, pelo menos provisoriamente, para desinfecção e reparos” (idem, ibidem).

Os higienistas precisariam esperar a proclamação da República para verem aumentados seus poderes na luta contra os “focos de epidemias e infecções”. Com efeito, com a instauração do regime republicano, os higienistas chegaram ao auge de sua influencia política (idem, p.46). O novo regulamento sanitário de janeiro de 1890, por exemplo, conferia amplos poderes à Inspetoria Geral de Higiene (antiga Junta Central de Hygiene), determinando que as suas decisões eram irrecorríveis⁴²: assim, “nem o ministro do Interior – a quem a Inspetoria de Higiene estava subordinada – poderia revogar uma ordem de fechamento de estalagem determinada pelos esculápios” (idem, p.47). Consoante a isso, o novo regulamento determinava, novamente numa atualização da gestão diferencial dos ilegalismos, que

⁴² De fato, “as decisões dos inspetores desse organismo não eram mais passíveis de recurso, o que lhes outorgava um considerável poder, suscetível a toda e qualquer arbitrariedade” (GONÇALVES, 2013, p.42). Gonçalves, no entanto, erra ao dizer que essa determinação vinha do Código de Posturas Municipais e não do Código (ou regulamento) Sanitário.

“quando, a juízo do Inspetor Geral de Higiene, os cortiços ou estalagens não puderem, por suas más condições sanitárias, continuar a servir sem perigo para a saúde pública, a autoridade sanitária, além da imposição das multas que no caso couberem, intima logo os proprietários e sublocadores para que os fechem dentro de 48 horas, só podendo ser reabertos depois de feitos os melhoramentos necessários” (in CHALHOUB, 1996, p.46).

Os critérios usados pelos cientistas da Higiene na determinação do que era ou não “perigoso à saúde pública” eram, certamente, muito distantes daqueles que orientavam moradores e proprietários (idem, p.47), além do fato recorrente das ordens de demolição que não respeitavam prazo nenhum para que fossem feitos os “melhoramentos necessários” acima referidos (idem, p.48). Ademais, a partir de um caso concreto, o ministro do Interior deu poderes de polícia à Inspetoria; quando esta ordenou o fechamento da estalagem situada à rua da Conceição, nº 95, e o arrendatário respondeu que os moradores simplesmente se recusavam a deixar o local, o ministro não só acionou de pronto a autoridade policial da área como determinou que o inspetor geral de Higiene recorresse diretamente à polícia em futuro caso semelhante (idem, p.47). Quer dizer, “o higienista ficava dispensado até da autorização do ministério quando desejasse recorrer à força e, paralelamente, o chefe de polícia da Capital Federal foi avisado de que deveria acudir prontamente às solicitações da Inspetoria” (idem, p.47-8). Nada disso se fez, por óbvio, sem diversas manifestações contrárias tanto de moradores quanto de proprietários e arrendatários, o que evidencia uma vez mais – como argumentamos no capítulo anterior – que as margens do Estado não se submetem passivamente às diversas maneiras de patologização de suas formas de existência; um pequeno exemplo encontra-se neste trecho da Reclamação da Sociedade União dos Proprietários e Arrendatários de Prédios, endereçada ao Ministro do Interior em 05 de maio de 1893:

“O governo não desconhece, mesmo porque é público e notório, que o acréscimo repentino da nossa população determinou um desequilíbrio que trouxe em resultado a absoluta falta de habitação, e essa falta torna-se ainda mais sensível quanto à população pobre atendendo aos milhares de imigrantes que diariamente chegam ao nosso porto e que se espalham pela cidade. Sendo-se assim compreende-se V.Exa. o quanto se torna inexecutáveis as ordens continuadas que a Inspectoria tem dado ultimamente para fechamento de estalagens. Não há dúvida, nem a Sociedade contesta, que em alguns hypótheses o fechamento é a medida única de que se pode lançar mão, mas como é medida violentíssima deve procedê-la a maior prudência e o máximo critério (...) E dest’arte presta-se homenagem ao direito de propriedade e sobretudo não se sujeita grande número de famílias ao vexame e às inconveniências de verem transferidos seus lares para a praça pública. Realmente, Excelência, os fechamentos em breve prazo que a Inspetoria costuma ordenar poderá trazer sérias perturbações à ordem pública porque o desespero nem sempre mede consequências e os proprietários e arrendatários de prédios nem sempre têm meios para acalmar os ímpetos de seus inquilinos (...) Ao fechamento de um prédio ou de uma estalagem deve proceder um processo, embora de forma sumária, em que tendo-se amplo

espaço à defeza seja o proprietário convencido da inhabilidade do seu imóvel e da impossibilidade de melhorá-lo” (in GONÇALVES, 2013, p.61).

Com a instauração do regime republicano, no entanto, esse tipo de argumentação tinha cada vez menos chances de surtir os efeitos desejados. A Constituição de 1891 dispôs sobre a criação do Distrito Federal e a Lei Orgânica da cidade, do ano seguinte, estipulava que o prefeito seria indicado diretamente pelo presidente da república, devendo todavia ser ratificada pelo Senado Federal. Em dezembro de 1892, o presidente Floriano Peixoto indicou para o cargo de prefeito o médico Barata Ribeiro, personagem que encontramos páginas atrás⁴³. A nomeação não foi ratificada pelo senado, de modo que o médico permanece à frente da prefeitura apenas por alguns meses – de dezembro de 1892 a maio de 1893.

Sua administração, no entanto, fez história. Barata Ribeiro, higienista com tese de doutorado no assunto num contexto em que a Inspetoria de Higiene detinha grandes poderes no interior da administração pública, reforçou a política de erradicação dos cortiços, tendo sido a demolição do célebre Cabeça de Porco⁴⁴ o feito mais notável e significativo de seu curto período à frente do poder municipal. A destruição do Cabeça de Porco deu-se como uma verdadeira operação de guerra (CHALHOUB, 1996, p.15-20). Não se sabe ao certo quantos moradores o cortiço abrigava; estimativas de jornais da época apontavam para quatrocentos e até dois mil habitantes, mas, em tempos anteriores, quando as duas alas da estalagem funcionavam plenamente⁴⁵, o conjunto pode ter chegado a quatro mil moradores.

Três dias antes da demolição, os proprietários do cortiço haviam recebido uma intimação da Intendência Municipal para que os moradores fossem despejados, para que fosse viabilizada assim a destruição; a intimação não obedecida, o prefeito pôs-se em ação. Às sete e meia da noite de 26 de janeiro de 1893, a estalagem foi *cercada* pelas forças policiais; uma tropa do primeiro batalhão de infantaria adentrou a entrada principal, situada à Rua Barão de São Félix, nº 154, impedindo o ingresso e a saída de qualquer um; homens da cavalaria policial situaram-se às ruas transversais à Barão de São Félix e outro grupo de policiais fixou-se no morro situado aos fundos da estalagem.

⁴³ Com a Constituição de 1891, que cria o Distrito Federal, e a Lei Orgânica do Rio de Janeiro, de 1892, o cargo de prefeito da cidade é ocupado por indicação direta do presidente da República.

⁴⁴ Na parte superior de sua entrada principal, a estalagem tinha afixada uma cabeça de porco empalhada, daí a origem do termo, que, como o “favella”, deixou de descrever um lugar concreto para referir-se – como um substantivo – a um tipo particular de espaço ou de moradia.

⁴⁵ No dia da demolição, apenas uma das duas alas (com mais de uma centenas de casinhas, diz Chalhoub) estava funcionando, a outra tendo sido interditada havia um ano pela Inspetoria Geral de Higiene.

Diversas autoridade acompanhavam de perto o acontecimento. No dia, o próprio prefeito Barata Ribeiro e o chefe de polícia da Capital Federal comandaram pessoalmente a operação; presentes também estavam os empresários Carlos Sampaio (futuro prefeito da cidade) e Vieira Souto, que mandaram auxiliar nos trabalhos de demolição quarenta funcionários da sua Empresa de Melhoramentos do Brasil, o Dr. Emídio Ribeiro, engenheiro municipal, o Dr. Arthur Pacheco, médico do município, o Dr. Frederico Froes, secretário da Inspetoria Geral de Higiene, o delegado da Inspetoria no Distrito Federal, o fiscal da freguesia, guardas fiscais, oficiais do exército, da armada, da brigada policial membros da Câmara Municipal e um grupo de bombeiros. Os trabalhos de demolição foram iniciados à noite e vararam a madrugada; com o início da destruição da ala esquerda, na qual supostamente não havia moradores há cerca de um ano, saíram correndo crianças e mulheres carregando objetos que tentaram salvar de última hora; na ala direita, várias famílias, se recusando a sair e pedindo ao menos mais 24h para retirar móveis e outros objetos de uso, começaram a correr quando os escombros começaram a cair sobre suas cabeças. Na manhã seguinte já não havia mais o Cabeça de Porco.

Não se sabe ao certo para onde foram todos os moradores da famosa estalagem; mas, é certo que uma parte deles instalou-se no morro que dava para os fundos do antigo cortiço. Não só o próprio prefeito permitiu que os antigos habitantes da casa de cômodos utilizassem o material resultante da demolição para a construção de moradias (VAZ, 1985), como um dos proprietários do Cabeça de Porco possuía terrenos naquele morro, passando então a alugá-los para os moradores à força removidos (ABREU, 1994). Vaz (2002) reforça esse ponto, destacando que o surgimento das favelas é consequência direta da política de erradicação de cortiços – e, de fato, como ocorreu no caso do Cabeça de Porco, vários antigos proprietários de cortiços possuíam terrenos nos morros da cidade, que passaram a explorar imobiliariamente num contexto de crônico e interminável déficit de moradias (GONÇALVES, 2013, p.62); mas, como veremos, nem todos os cortiços acabaram com a demolição do Cabeça de Porco (a Reforma Passos precisaria terminar o serviço) nem todas as ocupações de morros começaram com o fim da era dos cortiços⁴⁶.

⁴⁶ Que, a bem dizer, nunca chegaram ao fim, mas perderam sem dúvida nenhuma - após a Reforma – a centralidade que tinham no suprimento de uma demanda popular por moradias de baixo custo.

A demolição do Cabeça de Porco é, antes de tudo, um símbolo. Não só do fim da era dos cortiços e do início do século das favelas⁴⁷, mas também da virulência da mobilização da época contra aquela forma de habitação popular. A destruição do Cabeça de Porco concentra, de forma quase ritualística, a força que o poder público então convocava ao objetivo de erradicação dos cortiços – pelos motivos que mais acima já destacamos. O que faltou dizer é do interesse do capital imobiliário nos terrenos então ocupados pelos cortiços e estalagens; havia sem dúvida uma união entre higienistas e agentes imobiliários pelas reformas urbanas e contra os cortiços (CHALHOUB, 1996, p.56). De acordo com Vaz (1985, p.178),

“os empresários-construtores procuraram realizar grandes obras públicas (alargamento, retificação, abertura de ruas, aterros, túneis etc.) em zonas de concentração de cortiços, valorizando a terra até então desvalorizada. Para atingir estes objetivos, os agentes do capital imobiliário se apropriaram do discurso higienista e ocuparam postos de importância do Poder Público”.

Podemos encontrar um dos mil exemplos possíveis na própria destruição Cabeça de Porco. Em 1891, o engenheiro Carlos Sampaio, um dos diretores da Empresa Melhoramentos do Brasil, que participou ativamente da demolição da estalagem, havia fechado um contrato com o Conselho de Intendência Municipal para prolongar a rua dos Cajueiros, a rua dr. João Ricardo e ainda abrir um túnel no morro do Livramento, para o que era indispensável a demolição total do Cabeça de Porco. Como explica Vaz (1986, p. 33-5):

“Em 1891, o Conselho de Intendência Municipal fecha contrato com outro concessionário, o engenheiro Carlos Sampaio, que se propõe a prolongar a rua dos Cajueiros, a rua Dr. João Ricardo e abrir um túnel no morro do Livramento. O futuro prefeito solicitava a concessão dos favores habituais nessas propostas: o direito de desapropriação de prédios e terrenos, cessão gratuita de terrenos do Estado, isenção de taxas sobre os prédios a serem construídos e, ainda, o privilégio para exploração de uma linha de carris nas ruas adjacentes e no túnel, direito de cobrança de pedágio durante 30 anos e de transferência da concessão a terceiros. Aguardava-se apenas a aprovação ministerial e o decreto de desapropriação do cortiço, para iniciar as obras. Em meados do ano seguinte (1892), já na administração de Barata Ribeiro, fecha-se o cerco ao cortiço. Por ordem do Serviço de Higiene, são fechadas as casas da ala esquerda... Muitos moradores se retiraram. Em 21 de janeiro de 1893, os proprietários recebem intimação para demolirem seus prédios, no prazo de cinco dias... em 26 de janeiro, vencido o prazo, o prefeito baixa um decreto permitindo a si mesmo dar combate aos cortiços. No mesmo dia iniciava-se a demolição (...) Ao alvorecer, havia desaparecido a estalagem. Os jornais noticiaram o acontecimento e anunciaram o breve início das obras de construção do túnel e prolongamento da rua João Ricardo. O breve início estendeu-se por algumas décadas; depois de vários projetos, foi aberto em tempo recorde pelo prefeito Paulo de Frontin, em 1919, e concluído por ocasião das festas do centenário, em 1922, quando era prefeito... o próprio Carlos Sampaio”.

⁴⁷ Como bem descreve Chalhoub (1996, p.17), “a destruição do Cabeça de Porco marcou o início do fim de uma era, pois dramatizou, como nenhum outro evento, o processo em andamento de erradicação dos cortiços cariocas (...) Com efeito, tratou-se de algo inesquecível: nem bem se anunciava o fim da era dos cortiços, e a cidade do Rio de Janeiro já entrava no século das favelas”.

3.2.1.2 Expansão inicial e o surgimento do “problema da favela”

O morro que dava para os fundos da estalagem do Cabeça de Porco, e que foi o destino de parte dos moradores desabrigados pela demolição (já que um dos proprietários do antigo cortiço, tendo terrenos ali, tratou de alugá-los) era o morro da Providência⁴⁸, o mesmo que, três anos depois, em 1897, receberia os soldados que retornavam da Guerra de Canudos (1896-97). Eles ali se instalaram como uma forma de pressionar o Exército para o pagamento dos soldos atrasados, já que muito proximamente dali encontrava-se o Ministério da Guerra.

Pouco tempo depois, o morro passou a ser chamado de Morro da *Favella*⁴⁹, havendo para isso duas explicações: de um lado, porque no morro da Providência era encontrada a mesma planta euforbiácea – a *favella*, muito comum na caatinga nordestina – que dava nome a um morro situado no município de Monte Santo, no interior baiano onde desenrolou-se uma das batalhas da Guerra de Canudos; de outro, porque foi nesse morro que os combatentes de Canudos resistiram ferozmente às investidas do exército republicano, sendo a tomada desse morro da favella uma virada decisiva nos desfecho da guerra (VALLADARES, 2005, p.29).

No entanto, como se sabe hoje em dia, não foram esses soldados que deram início à ocupação dos morros da cidade pela população pobre da cidade para fins de habitação e moradia. Não apenas o morro da Providência, quando da chegada dos egressos de Canudos, já contava com seus primeiros habitantes, como diversos outros morros da cidade (muito antes do surgimento e disseminação da palavra *favela*) já registravam seus primeiros moradores – tudo em função da sempre pungente crise habitacional da cidade, crise esta que inclusive dava azo ao estímulo da ocupação dos morros por parte do poder público.

⁴⁸ Como destaca Gonçalves (2013, p.62), essa circunstância contraria a ideia de que as favelas são fruto da pura e simples ocupação ilegal de seus habitantes: “em razão da campanha higienista contra os cortiços, certos proprietários transferiram suas atividades para terrenos contíguos a eles, localizados muitas vezes no sopé dos morros. Muitas favelas herdaram, dessa forma, o nome dos antigos proprietários dos cortiços, transformados posteriormente em ‘proprietários de favelas’. Essa constatação relativiza a ideia de que as favelas são necessariamente ocupações de terrenos. Em muitos casos, os primeiros habitantes tiveram acesso às suas casas através do mercado imobiliário informal”.

⁴⁹ A palavra perde o segundo “l” apenas com a reforma ortográfica de 1942.

O caso do morro de Santo Antônio, neste sentido, é particularmente interessante. Um decreto de 1853, determinando a aplicação de outro anterior (do ano de 1845), já propunha o desmonte do morro e criticava o fato de ali se encontrarem “ruas e edificações de prédios” que não só aumentavam “os custos do útil e necessário desmoroamento” do morro (para fins de melhora da circulação do ar no centro da cidade) como tornavam “mais defeituosa” a “edificação da cidade”, constituindo fator de risco para a população tanto do morro quanto dos terrenos contíguos. Diz a letra da lei:

“Contento outrossim que várias ruas se projectão no mencionado morro de Santo Antônio, e nellas edificações de prédios que sem dúvida augmentarão excepcionalmente o custo do útil senão desmoroamento; tornando-se a edificação da cidade por esta forma não só mais defeituosa, como ameaçadora a sua população com construções pouco sólidas, pondo em risco, por ocasião das grandes chuvas, a segurança dos habitantes de taes prédios, e causando grave inconveniente aos que habitam nos terrenos contíguos: (*in* Gonçalves, 2013, p.46)⁵⁰.

No entanto, “os morros, pelo menos num primeiro momento, tornaram-se uma solução possível – embora temporária – para a falta de moradias” (GONÇALVES, 2013, p.46), de modo que alguns deles eram oficialmente tidos como passíveis construção de habitações – é o que mostra as diversas recomendações apresentadas pelos membros do Conselho Superior de Saúde Pública durante sessão realizada em 8 de julho de 1886, uma delas chegando a afirmar que a construção de barracos deveria ser permitida apenas “fora do centro da cidade, em pontos por onde passem os trens de ferro ou bondes ou no cume dos morros de Santo Antônio, Castello, Senado, Paulo Mattos ou outros” (*in* Gonçalves, 2013, p.46).

Essa ocupação dos morros era incentivada, ainda, por setores das forças armadas numa época de grandes instabilidades políticas como aquelas dos anos imediatamente posteriores à proclamação da República. O morro de Santo Antonio, novamente, é particularmente interessante. Em 1897, meses antes do fim da campanha de Canudos, o agente municipal Luiz de Freitas enviava, ao diretor-geral de Obras e Viações da cidade, um documento em que atestava estar aquele morro ocupado desde pelo menos 1893 por conta dos acontecimentos relativos à Revolta da Armada (1893-4); egundo ele, havia no morro de Santo Antônio vários “galpões de madeira construídos por ocasião da Revolta por ordem do governo e outros por conta própria” (*in* ABREU, 2014, p.428). Nesse documento, o agente solicita o envio de uma comissão de engenheiros para vistoriá-lo, a qual informava, em dezembro do mesmo ano, que havia ali “41 barracões de madeira cobertos de zinco, construídos ilegalmente em terrenos do

⁵⁰ Em 1860, Carlos Bernard também afirmava, a respeito dos morros do “Castello e Sancto Antonio”, que “os habitantes que morão lá em cima gozão de bom ar e excelente vista, e n’isso se cifra todo o beneficio d’aquella eminência” (*apud* Gonçalves, 2013, p.45).

governo” (idem, *ibidem*). Tal comissão não surtindo efeitos mais concretos, o mesmo agente municipal, por meio do Ofício nº 502 da Agência da Prefeitura no 2º distrito de São José, remete-se diretamente ao prefeito da cidade nos seguintes termos (endossando a ideologia da higiene que, voltadas para os cortiços, passa a tomar as “favelas”⁵¹ igualmente como alvo):

“Ao longo da ladeira Senador Dantas existem diversos barracões de Madeira que, segundo informações fidedignas, foram construídos por soldados do 7º batalhão do exército, quando aquartelaram no convento de Santo Antonio⁵². Tais construções, fugindo completamente aos preceitos mais rudimentares da higiene, são um perigo constante para a vizinhança que, por diversas vezes, têm sido ameaçada de invasão de moléstias infecto contagiosas que ali costuma desenvolver-se. Sobre serem construções condenadas pelo código de Posturas em vigor, os alludidos barracões foram edificadas sem as cautelas de segurança e conforto, de modo que ameaçam ruína próxima e de péssimas consequências. Fundado nestas e, em outras considerações, solicito de V. Exma as providências que julgardes convenientes” (*in* GONÇALVES, 2013, p.47).

No meio desse processo, os moradores não tardaram também a se organizar, buscando argumentar e negociar com as autoridades a possibilidade de manterem-se em seus locais de moradia – a indicar, outra vez, o quanto essa população sempre buscou resistir e/ou buscar arranjos negociados para dar conteúdo ao direito à cidade, o que expressa a criatividade das margens do Estado (tese que procuro avançar aqui). Nesse sentido, vale observar a articulação dos moradores do morro de Santo Antonio com personagens do Exército e o conjunto de cartas que enviam à Prefeitura. Tais cartas, analisadas por Gonçalves (2013, p.47-8), datam de outubro de 1897 e são introduzidas pelo seguinte trecho:

“Os moradores dos barracões construídos no morro de Santo Antônio, tendo tido, por edital, ciência de que se pretende demoli-lo, vem se apresentar e pedir que attendendo a que são mulhério de soldados do 7º batalhão que seguiu para Canudos, onde foi quase totalmente dizimado, lhe sejam permitidos permanecerem nos mesmos barracos até que chegue o referido batalhão, pois acham-se completamente baldos de recursos para poderem obter um abrigo para seus filhos, a construção foi aconselhada e auxiliada pelo ex-comandante daquele batalhão, coronel Moreira Cezar” (*in* GONÇALVES, 2013, p.63).

A estratégia dos moradores, portanto, é a de mostrarem-se próximos de um agente do alto escalão do Exército, a mesma força que há pouco havia tomado o poder executivo nacional. Ao sustentarem que na verdade seguiam ordens de um coronel, os moradores mostram-se, ademais, leais ao Estado e à causa nacional: moram ali muitos familiares de

⁵¹ O termo entre aspas a indicar que o substantivo ainda não existia à época.

⁵² Abreu (2014, p.428) lembra que “desde que a Revolta da Armada que o Governo vinha enfrentando o problema do alojamento de soldados no Rio de Janeiro” e que “para resolver essa situação, ordens foram expedidas autorizando a ocupação do convento de Santo Antônio (localizado no morro do mesmo nome) por militares. Não tendo acomodações suficientes, permitiu então o coronel Moreira Cesar (que acabaria morrendo na campanha de Canudos) a construção, numa das encostas desse mesmo morro, de diversos barracões de madeira”. O coronel Moreira Cesar retornará logo abaixo em nossa narrativa.

soldados de batalhão designado para Canudos, onde rebeldes – dizia-se à época – ansiavam pela restauração monárquica. Baseados nessas considerações, buscam argumentos contra a aplicação da norma legal, procurando, ao mesmo tempo, distanciar-se das imagens estigmatizantes que, plenamente associadas aos cortiços no imaginário social da cidade, passavam a se voltar para as “favelas”. É o que se vê na cartas de Emília Elmita da Silva e Juvêncio Seraphim do Nascimento (este tendo servido na Guerra do Paraguai, a qual é indicada por Gonçalves [2013, p.45], inclusive, como uma das causas primeiras das ocupações dos morros cariocas), por exemplo:

“Emília Elvita da Silva, viúva, tendo vindo de Santa Catarina com um filho Antônio José da Silva Junior, 2º Sargento do 7º batalhão de Infantaria de Linha, foram residir no quartel do mesmo corpo no Convento de Santo Antônio. Por ordem do invicto Coronel Moreira Cezar, commandante d’esse corpo, seu referido filho construiu a expensas suas um pequeno barracão de madeira para onde foram residir. Partindo para a Bahia, seu filho foi morto em combate, ficando a supplicante, uma filha menor e um filhinho do referido sargento, seu filho. Surpresa com o aviso do Sr. Dr. Director Geral da Inspetoria de Obras e Viação em que chama os proprietários dos barracões existentes no referido morro, os quaes têm de ser demolidos, vêm respeitosa e rogar vos digneis, em atenção ao seu estado de pobreza e a de seu filho, seu único, falecendo em combate contra os inimigos da República, mandar dar necessárias providências para que possa a supplicante ter onde residir” (*in* GONÇALVES, 2013, p.48).

E ainda:

“Juvêncio Seraphim do Nascimento, morador no morro de Santo Antônio desde 1894 com o consentimento do ex director Pinheiro e tendo servido na guerra do Paraguay durante a campanha da qual sahio inutilizado e actualmente com idade de 65 annos labutando com dificuldade para manterce, ficou sorprendido com aviso do Senhor Dr. Director Geral em que chama os proprietários dos barracões existentes no referido morro, por isso vem respeitosa e pedir vos que digneis consentir permanecer no dito morro visto o que acima alego” (*in* GONÇALVES, 2013, p.48).

Além desse arrazoado, outros argumentos eram ainda ativados, como se vê na carta enviada por João Pereira da Cruz, em que se alude aos altos valores dos alugueis nos cortiços de então (situação encontrada também com relação aos preços dos “gêneros alimentícios” da cidade), de maneira que residir na encosta do morro é uma estratégia impulsionada pela mais pura necessidade.

“João Pereira da Cruz, contra mestre do regimento de Infantaria da brigada Policial, tendo há dois mezes, construído no morro de Santo Antônio, oitenta metros, mais ou menos do observatório metereológico, um barracão de madeira de pinho para habitação sua e de sua família, evitando assim a preço excessivo dos cômodos das casas d’esta capital, em que os gêneros alimentícios estão por um preço excessivo, e attendendo V. Exma o ordenado de uma praça, e não ameaçar imminente ruína o barracão do supplicante que tem dois mezes de cosntrução e portanto não podendo estar incluído no Edital d’esta prefeitura, se dignara dispensar o supplicante da demolição de sua habitação, fazendo instruir a verdadeira justiça” (*in* GONÇALVES, 2013, p.47).

Em 1901, no entanto, a “favela” do morro de Santo Antônio, diz Abreu (2014, p.429), “finalmente atinge domínio público” por meio da “denúncia da imprensa” de que, naquele morro, estava surgindo “um bairro novíssimo, construído sem licença nem autorização das autoridades municipais e em terrenos do Estado... perfazendo um total de 150 casebres... e cerca de 632 habitantes” (Jornal do Comércio, 14/10/1901 *in* ABREU, 2014, p.429). Em face da denúncia na imprensa, prossegue Abreu, o então prefeito Xavier da Silveira dirigiu-se ao local, descobrindo a existência de 400 casinhas que, na suas palavras, “eram verdadeiros chiqueiros, não podendo nelas habitar pessoa alguma” (*in* ABREU, 2014, p.429-30); segundo o prefeito, “essas casinhas, outrora feitas por soldados, foram por estes vendidas a paisanos” (*in* ABREU, 2014, p.430)⁵³. Como resultado da mobilização do prefeito, a “favela” foi removida ainda em 1901, mas, após a Reforma Passos, o morro começou novamente a ser habitado, como atesta relato de época:

“O desenvolvimento das construções no morro de Santo Antônio acentuou-se no governo passado, durante as demolições para a abertura da Avenida Central. À noite, desciam as íngremes veredas, para a cidade, bandos de homens, crianças e mulheres, insinuando-se pelos escombros, pelas minas das velhas ruas que desabavam para nascer a avenida, e ali, com cautela, desentranhavam-se paus, vigotes, tábuas, velhas folhas de zinco, tudo quanto mais a mão demorava, para voltar, a horas mortas, organizando a triste caravana da miséria. No dia imediato, ao romper do sol, já mourejavam no desbastamento do terreno, para assentar os alicerces de uma nova habitação⁵⁴.

Os barracos sendo removidos novamente em 1910, o governo, todavia, permitiu que os moradores desalojados construíssem habitações no morro do Telégrafo, longe da área central. Pouco tempo depois, as habitações novamente cresceram no morro e, em 11 de dezembro de 1913, o Jornal do Comércio descrevia assim as dificuldades da Diretoria de Saúde Pública em “fazer valer a lei”:

“Ainda há quem encontre recursos no Poder Judiciário para dilatar, protelar e até anular a ação da autoridade. E assim se explica, como e porque tem sido infructífero, em muitos casos, o esforço da Directoria da Saúde Pública. Não é difícil apresentar casos concretos. Quem há ahi que não se lastime e censure, por exemplo, a situação em que se vê esta cidade, cingida de bellos morros e collinas, aquelles e estes, porém, hediondamente, enxertados de barracões toscos e de casebres de horrível aspecto, fétidos, repellentes, abrigando moradores de ambos os sexos, em inteira promiscuidade, sem água e sem esgotos. Só o morro da Favella tem 219 habitações desse gênero, o de Santo Antônio 459, vivendo em ambos uma população de perto de 5.000 almas. Em 7 districtos sanitários urbanos contaram os meus auxiliares 2.464 barracos. Com 13.601 habitantes. E por que não se providencia contra tal situação? Não é este o lugar para explanar o assumpto, sob todas as variadas faces. Basta-nos todavia saber que a autoridade sanitária bem intencionada, não

⁵³ Em 1902, o Correio da Manhã se referia ao morro da Providência nos mesmos termos, “como uma vergonha para uma capital civilizada”, como um “perigoso sítio que a voz popular denominou morro da Favela” (*in* ABREU, 2004, p.435).

⁵⁴ *O morro de Santo Antônio, Leitura para todos*, ano 4, nº 40, junho de 1909, p.26 (*in* Abreu, 2014, p.441).

pode prosseguir na limpeza do morro de Santo Antônio, devido a um mandado de manutenção em devida forma concedido ao explorador do mais hediondo e repelente desses barracões” (in GONÇALVES, 2013, p.79-80).

Com o relativo esgotamento das vias judiciais, os moradores, ameaçados de despejo em 1916, formaram uma comissão para se dirigir ao Palácio do Catete e cobrar diretamente do Presidente da República que mandasse anular a ordem de demolição dos barracos emitida pelo diretor da Saúde Pública (GONÇALVES, 2013, p.80). A operação foi de suspensão de última hora “tendo em vista o recrudescimento das tensões sociais” (idem, *ibidem*); tendo os moradores conseguido o adiamento judicial da ordem de despejo, foram todos surpreendidos por um incêndio, certamente criminoso, que destruiu a maioria das casas ali construídas, mas, em 1919, entretanto, o morro já estava novamente ocupado⁵⁵.

“Há mezes, publicando alguns aspectos de Zinópolis do morro de Santo Antônio, a Revista da Semana mostrava a necessidade de remover do centro urbano do Rio esse bairro, advéncio da miséria, limpando-o dessa chaga, mas não esquecia a referência necessária ao problema que se impunha resolver do abrigo a dar à população miserável do morro. Quando, finalmente, chegou a vez da ação das autoridades, que a bem da hygiene e do decoro, promoveram a desapropriação judicial dos moradores, o espectáculo de tanta miséria emperrou as engrenagens judiciárias. A solução do problema ia soffrer adiantamentos sucessivos. Era impossível deixar sem tecto tantos infelizes. De repente, na noite de quinta-feira, 25 de maio, o fogo rompeu na acrópole de Zinco e devorou-a. Quem ateou o incêndio? Até hoje não foi possível descobri-lo” (Revista da Semana, nº 17, 1916 in GONÇALVES, 80-1).

O caso de Santo Antônio, pois, é mais uma evidência de que – apesar do “mito de origem” (VALLADARES, 2005) – não foram os soldados egressos de Canudos que deram origem às favelas cariocas no morro da Providência⁵⁶; é, ademais, uma mostra do quanto as habitações nos morros da cidade eram parcialmente toleradas e incentivadas por agentes do poder público e o quanto os moradores dessas áreas da cidade já no século XIX se organizavam – de diferentes formas – na tentativa dar corpo ao “direito à cidade”. Essa situação de parcial tolerância e incentivo, no entanto, começa a se transformar após a Reforma Passos.

É consenso na literatura especializada (ABREU, 1986, 1987, 2014; VAZ, 1986, 2002; VALLADARES, 2005; GONÇALVES, 2013; CHALHOUB, 1996, entre muitos outros) a

⁵⁵ Como veremos na sequência, a favela de Santo Antônio só desaparece com o arrasamento do morro na década de 1950.

⁵⁶ Além do morro da Providência, Valladares (2005, p.26) também afirma que a Quinta do Caju, a Mangueira (não a famosa, que dá nome à conhecida escola de samba, mas a então localizada no bairro de Botafogo) e Serra Morena “também datam do século XIX e são todas anteriores ao Morro da Favella. O povoamento de tais zonas começou em 1881, nada provando que tenha resultado de uma ocupação ilegal. Tanto na Quinta do Caju quanto na Mangueira, os primeiros habitantes não parecem originários do mundo rural brasileiro, pois eram imigrantes portugueses, espanhóis e italianos, permitindo supor que o seu estabelecimento nessas áreas tenha sido autorizado”.

constatação de que as obras constitutivas da Reforma Passos foram fundamentais, por haverem destruído grande parte dos cortiços da área central da cidade, no processo de favelização da cidade – ou no “processo de difusão espacial da favela” (ABREU, 2014a, p.432).

Embora, como vimos na seção anterior, a demolição do Cabeça de Porco tenha sido um símbolo e um marco do fim da era dos cortiços, foi apenas com a Reforma Passos que chegou ao auge o poder político da ideologia da higiene e de todos os interesses (ligados ao mercado imobiliário e aos capitais comercial e industrial da época) envolvidos na reforma urbana do centro da cidade.

Após um período de grandes turbulências políticas⁵⁷, Rodrigues Alves, cafeicultor paulista, assume com o objetivo expresso de reformar o centro e os bairros da zona sul e de parte da zona norte da cidade; para isso, nomeia para o cargo de prefeito um dos responsáveis pelo antigo (de 1875) plano da Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro: Francisco Pereira Passos (ABREU, 1987, p.60)⁵⁸ e, para o lugar de diretor do Serviço de Saúde Pública, o médico Oswaldo Cruz (CARVALHO, 1987, p.93). Ambos foram agraciados com poderes quase ditatoriais pelo novo presidente.

Uma lei de 29 de dezembro de 1902, reestruturando a administração municipal, adiou por seis meses as eleições para o Conselho Municipal, abrindo caminho para emissão não só dos decretos voltados para a implementação das remoções e expropriações necessárias às obras de reforma urbana (alargamento de ruas, criação de outras, modernização do porto etc.) como também das posturas determinando a proibição de quiosques, da criação de animais, do exercício da mendicância e do comércio de ambulantes (idem, p.95; ABREU, 1987, p.63; GONÇALVES, p.52); aquela mesma lei, ademais, instituía que nenhuma autoridade judiciária poderia revogar medidas ou atos administrativos municipais relativos aos projetos de reforma urbana, isto é, nenhuma autoridade judiciária poderia “conceder liminares que assegurassem a

⁵⁷ De 1889 a 1902, quinze pessoas se sucederam no cargo de prefeito, o que expressa a instabilidade política da cidade e do Brasil; Pereira Passos foi o primeiro a cumprir integralmente o seu mandato – de 30/12/1902 a 16/11/1906 (GONÇALVES, 2013, p.63).

⁵⁸ Gonçalves (2013, p.52) nos lembra que “essa comissão tinha chegado à conclusão de que era preciso modernizar urgentemente os prédios, alargar as ruas e criar novas avenidas para facilitar a implantação de uma rede transportes e a instalação de um sistema de esgotos. Dessa forma o ar circularia melhor no centro da cidade. As conclusões dessa comissão não foram aplicadas na época, mas influenciaram de forma profunda as obras realizadas pelo prefeito Pereira Passos, a partir de 1903.”

proteção possessória dos locatários e dos pequenos proprietários” (GONÇALVES, 2013, p.64), o que significa que o prefeito pôde governar sem a interferência do Poder Judiciário.

Oswaldo Cruz, por seu turno, apoiando-se no decreto 383 de 1903, liderou as brigadas sanitárias que, com poder polícia legalmente assegurado (que tinham o direito de invadir as casas para aplicar, à força, a vacina contra a varíola), visitaram 153 ruas e 11.224 habitações e expediu 12.971 intimações e 626 interditos (CARVALHO, 1987, p.94-5; GONÇALVES, 2013, p.55)⁵⁹.

A guerra contra os cortiços, então, chega aqui a seu ponto culminante: mais de 1600 prédios demolidos e pelo menos 200 mil pessoas removidas (GONÇALVES, 2013, p.53), o que fez a população em busca de moradia dividir-se em três caminhos: ou apinhar os cortiços restantes ou seguir para lotes seja nos subúrbios seja na Baixada Fluminense ou ocupar os morros da cidade, levando adiante o processo de difusão espacial da favela anteriormente referido.

Abreu (1986) entende que a Reforma Passos, ao (quase) erradicar os cortiços sem promover uma política pública consistente capaz de proporcionar moradia à população demandante, e ao – inevitável e não declaradamente – estimular a ocupação de terrenos seja nos morros, seja nos subúrbios, seja na Baixada, alterou fundamentalmente a questão da habitação popular, que passou da *forma* da habitação para o *espaço* da habitação. Assim, conclui ele (idem, p.228 – grifos do autor), “a resolução da questão da habitação popular foi, pois, uma não resolução. A questão não foi resolvida. Apenas mudou de escala. Transferiu-se da *habitação em si* para o *hábitat*.” Especificamente acerca das favelas, o autor (idem, p.231) arremata que a Reforma Passos, ao atrair, em função das obras que implementou, grande contingente de mão de obra sem oferecer espaços para sua reprodução, “viabilizou então o desenvolvimento de sua própria negação – ou seja, a proliferação de um hábitat que já vinha timidamente se desenvolvendo na cidade e que, por sua informalidade e falta de controle, simbolizava tudo o que se pretendeu erradicar da cidade. Este hábitat foi a favela.” Irradia-se, assim, o espaço de habitação da favela, processo que se deu por meio da ocupação tanto quanto da cobrança de aluguéis por terceiros, algo que não passou despercebido pelos

⁵⁹ A enorme violência que resultou da conjugação desses dois processos (a reforma urbana e a mobilização da saúde pública contra não apenas a varíola como também a febre amarela) que realmente revolucionaram a capital do país num espaço de tempo muito curto formam o contexto unicamente através do qual se pode entender o significado e o desenrolar concreto da Revolta da Vacina, em cujas controvérsias historiográficas e sociológicas não adentraremos aqui (sobre o tema, ver CARVALHO, 1986; CHALHOUB, 1996; GONÇALVES, 2013; SEVCENKO, 1984 – dentre outros).

contemporâneos. Em 02 de junho de 1907, o *Correio da Manhã* publica extensa matéria sobre os efeitos da Reforma empreendida por Passos, reproduzindo, inclusive, como se verá abaixo, a resposta do ex-soldado João Carlos de Andrade, aos jornalistas do jornal, quando indagado acerca da apropriação do solo no local:

“Ali na altura [no morro da Babilônia] há uma povoação pacífica, é a gente que reflue ante a picareta, a grande leva dos banidos que perderam o lar, que não ganham para o aluguel dos prédios que o progresso levanta nos terrenos em que, dantes, se agachavam, modestas, as casinhas de rótula. O êxodo não cessa. Diariamente passam carrocinhas carregando trastes desconjuntados, latas, vasilhas de barro, gaiolas, baús arcaicos, e vão pelas estradas dos subúrbios, param nas fraldas das montanhas. Os bosques alpestres e os das planícies abrem-se acolhedores e entre as árvores aboletam-se os expulsos, sentam-se nas pedras, nas grossas raízes, penduram os fardos aos ramos e, enquanto os homens, à pressa, vão levantando os ranchos, as mulheres instalam a cozinha ao tempo... A montanha povoa-se. É a caridade da Terra... assim vai a pobreza recuando para as eminências, abrigando-se nos cerros, repelida pela Grandeza, pelo fausto arrasador das casas humildes, pelo Progresso que não consente na permanência de um pardieiro no coração da cidade. A montanha abre o seu manto verde e acolhe os pobrezinhos como os anjos no tempo suave dos eremitas (...) Há, porém, outras montanhas agasalhadoras que a pobre gente secular, que ficou exposta ao tempo, expulsa do casebre em que vivia por intimação do progresso, vae, pouco a pouco, ocupando. São quasi todos os morros que formam a cinta da cidade” (in ABREU, 2004, p.433).

A matéria comenta ainda:

“(...) Alugué, uai! A gente não paga nada: o morro é do governo. Lá p’ra baixo, aí sim, é d’um inglez que aluga, mas d’água p’ra cima, como isto já teve baterias, é assim como um veterano, é milita reformado. A gente chega, escoie um canto, finca os esteio, barreira e fica morando” (in GONÇALVES, 2013, p.59).

As outras “montanhas agasalhadoras” que dão azo à formação de “favelas” são a do Salgueiro, que em 1909 já está instalada, e da Mangueira, no morro do Telégrafo, em 1910 (para onde foi, incitada pelo poder público, parte dos removidos do morro de Santo Antônio, como vimos); é a partir dessa década, aliás, que toma ímpeto maior o processo de difusão espacial da favela impulsionado pela Reforma Passos. Em 1912, o *Correio da Manhã* publica que a “encosta do morro do Andaraí já está quase toda edificada” (ABREU, 2004, p.433) e que os morros do Leme e de Copacabana já estão também ocupados (idem, ibidem). Nos anos seguintes, se noticia que os morros do que mais tarde se chamará de “complexo do São Carlos” já estão ocupados, bem como o morro do Pasmado, em Botafogo, e os de Ipanema, Lagoa, Leblon e Catumbi. Ao longo da década de 1910, várias favelas, então, surgem – e “a partir da década de 1920 a expansão das favelas tornar-se-ia multidirecional e incontrolável” (idem, p.434).

Nessas três décadas (1900, 1910 e 1920) de expansão das favelas, vários aspectos devem ser retidos. Em primeiro lugar, como enfatizam Gonçalves (2013, p.68) e Lobo (1978, p.516), destaca-se a permanência do dinamismo econômico do centro da cidade (aliado aos

déficit habitacional e à precariedade do transporte público – traços igualmente permanentes na estrutura da cidade) e a postura do poder público de oscilar entre a tolerância⁶⁰ e as tentativas de remover as favelas então em formação e expansão: oscilação essa que conformava, sem dúvida, as duas faces de uma mesma moeda. Essa oscilação⁶¹ certamente tinha que ver com a própria centralidade econômica daquela região da cidade, já que era fundamental garantir a proximidade espacial da mão de obra necessária para as atividades econômicas do centro e da zona sul da cidade – “proximidade espacial” esta indissociável da “distância social”; como explica Gonçalves (2013, p.68),

“em 1912, o coração da cidade tinha 11.990 estabelecimentos comerciais e industriais, contra apenas 3.718 nos subúrbios e 2.222 na periferia mais afastada. Essa dependência das zonas centrais, associada à tolerância dos poderes públicos no tocante à ocupação dos morros, reforçou consideravelmente o processo de expansão das favelas nessa região durante as primeiras décadas do século XX”.

Ou temos ainda:

“(…) a permanência da favela no cenário urbano [foi] um fator de estabilidade importante (...) após a reforma urbana, e atingida a meta de controle das epidemias, o governo transferiu à força de trabalho grande parte dos custos de sua reprodução, mas foi obrigado a aceitar, ainda que jamais tenha admitido isso explicitamente, a permanência da favela na cidade. Garantia-se assim o mínimo de estabilidade social necessário ao processo de acumulação. Ademais, tudo indica que a permanência das favelas não esbarrava nos interesses do capital. Este, ao contrário, delas podia se beneficiar, já que representavam uma importante reserva de mão-de-obra para a indústria, para as atividades de construção civil e para a prestação de serviços, inclusive domésticos” (ABREU, 2004, p.441).

Os interesses econômicos e imobiliários em torno do centro da cidade certamente eram um dos fiéis da balança nessa oscilação entre tolerância pública e remoção que, ao fim e ao cabo, acabava ajudando a constituir as favelas enquanto margens do Estado. Exemplar, nesse sentido, é o arrasamento do morro do Castelo operado no ano da comemoração do centenário

⁶⁰ Incluídas aí as ações das forças armadas, como já destacamos.

⁶¹ Vários são os exemplos que podem aqui ser evocados – e já destacamos alguns mais acima; neste sentido, é interessante ressaltar, aqui, as falas do conselheiro municipal Carlos Leite Ribeiro (personagem que reencontraremos a seguir) e do vice-diretor da Igreja e do Apostolado Positivista do Brasil, Raymundo Teixeira Mandes, ambas ilustrações pontuais de uma política de maior escopo fundada tanto na manutenção da precariedade e da provisoriabilidade das “favelas” enquanto condição de possibilidade de sua permanência quanto na tentativa de erradicação total desses espaços de habitação popular: 1) “É necessário que fiquem, para todo o sempre, proibidas as construções de prédios no morros do Castello e Santo Antônio, fazendo-se somente exceção apenas das que estiverem, pela lei, licenciadas. É urgente que se desvalorize os prédios daqueles morros porque só por esse modo se poderão fazer quaesquer melhoramentos” (*in* GONÇALVES, 2013, p.68); 2) “Si o governo e o público têm meios de proporcionar habitações em condições menos más aos moradores do morro de Santo Antonio, a que fação, de uma vês ou aos poucos. Mas si nem o governo, nem o público possuem tais meios, então rezignem-se a sofrer esse mal até que possa ser removido sem aumentar a aflições aos aflitos e sem que o governo e o público e tornem cureis, o que seria um mal imensamente pior. Parece-nos inútil mais para que se veja que esse dolorizísimo incidente vem, ainda uma vês, patentear a necessidade de subordinar a higiene à moral” (*in* GONÇALVES, 2013, p.70).

da proclamação da Independência no interior da administração municipal de Carlos Sampaio (1920-1922), o mesmo empresário cujos interesses foram amplamente contemplados com a remoção do Cabeça de Porco.

Os preparativos para a comemoração colocaram lenha no discurso em torno da necessidade de ser “resolver” o “problema” da favela através de sua remoção do tecido urbano, favorecendo assim o “embelezamento” da cidade em data tão especial. Foi nesse contexto que se empreendeu o arrasamento do Morro do Castelo; e foi no espaço deixado pelo seu desmonte que foram instalados os “pavilhões da Exposição Internacional do Centenário” (GONÇALVES, 2013, p.85). Novamente, mesclavam-se nas justificações do desmonte diversas representações acerca dos espaços do que começava a se chamar genericamente de “favelas”; Gonçalves (2013, p.84), entretanto, acredita que os “verdadeiros objetivos” daquele desmonte eram de natureza econômica, “as ideias higienistas” contribuindo aqui de maneira apenas parcial, metafórica ou ideológica.

Sem negar o papel jogado pelos interesses econômicos e imobiliários, acredito, por motivos que ficarão mais claros na sequência, que não se trata de buscar interesses, intenções ou objetivos “verdadeiros” e “realmente reais” por detrás das elaborações legais, mas de entender a lei como um marcador em torno do qual se distribuem práticas e jogos de forças cujas configurações e efeitos de poder precisam ser rastreados. Relatos de época expressam a maneira através da qual o arrasamento do morro do Castelo era concebido e entendido:

“Desde muito annos que a zona propriamente commercial da cidade do Rio de Janeiro, apertada entre o mar e uma série de pequenos morros, sem espaço para se desenvolver, é considerada insufficiente e reclama dos poderes públicos por uma providência. Dentre as soluções achadas, a mais naturalmente indicada é, sem dúvida, o arrazamento do morro do Castelo, não somente porque a área, por elle actualmente ainda occupada, está magnificamente situada, em pleno coração da cidade e, desimpedida, daria logar a um novo bairro que se abriria ao nosso commércio, como porque proporcionaria a essa parte da cidade outras condições de saneamento e embelezamento” (*in* GONÇALVES, 2013, p.84)⁶².

E mais:

“O Rio é a cidade mais paradoxal do mundo. A cinquenta metros do teatro onde se canta o Parsifal, ouvido com um recolhimento de êxtase, que bastaria para prova o grau elevado da nossa cultura e da nossa sensibilidade estética, a vinte metros do palácio das Belas Artes, em cuja pinacoteca guardamos os atestados honrosíssimos do talento artístico da nossa raça, a quinze metros de uma grandiosa biblioteca e do Supremo Tribunal de Justiça – pode-se ver pastar as cabras na encosta do Morro do Castelo” (Revista da Semana, nº25, 31 de julho de 1920 *in* GONÇALVES, 2013, p.85).

⁶² Essa passagem, constando como parte de um relatório da Diretoria das Obras Públicas do Município, datado de outubro de 1922, é entendido por Gonçalves (2013, p.84), de onde o retiro, como expressando os “verdadeiros objetivos” do arrasamento do morro do Castelo.

Em segundo lugar, é necessário sublinhar que é apenas ao longo das décadas de 1910 e 1920, deixa de referir-se apenas ao “Morro da Favella” para designar um específico espaço de moradia popular instaurado no morros da cidade; “favella”, então, com o passar dos anos 1910 e 1920, deixa de ser nome próprio, termo usado para nomear um morro particular (da Providência) habitado por algumas dezenas ou centenas de pessoas, para tornar-se substantivo que designa – genericamente – um determinado tipo de espaço de habitação popular. Abreu (2004) e Gonçalves (2013) sustentam esse ponto, o segundo inclusive mostrando que antes mesmo da década de 1920 a favela “substantivada e com f minúsculo” já começava a criar raízes no imaginário carioca; as passagens, embora longas, são muito esclarecedoras desse processo:

“(…) a solução habitacional iniciada nos morros de Santo Antônio e da Providência, como já visto, espalhou-se pela cidade. Ela não foi acompanhada, entretanto, nessa fase inicial, pela difusão do nome genérico de favela. Durante toda a década de 1910, a imprensa utiliza essa palavra sempre com F maiúsculo, indicando tratar-se de nome próprio, de um lugar específico da cidade. Isto não impede que as descrições do morro da Favela sejam sempre carregadas de significados negativos e de alusões pejorativas, tais como “o fantástico morro da Favela”, “a terrível Favela”, a “já tristemente famosa Favela”, o “célebre morro da Favela”” (ABREU, 2004, p.436).

E ainda:

“A partir da década de 1920, e em função da sua enorme difusão pelo espaço urbano, o termo favela se generalizou. E adotando uma nova forma, substantivada e com f minúsculo, passou a designar todas as aglomerações de habitações toscas que surgiam na cidade, geralmente nos morros, e que eram construídas em terrenos de terceiros e sem aprovação do poder público” (idem, p.438).

E mais:

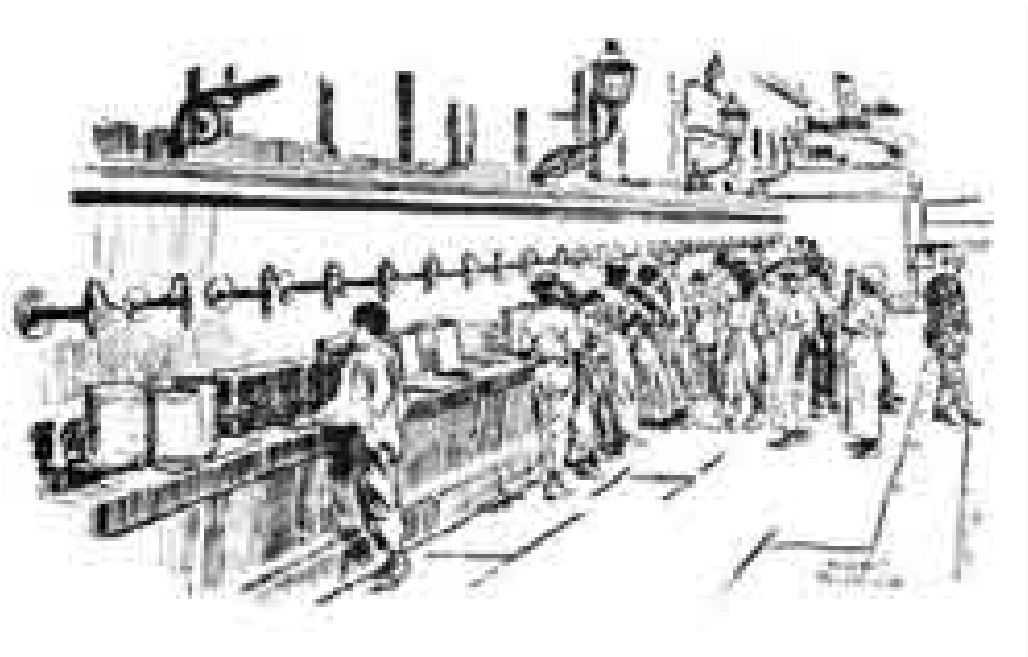
“O mal é de todos conhecido: as antigas e espessas mattas dos arredores da cidade, que lhe vestiam os morros, actualmente depidos da menor sombra de arvores, a floresta húmida e possante, de onde provinham os veios d’água e as excellentes grotas do Cosme Velho, Sylvestre e Tijuca, toda a zona salubérrima da Gávea desapareceram, ficando da nossa famosa grandeza florestal o esqueleto denudado da montanhas que reverberam o sol das seis horas da manhã as seis da tarde. O pouco que ainda resta vai-se embora com a instalação contínua das favelas”⁶³ (in GONÇALVES, 2013, p.71-2).

Como parte constitutiva dos processos de difusão espacial e de substantivação da favela, vê-se a disseminação de uma vasta gama de imagens e dualidades acerca desses espaços da cidade, imagens estas que – como não poderia deixar de ser – informavam diretamente as políticas públicas voltadas para a questão urbana do Rio de Janeiro, formando sua matriz de sentido e sua condição de possibilidade. Novamente há várias ilustrações desse

⁶³ Esse é trecho da carta dos residentes do bairro de Santa Teresa que, enviada ao Conselho Municipal da cidade no ano de 1914, mostra como o termo “favella”, substantivado e no minúsculo, já começou a povoar a linguagem carioca desde a primeira metade da década de 1910.

processo na literatura da época, das quais é um exemplo notável é o decreto 2.636 de setembro de 1914, o qual dispunha sobre a construção de fontes d'água nas proximidades do morro de Santo Antonio, cujos habitantes, como de resto os de outros morros próximos (Providência, Castello, Senado etc.), deslocavam-se diariamente ao Chafariz da Carioca⁶⁴ (nas proximidades da Avenida Central, atual Rio Branco, recentemente inaugurada por Pereira Passos) para buscar água potável⁶⁵.

FIGURA 1



Fonte: EDMUNDO, 2003 [1938], p.84.

⁶⁴ Na atual Praça da Carioca.

⁶⁵ Luís Edmundo, nas crônicas intituladas *Largo da Carioca* e *Morro de Santo Antônio*, que integram o clássico *O Rio de Janeiro do meu tempo*, assim se pronuncia sobre o tal Chafariz da Carioca: 1) “Atravessando-a [a Rua Treze de Maio], encontra-se, então, para o lado aquém da Imprensa Nacional, o chafariz, massa singela e augusta, a lembrar o feitio de um templo, com 29 bicas de bronze, sempre muito polidas, e faiscentes ao sol. É para aí que um populacho, esmolambado e sujo, desce do morro de Santo Antônio, então povoadíssima favela, e vem de outro morro, o do Castelo, pela famosa Chácara da Floresta” (EDMUNDO, 2003 [1938], p.82); 2) “Em Santo Antônio as mulheres trabalham muito. Lavam e engomam para fora, por preços vis. Para obter água vão buscá-la ao chafariz da Carioca, longe” (idem, p.153).

FIGURA 2



Fonte: EDMUNDO, 2003 [1938], p.87.

As justificativas para a construção das fontes d'água iam desde a qualidade da água disponível no Chafariz da Carioca até o incômodo público com a presença dos favelados nas proximidades dos centros de poder e dos símbolos do progresso da cidade (a Avenida Central como um dos mais portentosos deles)⁶⁶. O conselheiro Leite Ribeiro, que além de presidente do Conselho Municipal também era comerciante e coronel da Guarda Nacional, ao propor o projeto legislativo do decreto, afirmava:

“Ahi estão, repito, presos ao nosso viver como os tentáculos do polvo ao corpo que lhe é presa, costumes anacrônicos, dignos de Benguela e Moçambique, não próprios de uma cidade civilizada e sim de uma aldeia, mas aldeia sem governo, de populacho sem cultura, de multidão semi-selvagem. As infectas pocilgas dos morros de Santo Antônio, Favella, Babylônia e outros, talvez inferiores às cubatas dos cafres da Zululândia; a récu⁶⁷ de indivíduos que, esfarrapada, mulambenta, semi-

⁶⁶ De acordo com Gonçalves (2013, p.72-4), esse decreto pressagiu e inaugurou uma modificação política substancial do poder público com relação aos espaços favelados. Em primeiro lugar, porque constata que a manutenção da precariedade urbanística do espaço das favelas não desestimula sua habitação, muito pelo contrário – essa ideia, segundo Leite Ribeiro, “é pueril, soberanamente desumana e improduttiva, pois o que vemos, diariamente, é o aumento e não a diminuição do tosco abarracamento, mais e mais posto em evidência, desnudado, com o incessante ir e vir dessa infeliz gente, entregue ao apanhamento d'água em ponto tão distante” (in GONÇALVES, 2013, p.74). Em segundo lugar, porque “inaugurou uma *práxis* política que passaria a ser usual nas favelas: a outorga de concessões pontuais para reduzir as tensões sociais, conservando-se, contudo, o caráter provisório e precário desses espaços urbanos. O decreto parece pressagiar alguma práticas clientelistas que se tornaram correntes nas favelas até nossos dias” (GONÇALVES, 2013, p.74).

⁶⁷ De acordo com o Houaiss, récu^a tem três significados, aos quais vale darmos uma atenção para percorrermos a extensão do sentido da percepção social em formação sobre as favelas: 1) “tropa de bestas de carga engatadas;

nua, a todas as horas do dia e da noite busca água, em velhas latas à cabeça, no chafariz da Carioca, situado este a poucos metros de distância da nossa principal artéria, bem defronte do maior dos nossos hotéis, onde pousa grande número de forasteiros que visitam esta cidade; as velhas pretas esqueléticas, do typo exposto bem no primeiro plano de um estapafúrdio quadro preso nas paredes dessa sala – triste herança do tráfico de carne humana com que nossos antepassados enlamearam a história dos nossos primeiros dias (...) O meu projecto não resolve definitivamente a questão, é certo, mas melhora muitíssimo a situação condemnável, acrescentando que segundo fui informado, é altamente nociva à saúde a água colhida no chafariz da Carioca, por passar por conductores inteiramente descobertos, sem nenhum resguardo hygiênico. Penso ter justificado a minha ação no projecto que se segue” (in GONÇALVES, 2013, p.72-3, p.89).

É extremamente expressivo esse trecho do conselheiro. Os morros da cidade, habitados, dão lugar a infectas pocilgas (curral de porcos, i.e., lugar sujo, imundo ou inteiramente desorganizado⁶⁸) em que habita um populacho sem cultura, uma multidão semi-selvagem, semi-nua, esfarrapada, mulambenta e, pior, sem governo; fora da cidade, a favela é uma aldeia, e uma aldeia *sem governo*. A Comissão de Justiça do Conselho Municipal, referendando as considerações do conselheiro Leite Ribeiro, assim se pronunciava:

“Attendendo a que o referido projecto visa provocar o abastecimento regular de água potável ao morro de Santo Antônio, povoado por uma verdadeira multidão de desprotegidos da fortuna evitando ao mesmo tempo o ultraje que ao desenvolvimento material desta cidade e à cultura da sua população constitue, com effeito, a contínua romaria de pessoas descalças e andrajosas que do alto daquelle morro em pleno dia desce em demanda do chafariz do largo da carioca para recolher ahi, em recipiente de toda a espécie, a água necessária aos seus misteres (...). E a Comissão de Justiça dá parecer que o alludido projecto nº 34, deste anno, está em condições de ser adoptado” (in GONÇALVES, 2013, p.73).

Toda essa discussão legal acerca da instalação de fontes d’água para atender aos habitantes dos morros próximos à atual praça da carioca escancara uma série de representações sobre os espaços favelados então em formação, representações essas que armam uma percepção social extremamente coerente internamente e toda ela centrada na ideia de *exclusão*, isto é, na ideia de que as favelas e seus moradores são *radicalmente o outro* da cidade civilizada, formal e regulada e governada pelo Estado. Vê-se manifestações dessa mesma estrutura de percepção e cognição em diversas produções da época, como por exemplo em reportagens jornalísticas e em hábeis crônicas de João do Rio, Benjamin Costallat, Olavo Bilac, Orestes Barbosa e Luís Edmundo.

Em Orestes Barbosa lemos o seguinte:

“O morro da Favela ficou como uma lenda na cidade, entretanto, nada mais real do que os seus mistérios. Pouca gente já subiu aquela montanha – raríssimas pessoas chegaram a ver e a compreender o labirinto das baiúcas, esconderijos, sepulturas

grupo de cavalgadas”; 2) “a carga transportada por elas”; 3) “grupo de indivíduos desprezíveis, desordeiros, bandidos; súcia, caterva, corja”.

⁶⁸ Definição do dicionário Houaiss.

vazias e casinhas de portas falsas que formam toda a originalidade do bairro terrorista onde a polícia do 8º distrito não vai” (1993 [1923], p.111) ⁶⁹.

Já em Olavo Bilac:

“Perco-me muitas vezes, por dever profissional, visitando escolas, no alto destes morros que intumescem de espaço a espaço a topografia do Rio de Janeiro (...) É uma cidade à parte... O Rio já é uma aglomeração de várias cidades, que pouco a pouco se vão distinguindo, cada uma adquirindo uma fisionomia particular e uma certa autonomia de vida material e espiritual (...) Mas de todas as cidades que formam a federação das urbes cariocas, a mais original é a que se alastra pelos morros da zona ocidental, e onde vive a nossa gente mais pobre, denso formigueiro humano, onde habitualmente se recruta o pessoal barulhento das bernardas (revoltas), de motins contra a vacinação obrigatória, contra o aumento do preço das passagens dos bondes, contra a fixação do preço máximo das carroças (...) É essa a mais original de nossas subcidades (...) a mais original e a mais triste. Algumas ladeiras desses morros não conheceram nunca, por contato, ou sequer de vista, uma vassoura municipal. Em muitas delas, apodrecem lentamente ao sol, durante semanas e semanas, sob nuvens de moscas, cadáveres de galinhas e de gatos. E as faces humanas que por lá se encontram têm quase todas esse ar de apática indiferença que vem do largo hábito da miséria e do desânimo. Indiferença por tudo, pelo prazer e pelo sofrimento, pela vida e pela morte...

Há nesses morros muita gente que nada sabe do que se passa cá embaixo, e cujo espírito só tem como horizonte vital o espaço limitado por duas ou três ladeiras tortuosas e sujas. Há poucos dias, no morro da Conceição, lá no alto, encontrei uma velha mulher, lavadeira, que não vem ao Centro da cidade há trinta e três anos! Trinta e três anos – toda uma existência! Foi ali morar, em 1874 e ali tem vivido, sem curiosidade, sem desejos, sem aspirações, ganhando o minguado pão, vendo todos os dias as mesmas pessoas, dormindo todas as noites o mesmo sono, sem compreender a significação do barulho que estronda na planície – conflitos, festas, tragédias, apoteoses, revoluções, lutos, glórias, desgraças. Fizemos cá embaixo a Abolição e a República, criamos e destruímos Governos, passamos por períodos de vacas gordas e por períodos de vacas magras, mergulhamos de cabeça para baixo no sorvedouro do ‘Encilhamento’, andamos beirando o despenhadeiro da bancarrota, rasgamos em avenidas o velho seio urbano, trabalhamos, penamos, gozamos, deliramos, sofremos – vivemos. E, tão perto materialmente de nós, no seu morro, essa criatura está lá trinta e três anos tão moralmente afastada de nós, tão separada de fato da nossa vida, como se, recuada no espaço e no tempo, estivesse vivendo no século atrasado, e no fundo da China ou da Austrália... Não sei se é desgraça ou felicidade isso. Talvez seja felicidade: vibrar é sofrer; quando não é sofrer, é fazer sofrer; e essas criaturas apagadas e tristes, apáticas e inexpressivas, que vivem fora da vida, se não têm a glória de ter praticado algum bem, podendo [sic] ao menos ter o consolo de não ter praticado mal nenhum, consciente ou inconscientemente...⁷⁰

E João do Rio:

“(...) Vi, então, que eles se metiam por uma espécie de corredor encoberto pela herba alta e por algum arvoredo. Acompanhei-os, e dei num outro mundo. A iluminação desaparecera. Estávamos na roça, no sertão, longe da cidade (...) E ahi parados enquanto o pessoal tomava paraty como quem bebe água, eu percebi, então,

⁶⁹ *A Favela*, de Orestes Barbosa, integra a coletânea de crônicas *Bambambã!*, cuja primeira edição data de 1923. Como diz a orelha da edição do livro aqui consultada (1993), “Orestes Barbosa ocupa um lugar ímpar na literatura brasileira, como cronista das misérias e delícias cariocas”.

⁷⁰ A crônica *Fora da Vida*, de Olavo Bilac, é já um clássico nos trabalhos que tratam da significação do fenômeno das favelas cariocas na Primeira República; foi publicada pela primeira vez 1908; retiro o trecho da apostila do curso “O Rio de Janeiro e as Favelas”, ministrado por Marcos Alvito. Disponível em:

https://dadospdf.com/queue/apostila-do-curso-o-rio-de-janeiro-e-as-favelas-_5a44dc8eb7d7bc891f8ae4c8_pdf?queue_id=-1.

que estava numa cidade dentro da grande cidade. Sim. É o facto. Como se creou allí aquella curiosa villa de miséria indolente? O certo é que hoje ha, talvez, mais de quinhentas casas e cerca de mil e quinhentas pessoas abrigadas lá por cima (...) Nesta empolgante sociedade, onde cada homem é apenas um animal de instinctos impulsivos, em que ora se é muito amigo e grande inimigo de um momento para outro, as amizades só se demonstram com uma exuberância de abraços e de pegações e de segredinhos assustadora — ha o arremedo exacto de uma sociedade constituída (...) E quando de novo cheguei do alto do morro, dando outra vez com os olhos na cidade, que embaixo dormia illuminada, imaginei chegar de uma longa viagem a um outro ponto da terra, de uma corrida pelo arraial da sordidez alegre, pelo horror inconsciente da miséria cantadeira, com a visão dos casinhotos e das caras daquelle povo vigoroso, refestelado na indigência em vez de trabalhar, conseguindo bem no centro de uma grande cidade a construção inédita de um acampamento de indolência, livre de todas as leis. De repente, lembrei-me que a variola cahira allí ferozmente, que talvez eu tivesse passado pela toca de variolosos. Então, apressei o passo de todo. Vinham a empallidecer na pérola da madrugada as estrellas palpitantes e canoramente gallos cantavam por traz das hervas altas, nos quintaes visinhos”⁷¹ (1911 [1908], p.145-52).

Caminho similar segue a crônica *A Favela que eu vi*, de Benjamin Costallat:

“(…) Tínhamos chegado à entrada da Favela, uma das muitas entradas do morro sinistro. Quando as turmas de agentes dão batidas na Favela, para prender um criminoso renitente, refugiado e escondido no alto do morro, os policiais são distribuídos pelas várias entradas. Combinando o ataque para uma determinada hora, produz-se um verdadeiro assalto, subindo a polícia por todos os lados, pela Saúde, pela Gamboa, pela Marítima e pelo Pinto. Estávamos na subida que desemboca na Rua da América e que é conhecida por “Pedra Lisa”. É um caminho de cabras. Não se anda, gravita-se. Os pés perdem a função normal de andar, transformando-se em garras (...) Falavam-me sempre do perigo de subir à favela. Nos seus terríveis valentes. Nos seus malandros que assaltam com a mesma facilidade com que se dá bom dia. O maior perigo que eu encontrei na Favela foi o risco, a cada passo, de despencar-me de lá de cima pela pedreira ou pelo morro abaixo (...) A favela não tem luz. Não tem esgotos. Não tem água. Não tem hospitais. Não tem escolas. Não tem assistência. Não tem nada (...) Estávamos em plena favela, fora do mundo. Vinha-me, então, ao espírito, a crônica terrível do morro sinistro, do morro do crime. Encravada no Rio de Janeiro, a Favela é uma cidade dentro da cidade. Perfeitamente diversa e absolutamente autônoma. Não atingida pelos regulamentos da prefeitura e longe das vistas da Polícia. Na favela não se paga impostos e não se vê um guarda civil. Na favela, a lei é a do mais forte e a do mais valente. A navalha líquida os casos. E a coragem dirime todas as contendas. Há muito crime, muita morte, porque são essas as soluções para todos os gêneros de negócios – os negócios de honra como os negócios de dinheiro. Na favela, não há divórcios porque ninguém se casa. Não se fazem contratos. Não há inquilinos, nem senhorios. Não há despejos. Se o inquilino é mais forte do que o senhorio, o aluguel nunca é pago. Se o senhorio for o mais valente, então, sim, a casa é paga, pontualmente, todos os começos de mês... É a lei do inquilinato na favela! A bofetada e a navalha resolvem tudo... É natural que os valentes e os malandros procurem a Favela, como uma moradia ideal. É um refúgio e é um paraíso”⁷² (1990 [1924], p.34-7).

⁷¹ Em *Livres Acampamentos da Miséria*, crônica que compõe a coletânea *Vida Vertiginosa*, publicada pela primeira vez em 1917, alguns trechos da qual reproduzo aqui, João do Rio narra seu encontro com um grupo de seresteiros, no largo da Carioca, e sua decisão de acompanhá-los na serenata no morro de Santo Antônio, onde residiam.

⁷² Na clássica *A Favela que eu vi*, pequena crônica que reproduzimos parcialmente aqui, Benjamin Delgado de Carvalho Costallat descreve sua visita ao Morro da Favela; a crônica integra a coletânea *Mistérios do Rio*, publicada pela primeira vez em 1924, e repete a ideia publicações de outros países – *Mistérios de Londres*, *Mistérios de Paris* (analisada inclusive por Foucault em *Vigiar e Punir*).

E, por último, Gonçalves (2013, p.88) nos traz o seguinte trecho do Diário da Manhã de 05 de julho de 1909:

“A Favella é um dos logares mais afamados do Rio. É o lugar onde reside a maior parte dos valentes da nossa terra, e que, exactamente por isso, por ser o esconderijo da gente disposta a matar, por qualquer motivo, ou, até mesmo, sem motivo algum, não tem o menor respeito ao Código Penal nem à Polícia, que também, honra lhe seja, não vae lá, sinão nos grandes dias do endemoninhado villarejo⁷³.

Extremamente ricas essas narrativas de época sobre as favelas em formação e expansão. Construídos a partir de um ponto de vista que exotiza esses espaços de habitação, descrevendo-os como o reverso da “cidade, esses relatos são poderosas manifestações de uma percepção social que enxerga as favelas e os favelados como ameaças à institucionalidade estatal, como espaços geográficos e de relações sociais que denunciam, pelo simples fato de sua existência, de modo cabal e inequívoco, a falência do Estado em sua tentativa de ali impor a sua ordem e os seus estatutos.

Muito significativa, nesse sentido, é a ideia de *cercos*. Informando a descrição de Benjamin Costallat sobre o exótico Morro da Favela, ela aparece de modo muito marcado num documento de 04 de novembro de 1900, quando o delegado da 10ª circunscrição (área da atual Cidade Nova e adjacências) escreve ao seu chefe de polícia, em resposta a uma solicitação sua, nos seguintes termos:

“Obedecendo ao pedido de informações que V. Excia., em officio sob nº 7.071, ontem me dirigiu relativamente a um local do *Jornal do Brasil*, que diz estar o morro da Providência infestado de vagabundos e criminosos que são o sobressalto das famílias no local designado, se bem que não haja famílias no local designado, é ali impossível ser feito o policiamento porquanto nesse local, foco de desertores, ladrões e praças do Exército, não há ruas, os casebres são construídos de madeira e cobertos de zinco, e não existe em todo o morro um bico de gás, de modo que para a completa extinção dos malfeitores apontados se torna necessário *um grande cerco*, que para produzir resultado, precisa pelo menos de um auxílio de 80 praças completamente armadas. Dos livros desta delegacia consta ter sido feita ali uma diligência pelo meu antecessor que teve êxito, sendo, com um contingente de 50 praças, capturados, numa só noite, cerca de 92 indivíduos perigosos. Parece, entretanto, que o meio mais prático de ficar completamente limpo o aludido morro é ser pela Diretoria de Saúde Pública ordenada a demolição de todos os pardieiros que em tal sítio se encontram, pois são edificados sem a respectiva licença municipal e não têm as devidas condições higiênicas” (in ZALUAR e ALVITO, 1998, p.08-9 – grifos meus).

No mesmo sentido, e ainda no mês de novembro de 1900, a coluna “Queixas do Povo” expõe o relato de comerciantes da rua da Carioca que, reclamando de “uma quadrilha de gatunos que se acouta no morro de Santo Antônio, perto da passagem dos *bonds* elétricos”,

⁷³ Trecho de reportagem do Correio de Manhã, edição de 05 de julho de 1909, retirado de Gonçalves (2013, p.88). Esse trecho é particularmente interessante por antecipar – em mais de meio século – o traço distintivo do que Machado da Silva, como veremos, chamará de *violência urbana e sociabilidade violenta*.

sugere o seguinte à autoridade policial: “*um cerco bem dado*, estudando o sr. delegado antecipadamente o terreno do morro, teria bom resultado” (in ZALUAR e ALVITO, 1998, p.10 – grifos meus).

A ideia do cerco surge, portanto, praticamente com o início do fenômeno da favela, que era classificada e enxergada não apenas pela ótica da criminalidade violenta, mas também da ideologia da higiene: após os cortiços, “a favela passa, então, a ocupar o primeiro no debate sobre o futuro da capital e do próprio Brasil, tornando-se alvo do discurso de médicos higienistas que condenam as moradias populares” (VALLADARES, 2005, p.28). Emblemática, nesse sentido, é a conhecida charge, publicada na revista *O Malho*, em junho de 1907, na qual Oswaldo Cruz aparece caricaturalmente alto (da altura no próprio Morro da Favella), bem vestido, empunhando, na mão direita, um pente (em que se lê “DELEGACIA DE HIGIENE”) com o qual vai retirando os moradores que, como piolhos, tentam continuar agarrados ao morro da Favella, representado como o rosto de um homem mal encarado que, no entanto, saúda o “mestre Oswaldo” pela limpeza. No topo da charge, lê-se: “**UMA LIMPEZA INDISPENSÁVEL**. A Hygiene vai limpar o Morro da Favella, do lado da Estrada de Ferro Central. Para isso, intimou os moradores a se mudarem em dez dias”.

FIGURA 3



A revolta da vacina, aliás, seria muito simbólica no sentido de associar ainda mais pregnantemente as favelas com essas ideias e imagens tanto de insalubridade quanto de

criminalidade violenta. De modo muito sucinto, pode-se dizer que o alvo central da revolta – a mais violenta revolta popular da cidade até então – foi o poder de polícia das brigadas sanitárias, as quais tinham o direito de invadir as casas (sobretudo do mundo popular, que se concentrava nos cortiços e nas “favellas” de então) para aplicar, à força, a vacina contra a varíola. A resistência popular contra as forças da ordem se articulou, sobretudo, no bairro da Saúde, muito proximamente ao “Morro da Favella”; o último ato da resposta brutal da polícia se deu justamente neste local, em 23 de novembro de 1904, quando 180 soldados subiram o morro para revistar cada uma das casas. Era o fim da revolta, que deixou um saldo de 23 mortos, centenas de feridos e cerca de mil pessoas presas (algumas tendo sido exiladas no Estado do Acre). Tudo isso contribuiu, portanto, para a leitura da “Favella” em termos de periculosidade, violência, insalubridade e doença, o que moldava, justificava, orientava e legitimava as investidas do poder público no sentido de erradicar – de cortar do mapa da cidade – esses espaços de moradia popular.

Antro de doenças infectocontagiosas e de bandidos e criminosos violentos, a favela está *apartada* da cidade: é uma cidade – autônoma e independente – dentro da cidade. O próprio Gonçalves (2013, p.70) reforça essa ideia ao entender que as favelas, a essa época, estavam *excluídas da legalidade*, isto é, conformavam “espaços de exclusão, em que a população local não gozava dos mesmos direitos que o restante dos cidadãos”. Nesse sentido, entende que se afirmava, à época, uma progressiva “situação de suspensão jurídica”⁷⁴, isto é, uma situação “externa ao direito” (idem, p.76), pois favelas e favelados estariam “à margem do direito” em função de uma “ilegalidade imposta” (idem, p.79)⁷⁵. Em sustentação a esta tese, Gonçalves recorre também a Carvalho (1987), que argumenta que a especificidade do Rio de Janeiro, dentro da urbanidade brasileira, reside na sua capacidade ímpar de acumular

⁷⁴ O autor se apoia, aqui, em Santos (1974), para quem, a partir de um estudo de caso sobre a favela do Jacarezinho (que recebeu o nome de Pasárgada em sua tese de doutorado), vigora – nas favelas em geral – uma situação de “pluralismo jurídico” que se funda na convivência entre um direito oficial e outro informal, convivência esta tensa que, ao fim e ao cabo, cria uma situação de “suspensão jurídica” ou “ajuridicidade cuja superação tende a ser determinada pela violência” (GONÇALVES, 2013, p.12).

⁷⁵ Gonçalves (2013, p.76) traz inclusive como reforço a essa ideia a própria imagem cultivada pelos cronistas a que anteriormente recorremos: “a política de tolerância pública não significava, entretanto, um reconhecimento de fato desses espaços. A questão que se impunha antes de mais nada era a forma de gerir os diferentes problemas sociais suscitados pelo crescimento das favelas, conservando-se ao mesmo tempo o aspecto transitório, temporário e ilegal destas. Com efeito, vários autores do início do século XX consideravam as favelas espaços onde o poder público era incapaz de impor sua influência, espaços de não direito ou cujo direito era diferente daquele do resto da cidade. Assim, uma situação de suspensão jurídica foi se firmando progressivamente, [uma] situação externa ao direito”.

“forças contraditórias da ordem e da desordem” (idem, p.158). De acordo com o autor, o Estado colonial e depois nacional, sediado no Rio de Janeiro, precisou conviver com uma realidade constituída por uma geografia arredia aos planejamentos urbanísticos que impôs a próxima coexistência entre as partes rica e o pobre da cidade, entre a classe média alta e o proletariado (idem, p.158-9); o Estado precisou desenvolver, então, “formas de convivência” (idem, p.159) com essa realidade, uma realidade na qual “normas legais e hierarquias sociais iam aos poucos se desmoralizando, constituindo-se um mundo alternativo de relacionamento e valores” (idem, *ibidem*). Esse mundo alternativo se desenvolvia ao arrepio da lei, por fora de seus marcos, conformando uma desordem que se fundava precisamente na desmoralização da lei e num “entendimento implícito”, num “pacto”, numa “constituição não escrita” (idem, p.160). Teria se formado, assim, no Rio de Janeiro, uma “duplicidade de mundos” fundada numa “consciência clara [e compartilhada] de que o real se escondia sob o formal” e de que “mesmo que a autoridade o desejasse, seria impossível a aplicação estrita da lei” (idem, *ibidem*). Esse entendimento comum, essa constituição não escrita, só era descumprida “quando o governo buscava impor o formal, quando procurava impor a lei literalmente” (idem, p.160).

Essas percepções acerca das favelas como espaços de “exclusão” ou de “ajuricidade” (Santos, 1974) anda de par com a ideia, avançada por Gonçalves (2013, p.72-3), de que aquele decreto 2.636 de setembro de 1914 (assim como seu projeto legislativo e o relatório da Comissão de Justiça sobre ele), a despeito de seu objetivo declarado ser “nobre e interessante” (ao querer fornecer água potável aos habitantes dos morros próximos ao Chafariz da Carioca), tinha o “verdadeiro desígnio” de afastar das proximidades da “majestosa Avenida Central inaugurada por Pereira Passos” o “fluxo de indigentes” que ia lá buscar água. Gonçalves argumenta no sentido de que há um *interesse* e uma *intenção* “reais” e não confessados (geralmente de ordem econômica) a guiar “verdadeiramente” as mais diversas legislações que tomam a favela como seu objeto central – esses interesses e intenções (verdadeiros e reais) estariam dissimulados por detrás de objetivos aparentes, ilusórios, falaciosos, numa forma perfeitamente marxista de leitura dos eventos históricos, pois supõe que haja uma infraestrutura de interesses e relações materiais e econômicos que guia, preside e direciona as produções superestruturais (do Estado, do direito etc.) que seriam, pois, eminentemente *ideológicas*, ideologia significando aqui ocultamento e mistificação do real.

Acredito, todavia, que seja mais produtivo deixar de lado a busca por interesses “verdadeiros em última instância” e procurar investigar como as diferentes produções (jurídicas ou não) conformam narrativas e discursos que tem efeitos de poder que podem ter ou não que ver com as intenções dos agentes concretos. Ao invés de buscar interesses e verdades reais (ou mais reais que outras), acredito ser mais interessante levar a sério o que dizem esses agentes e entender a legalidade não como algo que institui em definitivo um dentro e um fora, mas como um balizador que tem efeitos de poder específicos, que vale a pena pesquisar, “como um marcador diferencial entre as diversas maneiras de tornear a lei” (BARBOSA e RENOLDI, 2013, p.12).

Ao contrário disso, toda argumentação de Gonçalves (2013) ao longo de todo o livro, que do ponto de vista da extensão de tempo que recobre e da intensidade das fontes e arquivos históricos mobilizados é sem igual na literatura, incorre no movimento interpretativo de ora entender as favelas como territórios de exclusão ora de integração, como se tentativas mal formuladas de “inclusão” fossem as responsáveis por alçar as favelas ao nível de grande problema urbano da cidade, e como se o significado das construções jurídicas da favela residisse em intenções verdadeiras, reais e – as vezes – ocultas.

“(…) o Estado se mostrava incapaz de responder à multiplicidade de problemas suscitados pela expansão das favelas. A política urbana tinha de tratar simultaneamente dos problemas de higiene, de delinquência, da ilegalidade das situações fundiárias, do comércio e das transações imobiliárias, além da ausência completa de serviços públicos. De soluções provisórias em soluções provisórias, as favelas foram se transformando, progressivamente, no principal problema urbano do Rio de Janeiro” (GONÇALVES, 2013, p.76).

E ainda:

“A apropriação do espaço definido pelas favelas acabou se tornando progressivamente um desafio social de importância maior no Rio de Janeiro. As favelas se tornaram ao mesmo tempo territórios de integração de grande parte das classes desfavorecidas e, paradoxalmente, de exclusão dessa mesma população” (idem, p.81).

Acredito – a partir de uma leitura inspirada em Foucault e Das e Poole – que não se trata nem de “exclusão” ou de descaso na aplicação “estrita” e “literal” da lei nem de interesses e intenções ocultos e reais e muito menos de incapacidade do Estado em “resolver os problemas suscitados pelas favelas”, mas de efeitos sistêmicos de poder na manutenção de certos espaços, práticas e relações enquanto *margens do Estado*, operação da qual sem dúvida deriva certo número de vantagens políticas e econômicas.

Conformando a outra face de uma mesma moeda de exotização e categorização da favela como o outro estereotipado da cidade civilizada, desenvolve-se também no período diversas imagens sobre os favelados como trabalhadores honestos que, vítimas da falta geral

de habitação, são forçados pelas circunstâncias a habitar precariamente os morros da cidade; nessa forma de entendimento, as favelas deixam de ser representadas pela violência e pela doença para cederem lugar às imagens do trabalho (árido mas honesto) e da beleza natural. São vários os exemplos nesse sentido (e as crônicas cujos trechos acima destacamos também oscilam entre imagens negativas e positivas das favelas, mas sempre estereotipadas), dos quais destaco por ora apenas uma parte do artigo de Backheuser, publicado em 1904 na revista *Renascença*, intitulado “Onde moram os pobres”, e um trecho de reportagem do Correio da Manhã de 07/07/1909.

O artigo de Backheuser diz:

“(...) ali não moram apenas os desordeiros e os facínoras... moram também operários laboriosos, que a falta ou a carestia dos cômodos atiraram para esses lugares altos onde se goza de uma barateza relativa e de uma suave viração que sopra continuamente dulcificando a rudeza da habitação” (BACKHEUSER *apud* ABREU, 2004, p.438).

Já o trecho de reportagem comenta que

“tanto na Favela como no morro de Santo Antônio moram centenas de trabalhadores, gente honesta, digna de consideração dos poderes públicos, e que só se foi meter nos tão malsinados casebres porque não encontrou outras habitações” (*in* ABREU, 2004, p.439).

Há, assim, como o reverso necessário da estigmatização pela via do higienismo (sanitarismo na Primeira República) e da criminalidade, a exaltação da favela como local de residência de gente séria, trabalhadora e sofrida – mas, também naturalmente alegre, festiva e malandra. Trechos d’*A favela que eu vi*, de Orestes Barbosa, e d’*A favela*, de Costallat, e uma reportagem do Correio da Manhã de 22/07/1923 são, nesse sentido, muito ilustrativos.

Em *A favela que eu vi*, lemos:

“Há, sem dúvida, duas cidades no Rio. A misteriosa é que mais me encanta. Eu gosto de vê-la e senti-la na luta contra a outra – a cidade que todos têm muito prazer em conhecer... Tão viciado e tão perverso quanto a Favela, mas muito mais obtuso, Botafogo não entusiasma porque é postiço. Na Favela o observador vê uma sociedade de espíritos excepcionais. Talvez a miséria apure os sentidos (...) A Favela tem talento e humor de fazer inveja (...) Da favela e zonas congêneres saem a modinha e o samba que as melindrosas manda comprar, cantam e dançam, com vontade logo de meter a perna de uma vez e quebrar no maxixe-autêntico, que é muito mais gostoso que o *fox-trot*. E mais prático (...) O povo desses locais escusos é próprio. São como são, naturalmente, na sua mistura, no seu imprevisto, no seu horror. E por tudo isso é admirável. Eu gosto da Favela” (BARBOSA, 1993 [1923], p.115).

Benjamin Costallat:

“O dia inteiro, de dentro de um daqueles casebres feitos a lata de querosene, partem as vozes dolentes de um violão ou os arpejos saltitantes de um cavaquinho. À noite, tudo samba. Apesar da miséria em que vive, toda a Favela, sambando, é feliz sob um

céu salpicado e lindo de estrelas!⁷⁶ (...) A Favela é alegre, lá em cima de eu esconderijo, com o maravilhoso panorama que se desdobra a seus pés. A Favela que samba, quando deveria chorar, é um maravilhoso exemplo para aqueles que têm tudo e que ainda não estão satisfeitos... Pobre e admirável Favela!” (1990 [1924], p.35).

E o Correio da Manhã:

“Os subúrbios tiveram em Lima Barreto o intérprete fiel de sua monótona existência. Os nossos morros, porém, ainda não encontraram quem lhes sentisse a rude e brutal poesia, em cuja beleza selvagem se misturam os refrões nostálgicos dos “sambas” e o drama sangrento dos “bam-bam-bans”. O “bamba”... é uma reprodução mais original, mais perfeita e mais interessante do famoso “taita” argentino... É um misto do valentão e do malandro. É negaceador, é sestroso e herdou, ao mesmo tempo, todas as belas qualidades do capoeira, corajoso e destemido, e todos os graves defeitos do “tungador”, trapacista e ladrão... A dançadeira de “sambas”... a Salomé crioula... tem o seu encanto perfumado e sua graça inebriante e sedutora. Os seus olhos são quebrados... os seus seios são bamboleantes; o seu colo é morno; a sua boca é lasciva. Ela simboliza a perdição daquele mundo infecto, onde os homens se esfaqueia com a calma e a simplicidade com que nós, do lado de cá, nos abraçamos” (Correio da Manhã, 22/07/1923 in ABREU, 2004, p.445).

Essa construção da favela como signo de algo como a “carioquice”, como “coisa nossa”, diz Abreu (2004, p.446), explica a “visita noturna” que o poeta italiano futurista Filippo Tommaso Marinetti vai fazer ao morro da Favela, em busca de “emoções fortes”, acolhendo o conselho de intelectuais cariocas com quem travou contato. O relato que temos dessa visita nos escancara um processo que devemos reter e que diz respeito à maneira pela qual começam a surgir nas favelas – ainda no início do século XX – “chefões locais” (ABREU, 2004, p.446) que participam de arranjos de poder com agentes do poder público; Gonçalves (2013, p.91) refere-se a esses arranjos como “relações promíscuas entre os chefes locais e os poderes de polícia”, deixando de entrever aí a configuração de uma rede de relações da maior significação histórica: a favela, mal necessário que deve ser erradicado e no máximo tolerado como condição provisória de habitação (daí a permanência de sua precariedade) a esperar “solução definitiva” na construção de casas populares a baixo custo pelo Estado ou pela iniciativa privada, mostra mais uma faceta da sua utilidade ao dar lugar ao surgimento de personagens (“chefes locais”, “bambambãs”, “favelados burgueses”) que se

⁷⁶ Orestes Barbosa, anos mais tarde, utilizaria essa mesma imagem na sua composição “Chão de Estrelas”, cujos versos notabilizaram-no. A melodia foi feita por Silvio Caldas. A letra diz: Minha vida era um palco iluminado/Eu vivia vestido de dourado/Palhaço das perdidas ilusões/Cheio dos guizos falsos da alegria/Andei cantando a minha fantasia/Entre as palmas febris dos corações//Meu barracão no morro do Salgueiro/Tinha o cantar alegre de um viveiro/Foste a sonoridade que acabou/E hoje, quando do sol, a claridade/Forra o meu barracão, sinto saudade/Da mulher pomba-rola que voou//Nossas roupas comuns dependuradas/Na corda, qual bandeiras agitadas/Pareciam um estranho festival/Festa dos nossos trapos coloridos/A mostrar que nos morros mal vestidos/É sempre feriado nacional//A porta do barraco era sem trinco/Mas a lua, furando o nosso zinco/Salpicava de estrelas nosso chão/Tu pisavas nos astros, distraída/Sem saber que a ventura desta vida/É a cabrocha, o luar e o violão.

encarregam de ali, em associação com os poderes policiais, manter uma ordem toda particular. Algo perfeitamente análogo ao que vimos Foucault chamar de “delinquência útil”, quer dizer, uma delinquência (por definição legal fora dos marcos do direito) mantida como tal pelos poderes oficiais e tornada instrumental no controle dos ilegalismos populares porque “pesa sobre eles”. O Correio da Manhã de 23 junho de 1920 descreve esse fenômeno, na certa já largamente instituído; e Costallat e Orestes Barbosa, cronistas da cidade, relatam suas experiências diretas do que nos diz o periódico.

O Correio da Manhã de 23 de junho de 1920 narra o seguinte:

“A deficiência de pessoal de polícia obriga as autoridades, de facto a prestigiar dois ou três indivíduos, profissionaes, valentões, que, investidos de certa autoridade, ajudam a conter os elementos da peor espécie que enxamean pelos morros e pelos bairros escusos. A Favella tem nas funções de “comissário” [de polícia] o nacional José da Barra, que é valente e que possui lá em cima um botequim, na localidade daquele morro conhecida por Buraco Quente. José da Barra tinha como seu auxiliar nesse serviço de “policiamento” todo especial o conservador de couros Francisco da Silva, de 60 anos, pardo, viúvo e residente no Morro da Providência” (Correio da Manhã de 23 junho de 1920 *in* GONÇALVES, 2003, p.91).

Segundo Costallat:

“(…) E a Favela, que não conhece polícia, não conhece impostos, não conhece autoridades, conheceu Zé da Barra e a ele teve que obedecer! E Zé da Barra ficou sendo o chefe incontestável da Favela! Para defender o seu prestígio, Zé da Barra tem a sua coragem e a sua força. E, principalmente, um formidável cacete que cai como um raio na cabeça dos malandros. Ele também é capoeira. Ele também é valente. O rei dos valentes. E, todos os dias, em rixas, em barulhos, “bagunças”, ele tem que defender seu reinado... A casa de Zé da Barra, o presidente da pequena república da Favela, é a única que tem telhado, feito de telha, de boa e verdadeira telha francesa. É também a maior venda do morro, onde o consumidor tem um legítimo balcão de madeira para beber o seu parati. Quando lá chegamos, Zé da Barra veio ao nosso encontro, sorridente, amável, os pés espalhados, o andar moroso dos malandros.

- “Seu José”, viemos ver esta favela tão falada...

- Agora está tudo calmo por aqui. Só a semana passada é que houve uma morte. Uma rixa depois de um samba. Mas agora está tudo tranquilo.

Olho para Zé da Barra. É um mulato alto, forte, corpulento, o ar simpático, exprimindo-se bem. Tem a fisionomia autoritária e boa de um legítimo chefe. E como um verdadeiro chefe oferece-nos a sua hospitalidade e o seu almoço. Almoçamos com Zé da Barra. E nunca comi uma galinha tão gostosa! À hora do café, acesos os charutos, o chefe da Favela nos conta sua história:

- Cheguei da Barra do Pirai ainda moço. Mas, já trazia o meu prestígio. Aqui na Favela tenho lutado muito, mas tenho sido, graças a Deus, feliz! Várias emboscadas têm me sido armadas. Mas tenho me saído bem de todas elas. A última vez escapei por milagre. Ia subindo o morro, tarde da noite, quando atrás das pedras alvejaram-me a tiros. Eu não via quem estava atirando, só percebia a direção de onde partiam as balas...” (1990 [1924], p.37-8).

E Orestes Barbosa:

“(…) Os gatunos, às horas mortas, sobem ali e durante o dia por ali ficam, porque o chefe de polícia da Favela não é desembargador nem general – é o José da Barra, com quem o chefe de Polícia da capital da República não quer conversa (...) O José da Barra é cabo eleitoral de gente importante, e, além disso, se ele quiser, ninguém sobe lá (...) O chefe de polícia, José da Barra, é um personagem que se impôs pela

valentia e pelo aparente bom senso das suas decisões. Os criminosos analfabetos que vivem ali na mais impune liberdade, elegeram, sem sentir, um chefe que é esse José. Aquele morro de aparência tranquila tem a sua vida própria – vida intensa, misteriosa, que, à primeira vista, ninguém pode penetrar. Um criminoso tem seus princípios. Um gatuno pode roubar um cidadão, menos um gatuno (...) É preciso ser leal na carreira do crime (...) Não está direito? José da Barra existe por isto: é o chefe celerado dos celerados (...) José da Barra dirige tudo e a vida corre sem perturbação. Se a polícia achar que aquilo deve mesmo acabar, leve para lá uma máquina de linha e bombardeie. Já fica sabendo que bombardeia casebres vazios. A população da Favela é oscilante. A Favela, quando vê que não pode matar a polícia, não aceita a luta e foge para todos os lados em que tem saída. Fugirá, por isso, em tempo. E quando a força de linha desguarnecer a região conflagrada, a população voltará toda, bela e formosa” (1993 [1923], p.112-3).

Esses relatos são preciosos por uma variedade tão grande de motivos e em tão largos aspectos que falta competência para uma análise exaustiva. Gostaria de destacar apenas alguns pontos. Eles mostram que a favela, local de onde a polícia e as demais autoridades públicas estão supostamente *ausentes*, daí sua *desordem* constitutiva, têm uma ordem interna cuja condição de possibilidade é a atuação direta, cotidiana e sistemática daquelas mesmas autoridades.

Supostamente “fora da cidade”, “apartada” da legalidade e “carente” de uma série de traços distintivos da urbanidade civilizada e legitimamente governada pelo Estado, a favela que esses relatos – surpreendentes pela sua esmagadora contemporaneidade – nos deixam entrever é dotada de uma ordem que não só, sob muitos aspectos, mostra-se a serviço dos poderes públicos, como é também constituída por um certo código moral que antecipa em muitos anos o que Grillo (2014) vai chamar, a respeito das normas que dirigem as condutas dos agentes das facções de drogas ilícitas sediadas nas favelas cariocas, de “direito informal do tráfico”.

Esse código moral que de certo modo disciplina uma porção das relações que se trava na favela e que tem na figura de Zé da Barra sua encarnação talvez mais destacada ocupa ali um papel ou um poder “de polícia” que é funcional do ponto de vista do controle que as autoridades públicas anseiam manter sobre a localidade – autoridades essas que negociam e regateiam diretamente com os “chefes locais” na medida que as circunstâncias o exijam (como no caso da visita do pintor Marinetti de que tivemos notícia). Ademais, Orestes Barbosa, ao anunciar que, mesmo que a polícia bombardeie o morro da Favela de cima abaixo, dentro em breve outra (ou a mesma) população retornará ao mesmo local, vislumbra que a permanência desse tipo de espaço de habitação popular no tecido urbano obedece a razões (sistêmicas e estruturais) mais profundas. Ao retirar os custos com habitação e transporte da remuneração necessária à reprodução da força de trabalho, as favelas foram

centrais no processo global (modernização conservadora) de acumulação capitalista na cidade; a proximidade dos postos de trabalho (no comércio, na indústria e nos serviços – domésticos ou não) e a autoconstrução da moradia que as favelas proporcionaram à força de trabalho urbana, portanto, jogaram um papel fundamental na construção e na manutenção da engrenagem das relações de trabalho e do tipo de desenvolvimento econômico que a cidade (tão capital para o país) experimentou.

Com a visita noturna de Marinetti marcada para o dia 17 de maio de 1926, as autoridades públicas tinham de garantir-lhe a segurança. Para isso, tiveram de negociar com os “chefes locais” – a essa altura, Zé da Barra (José Felisberto Ferreira) repartia com Annibal José Ferreira o “controle do território” da Favela. Ambos viviam do “aluguel de barracos e dos ganhos com a exploração de botequins” (ABREU, 2004, p.446), algo distintivo do que anos depois Machado da Silva chamará de “burguesia favelada” (MACHADO DA SILVA, 2011 [1967]). O relato dos eventos que nos dá o jornalista do Correio da Manhã nos diz de uma minuciosa preparação para a visita, incluindo o envio, por parte dos Josés, de dois representantes à Delegacia Policial mais próxima para receber e acompanhar Marinetti e sua comitiva à favela, guiando-os em sua excursão realizada por volta da meia-noite (ABREU, 2004, p.446) – algo que novamente antecipa também em muitos anos as visitas que diversas outras celebridades (artísticas, políticas e intelectuais) fariam às mais diferentes favelas da cidade do Rio de Janeiro nos anos posteriores. Sobre essa conformação, diz o jornalista do Correio da Manhã:

“A situação evoluiu. As autoridades portaram-se à altura dos acontecimentos. A polícia não podia permanecer em pelotões no morro. Veio uma perfeita situação de *entente-cordiale* com os mais prestigiosos dungs⁷⁷. As autoridades da zona tacitamente delegavam poderes a esses obedecidos, homens fortes que passaram oficiosamente a agir como representantes do *commisário* [de polícia]. *Só assim se resolveu o problema da pacificação lenta da favella*. Dentro em pouco, com taes “o hos” de autoridade, foram as providências preventivas sendo adoptadas. Os botequins, as bodegas foram sendo fechadas, cedo. As pendências foram sendo resolvidas com o prestígio dos chefes amigos das autoridades. Hoje, a favela, já às 8 horas, quasi toda dorme, e não há casas abertas. O chefe dá o exemplo, fechando cedo o seu botequim; e entregando-se ao seu interior (...) A polícia, por deficiência de pessoal para o policiamento das zonas escusas, lança mão, na favela, de próprios elementos dali, para a manutenção da ordem. Creou, assim, duas entidades com

⁷⁷ O Houaiss oferece às seguintes definições para o termo *dunga*: 1) “sujeito sem igual em sua especialidade; exímio”; 2) “indivíduo corajoso; arrojado, valentão”; 3) “homem de influência local; chefe, mandão, senhor”; 4) “que é excepcional; incomparável.”

autoridade local, prestigiando-lhes a ação, de modo que os pequenos factos, eses casos de todos os dias, que preocupam sobremaneira a acção das nossas autoridades, são ali mesmo resolvidos. Há na Favella dois bandos perfeitamente organizados, com as suas zonas restritas, de modo que um não invade as atribuições do outro, auxiliando-se, porém, quando a necessidade o exige” (in GONÇALVES, 2013, p.78-9 – grifos meus).

Um dos guias da excursão, segundo o relato do jornalista, ainda assim se pronuncia durante a caminhada:

“Se os senhores pensam que vêm buscar aqui sensações novas para descrições de fatos, onde aparecem os nossos homens como elementos perigosos, terríveis facínoras escoraçados pela polícia, e aqui abrigados à sombra da nossa proteção, iludem-se. Vê-se aqui a pobreza da cidade, a miséria mesmo, mais de gente que trabalha... Aqui há disciplina, há ordem...” (in ABREU, 2004, p.447).

Como se vê, a ideia da necessidade de *pacificação* da favela existe desde pelo menos a década de 1920; certamente que não significando a mesma coisa que atualmente, mas expressando uma visão segundo a qual a favela é um território atravessado por uma violência que só pode ser manejada por meio de arranjos entre autoridades que se situam nas fronteiras entre o legal e o ilegal. Os tais “chefões locais” e seus emissários ou representantes guardam uma ambiguidade constitutiva que precisa ser retida; numa espécie de mimese do poder de Estado, esses personagens transitam continuamente pelo que se define como legalidade e ilegalidade e são produto direto deste poder, ao invés de representar a sua ausência ou o seu contrário. Relembrando Das e Poole (2004, p.14), trata-se de “figuras de autoridade local que representam simultaneamente formas de poder privado altamente personalizadas e a suposta autoridade neutra e impessoal do Estado”, quer dizer, que “representam simultaneamente o desvanecimento da jurisdição estatal e a sua contínua refundação através de sua (não tão mítica) apropriação pela violência e justiça privadas” (idem, ibidem).

Pelo papel que ocupam Zé da Barra e Annibal Ferreira no caso específico da visita de Marinetti, pode-se dizer que eles são simultaneamente efeitos e instrumentos do poder de Estado. Todo o cenário descrito, portanto, nos leva a pensar nos “estados de exceção não podem ser entendidos em termos da lei e da transgressão, mas antes em termos de práticas que residem simultaneamente dentro e fora da lei” (idem, p.15) através de configurações e personagens específicos, os quais nos ajudam “a compreender como a fronteira entre o legal e o ilegal atravessa o interior dos escritórios e instituições que representam o Estado” (idem, p.14).

Acredito que seja assim, por meio da ação conjugada de diversos atores políticos e sociais que vão desde os próprios moradores até os mais diversos representantes do poder público oficial (com todas as suas inúmeras repartições internas), passando pelos órgãos de

imprensa e pelos escritos literários, que as favelas, desde seus inícios, assim como os cortiços, constituíram-se historicamente enquanto *margens do Estado*.

No mesmo ano de 1926, outro personagem importante de todo esse enredo inicia nos jornais da época (*O Globo, A Notícia, Jornal do Commercio, O Jornal, Correio da Manhã, Jornal do Brasil*), mas não só através deles, uma campanha pública contra as favelas, uma campanha que ele definia como uma “cruzada contra a vergonha infamante das favelas” (PIMENTA *apud* GONÇALVES, 2013, p.96).

Augusto de Mattos Pimenta, ilustre membro do Rotary Club, criado em 1922⁷⁸, ano de fundação do Partido Comunista, era apresentado nos meios jornalísticos da época ora como médico especializado em questões sanitárias, ora como engenheiro e jornalista (VALLADARES, 2005, p.41); em sua ficha no Rotary Club (e a entrevista que Valladares realiza com a filha de Mattos Pimenta o confirma), entretanto, consta como sua ocupação a de construtor imobiliário e corretor de imóveis (*idem, ibidem*). Ele fundaria, inclusive, em 1937, o Sindicato dos Corretores de Imóveis, do qual seria presidente até 1946 (*idem, ibidem*). Ao longo desse período, Mattos Pimenta consegue se alçar como uma espécie de liderança pública nos debates urbanísticos da cidade, encetando, nos anos de 1926 e 1927, a tal campanha contra as favelas, pelo remodelamento estético da cidade e a favor da parceria entre agentes econômicos privados e o poder de estado para a construção de prédios populares de apartamentos para suprir a demanda por habitação das classes menos favorecidas da cidade – algo que dizia respeito ao seu lugar como homem de negócios do capital imobiliário da cidade.

Para isso, retoma todos elementos discursivos e estigmatizantes que à época pairavam sobre as favelas (introduzindo uma “preocupação estética”), insurgindo-se contra as imagens que as exaltavam como signos genuínos da nacionalidade – algo para o que o movimento modernista havia contribuído (GONÇALVES, 2013, p.82; ABREU, 2004, p.444). Dirigindo-se obviamente a homens como Orestes Barbosa e Benjamin Costallat, e referindo-se inclusive à visita de Marinetti ao morro da Favela, Mattos Pimenta, em publicações da época, afirmava:

“(…) É mister se ponha um paradeiro imediato, se levante uma barreira prophylactica contra a infestação avassaladora das lindas montanhas do Rio de Janeiro pelo flagello das “favellas” – lepra da estética, que surgiu ali no morro, entre

⁷⁸ Como afirma Valladares (2005, p.41), o Rotary do Rio de Janeiro funcionava, à época, como uma espécie de associação profissional de homens de negócios que realizava atividades filantrópicas e constituía-se como um local de debates que atuava na cena pública e nos bastidores da política do Distrito Federal como um grupo de pressão sobre o governo a respeito dos problemas urbanos e econômicos da cidade.

a Estrada de Ferro Central do Brasil e a Avenida do Cães do Porto e foi se derramando por toda a parte, enchendo de sujeira e de miséria preferentemente os bairros mais novos e onde a natureza foi mais pródiga de beleza (...) Senhores, deplorável e incompreensível, nefasto e perigoso, é o vezo que adquiriram alguns de nossos intelectuais, de glorificarem as favelas, descobrindo poesia e beleza, por uma inominável perversão do gosto, nestes aglomerados triplamente antiestéticos, antissociais e anti-higiênicos. Ridícula e revoltante é a tendência que se vai acentuando entre nós, ao bafejo de certos espíritos boêmios, de aceitar as favelas como uma característica nossa, uma instituição feliz e interessante, digna de ser legada aos nossos pósteros como tradição nacional. Não. Aos intelectuais extravagantes que fazem a apologia da malandragem e da sujidade, que exaltam o capadócio e a sordidez, que celebram as senzalas e as fedentinas, e proclamam que isto é brasileiro, que isto é carioca, opoemos nós a voz do bom senso, as regras incorruptíveis da verdadeira Arte, os preceitos legítimos da verdadeira Ciência, salvando do dismantelo futurista esta obra prima da Natureza que é o Rio de Janeiro”⁷⁹ (in VALLADARES, 2005, p.42).

Ou ainda:

“Desprovidas de qualquer espécie de policiamento, construídas livremente de latas e frangalhos em terrenos gratuitos do Patrimônio Nacional, libertadas de todos os impostos, alheias a toda ação fiscal, são excelente estímulo à indolência, atraente chamariz de vagabundos, reducto de capoeiras, valhacouto de larápios que levam a insegurança e a inquietude aos quatro cantos da cidade pela multiplicação dos assaltos e dos furtos” (in VALLADARES, 2005, p.42).

A “solução”, portanto, de Mattos Pimenta para o “problema” da favela seguia a mesma receita de tantas outras que já se faziam e que depois tanto se repetiriam: barrar a construção de novas habitações nos morros da cidade e impedir a reforma daquelas já existentes, até que se consiga levar a termo a total erradicação das favelas do espaço urbano, algo que deveria andar de par com a construção de moradias populares a baixo custo, o que só se poderia realizar através da aliança entre poder público e iniciativa privada. Inovando nas estratégias de publicização de sua empreitada, Mattos Pimenta chegou inclusive a fazer, com o patrocínio do Rotary, um filme de 10 minutos intitulado *As Favellas*, “mostrando o espetáculo dantesco que presenciei na perambulação pelas novas favellas do Rio” (MATTOS PIMENTA *apud* Valladares, 2005, p.43); segundo consta, o filme foi projetado diversas vezes ao longo de 1926 e 1927, chegando a ser visto inclusive por Washington Luiz (VALLADARES, 2005, p.43). Ademais, Mattos Pimenta chegou a imprimir prospectos para serem amplamente divulgados e distribuídos gratuitamente intitulados “Casas Populares”, em que buscava dar ainda mais visibilidade à sua campanha⁸⁰.

⁷⁹ Trechos desse artigo, intitulado “*Acabemos com a favellas*” e publicado no Correio da Manhã de 18/11/1926, encontram-se em Valladares (2005, p.42), Gonçalves (2013, p.95) e Abreu (2004, p.447).

⁸⁰ Segundo Valladares (2005, p.43), esse prospecto condensava “uma proposta de solução para o problema das favelas e ressaltava algumas medidas de “salvação pública” necessárias: sustar imediatamente a construção de novos casebres, evitando assim a progressão das favelas atuais e a criação de novas; e como principal mediada para impor essa parada, o estabelecimento de uma fiscalização realizada pelos funcionários da prefeitura e do Departamento Nacional de Saúde Pública para impedir construções clandestinas, construídas fora das leis

Fortemente influenciado pelas ideias ventiladas por Mattos Pimenta, o Plano Urbanístico elaborado pelo arquiteto e sociólogo francês Alfred Agache⁸¹ foi “o primeiro texto oficial a estabelecer um conceito para as favelas” (GONÇALVES, 2013, p.98). De acordo com os termos do plano, a favela é “uma espécie de cidade-satélite de formação espontânea, que escolheu, de preferência, o alto dos morros, composta, porém, de uma população meio nômade, avessa a toda e qualquer regra de hygiene (AGACHE *apud* GONÇALVES, 2013, p.98); ela é, ademais, uma chaga urbana – “a sua lepra suja a vizinhança das praias e dos bairros mais graciosamente dotados pela natureza, despe os morros do seu enfeite verdejante e corroe até as margens da mata na encosta da serra” (idem, *ibidem*) – que impõe à cidade obstáculos “não só sob o ponto de vista da ordem social e da segurança, como sob o ponto de vista da hygiene geral da cidade sem falar da estética” (idem, *ibidem*). Portanto, conclui o plano, as favelas precisam ser erradicadas e seus moradores transferidos para casas “higiênicas, práticas e econômicas”:

“(…) não se pode pensar em sanear essas aglomerações sem concluir uma destruição total (...) os poderes públicos deverão esforçar-se afim de impedir toda a construção estável e definitiva nas favellas, a qual tornaria difficil e onerosa a expropriação total por causa da utilidade pública, indispensável a realização de uma urbanização lógica dos morros (...) A medida que as villas-jardins operárias serão edificadas em obediência aos dados do plano regulador, será conveniente reservar um certo número de habitações simples e econômicas, porém hygiênicas e práticas, para a transferência dos habitantes da favella, *primeira etapa de uma educação que os há de preparar para uma vida mais confortável e normal*”⁸² (AGACHE *apud* GONÇALVES, 2013, p.99 – grifos meus).

Embora se costume enfatizar que o plano “nunca foi posto integralmente em prática”, dando lugar apenas às remoções de centenas de barracos em favelas no carnaval de 1928, quando da administração municipal de Prado Junior (1926-1930), ele guarda sua significação histórica justamente pelo que é (e não pelo que supostamente poderia ter sido e não foi): um marco legal para o qual concorreu grande investimento e atenção públicas e que é parte do processo histórico de constituição das favelas cariocas como margens urbanas do Estado (considerado nos seus três níveis administrativos), isto é, territórios geográficos e de práticas

existentes; além da elaboração de um programa de construção de casas para os proletários, asilos e colônias para os inválidos, velhos e crianças abandonadas”.

⁸¹ O “Plano Agache”, como ficou conhecido, tinha o título oficial de “Cidade do Rio de Janeiro: remodelação, extensão e embelezamento”, tendo sido formulado entre 1927 e 1930, publicado neste ano.

⁸² Essa percepção da necessidade de educar os favelados para a “civilização” e para a “normalidade”, algo como incutir-lhes as disposições de comportamento necessárias para uma vida *ordenada e civilizada*, estava integralmente presente no projeto – a que nos referiremos adiante – dos “parques proletários” e é extremamente atual, como o provam as “encontros de integração” dos “condomínios populares” criados no âmbito do PAC e PMCMV e que tinham como alvo os moradores de favelas ou localidades de favelas removidas (sobre esse ponto, cf. CONCEIÇÃO, 2014, 2016).

sociais em que, sob uma imagem de desordem e de ausência pública, se forja cotidianamente uma ordem particular que se deve à atuação de personagens e configurações que constantemente turvam as linhas que supostamente demarcam em definitivo o legal e o ilegal.

3.2.2 As favelas na Era Vargas (1930-1945)

A Revolução de 1930 marca um período de grande inflexão na história nacional – e não cabe aqui análise exaustiva do processo da qual ela é a expressão nem da sua significação histórica mais geral⁸³. Do ponto de vista das transformações no que o senso comum oficial (e extraoficial) chama de “problema da favela”, o período Vargas destaca-se em função de três processos: a administração Pedro Ernesto (1931-1936), o Código de Obras de 1937 e a política de construção dos parques proletários.

Indicado pelo governo federal em 1931, Pedro Ernesto permaneceria como prefeito até 1934; político habilidoso e muito popular no Rio de Janeiro da época, Pedro Ernesto foi um dos fundadores do partido autonomista em 1933 (que defendia a autonomia política do distrito federal) e foi o primeiro prefeito eleito (ainda que indiretamente, pelo Câmara Municipal) desde a proclamação da república, quando passou a ser atribuição do executivo federal a nomeação do ocupante do cargo (GONÇALVES, 2013, p.104). Simpático da ANL, crítico da AIB e com popularidade que chegava a rivalizar com a do próprio Vargas, Pedro Ernesto foi destituído do cargo em abril 1936, num anúncio da ditadura que se instauraria no ano seguinte (idem, *ibidem*).

O papel de Pedro Ernesto, no que tange ao nosso tema, foi importante, sobretudo, em função da sua participação direta no fortalecimento do que passaria a ser as associações de moradores (ou sociedade de amigos e moradores) de favelas (chamados então de “centros de melhoramentos”). Exemplares, nesse sentido, são as obras públicas que ele implementa em certas favelas (idem, p.106) e a interlocução constante que estabelece com aqueles “centros de melhoramentos”, estimulando assim a criação deles.

⁸³ No capítulo V destaco qual o significado da Revolução de 1930 para os fins teóricos dessa tese.

“Preferiu a parte mais accidentada do morro⁸⁴, precisamente aquella onde nada se fez, até hoje, para melhorar as condições de vida de centenas de famílias que habitam os barracões (...) O interventor [Pedro Ernesto] percorreu o morro, indo até as grimpas. Allí pôde certificar-se de quanto necessita aquele bairro. Dando volta pela caixa d’água, o Dr. Pedro Ernesto desceu por verdadeiros precipícios e essa atitude do governador da cidade causou funda impressão à massa popular que o acompanhava na excursão” (Jornal do Brasil, 24 de janeiro de 1933 *in* GONÇALVES, 2013, p.105).

E ainda:

“Nem aos domingos o interventor carioca descansa, porque para esses dias elle aceita convites de commissões de melhoramentos que se organizam em todos os bairros da cidade e que o homenageiam com destas de carácter popular. Sem lisonja podemos asseverar que o Dr. Pedro Ernesto e o mais dynâmico dos revolucionários que vieram ao poder com a revolução de 1930” (Jornal do Brasil, 11 de fevereiro de 1933 *in* GONÇALVES 2013, p.105).

Ou mesmo:

“O Senhor Dr. Pedro Ernesto, digno e honrado Interventor no Districto Federal, não tem se descuidado dos mais legítimos interesses da cidade, em boa hora confiada a sua governança. Não lhe preocupa somente a chama zona “chic” ou a central. S. Ex. vae também aos subúrbios, à zona rural e sobe ao morros, como já subio ao de São Carlos e ao do Kerosene” (GUIMARÃES, 1933, p.203)⁸⁵.

Como parte desse processo de instituição das associações de moradores de favelas como agentes significativos na dinâmica política da cidade no que tange às políticas e ações públicas concernentes às favelas(algo que, ainda que com modificações conjunturais fundamentais, permanece até hoje), o período em que Pedro Ernesto esteve à frente do executivo municipal também observa ao papel cada vez mais forte do poder judiciário enquanto arena de disputa acerca dos direitos de propriedade e de uso do solo dos morros habitados da cidade (algo que igualmente permaneceria como traço marcante de todo o período posterior, sobretudo do fim da Era Vargas ao período da ditadura militar).

Essa atuação política do administrador municipal faz Gonçalves (2013, p.106) acreditar que “a política de Pedro Ernesto não se resumiu à simples tolerância pública com relação às favelas, mas, na verdade, deu início ao seu reconhecimento de fato”; diz ainda, neste sentido, que “Pedro Ernesto foi o primeiro a reconhecer a força política das favelas” e que “esse reconhecimento não se resumia a visitas esporádicas ou a um simples discurso político sem resultados concretos”, conformando um cenário em que “a Municipalidade confirmava, portanto, o abandono da política de erradicação maciça dos barracos de madeira”. Com base nisso, Gonçalves (*idem*, p.110) entende que “a Revolução de 1930, em um primeiro

⁸⁴ O jornalista faz referência, aqui, à comitiva do prefeito em visita ao centro de melhoramentos do morro de São Carlos (GONÇALVES, 2013, p.105).

⁸⁵ *Na Roda do Samba*, do Francisco Guimarães, é um precioso relato de época sobre as favelas cariocas, expressando vivamente as imagens que à época corriam sobre esses espaços da cidade.

momento, não apenas dificultou o processo que buscava associar as favelas à ilegalidade, mas também levou ao reconhecimento de fato das mesmas”, o que o leva a concluir pelo “ambíguo *status* jurídico das favelas durante a década de 1930” (idem, p.109); essa ambiguidade residiria no fato de o poder público simultaneamente estimular e proibir a manutenção e a expansão das favelas: algo que define não a década de 1930, mas *toda a história urbana* das favelas cariocas. Embora muito rico em termos da quantidade de fontes históricas utilizadas e da extensão de tempo que recobre, daí sua centralidade nessa tese, o trabalho de Gonçalves (2013) carece de uma perspectiva teórica sólida capaz de articular os eventos e processos narrados e analisados. Isso faz com que seu trabalho partilhe da crença de que o Estado não “resolveu” o “problema da favela” por falta de capacidade política ou de “efetividade”, deixando de lado a pergunta acerca das vantagens políticas e econômicas que derivam da manutenção das favelas (no tecido urbano) sob a imagem da desordem e da falta do governo e seus estatutos legais⁸⁶. Volto a esse tema na sequência.

Embora “revogado” durante o período Pedro Ernesto, o Plano Agache ressurgiu na Era Vargas no seio da administração de Henrique Dodsworth (1937-1945) através do decreto municipal 6.000 de 1º de julho de 1937, o famoso Código de Obras da cidade⁸⁷, que ficaria em vigor legal até 1970, exercendo grande influência na dinâmica urbana da cidade no período⁸⁸.

O Código de Obras, mais detalhado e abrangente que qualquer outro plano oficial buscando regular o espaço urbano da cidade até então, seguia a mesma receita que a estratégia de Mattos Pimenta encampada por Agache: vetar a expansão e a construção de favelas em determinadas porções do solo urbano, proceder à demolição e extinção de várias delas e, finalmente, proporcionar moradia a baixo (ou zero) custo para os habitantes removidos.

“Art. 292. A construção de casas de madeira só será permitida em Z.A. [Zona Rural e Agrícola] e nos morros situados fora da Z.C. [Zona Comercial], Z.P. [Zona

⁸⁶ O trabalho todo é permeado por pequenas passagens como essa (de tal modo que seria impossível destacá-las todas): “a expansão das favelas se acelerou no início da década de 1940, exigindo uma resposta mais efetiva por parte dos poderes públicos” (idem, p.129); antes não havia uma “resposta efetiva”? O que seria uma “resposta efetiva”?

⁸⁷ A própria avenida Presidente Vargas, construída entre 1940 e 1943, estava prevista no plano Agache (GONÇALVES, 2013, p.100).

⁸⁸ Na verdade, o decreto foi promulgado ainda na gestão de Olympio de Melo, que assume imediatamente após Pedro Ernesto, em 04 de abril de 1936, e deixa o cargo em 03 de julho de 1937; o Código de Obras de 1937, no entanto, é – corretamente – mais associado à administração Dodsworth porque foi nela que ele teve seus efeitos mais palpáveis.

Portuária], Z.I. [Zona Industrial], Z.R.1 [Zona Residencial 1 – parte da Zona Sul atual e algumas ruas da Tijuca e Vila Isabel], não o sendo, entretanto, nos morros de Santa Teresa, do Pasmado, da Babilônia, e nas vertentes do lado do mar dos morros de São João, da Saudade, dos Cabritos e do Cantagalo. (...)

Art. 349. A formação de favelas, isto é, de conglomerados de dois ou mais casebres regularmente dispostos ou em desordem, construídos com materiais improvisados e em desacordo com as disposições deste decreto, não será absolutamente permitido.

§ 1º - Nas favelas existentes é absolutamente proibido levantar ou construir novos casebres, executar qualquer obra nos que existem ou fazer qualquer construção.

§ 2º A Prefeitura providenciará por intermédio das Delegacias Fiscais, da Diretoria de Engenharia e por todos os meios ao seu alcance para impedir a formação de novas favelas ou para a ampliação e a execução de qualquer obra nas existentes, mandando proceder sumariamente à demolição dos novos casebres, daqueles em que for realizada qualquer obra e de qualquer construção que seja feita nas favelas.(...)

§ 4º A demolição será precedida de despejo, quando necessário, feito também sumariamente, requisitando-se, se conveniente, o auxílio da força pública.(...)

§ 9º A Prefeitura providenciará como estabelece o Título IV do Capítulo deste Decreto para a extinção das favelas e a formação, para substituí-las, de núcleos de habitação de tipo mínimo”.

De acordo com Gonçalves (2013, p.121), esse decreto estabelece um “relação legislativa especial entre os favelados e os poderes públicos”, já que “as favelas estavam condenadas contanto que fossem construídas habitações sociais para substituí-las”. Nesse sentido, o autor afirma que a “precariedade jurídica das favelas sempre *serviu de pretexto para* legitimar a ausência dos serviços públicos nesses espaços” (idem, p.121 – grifos meus) e participava de “uma política social mais ampla que significava, na verdade, uma dupla espoliação dos trabalhadores” (idem, *ibidem*). Aquela precariedade jurídica, prossegue o autor, conforma “uma nova fase jurídico-político que se traduz mais por um recuo em relação à experiência pioneira inaugurada pela administração Pedro Ernesto”, embora o Código “nunca tivesse sido inteiramente aplicado, pelo menos até os anos 1960” (idem, p.122). Essa “nova fase” constituiria “um *status* jurídico e político *sui generis*: toleradas, mas jamais consolidadas” (idem, *ibidem*); nessa “nova fase”, “o fosso entre os textos [jurídicos] e prática [concreta dos atores] no Rio de Janeiro, especificamente quanto às favelas, foi assumindo gradativamente proporções inquietantes”, conformando “uma configuração espacial em que a confrontação entre ‘a cidade legal’ e ‘a cidade real’ foi se impondo cada vez mais” (idem, *ibidem*).

Da perspectiva que se procura avançar nessa tese, todavia, vale menos pensar que a insegurança jurídica que sempre permeou o fenômeno das favelas é uma ação arquitetada com a intenção de servir de justificativa meramente retórica para a legitimação da “ausência de serviços públicos” e mais indagar pelos efeitos de poder que ela engendra; nesse sentido, ao invés de interpretar o Código de Obras como um marco legal que instaura um “vazio jurídico” ou dá lugar a um fosso entre norma legal e prática real, acredito que seja mais proveitoso

entendê-lo como mais um código normativo que tem por efeito gerir seletivamente determinadas ilegalidades urbanas, já que é estabelecendo um dos enquadramentos de agentes concretos que ele revela a sua significação sociológica.

Dessa forma, não se trata de perguntar pela sua inteira ou literal (ou parcial e incompleta) aplicação, mas da forma como em torno dele agentes estatais (e habitantes da cidade, em interação com eles) instituem jogos de força e relações desiguais de poder; faz parte, portanto, do próprio sentido da norma legal instituir em torno de si os ilegalismos, os quais, vale repetir, “são apropriados como atividades particulares de um grupo ou de outro em razão da distribuição capilar do poder e da pulverização dos pontos de luta e enfrentamento” (BARBOSA e RENOLDI, 2013, p.17); desse modo, trata-se de encarar a “exceção” não em termos “da lei e da transgressão, mas antes em termos de práticas que residem simultaneamente dentro e fora da lei” (DAS e POOLE, 2004, p.15).

Gonçalves (2013, p.122) se aproxima dessa perspectiva quando afirma que “essas práticas de transgressão à lei não são necessariamente ações marginais em relação à sociedade, ao contrário, em vez de contradizer a ordem e a lei, essas práticas se inserem na própria práxis do exercício do poder”; todavia, o autor não tira daí as devidas consequências analíticas, afirmando no mesmo parágrafo pela existência de um fosso entre “o legal” e “o real”, entre a “cidade legal” e a “cidade real”. O Código, ao contrário, não deixou em nenhum instante de “ser aplicado” – e trata-se, portanto, de investigar os usos e desusos que dele foram feitos em termos da instituição de configurações particulares de poder. Escapa ao alcance desse trabalho rastreá-los todos e de modo exaustivo, de maneira que me concentro apenas por alguns momentos em seus um dos seus frutos mais comentados, quais sejam, os “parques proletários”.

A construção desses “parques” seguia não apenas as diretrizes do Código, mas também baseava-se em estudos produzidos – sob a direção de Victor Tavares de Moura – pela “Comissão para o Saneamento das Favelas da Capital” criada durante o Estado Novo (idem, p.130); o projeto de construção dos parques (que podem ser descritos como espécies de conjuntos habitacionais) previa a remoção de 300 mil pessoas, mas, durante o período, foram construídos 4 parques (administrados pelo Departamento de Assistência Social vinculado à Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município) nos quais instalaram-se cerca de 4 mil pessoas; ainda de acordo com o projeto, os parques deveriam ser instalações provisórias a permitir a urbanização das favelas cujos moradores tinham sido removidos (BURGOS, 1998,

p.28). Em muito pouco tempo, os parques construídos passaram a ser tratados pelo Estado e seus agentes como favelas como quaisquer outras (GONÇALVES, 2013, p.132)– algo que se repetiria com os conjuntos de Vila Kennedy e Vila Aliança construídos no período do governo de Carlos Lacerda –, mas o relato que temos de um dos aspectos de seu arcabouço original e de certos traços do planejamento de sua dinâmica de funcionamento são bastante ilustrativos do processo – que procuro percorrer aqui – da constituição das favelas cariocas enquanto margens do Estado.

Inserindo-se no projeto varguista de integração das classes trabalhadoras no mundo dos direitos através do Wanderley Guilherme dos Santos chamaria de *cidadania regulada*⁸⁹, fazia parte da imagem oficial dos parques proletário a sua construção enquanto “uma pequena cidade onde os desajustados podem encontrar os meios de elevação social (...) uma pequena sociedade organizada para aperfeiçoar os seus membros, organização que tem como fim ajustar socialmente uma pequena coletividade” (PANCRÁCIO DUTRA *apud* GONÇALVES, 2013, p.131). O próprio prefeito escreveria, no *Correio da Manhã* de 28 de março de 1956, que “os parques proletários provisórios realizavam trabalho preparatório de incalculáveis benefícios e do mais alto sentido humano: antes da casa própria, a recuperação do indivíduo, deformado pela promiscuidade da macabra favela” (DODSWORTH *apud* GONÇALVES, 2013, p.131).

Os parques, portanto, eram parte de uma espécie de “projeto pedagógico-civilizador” que era a complementação natural da representação social das favelas como containers de pessoas avessas à lei, incivilizadas e selvagens, isto é, como margens do Estado; num procedimento que lembra aquele que era então exigido para se conseguir uma carteira de trabalho⁹⁰, os futuros moradores, para conseguir uma casa, “deveriam provar que trabalhavam, que estavam devidamente registrados no posto policial e que, evidentemente, não tinham antecedentes criminais” (GONÇALVES, 2013, p.132). Os parques eram norteados por um rigoroso regimento interno que diz muito sobre a maneira particular através da qual o Estado de então enquadrava o fenômeno das favelas e seus moradores:

“Todos os residentes tinham obrigatoriamente um cartão, os portões eram pontualmente fechados às 22h, e o administrador fazia uso, todos os dias, às 21h, do serviço de alto-falantes do parque para uma espécie de prédica que abordava assuntos suscetíveis de elevar moralmente os habitantes (...) Além disso, cada morador era obrigado a respeitar certas regras com relação à conservação das casas, ao convívio social (o silêncio no parque, a cordialidade das relações sociais...), às

⁸⁹ Desenvolvo esse tópico mais adiante, no capítulo V.

⁹⁰ Abordo esse tema no capítulo V.

relações familiares (legalização do casamento, educação das crianças...) e ao ajustamento aos regulamentos militares, higiênicos e do trabalho. Os residentes eram também obrigados a comparecer às festas cívicas organizadas pela administração do parque. Era proibido receber qualquer pessoa que não houvesse sido registrada pela administração e exercer ali qualquer atividade comercial, notadamente a venda de bebidas alcoólicas. O aluguel e a participação financeira no consumo de eletricidade deviam ser pagos no mais tardar no dia 5 do mês. O desrespeito a essas regras era motivo de expulsão imediata por falta grave. Os assistentes sociais fiscalizavam a limpeza das casas e até mesmo os costumes dos residentes” (idem, *ibidem*).

A indicar novamente o caráter móvel (daí seu deslocamento espacial sob a forma de uma configuração urbana) e criativo das margens do Estado, os parques proletários deram ensejo ao fortalecimento do que passou a se chamar as associações de moradores de favelas; organizados em “comissões de moradores”, habitantes dos morros de Cantagalo, Babilônia, Pavão e Pavãozinho articularam-se de modo a opor resistência à possível generalização do projeto dos parques proletários – comissões essas que, expandindo-se durante os anos seguintes (após a queda de Vargas), passariam a ser a principal instância de negociação dos moradores com agentes públicos em torno de temas que tinha que ver com seu direito à moradia (BURGOS, 1998, p.28).

3.2.3 A permanência do “problema da favela”

De maneira mais telegráfica, essa seção pretende percorrer o longo período que vai do fim da Era Vargas até fins da ditadura militar (1964-1985), destacando aí determinados eventos e configurações que jogaram papel decisivo na constituição histórica das favelas enquanto margens do Estado.

A partir da Era Vargas, algo que permanecerá até a ditadura militar, um novo complexo discursivo se arma com relação às favelas e seus habitantes. A ideia da higiene perderá sua força relativa, passando a coexistir com um novo temor: o da revolta popular comunista; nos termos da época, o *slogan* era o de que “é preciso subir os morros antes que desçam deles os comunistas” (SAGMACS, 1960, p.38). Exemplar desse tipo de reconfiguração conjuntural do “problema da favela” é a conhecida “Batalha do Rio de Janeiro”, campanha pública levada a cabo pelo político e jornalista Carlos Lacerda. Ao longo do ano de 1948, Lacerda escreveu 13 artigos no *Correio da Manhã*, periódico que, além

desses, publicou outras 23 matérias voltadas para a discussão daquele “problema” (GONÇALVES, 2013, p.164). Em um deles, lemos:

“Sabemos que o problema das favelas tem origens profundas. Sabemos, igualmente, de suas consequências imensas. Mas também sabemos que a decisão de enfrentar este problema depende do povo. E da sua disposição dependerá a própria consolidação da Democracia (...) Eis que objetivamente nos propomos a desencadear na cidade uma grande batalha, a Batalha do Rio de Janeiro (...) Se o governo quer eliminar as fontes do comunismo, começa por deixar que se melhorem as condições de vida dos favelados. Se os defensores da liberdade, que o governo ameaça por suas próprias providências, querem contê-lo, comecem por trabalhar para aliviar a tensão criada pela existência de focos de miséria de que se alimentam, ao mesmo tempo, os comunistas e a polícia, para se devorarem entre si, devorando, *en passant*, as garantias constitucionais” (LACERDA, 26 de maio de 1948 *apud* GONÇALVES, 2013, p.146).

Em outro, lemos:

“O *Correio da Manhã*, pois, propõe uma grande experiência, faz um apelo geral. Dirige-se a todos particulares, colegas da imprensa, emissoras de rádio, instituições, autoridades municipais e federais – e convida-os a cooperar na solução do mais dramático, do mais complexo e delicado dos nossos problemas locais” (LACERDA, 19 de maio de 1948 *apud* GONÇALVES, 2013, p.147).

Em artigo também de maio de 1948, lemos:

“(…) Mas, agora a burocracia pôs-se a trabalhar. Pelas favelas? Não, contra a batalha. Temos, assim, dois inimigos. De um lado, junto às favelas, os comunistas e os donos e construtores de “barracos”, que tratam de intrigar a batalha com os faveleiros, preparando-lhes dificuldades que nascem a cada dia que passa. De outro, os mandarins da burocracia, que temem ver desmontada a sua máquina de criar dificuldades. Pois esses técnicos são daquela categoria definida como “a dos homens encarregados de transformar em difíceis as coisas fáceis”” (LACERDA, 29 de maio de 1948 *apud* GONÇALVES, 2013, p.149).

A “Batalha do Rio de Janeiro” foi decisiva na construção da favela como “problema público” – porém não do ponto de vista dos favelados, já que a “batalha” foi central na paulatina construção social da favela como “perigo” que, ameaçando a ordem urbana, deveria ser erradicada de seu tecido; as grandes remoções de favelas que o próprio Lacerda presidiu quando governador do Estado da Guanabara se devem, em parte, a esse tipo de representação. O que se entendia, à época, como “ameaça vermelha” também serviu de azo à construção de três outras instituições bastante significativas à época: a Fundação Leão XIII, a Cruzada São Sebastião e o Serviço de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-higiênicas (SERFHA). A primeira, fundada em 1946, formou-se a partir de articulações entre a prefeitura e a arquidiocese do Rio de Janeiro, como uma “instituição dedicada à assistência material e moral dos habitantes dos morros e favelas do Rio de Janeiro” (BURGOS, 1998, p.29); a Fundação, entre 1947 e 1954, além de estimular a vida associativa nas favelas (influindo nas associações de moradores e na formação de lideranças), “estendeu sua atuação em 34 favelas, implantando em algumas delas serviços básicos como água, esgoto, luz e redes viárias, e mantendo centros

sociais em oito das maiores favelas do Rio” (idem, *ibidem*). A Cruzada, por sua vez, criada em 1955, além de realizar “melhorias de serviços básicos em 12 favelas” (idem, p.30)⁹¹, atuou como representante dos moradores de favela junto ao Estado, “tal como ocorreu em 1958 e 1959, quando negociou com a administração pública a não remoção de três favelas então ameaçadas, Borel, Esqueleto e Dona Marta” (idem, *ibidem*).

O Serfha, por sua vez, atuando no mesmo diapasão das instituições anteriores, quer dizer, como entidades públicas oficialmente orientadas pela ideia de “resolução” de um “problema urbano e social”, concentra um aspecto central na construção histórica das favelas como margens do Estado. Criado pela administração do então prefeito Negrão de Lima (1956-1958)⁹² através do Decreto Municipal nº 13.304 de 28 de agosto de 1956, e dissolvido por Carlos Lacerda (primeiro governador do Estado da Guanabara – de 1960 a 1965 – no contexto de transferência da capital federal para Brasília) em maio de 1962, o Serfha pode ter sua história dividida em dois momentos: um em que, sob a administração de Negrão de Lima até a posse de Lacerda (em 05 de dezembro de 1960), atuou mais a reboque das iniciativas da Igreja Católica (já extensamente documentadas, por exemplo, em Valladares, 2005 e Gonçalves, 2013) aglutinadas na Cruzada São Sebastião e na Fundação Leão XIII; e outro, no curto período da gestão de Arthur Rios (de dezembro de 1960 a maio de 1962), em que agiu a partir de diretrizes próprias gestadas – contudo – desde sua efetiva inauguração. Foco, aqui, portanto, é na gestão de (1 ano e 5 meses de) José Arthur Rios. Assim que Lacerda toma posse, Arthur Rios assume o Serfha, o qual, a partir de junho de 1961, fica submetido à – então criada – Coordenação do Serviço Social do Estado da Guanabara (SILVA, 2004). O

⁹¹ Burgos relata que a Cruzada também executou “51 projetos de redes de luz, urbanizando parcialmente uma favela (Morro Azul) e completamente a favela Parque Alegria”, além de ter construído, no Leblon, o famoso conjunto habitacional que leva seu nome – experiência esta que foi a primeira de “alojamento de moradores nas proximidades da própria favela que habitavam” (1998, p.30).

⁹² Francisco Negrão de Lima, advogado e jornalista, participou ativamente da ampla coligação que levou Getúlio Vargas ao poder em 1930. Apoiou o movimento que desfechou o Golpe de 1937 e foi chefe de gabinete do então Ministro da Justiça, o advogado e jurista Francisco Campos. Com a redemocratização, filiou-se ao PSD (Partido Social Democrático) e foi Ministro da Justiça durante o segundo governo Vargas (1951-54). Em 1956, é nomeado prefeito do Distrito Federal, permanecendo no cargo até julho de 1958. Em outubro de 1965, é eleito governador do então Estado da Guanabara. Sua eleição (contra o candidato da situação, Flexa Ribeiro) deveu-se significativamente à forte rejeição dos setores populares ao governo de Carlos Lacerda (1960-65) – rejeição essa oriunda da inflexão remocionista (contra as favelas) que Lacerda opera depois da demissão de José Arthur Rios do Serfha (em 1962), como veremos (BURGOS, 1998; p.34). A vitória de Negrão de Lima representou, ao lado do fracasso eleitoral de outros candidatos apoiados pelos militares, um forte golpe contra a ditadura que então buscava a consolidação – daí a instauração do Ato Institucional nº 2 (AI-2), que dissolveu os partidos políticos então existentes e instaurou uma espécie de bipartidarismo: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) era o “partido” da situação e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) concentrava a oposição consentida.

Serfha obedecia (tal como inscrito na sua própria denominação institucional) ao enquadramento da favela como aglomerado urbano equivalente às “habitações anti-higiênicas”, o que é ressonância do diagnóstico do Brasil elaborado por meio do paradigma médico-higienista. No entanto, com ainda mais força que essa representação, destacava-se à época, como vimos, o discurso que vinculava diretamente as favelas à massa popular potencialmente revolucionária porque facilmente manejável pelo Partido Comunista⁹³.

Nessa sua fase de atuação, o Serfha trouxe significativas (e profundamente ambíguas) inovações politico-institucionais no que se costuma chamar de “relação poder público/favelas” (LEEDS e LEEDS, 1978; SILVA, 2005, 2004; GONÇALVES, 2013; VALLADARES, 2005; BURGOS, 1998; RIOS, 2002). Para além de não tratar exclusivamente das favelas (como indicado na sua denominação oficial) por entendê-las como parte de uma crise habitacional de longa data e, nesse sentido, lutar contra a cobrança abusiva de aluguéis pelo que a imprensa da época chamava de “tubarões da favela” (GONÇALVES, 2011), o Serfha tinha como missão institucional a *coordenação* e a *unificação* dos vários órgãos e setores do Estado voltados para o “problema da favela” a fim de lhes facilitar a comunicação e evitar sobreposição de esforços e ações (LEEDS e LEEDS, 1978, p.211). No marco da defesa da necessidade de urbanização das favelas contra as táticas remocionistas, o Serfha propunha como metodologia de trabalho o que Arthur Rios chamava de “Operação Mutirão”, que consistia, na verdade, de uma estratégia de “cooperação” entre poder público e favelas, representadas cada qual exclusivamente por sua respectiva associação de moradores. As associações centralizariam as demandas a serem encaminhadas ao Serfha (monopolizando o canal de comunicação reconhecido como legítimo pelo poder público) e articulariam a “participação comunitária” (SILVA, 2004, p. 04), o que significava muito precisamente o

⁹³ Fundado em 1922, o Partido Comunista é posto na clandestinidade pela “Era Vargas” e retorna à legalidade democrática nas eleições de 1945. Nelas, o PCB consegue surpreendentes 10% dos votos nas eleições presidenciais, elege 17 dos 286 deputados da Assembléia Constituinte e um senador – o já legendário Luis Carlos Prestes. Nas eleições municipais (em janeiro de 1947, o PCB elege a maioria dos representantes para a Câmara dos Vereadores do Distrito Federal. E avança sobre as favelas, fazendo-as terreno fértil da sua expansão no cenário urbano carioca da época – do que a fundação da UTF (União dos Trabalhadores Favelados), em 1957, é apenas um exemplo. Para além daquelas iniciativas (Fundação Leão XIII [1946], Cruzada São Sebastião [1955], Serfha[1956]), as “forças da ordem” articulam a ilegalidade do PCB, de modo que o período de atuação institucional do partido é curtíssimo. Em 07 de maio 1947, o governo do general Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) revogou a autorização de funcionamento do PCB com base num artigo da Constituição de 1946 que permitia impedir que partidos “antidemocráticos” participassem abertamente da política nacional e, em 07 de janeiro de 1948, cassou os mandatos dos comunistas eleitos. Embora na clandestinidade, o PCB continuou a influenciar de forma vigorosa o debate político brasileiro e carioca pelo menos até o golpe de 1964.

“fornecimento” de mão de obra. O Serfha, nesse sentido,

“(...) implantou um vasto programa de urbanização das favelas por meio de mutirões e de autoconstrução de casas. O governo fornecia o material e técnicos para orientar os trabalhos, e os favelados asseguravam a mão de obra. Esse procedimento permitiu a reabilitação parcial de várias favelas, a um custo bastante reduzido para os poderes públicos, e consolidou definitivamente o conceito de que as favelas podiam ser urbanizadas. Para colocar em prática essas operações de mutirão, José Arthur Rios utilizou o método do desenvolvimento de comunidades, estimulando assim a criação de associações locais de moradores. Tratava-se, segundo o próprio Rios, “de um sistema desenhado para garantir jurídica e politicamente o trabalho de renovação das favelas” (GONÇALVES, 2013, p.213).

Num ambíguo movimento de criar o povo com quem se almejava dialogar horizontalmente, o Serfha criou de 50 (RIOS, 2002, p. 68) a 75 (LEEDS e LEEDS, 1978, p. 212) associações de moradores de favelas nas localidades em que se dispôs a intervir, o que se inseria, ao lado do esforço de centralização e coordenação administrativas acima destacado, no objetivo institucional maior de romper com os chamados “esquemas clientelistas” que atravessavam a relação dos espaços favelados com as agências do poder público responsáveis pelo atendimento de suas demandas urbanísticas clássicas, primordiais.

Nessa direção, Rios e sua equipe mantinham reuniões e encontros semanais com os representantes favelados – numa interlocução direta e exclusiva que almejava a erradicação dos intermediários que, dizia-se, “exploravam eleitoralmente” os habitantes das áreas de favela da cidade (SILVA, 2005, p.143; LEEDS e LEEDS, 1978, p.212). No entanto, de par com essa orientação institucional (que é descrita por parte da literatura como um movimento em direção ao fortalecimento da “autonomia” e da “independência” dos favelados e suas instâncias de representação), o Serfha instituiu uma forma de controle das associações de moradores que significava transformá-las em braços do poder público nas favelas – num movimento que mostrava uma nítida linha de continuidade com a política (então corrente e inaugurada pela “Era Vargas”), a presidir as relações entre Estado nacional e sindicatos de trabalhadores.

Com efeito, além do artigo 4º do decreto de fundação do Serfha prever a criação de uma “policia administrativa encarregada de fiscalizar e de impedir a construção de novos barracos nas favelas” (GONÇALVES, 2013, p.212), o órgão, para fins de implementação prática da urbanização das favelas via mutirão, estabelecia um acordo/contrato com as associações de moradores que acabava por submetê-las politicamente, num mecanismo que foi descrito por Machado da Silva (2002) pelo conceito de *controle negociado*. De fato, para receber o reconhecimento estatal para fins de urbanização, o que significava um grande avanço do ponto de vista da “consolidação” (CAVALCANTI, 2013) da favela no tecido

urbano e do afastamento do fantasma da remoção, as associações de moradores tinham de assinar uma espécie de termo de direitos e obrigações em que se comprometiam, dentre vários outros quesitos, a “contribuir para a manutenção da ordem e o respeito à lei nas favelas, garantindo, ainda, o cumprimento das determinações da coordenação e do governo”⁹⁴; ou seja, nesse movimento inaugurado pelo Serfha, os favelados pagaram com submissão política o preço da permanência dos seus locais de moradia no tecido urbano.

Quer dizer, se “a favela venceu” (como argumentaram ZALUAR e ALVITO, 1998, p.21), os favelados perderam (tal é a tese de Machado da MACHADO DA SILVA, 2002) – o que significa dizer que o movimento social e a ação coletiva dos favelados constituíram-se, ao longo do tempo, como expressão e mecanismo de continuidade de um padrão de sociabilidade urbana e de uma cidadania fortemente hierarquizados e fragmentados – ou, dito de outro modo e a partir de outro enquadramento teórico, como expressão e mecanismo de continuidade de um padrão que constituiu as favelas cariocas – de acordo com os diferentes termos das distintas conjunturas históricas – enquanto margens do Estado. Esse mecanismo, obviamente, é extremamente ambíguo. Pois, ao mesmo tempo em que resultou das próprias movimentações dos favelados contra as poderosas investidas do poder público em prol da absoluta remoção da “forma favela” (BURGOS, 2012) do tecido urbano da cidade, significou uma “negociação assimétrica” porque construída através de uma relação de significativa desigualdade de forças. É como se o subtexto dessas investidas fosse uma ameaça: “ou contente-se com essa nossa troca, ou poderemos sempre optar por estratégias violentas de remoção”; assim, “as remoções não desaparecem completamente: é como se a alternativa hibernasse” (MACHADO DA SILVA, 2002, p.231) – e a alternativa tanto hibernou que deslanchou entre 1962 e 1975, novamente declinou e recentemente retornou (ainda que requalificada/reatualizada) no contexto dos mega-eventos (Magalhães, 2013; Gonçalves *et. al.*, 2013b).

O Serfha, tendo vida curta, logo foi cercado e desativado, dando lugar à ascensão progressiva do autoritarismo inerente à política de remoção das favelas (essa “diáspora urbana forçada” – CUNHA e MELLO, 2012, p.433). Essa política, adotada massivamente a partir de

⁹⁴ Segundo Burgos (1998, p.32-3), “os termos do acordo não deixam dúvidas: a moeda de troca da promessa de urbanização é o controle político das associações pelo Estado, arranjo que deveria criar uma cumplicidade entre as lideranças locais e o poder público, situação favorecida pelo fato de que o Estado optara por iniciar seu trabalho em favelas que ainda não estavam politicamente organizadas”. O acordo, na íntegra, pode ser encontrado em Leeds e Leeds (1987; p.248-250).

1962, fez as favelas sentirem antecipadamente a chegada da ditadura militar. Expressões disso são a incorporação da Fundação Leão XIII ao aparelho de Estado (autarquia essa que passou a ocupar “papel crucial de apoio à política de remoções” – GonçalvesGONÇALVES, 2013, p.215) e a criação (7 meses depois de extinto o Serfha) da Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara (Cohab-GB), a qual, entre 1962 e 1965 (e com financiamento estadunidense no contexto da Guerra Fria), construiu grandes conjuntos habitacionais (hoje considerados favelas) em subúrbios então distantes (como a Cidade de Deus, a Vila Kennedy, a Vila Aliança e a Vila Esperança) para abrigar as mais de 40 mil pessoas removidas das 27 favelas total ou parcialmente erradicadas naqueles anos em áreas de crescente interesse do capital imobiliário (GONÇALVES, 2013, p.217-218). De par com a escalada remocionista, o governo Lacerda encetou um processo de descentralização que repartiu a cidade em 23 regiões administrativas; esse processo, “legitimado por um discurso de eficácia administrativa, restabeleceu, entretanto, os poderes de intermediação de alguns políticos locais, reforçando novamente as práticas clientelistas no seio do aparelho administrativo” (idem, p.215).

Não apenas por meio de ações e processos judiciais, portanto, os moradores das favelas esforçavam-se na defesa do seu “direito à cidade” (como destaca grande parte da literatura); por meio das associações de moradores (assim como da UTF e da Fafeg), eles associaram-se sistematicamente aos aparelhos e representantes do Estado não só na construção de “acordos” e negociações a partir de seus próprios interesses, como também na elaboração de estratégias de resistências à política de remoções. Dessa forma, o que se costuma chamar de “clientelismo” ou “política da bica d’água” deve ser interpretado como uma estratégia de luta por serviços públicos (como fornecimento de luz, água, saneamento básico, coleta de lixo, asfaltamento etc.) num contexto de crônica assimetria de poder – o que, com as devidas transformações, permanece até os dias de hoje.

Sem descer às minúcias históricas de todo esse processo, algo de resto já feito pela extensa literatura sobre o tema, entendo que ele já estava prefigurado desde que as favelas surgem na cidade (antes mesmo da popularização do termo *favela*) e que expressa sobejamente um dos traços característico da formação das favelas como margens do Estado, já que, nas margens, tem lugar o surgimento de formas alternativas de atuação política e econômica que são – em parte – o resultado da ação cotidiana e sistemática de agentes e aparelhos de Estado, o que está contido, por exemplo, na ideia de *controle negociado* e

expressa o fato de que a realidade urbana e social das favelas não se constrói *por fora* dos limites do Estado, mas, pelo contrário, por meio de sua ação contínua, cotidiana, sistemática e – por vezes – institucionalizada. Essa ideia-força, ademais, nos ajuda igualmente a entender o quanto a questão da “criminalidade violenta” (enquanto léxico e enquanto ordem social) deve ser entendida não em termos de ausência do poder público, mas enquanto resultado da sua atuação e enquanto elo de uma cadeia transnacional de ilegalismos – tema da próxima seção deste capítulo.

3.3 Violência urbana, criminalidade e policiamento: a vida sob cerco.

3.3.1 Da “sociabilidade violenta” à “socialidade criminal”.

Como pudemos ver até aqui, não vem de hoje que a ideia de que as favelas são reduto e nascedouro de uma criminalidade violenta que só poderá ser contida e eliminada por meio de uma concentrada e articulada força pública armada capaz de as *cercar* e sufocar adequadamente. Lembremos do nosso delegado, já em 1900:

“(…) é ali [no morro da Providência] impossível ser feito o policiamento porquanto nesse local, foco de desertores, ladrões e praças do Exército, não há ruas, os casebres são construídos de madeira e cobertos de zinco, e não existe em todo o morro um bico de gás, de modo que para a completa extinção dos malfeitores apontados se torna necessário *um grande cerco*, que para produzir resultado, precisa pelo menos de um auxílio de 80 praças completamente armadas”.

Essa ideia, no entanto, sob a conjuntura histórica que se forma a partir da década de 1980 e que vê o nascimento das facções do varejo de drogas ilícitas e sua fixação territorial nas periferias e favelas urbanas, ganha novos contornos, conteúdos e significados. O nosso período de redemocratização, com efeito, foi acompanhado por um incrível incremento da “violência urbana” (sobretudo como tópico de debate público incansavelmente destacado pelos grandes meios de comunicação) e por um crescente processo de “guetificação” das classes mais altas, que passaram a construir “enclaves fortificados para sua residência, trabalho, lazer e consumo” (CALDEIRA, 2000, p.09).

Num esforço para entender o significado da “violência urbana” e da ordem social que nasce e se desenvolve com o advento daquelas facções criminosas, Machado da Silva, em

produções de cerca de 30 anos, vem desenvolvendo os conceitos de “violência urbana” e sociabilidade violenta.

O primeiro é descrito como uma *linguagem*, uma *representação social* ou uma *gramática*, de modo que o uso intercambiável desses termos não me parece comprometer a fidelidade ao rigor da exposição do autor. Outras duas ressalvas também são necessárias. Como se trata de um esforço de elaboração conceitual que já ultrapassa duas décadas, as formulações de Machado vão se aperfeiçoando e rebuscando ao longo do tempo, respondendo inclusive às distintas conjunturas históricas de que (parcialmente) derivam. Na minha exposição da interpretação de Machado, contudo, deixo de lado estas nuances, procurando oferecer uma síntese mais geral da sua posição (que é, como toda tomada de posição, cognitiva e política). Em segundo lugar, como parte das suas considerações analíticas, Machado avança interpretações (mais ou menos consensuais) sobre a história do Brasil que também ficarão entre parênteses na minha exposição, bastando dizer que a “unidade indissociável” constituída pelo par “violência urbana”/sociabilidade violenta (MACHADO DA SILVA, 2011, p.73) começa a surgir num contexto em que, por um lado, inicia seu declínio a “utopia brasileira” (CARDOSO, 2010, 2012) da universalização do assalariamento via incorporação seletiva no âmbito da “cidadania regulada” (SANTOS, 1979) e, por outro, a questão da segurança pública ganha contornos de intensa polarização ideológica na conjuntura do primeiro governo de Leonel Brizola (1983-1987); embora o governo Brizola seja um marco no caso específico do Rio de Janeiro, Machado argumenta que aquele par é uma característica das grandes cidades brasileiras e, quiçá, do mundo.

De todo modo, nosso foco é o caso do Rio de Janeiro (também privilegiado por Machado) e é a partir daquele contexto (em dois planos) que as práticas criminosas (violentas) deixam de ser vistas como fenômenos intersticiais à ordem legal a serem paulatinamente sufocados pela via da extensão de uma cidadania (guiada pelos direitos do trabalho, numa inversão da trajetória marshalliana) que era tematizada coletivamente pela *linguagem dos direitos*; deixam de ser assim tratadas pela coletividade e, de fato, mudam de natureza com a reorganização do tráfico internacional de drogas e a entrada da cocaína no circuito do comércio varejista de drogas ilícitas em pontos fixos localizados nas favelas cariocas, o que levou os traficantes a proteger militarmente as respectivas “bocas” da cidade, gerando os confrontos bélicos (que envolvem diretamente as forças policiais) que estão na base da construção da representação da “violência urbana” e da ordem social da sociabilidade violenta

que esta representação capta e a qual se refere. É essa representação e essa ordem social, argumenta Machado, que, ao lado das instituições policiais do Estado, *cercam* as favelas e seus moradores, produzindo uma *vida sob cerco* que pode ser descrita como de contínua “exceção” – tal como definido, a partir de Agamben, por Das e Poole (2004). A representação da “violência urbana” é uma categoria do entendimento de senso comum que, sendo simultaneamente cognitiva e prático-normativa, tem uma dupla dimensão: ao mesmo tempo em que produz um retrato da realidade, determina uma orientação (e um sentido) para a conduta. Elaborada do ponto de vista do núcleo duro da estabilidade das rotinas cotidianas (cujos traços básicos são a integridade física e a garantia patrimonial parcialmente responsáveis pelo que Giddens chamou de “segurança ontológica” – GIDDENS, 1991⁹⁵), aquela “construção simbólica” (MACHADO DA SILVA, 1993, p.131) indaga o que se define correntemente como “crime comum violento”, mas não propriamente em consideração ao seu componente jurídico-legal; sua atenção, longe disso, identifica uma ordem social autônoma e estável que, ameaçando o fluxo regular das rotinas diárias, constitui-se de um complexo orgânico de práticas cujo princípio de coordenação, articulação, manutenção e regulação é a força bruta e os instrumentos que a potencializam. Nesta gramática, uma série de atividades ilícitas são identificadas como “violência urbana” (“as quais, dependendo dos contextos, podem envolver desde a simples incivilidade até a extrema crueldade, passando por variáveis graus de violência física” – MACHADO DA SILVA, 2011, p.70), mas o “ator típico” da forma de vida que esta “linguagem prática” (MACHADO DA SILVA, 2011b, p.686) capta e significa é o traficante do varejo de drogas ilícitas que atua em pontos fixos (“bocas”) nas favelas cariocas.

Como repertório e discurso da gramática da “violência urbana”, o que Machado chama de “interpretação dominante” (acerca da expansão da criminalidade violenta urbana no Brasil e que tem seus primórdios nos estudos de Edmundo Campos Coelho – cf. MACHADO DA SILVA, 2004b, p.82) é simplesmente incapaz de captar o sentido profundo da transformação radical que a emergência daquela ordem social expressa e representa. Segundo nosso autor, aquela interpretação erudita (que é indissociavelmente política), ao tratar a criminalidade violenta como um “problema de polícia”, perde de vista o sentido das ações criminosas do

⁹⁵ Diz Machado da Silva (2004b, p.57): “analisada em seus conteúdos de sentido mais essenciais, a representação da violência urbana seleciona e indica um complexo de práticas que são consideradas ameaças a duas condições básicas do sentimento de segurança existencial que costuma acompanhar a vida cotidiana rotineira – integridade física e garantia patrimonial”.

ponto de vista dos próprios criminosos. Quer dizer, o ponto de vista acadêmico (dominante) advoga que o crime violento pode ser eliminado (ou reduzido a patamares “normais” – no sentido durkheimiano do termo) através da manipulação de variáveis político-institucionais, de modo que o foco da análise se volta para as agências governamentais de controle social e para todo o sistema de administração da justiça, cujas transformações são tidas como necessárias para a consolidação do processo de democratização (ou de expansão da cidadania) do país, com ênfase na necessidade de “refundação” ou desmilitarização da polícia (SOARES, 2009). Reconhecendo a validade e a relevância das contribuições que este tipo de estudo traz sobre a temática geral da expansão da criminalidade violenta no Brasil urbano⁹⁶, Machado da Silva, no entanto, dele se distancia por uma série de motivos, propondo sua própria interpretação acerca do cerne do “paradoxo brasileiro” (PERALVA, 2000) ao formular a noção (típico-ideal) de sociabilidade violenta.

Para nosso autor, aquelas contribuições falham, sobretudo, ao atribuir o papel de causa principal (das práticas criminosas a que se referem) aos (supostos) “desvios” e “imperfeições” internos dos aparelhos de repressão e controle social e de administração da justiça : “o problema está em atribuir a uma condição de possibilidade o papel de causa – a possibilidade de ocorrência de um evento não pode ser vista como causa dele” (MACHADO DA SILVA, 2008c, p.40). Operando este movimento, as interpretações dominantes deslocam sua atenção da origem e sentido das próprias práticas criminosas (que estão, afinal, na base da argumentação e do desconforto coletivo expresso na “violência urbana” enquanto representação social) para aqueles aparelhos, com o que assume, implicitamente, que as atividades criminais derivam do seu “baixo custo de oportunidade” (MACHADO DA SILVA, 2011b, p.69), de modo que os criminosos passam a ser vistos como “proveitadores circunstanciais do estado de anomia provocado pela desorganização do sistema de administração da justiça” (MACHADO DA SILVA, 2004b, p.64). Ora, “todas as pesquisas disponíveis demonstram que os riscos de toda ordem a que se expõem os criminosos são inequivocamente altíssimos, de modo que a insistência em baixos custos de oportunidade para explicar suas práticas sugere uma espécie de esquizofrenia analítica” (MACHADO DA SILVA, 2008c, p.40). Numa palavra: as interpretações hegemônicas desmancham o objeto mesmo de suas atenções e preocupações (MACHADO DA SILVA, 2004b, p.63).

⁹⁶ Machado (2008c; p.39) indica como representativos destes estudos os balanços críticos presentes em Kant de Lima *et al.* (2000), Adorno (1993), Zaluar (1985), Peralva (2000) e Machado da Silva, Leite e Fridman (2005) .

Embora decorrentes (enquanto repertórios possíveis) da mesma linguagem, as concepções leiga e erudita da “violência urbana” se distanciam na exata medida em que a primeira capta e se refere a uma ordem de vida que a segunda mantém numa “caixa preta” ao concentrar sua atenção nos “aparelhos estatais de controle social” (MACHADO DA SILVA, 2008c, p.40). É esta ordem de vida que Machado designa de sociabilidade violenta⁹⁷: ironicamente, o senso comum enfatiza uma dimensão da realidade que o conhecimento (que se pretende) científico obscurece “por uma espécie de efeito bumerangue” (MACHADO DA SILVA, 2004b, p.65).

Os “portadores”⁹⁸ daquela ordem social constituem “a parcela mais estável e poderosa dos traficantes em ‘bocas’, que têm sua base quase sempre em favelas e em outros territórios pobres” (MACHADO DA SILVA, 2008a, p.21). A ordem social da sociabilidade violenta estrutura-se a partir (única e exclusivamente) da força (e dos equipamentos que a potencializam), que deixa de ser mero meio de obtenção de interesses para converter-se em princípio de coordenação e regulação das ações e relações sociais. Os agentes desta forma de vida, portanto, mantêm-se em relação unicamente pela mais estrita instrumentalidade desumanizante, pela dominação e subjugação pela força: “todos obedecem porque e enquanto sabem, pela demonstração de fato em momentos anteriores, serem mais fracos, com a insubmissão implicando necessariamente retaliação física” (idem, 2004b, p.76-7).

Nesta “paz armada” (idem, 1999, p.122; 2004b, p.76), os agentes não atuam por referência a nenhum princípio moderador das suas emoções e impulsos individuais, de modo que o mundo se constitui de uma coleção de objetos (incluindo aí os outros seres humanos) que podem ser utilizados como meios para obtenção de fins ou “removidos” como obstáculos ao alcance destes. Na verdade, a força e a violência tornam-se um fim em si mesmo, que é o que a ideia de “princípio” quer expressar⁹⁹. O único limite que os agentes encontram para a

⁹⁷ Tenho utilizado, até aqui, sociabilidade violenta (sem aspas) e “violência urbana” (com aspas) a fim de respeitar a argumentação de Machado segundo a qual esta é uma *representação social* e aquela um *conceito sociológico* (de caráter típico-ideal).

⁹⁸ A noção de “portador” é de extração especificamente weberiana. Em Weber, o reino (específico) do real ao qual a sociologia volta sua atenção com sua metodologia própria é o do *sentido* (RODRIGUES, 2012), que é a “unidade compreensível da ação”, cuja “sede efetiva e empírica” é o sujeito atuante, “que comparece assim, para usar o sugestivo termo do próprio Weber, como seu *portador*” (COHN, 2003, p.141).

⁹⁹ É o que está em jogo, por exemplo, nesta definição do autor: “em outras palavras, no limite, a violência se libera da regulação simbólica, isto é, de sua subordinação às restrições e condicionamentos representados pelos fins materiais ou ideais a que, sob outras circunstâncias, serviria como meio para sua obtenção. Ela se torna um fim em si mesma, inseparável de sua função instrumental como recurso para a ação. Em suma, como, aliás,

satisfação dos seus desejos é a resistência material oferecida seja pela matéria bruta seja pela força demonstrada por outros “humanos-objetos”. Trata-se, pois, de um ordenamento social que pode ser descrito como uma “espécie de caso-limite do desenvolvimento do individualismo” (MACHADO DA SILVA, 2004b; p.74) ou como uma “modulação específica do individualismo contemporâneo” (MACHADO DA SILVA, 2010b, p.288), na qual inexistente o autocontrole do *self* (nos termos de Elias, 1994) que corresponde ao “processo civilizador” e ao monopólio da violência legítima pelo Estado.

“Quanto à dimensão subjetiva da formação das condutas, os agentes responsáveis pela gênese e consolidação deste ordenamento não se pautam por referências coletivas moderadoras da busca dos interesses individuais de curtíssimo prazo, deixando o caminho aberto para a manifestação mais imediata das emoções, para uma interação que instrumentaliza e objetifica o outro e reduz ao mínimo a produção de sentido. O mundo constitui-se em uma coleção de objetos (aí incluídos os demais seres humanos) que podem ou não ser apropriados de modo a servir aos desejos pessoais. É claro que limites à satisfação dos fins são reconhecidos, mas apenas sob a forma de resistência material (a força de outros “humanos-objetos”, por exemplo), e não como restrições de caráter normativo, ético ou afetivo” (MACHADO DA SILVA, 2008c, p.42).

Assim, é o reconhecimento da resistência material aos próprios desejos e pulsões que forma a única baliza (marco ou referência) que permite um mínimo de estabilidade no interior da sociabilidade violenta porque capaz de regular (ainda que de maneira escassa) as relações entre seus portadores¹⁰⁰, que protagonizam um ambiente que é melhor designado pela “metáfora da guerra de todos contra todos – com a ressalva de que falta qualquer movimento para minimizá-la” (idem, 1999, p.122). Típico-idealmente, portanto, o tráfico de drogas sediado nas favelas cariocas constitui-se de uma nebulosa de atividades ilícitas e ilegais que se desenrolam em torno da “força centrípeta” (idem, 2010b, p.285) exercida pelos portadores da sociabilidade violenta enquanto ordem e forma de vida que tem na violência física seu princípio regulador exclusivo.

Esta ordem de vida, pois, embora extremamente instável, tem logrado manter-se com base em práticas coordenadas e articuladas por um mesmo princípio; aqui, as hierarquias são sempre muito temporárias, tópicas e pontuais, de modo que as noções correntes de “crime organizado”, “máfia” e outros termos afins são largamente inadequados para dar conta

sugere o próprio sentido do termo “princípio”, ela é sua própria explicação e se autorregula” (MACHADO DA SILVA, 2010b, p.286).

¹⁰⁰ “O que ‘une’ estas condutas em um complexo de práticas organizadas é justamente o reconhecimento (estritamente instrumental) da resistência física representada pela força de que podem dispor os demais agentes” (MACHADO DA SILVA, 2004b, p.75).

satisfatoriamente da novidade radical representada pela emergência e manutenção de uma ordem de vida que questiona a própria noção de “social”¹⁰¹. Este ponto é fundamental. Mesmo que de modo típico-ideal¹⁰², a sociabilidade violenta constitui-se de um complexo orgânico de relações sociais que não envolvem intersubjetividade (idem, 2008b, p.42) e, nesta medida, muito pouca “regulação simbólica e produção de sentido”, colocando em xeque não apenas a noção mesma de “social” (idem, 2010b, p.286), mas também “os caros valores da civilização ocidental” (idem, 1999, p.123).

Quanto a este ponto, a posição de Machado claramente foi se fechando ao longo dos anos. Num texto de 1999 (p.123), nosso autor, ainda sem falar em *sociabilidade violenta*, mas apenas uma *nova forma de sociabilidade*, argumenta que “a hipótese geral de que as organizações criminosas sejam portadoras de uma visão de mundo em formação, que abala os mais caros valores da civilização ocidental, pode ser assustadora, mas isto não a torna menos plausível”. Ao lado disso, argumenta pela necessidade de se compreender adequadamente “as referências culturais responsáveis pela formação das condutas” (idem, ibidem) no âmbito da criminalidade violenta, que, afinal, põe o desafio de se “descobrir como os agentes do crime violento formulam as justificativas de seu comportamento e quais os significados culturais que elas expressam” (idem, p.121). Já em 2004 (p.75), Machado sustenta que “a formação das práticas típicas da violência urbana não passa por justificativas de valor” e, em 2008 e 2011, o argumento de Machado é muito mais taxativo. Lemos no texto de 2011:

“Um ponto extremamente importante a marcar sobre o que estou compreendendo como sociabilidade violenta é: nessa forma de vida, não há por que, não há como, justificar o que se faz (...) é claro que não pode deixar de haver moralidade. Mas a moralização na sociabilidade violenta é mínima, tende a zero. Porque essa é uma maneira de organizar o entendimento de grupo e a relação social que é quase inteiramente instrumental. O que funciona é o cálculo da resistência genérica. O outro não é o outro, o outro é um objeto” (MACHADO DA SILVA, 2011b, p.691).

E no de 2008:

“O que caracteriza a sociabilidade violenta é que as práticas se desenvolvem monocordicamente como tentativas de controle de um ambiente que só oferece resistência física à manipulação do agente. O que permite coordenação entre as condutas, formando um complexo orgânico de relações sociais (e uma visão de mundo que é compartilhada, porém sem envolver intersubjetividade), é justamente o

¹⁰¹ Sobre a inadequação das ideias de “máfia”, “crime organizado”, “exército”, “estado dentro do estado”, cf., dentre outros, Machado da Silva (1999, p.121; 2004b, p.76; 2010b, p.291; 2004, p.40).

¹⁰² “A *sociabilidade violenta* é uma noção típico-ideal que procura captar a especificidade de um complexo de condutas e o respectivo lugar simbólico e político a ele atribuído pela população urbana” (Machado da Silva, 2008b, p.42 – grifos do autor). Ou: “Logo, a sociabilidade violenta deve ser entendida como uma construção *típico-ideal*, considerada útil para compreender uma forma de vida historicamente constituída que se afasta menos desse constructo do que outras” (Machado da Silva e Leite, 2008, p.52).

reconhecimento da resistência material representada pela força de que podem dispor os demais agentes, produzido pela reiteração de demonstrações factuais, e não por acordo, negociação, contrato ou referência comum compartilhada. Todos obedecem apenas porque e enquanto sabem, pela demonstração do fato em momentos anteriores, que são mais fracos, com a insubmissão implicando necessariamente retaliação física quase sempre letal. No limite, pode-se dizer que não há “fins coletivos” nem “subordinação”; todas as formas de interação constituem-se em técnicas de submissão que eliminam a vontade e as orientações subjetivas dos demais participantes como elemento significativo da situação” (MACHADO DA SILVA, 2008b, p.42).

Assim, Machado procede, a seu modo, à desumanização do que chama de “portadores” de uma nova “forma de vida”, já que, utilizando a linguagem weberiana que de fato informa sua argumentação, é propriamente o *sentido* das ações que as constitui como algo propriamente *humano* e, assim, distinto de um mero evento natural *destituído de significação*. Aqueles portadores, portanto, seriam orientados não por normas, valores, sentidos ou significados, mas apenas pela brutalidade da violência, *o que os diferencia do restante da população*. Machado metamorfoseia, portanto, no campo do conhecimento erudito, aquilo que ele próprio identifica como sendo a operação de senso comum que constrói “o favelado” como “o Outro” a ser evitado; por exemplo: “supõem-se, sem maiores questionamentos, que os criminosos agem por referência às próprias regras infringidas, ou seja, pressupõe-se que os conteúdos de sentido que articulam motivos, orientações subjetivas e referências normativas são idênticos tanto para os criminosos quanto para o restante das populações urbanas (...) [trata-se] do pressuposto não demonstrado de que a formação da conduta é idêntica para os grupos criminalizados e para o restante da população” (2008b; p.39-40).

Em todo caso, o argumento de Machado é o de que a interpretação dominante acerca do fenômeno da criminalidade violenta não capta, portanto, é a especificidade de uma ordem social que, sendo mais que um conjunto de comportamentos e atos isolados, não se constitui por referência à ordem estatal (ou convencional) ou à estabilidade das rotinas diárias, as quais formam o eixo normativo para a construção da “violência urbana” (como representação social e como linguagem prática) por parte dos que aderem, forçadamente como “dominados”, à sociabilidade violenta.

Não apenas a “violência urbana” (como categoria de entendimento e código de conduta) “está longe de cancelar ou substituir orientações subjetivas relacionadas à ordem estatal” (MACHADO DA SILVA, 2004, p.73), como a sociabilidade violenta não se constitui por referência à ordem institucional-legal. De um lado, a adesão forçada à sociabilidade violenta não cancela a aceitação da ordem estatal e a orientação da conduta tendo ela por referência (e isso do ponto de vista do contingente populacional urbano que não “porta” o

sentido – ou a falta de sentido – desta ordem) e, de outro, os portadores da sociabilidade violenta absolutamente não agem “por referência às próprias regras infringidas” (MACHADO DA SILVA, 2008c, p.39), isto é, não se reportam à ordem (ou ao poder) estatal nas suas ações e relações que têm na força seu princípio de coordenação. São estes os dois fatores que, conjugados, respondem pelo esgarçamento do tecido social das grandes metrópoles brasileiras, fragmentando suas vidas cotidianas.

Tudo isso configura um contexto em que ambas as ordens aqui destacadas convivem e coexistem, mas não disputam ou rivalizam: há *contiguidade territorial*, não *confronto* (MACHADO DA SILVA e LEITE, 2008, p.52). É precisamente este ponto da contiguidade, da convivência e da coexistência (e não da disputa, da luta ou da rivalidade) entre duas ordens sociais incompatíveis entre si (no que respeita às experiências sociais que encerram e organizam) que confere a singularidade e a especificidade do contexto das grandes metrópoles brasileiras. Não que agentes do Estado e da sociabilidade violenta não estejam uns imbricados nos outros, o que engloba disputas (armadas ou não) pelo controle circunstancial de determinadas parcelas do território da cidade, mas no sentido de que tratam-se de ordens sociais, do ponto de vista da população urbana em geral, que prescrevem orientações de conduta radicalmente distintas porque não se referem umas às outras, embora convivam. Daí resulta o que nosso autor chama de fragmentação da vida cotidiana.

“A ordem da “violência urbana” significa uma “desconcentração” e privatização da força nas relações sociais, mas isto não implica a perda de legitimidade e validade da ordem estatal (institucional-legal) que se assenta sobre o monopólio da força” (MACHADO DA SILVA e LEITE, 2008b; p.38).

Machado da Silva também avalia que:

“Por outro lado, como venho insistindo, nada disto autoriza a afirmação de que a violência urbana destrói ou substitui os padrões convencionais de sociabilidade. A inovação histórica e o núcleo do problema teórico-metodológico é justamente a convivência, por contiguidade e não como “luta de valores”, entre os dois padrões. Finalmente, vale a pena repetir que as atribuições de sentido da violência urbana implicam, direta ou indiretamente, o reconhecimento pelas populações urbanas da fragmentação de suas rotinas cotidianas. Neste sentido, os modelos de conduta a que se refere esta representação procuram lidar com o medo e a percepção de risco pessoal e expressam, implicitamente, uma participação subordinada no complexo de práticas que constitui a violência urbana. Em outras palavras: as populações que produzem esta representação e por ela organizam (parte de) suas condutas não são as “portadoras” (os agentes produtores) do sentido desta ordem social. Construir a representação da violência urbana apenas lhes permite uma adesão orgânica que, em última instância, valida esta ordem social e ao mesmo tempo, reorganiza a vivência e permite a compreensão de uma rotina cotidiana fragmentada” (MACHADO DA SILVA, 2004, p.62)

E mais:

“Para tornar o ponto ainda mais claro, repito que, se minha descrição da violência urbana é correta, não há luta, mas convivência de referências, conscientes ou pelo menos claramente “monitoradas”, a códigos normativos distintos e igualmente legitimados, que implicam a adoção de cursos de ação divergentes” (idem, p.73).

Embora esta convivência seja uma característica da urbe brasileira e não haja uma divisão territorial entre aquelas duas formas de vida, a sociabilidade violenta, tendo seus portadores nos (ou em parte dos) traficantes do varejo de drogas ilícitas em pontos fixos, “afeta mais direta e profundamente as áreas desfavorecidas, especialmente as favelas” (MACHADO DA SILVA, 2008b, p.44). Do ponto de vista dos moradores dessas áreas, portanto, o que se observa é a submissão forçada à uma ordem de vida que, impondo-se pela força, leva a ameaça à integridade pessoal ao paroxismo, o que tem por efeito dificultar a organização da ação coletiva, nesses espaços, voltadas para a tematização da própria violência vivida (idem, p.45). Além da convivência forçada com os portadores da sociabilidade violenta, os moradores das favelas são obrigados a conviver com as “incursões” e com a presença constante da força policial do Estado que, em função da linguagem da “violência urbana”, assume a tarefa de impedir o contato entre a população em geral, por um lado, e aqueles moradores, por outro, lidos todos como “bandidos em potencial”.

“O antigo fantasma das classes perigosas agora reencarna na ameaça representada pela violência criminal, que é rotineira e, portanto, “próxima”, personalizada. O medo correspondente não é mais, como antes, de uma revolta popular capaz de abalar a dominação burguesa (...) O medo se reifica e se espacializa nos perigos imputados aos territórios da pobreza, cujo caso exemplar na representação social são as favelas, vistas como lugares prenhes de uma violência descontrolada (...) A antiga demanda de controle da ação política converteu-se em reivindicação de repressão cada vez mais violenta, como barreira à “descida de bandidos de todos os tipos”, que seria o equivalente atual daquela fórmula”¹⁰³ (MACHADO DA SILVA, 2008a, p.14).

É essa modulação da linguagem da “violência urbana” que explica o tipo de atuação policial que se padronizou, ao longo dos anos, nas favelas da cidade. Contra as teses, portanto, que defendem a refundação da polícia em particular (ou dos aparelhos de administração da justiça em geral), isto é, que defendem transformações internas ao poder público enquanto via privilegiada para se reduzir as taxas e o poder de organização da “criminalidade violenta”, Machado argumenta que a atuação da polícia exatamente da forma como se desenrola há pelo menos 30 anos nas favelas e periferias da cidade é funcional na exata medida em que atende uma demanda social coletivamente compartilhada.

¹⁰³ A fórmula, à qual já nos referimos, de que é preciso “subir os morros antes que desçam deles os comunistas”.

A polícia *militar, corrupta, pré-moderna e violenta* assim o é não por “desvio”, “falha”, “imperfeição” ou quaisquer outros motivos que apontariam para a possibilidade – e para a necessidade – de reformas institucionais que teriam um impacto direto na redução – ou no controle mais efetivo – da expansão da criminalidade urbana violenta; ela o é porque essa é a tarefa que lhe é delegada pela gramática da violência urbana, que percebe os moradores das favelas como bandidos descontroladamente violentos que devem ser mantidos isolados, afastados e cercados: eles tornam-se “o tipo ideal do Outro que precisa ser afastado a qualquer preço” (MACHADO DA SILVA, 2010, p.293). Desse modo, as ideias de Machado deságuam na proposta (que é mais uma provocação) de “refundação” da sociedade, que, ancorada na linguagem da “violência urbana”, delega àqueles aparelhos (mas, mais especificamente à instituição policial) o “trabalho sujo” de reprimir (e evitar o contato com) as “classes perigosas”.

“Em decorrência, convergem para os aparelhos policiais demandas de recomposição de uma ordem social tida como ameaçada. Cresce o clamor por uma ação “dura” – isto é, ilegal –, de modo que a única possibilidade de evitar a contaminação moral de todo o sistema, preservando os aspectos institucionalizados do conflito social, é deixar a “dureza” da repressão ao arbítrio da polícia. Esse é o segredo, praticado mas não tematizado, da paradoxal convivência entre dois processos que, na aparência, deveriam ser incompatíveis: a democratização e a expansão da violência criminal e policial. O dispositivo fundamental que faz a mediação entre estes opostos é a delegação, por parte de grandes parcelas da sociedade, para que as corporações policiais tomem decisões, segundo critérios próprios, sobre a extensão do uso da força e a definição dos inimigos a combater, reais ou imaginários (...). O foco nos excessos e deficiências (aí incluída a corrupção) da atuação das instituições policiais – cujos agentes ultrapassam sistematicamente sua função constitucional de uso da “força comedida” – ignora que eles são fruto de uma perspectiva coletivamente construída sobre o que seria desejável em termos de manutenção da ordem pública (gramática da violência urbana)” (idem, p.293).

Lemos ainda que:

“As demandas de controle social não visam propriamente a regular as relações entre pessoas, grupos e categorias sociais – antes, o que se pede é o bloqueio dessas relações. Segurança e confinamento (forçado, no caso dos moradores dos territórios da pobreza, ou desejado, no das camadas mais abastadas da população), ou seja, repressão pura e simples, tendem a se tornar sinônimos” (idem, p.294).

E que

“Nesse sentido, creio que as várias propostas em curso de “reforma intelectual e moral” da polícia tenderão a ser absorvidas e neutralizadas (como tem sido o caso até o presente momento) pelos aparelhos policiais, enquanto não estiverem sustentadas pela adesão ativa do conjunto da sociedade. Considero que isso somente será possível se combinado com uma “reforma intelectual e moral” da própria sociedade (...) Em resumo, a indiferença e a evitação social explicam, em parte, porque a prática policial permanece *pré-moderna*. As polícias talvez sejam as únicas instituições brasileiras que não se modernizaram. As corporações constituem uma cultura própria, autoritária, autônoma e pouco racionalizada, que depende, em grande medida, das decisões pessoais dos agentes e dos conflitos internos entre seus diferentes grupos. Mudanças formais, se não acompanhadas de forte pressão

externa, continuarão a ser absorvidas e anuladas, como tem sido o caso até o presente” (idem, p.295 – grifo meu).

E finalmente:

“Retorno, assim, à tomada de posição mencionada no início deste ensaio: sem a “refundação da sociedade”, não é viável a “refundação da polícia”. Consequência de uma delegação dos grupos responsáveis pela opinião dominante, a prática policial só poderá ser concretamente modificada, produzindo-se uma efetiva “refundação” na mesma proporção em que essa delegação for progressivamente sendo cassada” (idem, p.298).

A população favelada, portanto, experimenta um cerco que é operado pela linguagem da violência urbana, pelo aparelho policial (e demais forças de segurança pública) e pelos agentes da sociabilidade violenta enquanto ordem social *sui generis*:

“A função da polícia passa a ser vista pelas camadas mais abastadas como um muro de contenção ao intercâmbio de indivíduos e maneiras de ver, em vez de ser um meio orgânico de sua relação (...) Emparedada, vive [a população favelada] uma vida sob cerco. De um lado, pela violência criminal e policial que desestabiliza a sociabilidade em seus territórios de moradia (e de trabalho, para muitos) e dificulta o prosseguimento regular das interações nas diferentes localidades. Afetada a confiança interpessoal que se fundamenta na estabilidade de suas rotinas, torna-se problemático articular coletivamente uma compreensão orgânica e proativa das condições de vida compartilhadas. A agregação em movimentos de base local escasseia, limitando a capacidade de influência nas arenas públicas. De outro lado, o medo e a desconfiança generalizados das camadas mais abastadas da cidade obrigam os moradores de favelas a um esforço prévio de “limpeza simbólica” poucas vezes bem sucedido, antes mesmo que possam apresentar no espaço público suas demandas como interlocutores legítimos. O confinamento geográfico cerceia-lhes também a palavra” (MACHADO DA SILVA, 2008a, p.14-5)

No que tange à convivência entre essa ordem e aquele aparelho, vale ressaltar que trata-se não apenas de “incursões” e “operações” das forças da ordem de tempos em tempos, de modo que na rotina do dia-a-dia a polícia e as forças correlatas manter-se-iam ausentes dos territórios favelados; antes, ao lado dessas “incursões” e “operações”, sempre tão onerosas do ponto de vista do custo humano que significam, sempre houve convivência, diálogo e negociação entre os agentes públicos e os da sociabilidade violenta, do que é apenas um exemplo os seguintes trechos de falas de moradores de um dos coletivos de confiança que formaram parte substantiva do material empírico da coletânea organizada por Machado da Silva (2008):

“A polícia aqui, a “boca” ali (...) [os traficantes:] – “Leva uma cerveja para os caras lá embaixo.” – “Aí, as cervejas que os caras mandaram para vocês”. [Os policiais] sentaram aqui rindo, olhando as mulheres, rindo, entendeu? E os vagabundos aqui, que tal? É uma convivência. Aí, no outro dia, já tem aquela turma [de policiais] que não ‘fecha’, aí vem o tiroteio e tal.(...)”

É uma situação cômica: você tem posto policial, tem PM aqui e os cara estão na próxima esquina, vendendo droga ali.(...)”

Aonde eu moro, a polícia se vende (...) Tem duas ruas (...) os traficantes botavam a “boca” numa rua e a polícia subia pela outra (...) recebia para subir pela outra. Quer dizer, eles faziam o trabalho deles, que é rondar a favela, mas eles subiam pela rua que não tinha “boca” e a “boca” se mantinha na outra (...) passavam [na outra]

quando iam buscar o dinheiro deles” (in MACHADO DA SILVA e LEITE, 2008, p.64).

Essa falas – que descrevem o que de mais rotineiro há nas favelas cariocas no que tange à relação entre os traficantes do varejo de drogas ilícitas e os agentes policiais – apontam para o que é descrito por Misse (1999) como a vigência de “mercadorias políticas” enquanto instâncias mediadoras dessa relação.

Chamo de “mercadorias políticas” o conjunto de diferentes bens ou serviços compostos por recursos “políticos” (não necessariamente bens ou serviços políticos públicos de base estatal) que podem ser constituídos como objeto privado de apropriação para troca (livre ou compulsória, legal ou ilegal, criminal ou não) por outras mercadorias, utilidades ou dinheiro. O que tradicionalmente se chama de “corrupção” é um dos tipos principais de “mercadoria política” ilícita ou criminal (Misse, 1997, p.94).

Em um excelente trabalho sobre o *Crime*, Grillo (2013) nos oferece uma profunda e sistemática etnografia das hierarquias, formas de organização e normas de conduta que constituem as facções do varejo de drogas ilícitas sediadas nos morros e favelas da cidade do Rio de Janeiro; logo de início, a autora destaca que seu objetivo é o de compreender a criminalidade violenta enquanto uma forma de vida e a partir dos termos de seus próprios “portadores” ou agentes:

“Esta é uma etnografia sobre o *Crime*, tal como ele é vivido por bandidos que moram em favelas do Rio de Janeiro. Anuncio desde o início a categoria *Crime* como não mais apenas uma infração penal, mas como a substancialização do contexto em que se inscrevem uma série de práticas ilegais e trajetórias pessoais. Na linguagem nativa, o *Crime* denota tanto um universo de ação e significação – o *mundo do crime* – bem como um estilo de vida – a *vida no crime* – e nesse interstício, ele pode ser representado como um tipo de caminho marcado pelo engajamento em ações incrimináveis e traçado sob uma margem de contingências que lhe é peculiar. Tal qual uma forma de vida ou uma forma esculpida por vidas” (2013, p.01).

Ao longo de seu trabalho, Grillo (2013) argumenta que as “mercadorias políticas”, tal como definidas por Misse em diversos trabalhos sobre o tema, de fato formam uma das duas vias centrais através das quais a polícia se associa sistematicamente aos integrantes do que Machado da Silva chama de “sociabilidade violenta” – e isso em função do modo através do qual se estrutura o mercado do varejo drogas ilícitas nas favelas cariocas.

“Encontramos dois modos principais de relacionamento entre a *firma*¹⁰⁴ e a polícia: o enfrentamento e as relações de suborno/extorsão. Tais moldes relacionais estão associados ao fato de a atuação do tráfico ser territorializada e sedentária,

¹⁰⁴ Firma é o termo local para designar a organização do tráfico de drogas ilícitas em pontos fixos (*bocas*) dos territórios favelados; ademais, o termo mimetiza “modelo organizacional de uma empresa capitalista tomando de empréstimo a coordenação burocrática da hierarquia padrão/funcionários” (GRILLO, 2013, p.59).

estabelecendo pontos de venda fixos e reconhecíveis, o que facilita a sua identificação pelos consumidores de drogas, porém também pela polícia (...) A possibilidade de reprodução desta formatação do varejo ilegal de drogas depende de uma articulação bélica da segurança de seus territórios para proteger seus homens, armas, drogas e dinheiro das sempre possíveis invasões, pilhagens e capturas perpetradas por policiais ou grupos de uma facção rival. O potencial de uso da força – a ser empregada nos frequentes tiroteios com a polícia ou outros traficantes – torna-se a condição de existência do comércio de drogas; e a posse de armas – sobretudo as de grande porte – assume um papel central na conformação das rotinas normais do tráfico (...) Temos, portanto, que o modelo de gestão dos territórios, empregado pelo *tráfico de morro*, implica na necessidade da compra de “mercadorias políticas” (GRLLO, 2013, p.89. grifos da autora).

Grillo continua:

“Cabe ao *dono* ou *responsável* do morro negociar o pagamento à polícia do suborno/extorsão – conhecido como *arrego* –, evitando assim que sejam realizadas incursões na favela, que, por sua vez, promovem a interrupção do fluxo normal das atividades do tráfico. Estas operações policiais resultam na apreensão de armas e drogas e na prisão, ferimento ou morte de bandidos, ou por vezes de moradores inocentes e mais raramente de policiais. Contudo, por mais que o *arrego* seja pago, as polícias não são instituições coesas, de modo que alguns plantões aceitam o *arrego* e outros não. Ainda assim, o tráfico, por vezes, possui informantes dentre os quadros da polícia, que avisam com antecedência sobre a ocorrência de operações, permitindo que os bandidos se antecipem a estes eventos, escondendo armas, drogas e a si mesmos, como, por exemplo, dormindo em hotéis. Outra prática conhecida de suborno/extorsão consiste no sequestro de bandidos ou seus parentes para a cobrança de um resgate, sob a ameaça de morte ou prisão do refém. Durante o trabalho de campo fiquei a par da captura do *dono* de um dos morros mais relevantes para a pesquisa. Ele foi rendido no interior de sua casa, que ficava no entorno da favela, e, por mais que esta tenha ficado cercada por bandidos, eles tiveram que liberar a saída dos policiais para preservar a vida do refém que eles mantinham. O *dono do morro* só foi liberado após o pagamento do resgate” (idem, p.91 – grifos da autora).

A polícia, portanto, “influencia de maneira determinante na regulação do cotidiano das dinâmicas locais do tráfico” (idem, p.89); como se pode entrever, Grillo (2013) avança uma interpretação que qualifica profundamente a tese de Machado acerca do que chama de “sociabilidade violenta”; entendendo, com este autor, que aquelas facções criminosas constituem, de fato, uma ordem social *sui generis* – ou, como venho procurando argumentar, uma forma alternativa de organização social típica dos espaços das margens do Estado–, a autora demonstra minuciosamente o quanto essa ordem, contudo, é toda atravessada e constituída por “uma ética muito peculiar” e pelo emprego de um “idioma específico” (GRILLO, 2014, p.338)¹⁰⁵, de modo que a violência e a força não são, nessa forma de vida,

¹⁰⁵ O próprio Machado da Silva (2004, p.75) aproxima-se dessa questão, sem contudo explorá-la adequadamente: “a ‘sociabilidade violenta’ não dispõe de uma linguagem própria, recorrendo, para expressar-se como ‘forma de vida’, a uma profunda resignificação da linguagem corrente. Não me atrevo a elaborar esta questão, que demanda muito mais pesquisa e conhecimento empírico do que possuo. Chamo apenas a atenção para o fato de que eventuais erros de ‘tradução’, ao desconsiderarem este ponto, podem acarretar – na realidade, creio que têm acarretado –, por parte dos analistas, o puro e simples desconhecimento da peculiaridade da ‘sociabilidade violenta’ que tentei elaborar acima.”

um princípio exclusivo, seu uso sendo *regulado e moderado* pela ação de mecanismos que criam e/ou atualizam regras e normas de conduta.

Essa ética e esse idioma (que encerra uma “gramaticalidade moral” – idem, p.341) são estruturantes da forma de vida – o *Crime* – e são acionados e transformados contextualmente ao longo dos *desenrolos* através dos quais os atores definem os termos da *situação* específica em que algum conflito emerge e precisa ser mediado – conflito esse que pode ser tanto interno quanto externo ao mundo específico do *Crime*. Os *desenrolos*¹⁰⁶, portanto, são centrais enquanto arenas discursivas que – a um só tempo – acionam a atualizam um direito – informal – organizado pelos portadores de uma sociabilidade (que Grillo reconceitua convincentemente como *socialidade criminal*¹⁰⁷) que conforma “o poder do tráfico como instância reguladora” (idem, p.338) de parte dos conflitos que se desenvolvem nos territórios de atuação de determinada facção:

“Defendo a ideia de que a produção e reprodução do ordenamento a que os *bandidos* se referem como *mundo do crime* ou apenas *Crime* depende em grande medida da incorporação de uma ética muito peculiar e do emprego de um idioma específico em que são conjecturadas as argumentações em negociações de conflitos” (idem, ibidem – grifos da autora).

Grillo afirma, ainda, que:

“A maioria dos conflitos que *vão para o desenrolo* é interna à organização local da criminalidade ou promovida pelo próprio tráfico, no intuito de reprimir determinados comportamentos no interior de seu perímetro de influência. Mas, os líderes da *firma* local podem ser também chamados pelos moradores a intervir em situações que não lhes competem diretamente – como disputas fundiárias, brigas conjugais ou entre vizinhos e furtos no interior da favela –, quando uma ou ambas as partes em conflito vai à *boca* prestar uma *queixa*. A *firma* acaba atuando como mediadora das disputas alheias” (idem, p.341 – grifos da autora).

Grillo identifica, na terminologia nativa, três classes de litígio nas quais o tráfico atua com sua “justiça informal”: a “lei do tráfico”, a “lei do crime” e a “lei do morro” (2014, p.347-8). Sem descer na minúcia da consideração de cada uma dessas esferas (cujas demarcações são meramente analíticas), pois são vários os casos concretos, destaco apenas

¹⁰⁶ No mesmo sentido, Leite (2008, p.131) afirma, a respeito dos relatos dos moradores que engajaram-se nos coletivo de confiança que deram substrato empírico à coletânea presente em Machado da Silva (2008), que “‘desenrolar’, neste contexto, face à disparidade de forças envolvidas, significa acionar uma força de ação e um repertório através dos quais moradores tentam evitar que o exercício da força se abata sobre si mesmos, seus familiares e/ou amigos”.

¹⁰⁷ “No entanto, se eu empreendesse a tarefa de atribuir um adjetivo à socialidade peculiar ao *Crime*, eu lhe chamaria de ‘socialidade criminal’ e não ‘socialidade violenta’. Isso permitiria retirar o conceito de sua típica-idealidade e utilizá-lo para efetivamente qualificar o modo relacional que caracteriza a forma de vida em questão. Pessoas que levam a *vida no crime* e circulam pelo *mundo do crime* relacionam-se entre si sob os moldes pautados pelo *Crime*, o que nos autoriza a falar em uma “socialidade criminal”. Taxar os seus modos relacionais como violentos é desconsiderar diversos aspectos de sua socialidade, levando em conta apenas o mais aparente deles” (GRILLO, 2013, p.102, – grifos da autora).

que o trabalho da autora é conclusivo ao superar a tese de Machado de que a forma de vida da *sociabilidade violenta* não comporta intersubjetividade e tem na força bruta e seus atributos o princípio exclusivo de coordenação das ações e relações; propondo o conceito de *socialidade criminal*, Grillo (2013, 2014) demonstra sobejamente o quanto os portadores dessa ordem de vida se orientam praticamente por uma série de normas (não codificadas e sempre passíveis de manipulação de acordo com os casos concretos e as pessoas específicas envolvidas) que moderam e regulam o uso da violência.

“Embora não possamos menosprezar a relevância da possibilidade de emprego da violência para a configuração dos arranjos locais de poder, é antes nos dispositivos de moderação do uso da força, do que na sua deflagração propriamente dita, que a criminalidade se organiza e é, portanto, capaz de se reproduzir. A violência é, sem dúvida, um dos componentes mais relevantes para a reprodução das relações de poder no âmbito das *facções* do tráfico de drogas, mas o seu emprego não é indiscriminado. Mesmo as assimetrias de poder e as práticas de subjugação pela força precisam de algum modo dialogar com a ética do *Crime* e até as mais cruéis atitudes podem ser expressas nos termos da moralidade criminal, o que vi sempre depender do encaixe entre os mandamentos gerais e a situação específica” (GRILLO, 2014, p.363).

Assim, podemos ver que a ordem da sociabilidade violenta – requalificada de socialidade criminal – consiste de uma das expressões possíveis da criatividade das margens enquanto produtora de formas alternativas de organização social cujas regras tem sua condição de possibilidade não na ausência, mas na atuação positiva do Estado – sobretudo, nesse caso, através da instituição policial. Essa configuração, portanto, nos aproxima ainda de outra acepção da noção de margens – a que é extraída da ideia de “exceção”; exceção entendida não como estados nitidamente delimitados, mas atravessado exatamente pela imbricação entre o legal e o ilegal, cujas fronteiras mostram-se turvas e nebulosas em função da positividade através da qual o Estado coproduz diretamente territórios e formas de vida hegemonicamente entendidos como na sua margem porque *fora* do alcance dos seus dispositivos, regulamentos e protocolos.

Nesse sentido, podemos entender bandidos e policiais como personagens que (cada qual a seu modo) encarnam a ambiguidade inerente aos estados de exceção, que, vale lembrar, “não podem ser entendidos em termos da lei e da transgressão, mas antes em termos de práticas que residem simultaneamente dentro e fora da lei” (DAS e POOLE, 2004, p.15) através de configurações específicas. Tais personagens e figuras, que podem aparecer de diferentes formas, “representam simultaneamente o desvanecimento da jurisdição estatal e a sua contínua refundação através da sua (não tão mítica) apropriação pela violência e pela

justiça privadas” (idem, p.14). Não por acaso, Cano *et. all.* (2012), ainda numa fase inicial do experimento das UPPs, sugerem a expressão “donos do morro” para designar os policiais integrantes do projeto de “pacificação”.

Para finalizar essa seção, gostaria de tecer apenas mais alguns comentários. Em primeiro lugar, destacar que as “mercadorias políticas”, enquanto mediações das relações entre policiais e bandidos, dão lugar a acordos muito tênues e frágeis que recorrentemente deságuam em confrontos armados entre as forças de segurança do Estado e as das facções criminosas que conformam, do pontos de vista dos moradores dos espaços de favela da cidade, um fogo cruzado e uma espécie de convivência que define um dos aspectos de uma “vida sob cerco”. Nesse sentido, embora Machado enfatize corretamente que a ordem da sociabilidade violenta (ou da socialidade criminal) não se constitui *por referência à* ordem institucional-legal e que ambas as ordens, coexistindo no espaço urbano, são marcos orientadores da conduta igualmente válidos do pontos de vista empírico, parece fora de dúvida que, para além da contiguidade, haja confronto armado direto entre bandidos e policiais em torno das mais variadas disputas – envolvendo desde as “mercadorias políticas” até pautas diretamente informadas pela “opinião pública”; para além disso, com o advento das UPPs, ao menos numa primeira fase, observa-se disputas territoriais e locais em torno de diversos itens e aspectos da sociabilidade local – o que reconfigura – e não derruba – o cerco anteriormente vivido pelos moradores das áreas em questão.

Esse cerco, portanto, é operado simultaneamente pelas instituições de segurança pública (com destaque para a instituição policial – civil e militar), pela ordem social da socialidade criminal e pela linguagem da “violência urbana” que delega àquelas instituições o “trabalho sujo” de evitação dos contatos ordinários com aqueles que são construídos imagetivamente como o “Outro” da urbanidade civilizada – o que, como vimos, obriga os moradores das favelas a um esforço prévio de “limpeza simbólica” sempre que se tem de apresentar em espaços públicos (de trabalho, lazer etc.).

“Em outras palavras, na atualidade o medo produz expectativas e demandas de segurança *contra* e não *com* os outros – levando a polícia a funcionar como verdadeiro dispositivo de confinamento. Dos aparelhos de segurança não se espera mais a regulação das relações de classe, e sim a evitação de encontros entre desconhecidos por meio de repressão livre de restrições, cotidiana e generalizada. A função da polícia passa a ser vista pelas camadas mais abastadas como um muro de contenção ao intercâmbio entre indivíduos e maneiras de viver, em vez de ser um meio orgânico de sua regulação” (MACHADO DA SILVA, 2008, p.14 – grifos do autor).

Acredito que Machado acerta em cheio ao identificar na atuação policial a operação de uma lógica anterior e superior da qual ela é o instrumento; adicionaria, além do aspecto de evitação dos contatos na cidade – do que a segregação analisada por Caldeira (2000) é o reverso complementar –, o papel que as instituições de segurança tem na manutenção de um dos elos de uma cadeia transnacional do que Foucault chamou de “ilegalismos dominantes”, nutrindo assim circuitos de lucro e de poder dos quais são protagonistas grupos e atores que estão muito distantes da realidade local das favelas e periferias urbanas.

3.3.2 As configurações das UPPs

3.3.2.1 Dados e representações oficiais sobre a “pacificação”

Com sua primeira unidade inaugurada na favela Santa Marta em fins de 2008, o projeto das UPPs logo projetaram-se na arena pública como uma inovadora política de segurança pública; o entusiasmo inicial com a “nova política” foi um dos aspectos da expansão das unidades ao longo de determinados territórios da cidade, no interior de uma conjuntura histórica marcada pelos chamados “megaventos”, com todos os impactos que significaram para a gestão política e econômica da cidade (LA BARRE, 2013; MAGALHÃES, 2013; RIBEIRO e JUNIOR, 2013; BRUM, 2013; dentre muitos outros).

Tabela 1 - Datas de instalação das 38 UPPs existentes

Nº.	Unidade de Polícia Pacificadora	Data de instalação
1	Santa Marta	19/12/2008
2	Cidade de Deus	16/02/2009
3	Jardim Batan	18/02/2009
4	Babilônia/Chapéu-Mangueira	10/06/2009
5	Cantagalo/Pavão-Pavãozinho	23/12/2009
6	Tabajaras/Cabritos	14/01/2010
7	Providência	26/04/2010

8	Borel	07/06/2010
9	Formiga	01/07/2010
10	Andaraí	28/07/2010
11	Salgueiro	17/09/2010
12	Turano	30/09/2010
13	Macacos	30/11/2010
14	São João/Matriz/Queto	31/01/2011
15	Coroa/Fallet/Fogueteiro	25/02/2011
16	Escondidinho/Prazeres	25/02/2011
17	São Carlos	17/05/2011
18	Mangueira/Tuiuti*	03/11/2011
19	Vidigal/Chácara do Céu	18/01/2012
20	Nova Brasília	18/04/2012
21	Adeus/Baiana	11/05/2012
22	Alemão	30/05/2012
23	Fé/Sereno	27/06/2012
24	Chatuba	27/06/2012
25	Vila Cruzeiro	28/08/2012
26	Parque Proletário	28/08/2012
27	Rocinha	20/09/2012
28	Manguinhos	16/01/2013
29	Barreira e Tuiuti*	12/04/2013
30	Lins	02/12/2013
31	Jacarezinho	16/01/2013
32	Fazendinha	18/04/2012
33	Cerro-Corá	03/06/2013
34	Arará/Mandela	06/09/2013
35	Caju	12/04/2013
36	Camarista Méier	02/10/2013
37	Mangueirinha	07/02/2014
38	Vila Kennedy	23/05/2014**

Fonte: Site Oficial das UPPs (cf. <http://www.upprj.com/>).

* A localidade do Tuiuti fazia parte da “UPP Mangueira/Tuiuti”, passando a ser abarcada pela “UPP Barreira e Tuiuti” quando da inauguração desta unidade.

** No site oficial da UPP não há a informação da data de inauguração desta UPP, mas diferentes notícias jornalísticas divulgam o 23/05/2014 como a data correta¹⁰⁸.

Como sublinha Leite (2014, p.626, grifos da autora), o “*programa estadual de pacificação de favelas (...)* foi sendo criado *ad hoc*”; quer dizer, não obedeceu a um plano pré-definido e previamente desenhado, mas avançou de maneira pragmática e experimental, com baixo grau de institucionalização e normatização legal. Basta ver que o decreto 42.787 de 06 de janeiro de 2011, único a avançar mais concretamente na determinação jurídica do *modus operandi* das UPPs, foi promulgado quando o “projeto de pacificação” já somava 13 (treze) unidades; por esse motivo, referimo-nos às UPPs como um “experimento” e não como uma política pública (seguindo a sugestão de Rodrigues e Siqueira, 2012, p.13).

Ao longo dessa fase inicial, que estende-se de 2008 até mais ou menos 2015, se foi construindo um discurso em torno do experimento das UPPs cujas difusão e propagação encontramos, grosso modo, nos grandes meios de comunicação, na legislação que a ele se refere e nos pronunciamentos de seus porta-vozes oficiais.

De acordo com essa (espécie de) ideologia dominante, a força policial é o carro-chefe da “integração” da cidade, num movimento (virtuoso e inexorável) de absorção, por parte do “asfalto” ou das instituições da “cidade formal”, de amplas parcelas do solo urbano historicamente marcados pela violência e definidos pela ausência. Nesta retórica, assume protagonismo 2 elementos. Por um lado, a promessa de expansão (qualitativa e quantitativa) de serviços públicos e privados nas áreas faveladas e de “desenvolvimento social e econômico de comunidades”¹⁰⁹ antes “degradadas” do ponto de vista urbanístico e social. E, por outro,

¹⁰⁸ Cf. <http://noticias.terra.com.br/brasil/policia/rj-governo-inaugura-38-upp-na-vila-kennedy,191070a0e2a26410VgnVCM300009af154d0RCRD.html>; <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/05/upp-da-vila-kennedy-e-inaugurada-nesta-sexta-na-zona-oeste-do-rio.html>; <https://www.youtube.com/watch?v=qQT2I8mLrOo>; <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-05-23/upp-da-vila-kennedy-e-inaugurada.html>; <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2014/05/23/upp-da-vila-kennedy-e-inaugurada-em-bangu/>. Últimos acessos em 07/07/2014.

¹⁰⁹ Cf. http://www.upprj.com/index.php/o_que_e_upp. Último acesso em 06 de março de 2018. Em alguns casos, que não analisaremos aqui, o processo de “pacificação” leva à gentrificação das áreas afetadas. O termo remete ao texto seminal de Ruth Glass, *London: aspects of change* (1964), e paulatinamente dominou grande parte dos estudos urbanos que tratam de processos de transformação urbana que envolvem certo tipo de “exclusão social”. Para uma construção positiva da gentrificação como “renovação urbana”, ver série do jornal “O Globo” (<https://oglobo.globo.com/rio/cidade-em-transe-10548832> - último acesso em 06 de março de 2018). Para uma

uma fala que, estimulando a “formalização” e expansão de negócios e empreendimentos comerciais, expressa vivamente o “empreendedorismo como ideologia” (DIAS e WETZEL, 2010) ou, dito de outro modo, o “par empregabilidade/empreendedorismo” como estratégia de “convencimento ideológico” (MACHADO DA SILVA, 2002b) no contexto de gestação e difusão de um “novo espírito do capitalismo” (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009). E, neste movimento de “anexação” de um “território inimigo” por parte das “forças da ordem”¹¹⁰, as favelas são retratadas como enfim abertas à visita pública por parte de turistas nacionais e estrangeiros¹¹¹.

Para se ter ideia da formulação oficial deste discurso, vale conferir um pequeno texto presente no link “informações” relativo à “UPP Santa Marta”, no sítio eletrônico da UPP:

“Inaugurada em 19 de dezembro de 2008, em Botafogo, na Zona Sul do Rio, a UPP Santa Marta foi a primeira experiência da política de aproximação entre polícia e comunidade idealizada pela Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro. Tida como unidade-modelo, o Santa Marta, que já foi dominado pelo tráfico de drogas, hoje tornou-se um dos pontos turísticos mais visitados do Rio. A região tem um contingente de 123 policiais militares, comandados pelo Capitão Marcio Almeida Rocha. A área é coberta pelo 2º BPM (Batalhão da Polícia Militar). Com 53.706 m² e cerca de 4 mil moradores, a comunidade do Santa Marta colhe os frutos da pacificação, medida que trouxe segurança para moradores e visitantes. Graças à implantação de uma Unidade de Polícia Pacificadora no local foi possível a legalização de serviços essenciais como água, luz, e até TV a cabo, além da formalização do comércio existente. Junto com estes avanços vieram diversas atividades e eventos que antes eram impossíveis de acontecer. Atualmente, a

crítica da gentrificação enquanto ideologia e uma reconstrução do seu histórico enquanto fenômeno urbano, ver Smith (2012); para uma alternativa teórica, ver Pereira (2014). Para uma tentativa de análise da gentrificação a partir da favela Santa Marta, ver Ost e Fleury (2013) e Fleury (2012). Embora a “gentrificação” não tenha sido o objetivo declarado do experimento das UPPs, um de seus efeitos, em determinados locais da cidade, tem sido este. Para um relato jornalístico a partir da favela do Vidigal, ver <http://oglobo.globo.com/rio/vidigal-passa-por-febre-de-expansao-imobiliaria-4953902> - último acesso em 06 de março de 2018.

¹¹⁰ Exemplar desta percepção acerca das favelas é o trecho de artigo publicado (em 1996) no *Jornal do Brasil* pela política Sandra Cavalcanti, que atuou à frente da coordenação de Serviço Social do governo Carlos Lacerda; para ela, “a única solução que existe para se recuperar um território que está em poder do inimigo é iniciar uma ação bélica. Trata-se de pôr em prática uma tática de guerra, com a ocupação, ostensiva e poderosa, de todo o território a ser conquistado. Ocupada militarmente a área reconquistada, os moradores devem ser ajudados a sair dali, pois o território reconquistado vai ser liberado da presença do crime. Vai ser reflorestado, se for o caso. Ou vai servir para uma escola, para um posto de saúde ou para uma delegacia. Enfim, vai ter uma destinação pública e social. Ao reassentar os moradores em suas novas residências, o poder público deve cuidar para que eles possam ter, daí em diante, a mesma qualidade de vida de qualquer cidadão carioca, livre de quadrilhas e de chefes de gangues” (CAVALCANTI *apud* RIBEIRO e LAGO, 1999).

¹¹¹ Como lembram Rodrigues e Siqueira (2012, p.12), “essa perspectiva trata a UPP como uma espécie de condição básica para o desenvolvimento das demais frentes de intervenção governamental para a gestão local dessas áreas da cidade. Uma propaganda institucional, veiculada pela televisão, da época da expansão das UPPs, mostrava um carro de polícia subindo uma favela carioca. Ao estacionar, a porta da mala da viatura era aberta e de lá saíam pessoas vestidas como médicos, engenheiros, professores etc. A mensagem desse comercial era que a segurança é a porta de entrada para a cidadania”.

comunidade recebe a visita diária de dezenas de turistas, contando com inúmeras atrações e pontos turísticos, como o Plano Inclinado (elevador que percorre toda a extensão da favela e atrai muitos visitantes), a Laje Michel Jackson (local onde o cantor gravou parte do clipe "*They don't care about us*" e acabou virando atração turística e palco de frequentes eventos) e o Mirante do Pedrão (local com uma linda vista para o Pão de Açúcar e a Enseada de Botafogo). Já na área esportiva, o Santa Marta oferece ambiente ideal para a prática do Downhill e Trilhas¹¹².

Nesta pequena descrição, encontramos um corte profundo na história social, econômica e política da favela Santa Marta, um antes e depois protagonizado de fio a pavio pela força policial; nela, é possível observar alguns dos elementos de um discurso que vem formando um certo consenso social (oficial e publicamente propellido) a respeito do significado das UPPs, a despeito das variadas notícias envolvendo corrupção e violência policiais em áreas de UPP. No sítio eletrônico, a “UPP Santa Marta” (“unidade modelo”) aparece como o agente de uma “política de aproximação entre polícia e comunidade” que, ao por fim ao domínio do “tráfico de drogas”, inicia um profundo processo de “legalização de serviços essenciais como água, luz, e até TV a cabo” e de “formalização do comércio existente”, o que elevou a “comunidade” ao patamar de “um dos pontos turísticos mais visitados do Rio”.

O mesmo tipo de enquadramento encontramos naquele decreto 42.787, de 06 de janeiro de 2011, que “dispõe sobre a implantação, estrutura, atuação e funcionamento das unidades de polícia pacificadora (UPP) no estado do Rio de Janeiro e dá outras providências”. No primeiro dos seus “considerandos”, afirma-se que o decreto propõe-se a preencher “a necessidade de regulamentar a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), visando dotá-las de estruturas e procedimentos padronizados para o desenvolvimento de suas atividades, conforme estabelece o Decreto nº 41.650, de 21 de janeiro de 2009”¹¹³; este decreto 41.650/09, no seu art. 1º, apenas “cria” a UPP: “fica criada, na estrutura da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro – PMERJ, subordinada ao Comando do Estado Maior, a Unidade de Polícia Pacificadora – UPP, *para a execução de ações especiais concernentes à pacificação e manutenção da ordem pública nas comunidades carentes* (os grifos são meus)”¹¹⁴. O decreto 42.787/11, por sua vez, estabelece, no seu art. 1º, que “as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), criadas para a execução de ações especiais concernentes à

¹¹² Disponível em: <http://www.upprj.com/index.php/informacao/informacao-interna/Santa%20Marta> (Último acesso em 06 de março de 2018).

¹¹³ Decreto disponível em: http://www.normasbrasil.com.br/norma/decreto-42787-2011-rj_158962.html; último acesso em 06 de março de 2018.

¹¹⁴ Disponível em: http://solatellie.com/cfap/html6/decreto41650_21-01-2009.html; último acesso em 06 de março de 2018.

pacificação e à preservação da ordem pública, destinam-se a aplicar a filosofia de polícia de proximidade nas áreas designadas para sua atuação”; o parágrafo primeiro deste artigo busca qualificar a ideia de “comunidade carente” ao afirmar que

“são áreas potencialmente contempláveis por UPP, consoante critérios estabelecidos pela Secretaria de Estado de Segurança, aquelas compreendidas por comunidades pobres, com baixa institucionalidade e alto grau de informalidade, em que a instalação oportunista de grupos criminosos ostensivamente armados afronta o Estado Democrático de Direito”.

O referido decreto, no §2º do art. 1º, ainda estabelece como sendo “os objetivos das UPP: a) consolidar o controle estatal sobre comunidades sob forte influência da criminalidade ostensivamente armada; e b) devolver à população local a paz e a tranquilidade públicas necessárias ao exercício da cidadania plena que garanta o desenvolvimento tanto social quanto econômico”. O art. 2º do decreto determina que o “programa de pacificação, por meio da implantação de UPP, deverá ser realizado nessas comunidades em quatro etapas”, quais sejam, “intervenção tática”, “estabilização”, “implantação da UPP” e “avaliação e monitoramento”. Na primeira, “são deflagradas ações táticas” com homens do Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (BOPE/PMERJ) e do Batalhão de Polícia de Choque da PMERJ (BPChoque); aqui, o objetivo é recuperar “o controle estatal sobre áreas ilegalmente subjugadas por grupos criminosos ostensivamente armados”; na segunda etapa, “são intercaladas ações de intervenção tática e ações de cerco da área delimitada”; sobre a terceira etapa, o texto oficial declara (inciso III do art. 2º; grifos meus):

“Ocorre quando policiais militares especialmente capacitados para o exercício da *polícia de proximidade* chegam definitivamente à comunidade contemplada pelo programa de pacificação, *preparando-a para a chegada de outros serviços públicos e privados que possibilitem sua reintegração à sociedade democrática*. Para tanto, a UPP contará com efetivo e condições de trabalho necessários ao adequado cumprimento de sua missão”.

Sobre a quarta fase, diz-se que “tanto as ações de polícia pacificadora, quanto as de outros atores prestadores de serviços públicos e privados nas comunidades contempladas com UPP passam a ser avaliados sistematicamente com foco nos objetivos, sempre no intuito do aprimoramento do programa”.

Num momento que podemos nomear de “pré-intervenção tática”, o governo divulga com antecedência a ocupação policial da área que receberá uma UPP com o intuito de evitar o confronto armado. No site oficial das UPPs, diz-se que a “prioridade do governo é a preservação de vidas e liberdades dos moradores. Por isso as operações são divulgadas

previamente, de modo a reduzir o risco de conflitos armados no momento da ocupação policial”¹¹⁵.

O artigo 3º do decreto 42.787/11 “cria” a Coordenadoria de Polícia Pacificadora (CPP) em substituição ao Comando de Policiamento Comunitário (CPCoM) e estabelece que o seu Coordenador Geral deverá “realizar as articulações necessárias junto ao Comitê Estadual designado pelo Governador do Estado, visando melhor atender as demandas por segurança pública das comunidades contempladas, no intuito de propiciar a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos locais”. O inciso I do parágrafo único do art.10º, por sua vez, determina que o Instituto de Segurança Pública (ISP) produzirá “no prazo de até sessenta (60) dias, a contar da data de publicação deste decreto, o Programa de Polícia Pacificadora (PPP), onde deverá constar, dentre outros tópicos, seus objetivos, conceitos, estratégias, indicadores e metodologia de avaliação”¹¹⁶.

Pouco mais de dois anos depois da promulgação deste decreto, em 26 de abril de 2013, o Governo do Estado publica o decreto nº 44.177, que dá nova redação ao decreto 42.787/11. No entanto, há mudanças apenas no que tange às gratificações dos policiais lotados nas unidades de polícia pacificadora e a inclusão de uma alínea no §2º (que delimita os “objetivos das UPP”) do art. 2º, qual seja, a “c) aplicar instrumentos mais céleres, eficazes e plurais à resolução e ao encaminhamento de ocorrências, com ênfase na mediação e na destinação de tratamento diferenciado aos delitos de pequena monta”.¹¹⁷

No sítio eletrônico oficial das UPPs, no link “Histórico”, encontramos a versão oficial para o início do “projeto da pacificação”, que encontra na Colômbia seus primórdios:

“Inspirado numa experiência bem-sucedida na área de Segurança Pública em Medellín, na Colômbia, o programa do Governo do Estado do Rio de Janeiro, que deu origem às UPPs, começou a funcionar em 19 de dezembro de 2008, quando foi instalada a primeira Unidade de Polícia Pacificadora, no Morro Santa Marta, no bairro de Botafogo, na Zona Sul”.

Já no link “O que é?”, encontramos a definição oficial, agora traduzida para o público em geral, acerca do significado e dos objetivos do “programa da pacificação”; nesse link, afirma-se o seguinte:

¹¹⁵ Disponível em http://www.upprj.com/index.php/o_que_e_upp (último acesso em 07/07/2014). Como destacam Rodrigues e Siqueira (2012; p.16), “a ação policial que precede a implantação de uma UPP se baseia, por sua vez, em evitar o confronto, agregando-se, até mesmo, às estratégias de ação oportunidade da fuga e a permanência relativamente pacífica daquelas pessoas que tenham algum tipo de ligação com o tráfico, mas que não tenham nenhuma anotação criminal ou judicial por essa atividade”.

¹¹⁶ Até hoje, no entanto, não foi publicado o Programa de Polícia Pacificadora a que se refere o decreto.

¹¹⁷ Disponível em: http://www.amerioderjaneiro.com.br/PDF/decreto_UPPS.pdf; último acesso em 07/07/2014.

“As UPPs trabalham com os princípios da polícia de proximidade, um conceito que vai além da polícia comunitária e que tem sua estratégia fundamentada na parceria entre a população e as instituições da área de segurança pública. A atuação da polícia pacificadora, pautada pelo diálogo e pelo respeito à cultura e às características de cada comunidade, aumenta a interlocução e favorece o surgimento de lideranças comunitárias. O programa das UPPs engloba parcerias entre os governos – municipal, estadual e federal – e diferentes atores da sociedade civil. Projetos educacionais, culturais, esportivos, de inserção social e profissional, além de outros voltados à melhoria da infraestrutura, estão sendo realizados nas comunidades por meio de convênios e parcerias firmados entre segmentos do poder público, da iniciativa privada e do terceiro setor”.

Ainda neste link, divulga-se que, depois da instalação das UPPs nas comunidades, houve uma profunda redução nos índices de criminalidade, de modo que as ocorrências policiais mais frequentes passaram a ser “relacionadas à perturbação da ordem (briga entre vizinhos, barulho, entre outras) e à violência doméstica”; e continua: “antes, as pessoas sequer reconheciam seu direito de reclamar, de ter os seus direitos respeitados”. E colocando as UPPs como carro-chefe de um processo maior de integração da cidade, o texto avança, afirmando que

“a presença ininterrupta da polícia tem sido essencial para que as comunidades se integrem ao restante da cidade formal. Hoje, muitas comunidades pacificadas recebem investimentos privados, têm agências bancárias, TV a cabo por preços acessíveis e serviços públicos essenciais que, antes, não chegavam por causa da violência (...) O Estado está chegando com oferta de crédito, cursos, parcerias”.

Dentre os processos virtuosos derivados da “presença ininterrupta da polícia” nas “comunidades” (que tem por efeito duplo a “queda nos índices de criminalidade e o “aumento da sensação de segurança”), o texto eletrônico expõe um novo momento da cidade do Rio de Janeiro em geral:

“Com a queda dos índices de criminalidade e o aumento da sensação de segurança, o Rio experimenta uma onda de valorização imobiliária e um aumento na oferta de produtos e serviços nos bairros onde se inserem as comunidades pacificadas, que começam a acompanhar a mesma onda de desenvolvimento”.

Reconhecendo que “muito ainda há a fazer” e que o “processo de pacificação” está em curso, precisando ainda do reforço de mais iniciativas para consolidar-se mais profundamente, o texto termina da seguinte forma:

“Apesar das 37 UPPs já implantadas; da prisão de várias lideranças do tráfico; da apreensão de um verdadeiro arsenal de armamentos sofisticados e toneladas de vários tipos de drogas; da remoção dos líderes do tráfico para prisões de segurança máxima, longe do Rio de Janeiro; ainda há muita coisa a ser feita. Ações sociais, de saúde e educação, criação de empregos, saneamento e urbanização, tanto do poder público quanto da iniciativa privada, são imprescindíveis para a consolidação da nova situação que essas comunidades estão vivendo, garantindo-lhes a sustentabilidade”.

Também no site oficial, no link “AS UPPS”, encontramos um vídeo institucional (de 16min e 8s de duração) dividido em seis diferentes seções – 1) “Rio de Janeiro, tempo de paz”; 2) “Formação das Favelas Cariocas”; 3) “Criminalidade e Terror”; 4) “Pacificação”; 5) “UPP – Unidade de Polícia Pacificadora”; 6) “UPP – Veio para Ficar”. Na sexta seção, o locutor declara: “as UPPs marcam o início da

pacificação nas comunidades, viabilizando a entrada de serviços como saúde, educação, água, saneamento, coleta de lixo, iluminação pública e sinal de tevê”.

Ainda naquela seção, podemos ver o então Secretário de Segurança Pública, José Mariano Beltrame, afirmar que

“para as UPPs, nós fizemos um diagnóstico mais ou menos de dezesseis a dezoito meses do Rio de Janeiro e se percebe nitidamente uma cidade partida. Você tem pontos aonde o Estado não está (...) O que vai resolver o problema da segurança pública é o atendimento de demandas sociais, quanto mais demanda social atendida eu tiver, menos polícia eu vou precisar (...) O que nós estamos fazendo aqui nada mais é... é buscar, permitir atender as pessoas que estão aqui como as que estão lá embaixo. Que antes existia um discurso cínico do Estado dizendo “eu não posso botar uma professora lá no Vidigal porque o tráfico não deixa, eu não posso botar uma creche porque o tráfico não deixa, eu vou ter que pedir licença”; então, agora, isso não existe mais, então agora faça. As pessoas precisam entender que a UPP é o elo de uma corrente. Outras coisas tem que ser feitas. Nós não podemos espalhar as UPPs pela cidade e achar que o problema de segurança pública está resolvido”.

Também naquela seção, o então comandante geral das UPPs, Coronel Paulo Henrique de Moraes, afirma que

“É como se nós abrissemos porta, né? Para que de fato cheguem todos os recursos, todos os projetos, todas as iniciativas necessárias para efetivamente fazer a mudança de vida dessas pessoas. Que a gente possa fazer chegar a elas condições de saúde, de moradia, de educação, de limpeza e tudo o mais que elas precisam para conseguir a sua evolução como pessoas e que possam ter uma perspectiva de um futuro melhor”.

Também no link “Perguntas Frequentes” do site oficial das UPPs, encontramos elementos interessantes desta perspectiva oficial; lá, na pergunta “A UPP integra comunidade com o asfalto? De que forma?”, figura a seguinte resposta:

“Territórios de exclusão há mais de 40 anos, as UPPs acabaram com o conceito de “Cidade Partida” e passaram a integrar as áreas pacificadas à cidade. Libertadas dos domínios do tráfico e da milícia, as comunidades passaram a receber visitas de moradores do próprio bairro que não se arriscavam a entrar nas áreas controladas por criminosos e até de turistas de outros estados do Brasil e do mundo. As áreas pacificadas se transformaram em pontos turísticos e constam nas agendas de roteiros das agências de viagens e dos guias turísticos”.

Como se pode ver, as favelas são apresentadas como “comunidades” marcadas e definidas pela “pobreza”, pela “baixa institucionalidade”, pela “ilegalidade”, pelo alto grau de “informalidade”, pela “desordem” e pela “carência”. Nesse cenário, a força do Estado, enfim capaz de inaugurar a “reintegração” de uma cidade antes “partida”, seria a instituição policial, ou melhor, a “presença continuada da polícia”, que, aplicando os “princípios da polícia de proximidade”, conseguiria “devolver a paz à população local”, reduzir os “índices de criminalidade” e, com isso, promover um processo de expansão (quantitativa e qualitativa) de serviços (públicos e privados), “legalizando-os”, de “formalização” e expansão de empreendimentos comerciais (de “desenvolvimento econômico”, enfim), de formação de “novas lideranças comunitárias” e de desenvolvimento de um amplo leque de “projetos sociais” (nas áreas da educação, da saúde, do meio ambiente etc.).

Como traço decisivo desse discurso, encontramos a retórica tanto da formalização dos negócios existentes quanto da construção de novos empreendimentos, assim como da “entrada” de serviços e empresas rotineiras na “cidade formal”; é essa perspectiva que informa a atuação de agências específicas do poder público, como por exemplo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)¹¹⁸, a Agência Estadual de Fomento (AgeRio)¹¹⁹ e o Empresa Bacana, do IPP (Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos da Prefeitura do Rio de Janeiro) – todas elas com ações voltadas diretamente para as favelas “pacificadas”.

Há uma enormidade de notícias de jornais e sites de notícias que argumentam que “o programa de pacificação da cidade” rompeu com a “cidade partida”, convertendo as “comunidades” (antes “redutos da criminalidade violenta”) em áreas com negócios promissores (sobretudo do ramo gastronômico), o que as converte em “pontos turísticos” cobiçados por estrangeiros.

Exemplar desse movimento é a matéria do jornal *O Globo* de 09/12/2013 – portanto num momento em que o experimento das UPPs ainda gozava de certo consenso na opinião pública dominante enquanto um projeto redentor de segurança pública. Na matéria¹²⁰, o presidente da AgeRio, José Domingos Vargas, estima que, desde a inauguração da primeira UPP, “o empreendedorismo (conceito que abrange a abertura de empreendimentos ou ampliação dos já existentes) cresceu entre 25% e 30% nas áreas com UPPs”. A matéria alega, ainda, que a “legalização é maior onde tem UPP”, informa que os créditos oferecidos pela agência de fomento variam de R\$ 15 mil a R\$ 300 mil, com juros de 3% ao ano e possibilidade de começar a pagar em até 24 meses e estabelece a “saída da informalidade” como “grande desafio”, pois a “formalização” nas “comunidades pacificadas” é ainda muito “tímida”. Nesta matéria, o diretor-superintendente do Sebrae-RJ afirma que “*a UPP é uma revolução. Hoje, ao entrarmos em uma comunidade recém-pacificada, já temos demanda*”. E, finalmente, a matéria informa que, “segundo a UPP Social, dos 2.161 microempresários de

¹¹⁸ Para uma análise da instituição, cf. Dias (2012).

¹¹⁹ A AgeRio é uma instituição financeira do governo do Estado que apoia iniciativas e projetos econômicos e repassa linhas de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES); organizou, em fins de 2013, o “Prêmio Empreendedor da Comunidade”, em que “premiou os 13 negócios financiados pelo seu Programa de Microcrédito que mais se destacaram ao longo do ano dentro das comunidades pacificadas do Rio de Janeiro”. Disponível em:

<http://www.sidneyrezende.com/noticia/221073+premio+empreendedor+da+comunidade+vidigal+leva+a+melhor> – último acesso em 09 de março de 2018. Para mais informações, vide: <http://www.agerio.com.br>.

¹²⁰ Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020131209> (último acesso em 06 de março de 2018).

favelas que tiraram seu CNPJ com a ajuda do Projeto Bacana, 1.761 estão nessas áreas [de favelas]”. Na seção opinião d’*O Globo* de 11/12/2013, José Domingos Vargas afirma que

“até o fim de 2013 atenderemos a dois mil empreendedores. Em 2014, chegaremos à marca dos sete mil e, até 2018, nossa meta é ter 20 mil empreendedores apoiados permanentemente pelo Programa de Microcrédito produtivo da AgeRio”¹²¹.

Como se vê, a retórica que tem no *mercado* o seu eixo articulador assume papel central no discurso que enxerga na “pacificação” um projeto de integração de uma “cidade partida” entre áreas dominadas pelo Estado e áreas das quais a legalidade pública está ausente. É essa retórica que encontramos, por exemplo, no entendimento das favelas na chave da “oportunidade” (PASTUKI *et alii*, 2012) ou, dito de outro modo, enquanto constituindo um “formidável laboratório da nova economia popular” (MEIRELLES e ATHAYDE, 2014).

Nesses enquadramentos, o experimento das UPPs surge como momento privilegiado para a formulação de estratégias e políticas (públicas e/ou privadas) voltadas para o aprofundamento de uma lógica mercantil que o extrapola. De acordo com estas perspectivas, as favelas, antes “excluídas”, serão “incluídas” através do “desenvolvimento local” operado a partir – sobretudo – da “promoção da prática do empreendedorismo” (PASTUKI *et alii*, 2012; LA ROCQUE, 2012, 2013a, 2013b), o que é facilitado enormemente pelo término, proporcionado pelas UPPs, de uma “vida atormentada pela guerra” (MEIRELLES e ATHAYDE, 2014, p.58). Subjacente à essa retórica, encontramos uma lógica que enxerga na “base da pirâmide” um “lado brilhante” capaz de presidir uma grande onda de desenvolvimento econômico sustentável e que pode ser encontrada em “estado puro” na obra de autores como C. K. Prahalad, com o seu *A riqueza na base da pirâmide – Como erradicar a pobreza com o lucro*, e Hernando de Soto, com o seu *O mistério do capital – por que o capitalismo dá certo nos países desenvolvidos e fracassa no resto do mundo*¹²².

Em todo caso, estamos em face de modulações de um discurso que lê o fenômeno das favelas sob a chave – homogeneizante – da ilegalidade e da ausência de instâncias e agências do Estado em função do domínio territorial armado de grupos criminosos que se articulam e prosperam *contra o Estado* e na exata medida da sua *ausência e/ou ineficiência*. Como venho argumentando, entretanto, esse discurso é parte estruturante do que diz descrever, definindo a realidade das favelas a partir da *desordem* resultante da *ausência do público* e, com isso,

¹²¹ Cf.: <http://oglobo.globo.com/opiniaio/upp-bom-negocio-11030706> (último acesso em 06 de março de 2018).

¹²² Análise a perspectiva de De Soto enquanto exemplar de uma leitura do “informal” como “solução” na terceira seção do capítulo IV. Em Rodrigues (2016), análise o programa UPP Social à luz da experiência do Serfha (discutido na seção anterior dessa tese), indicando que sua transformação em Rio+Social obedeceu à adesão a uma lógica da “integração” através do “mercado”.

ocultando a positividade através da qual agências e agentes estatais coproduzem aquela realidade através da contínua refundação de uma ordem cotidiana permanentemente ocultada pela imagem oficial da desordem. É esse, portanto, mais um capítulo – contemporâneo – na história social das favelas enquanto *margens* do Estado.

Construídos em diálogo crítico contra esse pano de fundo discursivo que lê as favelas pelo signo da falta e da ausência e enxerga no projeto da “pacificação” um vetor estrutural de integração da cidade, apresento nas duas seções a seguir dois casos que nos permitem pensar para além da visão oficial em torno das UPPs.

3.3.2.2 Um cerco reconfigurado e o declínio do projeto das UPPs

Início esta subseção apresentando um estudo de caso, de cunho etnográfico, que busca compreender como se constitui a teia de inter-relações em torno da organização e realização de “festas” e “eventos” na Quadra do Largo, localizada num espaço central da favela Horizonte, na zona norte da cidade do Rio de Janeiro¹²³. A partir de trabalho de campo e entrevistas em profundidade, realizadas entre 2013 e 2014, portanto em um momento em que as UPPs ainda não tinha iniciado sua decadência enquanto um experimento em busca de legitimidade e apoio públicos, procuro identificar e discutir as disputas que se desenrolam entre força policial e agentes da socialidade criminal local no que tange à regulação do espaço público; ademais, problematizo a legislação que sustentava a atuação da UPP na temática particular da organização “eventos” e analiso as relações que, quanto a isso, se estabeleciam no rés de chão da favela.

Consciente das limitações que um “estudo de caso”¹²⁴ tem quanto às suas possibilidades de generalização, a exposição sugere que, numa inversão do discurso oficial

¹²³ Com o intuito de preservação das identidades, os nomes da favela, de seus habitantes e de seus espaços são todos fictícios. Versão modificada dessa subseção foi publicada em Rodrigues (2016).

¹²⁴ Sem entrar em mais detalhes acerca do alcance (e do significado implicado na ideia) de um “estudo de caso” (para uma análise, conferir a coletânea organizada por Ragin e Becker [2009]), gostaria apenas de indicar que utilizo o termo “caso” na mesma acepção defendida por Van Velsen (2010) e Gluckman (1980). Aqui, os “casos” são entendidos como eventos sociais conexos e inter-relacionados, que se desenrolam ao longo do tempo entre (aproximadamente) as mesmas pessoas e (primordialmente) no interior de uma mesma área geográfica.

em torno das UPPs, a remodelação da presença continuada da polícia em determinadas áreas de favela da cidade acabou *reconfigurar o cerco* antes vivido por seus moradores, ao invés de extingui-lo, perpetuando as favelas enquanto *margens do Estado*; sugere, ainda, que os agentes da socialidade criminal colocam-se na dinâmica local enquanto agentes que disputam um lugar de produção de regras de uso do espaço público a partir de suas próprias noções acerca do *certo*. Ademais, aceno para o fato amplamente reconhecido da perda de consenso (MENEZES, 2015, p.339) público em torno da legitimidade do projeto das UPPs.

Antes de entrarmos no cerne da questão do estudo de caso, no entanto, cabe alguns rápidos apontamentos acerca da localidade da pesquisa.

A favela Horizonte localiza-se num morro de alta declividade e integra o perímetro de atuação da UPP H (inaugurada no início do primeiro semestre de 2011), que abrange ainda outras cinco áreas de favela reconhecidas pelo Sistema de Assentamentos de Baixa Renda (SABREN), do IPP, de onde extraio os dados aqui utilizados¹²⁵. Essa favela é a mais populosa das abrangidas pela UPP H (abriga, oficialmente, cerca de 2.500 pessoas, embora as estimativas da rede de instituições locais defendam o número de 10 mil habitantes), concentrando (em termos relativos) a atenção de agências do poder público prestadoras de serviços e contando com uma teia associativa interna mais ampla e complexa.

A própria sede da UPP H (que consiste apenas de um conjunto de 4 contêineres e não de uma estrutura de dois ou mais andares, como ocorre em outras UPPs) localiza-se na favela Horizonte, em um de seus locais mais centrais: ao lado da Quadra do Largo (situada logo no início da mais utilizada via de acesso ao interior da favela)¹²⁶. A favela Horizonte ainda se destaca das demais (abarcadas pela UPP H) por possuir uma Associação de Moradores relativamente bem estruturada em termos de infraestrutura física e material¹²⁷ e uma

Nesta perspectiva, os “casos” são apresentados no seu contexto social mais amplo – sem se prestar apenas pontualmente a estratégias mais apressadas de generalização empírica.

¹²⁵ Cf. <http://portalgeo.rio.rj.gov.br/sabren/>; último acesso em 01/06/17. São as definições do Sabren que, de fato, informam a territorialização utilizada pelo projeto das UPPs.

¹²⁶ A partir de 13 de abril de 2014, quando houve um grande evento de lançamento do início das obras de construção da sede da UPP local (com a presença do então prefeito Eduardo Paes e do então governador do Estado Luiz Fernando Pezão, além de outros políticos profissionais), os contêineres não ficaram mais exatamente ao lado da Quadra do Largo (espaço das obras), mas amontoados em frente à creche local, que é também próxima dessa Quadra. O prédio que abriga atualmente a sede da UPP foi finalmente inaugurado no segundo semestre de 2016 e localiza-se ao lado da Quadra, onde ficavam anteriormente os contêineres.

¹²⁷ De acordo com (as três) entrevistas que realizei com a então presidente (que chamaremos de Tamara), com o ex-presidente (que chamaremos de Fernando) e com a ex-vice-presidente (e atual “coordenadora local” de um “projeto social” de Reciclagem) da Associação de Moradores, que chamaremos de Anna, o prédio em que essa

quantidade relativamente grande de “projetos sociais” e grupos organizados internamente, como os (cerca de 4) “bondes” (o termo é local) e grupos de jovens (de diferentes denominações) que organizam festas e “eventos” em diferentes espaços da favela (dentre eles a Quadra do Largo), atuando, pois, como produtores culturais locais¹²⁸. O termo “evento” é localmente utilizado para designar festas produzidas por atores locais (individuais ou coletivos), que geralmente (mas não exclusivamente) ocorrem na Quadra do Largo e podem ou não contar com “atrações” externas (usualmente, bandas e grupos de pagode de variado sucesso no cenário fluminense e nacional). E que acontecem no período noturno, adentrando pela madrugada. Já as demais áreas de favela que fazem parte do perímetro da UPP H ou não têm Associações de Moradores ou as têm há muito pouco tempo, de modo que os setores organizados da favela Horizonte pouco dialogam com aquelas demais áreas.

Ademais, cabe destacar que a favela Horizonte, mesmo após a “pacificação”, na fala de diversos interlocutores, é dividida em duas partes pelo comércio de drogas local, também ele assim dividido (embora parte da mesma facção criminosa). Nessa fala, as partes superior e

associação funciona foi sendo construído aos poucos ao longo dos anos. Hoje, dispõe de 17 amplas salas que são tanto utilizadas para a gestão da associação propriamente dita quanto alugadas para projetos sociais (do chamado “terceiro setor” ou do próprio poder público) ou para atividades comerciais (como padaria, armazém, restaurante etc.). Edmilson, personagem que encontraremos páginas a seguir, entende que Tamara foi “retirada” da presidência da associação no início de 2016 por agentes do tráfico de drogas local, em função de desconfianças sobre sua suposta interlocução excessiva com agentes da UPP local. Atitudes como a de ir a encontros com o capitão da UPP “sem a presença de terceiros” – diz Edmilson – levaram aqueles agentes a indagarem-se sobre sua possível condição de “X-9” (GRILLO, 2013, 2014). A leitura de Edmilson nos leva a considerar que Tamara não soube ler adequadamente as regras de conduta que deviam ser seguidas para dar prosseguimento ao seu trabalho à frente da Associação, o que nos leva à tese de Menezes (2015) segundo a qual as UPPs inauguraram uma nova forma de “vida sob cerco” que pode ser melhor descrita a partir da categoria – proposta pela autora – de “campo minado”. Voltamos a esse ponto na sequência. Todos os nomes de pessoas e instituições são fictícios.

¹²⁸ Além do referido projeto social de Reciclagem (que ocupa uma das salas do prédio da associação de moradores e é financiado pelo instituto social de uma multinacional do ramo alimentício), estão sediados na favela Horizonte um coletivo (que chamaremos de “Coletivo Juventude”, que também ocupa uma daquelas 17 salas) cujo fundador (que chamaremos de Cristian) desenvolve diversos “projetos sociais” (da revitalização de áreas e praças públicas até atividades de dança e informática etc.) desde o início dos anos 2000, uma ONG voltada para ações de sustentabilidade e meio-ambiente (que chamaremos de ONG Florescer), um Grupo de Dança e um coletivo que se pretende de apoio e de aglutinação dos moradores de favela da região (cujo fundador, Fernando, foi presidente da Associação de Moradores por dois mandatos), um coletivo (que chamaremos de Grupo Prev., o qual abriga igualmente aquele projeto de Reciclagem) voltado para ações de prevenção de doenças e promoção da saúde, um Clube dos Homens (grupo de cerca de 20 homens que é responsável pela gestão do espaço de um amplo campo de futebol localizado na parte mais alta da favela), dentre outras iniciativas governamentais (como o projeto Sesi Cidadania, a AgeRio etc.). São as pessoas mais protagonistas destes grupos e que, de diferentes modos, reivindicam para si o papel e o lugar de (e são parcial ou amplamente reconhecidas como) “lideranças comunitárias” que entendemos como agentes de uma “rede local” ou “teia associativa local”.

inferior da favela têm dois “donos” distintos, conformando uma espécie de divisão de mercado e de território. A Quadra do Largo encontra-se na parte inferior, em que se tem o acesso principal à favela. Praticamente todos com os quais já pude conversar sobre esse tópico sabem os nomes dos “donos” de ambas as partes e de quem (embora já presos) partem as regras que devem ali ser por eles seguidas.

3.3.2.2.1 A dinâmica da organização de “eventos” – a atuação da polícia

No início de setembro de 2013, foi anunciada uma série de mudanças de comando nas UPPs: das 34 então existentes, 25 tiveram seus comandantes trocados. Tratou-se de uma “dança das cadeiras” (já que nenhum policial foi excluído do – ou adicionado ao – rol de comandantes de UPPs) que, na realidade, refletia as mudanças, ocorridas um mês antes, tanto no comando da Polícia Militar quanto no cargo de coordenador da Coordenadoria de Polícia Pacificadora (CPP)¹²⁹. Ainda no início daquele mês, eu chego à favela Horizonte para participar de reunião (ou “Café Comunitário”, em termos locais¹³⁰) de apresentação formal do novo comandante da UPP H; a reunião foi divulgada pela presidente (Tamara) da Associação

¹²⁹ Em 06/08/2013, o coronel José Luís Castro Menezes assume o comando da Polícia Militar, em substituição ao coronel Erir Ribeiro. Com a troca de comando da PM, assume a CPP o coronel Paulo Frederico Borges Caldas (até então coordenador de Comunicação Social da PM), em substituição ao coronel Paulo Henrique (ex-comandante do BOPE). O Jornal “O Dia” noticia, em 08/08/2013, que a mudança de direção na CPP obedece ao perfil do novo comandante da Polícia Militar: “Tanto nas conversas reservadas como na escolha dos homens que passam a integrar a cúpula da instituição, o coronel José Luís Castro de Menezes dá sinais de que deseja menos músculo e mais bate-papo. Quer a população como parceira tanto para denunciar os criminosos como no planejamento do policiamento”. Disponível em: <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2013-08-08/coronel-frederico-caldas-assume-comando-das-upps.html> – último acesso em 09 de março de 2018). Desde então, outros três coronéis passaram pelo comando da PM; no atual momento de intervenção federal-militar no Estado do Rio de Janeiro, a linguagem de “mais músculo e menos bate-papo” – demanda coletivamente compartilhada por parte expressiva da população da cidade, como defende Machado da Silva – retornou com a força habitual, com a nomeação, em 06 de março de 2018, do Coronel Luis Claudio Laviano como comandante da PMRJ.

¹³⁰ Usualmente, dá-se o nome de “Cafés Comunitários” a reuniões organizadas e coordenadas pelos comandos das unidades de polícia pacificadora para fins de interlocução com a população abarcada pelo perímetro da UPP em questão; de maneira geral, marcam presença, nestas reuniões, diversos atores políticos locais, dentre os quais gestores públicos, representantes de iniciativas privadas, de ONGs e projetos sociais diversos, lideranças locais, presidentes de associações de moradores, moradores não envolvidos diretamente na vida associativa local, etc.

de Moradores e ocorreu numa das salas de sua sede. A própria chamada do Café¹³¹ já indica um ponto de pauta importante para a coletividade local, qual seja, a questão da organização de “eventos a serem realizados na comunidade.”

Tratava-se da primeira troca de comando pela qual passava a UPP H desde sua inauguração, o que alimentou, dado alguns entraves e gargalos que alguns moradores e lideranças locais identificavam na interlocução com o antigo comandante, esperanças quanto à possibilidade de mudanças nessa relação – sobretudo, mas não exclusivamente, no que tange à delimitação de regras para a organização de eventos no espaço da Quadra do Largo (mas não só lá). Participaram da reunião cerca de 25 pessoas (entre policiais, produtores locais, moradores, lideranças, comerciantes e representantes de agências do poder público municipal, como a Comlurb e a UPP Social) dispostas em cadeiras organizadas na forma de um retângulo, obedecendo ao formato mais geral da sala.

No momento inicial de rodada de apresentações (protagonizado por Tamara¹³²), o capitão afirma que “tô aqui para escutar as demandas, pra ver o que a gente pode fazer para melhorar a vida na comunidade”. Nisso, ele aponta para um gato e um cachorro que dividiam com os demais o espaço da sala e declara: “o ser humano é racional, enquanto o animal não. E se o gato e o cachorro estão convivendo em paz, por que nós também não podemos?”.

A analogia com o mundo animal, na fala do capitão e, depois, de outras lideranças ali presentes, expressa a ideia da necessidade, em termos locais, de uma “mudança de paradigmas” na relação entre moradores de favela e policiais neste novo momento de “pacificação”. Esse discurso da necessidade de um corte com relação ao passado, para se construir uma nova relação assentada em outras bases, foi proferido em diversos momentos da reunião por algumas figuras-chave daquela interação, dentre elas o próprio capitão. Uma liderança local (Cristian), por exemplo, após esta fala do capitão que recorre àquela analogia,

¹³¹ O cartaz de divulgação anunciava: “Associação de Moradores da Favela Horizonte CONVIDA para Café da Manhã Coletivo do Complexo da Favela Horizonte. PAUTA: Apresentação do novo Comandante da UPP a todas as lideranças e representantes dessas comunidades. Iremos conhecê-lo, e nos fazer conhecer. É importante para futuros episódios ou *eventos a serem realizados na Comunidade*” (os grifos em itálico são meus).

¹³² Tamara tem pouco mais de 50 anos e foi presidente da Associação de Moradores de 2008 e 2016. Antes disso, participou de outras gestões como secretária da Associação. À época, atuava em diferentes frentes de trabalho enquanto presidente da Associação (como, mas não só, na interlocução com agências do poder público) e dividia seu tempo como costureira (tendo montado um ateliê em sua casa) e como “cuidadora” (sem carteira assinada e por três noites semanais) de uma rica senhora do bairro em que se localiza a favela Horizonte. Esta senhora tinha inclusive um histórico de “ajudar a favela”, concedendo, determinada quantia de cestas básicas para Associação distribuir entre os moradores.

complementa: “aproveitando a fala sobre a racionalidade, eu enfatizo a necessidade da construção dessa relação de confiança. Que essa confiança vá a cada momento sendo solidificada. Que cada um esteja de fato aberto para essa relação”¹³³.

Logo após referir-se à relação entre o gato e o cachorro, o capitão faz uma longa fala sobre o que chama de “questão dos eventos”; diz ele que “os próprios capitães das UPPs levaram ao Secretário a reivindicação de revogação da ‘resolução zero treze’. Eu gosto de funk, mas tem a lei. Tem que rever porque se você leva à risca, não tem evento nenhum”. Referindo-se ao então alardeado caso do incêndio em Santa Maria¹³⁴, afirma que “agora ficou ainda mais difícil liberar a realização de eventos”. Afirma que os capitães levaram o caso ao Secretário porque, se eles “liberam” com a atual legislação em vigor e “ocorre algum acidente”, eles é que têm de “responder legalmente”; diante disso, diz ele, “o que eu faço? O mínimo possível para dividir responsabilidades”. Diz que, para permitir a realização de eventos, exige apenas o “nada opor” da prefeitura e do corpo de bombeiros e um documento, a ser enviado à UPP, discorrendo sobre o local e número previsto de pessoas no evento – e que os pedidos têm todos de ser encaminhados através da Associação de Moradores.

Afirma o capitão que a “resolução zero treze” ainda está em vigor e que mesmo assim ele está sendo “flexível”, mesmo podendo estar incorrendo em “omissão”: “tô cobrando o mínimo, pode baixar a lei no Google... Fora isso, eu não vou autorizar nenhum tipo de evento. Mas, não sou um ditador. Podemos conversar sobre alternativas, mas dentro da lei.” A presidente da Associação de Moradores e um produtor local (que chamaremos de Beto¹³⁵, integrante de um dos bondes locais, o “Bonde X”) afirmam que estavam tentando percorrer esse mesmo caminho burocrático quando da gestão do capitão anterior, mas que sempre esbarravam na dificuldade de conseguir uma autorização do corpo de bombeiros. Quanto a isto, o capitão diz que irá “tentar mediar o conflito”; que vai se apresentar ao comandante do destacamento da área para “entrar nesse meio de campo, nesse circuito”. E que “se eu ver que [o capitão dos bombeiros] tá sendo intransigente, eu vou autorizar mesmo assim”. Em face da indagação da presidente acerca do horário permitido para a realização dos eventos, o capitão afirma que “não vou autorizar eventos para venda de entorpecentes!” Ele diz que na UPP por

¹³³ Para uma interpretação destas falas a partir da ótica do “perdão”, ver Siqueira e Rodrigues (2012; p.29-37).

¹³⁴ O capitão refere-se ao incêndio, que gerou comoção nacional, ocorrido em 27 de janeiro de 2013 na boate Kiss, em Santa Maria/RS; o incêndio provocou a morte de 242 pessoas.

¹³⁵ Beto tem cerca de 30 anos e trabalha na favela, dirigindo ali uma barbearia. Ele não é nascido na favela Horizonte, mas se orgulha, “mesmo tendo uma história meia triste”, de ter ali se estabelecido profissional e residencialmente.

ele anteriormente comandada “ocorria muito isso, de pessoas irem pedir para realizar eventos onde eu fazia 90% das apreensões de drogas”. Esse é um ponto sensível da fala do capitão, ponto ao qual ele retorna momentos depois, afirmando o seguinte:

“Assim como eu apuro desvio de conduta [dos policiais], eu vou apurar também as responsabilidades dos moradores. Vou botar gente infiltrada nas festas, filmando. Eu já fiz dois cursos de inteligência e já coordenei serviços de inteligência da P.M. Eu estou avisando como eu vou proceder. Quem fizer o que estiver fora do acordado, não vai ficar legal. Essa vai ser minha proposta. Assim como eu apuro as responsabilidades dos policiais, vou apurar as dos moradores. Porque também tem fofoca. No caso do Amarildo, por exemplo: quem tem a verdade? (...) Eu tenho dois cursos de inteligência. Isso vai ser *startado* por mim e por um serviço de inteligência que atua secretamente, que já atuou ontem, que está atuando agora. O bar ou o evento pode ser um estica, e isso vai ser filmado, fotografado, para que as providências sejam tomadas”¹³⁶.

Tamara logo retoma a questão do horário e sugere que seja liberada a realização dos eventos até as 04h, ao que o capitão diz: “vamos fazer três horas? Até pra gente ver como vai ser, é a primeira...”. Aqui, Tales, filho de Tamara e integrante de um grupo local produtor de eventos musicais (que chamaremos de “Grupo B”¹³⁷), além de agente local da AgeRio, diz que, no último evento que realizou na favela, o antigo capitão autorizou até as 2h com prorrogação até as 4h. O capitão Reginaldo, aqui, diz: “pode ser então, mas três e meia já vai tocando a expulsadeira! E nada de senta na cabecinha também, nada disso!” Quanto a isto (ao tipo de música a ser escutada), Reginaldo diz que “o que me preocupa não é o problema da apologia, até porque está no código penal, mas o que não está tipificado no código penal e que a gente não pode permitir. A mulher conquistou seu espaço, desde a revolução industrial, em mil oitocentos e trinta e cinco, e não podemos permitir o funk que produz a banalização da mulher.” Além disso, o capitão enfatiza que o pedido de autorização deve ser enviado à Associação de Moradores (para ser entregue à UPP) com no mínimo 30 dias de antecedência da realização do evento.

Depois dessa reunião, tive várias conversas com Beto a respeito da festa que o Bonde X estava organizando para o início de novembro, e pude acompanhar sua movimentação na tentativa de conseguir a autorização da UPP. Tendo um papel de destaque na interlocução com a UPP e com a Associação de Moradores para fins de “liberação do evento”, Beto afirmou em diversos momentos que o formato geral acordado no “Café Comunitário” estava sendo colocado em prática. Diz que o organizador do evento tem de passar para Tamara os

¹³⁶ Essa fala é extremamente significativa do que estou chamando de *novo cerco* operado pelas UPPs na favelas que foram objeto do seu experimento. Volto a esse ponto na sequência.

¹³⁷ O Grupo B é um coletivo recente, fundado em 2012 por jovens da favela, diferentemente do Bonde X.

“dados do evento” (quem organiza, qual a expectativa de público e o horário de início, tendo de terminar às 4h), para que ela possa encaminhá-los à UPP, que, de posse desse documento, concede um “nada opor” e especifica quais documentos são ainda necessários para a autorização final do evento. Estes consistem de um “nada opor” da prefeitura (“da subprefeitura, na verdade”, diz ele), um do corpo de bombeiros e outro da polícia civil. Ele diz que “o problema é os bombeiros”, já que eles estabelecem condições impossíveis de serem preenchidas; sendo assim, Beto afirma que o capitão acabou se “responsabilizando pelo evento”, caso “algo saia errado”, e que “o problema todo é a resolução zero treze”.

Em termos jurídicos, a “resolução zero treze” consiste de um ato do Secretário de Estado de Segurança, que regulamenta o decreto estadual nº 39.355, de 24 de maio de 2006, o qual “dispõe sobre a atuação conjunta dos órgãos de segurança pública na realização de eventos artísticos, sociais e desportivos no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências”¹³⁸. Esse decreto (e aquela resolução “zero treze”¹³⁹, que o regulamenta), ao lado do decreto estadual nº 16.695, de 12 de julho de 1991 e da resolução (que o regulamenta) de nº 278, de 21 de dezembro de 2004 da Secretaria de Estado da Defesa Civil (SEDEC¹⁴⁰), constituem os pilares da legislação fluminense voltada para a execução de eventos públicos.

Tecnicamente, decretos são atos realizados pelo chefe do poder executivo (municipal, estadual ou federal) com vistas à execução do que já está previsto em lei; resoluções, por sua vez, são feitas pelos secretários (municipais, estaduais ou federais) nomeados pelos chefes do executivo com vistas à regulamentação dos decretos, dando os termos da sua implementação concreta. O (formalmente) estranho, aqui, consiste no fato de que o decreto de 2006 não faz referência a nenhuma lei que ele se destina a regulamentar – conforme mostra parecer da Fundação Getúlio Vargas (Direito Rio) sobre o tema (MONCAU, 2011, p.03)¹⁴¹; mas é possível traçar o histórico do decreto a partir das normas a ele anteriores.

¹³⁸ Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/meu-rio-production/Decreto+Estadual+39355.2006.pdf> – último acesso em 09 de março de 2018.

¹³⁹ Resolução SESEG nº 013, de 23 de janeiro de 2007. Disponível em: <https://drive.google.com/folderview?id=0B6Seh343QE8bRVVWMUlcjdSWkk&usp=sharing>. Acesso em 09 de março de 2018.

¹⁴⁰ Disponível em: <http://www.dgdp.cbmerj.rj.gov.br/documentos/arquivos/Resolucao278.pdf>. Acesso em 09 de março de 2018.

¹⁴¹ O parecer, fruto de uma parceria entre a FGV Direito Rio e a APAFUNK (Associação de Profissionais e Amigos do Funk), foi apresentado em abril de 2011 numa audiência pública da ALERJ destinada à discussão acerca da necessidade de modificação da resolução SESEG nº 013; a audiência reuniu comandantes da PM e representantes da Secretaria de Segurança, da Secretaria de Cultura, do Circo Voador, da FGV e da APAFUNK e foi palco de um consenso entre estes atores acerca daquela necessidade. Mas, após esse encontro, mesmo com o encaminhamento de formação de um grupo de trabalho para formular um novo texto para a resolução 013, nem

Como mostram Moncau e Pimentel (2013, p.03), o decreto nº 39.355/2006 remonta ao decreto nº 3.074, de 05 de março de 1980, que, em seus próprios termos, atribui à Secretaria de Segurança Pública as atividades de controle e fiscalização das diversões públicas “como forma de assegurar o respeito aos bons costumes e à manutenção da ordem e da tranquilidade públicas, através a (sic) e efetiva observância das prescrições legais e regulamentares atinentes à Censura Federal”. Essa norma legal faz uma remissão a outra (de 1968, quando a cidade do Rio de Janeiro era ainda Estado da Guanabara) e foi substituída pelo decreto 16.695 de 12 de julho de 1991, o qual “transferiu à Secretaria de Estado da Defesa Civil as atividades de controle e fiscalização das casas de diversões”¹⁴². Esse decreto foi regulamentado pela resolução SEDEC nº 111 de 09 de fevereiro de 1993¹⁴³, a qual, por sua vez, deu lugar à já mencionada resolução SEDEC nº 278/2004¹⁴⁴. No entanto, o decreto 16.695/91, referindo-se apenas às atribuições da Secretaria de Estado da Defesa Civil, ressalta, em seu artigo 2º, que “não se incluem, nas atividades a que se refere o presente decreto, aquelas definidas em lei como de competência das Polícias Estaduais Civil e Militar”. O decreto 39.355/06 (regulamentado pela resolução SESEG nº 013) vem preencher essa lacuna, preceituando sobre os deveres dessas polícias no que concerne à temática geral do que estamos chamando de “organização de eventos”.

Moncau (2011) e Moncau e Pimentel (2013) identificam, nessa legislação (nesses dois decretos e suas respectivas resoluções regulamentadoras), várias “inconsistências” que ele analisam desde um ponto de vista especificamente jurídico; destaco três delas. Em primeiro lugar, a legislação prevê ampla discricionariedade aos agentes públicos responsáveis pela sua aplicação, permitindo (por utilizar, também, terminologia pouco precisa) que ajam de acordo

um passo foi dado nesta direção. Disponível: http://www.marcelofreixo.com.br/site/noticias_do.php?codigo=295 – último acesso em 09 de março de 2014. Uma versão mais elaborada do parecer pode ser encontrada em Moncau e Pimentel (2013).

¹⁴² Disponível em:

http://dgst.cbmerj.rj.gov.br/documentos/Decreto%20N_%2016.695,%20de%2012%20de%20Julho%20de%201991.pdf. Acesso em 09 de março de 2018.

¹⁴³ Disponível em: http://www.defesacivil.rj.gov.br/documentos/coscip/Resolucao_SEDEC_Nr_111_de_09fev93_Define_o_Orgao_proprio_para_a_fiscalizacao_dos_estabelecimentos_de_diversoes_publicas.pdf.

Acesso em 09 de março de 2018.

¹⁴⁴ Moncau (2011) e Moncau e Pimentel (2013), cujas exposições são, de resto, bastante elucidativas, equivocam-se, contudo, ao afirmarem que a resolução SEDEC 278/2004 vem regulamentar o decreto nº 39.355/2006; não bastasse a resolução ser anterior ao decreto, ela refere-se expressamente, no seu art. 1º, ao decreto nº 16.695/1991.

com critérios subjetivos e pessoais (ao sabor das circunstâncias) e, assim, dispensem tratamentos distintos a diferentes grupos ou indivíduos.

A título de exemplo, podemos destacar o artigo 3º da resolução SEDEC nº 278/04, que afirma que “além das normas constantes nesta Resolução, o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro poderá determinar outras medidas que, *a seu critério*, julgar convenientes à manutenção da ordem, da proteção civil, do respeito à sociedade e aos *bons costumes* a serem adotadas, antes, durante e/ ou após os eventos” (grifos meus); ou, ainda, o parágrafo único do art. 2º da resolução SESEG nº 013/07, que determina que “considerando a natureza e o tipo do evento a ser realizado, poderão as autoridades indicadas nesta Resolução exigirem, motivadamente, outros requisitos que visem à prevenção da incolumidade das pessoas e do patrimônio e a repressão às atividades criminosas. De igual modo, poderão as autoridades indicadas nesta Resolução suprirem, motivadamente, determinados requisitos considerando o grau mínimo de risco à segurança pública e a natureza do evento artístico, social e/ou desportivo de pequena ou média monta em homenagem ao princípio da proporcionalidade”.

Em segundo lugar, a legislação ataca a garantia da presunção de inocência (inciso LVII do artigo 5º de nossa CF); por exemplo, o inciso primeiro do art. 6º da resolução SEDEC nº 278/2004 determina, como documento necessário para a autorização por parte do Corpo de Bombeiros, que os promotores do evento satisfaçam a seguinte exigência: “I - atestação do “nada a opor” da Delegacia de Polícia da área, informando quanto: a) a idoneidade e os antecedentes dos responsáveis; e b) se o local está sob suspeita policial, inclusive, relativo a finalidade do negócio”. Já a resolução SESEG nº 013/07, no seu art. 2º, exige (para a autorização junto à Polícia Civil) um “cadastro para verificação da qualificação, idoneidade e antecedentes criminais dos promotores do evento e dos responsáveis legais pelo estabelecimento ou local onde o mesmo se realizará”.

Por fim, a legislação age por desproporcionalidade ao não distinguir eventos de grande e pequeno portes, do que é expressão a ampliação do escopo de atuação do Estado determinada pelo decreto 39.355/06, que não se refere meramente (como os a ele anteriores) à fiscalização de casas de diversões, mas dispõe, antes, sobre a autorização para a realização de quaisquer eventos artísticos, sociais e desportivos no âmbito do Estado do Rio de Janeiro; além disso, a “resolução zero treze” privilegia, no seu texto legal, a normatização de megaeventos, indicando no inciso I do seu art. 2º, como exemplos de locais fechados, “a

Apoteose, o Maracanã, Parques de Exposição, outros Estádios de Futebol, o Riocentro etc.” e, como ilustrações de locais ao ar livre, o “Aterro do Flamengo, a Quinta da Boa Vista, a Orla Marítima etc.” Assim procedendo, a legislação exige dos organizadores de eventos de menor porte uma enorme e grandiosa série de requisitos legais para que consigam as devidas autorizações dos órgãos competentes, exigências para as quais, por definição, não estão preparados.

Segundo Moncau (2011) e Moncau e Pimentel (2013), essas desproporcionalidade e discricionariedade têm os mais variados efeitos, como a opção do “empreendedor” pela “informalidade”, práticas de corrupção e abusos de poder por parte de agentes públicos, a pulverização do poder de decisão em várias instâncias da administração pública (o que eleva exponencialmente os custos burocráticos da realização de um evento e reduz os incentivos para sua realização dentro da lei) e a perseguição, por parte desses agentes, de determinadas manifestações e eventos socialmente estigmatizados, como os bailes funk¹⁴⁵, o que é prenhe de efeitos para a economia (e para as possibilidades de lazer) das favelas “pacificadas” – objeto desta comunicação. Variados são os relatos do quanto a proibição dos bailes funk pelo poder policial em favelas com UPP impactou a economia local, levando à falência diversos salões de beleza, bares e biroskas¹⁴⁶.

Em agosto de 2013, no entanto, na esteira das chamadas “jornadas de junho”, diversos meios de comunicação anunciaram que “o governador Sérgio Cabral decidiu revogar a resolução 013”¹⁴⁷ e uma “nota à imprensa sobre a resolução 013” foi divulgada em 14 de agosto de 2013 no site da Subsecretaria de Comunicação Social do Governo do Rio de

¹⁴⁵ Os efeitos da resolução “zero treze” nos bailes e profissionais do funk jogou papel fundamental no processo que deu origem, em 2008, à Associação dos Profissionais e Amigos do Funk (APAFUNK); a associação publicou inclusive os seus “07 motivos para ser contra a resolução 013” (Disponível em: <https://drive.google.com/folderview?id=0B6Seh343QE8bRVVWMUlvjdSWk k&usp=sharing> – último acesso em 1º/06/14) e foi ator central na aprovação da lei 5.543, de 22 de setembro de 2009, que define o funk como movimento cultural e musical de caráter popular. Disponível em: <http://www.apafunk.org.br/leis.html>.

¹⁴⁶ Na favela da Rocinha, por exemplo, uma cabeleireira, forçada a mudar de negócio com a chegada da UPP, afirma: “a UPP acabou com a chapinha”. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2013/03/1238983-apos-chegada-da-upp-a-rocinha-bailes-e-saloes-de-beleza-dao-lugar-a-curso-de-ioga.shtml>. Acesso em 09 de março de 2018. Ver também: <http://extra.globo.com/noticias/economia/comercio-da-rocinha-se-reinventando-apos-saida-do-traffic-7477514.html>. Acesso em 09 de março de 2018.

¹⁴⁷ Cf. <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/08/cabral-anuncia-fim-de-resolucao-que-impedia-baile-funk-em-favelas-do-rio.html>; <http://sospoliciais militares.blogspot.com.br/2013/08/cabral-suspende-resolucao-que-permitia.html>; <http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&langref=PT&cod=77095>. Últimos acessos em 09 de março de 2018.

Janeiro, em que se destaca que um grupo de trabalho estabelecerá as normas jurídicas necessárias para a revogação da resolução “zero treze”¹⁴⁸. No entanto, até a hora em que acompanhei o desenrolar dos eventos da favela Horizonte, nenhuma proposta havia sido concluída; quando contatada, “a assessoria de imprensa da Secretaria de Segurança do Estado confirmou que a resolução 013, na ausência de outra regulamentação, continua vigorando”¹⁴⁹.

Em todo caso, importa que era tal aparato normativo que, embora objeto de disputa, era mobilizado pelos atores em suas interações, disputas e negociações concretas; era ele que amparava e informava as performances dos agentes locais – como no espaço do “café” acima analisado. Era em função desse aparato, por exemplo, que os capitães das UPPs podiam sentir-se à vontade para permitir ou suspender e cancelar quaisquer eventos ou reuniões (em espaços públicos ou privados) nas favelas que estivessem no perímetro de atuação de suas respectivas unidades, determinando os horários possíveis, as músicas que podem ser ouvidas e os dias em que as pessoas podem reunir-se publicamente – tudo isso por meio de um procedimento que embaralha o legal e o ilegal (TELLES, 2010) e concede à força policial ampla margem de liberdade para agir por meio de julgamentos e avaliações particulares fortemente influenciados pelos “preconceitos associados à estigmatização das favelas e de seus moradores” (LEITE, 2012, p.380); trata-se, como fica evidente, da UPP atuando nas fronteiras entre o legal e o ilegal e ocupando um papel por meio do qual o “estado de exceção” (no sentido das “margens do Estado” discutido acima) é uma das partes estruturantes do cotidiano local. O capitão Reginaldo, por exemplo, pressupondo o desconhecimento do público acerca do texto legal, vincula a resolução “zero treze” à proibição do funk: “Eu gosto de funk, mas tem a lei”¹⁵⁰. Noutro momento, o capitão, mesmo sabendo-se ao largo da lei, arremata que o que o preocupa (no que tange ao gênero musical praticado nos eventos) é “o que não está tipificado no código penal e que a gente não pode permitir”. E dado o enorme leque de requisitos a serem preenchidos para que o evento ocorra “dentro da lei” (lembrando sempre que ela mesma prevê que as autoridades competentes podem suprimir exigências elencadas ou adicionar novas), algo destacado por Moncau (2011, p.11) como expressão de desproporcionalidade que de encontro a objetivos inclusive legais,

¹⁴⁸ Cf. <http://www.rj.gov.br/web/imprensa/exibeconteudo?article-id=1715979>. Acesso em 09 de março de 2018.

¹⁴⁹ A informação encontra-se em <http://www.vivafavela.com.br/reportagem/funk-aguarda-legisla%C3%A7%C3%A3o-sobre-bailes>. Acesso em 09 de março de 2018.

¹⁵⁰ Discutindo a experiência da UPP Borel, Carvalho (2013; p.301) cita parte da entrevista que seu capitão lhe concedeu, o que mostra que lá também o funk é objeto de tratamento diferenciado. Na entrevista, o capitão afirma que “as festas podem ser realizadas mediante um ofício. O que está mesmo proibido é o funk”.

todos sabem, inclusive o capitão, que “tem que rever porque se você leva à risca, não tem evento nenhum”; e ciente de que a estrutura normativa ali acionada lhe delega amplos poderes no que concerne à temática ali discutida, o capitão afirma, não sem contradição: “não sou um ditador. Podemos conversar sobre alternativas, mas dentro da lei”; ora, se a lei está tão claramente a favor do seu arbítrio, quaisquer “alternativas dentro da lei” reforçam o seu lugar (assimétrico) de poder. Com a norma legal tal qual, o capitão “lava as suas mãos”, dizendo-se obrigado a segui-la, já que em caso de algum incidente é ele “quem responde”, mas não tão à risca para não “impedir o divertimento da comunidade”, fazendo, pois, uma espécie de sacrifício pessoal (tendo inclusive levado, junto com seus colegas, ao Secretário de Segurança o “pedido de revogação da lei”) para o bem de todos¹⁵¹: “tô cobrando o mínimo, pode baixar a lei no Google... Fora isso, eu não vou autorizar nenhum tipo de evento.” Trata-se, portanto, de um caso particularmente interessante da previsão e da prescrição da arbitrariedade exatamente pelo instrumento que – supostamente – por definição deveria estar destinado a suprimi-las: a lei. Devemos entendê-la, assim, não como uma forma de estabelecer um dentro e um fora perfeitamente delimitados, mas como um marcador que possibilita os mais diferentes usos por agentes concretos situados em posições específicas de poder. Ao invés de encarmos a lei a partir de suas promessas republicanas, devemos abordá-la, portanto, a partir dos seus efeitos engendrados em situações concretas e específicas – como no caso das inúmeras legislações voltadas para a erradicação dos cortiços e, depois, das favelas.

Reforçando ainda mais o seu lugar de poder, o capitão coloca a Associação de Moradores como instância hierárquica inferior à UPP para fins de encaminhamento de pedidos de autorização de eventos e, nesse movimento singular de agir simultaneamente em nome e ao arripio da lei, atua como mediador político-administrativo, na medida em que se coloca como ator disposto a fazer “o meio de campo” com o Corpo de Bombeiros para fins de autorização, por parte deste, dos eventos a serem realizados – mas, caso o comandante dos bombeiros seja “intransigente”, ele, o capitão, irá “autorizar assim mesmo”¹⁵². Por fim, a

¹⁵¹ Numa outra reunião para discutir especificamente “a questão dos eventos”, um sargento afirma que a UPP continuaria “deixando os eventos ocorrerem”, mas que isso “não é fraqueza! A gente não quer que vocês não tenham nada pra fazer na comunidade”. Voltaremos a essa reunião na sequência.

¹⁵² Machado da Silva (2010) já apontava para o risco de *policialização* da atividade político-administrativa nas áreas de favela com UPPs, seja no que concerne à intensa regulação do cotidiano e do espaço público que a própria ocupação militar permanente propicia seja no que se refere à posição da polícia como mediadora entre favelados (lideranças e moradores) e representantes do poder público e de iniciativas do terceiro setor e de empresas privadas. Quanto a isso, ver também Fabeni *et al.* (2013).

despeito de o discurso público e oficial acerca do significado das UPPs enfatizar que seu objetivo essencial não é o de atacar o comércio do varejo de drogas ilícitas, mas erradicar o controle territorial armado por parte de facções criminosas¹⁵³, o capitão posiciona-se ostensiva e aguerridamente no que concerne àquele comércio: “não vou autorizar eventos para venda de entorpecentes!” Ou: “vou botar gente infiltrada nas festas, filmando. Eu já fiz dois cursos de inteligência e já coordenei serviços de inteligência da P.M.”.

Numa terça-feira do início de dezembro de 2013, ao chegar à favela Horizonte para participar de evento de inauguração de uma horta na creche municipal sediada dentro dos seus limites, tomo conhecimento de um “estresse” (nas palavras de Tamara) ocorrido no sábado, mas que estava mobilizando fortemente meus interlocutores ainda naquela manhã. Descubro que, no fim da tarde de sábado, Joca¹⁵⁴ e Edmilson¹⁵⁵ dirigiram-se à sede da UPP a fim de, numa conversa diretamente com o capitão, solicitar a extensão do horário de término do evento que ocorreria na noite/madrugada daquele dia – o evento organizado por Joca contava com a participação de um grupo de pagode amplamente conhecido na cidade.

Joca chama Edmilson, seu amigo, para ir com ele fazer a solicitação ao capitão. A ida de Edmilson não foi aleatória, do ponto de vista de Joca; gozando de algum prestígio na cena política local (como veremos), ele confere maior credibilidade à interlocução que seria realizada. É ele que me conta que, pelo fato de uma festa (ocorrida em meados de novembro) de um dos bondes locais (do Bonde X ter passado do horário estabelecido na reunião de apresentação do comandante (acabando pouco depois das 05h), o capitão, em contrapartida, adiantou o horário de término das 04h para as 03h, o que deixou Joca em maus lençóis, posto que havia agendado um evento mais ousado, com uma famosa banda de pagode. Daí ele ter ido com Joca ao encontro do capitão, na esperança de uma flexibilização do horário.

¹⁵³ Essa concepção está implícita na própria proposta das UPPs e pode ser apreendida, inclusive, em falas públicas do dirigente da Secretaria de Estado de Segurança (SESEG), José Mariano Beltrame: “Não podemos garantir o fim do tráfico de drogas, nem temos essa pretensão (...). O que queremos é quebrar o paradigma do território controlado por traficantes com armas de guerra” (Entrevista dada ao *The Guardian* em 12 de abril de 2010).

¹⁵⁴ Joca é um jovem morador de cerca de 25 anos que, trabalhando fora da favela (num emprego em que é uma espécie de auxiliar de escritório), é um dos que organiza, na Quadra do Largo, eventos festivos. Ele o faz, no entanto, de maneira mais “independente”, sem participar diretamente de nenhum dos bondes organizados na favela voltados para a promoção de festas e eventos.

¹⁵⁵ Edmilson, como ainda veremos, é uma figura relevante no cenário político local. Trabalha em uma série de projetos desenvolvidos na favela (em reuniões públicas, por exemplo, diz participar de “90% das iniciativas da comunidade” e que é uma “liderança comunitária”) e, como ficará claro, circula por diversos espaços e grupos dali.

Acontece que, a caminho da UPP, Santos (um dos integrantes do Clube dos Homens) se aproxima dos dois, dizendo que faz questão de os acompanhar. Já na sede da UPP, diante da recusa do capitão, Santos “se exalta”, “desacatando-o” ao chamá-lo de “inflexível”. Alcoolizado (“não sabe beber, bebe leite!”, me disse Tamara), Santos entrou num bate-boca com o capitão e este, em face do ocorrido, cancelou os eventos posteriores. Permitiu que o daquele dia fosse realizado, mas cancelou os outros já agendados para datas posteriores. No dia seguinte, sei pela Tamara que o capitão marcou uma reunião com as lideranças para discutir o ocorrido no fim de semana. No fim da tarde de 12 de dezembro de 2013, quando estou indo embora, depois de passar o dia na favela Horizonte, ao me despedir de Edmilson e falar que o veria no dia seguinte, no “Café Comunitário”, ele me diz que “não é Café Comunitário... é uma reunião a pedido do capitão com as lideranças...”.

Mesmo não sendo “liderança”, lá estava eu no dia combinado - uma sexta-feira, às 09h. A reunião ocorre na mesma sala daquela que já observamos (obedecendo à mesma disposição das cadeiras e da mesa de café), e Tamara faz a fala de abertura; nesse início, os presentes formam um grupo de 13 pessoas. Ela agradece a presença de todos, diz que outras duas lideranças não puderam estar presentes e que a reunião estava ocorrendo “a pedido do capitão”. Este faz a fala subsequente, destacando que aquela reunião tinha por objetivo resgatar “o que ficou pendente da última reunião e resolver, para iniciar 2014 bem”.

Tamara comenta que “não é puxando o saco, não”, mas “do ponto de vista da Associação, depois que mudou a gestão da UPP, deu uma melhorada boa”. Ela falou que essa melhora se vê “na forma da abordagem, na postura”. E que “só tenho a elogiar”. O assunto principal da reunião não é logo tratado diretamente, o que, sem dúvida, revela uma dificuldade das pessoas em lidar com a situação sentida como algo “embaraçosa” (MARTINS, 2008). Edmilson “resolve” a questão ao dizer que quer “mudar de alhos pra bugalhos” e que “queria falar sobre o último evento”.

Diz ele que “infelizmente houve um ruído de comunicação”, em que “uma pessoa que não participa das reuniões usou um argumento que não devia ter sido usado, que não tinha nada a ver”. Diz que essa pessoa, quando foi à sede da UPP junto com e Joca, “não especificou o que falaria”. Edmilson, fazendo assim um *mea culpa*, exortou: “vamos selecionar melhor as pessoas que tem que ir lá!”. Edmilson lamenta que tudo isso seja “muito chato, muito triste”; que ele já foi, inclusive, falar com o capitão no contêiner antes dessa reunião, mas aproveita pra reforçar esse ponto em público. O capitão, na sequência, diz que

“essa reunião surgiu para tratar desse assunto” e deu o exemplo dele com “os policiais dele”; que se ele leva os policiais com ele e estes fazem algo de errado, ele se responsabiliza. Diz que “precisamos protocolar isso para não acontecer mais... Pra gente não regredir”. E reforça o “protocolo”: os pedidos de “nada opor” para realização de eventos têm de ser feitos única e exclusivamente via Associação de Moradores. E diz que, na ausência da Associação, esta tem de indicar duas pessoas para substituí-la (que terão o poder e a autorização de dialogar com a UPP sobre a “questão dos eventos”). Tamara diz que tem um nome já, que é o Edmílson, e que a outra pessoa não está ali, mas que ela já tem um nome, confirmando com a pessoa, ela fala com o capitão¹⁵⁶.

Momentos depois, após o capitão ressaltar que “a gente teve também um problema de som alto” e que “outras comunidades querem fazer eventos e não podem” (de modo que os moradores dali têm é que agradecer, que ele se propõe a, por conta própria, flexibilizar a legislação e permitir a realização dos eventos), ouvimos ele afirmar enfaticamente que “os eventos ocorrem porque *eu deixo*. E o verbo é esse: deixar!”. Ele afirma que *deixa*, já que existe a resolução “zero treze”, e que, embora haja um movimento para flexibilizá-la, ainda está em vigor: “e, se eu deixo, eu decido a hora que termina”. Diz que já é o segundo problema que ocorre e que, “no terceiro, eu vou cortar todos os eventos, porque só ocorrem porque eu deixo”. Ele afirma, relativamente ao caso que originou a reunião, que “a pessoa” que foi à sede da UPP e agiu da maneira exposta por Edmílson “estava alcoolizada e quiçá de outras drogas afins”, de modo que “quase tive que prender a pessoa por desacato”. E arremata: “não achincalhem a minha corporação! Porque eu amo a minha corporação! É uma instituição pública. Se estiver alcoolizado, não venha falar!”. Explicando o passo a passo dos acontecimentos que levaram ao problema, o capitão diz que “foram tentar estender o horário” e ele não podia fazê-lo por causa da comunicação à CPP. Diz que, indo o ofício informando à CPP o tipo e os dados do evento (que inclui horário de encerramento), “não tem volta... porque eu quero deixar claro que eu estou deixando!”.

O capitão ainda fala mais um pouco, agora sobre assuntos outros que não o da “organização de eventos”, e os presentes seguem esse fluxo. A certa altura, Denis ex-marido de Tamara (com quem tem o filho Tales), comerciante autônomo (trabalhando fora dos limites geográficos da favela), antigo morador da favela e figura presente em algumas reuniões públicas (sendo acessado pelo projeto de Reciclagem acima destacado como

¹⁵⁶ A pessoa posteriormente indicada é o seu filho, Tales.

“parceiro” e colaborador importante), pede a palavra por ter “um conselho para dar aos garotos dos bondes que estão aqui”. A fim de reivindicar legitimidade à sua fala, diz que já trabalhou no exército, nas forças armadas, foi segurança em vários lugares e que participou de muitos bailes; afirma que tem “experiência no assunto”. Diz, então, que uma boa estratégia para conseguir acabar com os eventos no horário combinado e manter os “ânimos acalmados” é a de, durante o evento, os organizadores fazerem falas sobre o horário de término e solicitar a compreensão dos presentes, exortando-os a se “comportarem bem” para que outros eventos possam “ocorrer legal”, etc. “Quem organiza tem que fazer estes informes”, segundo ele.

Essa fala de Denis, que “aconselha” acerca de uma estratégia de disciplinarização dos presentes, faz o assunto dos eventos retornar com toda força. O sargento da UPP presente, que passou a reunião de pé ao lado do capitão, o qual permaneceu sentado todo o tempo, se manifesta dizendo que “eu quero tocar num ponto que o capitão esqueceu. Deu problema com o Joca porque ele foi pedir para estender o horário. E para estender um horário previamente acordado em reunião¹⁵⁷; aqui, o sargento referia-se a uma reunião ocorrida entre ele (representando a UPP) e o Joca – não aquela acima analisada.

No que o sargento fala no nome do Joca, este aparece na sala e se junta aos presentes. O capitão, nesse momento, completa afirmando que “e eu nem vou entrar no mérito de que o espaço da quadra é público e que não pode cobrar ingresso... eu espero que isto não esteja acontecendo”. Todos ficam meio atônitos, se olham... quase todos os eventos que ocorrem na Quadra contam com cobrança de ingresso.

Ao dizer isso, o capitão toca num ponto fundamental de toda a estruturação da já frágil e delicada (do ponto de vista das inter-relações de poder tecidas ao seu redor, tendo em vista sua viabilização) “questão dos eventos”. Anna¹⁵⁸ diz: “Mas, é um espaço público

¹⁵⁷ Esse sargento, que chamaremos de Robson, na reunião anterior, em que ele não compareceu, foi chamado por alguns presentes (inclusive pela presidente Tamara e pelo capitão Reginaldo) de “sargento Fofote”. A brincadeira indicava que ele era uma pessoa “doce” e “fofa”, o que colava não apenas com sua imagem física de pessoa acima de peso e de estatura mediana, mas também com características de personalidade mais relacionadas à dimensão do diálogo, da interlocução, da cordialidade e da condescendência. Talvez por saber disso, o sargento Robson fez um movimento de distanciamento através da tentativa de transparecer aos presentes, por meio de diversas formas de expressão, que era uma pessoa de autoridade e, portanto, com poder. Sua atitude foi claramente a de alguém preocupado em manter-se à altura da dignidade que projetava para si mesmo, esforçando-se em fixar uma imagem de autoridade que precisa (por definição) do respaldo dos “outros” da interação (GASTALDO, 2008).

¹⁵⁸ De origem nordestina, Anna mora na favela desde meados da década de 1980, se constituindo, desde então, como “liderança local”. Já foi vice-presidente da associação de moradores por dois mandatos e tem uma vigorosa atuação política local, dialogando com instituições do poder público que atendem à favela, ONGs e empresas

abandonado...” Robson arremata: “o problema aqui é que, quando der um problema, eles vão alegar isso [que se cobrou ingresso num espaço público]...”. E o capitão aproveita para lembrar: “eu estou deixando!” Joca, Denis e outro rapaz fazem falas no sentido de justificar a cobrança de ingresso por conta da necessidade de manutenção do espaço. O capitão diz que “eu estou deixando. Eu chamei a reunião para não ter que acabar com os eventos. Mas, vocês estão me conduzindo a isso”. Todavia, o capitão não fez essa intervenção em resposta ao fato da necessidade incontornável, na fala dos presentes, da cobrança de ingresso; seu intento era o de reforçar uma vez mais que estava “deixando” os eventos ocorrerem apesar dos “vacilos” que os produtores estavam cometendo: “(...) vai cobrar, mas não quero ter problema. O problema não é esse. É o som, é tentar resolver questões de evento sem passar pela Associação. É o horário... Não tá legal!”

Numa relação extremamente paternal (CANO *et al.*, 2011, p.156-7 e 181), o capitão figura como alguém que tem o poder de impor sanções com vistas à disciplinarização de *alguns* para o bem de *todos*. Num movimento de fazer dos próprios moradores (lideranças e produtores) os vigilantes da norma por ele estipulada (quanto a horários, estilo musical etc.), o que foi sugerido pelo próprio Denis, muitas falas são feitas no sentido de fundamentar que (nas palavras de Tamara) “se tem problema de horário num evento, isso prejudica o outro”; quer dizer, os próprios produtores precisam se fiscalizar uns aos outros no que tange ao respeito aos horários e ao protocolo de liberação, por parte da UPP, dos eventos, porque “se dá problema com um, todos os outros ficam prejudicados”.

Assim é que, num cálculo racional (operado numa situação de evidente desigualdade de forças) que tem por efeito a obediência à (e não o questionamento da) regra formulada pela UPP (na figura do seu capitão) no que concerne à regulação do uso do espaço público, os moradores atuam como sujeitos do seu próprio controle. A força policial adota, pois, a estratégia de terceirizar para os próprios indivíduos aos quais suas normas são aplicadas o serviço de fiscalização do seu cumprimento – tudo sob o pano de fundo da possibilidade de punição, mas também de promoção e favorecimento por “bom comportamento”.

privadas (num típico trabalho de mediação política com instituições e atores supralocais). Desde fins daquela década, é coordenadora de um grupo voltado para ações de prevenção de doenças e promoção da saúde (o Grupo Prev.); Anna tem cerca de 40 anos e atua hoje em dia primordialmente na coordenação de um projeto de reciclagem (pelo qual recebe um ordenado) financiado por uma multinacional do ramo alimentício e alocado institucionalmente sob o guarda-chuva de uma ONG parceira do Grupo Prev. desde seus inícios e voltada também para a área da saúde.

A referência à noção foucaultiana de “poder disciplinar” é aqui incontornável, no sentido bem específico de que é definidor desse tipo de poder a característica de fazer dos próprios vigiados os sujeitos de sua vigilância. Trata-se, claro está, não da disciplina enquanto dispositivo voltado para a produção de sujeitos economicamente úteis, mas sim politicamente dóceis porque obedientes – pela força da vigilância sob o pano de fundo da possibilidade da coerção – à regra que se espera que eles cumpram. E isso num contexto preciso e situado e não no sentido da produção de subjetividades mais adequadas à modernidade capitalista. Ainda assim, bem especificada, a noção de *disciplina* guarda aqui sua força explicativa enquanto operando através de um olhar que faz dos indivíduos – simultaneamente – sujeitos e objetos de uma relação de poder particular.

Como efeito desse estado de coisas, como não poderia deixar de ser, a UPP (de acordo com o relatado a mim por Edmilson e Tamara¹⁵⁹) dispensa tratamentos diferenciados de acordo com a pessoa ou “bonde” que venha a fazer o pedido de autorização para a utilização do espaço da quadra, numa perfeita “gestão diferencial dos ilegalismos” (FOUCAULT, 2007, p.227) que guarda sua pertinência explicativa, aqui, não no sentido global discutido na introdução deste trabalho, mas enquanto designa uma forma de atuação de agentes públicos que desdobra continuamente nas fronteiras do legal e do ilegal, tornando a “exceção” uma prática social rotineira e cotidiana.

No mesmo movimento de ação arbitrária (porque amplamente à margem de regulação formal) que recorre a padrões morais e preconceitos relacionados ao modo de ser *favelado* (LEITE, 2012), o capitão lembra a todos que liberou os eventos, “mas, agora: vinte e quatro e vinte e cinco [de dezembro] é sem evento... Nesses dias, é com a família!”. Todos concordam, anuindo com a cabeça. E Tamara, endossando a fala anterior de Denis, ao mesmo tempo em que “pede” ao capitão que permita a extensão do horário de término dos eventos, chama a atenção pra si: “eu queria falar agora... É que há uma tradição de se arrumar para o baile à meia-noite, uma hora... Agora, a Associação tá com vocês e tá querendo ajudar...”. Denis interrompe: “tem que reeducar!” Tamara continua, tomando como interlocutor, agora, também o capitão: “então, eu queria ver, capitão... se pode voltar para o horário das quatro horas, mas desde que cumpra!”. Depois de várias conversas paralelas sobre o tema, Robson assume a fala e diz que “sobre o horário, vocês não podem confundir a maleabilidade da gente

¹⁵⁹ Numa conversa, a que faço referência mais adiante, entre nós entabulada no início de janeiro de 2014, eles afirmaram que o Bonde X, por exemplo, por ter feito uma festa que ultrapassou o horário estipulado pela UPP, não teria mais seus pedidos de autorização aceitos pelo capitão.

com fraqueza. Eu vou até caguetar aqui o capitão, que ele olhou aqui pra mim e deixou para eu decidir essa questão do horário. O horário é até as quatro horas... Mas, prestem atenção: isso não é fraqueza! A gente não quer que vocês não tenham nada pra fazer na comunidade. Outras comunidades não têm, vocês têm, têm que valorizar. No primeiro problema, a comunidade vai ficar sem evento. A responsabilidade de fiscalizar é também de vocês”. Robson fala que os produtores precisam “entrar em contato entre vocês para sanar problemas porque, dando problema para um, os outros também pagam”. Segundo ele, todos podem se ajudar com equipamentos etc. A incitação à corresponsabilização e ajuda mútua é feita sob o pano de fundo explícito da ameaça e, assim, estabelece-se um (frágil e assimétrico) “combinado” acerca de um tema que mobiliza corações e mentes na favela, numa reatualização do *controle negociado* conceituado por Machado da Silva (2002). “Controle negociado” operando não no que à interlocução com agências e agentes do poder público responsáveis por serviços urbanísticos, mas no que diz respeito à relação entre moradores de favelas e agentes policiais num contexto de “pacificação”; controle negociado este, ademais, que tem na gestão diferencial dos ilegalismos uma de suas engrenagens principais, pois é na arbitrariedade legalmente prevista, que institucionaliza a “exceção”, que a instituição policial, historicamente, tem enraizada a sua atuação nas áreas faveladas da cidade, do que a dinâmica da organização de eventos aqui exposta é apenas uma pequena ilustração.

De um lado, portanto, encontramos a instituição policial jogando um papel novo na reconfiguração do *cerco* experienciado pela favela e seus moradores; por outro lado, os agentes da socialidade criminal não deixam de atuar no sentido de uma disputa local pelo lugar de “dono do morro”, como se verá.

Na segunda metade de setembro de 2013, Tamara me informa, na sala da Associação de Moradores, quando eu já estava indo embora, depois de passar quase um dia inteiro por lá, que naquele dia, às 19:30h, ocorreria uma reunião a mando do “dito cujo” (metáfora para referir-se a um dos chefes do tráfico de drogas local). Diz que se trata de uma reunião do “coletivo de eventos” marcada em função das regras colocadas pela UPP, na quinta-feira anterior (por ocasião do “Café Comunitário”, como já vimos), para utilização a Quadra do Largo (mas, não apenas desse espaço em particular, por óbvio) para fins de realização de eventos. No dia seguinte de manhã, ao chegar à sala da Associação de Moradores, me deparo com Tamara e Jéssica (agente do programa Sesi Cidadania que, por vezes, auxilia Tamara no manejo de algumas ferramentas computacionais) elaborando, num programa de computador,

um calendário (com os meses restantes de 2013 e todos os de 2014) para reserva (antecipada) da Quadra do Largo para fins de realização de eventos, festas de aniversário e afins, campeonatos de futebol, aulas de capoeira, etc. Ao longo do dia, Tamara conta que, para além do encaminhamento de construção de um calendário, discutiu-se sobre a responsabilidade dos produtores de preservar e conservar a Quadra (ajudando em pequenas obras de manutenção e melhoramento do espaço), destinando para isso parte dos recursos financeiros angariados com a realização dos eventos.

Tamara não me fala em valores e, em fins de dezembro de 2013, numa conversa com Edmílson e Anna ocorrida numa “festa de natal”, organizada por uma parceria entre o Grupo Prev., a Associação de Moradores e a UPP, fico sabendo que um dos encaminhamentos daquela reunião foi o de que não apenas os produtores deveriam colaborar financeiramente com a manutenção da quadra, mas também alguns comerciantes do entorno da Quadra, que (supostamente) seriam altamente beneficiados com o grande movimento em “dias de eventos”. Edmílson me diz ainda que esses comerciantes (que são, na verdade, apenas dois bares¹⁶⁰ que se situam cada qual em uma entrada da quadra, localizando-se, portanto, nas retas mais curtas de um retângulo imaginário que podemos acessar para ter ideia do formato real da Quadra do Largo) deveriam pagar R\$100,00 em dias de evento “sem atração” e R\$200,00 em dias de evento “com atração”¹⁶¹.

No início de janeiro de 2014, quando vou à favela conversar com Tamara sobre a mudança repentina no comando da UPP local¹⁶², depois de tão pouco tempo de atuação do capitão Reginaldo, descubro outros episódios deste enredo. Logo no início da nossa conversa, na sala da Associação de Moradores, Edmílson chega e, após nos cumprimentarmos, a presidente logo diz que “foi bom você ter aparecido que eu queria falar com você mesmo!” Ela lhe indaga acerca de uma quantia de dinheiro que seria destinada à manutenção da Quadra. Fico sabendo, então, que um famoso bloco de carnaval da cidade (que chamaremos, aqui, apenas de “Bloco”) entrou em contato com Anna e Edmílson com o intuito de alugar a Quadra do Largo para seus ensaios no período pré-carnaval; para a reserva da Quadra nas

¹⁶⁰ Os donos desses dois bares são Leandro e Miguel, personagens que encontramos nas entrevistas analisadas na terceira parte da tese.

¹⁶¹ O termo “atração” refere-se a alguma banda ou grupo musical (geralmente de pagode) de variado sucesso regional ou nacional que é contratada por atores locais (individuais ou coletivos) para se apresentar na favela.

¹⁶² No dia 13/01, recebo um e-meio de Tamara (em resposta a outro meu) que, dentre outros assuntos, menciona que “já mudou o capitão da Upp, ele chega hoje”.

quatro segundas-feiras (das 18h às 22h) em que lá ensaiou¹⁶³, o Bloco desembolsou o valor de R\$2.000,00.

A preocupação de Tamara referia-se ao destino que seria dado ao dinheiro, que, para ela, deveria ser investido na reforma dos banheiros do espaço da Quadra; Edmílson reforça a validade desta sugestão e garante que o dinheiro será aplicado neste sentido. Nesta interação, fico sabendo que, em meados de dezembro houve uma outra reunião também organizada a mando do chefe do tráfico de drogas local (a quem Edmílson se refere usualmente pela alcunha de “bigode grosso”¹⁶⁴) para rediscutir a temática da “organização de eventos”.

O assunto central, nas falas de Edmílson e Tamara, dizia respeito à contribuição financeira que os produtores (e comerciantes) deveriam destinar para a manutenção da Quadra; fico sabendo que esta determinação, que desde aquela reunião de setembro de 2013 (organizada a mando do tráfico local) estava colocada, vinha sendo sistematicamente transgredida. Segundo Edmílson, os produtores estavam recebendo os valores monetários dos comerciantes do entorno da Quadra e destinando-os para a manutenção desta como se fossem deles próprios. Nesta reunião de meados de dezembro, então, ocorrida a mando do “bigode grosso” para uma vez mais reforçar a necessidade da contribuição financeira, determinou-se que, além dos bares e dos produtores, também “a moça do cachorro-quente” deveria destinar, para aquela manutenção, o valor de R\$50,00; em nossa conversa, Edmílson e Tamara explicam que, desde essa reunião, para todo e quaisquer eventos (para o “aluguel” da Quadra, pois), os produtores deverão desembolsar o valor de R\$200,00, ao passo que os (dois) bares do entorno obrigam-se a contribuir com a quantia de R\$100,00. Nesta conversa, fico sabendo que Edmílson foi designado, nesta mesma reunião, o responsável pela gestão financeira do espaço da Quadra, tendo a atribuição, portanto, de receber aqueles valores e lhes dar o devido destino para fins de manutenção deste espaço. Edmílson passa a ter, pois, um lugar de relativo poder e visibilidade na (frágil e tensa) arquitetura de relações a envolver a dinâmica da organização de eventos naquele espaço; o que, aliás, vem se somar ao seu papel de substituto da Associação de Moradores na interlocução com a UPP, no que concerne à temática específica desta organização (como já pudemos ver) e de “gerenciador da Quadra” (o termo é

¹⁶³ Os ensaios ocorreram na última semana de janeiro e nos três primeiras semanas de fevereiro.

¹⁶⁴ O termo é uma referência direta à recente produção musical de MC Marcelly, intitulada exatamente “Bigode Grosso”; na música, o termo “bigode grosso” é uma metáfora para designar um homem que se distingue pela maturidade, pelo poder financeiro e pela sabedoria derivada da experiência de vida. Na sua primeira estrofe, a MC canta: “Tu tá maluco? respeita o moço / Patente alta, dá aula, bigode grosso...”.

dele), como veremos. Imbuído desta sua (dupla) função, assumida, de acordo com ele próprio, um pouco a contragosto, Edmilson (nesta mesma conversa de início de janeiro de 2014), numa atitude mais de prudência que de autoridade diante da resistência que estava havendo tanto por parte tanto dos produtores quanto dos comerciantes em pagar o valor imposto pelo chefe do tráfico de drogas da parte inferior da favela, afirma taxativamente que “agora, acabou o jeitinho! As pessoas tem que entender isso!”.

O “jeitinho” já tornou-se, no Brasil, mais que categoria do senso comum (virou conceito sociológico – DAMATTA, 1997)¹⁶⁵, tendo como corolário o adágio: “aos amigos, tudo, aos inimigos, a lei!”. Grosso modo, esta noção e seu corolário designam a prática, supostamente distintiva de algo como o “modo de ser do brasileiro”, de burlar a normal legal/formal ou aplicá-la seletivamente tendo por objetivo o favorecimento pessoal, o que fere de morte a pretensão universalista e republicana inscrita na própria formulação do aparato jurídico que (formalmente) rege as relações entre os cidadãos. Em DaMatta (1997), o embate entre estes dois códigos de conduta constitui o verdadeiro e profundo dilema sociológico brasileiro. O interessante, aqui, é que a fala de Edmilson, motivada pelo medo da retaliação (por parte também da UPP, mas principalmente do tráfico local), assume que a norma geral com força de lei (que tem de ser respeitada enquanto tal) remete não à legislação formal, mas consiste precisamente dos “acordos” (assimetricamente) estabelecidos por duas forças armadas (a UPP e o tráfico de drogas) que convivem no mesmo território e disputam, ali, poder político – o que significa, neste contexto, o poder de determinar regras de uso do espaço público.

Numa entrevista que pude realizar¹⁶⁶ com Edmilson, outros aspectos interessantes da nossa temática vêm à tona. Diferentemente do que eu imaginava, Edmilson diz que não foi alçado ao lugar de “gerenciador da Quadra” com o fim específico de gerir a quantia financeira

¹⁶⁵ A própria noção de sociabilidade violenta é um caso em que senso comum e conhecimento sociológico estreitam laços; embora a expressão em si (“sociabilidade violenta”) não esteja tão difundida no tecido social como a ideia do “jeitinho” que talvez tenha tido sua melhor caracterizada sociológica em conexão com o rito oral do “você sabe com quem está falando?” – DaMatta, 1997), Machado da Silva (2008, p.35-6) a constrói conferindo relevância quase científica à representação da violência urbana enraizada no senso comum, mas salientando que se trata de fazer a sua crítica racional e sociológica. Em todo caso, “jeitinho” e “sociabilidade violenta” (ou “violência urbana”, cuja representação “reconhece um padrão específico de sociabilidade, que proponho chamar de sociabilidade violenta” – idem, ibidem, p.41) figuram com igual vigor e enraizamento tanto no imaginário do senso comum quanto no conhecimento sociológico especializado.

¹⁶⁶ A entrevista aconteceu no início de 2014, na mesma sala em que ocorreram as reuniões de “Café Comunitário” a que fiz referência, localizando-se no andar superior de uma sequência de “puxadinhos” que configuram um amplo espaço dividido em vários ambientes, três dos quais utilizados pela Associação de Moradores como sua sede física propriamente dita; e durou mais de 4 horas.

dos envolvidos mais diretamente na organização e realização de eventos; na sua narrativa, esta sua função aparece interligada ao trabalho (que diz desenvolver) junto à presidente da Associação de Moradores (como uma pessoa próxima, por assim dizer)¹⁶⁷. Quando eu o indago sobre o fato de ser “gerente da Quadra”, ele diz que “é... eu acabei assumindo um pouco disso, entendeu? Não deixa de ser uma contribuição pra Associação”.

Quando eu pergunto qual foi o processo para ele entrar neste lugar, Edmílson explica que desde 2011 faz parte de um grupo de homens de idade entre, grosso modo, 20 e 35 anos que todo domingo de manhã se reúne pra jogar bola na Quadra e que, em face da insatisfação com algumas precariedades do lugar, resolveu se articular com a Associação para administrar o espaço através da realização de benfeitorias¹⁶⁸. Ele e mais dois ou três, então, “porque não é o grupo todo que mete a mão na massa pra fazer”, resolveram mais diretamente “botar essa ideia pra frente”, o que envolvia tratar do assunto, em primeiro lugar, com a Associação de Moradores: “aí eu vim e falei com a Tamara, ba ba ba, aí eu não sei num primeiro momento o que ela achou, acho que ela achou que eu tava de certa forma pulando ela, neste sentido...” Ele diz que o intuito era o de “administrar aquilo [a Quadra], começar a botar um pouco de rédea naquilo, tava muito solto... E, assim, a Associação não tem perna pra olhar tudo também...” Após um momento de hesitação por parte de Tamara, então, Edmílson, protagonizando esse movimento do “Grupo de Domingo” (“esse grupo não tem nome, a gente só chama de ‘grupo de domingo’, a gente tá há três anos, a gente não conseguiu definir o nome pro nosso grupo...”), assume esse cargo, essa “pasta”: “eu já articulava com a Tamara, mas de assumir uma pasta, porque basicamente eu assumi uma pasta... Basicamente eu assumi uma pasta, dentro disso.” Edmílson me esclarece que não estava presente na reunião de setembro de 2013, em que o “bigode grosso” determinou a contribuição financeira dos produtores, mas que, na ocorrência em meados de dezembro, também a mando do tráfico, esteve sim presente, quando foi designado (por já ocupar o lugar de “gerenciador” através da sua atuação no Grupo de Domingo) para receber os valores de que falamos acima; quando

¹⁶⁷ Edmílson inclusive me explica pormenorizadamente o quanto Tamara por vezes recorre a ele para pedir sua opinião sobre determinado assunto (tendo inclusive já o chamado a “trabalhar com ela” na associação) e o quanto ele procura “dar toques” a ela sobre precauções e cautelas que devem permear sua conduta a fim de prevenir possíveis conflitos e embates com o tráfico de drogas local.

¹⁶⁸ Não o indaguei diretamente neste sentido, mas acredito que não seja por acaso que este movimento do grupo tentar assumir pra si o papel de administrador da Quadra seja algo que tenha se dado independentemente da “entrada da UPP”; as datas batem (a UPP foi inaugurada no primeiro semestre de 2011) e tudo indica que, sem a Unidade de Polícia, o tráfico de drogas local impunha de maneira mais direta, ampla e incontestada o que poderia e o que não poderia ser feito naquele espaço.

pergunto sobre a “influência do tráfico, do bigode grosso” nesta “questão dos eventos”, tem lugar a seguinte interação entre nós:

Edmílson: Porque tem uma questão de... do uso da Quadra e da história que eu te falei de fazer a Quadra se tornar um espaço melhor. Não tem recurso de lugar nenhum, tem um monte de grupo aqui dentro da comunidade que fazem evento, então o que que foi o proposto [pelo tráfico]? “Olha, vocês fazem o evento e vocês ajudem, deixem um aporte pra quem tá tomando conta da Quadra, não vai pra mão de ninguém...”

Eu: Que é você, no caso...

Edmílson: Sou eu, geralmente vai pra minha mão, que até hoje não veio nada!

Edmílson legitima a ideia de que os produtores precisam contribuir para a manutenção do espaço da Quadra (o que condiz com seu lugar de seu “gerenciador”), mas se esforça para destacar (e se convencer de) que a posição dele neste esquema de cobranças e pagamentos é totalmente neutra, porque este é um “combinado” forjado numa reunião em que ele não participou e que absolutamente não é sua obrigação cobrar dos produtores as quantias “acordadas”. Mas, como ele próprio reconhece, sua situação é “delicada” porque ele não deixa de ser cobrado pelo “bigode grosso” acerca daquela contribuição que, como ele nos esclarece, não vem acontecendo (mesmo depois da segunda reunião ocorrida por determinação do tráfico local):

Edmílson: Na segunda [reunião ocorrida a mando do tráfico], agora, eu tava. Que a gente conversou um pouquinho de valor, dos estresses que deu nas outras e tal. Mas, a primeira [reunião, de setembro de 2013], que todo mundo concordou em pagar, ba ba ba, é com o bigode grosso, não é comigo, então, cada um com o seu combinado. Só que é foda, cara. Eu tô numa saia justa. Às vezes ele [o “bigode grosso”] me pergunta, “e aí, te entregaram alguma coisa?”. Aí eu falo, “não...” Aí esse meu “não” já gera um estresse...

Eu: Posição chata pra você, né?

Edmílson: Nessa reunião eu falei, “cara, eu não tenho que cobrar ninguém, tenho que falar nada com ninguém não. Vocês que tem que chegar e deixar. Vocês tem que aprender a fazer evento com despesa. Isso não é esperar o outro. É despesa, é gasto, é antes de você tirar o lucro; você tem que onerar isso aí na tua planilha de custo”.

Edmílson reclama da falta de organização dos produtores que, ao não honrarem o compromisso de pagar os R\$ 200,00 pelo aluguel da Quadra, acabam deixando ele próprio numa situação extremamente desagradável; nosso interlocutor tenta se convencer de que sua posição é “neutra”, mas não consegue deixar de se sentir “responsabilizado” caso alguém se “prejudique”. Mesmo tendo que dizer, quando questionado, que “não recebeu nada” (porque ele também não pode “se prejudicar por causa dos outros”), Edmílson sente-se mal ao fazê-lo – tanto porque esta é uma postura que pode flertar com a atitude do dedo-duro (do alcaguete), o que coloca ele próprio em risco (material e simbolicamente), quanto porque a informação por ele transmitida pode contribuir para uma possível retaliação violenta por parte dos

membros do tráfico local. Para não se sentir “responsável” por algo desta natureza, convence-se de que o lugar que ocupa é neutro e impessoal:

Edmílson: Mas, não, não... aí tem uns cara que espera vender, aí foi ruim, e fala que foi ruim, “ah, não foi maneiro”, “contigo mesmo, não fui eu que combinei nada, depois se alguém for falar com você, problema é seu e dele, eu não tenho nada a ver com isso”.

Eu: Então, não tá dando muito certo esse combinado de pagar...

Edmílson: Não, porque não tão, não chegaram junto. Mas, até a hora que alguém se prejudicar. Até a hora que alguém ter que ir na UPA¹⁶⁹, aí vão, vão entender que nariz de porco não é tomada [...] focinho de porco não é tomada. Então, assim, foi o que eu falei cara, “eu não vou ter responsabilidade sobre isso, não. Eu não tenho nada a ver com isso, não combinei nada, vocês que fizeram uma reunião, vocês que combinaram, só falaram que era pra passar o dinheiro pra mim porque sabem que eu sou o cara que tá ajudando a tomar conta da Quadra, agora eu não tive interferência nenhuma nisso, isso é com vocês...”

(...)

Edmílson: É... E aí o clima tá com eles mesmo, eu não quero nem saber, eu já falei, “vocês vão ficar me enrolando, se vier em cima de mim me cobrar qualquer coisa que tenha sido, que era pra ser feito e não foi porque tinha dinheiro, eu vou falar, ‘mas que dinheiro?’” Eu não vou ficar também tomando bola nas costas por causa de ninguém não. Se perguntar: “Deu?” “Não deu!” Do mesmo jeito que eu falo pra ele e não tá comigo, aí, “e cadê? Se deu, tá contigo, cadê o negócio que não aconteceu ali?” Aí eu vou ter que me explicar? ãhn ãhn, cada um segura teu rojão aí, eu não vou me explicar não. Então, se me perguntar, já vou negando, não deu nada.

A UPP dispensa, a despeito dos “combinados” publicamente assumidos em reuniões abertas do tipo “Café Comunitário”, tratamentos particularizados (num sistema de punição tanto quanto de recompensa) a diferentes pessoas e grupos que a ela recorrem com “pedidos de nada opor”; neste sentido, Edmílson afirma que o Grupo B (aquele que tem Tales, filho de Tamara, como um dos membros fundadores) é o grupo “mais beneficiado” (dentre os outros que existem na favela) neste esquema que tem a UPP como protagonista, mas que “até agora nada...”

Em diversas conversas que tive com Tales (que ocupa no Grupo B o mesmo lugar que Beto tem no Bonde X), ele realmente sempre me disse, a respeito do procedimento burocrático para conseguir a autorização da UPP para as festas do grupo de que faz parte, que “tá muito tranquilo, até porque a gente não toca funk”, que ele apenas tem de passar as informações para sua mãe (Tamara) e não precisa “correr atrás de nenhum nada opor”.

Edmílson, acima, refere-se ao fato de que até então não havia sido a ele direcionado nenhum pagamento pelo uso da Quadra: “e o, e o... já avisou...” Edmílson não diz o nome do

¹⁶⁹ As UPAs (Unidades de Pronto Atendimento) são equipamentos públicos de saúde do Governo do Estado; são construídas retoricamente como inovações da gestão de Sérgio Cabral (2007-2014) e contam 29 unidades atualmente (cf. <http://www.saude.rj.gov.br/upas-24-horas/20257-enderecos-upas-24h-estaduais.html> e <http://www.sergiocabral.com.br/conquistas/marcas-de-gestao-publica/upa-24-horas/>).

“bigode grosso”, expressão de uma espécie de “lei do silêncio” (MACHADO DA SILVA, 2008, p.45) típica da socialidade criminal (quebrantada um pouco pela relação de confiança por nós forjada), mas não deixa de compartilhar sua preocupação:

Edmílson: [ele já avisou] mais de uma vez e essa é a minha preocupação, porque daqui a pouco eu vou me sentir responsabilizado por isso. Entendeu? Porque tão brincando com coisa séria, é com eles mesmo, eu não tô preocupado, não. Só não quero depois vir ninguém reclamar comigo, ó... eu até falei com... porque o filho aqui costuma botar a cara: “não! ah!, pa!, porque eu que sou o cara que organizo”. Só que eu já falei até com ela: “Fulana, dá uns toques no fulano, não é assim, ele tá muito acelerado... tira o corpo dele da reta, tá botando muito a cara, se você não responde por tudo, você não tem que falar que você responde por tudo, aprende isso... Se não é você que cuida do dinheiro do Grupo B, você não tem que falar que tem dinheiro ou que não tem, você tem que chamar o cara que gerencia o caixa do Grupo B pra dizer se tem ou se não tem...”

Eu: É verdade, tem que se preservar, né?

Edmílson: Mas, a gente fala, aí acha que... então, eu falei, assim: “quer saber? De boa? Tranquilo, mas eu já avisei, se vier me perguntar eu vou falar que não deu, porque eu já dei toque, já avisei, já pedi”, mas depois eu não quero me sentir culpado dessas parada, mas, porra... os caras parece que é maluco, meu irmão, não sei o que que tem na cabeça!

A entrevista ocorreu na sala (que pertence à Associação de Moradores) em que ocorreram as reuniões de “Café Comunitário” a que fiz referência, localizando-se no andar superior de uma sequência de “puxadinhos” que configuram um amplo espaço dividido em vários ambientes, três dos quais utilizados pela Associação de Moradores como sua sede física propriamente dita. “O filho aqui” é, pois, o filho de Tamara (a “Fulana”), Tales, do Grupo B; a fala é particularmente ilustrativa do dilema que ele vive ocupando o lugar de “gerenciador”, recheado de tensões e acordos muito tênues, sempre construídos sobre a possibilidade de fundo do uso da força física, armada.

Em fins de fevereiro de 2014, numa terça-feira, chego à favela Horizonte para participar do “Café Comunitário em comemoração dos três anos desta UPP, que ocorrerá na Quadra do Largo, às 10hs”; parte da frase vai entre aspas por ser retirada do emeio de divulgação e convite enviado pela própria UPP para sua rede de contatos. Ao fim do emeio, que é assinado por uma “soldado de proximidade”, há uma citação bíblica: “bem-aventurados os pacificadores, porque eles serão chamados de filhos de Deus. Mateus 5:9”.

Deixando de lado o caráter deste convite e desta reunião, gostaria de destacar a conversa ocorrida entre eu, Tamara e Edmílson na sala da Associação de Moradores antes de nos dirigirmos à Quadra para participar da reunião. Num primeiro momento, estamos conversando apenas eu e Tamara sobre o novo capitão da UPP e as dificuldades que ela vem encontrando por conta desta mudança de comando. A certa altura do diálogo, chega à sala Edmílson, visivelmente abalado e preocupado, falando para Tamara que o “bigode grosso

falou pra caramba na cabeça” dele, falou à beça com ele. Edmílson mostrou-se muito incomodado e preocupado com esse assédio; fico sabendo, então, que houve um conflito envolvendo o Grupo B e o tráfico de drogas local. De acordo com as falas de Tamara e Edmílson, no sábado anterior estava marcada, para ocorrer na Quadra do Largo, uma festa do Grupo B que adentraria a madrugada, até as quatro horas da manhã (horário permitido pela UPP. No entanto, outro bonde local (que chamaremos de Bonde N) faria uma festa no mesmo horário na Quadra de uma outra favela contígua à Horizonte, favela esta integrante tanto do perímetro de atuação da UPP H quanto da área de domínio do chefe do tráfico da parte inferior da favela Horizonte. Em face disso, este “chefe” exigiu que o Grupo B cancelasse (ou adiasse) seu evento, para não haver concorrência com o Bonde N; em face da negativa do Grupo em acatar a exigência, o tráfico proibiu que este utilizasse a Quadra do Largo. Os representantes do Grupo, então, decidiram transferir a festa para uma praça da favela (que chamaremos de Praça do Sal) localizada em sua parte mais alta e, portanto, pertencente à área de atuação do outro “dono do morro”.

Segundo Edmílson e Tamara (e outras pessoas com que pude conversar, inclusive moradores da área em que se encontra a Praça do Sal), o evento “bombou”, atraindo um público de cerca de duas mil pessoas e acabando apenas no fim da madrugada. Enquanto Edmílson mostrava-se preocupado pelo fato de Tales ter assumido um certo protagonismo nesta série de acontecimentos, Tamara não expressa apreensão nenhuma; Edmílson completa dizendo que o Grupo B está desde então proibido pelo tráfico local de fazer festas e eventos na Quadra do Largo e Tamara complementa afirmando que, como a maioria do público (do evento ocorrido no sábado na Praça do Sal) era “usuário”, os “meninos venderam tudo, não sobrou nada”, o que teria incomodado “ainda mais” o chefe do tráfico da parte inferior da favela.

Analisando dinâmica de relações em torno da (in)viabilização da organização de eventos na favela Horizonte, portanto, encontramos os produtores culturais no fogo cruzado de uma disputa velada entre duas ordens sociais incompatíveis entre si no que tange às experiências sociais que as definem. Assim, com duas forças armadas disputando poder *in loco*, i.e., disputando (de maneira discricionária e arbitrária) o poder de estipular regras de utilização do espaço público para fins de reunião coletiva, confraternizações, “eventos” e afins, diferentes grupos e “bondes” são objeto de distintos tratamentos por parte dos representantes daquelas duas ordens sociais. Desse modo, ao mesmo tempo em que o Bonde

X (como outros, aliás) tem seus pedidos negados ou dificultados pela UPP e Joca diz estar “ficando desanimado” de fazer festa na Quadra porque “a burocracia tá muito grande” e porque o capitão da UPP cancelou uma festa por ele organizada apenas dois dias antes de sua realização (em função do evento político de inauguração das obras da sede da UPP), o Grupo B, que, segundo Edmílson, foi o “grupo mais beneficiado” pelo esquema inaugurado pela Unidade de Polícia, está, desde os acontecimentos acima relatados, proibido de realizar suas festas no espaço da Quadra do Largo em função de um conflito direto com o tráfico de drogas da área.

A UPP, portanto, atualiza a seu modo a “gestão diferencial dos ilegalismos” (FOUCAULT, 2007) – numa inversão do discurso dominante que a promove como força (armada) do poder público a desbravar e anexar (militarmente) um território inimigo (sob o império de outras leis, regras e costumes) e inaugurar uma miríade de iniciativas capaz de paulatinamente incorporá-lo às instituições da “cidade formal”. Neste sentido, ela pode a todos surpreender ao impor uma sanção (ou uma restrição) insuspeita, tal como na admoestação que vimos o capitão Reginaldo fazer num “Café Comunitário”, segundo a qual a cobrança de ingressos no espaço público seria inadmissível: “eu espero que vocês não estejam fazendo isso...”.

Na medida em que está prevista legalmente a mais plena discricionariedade à força policial no que tange aos critérios e requisitos da realização de “eventos” (o que, do ponto de vista das próprias garantias constitucionais, é ilegal), a UPP (sobretudo, mas não exclusivamente) na figura do seu capitão local reveste-se de ampla margem de liberdade para dispensar (a seu próprio juízo) tratamentos distintos àqueles que se propõe a tarefa da organização de “eventos” – isto é, reveste-se do poder de gerir seletivamente práticas ilegais, o que tem por efeito constituir (ou contribuir para a constituição de) seu lugar de poder político local e colocá-la na figura de uma espécie de “novo dono do morro”, até porque, para promotores de eventos de pequeno porte, é impossível satisfazer todas as exigências legais que condicionam a autorização dos poderes públicos para a realização de sua atividade. Assim, a força policial pode agir seletivamente (BECKER, 2008) e, por isso mesmo, orientada por preconceitos e estigmas historicamente associados aos moradores de favela e aos seus gostos e produções/manifestações culturais – daí o capitão Reginaldo opor-se fortemente ao funk. (a que se refere quando afirma “e nada de senta na cabecinha também,

nada disso!” ou “eu gosto de funk, mas tem a lei”), o que acabou por beneficiar o Grupo B, que se enquadra em outro estilo musical.

Essa ideia da UPP enquanto instância que disputa o lugar de “novo dono do morro” também aparece sobejamente na análise de Cano *et al.* (2011), que analisa mais ampla e genericamente o impacto das UPPs nas sociabilidades locais das favelas abarcadas pelo experimento da “pacificação”. Entendendo que os comandantes e os policiais das UPPs atuam, em diversas ocasiões, havendo ou não base legal para tal, em função de critérios estritamente subjetivos e particulares (*idem*, p.170), os autores mostram que, no geral, observa-se o risco da transformação das UPPs nesse agente que mimetiza a forma do tráfico ou da socialidade criminal. Descrevendo como as UPPs atuam em diversos pontos da regulação da sociabilidade local, os autores afirmam que

“em relação a esta função reguladora da vida social que os policiais exercem nas UPPs, um dos maiores riscos é o de perpetuar o controle autoritário tradicional. De forma gráfica, o perigo é o comandante local se tornar o “*novo dono do morro*”, substituindo a figura associada ao crime por uma nova, investida de legalidade, mas igualmente impositiva (...) Um escalão abaixo do “dono do morro”, existe ainda o risco de o policial adotar uma posição paternal em relação à comunidade, talvez mais benigna do que a do “chefe do morro”, mas também autoritária. Esta figura paterna adotaria decisões pelo bem dos moradores, mas concentraria para si um amplo poder regulatório e decisório. De fato, algumas falas de comandantes transmitem a impressão de um pai impaciente com seus filhos, benevolente às vezes e severo outras, sempre disciplinador, alternando prêmios e castigos na tentativa de educar os moradores (...) Quando os policiais assumem também a função de procurar projetos sociais e investimentos para a comunidade, o que acontece em várias comunidades, temos ainda a figura do “pai provedor”” (*idem*, p.172-3 – grifo dos autores).

Acontece que esse novo “dono do morro” não expulsou o anterior, mas com ele conviveu e rivalizou de um modo particular na primeira fase de instalação das UPPs – antes da sua perda de força político-institucional. A “socialidade criminal”, enquanto forma de vida autônoma, permaneceu como ordem social capaz de rivalizar com o projeto de “pacificação” de determinadas áreas de favela da cidade. Tratou-se de uma permanência que se deu com substanciais alterações (dado o fato nada desprezível do declínio da ostentação de armas pelas facções criminosas que atuavam na favela Horizonte, segundo as falas de todos com que lá já tive contato), mas que foi capaz de operar uma espécie de disputa pelo poder com a unidade policial local; isso gerou, conforme argumenta-se aqui, a reconfiguração de um cerco já vivido pelos moradores das áreas “pacificadas”.

A interpretação que procuro avançar aqui, portanto, é a de que o experimento das UPPs, antes de perder força político-institucional sobretudo (mas, não apenas) em face da

crise financeira e política do Estado do Rio de Janeiro, sem incidir sobre um vazio, reconfigurou o cerco anteriormente vivido por seus moradores.

Esse cerco, como observamos, tinha como seus vetores a linguagem da violência urbana e as atuações cotidianas tanto da polícia quanto dos agentes da socialidade criminal; característicos dessa “vida sob cerco” estão a referida necessidade de “limpeza simbólica” por parte dos moradores das áreas de favela da cidade, o silenciamento enquanto obstáculo à ação coletiva favelada e o fogo cruzado entre traficantes e policiais (operado em circunstâncias não apenas de “incursões”, mas também de convivência diária).

Nesse contexto, sugiro que as UPPs reformularam a modalidade de presença da instituição policial nos territórios que se converteram em objeto desse experimento de segurança pública (sem, contudo, anular aquele “fogo cruzado”), afetando também, em parte, a forma de atuação do tráfico de drogas nas localidades. Desse modo, o que eu gostaria de enfatizar é que a “pacificação” deu, a seu modo, continuidade à experiência da vida sob cerco tanto porque não eliminou por completo o regime do “fogo cruzado” nem alterou a gramática da violência urbana (com os efeitos discutidos sobre a ação coletiva e a sociabilidade faveladas) quanto porque instaurou uma configuração em que as diferentes unidades de polícia pacificadora buscaram se alçar enquanto instâncias de mediação político-institucional que, ademais, atuam localmente por meio da gestão diferencial dos ilegalismos, isto é, gerindo seletivamente práticas ilegais por meio de uma atuação concreta que constantemente turva as linhas que supostamente definem de uma vez por todas o que é “legal” e “ilegal”. Essa atuação da UPP aparece não apenas no caso da organização de eventos acima analisado, mas também em diversos momentos das entrevistas mais abaixo discutidas. Nessa configuração, as UPPs passaram a disputar um lugar de “donos do morro”, na pertinente sugestão de Cano *et alii* (2012). Nesse sentido, as UPPs dão continuidade à histórica constituição das favelas enquanto margens do Estado – tese que procuro sustentar aqui.

Além do mais, algo entrevisto não apenas na leitura de Edmilson acerca da saída de Tamara do posto de presidente da associação de moradores, mas também em uma das entrevistas abaixo e na fala do capitão Reginaldo – acima destacada – acerca do serviço, por ele dirigido, de inteligência e monitoramento da UPP, a experiência da vida sob cerco conta ainda com a configuração do que Menezes (2015) chamou de uma *lógica* ou de um *regime* de “campo minado” – reconhecendo que, na virada de 2014 para 2015, o experimento das UPPs

perde a estabilidade institucional e a aceitação mais geral da opinião pública de que passou a paulatinamente gozar desde 2008.

Assim, nos primeiros anos das UPPs, a lógica do confronto (e do arrego) cedeu parcialmente lugar à lógica do campo minado, na qual traficantes e policiais monitoram-se e vigiam-se mutuamente numa espécie de jogo de gato e rato¹⁷⁰. Esse regime do campo minado foi uma resultante direta da modalidade de presença das UPPs nos primeiros anos da experiência da “pacificação”, quando o poder do tráfico armado ostensivo diminuiu (com suspensão temporária da venda de drogas, inclusive) e os traficantes, procurando adaptar-se à nova configuração de uma presença mais continuada da polícia no território, passaram a monitorar os policiais e seus plantões. De sua parte, os policiais também passaram a utilizar a mesma lógica da vigilância e do monitoramento para mapear “pessoas suspeitas” e atuar de modo a antecipar as ações do “inimigo”.

“Eles [os traficantes] entenderam rapidamente que precisariam mudar suas estratégias de atuação para continuar agindo na favela. Por isso, logo começaram a investigar a atuação dos policiais da UPP, monitorar por onde eles passavam e mapear quem fazia parte de cada plantão e como cada um desses grupos geralmente trabalhava, para, assim, traçar estratégias de ação que pudessem se ajustar ao novo ambiente da favela” (idem, p.358).

E ainda:

“Os policiais também passaram a monitorar todos os “movimentos suspeitos” dentro das favelas. Tal monitoramento foi importante para que eles, pouco a pouco, fossem mapeando “quem é quem” e descobrindo como os traficantes estavam atuando. Entender o modo de atuação do tráfico no novo contexto e monitorar a movimentação dos traficantes é fundamental para que os PMs possam, assim, escolher o melhor momento para “dar o bote” e capturar os “inimigos”” (idem, p.360).

O central a ser destacado, aqui, é o impacto dessa configuração sobre a vida dos moradores dessas regiões. Com efeito, eles ficam no meio de uma disputa entre duas forças armadas que procuram não apenas determinar regras e normas sobre diversos pontos da sociabilidade local, como protagonizam uma espécie de “guerra fria” baseada na vigilância e monitoramento; nessa “guerra”, os moradores estão igualmente sendo vigiados e monitorados por ambas as partes, as quais estão a todo momento observando “quem está do lado de quem”. Isso gera uma tensão que é vivida, muitas vezes, como uma paralisia – tal como aparece em uma das entrevistas realizada por Menezes (2015, p.360-1):

¹⁷⁰ Diz Menezes (2015, p.360): “durante as entrevistas realizadas com policiais e traficantes em áreas ‘pacificadas’ notei que ambos os atores usavam uma mesma expressão para nomear a forma de interação que substituiu a lógica do confronto: ‘jogo de gato e rato’”.

“O morador fica oprimido. Olha só, se você mora aqui, você é criado aqui, só porque você pegou uma certa amizade com um policial, só porque você levou um copo d’água, o tráfico te oprime. Se você é um morador que mora aqui há não sei quantos anos e se acostumou com o tráfico e ajuda o tráfico, o policial te oprime. Então tu fica acuado, porque tu tem que ficar no meio de tudo e de todos, mas não se deixar levar por nenhum deles. *Tem que ser que nem um poste, tem que ficar parado e intacto*” (Trecho de entrevista com um morador da Cidade de Deus).

Nessa configuração, a todo momento os moradores podem ser acusados de seja de convivência com o tráfico (pelos policiais) seja de X-9 (pelos traficantes). Esse regime, contudo, vale reforçar, não erradicou a lógica do confronto e do fogo cruzado, mas com ele conviveu permanentemente, perdendo seu vigor à medida que o projeto das UPPs como um todo perdia força político-institucional, obedecendo a questões que transcendem as dinâmicas faveladas locais. Entretanto, um circunstancial fortalecimento da lógica do fogo cruzado também não elimina o regime do campo minado, de modo que não se trata apenas de um retorno ao que se passava anteriormente à experiência das UPPs¹⁷¹. Em todo caso, trata-se de variações de uma mesma experiência de cerco que pode ser entendida, por sua vez, como venho sugerindo, como uma das atualizações da histórica constituição das favelas cariocas enquanto margens do Estado.

¹⁷¹ Sobre esse ponto, indica Menezes (2015, p.370) que “a volta dos tiroteios não traz para os territórios “pacificados” a volta do regime de “fogo cruzado” puro e simples, tal como era antes das UPPs. O que ocorre em favelas “pacificadas” – como é o caso da Cidade de Deus – onde estão acontecendo trocas de tiro com frequência é uma sobreposição com variações de intensidade entre o regime do “fogo cruzado” e do “campo minado”. Logo, em alguns momentos, a ansiedade gerada pelo “fogo cruzado” centraliza a atenção dos atores, enquanto em outros momentos (em que o “fogo cessa”) a preocupação com o monitoramento e as “contaminações” ganha novamente centralidade no cotidiano dessas favelas. Mas, nos dois momentos, há uma continuidade da experiência de “vida sob cerco”, que segue sendo reatualizada tanto pelos confrontos armados como pela vigilância constante”.

Parte 2 – Informalidade e mercado de trabalho no Brasil

4. DA INFORMALIDADE: HISTÓRICO E ALTERNATIVA TEÓRICA

4.1 Introdução

Neste capítulo, estabeleço as bases teóricas para o tratamento do problema da informalidade do mercado de trabalho brasileiro. Trata-se, aqui, de fazer a revisão histórica da construção de um *debate* com o objetivo de propor, com Cardoso (2013, 2014), uma alternativa analítica que supere a dicotomia formal/informal, a qual, apesar de largamente impertinente para tratar da realidade econômica do capitalismo contemporâneo, não deixa de informar uma série de pesquisas (de diferentes áreas do conhecimento) sobre estrutura produtiva e mercado de trabalho (no Brasil e fora, ontem como hoje). Enfatizo o interesse no *debate* porque o capítulo pretende percorrer a trajetória da “ideia” de “informalidade”, sem a pretensão de traçar a história da realidade socioeconômica brasileira.

O capítulo divide-se em cinco seções (para além desta introdução). A primeira discute as raízes da (ou o contexto histórico e teórico do seio do qual nasceu o debate sobre a) noção de “informalidade”; nesse momento, analiso o surgimento e as teses centrais da “teoria do desenvolvimento” (ou da “economia do [sub]desenvolvimento”), enfatizando o lugar aí ocupado pela reflexão latino-americana, com especial destaque para a CEPAL, cuja reflexão é apresentada a partir da obra de Celso Furtado.

Dialogando contra este pano de fundo, a segunda seção aborda, em primeiro lugar, o contexto institucional do qual surgiu o *World Employment Programme* (WEP) e a célebre “missão do Quênia”, examinando, na sequência, as contribuições teóricas de Keith Hart e do “relatório do Quênia”; nesta seção, refiro-me rapidamente ao programa de pesquisa, implementado sob o guarda-chuva do WEP, sobre o “desemprego urbano”. A terceira seção analisa os “anos de dispersão” (BANGASSER, 2000) da noção de informalidade; aqui, discuto a obra de Hernando de Soto (1989) enquanto exemplar de uma tendência discursiva que se dissemina largamente por agências multilaterais (COUTINHO, 2010) e empresas transnacionais (SCHWITTAY, 2011) ao reinterpretar a “informalidade” na chave do

“empreendedorismo” e da “solução”, o que tem fortes nexos e afinidades eletivas com o entendimento atual da favela como “oportunidade” (PASTUKI, 2012) e como “formidável laboratório da nova economia popular” (ATHAYDE e MEIRELLES, 2014), conforme tratamos no capítulo anterior. A quarta seção desenvolve, acompanhando Cardoso (2013, 2014), a informalidade enquanto forma social do trabalho, encontrando aí uma alternativa teórica que retém seu potencial analítico sem abrir mão da precisão conceitual que se foi perdendo ao longo de sua trajetória, como enfatiza Machado da Silva (2003).

Assim, através de uma retomada de Hart e apoiando-se em Cardoso (2013, 2014), a seção apresenta uma matriz teórica para o tratamento da informalidade que supere a dicotomia formal/informal e reconheça o caráter primordialmente social das relações econômicas, servindo assim de esteio para a análise das trajetórias empregatícias realizada na parte 3.

4.2 A economia do desenvolvimento: contexto, teses centrais e a contribuição da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) a partir de Celso Furtado

O que se convencionou chamar de economia do subdesenvolvimento (AGARWALA e SINGH, 2010) ou teoria econômica do desenvolvimento (HIRSCHMAN, 1980) surge no pós-Segunda Guerra Mundial como um campo específico do conhecimento econômico. Vários são os elementos que nos permitem compreender os contornos gerais do quadro histórico-cultural que permitiu aquele surgimento, como destacam Bastos e Britto (2010), aos quais, neste particular, acompanho de perto.

Uma primeira transformação fundamental foi o fim da *Pax Britannica* e da era liberal com a eclosão da Primeira Guerra Mundial. As tentativas de, após o conflito, retomar a ordem antiga fracassaram, desembocando na crise de 1929; a década de 1930 rompe “definitivamente o padrão de comércio internacional que, supostamente, estava na base da ordem liberal” (idem, p.10). Surgem, então, diversas experiências intervencionistas, dentre as quais se destaca o New Deal estadunidense. A política econômica (e, mais amplamente, a

própria ciência econômica) é revolucionada com obra keynesiana, cuja *Teoria geral*, de 1936, é seu principal produto¹⁷².

Ainda no entreguerras, o grande sucesso soviético na promoção da industrialização e do desenvolvimento econômico (HOBSBAWM, 1995, p.367) também estimulou o “clima de rebelião” contra o classicismo. O alerta já estava ligado na grande potência capitalista então em ascensão (EUA) e, passada a Segunda Guerra Mundial, a guerra peculiar entre as duas superpotências da época compeliu os Estados Unidos a “estimular a elevação do padrão de vida dos países a fim de afastá-los da ‘tentação’ socialista” (BASTOS e BRITTO, 2010, p.11), cuja estratégia de crescimento (posta em ação no entreguerras), por motivos óbvios, coadunava-se perfeitamente com as necessidades tanto da Europa em reconstrução quanto do mundo subdesenvolvido em busca de avanço econômico¹⁷³. O movimento de descolonização na Ásia e na África, fazendo nascer novas nações que ansiavam colocar-se nos trilhos da modernidade, e o Plano Marshall, expressão da estratégia estadunidense no âmbito da Guerra Fria que foi vital para a reconstrução de Europa e Japão, conformaram um clima

¹⁷² O impacto de Keynes foi tão forte que, a partir dos seus escritos, a ciência econômica construiu um novo domínio de análise, a *macroeconomia*; até Keynes, o que se entende hoje por microeconomia era identificado, exclusivamente, com a própria ciência econômica enquanto tal (PAIVA e CUNHA, 2008, p.89). A despeito de a revolução keynesiana ter sido um dos fatores centrais do contexto histórico de surgimento da economia do desenvolvimento, suas contribuições, por centrarem-se em questões de curto prazo (e não propriamente na temática do desenvolvimento) não foram decisivas para aquele surgimento (BASTOS e BRITTO, 2010, p.11). Com relação especificamente à CEPAL, embora se aceite sem mais questionamentos que o estruturalismo latino-americano seja uma adaptação da obra keynesiana à realidade do continente, a verdade é que a contribuição cepalina, na originalidade de seu pensamento propriamente econômico, deve pouco ao keynesianismo (FONSECA, 2000). Bielchowsky (2000, p.12), ademais, destaca que “é desnecessário assinalar que a ideia de que a revolução keynesiana ajudou a estabelecer um clima teórico de rebelião contra as doutrinas liberais não deve obscurecer o fato de que o conteúdo da confrontação teórica surgida na teoria do subdesenvolvimento é de natureza diferente daquele encontrado nas controvérsias típicas de economias avançadas”. De toda sorte, a ênfase keynesiana na questão do des/sub/emprego influenciou as teorias do desenvolvimento: “ao escrever a Teoria Geral, Keynes (como os seus contemporâneos) enfrentava uma questão crucial: a existência de um volume expressivo de sub-utilização do trabalho (...) Seu foco no ‘lado da demanda’ é, por este prisma, uma contraposição à análise econômica clássica, segundo a qual o desemprego involuntário não era um fenômeno econômico importante” (PAIVA e CUNHA, 2008, p.211-2).

¹⁷³ A passagem a seguir de Hobsbawm (2000, p.367) é esclarecedora neste sentido: “o comunismo de base soviética, portanto, passou a ser um programa voltado para a transformação de países atrasados em avançados. Essa concentração de crescimento econômico ultrarrápido não deixava de ter apelo mesmo no mundo capitalista desenvolvido em sua era de catástrofe, desesperadamente em busca de uma maneira de recuperar seu dinamismo econômico. Era ainda mais diretamente relevante para os problemas do mundo fora da Europa Ocidental e da América do Norte, a maior parte do qual podia reconhecer sua própria imagem no atraso agrário da Rússia soviética. A receita soviética de desenvolvimento econômico – planejamento econômico estatal centralizado, voltado para a construção ultrarrápida das indústrias básicas, e infraestrutura essencial a uma sociedade industrial moderna – parecia feita para eles”.

extremamente favorável para a elaboração de políticas e teorias de desenvolvimento econômico (idem, ibidem). Assim, as décadas de 1950 e 1960 vêem emergir o desenvolvimento econômico como “um campo autônomo de pesquisa” (PAIVA e CUNHA, 2008, p.228). Essa, sublinha Bangasser (2000, p.2),

“era uma época de confiança e otimismo. Com a reconstrução surpreendentemente exitosa da Europa e do Japão na sequência da Segunda Guerra Mundial, parecia não haver razão para duvidar de que um tipo de esforço econômico similar também poderia ser aplicado aos países emergentes no Terceiro Mundo descolonizado”.

Há, evidentemente, vasta heterogeneidade entre os teóricos que contribuíram para a conformação daquele campo autônomo de pesquisa. Entretanto, Bastos e Britto (2010) destacam três grandes ênfases ali presentes que nos permitem agrupar num eixo analítico relativamente coerente suas principais contribuições: *o papel da poupança, a crítica ao livre comércio e o papel das externalidades*.

A discussão acerca da poupança relaciona-se, sobretudo, à questão do balanço de pagamentos de uma economia nacional. Tecnicamente, a poupança interna é aquela parcela da renda (ou do produto) agregada(o) que não foi gasta(o) nem no consumo (das famílias ou do governo) nem no investimento nem na importação. A relação entre poupança e investimento é central na economia do desenvolvimento. Para muitos autores, o principal obstáculo ao crescimento em situações de subdesenvolvimento é a escassez de poupança: se o país não consegue poupar parte de sua renda/produto, então se torna impossível o financiamento de projetos de investimento responsáveis pelo crescimento/desenvolvimento. Essa é posição, por exemplo, de Arthur Lewis (1954, 428-9), em texto clássico:

“O problema central na teoria do desenvolvimento econômico é compreender o processo pelo qual uma comunidade que anteriormente não poupava nem investia mais de 4% ou 5% de sua renda nacional e ainda menos se transforma numa economia em que a poupança voluntária se situa por volta de 12% ou 15% da renda nacional ou mais. Esse é o problema central porque o fator principal do desenvolvimento econômico é a acumulação rápida de capital (incluindo no capital os conhecimentos e as capacitações). Não se pode explicar nenhuma revolução “industrial” (como pretendem fazer os historiadores econômicos) enquanto não se explique por que houve um relativo aumento da poupança em relação à renda nacional”.¹⁷⁴

¹⁷⁴ Posição parecida encontramos em Rostow (1961), em cujo livro igualmente clássico estabelece uma relação direta entre a capacidade de poupar e a superação do atraso. Entendendo de modo linear a evolução econômica das diferentes nações em suas transições de sociedades tradicionais para sociedades modernas a partir de cinco fases (*sociedade tradicional, as pré-condições para o arranco, o arranco, a marcha para a maturidade e a era do consumo em massa*), Rostow argumenta que, central para a decolagem que permite a transição, é, dentre outros fatores, o incremento da capacidade de poupança da economia nacional. Com *um manifesto não-comunista* como subtítulo, o livro de Rostow teve uma influência particularmente significativa no debate latino-americano sobre o desenvolvimento, como mostra Machado da Silva (2003).

No entanto, as relações entre poupança e investimento são mais complexas do que faz parecer essas formulações. Numa caracterização desta questão que anteciparia Celso Furtado, Ragnan Nurske mostra que o aumento da poupança nem sempre desemboca no incremento dos investimentos, pois padrões de consumo sofisticados podem drenar o pecúlio acumulado, gerando uma pressão inflacionária interna e uma tendência perene de desequilíbrio no balanço de pagamentos:

“No plano internacional, o contato e o conhecimento de esquemas de consumo superiores dão asas à imaginação, criando novas necessidades (...) A comunicação no mundo moderno – pelo menos no mundo livre – é íntima e, assim, a atração pelos níveis de consumo adiantados torna-se forte, ainda que irregular, nas partes mais pobres do mundo. Essa atração é uma desvantagem para os retardatários no desenvolvimento econômico. Não só afeta a poupança pessoal voluntária como torna também mais difícil politicamente empregar a taxação como medida de poupança forçada e resistir às demandas do governo por gastos (...) As nações mais pobres, em contato com as mais ricas, se sentem continuamente impelidas a manter suas rendas e seus gastos monetários acima do que sua capacidade de produção lhes permite. O resultado é uma tendência inflacionária interna e uma persistente tendência ao desequilíbrio no balanço de pagamentos” (NURSKE, 1953, p.285-6).

Ademais, a poupança, enfatizam outros autores, para além da necessidade de ser preservada em face de costumes de consumo “insustentáveis” (do ponto de vista do crescimento nacional), precisa crescer até o ponto em que consiga ser capaz de viabilizar as importações necessárias ao processo de desenvolvimento – caso contrário, o país fica preso no gargalo do subdesenvolvimento. Logo, mudar a pauta de importações/exportações torna-se a única forma de angariar divisas, aumentar a poupança interna e possibilitar a industrialização.

“Se o que se quer é que a taxa de crescimento dos países subdesenvolvidos se aproxime da dos países altamente desenvolvidos, será necessária alguma transformação importante nos parâmetros tecnológicos e comportamentais que definem a função das importações. Isso significa, essencialmente, que o teto imposto à taxa de crescimento da renda pela disponibilidade de divisas estrangeiras deve ser elevado acima do imposto pela taxa limitada de poupança” (BRUTON, 1955, p.258).

Uma forma, poucas vezes destacada nos textos desses autores fundadores, de superar essa taxa limitada de poupança (que impõe um teto muito baixo para o crescimento da renda e, de certa forma, para a disponibilidade de divisas) é organizar um mercado financeiro eficiente¹⁷⁵. Entendendo que um aumento da poupança em detrimento do consumo pode levar a economia à recessão (com diminuição do emprego e da renda), Keynes inova ao propor que

¹⁷⁵ Estamos trabalhando, aqui, com a definição de mercados financeiros enquanto “o conjunto de intermediários financeiros (bancos comerciais, bancos de investimento, corretoras de títulos e valores mobiliários, bolsas de valores, etc.) que realizam as atividades de aproximação entre os detentores de recursos líquidos (chamados aqui de poupadores) e os demandantes de tais recursos (‘tomadores’ ou ‘investidores’)” (PAIVA e CUNHA, 2008, p.216).

mais importante que a poupança é o volume e o esquema de financiamento dos investimentos. Com os investimentos se viabilizando mesmo em condições de baixo acúmulo de poupança, a renda se expandiria, via efeito multiplicador da renda, num nível superior àquele do investimento inicial. E, junto com a renda, aumenta também a poupança. A poupança continua sendo importante, mas não como condição de possibilidade e sim como efeito positivo dos investimentos viabilizados pelo funcionamento adequado dos mercados financeiros, os quais fazem a ponte entre investidores e poupadores:

“Para ele [Keynes], mais importante do que ter um volume prévio de poupança seria criar condições de financiamento nos mercados financeiros, especialmente por meio dos bancos (crédito bancário). Havendo fontes de financiamento, os investimentos poderiam se viabilizar. Via efeito multiplicador a renda se expandiria em um nível superior à variação original do investimento. Com um nível mais elevado de renda poderiam crescer tanto o consumo, quanto a poupança. Os indivíduos com mais renda podem adquirir ativos financeiros emitidos pelas empresas (ações, títulos de dívida, etc.). Desta forma, estariam *poupanando*. (...) Países com baixos níveis prévios de poupança não estariam, necessariamente, condenados a ter baixos níveis de investimento, desde que sejam criadas fontes de financiamento (via bancos de desenvolvimento, por exemplo)” (PAIVA e CUNHA, 2008, p.217-8 – grifo dos autores).

É exatamente este raciocínio que está explicitado na reflexão, por exemplo, de Myint (1954, p.151-2) sobre o problema do financiamento a partir do funcionamento do sistema de crédito.

“[...] vemos com frequência que os altos riscos e as dificuldades em encontrar saídas adequadas para os fundos líquidos podem ser mais importantes que a escassez genérica de poupança [...] É difícil afirmar que ocorra escassez geral de poupança na economia atrasada como um todo. Isto nos leva ao problema que pode ser oculto pela ótica do subinvestimento, que insiste na escassez geral da oferta de capital. Referimo-nos ao problema da organização e *distribuição* do crédito como separado do problema do aumento da oferta total de poupança. [...] Pode-se verificar também que o “gargalo” real pode ser, frequentemente, encontrado mais nas dificuldades em organizar a distribuição do crédito e em encontrar aplicações adequadas para a poupança existente que na escassez geral de poupança. Isso também pode ser visto pelo fato de que, mesmo havendo consideráveis quantidades de poupança interna, ela é usada normalmente para o empréstimo à base de hipotecas territoriais e de joias, pois isso traz aos poupadores uma taxa de retorno muito mais elevada do que qualquer outro tipo de investimento “produtivo” ao seu alcance”.

Para além do debate em torno da poupança e do investimento, é a crítica ao livre comércio e a ênfase no papel das externalidades os posicionamentos que, interconectados, articulam as diversas contribuições dos teóricos da economia do (sub)desenvolvimento. O adversário óbvio daquela crítica é a teoria das vantagens comparativas, elaborada, a partir de Adam Smith, por David Ricardo. Deixando de lado as nuances e complexidades desta perspectiva clássica, o modelo sustenta que cada país, no jogo das relações internacionais de comércio, deve especializar-se na produção daquelas mercadorias em que detém vantagens comparativas de custos. O modelo procura “provar matematicamente” que, deixando de

produzir aquelas mercadorias em que observa desvantagens relativas de custos em prol da produção especializada daquelas em que possui vantagens, os países, desfeitas todas as barreiras e tarifas protecionistas em favor da efetivação do livre comércio internacional, teriam imensos ganhos de produtividade (PAIVA e CUNHA, 2008, p.301-8).

Esta previsão de que o comércio internacional liberado de barreiras estatais (“externas”) gera um jogo de soma positiva, onde todos saem ganhando (idem, p.282), é logo rejeitada pela teoria do desenvolvimento em função das considerações, destacadas acima, sobre o efeito inflacionário (e potencialmente corrosivo do ponto de vista do balanço de pagamentos) de hábitos de consumo importados dos centros do capitalismo avançado; para esta teoria, deriva daí a necessidade de controlar a pauta de importações, protegendo a economia nacional.

“[...] as diferenças entre os níveis de vida, quando muito amplas e conhecidas, exercem uma pressão que eleva a propensão ao consumo nos países mais pobres. De acordo com o pensamento clássico, a falta de equilíbrio no comércio internacional só perdura porque alguns países tentam viver “acima de suas possibilidades”. Temos agora uma explicação simples para o fato de que alguns países persistem em viver acima de suas possibilidades”(NURKSE, 1953, p.287).

Ademais, está na própria razão de ser da economia do desenvolvimento a proposição de políticas e estratégias econômicas que viabilizem a superação de uma condição histórica de subdesenvolvimento a partir da industrialização, o que supõe a negação da “tese monoeconômica” (HIRSCHMAN, 1980, p.1058) segundo a qual a ciência econômica, porque composta de uma série de teoremas de validade universal, é uma só. Esta negação é acompanhada da afirmação de que

“os países subdesenvolvidos se separam como um grupo, mediante várias características econômicas específicas a eles, dos países industriais avançados, de modo que a análise econômica tradicional, concentrada nestes últimos países, deverá modificar-se em aspectos importantes quando aplicada aos países subdesenvolvidos” (idem, p.1057).

Isso significava, dentre outros desdobramentos, que as políticas e práticas desenvolvimentistas defendiam uma estratégia protecionista com respeito às importações (BASTOS e BRITTO, 2010, p.24), por um lado, e colocavam a necessidade de planejamento e coordenação das atividades econômicas nacionais no centro da construção do processo de desenvolvimento, por outro. Esta necessidade se articula com a ideia das *externalidades*, cujo “conceito é uma das pedras fundamentais da economia do subdesenvolvimento como uma disciplina isolada” (idem, p.26).

Na teoria econômica, este conceito diz respeito basicamente aos efeitos (positivos ou negativos) de determinada atividade econômica para o conjunto da população direta ou

indiretamente por ela afetada. Na medida em que a iniciativa privada, priorizando o lucro e o rendimento, é cega para os efeitos econômico-sociais e ambientais que carrega, cabe ao Estado a coordenação e o planejamento da economia com vistas à inibição das externalidades negativas e à potencialização das positivas. Trata-se, aqui, da oposição entre o retorno individual e o retorno social dos investimentos. É apenas o planejamento e a coordenação estatais que podem proporcionar a potencialização do retorno social de investimentos que, isolados e descentralizados, ou não seriam viáveis ou seriam incapazes de gerar externalidades positivas. Rosenstein-Rodan (1943, p.268-9) trabalha esta ideia no exemplo clássico da fábrica de sapatos:

“Admitamos que 20 mil trabalhadores desempregados da Europa Oriental são retirados do campo e transferidos para trabalhar em uma grande fábrica de sapatos. Recebem salários consideravelmente superiores à escassa renda *in natura* de que dispunham anteriormente. [...] Se esses trabalhadores gastassem todo o salário em sapatos, surgiria um mercado para os produtos de sua empresa [...]. A dificuldade é que os trabalhadores não vão gastar todo o salário na compra de sapatos. Se, ao contrário, 1 milhão de trabalhadores desempregados fossem retirados do campo e colocados não em uma indústria, mas em toda uma série de indústrias que produziriam o grosso dos produtos em cuja compra eles gastariam seus salários, o que não valia para uma fábrica de sapatos seria válido no caso de um sistema de indústrias: seria criado o seu próprio mercado adicional, ocorrendo assim uma expansão da produção mundial com um mínimo de perturbação do mercado internacional. [...] *A criação planejada de um sistema de indústrias complementares desse tipo reduziria o risco de insuficiência da procura e, como o risco pode ser considerado um custo, reduziria os custos. Nesse sentido, é um caso especial de “economias externas”*”.

*

Dentro desse heterogêneo universo da economia do (sub)desenvolvimento, nos interessa mais de perto a reflexão avançada por Celso Furtado enquanto uma ilustração do pensamento cepalino; ali encontramos elementos centrais daquela economia que conformam o ambiente teórico contra o qual foi forjado, originalmente, o conceito de “informalidade” (ou, mais precisamente, de “setor informal urbano”).

Fundada em 1948 como uma das cinco Comissões Econômicas criadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico da região, a CEPAL constituiu-se, ao longo das décadas de 1950, 1960 e 1970, como verdadeira *escola de pensamento* (FILHO e CORRÊA, 2011) voltada para um tratamento original e nacionalista do tema do desenvolvimento econômico. Essa orientação, no entanto, devendo-se ao caráter ainda muito incipiente tanto da CEPAL quanto da própria

ONU¹⁷⁶, cede lugar ao paradigma neoestruturalista (MISSIO e JAYME JR., 2012), o qual passa a dialogar e a propor “conciliações”, a partir de 1990, com o pensamento neoliberal a partir de então dominante e presidido pela ideia do mercado auto-regulado.

Deste ano (1990) data a publicação de *Transformación productiva com equidad* (CEPAL, 1990), documento considerado um marco nessa reorientação institucional, o que reflete, por um lado, um encontro da CEPAL “com a sua natureza de instituição das Nações Unidas, ficando o funcionamento dos anos 1950 e 1960 como um interregno extraordinário” (idem, p.94)¹⁷⁷, e, por outro, uma tentativa de compromisso (na chave do neoestruturalismo) com o ideário neoliberal expresso no chamado “Consenso de Washington”, equivalente funcional (noutro período, noutros termos e noutro horizonte político-econômico) dos acordos de Bretton Woods (BELLUZZO, 1994).

Esta seção dedica-se à contribuição daquele que é reconhecido como um dos expoentes mais significativos da teoria do desenvolvimento sediada na América Latina: Celso Furtado (1920-2004); a reflexão furtadiana, pois, é aqui entendida e analisada enquanto um ícone por excelência da CEPAL enquanto escola de pensamento.

Apoiando-nos heterodoxamente em Mallorquin (2005), podemos dividir o pensamento de Celso Furtado em três períodos principais. O primeiro se estende de 1949 (ano em que Furtado ingressa na CEPAL) até o golpe militar de 1964 e é marcado, a partir de uma forte crítica às limitações da teoria econômica convencional, pela formulação de uma perspectiva teórica (o estruturalismo) que se pretende original no tratamento de um objeto também ele

¹⁷⁶ A este propósito, Filho e Corrêa (2011, p.94) realçam que “o fato de a CEPAL ter sido identificada como uma Escola do Pensamento deve-se a uma circunstância histórica particular. Isso só foi possível pelas condições iniciais de operação daquela agência, seja pela ótica interna de uma instituição em processo de consolidação, em uma fase em que a própria ONU se firmava no espaço internacional, seja pela natureza mesma do ideário que orientava as ações estratégicas dos EUA e dos seus aliados europeus [no contexto da guerra fria].”

¹⁷⁷ Nas palavras de Bielschowsky (1998, 63-4): “a implantação das reformas suscita entusiasmos e apreensões, expressos em acalorado debate ideológico, frequentemente polarizado. A CEPAL dos anos 1990 logrou posicionar-se com grande habilidade entre os dois extremos. Não colocou-se contra a maré das reformas, ao contrário, em tese tendeu a apoiá-las, mas subordinou sua apreciação do processo ao critério da existência de uma ‘estratégia’ reformista que pudesse maximizar seus benefícios e minimizar suas deficiências a médio e longo prazos. O ‘neo-estruturalismo’ cepalino recupera a agenda de análises e de políticas de desenvolvimento, adaptando-a aos novos tempos de abertura e globalização. Avalia que no passado houve, em muitos países, demasiada complacência com a inflação e que os novos tempos exigem alterações na forma de intervenção do Estado na economia, buscando-se ampliar sua eficiência. São tempos de “compromisso” entre a admissão da conveniência de que se ampliem as funções do mercado e a defesa da prática de intervenção governamental mais seletiva. O ‘compromisso’ permite que a análise e as proposições de políticas voltem aos temas caros à CEPAL, ou seja, a progresso técnico e distribuição de renda, abrindo o diálogo à direita e à esquerda do espectro teórico e ideológico internacional”.

particular (o subdesenvolvimento); este é o momento de um Furtado bastante otimista quanto às potencialidades do país, embora atento ao que chamava de obstáculos estruturais ao desenvolvimento. O golpe militar de 1964 produz uma ruptura de monta no percurso intelectual de Furtado, impedindo-nos, como alerta Mallorquin (2005, p.199), de

“representá-lo sob a imagem do teórico do desenvolvimento, reconhecido, por próximos e inimigos, por sua incontida paixão e inquebrantável esperança de que a transformação social e o desenvolvimento econômico sustentado do Brasil estivessem “ao dobrar da esquina””.

Nesta fase, Furtado está se debatendo com a tarefa de explicar por que o Brasil fracassou na sua caminhada em direção ao pleno desenvolvimento econômico e à autonomia política, centrando sua análise no regime político nacional e no poder dos EUA e das empresas transnacionais¹⁷⁸. A partir de 1976, Furtado inicia outro ciclo de sua produção intelectual, avançando na formulação de uma “teoria geral das formações sociais” (idem, *ibidem*) e na reelaboração do seu entendimento acerca do capitalismo periférico.

Para os fins desta tese, concentro-me na primeira fase acima delineada, posto ser ela a mais representativa das teses e argumentos típicos da teoria do desenvolvimento em diálogo com a qual foi forjado o conceito de informalidade. Neste interesse, apoio-me fundamentalmente em *Formação Econômica do Brasil, Desenvolvimento e Subdesenvolvimento e Dialética do Desenvolvimento*. Trata-se, sem dúvida, das obras mais significativas do primeiro período da reflexão furtadiana, a primeira consistindo de um ensaio econômico clássico sobre o processo histórico de formação da economia brasileira (escrito em 1958), a segunda sendo uma compilação de seis ensaios escritos pelo autor ao longo da década de 1950 e a terceira, escrita em fins de 1963 e início de 1964, expressando uma tomada de posição (analiticamente embasada) sobre “o que fazer” num contexto político e econômico extremamente explosivo como foi aquele dos meses que antecederam o golpe militar.

Antes de tudo, é importante destacar o quanto o pensamento de Furtado desenvolve-se em torno de um eixo dicotômico, que procura dar conta da especificidade da realidade econômica e social que o conceito de subdesenvolvimento procurava captar. Esta dualidade

¹⁷⁸ Neste período, Furtado praticamente converte-se, por assim dizer, num “teórico da dependência”, surfando na onda de prestígio e reconhecimento que a teoria da dependência passa a gozar a partir, sobretudo, de 1967, quando da publicação de *Desenvolvimento e Dependência na América Latina – Ensaio de Interpretação Sociológica*, de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto.

do pensamento pode ser sintetizada no quadro a seguir, cuja exposição se justifica como uma introdução ao pensamento furtadiano da primeira fase.

SUBDESENVOLVIMENTO	DESENVOLVIMENTO
economia híbrida	economia industrial
economia dual	economia moderna
insuficientemente capitalista	tipicamente capitalista
heterogeneidade do sistema econômico	homogeneidade do sistema econômico
imobilidade de fatores produtivos	ampla mobilidade de fatores produtivos
subemprego de fatores produtivos	pleno/a emprego/utilização dos fatores produtivos
desintegração dos setores produtivos	integração dos setores produtivos

O pressuposto de toda a análise política e econômica furtadiana consiste de uma crítica à teoria econômica convencional que, a partir de uma experiência histórica limitada, reivindica a elaboração de princípios de validade universal. Isso significa argumentar que a economia de muitos países capitalistas não pode ser devidamente apreendida através do uso acrítico das categorias clássicas de análise econômica¹⁷⁹, posto consistir de uma formação histórica totalmente *sui generis* da qual deriva uma realidade econômica particular: o subdesenvolvimento, o qual é absolutamente desconhecido pelos países desenvolvidos, em que o capitalismo surgiu de maneira endógena e não como imposição externa¹⁸⁰. Vejamos como Furtado descreve e define, genericamente, o processo de formação de uma economia subdesenvolvida para, na sequência, nos voltarmos para sua análise do caso brasileiro. Neste momento, poderemos averiguar quais eram, para Furtado, os impasses intrínsecos à encruzilhada histórica em que o Brasil se encontrava.

De acordo com nosso autor¹⁸¹, a revolução industrial iniciada na Europa do século XVIII, ao dar início o sistema capitalista de produção e provocar uma ruptura na economia

¹⁷⁹ Não se trata de abandonar aquelas categorias, mas de lhes fazer a crítica historicamente situada, permitindo delimitar os limites de sua validade através da confrontação da sua pretensa universalidade com os cursos concretos dos eventos históricos (FURTADO, 1961, p.85-113).

¹⁸⁰ Logo, “o subdesenvolvimento não constitui uma etapa necessária do processo de formação das economias capitalistas modernas” (FURTADO, 1961, p.191) e, “como fenômeno específico que é, o subdesenvolvimento requer um esforço de teorização autônomo” (idem, p.193).

¹⁸¹ Como seguirei muito de perto a argumentação de Furtado, evitarei citá-lo a todo instante para fins de facilitação da comunicação.

mundial da época, exerceu poderosa influência no restante do globo, influência esta que se encaminhou em três distintas direções (FURTADO, 1961, p.180). Numa delas, travou-se o contato da economia industrial europeia em formação e expansão com regiões dotadas de sistemas econômicos seculares e de variados tipos, mas todos de natureza pré-capitalista (idem, ibidem). Embora deste contato tenha surgido uma variedade de distintas configurações, todas elas tinham em comum a formação de uma economia dualista, a qual define, para Furtado, o fenômeno do subdesenvolvimento.

“O efeito do impacto da expansão capitalista sobre as estruturas arcaicas variou de região para região, ao sabor de circunstâncias locais, do tipo de penetração capitalista e da intensidade desta. Contudo, a resultante foi quase sempre a criação de estruturas híbridas, uma parte das quais tendia a comporta-se como um sistema capitalista, a outra, a manter-se dentro da estrutura preexistente. Esse tipo de economia dualista constitui, especificamente, o subdesenvolvimento contemporâneo” (idem, ibidem).

Esse contato a que se refere Furtado assume a forma, via de regra, da instalação, no país pré-capitalista, de uma empresa estrangeira que organiza a produção e a comercialização de determinado produto (como uma plantação de chá ou uma exploração mineira, por exemplo). Segundo Furtado, existem três maneiras segundo as quais essa instalação impacta a economia preexistente: pelo volume de mão de obra que emprega, pelo nível médio dos salários que paga e pela quantidade de impostos pagos (idem, p.181). Acontece que esses impostos eram nulos, o nível dos salários pagos era determinado pelas condições de vida prevalentes na região (e não pela produtividade do trabalho na nova atividade econômica) e o volume de mão obra empregada era muito diminuto, de modo que se configurava uma situação aparentemente idêntica àquela das fases iniciais do desenvolvimento nos países de capitalismo originário, “quando o sistema artesanal preexistente ia sendo destruído e absorvido” e o “setor capitalista, em expansão, absorveria a totalidade ou a quase totalidade dos recursos de mão de obra, permitindo que os salários reais, antes determinados em função das condições preexistentes de vida, passem a ser condicionados pelo nível de produtividade” (idem, p.182). A similaridade é apenas aparente pelo fato fundamental de que a massa de lucros gerada pela empresa capitalista estrangeira não se integra à economia local: “sua utilização depende, quase exclusivamente, das condições prevalentes na economia à que pertence o capital” (idem, p.183). Como esta margem de lucros não é reinvestida na economia local de acordo com as suas necessidades, mas remetida ao estrangeiro, explica-se o fato de que “a expansão do comércio internacional no século XIX – expansão decorrente do desenvolvimento industrial da Europa – não determinou uma propagação, na mesma escala,

do sistema capitalista de produção” (idem, p.184), dando origem, antes, à “formação de economias híbridas em que um núcleo capitalista passava a existir, pacificamente, com uma estrutura arcaica” (idem, *ibidem*).

Esta dualidade, por sua vez, em muitos casos foi suficiente para monetarizar parcelas significativas do sistema econômico, o que deu origem à importação de uma série de produtos manufaturados cuja demanda baseava-se na diversificação dos hábitos de consumo correntes (idem, p.185). Esta transformação é da maior importância, pois é nela que se assenta o processo de industrialização por substituição de importações típico do subdesenvolvimento; como, em economias deste tipo, o nível da renda e do emprego é relativamente independente do valor das exportações (dada a grande margem de lucro do empreendimento de capital estrangeiro ou a proteção fornecida pelo governo ao empreendimento levado a cabo com capitais nacionais, como foi o caso da economia cafeeira no Brasil), em momentos de queda deste valor as atividades industriais voltadas para o mercado interno são favorecidas em função do aumento relativo dos preços das mercadorias importadas conjugado com a manutenção daquele nível de renda e emprego (idem, p.185-6)¹⁸². Vê-se, aqui, uma inversão do processo clássico de desenvolvimento econômico, em que o fator dinâmico estava invariavelmente do lado da oferta – e não da demanda. Furtado (idem, p.188) resume este processo da seguinte forma:

“O elemento dinâmico, na primeira fase do desenvolvimento industrial europeu, atuou, conforme vimos, pelo lado da oferta. A ação empresarial – através da introdução de novas combinações de fatores – criou sua procura, na medida em que conseguiu oferecer um produto mais barato e mais abundante. No caso do desenvolvimento induzido de fora pra dentro – como foi o brasileiro – formou-se primeiramente a procura de manufaturas, satisfeita com importações. O fator dinâmico atuaria do lado da procura, a partir do momento em que esta não pudesse

¹⁸² Quando da análise do processo de industrialização especificamente brasileiro, Furtado, em diferentes momentos dos seus escritos dessa fase, argumentará que esta manutenção do nível de renda e emprego foi efeito da política de defesa do café no contexto da crise que se inicia em 1929, o que serve para caracterizar (embora não explique totalmente) o caráter incompleto e cambiante da revolução burguesa brasileira: “não houve, no Brasil, durante a transição da economia colonial para a industrial, o deslocamento de uma superestrutura arcaica como consequência de um processo de desenvolvimento de novas forças produtivas, cujos interesses procurassem se afirmar no plano político (...) o objetivo dessa política [de defesa do café] era aliviar a cafeicultura, transferindo para o conjunto da população os prejuízos que de outra forma se concentrariam nesse setor. Os efeitos práticos, entretanto, foram muito mais amplos, pois o que se obteve foi a defesa do nível de emprego nos demais setores, em condições de declínio na capacidade de importar. Assim, como subproduto do realismo na defesa dos interesses cafeicultores, criaram-se as condições extremamente favoráveis aos investimos ligados ao mercado interno. Parte daí o processo de industrialização que permitirá a definitiva superação da economia colonial em crise. Desta forma, a industrialização, suporte da nova classe capitalista, é uma decorrência da crise da economia colonial e da forma como esta continua a defender-se, e não um fator causante dessa crise” (FURTADO, 1964, p.113).

ser satisfeita pela oferta externa. Por um lado, a estabilidade do nível da renda monetária, por outro, a instabilidade da capacidade para importar, agiram, cumulativamente, no sentido de garantir atrativo às inversões ligadas ao mercado interno”.

Esta transformação inaugura uma mudança de nível na escala do subdesenvolvimento; ao invés de termos uma economia esmagadoramente arcaica ou atrasada (pré-capitalista) coexistindo com empresas estrangeiras, cujo impacto é diminuto para os fins das transformações estruturais requeridas pelo desenvolvimento, configura-se um estágio em que o sistema econômico é formado por três setores distintos: “no primeiro, predominam as atividades de subsistência e é reduzido o fluxo monetário; no segundo estão as atividades diretamente ligadas ao comércio exterior; no terceiro, finalmente, as que se prendem ao mercado interno de produtos manufaturados” (idem, p.189).

Nesta fase mais complexa do subdesenvolvimento, embora o fator dinâmico permaneça sendo a procura externa (idem, ibidem), seus efeitos multiplicam-se internamente no que tange à promoção da renda nacional. Contudo, quando “a expansão do setor externo é acompanhada de melhora na capacidade de importação, o poder competitivo das importações aumenta, reduzindo-se a magnitude real do multiplicador interno da renda” (idem, p.190) em função da queda das atividades industriais de capital nacional. Por outro lado, quando declinam as taxas de exportação e importação e são mantidos (ou não caem na mesma proporção) os níveis de renda e emprego, gerando desvalorização cambial, o setor industrial voltado para o mercado interno tem sua rentabilidade significativamente fomentada (idem, ibidem) porque consegue aumentar sua produtividade por meio do uso intensivo da capacidade previamente instalada e relativamente ociosa. Entretanto, como se trata, nesta fase, de indústrias de bens de consumo não-duráveis (como as indústria têxtil, alimentícia etc.) e, portanto, dependentes da importação de insumos variados para o aumento ou a manutenção da sua taxa de atividade, é inevitável que chegue o momento em que a baixa capacidade de importação deixe de ser um fator de crescimento para converter-se em seu poderoso obstáculo. Assim, “a alta rentabilidade das indústrias ligadas ao mercado interno é, em parte, aparente, pois os preços de reposição dos equipamentos importados crescem com a desvalorização cambial” (idem, ibidem).

A passagem deste estágio intermediário para uma etapa superior do subdesenvolvimento é dado quando “se diversifica o núcleo industrial e este fica capacitado a produzir parte dos equipamentos requeridos pela expansão de sua capacidade produtiva” (idem, p.191), quer dizer, quando o país alcança, por meio do desenvolvimento de sua

indústria de bens de produção (indústrias de base e de capital), sua autonomia em face das restrições impostas pela baixa capacidade de importar. Deste modo, “como o sistema é capaz de produzir parte dos bens de capital de que necessita para expandir sua capacidade produtiva, o processo de crescimento pode continuar por muito mais tempo, mesmo que haja estancamento da capacidade de importação” (idem, *ibidem*).

No entanto, a situação de subdesenvolvimento permanece em função de não se ter esgotado o processo de substituição de importações, de modo que “o elemento dinâmico reside ainda na procura preexistente – formada, principalmente, por indução externa – e não nas inovações introduzidas nos processos produtivos, *como ocorre nas economias industriais totalmente desenvolvidas*” (idem, *ibidem*. grifos meus). Essa capacidade de autogerar autonomamente o próprio desenvolvimento econômico por meio tanto da força do mercado interno quanto de inovações tecnológicas e do avanço da ciência é por diversas vezes destacada por Furtado como um fato decisivo na superação do subdesenvolvimento. Enquanto não dá esse passo fundamental, que é o de libertar-se totalmente (não apenas parcialmente) da importação da tecnologia (bens de produção) estrangeira, a economia subdesenvolvida cresce à custa de forte pressão inflacionária e através de forte desequilíbrio dos fatores produtivos; este desequilíbrio, central na definição de subdesenvolvimento, expressa a inadequação – num contexto de competição produtos estrangeiros – da tecnologia importada à disponibilidade de recursos e fatores produtivos nacionais (capital e trabalho), o que leva ao seu sub- ou desemprego e à forte concentração de renda (idem, p.195-7)¹⁸³.

Como resultado, mesmo havendo crescimento econômico e significativa elevação da produção industrial (tanto absoluta quanto relativa à sua participação no produto nacional), a estrutura ocupacional do país permanece numa situação tipicamente pré-capitalista. Furtado (idem, p.192-3) resume esta argumentação da seguinte forma:

“O núcleo industrial ligado ao mercado interno se desenvolve através de um processo de substituição de importações de manufaturas antes importadas, vale dizer em condições de permanente concorrência com produtos forâneos. Daí resulta que a maior preocupação do industrial local é a de apresentar um artigo similar ao importado e adotar métodos de produção que o habilitem a competir com o exportador estrangeiro. Por outras palavras, a estrutura de preços, no setor industrial ligado ao mercado interno, tende a assemelhar-se à que prevalece nos países de elevado grau de industrialização, exportadores de manufaturas. Assim sendo, as inovações tecnológicas que se afiguram vantajosas são aquelas que permitem aproximar-se da estrutura de custos e preços dos países exportadores de manufaturas, e não as que permitem uma transformação mais rápida da estrutura

¹⁸³ Alternativamente, são consideradas plenamente desenvolvidas aquelas regiões onde não há desocupação destes fatores (FURTADO, 1964, p.90).

econômica, pela absorção do setor de subsistência. O resultado prático disso – mesmo que cresça o setor industrial ligado ao mercado interno e aumente sua participação no produto, mesmo que cresça, também, a renda *per capita* do conjunto da população – é que a estrutura ocupacional do país se modifica com lentidão (...) Explica-se, deste modo, que uma economia, onde a produção industrial já alcançou elevado grau de diversificação e tem uma participação no produto que pouco se distingue da observada em países desenvolvidos, apresente uma estrutura ocupacional tipicamente pré-capitalista e que grande parte de sua população esteja alheia aos benefícios do desenvolvimento”.

Assim, o que define o fenômeno do subdesenvolvimento é a dualidade (ou a heterogeneidade) de sua economia (ou de sua estrutura produtiva/tecnológica), a qual tem sua origem histórica na inserção, no seu arcaísmo econômico, de empresas estrangeiras vinculadas às atividades econômicas das potências capitalistas em expansão a partir do século XVIII. Esta dualidade assume a forma, nos graus superiores do subdesenvolvimento, de um desequilíbrio ao nível dos fatores produtivos (capital e trabalho) que é efeito da importação de uma tecnologia desajustada à disponibilidade nacional destes fatores, de modo que “se torna impossível alcançar concomitantemente a utilização plena do capital e da mão de obra” (idem, p.196). Quer dizer, embora esta importação seja condição do crescimento econômico, que por sua vez é a condição do desenvolvimento econômico, ela também se converte, a partir de um determinado limite dado pela própria dinâmica do crescimento, em seu obstáculo estrutural¹⁸⁴.

De acordo com Furtado, este estado de coisas bastante ambíguo porque tipicamente de transição (1964, p.107) – caracterizado por relativa diversificação e diferenciação do sistema produtivo industrial, por crescimento econômico relativamente dependente da importação de tecnologia estrangeira (que gera inflação e desequilíbrio de fatores produtivos) e pela convivência da procura externa com os investimentos voltados para o mercado interno enquanto fatores principais e determinantes do nível de renda (enquanto fatores dinâmicos do crescimento) – define a situação brasileira de fins da década 1950 e início da década de 1960. Assim Furtado (2007, p.326-7) caracterizava, em 1958, a configuração da (e a mudança então em curso na) economia brasileira:

“O período compreendido entre 1920 e 1957 está assinalado por uma redução substancial da importância relativa da procura externa como fator determinante do nível de renda (...) Destarte, contrariamente às formas de crescimento extensivo

¹⁸⁴ Noutro momento, alerta Furtado (1964, p.91) que “se é verdade que os países subdesenvolvidos crescem pela simples assimilação de técnicas já conhecidas (e pela correspondente acumulação de capital), também o é que a transplantação destas técnicas traz implícito, quase sempre, um subemprego estrutural de fatores. Essa dificuldade não poderá ser contornada senão através de um esforço de adaptação da tecnologia, o qual é tanto mais difícil quanto os países subdesenvolvidos carecem, via de regra, de indústria própria de equipamentos. Nesse desajustamento básico entre oferta virtual de fatores e orientação da tecnologia reside, possivelmente, o maior problema que enfrentam atualmente os países subdesenvolvidos”.

observadas nos séculos anteriores, o desenvolvimento no período indicado caracterizou-se por modificações substanciais na estrutura da economia. Grande parte das inversões realizadas destinou-se a criar capacidade produtiva para atender a uma procura que antes se satisfazia com importações. Não obstante, à medida que crescia a economia com redução do coeficiente de importação, a composição desta ia se modificando, crescendo dentro da mesma a participação dos bens diretamente ligados ao processo de capitalização (...) A transformação estrutural mais importante que possivelmente ocorrerá no terceiro quartel do século XX será a redução progressiva da importância relativa do setor externo no processo de capitalização. Em outras palavras, as indústrias de bens de capital – particularmente as de equipamentos – terão de crescer com intensidade muito maior do que o conjunto do setor industrial. Essa nova modificação estrutural, que já se anuncia claramente nos anos 50, tornará possível evitar que os efeitos das flutuações na capacidade para importar se concentrem no processo de capitalização”.

Na virada de 1963 para 1964, quando escreve a *Dialética do Desenvolvimento*, a visão de Furtado está ainda mais otimista quanto às potencialidades nacionais de superação do fardo do subdesenvolvimento. Nosso autor carrega nas tintas em sua caracterização do Brasil enquanto uma economia que, embora subdesenvolvida, é dotada de um mercado interno e de uma pujança industrial suficientemente fortes para possibilitar a autonomia do desenvolvimento econômico.

Os aumentos da produção industrial não apenas nos setores de bens de consumo, mas também no de bens de produção (FURTADO, 1964, p.92-4), bem como o incremento do nível de renda geral traduzem, para Furtado (idem, p.105), “um processo de modificações em toda a estrutura da economia nacional” em função do qual “uma economia tipicamente agrícola está se transformando num sistema industrial de alto grau de urbanização, ao mesmo tempo em que se reduz a participação do comércio exterior no seu produto”. Esse é o momento em que o Brasil, portanto, está a um passo da sua completa autonomização econômica e em que o crescimento de sua indústria e de seu mercado interno está à beira da maturidade final a partir da qual o rompimento da condição subdesenvolvida é inevitável. Furtado (idem, p.108) ainda chega a prever para o fim da década de 1960 a conquista brasileira da “plena maturidade no seu processo de industrialização”.

“Em síntese, o grau de desenvolvimento industrial alcançado pelo Brasil permite que o abastecimento do país em bens de consumo se realize quase totalmente com base na produção interna e que os investimentos se possam efetivar apoiando-se principalmente na oferta interna de equipamentos. As importações continuam a desempenhar o seu papel fundamental de instrumento de transmissão da tecnologia mais avançada disponível nos centros de maior grau de desenvolvimento. Entretanto, o nível da atividade interna do país já não depende principalmente do volume e dos preços dos produtos que se exportam. A experiência dos anos recentes demonstra que, mesmo em períodos de declínio das exportações, um nível adequado de investimentos orientados para o mercado interno pode assegurar uma elevada taxa de crescimento” (idem, p.94).

E ainda:

“As modificações estruturais já ocorridas na economia brasileira indicam que a fase decisiva de seu processo de industrialização foi alcançada. O impulso dinâmico básico já pode ser gerado internamente, estando o país capacitado para produzir a maior parte dos equipamentos de que necessita para manter uma elevada taxa de crescimento. O haver-se aproximado dessa maturidade industrial tem particular significação em razão das extraordinárias potencialidades do Brasil para crescer industrialmente. Com efeito, os seus recursos de matérias-primas e fontes de energia, que apenas começam a conhecer-se, abrem-lhe perspectivas excepcionais. Essas enormes potencialidades estão apenas à espera de que o país encontre o caminho definitivo do seu desenvolvimento” (idem, p.107-8).

Conforme já enfatizamos, o golpe militar de 1964 produz uma ruptura irreversível no pensamento de Celso Furtado, que passa a se dedicar com mais intensidade à investigação das causas políticas e econômicas do fracasso brasileiro em atingir sua maturidade e sua autonomia industrial e institucional; este tema, no entanto, foge dos interesses de pesquisa desta tese. O que importa destacar é o quanto o pensamento furtadiano é representativo de toda uma corrente de pensamento especificamente latino-americana que, no diálogo com as contribuições mais importantes da economia do (sub)desenvolvimento então em plena expansão, foi o pano de fundo incontornável com relação ao qual o conceito de informalidade (ou de setor informal urbano) foi forjado. Este é o tema de nossa próxima seção.

4.3 O Programa Mundial do Emprego, Keith Hart e a missão da OIT no Quênia

Fazendo uma generalização algo grosseira, Bangasser (2000, p.2) encontra uma unidade na teoria do desenvolvimento por ele alcunhada de “ethos essencialmente técnico”. Segundo ele, estabelecendo como horizonte normativo “o bem estar material, indicado pela renda *per capita* mensurável”, aquela teoria construiu modelos de análise que poderiam ser “aplicados ‘universalmente’ através de todo o espectro de ‘países em desenvolvimento’, com pouca concessão ou variação para suas diferenças evidentes em tamanho, história, cultura, recursos naturais etc.” (idem, p.3). Acreditava-se, continua Bangasser, que, com vontade política e a adoção da política macroeconômica correta (com seus corolários), “a geração de um crescimento sustentável da renda *per capita* era um objetivo tecnicamente exequível e atingível dentro de um quadro temporal aceitável”. Porque poderia haver, no *start* inicial do processo de crescimento, certas tensões e desarticulações estruturais, “a questão central era a da gestão desse processo de transição econômica” (idem, *ibidem*).

Segundo Bangasser, era este “*ethos* técnico” que informava diretamente a OIT nos seus projetos de cooperação técnica nos anos 1950 e 1960. Esse *ethos* pretensamente técnico, nos diz o autor, cumpria a função de manter a organização supostamente “neutra” no contexto da Guerra Fria, cujo Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos (com seus setores de Formação Profissional, Gestão do Desenvolvimento e Organização e Planejamento da Mão de Obra) era a “grande arma” daqueles projetos de cooperação e uma das seções que mais cresceram na OIT naquelas duas décadas (idem, p.3-4).

No entanto, o desenvolvimento econômico desigual notado no heterogêneo grupo dos “países subdesenvolvidos” acabou por minar a unidade básica que os teóricos acreditavam ali haver: “o conceito de um corpo unificado de análises e recomendações de políticas para todos os países subdesenvolvidos, que contribuiu em boa medida para o surgimento da subdisciplina [i.e., do desenvolvimento econômico como campo autônomo de pesquisa], se converteu em certo sentido em uma vítima do êxito mesmo do desenvolvimento e de sua desigualdade” (HIRSCHMAN, 1980, p.1073-4).

Ademais, como entreviu-se no pensamento do próprio Celso Furtado, tornou-se cada vez mais óbvio, à medida que avançava a década de 1960, que o crescimento econômico (medido em termos da renda nacional) não cumpria suas promessas de eliminação do desemprego e do subemprego, de elevação do nível geral de vida da população e de superação da dualidade estrutural definidora do fenômeno do subdesenvolvimento. Quer dizer, o problema que antes era entendido como “temporário” – porque decorrente de “desarticulações e tensões estruturais” típicas de um processo de transição – não apenas não arrefecia como aumentava. A migração e o inchaço dos centros urbanos para muito além da capacidade industrial dos países em absorver a mão de obra disponível colocou em xeque as expectativas da economia do desenvolvimento: “os níveis necessários de investimento de capital para gerar empregos no ‘setor moderno’ capaz de absorvê-los [os “excedentes”] simplesmente não estavam nos planos, mesmo sob as suposições mais otimistas acerca tanto da poupança doméstica quanto do investimento estrangeiro” (BANGASSER, 2000, p.4).

A resposta da OIT a esta conjuntura foi o *World Employment Programme* (WEP). Proposto em 1967 na Conferência Regional das Américas em Ottawa e lançado em 1969 na Conferência Internacional do Trabalho em Genebra, o WEP colocava, o nome o diz, a questão da geração de empregos no centro das preocupações da OIT. Enquanto “a sabedoria convencional dos economistas” (idem, p.5) das décadas de 1950 e 1960 entendia a geração de

postos de trabalho como a consequência automática de determinados remédios e ajustes macroeconômicos politicamente dirigidos, o WEP trazia a questão do emprego para o centro dos esforços desenvolvimentistas enquanto um objetivo explícito a ser perseguido e não como um resultado eventual ou residual do processo de desenvolvimento (idem, ibidem).

Além disso, o WEP também inovou ao formular as “missões de emprego”, as quais, consistindo de equipes multidisciplinares de especialistas de alto nível e oriundos de uma variedade de instituições (algumas locais e outras internacionais), requalificaram a noção de “assistência técnica”; enquanto os projetos, até então, davam muito mais atenção a estratégias e políticas práticas e corretivas, as missões de emprego direcionavam seus esforços mais para a análise e o diagnóstico.

“De fato, todo o impulso de uma ampla missão de emprego era analisar e recomendar ao invés de implementar (...) Toda a ideia era dar ao governo solicitante a melhor análise possível, em todas as suas muitas facetas, do seu desafio relativo ao emprego e fornecer às autoridades nacionais as grandes linhas de uma estratégia coerente de como elas poderiam responder a este desafio” (idem, p.6).

Os resultados mais notáveis de todo esse grande esforço institucional em torno do WEP foram, para além do programa de pesquisa que dele fazia parte e do qual falaremos posteriormente, colocar a OIT no centro do debate internacional sobre o desenvolvimento¹⁸⁵ e realizar a missão do Quênia em 1972, que foi de fundamental importância para a elaboração e difusão do conceito de “setor informal”, tema que nos interessa mais de perto.

Embora se costume remeter a gênese deste conceito ao relatório que resultou daquela missão, ele aparece pela primeira vez¹⁸⁶ no texto seminal do antropólogo inglês Keith Hart, intitulado *Informal Income Opportunities and Urban Employment in Ghana*. O texto, apresentado primeiramente em setembro de 1971 na *Conference on Urban Employment in Africa* (realizada no Instituto de Estudos do Desenvolvimento, na Universidade de Sussex), é resultado de trabalho de campo do autor entre os anos de 1965 e 1968 (HART, 1973, p.61); elaborado, então, um ano antes da missão do Quênia, coordenada por Hans Singer (ele próprio

¹⁸⁵ Como afirma Bangasser (2000, p.8), “in the first place, they [the comprehensive employment missions] brought the ILO into public attention in areas where it had not previously seemed largely irrelevant. National development planning, macro-economic themes such as fiscal policy and taxation, technology policy, sectoral and regional development, etc. were areas in which the ILO had something to offer, but had not so far been very successful in getting the ear of either local authorities or the development community”.

¹⁸⁶ Isso é uma meia verdade, já que a discussão em torno da “informalidade” se desenvolve paralelamente na dissertação de Machado da Silva, intitulada *Mercados Metropolitanos de Trabalho Manual e Marginalidade*, em que há a diferenciação entre “mercado formal de empregos” e “mercado não formalizado de empregos” num sentido próximo, segundo o próprio Machado, àquele desenvolvido por Hart. Esse trabalho de Hart, no entanto, em função de maior circularidade na OIT e conseqüentemente no debate internacional, teve mais impacto, à época.

um dos autores da “economia do desenvolvimento”), o texto certamente foi uma de suas fontes analíticas (BARBOSA, 2011, p.108), embora publicado apenas em 1973.

O texto de Hart opera uma virada realmente significativa no tratamento da questão elaborada pela economia do (sub)desenvolvimento em termos de “subemprego” e “dualidade estrutural”; a partir de outro ponto de vista disciplinar (prioritariamente antropológico, em vez de econômico) e de outro enquadramento teórico a privilegiar o ponto de vista das pessoas em busca de oportunidades de renda, o que o faz colocar aquela questão em termos totalmente outros, Hart lança o termo “setor informal urbano” e inaugura um debate extremamente fértil que até hoje mobiliza esforços teóricos e empíricos em diferentes ramos das ciências humanas.

Logo de início, Hart coloca-se do ponto de vista das pessoas em busca de oportunidades de renda (e não a partir do enquadramento macroeconômico relativo às causas estruturais da dinâmica econômica agregada do subdesenvolvimento), estudando especificamente um grupo do norte de Gana que migra para Acra (capital do país), ocupando principalmente “a favela na periferia norte, da qual Nima é o centro” (HART, 1973, p.61).

“Este artigo origina-se do estudo de um grupo do norte de Gana, os Frafra, enquanto migrantes para as áreas urbanas do sul. Ele descreve as atividades econômicas do setor de baixa renda da força de trabalho em Acra [capital de Gana], o subproletariado urbano no qual está enquadrada a maioria dos Frafra não qualificados e analfabetos” (idem, *ibidem*).

Embora não dê maiores qualificações acerca da noção de “subproletariado”, com ela Hart procura se aproximar, a partir de outro eixo de análise, dos “subempregados” da teoria do desenvolvimento, definidos então como aqueles trabalhadores inscritos em ocupações de baixa produtividade típicas do setor mais tradicional (ou arcaico) da economia subdesenvolvida¹⁸⁷. Aceitando que pressões estruturais (inflação, baixos salários e altas padrões de exigência vigentes no mercado de mão de obra urbano) levam aquele

¹⁸⁷ Vale lembrar ainda que, neste tipo de economia, de acordo com Furtado, o setor capitalista em formação, em função de seu traço patrimonialista e da grande reserva de mão de obra à sua disposição que o acostuma a amplas margens de lucro sem o ônus do acirramento da luta de classes, muitas vezes assemelha-se a este setor pré-capitalista/arcaico/tradicional que é a outra face da dualidade estrutural do subdesenvolvimento: “com efeito, a existência de um grande reservatório de mão de obra à disposição dos capitalistas constitui uma força inibidora de todo o processo da luta de classes. Desta forma, o setor capitalista das economias subdesenvolvidas apresenta-se, via de regra, com pouco dinamismo, acostumando-se a classe dirigente a elevadas taxas de lucro que jamais são efetivamente postas em xeque pela luta de classes. A este fato se deve que, em muitas economias subdesenvolvidas, o setor capitalista se mantenha praticamente estacionário, alcançando aquela mesma paz social que caracteriza a velha agricultura feudal, sinônimo de estagnação e por alguém já qualificada de ‘paz dos túmulos’. Um bom exemplo dessa situação era o parque têxtil nordestino, criado a fins do século passado, que em nada se diferenciava da indústria açucareira, pelos métodos paternalistas que usava” (1964, p.80).

subproletariado a um “alto grau de informalidade em suas atividades econômicas”, Hart (idem, ibidem)¹⁸⁸ ergue a questão (contra o suposto da teoria do desenvolvimento) que orientará toda sua exposição:

“O “exército de reserva de mão dos subempregados e desempregados urbanos” em cidades como Acra realmente constitui uma maioria passiva e explorada ou suas atividades econômicas informais possuem alguma capacidade autônoma de geração de crescimento nas rendas dos pobres urbanos (e rurais)?”¹⁸⁹

Questionando os dados econômicos oficiais acerca tanto do emprego da força de trabalho quanto dos rendimentos reais da população urbana economicamente ativa de Acra (e também de Nima, especificamente), Hart constrói uma tipologia das oportunidades urbanas (formais e informais) de renda que se enraíza numa distinção entre “assalariamento” e “trabalho por conta própria”, distinção esta que, no fundo, baseia-se num continuum de graus de racionalização e regularidade no emprego da força de trabalho.

“A distinção entre oportunidades de renda formal e informal baseia-se essencialmente na diferença entre ganho salarial e trabalho por conta própria. A variável-chave é o grau de racionalização do trabalho - ou seja, se o trabalho é recrutado de forma permanente e regular gerando retornos fixos” (idem, p.68)¹⁹⁰.

Hart prossegue:

“Uma consideração importante é o grau de regularidade (pode-se dizer de profissionalismo) com o qual o indivíduo está envolvido em atividades informais. Somente no caso de envolvimento regular, podemos falar de “emprego informal” enquanto distinto dos fluxos casuais de renda de natureza ocasional” (idem, p.69).

Assim procedendo, Hart concentra a sua força analítica no destrinchamento de todo um “setor” da força de trabalho urbana que fica totalmente ocultado pelas exposições padronizadas da economia do (sub)desenvolvimento; quer dizer, a preocupação de Hart (idem, p.70) é com “a disponibilidade dos meios informais, particularmente para aqueles que não têm o emprego assalariado do tipo formal (‘o resíduo subempregado ou desempregado’):

“A maioria das empresas administradas com alguma medida de burocracia é passível de enumeração por *surveys* e – enquanto tal – constitui o “setor moderno” da economia urbana. O restante – isto é, o que escapa da enumeração – é variadamente classificado como

¹⁸⁸ Noutro momento, Hart (1973, p.67) diz conclusivamente que “denied success by the formal opportunity structure, these members of the urban sub-proletariat seek informal means of increasing their incomes”.

¹⁸⁹ Pergunta semelhante é feita noutro momento do texto: “It is generally understood that growing residual underemployment and unemployment in the cities of developing countries is “a bad thing”. But why should this be so? In what way precisely does this phenomenon constitute a *problem*?” (1973, p.81 – grifo do autor).

¹⁹⁰ Nesta mesma toada, Hart (1973, p.78), noutro momento do texto em que analisa o cenário econômico de Acra/Nima do ponto de vista dos trabalhadores, enfatiza essa regularidade como central para definir a marcação da diferença entre oportunidades formais e informais de renda: “the most salient characteristic of wage-employment in the eyes of the sub-proletariat is not the absolute amount of income receipts but its reliability. For informal employment, even of the legitimate variety, is risky and expected rewards highly variable. Thus, for subsistence purposes alone, regular wage-employment, however badly paid, has some solid advantages; and hence men who derive substantial incomes from informal activities may still retain or desire formal employment”.

“setor urbano de *baixa produtividade*”, “exército de reserva de *desempregados e subempregados*”, “setor urbano *tradicional*”, e assim por diante. Estes termos empobrecem a análise ao suporem aquilo que precisa ser demonstrado” (idem, p.68 – grifos do autor).

Aquela tipologia centra-se em papéis sociais (não nas pessoas reais, que na verdade transitam continuamente entre distintas ocupações de sua força de trabalho) e, para além de classificar as oportunidades formais de renda em três subitens, divide as oportunidades informais de renda em dois tipos (legítimas e ilegítimas), do modo como segue (idem, p.68):

Oportunidades informais de renda: legítimas

- (a) atividades primárias e secundárias;
- (b) empresas terciárias com entradas relativamente grandes de capital;
- (c) distribuição em pequena escala;
- (d) outros serviços;
- (e) transferências privadas de pagamentos.

Oportunidades informais de renda: ilegítimas

- (a) serviços;
- (b) transferências.

Questionando a visão de senso comum (largamente estimulada pelo suposto da teoria do desenvolvimento) que classifica “os trabalhadores não organizados como ‘engraxates e vendedores de fósforos subempregados’” (idem, *ibidem*), Hart refere-se aos seus achados empíricos que vislumbram “o importante papel desempenhado por esses trabalhadores em prover muitos dos serviços essenciais dos quais a vida na cidade é dependente” (idem, *ibidem*). Embora sua tipologia procure, ainda que de modo não exaustivo, ilustrar “o espectro de oportunidades de rendimento amplamente disponível para o sub-proletariado urbano que vive em áreas como Nima” (idem, p.69), seu foco recai nos trabalhadores por conta própria (“self-employed”), cuja maioria, como já indicado, situa-se no campo das oportunidades informais de renda (idem, p.70).

Assim, Hart descreve relativamente no detalhe essa cartografia de possibilidades informais de obtenção de renda, variando do agricultor e do artesão (atividades primárias e secundárias) até os pequenos comerciantes urbanos (que variam enormemente quanto à forma e o conteúdo da atividade comercial), passando por tarefas religiosas e redes familiares de crédito, sempre destacando que “todos esses papéis são desempenhados em diferentes graus

pelo enorme contingente do sub-proletariado urbano” (idem, p.72) e que se no setor formal é comum ter mais de um emprego, o emprego informal múltiplo - tanto com quanto sem um emprego assalariado simultâneo - é quase universal no comportamento econômico do sub-proletariado de Acra” (idem, p.78).

Um achado particularmente profícuo para os fins desta tese (e certamente para muitos estudos contemporâneos que tratam das tensas e tênues fronteiras entre o legal e o ilegal em contextos urbanos) é o de questionar a ideia de que as atividades econômicas informais, diferentemente daquelas regidas pelas normas legais e burocráticas, não apresentam barreiras à entrada daqueles que buscam ali oportunidades de renda. A ausência de barreiras burocráticas (relativas à formalização da atividade) não garante de modo algum que não haja regras e normas locais (no mais das vezes não escritas) que selecionam diretamente quem pode ou não candidatar-se àquela entrada – e sob que condições pode ali manter-se. Hart (idem, pp.71-77) enfatiza em diversos momentos o efeito das afiliações étnicas, no contexto de Acra/Nima, sobre o exercício das diferentes atividades informais e, ademais, discutindo o caso do pequeno comércio, questiona o termo “subemprego” em razão do seu suposto acerca do “baixo custo de oportunidade”.

Este é um questionamento particularmente interessante para os fins desta tese por colocar em evidência uma questão central dos estudos de caso posteriormente analisados, qual seja, a das barreiras à entrada e à permanência no ramo do comércio sediado em áreas de favelas “pacificadas” no contexto carioca. Vale conferir a argumentação do autor (idem, p.72-3):

“Frequentemente se lê que a facilidade de entrada no comércio em cidades como Acra é tão total que, com a conseqüente proliferação de pequenas atividades, os rendimentos para o indivíduo são menores do que os obtidos em empregos assalariados, considerando a renda mínima e tempo equivalentes. O baixo custo de oportunidade do trabalho justifica assim a classificação da maioria dos comerciantes como “subempregados” e, aliás, reforça a ideia de eficiência do sistema por efeito da concorrência nos preços. Por exemplo, num estudo de marketing camponês em Java, o autor observa que os lucros são mantidos baixos, uma vez que se as pessoas pensassem que os lucros seriam altos, elas negociariam a si mesmas. Esta hipótese não considera as restrições à entrada, como as redes sociais, habilidades informais e conhecimento, bem como a disponibilidade de tempo, capital ou crédito”¹⁹¹.

¹⁹¹ Ainda discutindo o comércio de distribuição em pequena escala, Hart (1973, p.73) destaca o quanto esta atividade é, em média, mais produtiva/lucrativa que um emprego formal assalariado, contrariando, portanto, uma vez mais, a ideia da teoria do desenvolvimento que vê em tudo que não seja “formal/moderno” o atraso representado pelo subemprego e pela baixa produtividade: “moreover, the trading role (part-time as well as full-time) offers potentially much higher returns than wage-employment of the kind available to the urban proletariat”.

A análise de Hart, para além do mérito de inaugurar um debate extremamente frutífero nas ciências humanas, guarda em si duas tendências argumentativas que foram prenes de consequências para os estudos que se realizaram posteriormente.

Em primeiro lugar, embora enfatize que está tratando de distintas oportunidades de renda, Hart, ao longo de todo o texto, trata da questão da (in)formalidade em termos de *setores*; este tipo de tratamento eclipsa (e rivaliza com) aquela ênfase, abrindo uma brecha perigosa para a abordagem do fenômeno da informalidade em termos tão dicotômicos quanto o fazia a economia do subdesenvolvimento. Hart chega inclusive a propor uma análise das relações “entre os setores formal e informal da economia urbana” (idem, p.84) em termos de importação e exportação de bens e serviços (idem, p.85), sugerindo que se trata, então, de dois setores radicalmente separados e estanques da economia, o que, vale repetir, contradiz a perspectiva de análise que se coloca do ponto de vista dos atores, donde não há oposição entre formal e informal.¹⁹²

Em segundo lugar, em consonância com a ideia da divisão da economia urbana em setores distintos, Hart carrega nas tintas ao atacar o suposto da teoria do desenvolvimento segundo o qual tudo o que está fora do formal é necessariamente de baixa produtividade e rendimento – subsumido, assim, nas ideias igualmente imprecisas de “subemprego” e “desemprego”. O autor procura negar este suposto ao mostrar que o setor informal tem seu próprio dinamismo e sua própria capacidade de crescimento que ainda não foram devidamente explorados pelas análises já feitas, ficando, antes, no seu ponto cego¹⁹³.

Assim, é toda uma agenda de pesquisa que Hart procura aqui inaugurar: qual a capacidade autônoma de crescimento do setor informal? Em que medida ele depende do setor formal para crescer em geração de renda e aumento de suas atividades? Quais as formas e as taxas de transações econômicas entre os dois setores? As políticas de emprego devem

¹⁹² Este ponto de vista fica evidente, uma vez mais, quando Hart (1973, p.78) destaca a diversidade das fontes de renda do subproletariado por ele analisado: “the most salient characteristic of wage-employment in the eyes of the sub-proletariat is not the absolute amount of income receipts but its reliability. For informal employment, even of the legitimate variety, is risky and expected rewards highly variable. Thus, for subsistence purposes alone, regular wage-employment, however badly paid, has some solid advantages; and hence men who derive substantial incomes from informal activities may still retain or desire formal employment.”

¹⁹³ “The possibility that the informal economy, with its emphasis on tertiary activities, may be developing at a rate faster than other sectors of the national economy, and thus taking up some of the slack created by inadequate rates of growth in the well- documented modern sector, cannot be dismissed on a priori grounds. When half of the urban labour force falls outside the organised labour market, how can we continue to be satisfied with indicators of economic performance which ignore their productive activities?” (1973, p.87-8).

procurar aumentar as vagas de emprego no setor formal ou apenas diminuir a atividade econômica informal? Com relação especificamente às políticas de emprego, Hart (idem, p.82-3) argumenta que em sua ampla maioria o que elas fazem é diminuir os empregos informais sem necessariamente garantir uma compensação no setor formal¹⁹⁴. Finalmente, Hart considera absurda a ideia de que uma transição do setor informal em direção ao formal signifique necessariamente uma mudança significativa de status em direção a maiores marcas de produtividade e renda:

“A dificuldade de colocar muitos indivíduos de forma inequívoca nos setores formais ou informais (devido à generalizada incidência de múltiplas fontes de renda), quando combinado com o baixo teto para o emprego assalariado em relação aos rendimentos máximos informais, torna empiricamente e teoricamente absurdo sustentar a ideia de uma transição significativa de *status* do desemprego ou do subemprego para o emprego de tempo integral por meio da mera aquisição de um emprego no conjunto da força de trabalho organizada” (idem, p.83).

É para ser dado como certo que o retorno da renda em determinado período de tempo, dado um certo nível de habilidade, é geralmente menor no setor informal do que no setor formal? (idem, p.84).

Este tipo de raciocínio, tal como o primeiro acima destacado, também influenciou sobremaneira uma parte das análises posteriores voltadas para a discussão em torno da (in)formalidade. Neste sentido, destacam-se dois nomes: C. K. Prahalad e Hernando de Soto. Prahalad notabilizou-se através da defesa da necessidade de se explorar o potencial de consumo e a capacidade empreendedora de bilhões de pessoas que vivem na pobreza, condição necessária de uma nova fase de desenvolvimento e prosperidade mundiais; nas suas palavras:

“Se pararmos de pensar nos pobres como vítimas ou como um fardo e começarmos a reconhecê-los como empreendedores incansáveis e criativos e consumidores conscientes de valor, um mundo totalmente novo de oportunidades se abrirá. Quatro bilhões de pobres podem ser a força motriz da próxima etapa global de prosperidade econômica. Isto servirá como fonte de inovações. Suprir os consumidores da BP [base da pirâmide] exigirá inventividade em tecnologia, produtos/serviços e modelos de negócios. Mais ainda, incentivará as grandes empresas a trabalhar em parceria com organizações da sociedade civil e governos locais. O desenvolvimento de mercados na BP [base da pirâmide] também criará milhões de novos empreendedores na base – desde mulheres trabalhando como distribuidoras e empreendedoras até microempresas em nível de bairro e/ou vila. Essas

¹⁹⁴ “Other examples of a more general kind may be multiplied – food supermarkets, automatic carwashers, and so on – most of which diminish the dependence of the urban middle classes on goods and services supplied by the informal sector. In view of the factor endowments of cities like Accra, is the justification for such developments (that the ‘productivity’ of labour so employed is high) sufficient to offset the cost of reduced demand for informal goods and services?” (1973, p.82-3).

microempresas serão parte integrante do ecossistema lastreado no mercado, o que significará igualmente a necessidade de inovações organizacionais e governança” (PRAHALAD, 2005, p.15, grifos do autor).

E ainda:

“É preciso uma melhor forma de ajudar os pobres, que os envolva em uma parceria para inovar e atingir cenários ganha-ganha sustentáveis, dos quais sejam participantes ativamente engajados e em que, ao mesmo tempo, as empresas que os suprem de produtos e serviços obtenham lucros. Essa colaboração entre os pobres, as organizações da sociedade civil, os governos e as grandes empresas pode criar mercados ao mesmo tempo os maiores e de crescimento mais rápido no mundo” (idem, p.17 – grifos do autor).

Hernando de Soto (1989, 2000), em linha de análise similar, e antes de Prahalad, fez grande sucesso ao defender a necessidade, por parte dos países subdesenvolvidos, de transformações institucionais e legislativas com o intuito de absorver o produtivo contingente de mão de obra que, porque preso na informalidade, deixa de concorrer para o desenvolvimento econômico das diferentes nações subdesenvolvidas. Este tipo de exaltação do informal como solução para problemas de crescimento econômico já estava, portanto, inculcada nas análises seminais de Hart e será objeto de análise mais detida na próxima seção deste capítulo.

Ambas estas formas de argumentação (ênfase na setorização da economia e destaque para o dinamismo e o potencial de crescimento do setor informal) já se fazem notar, de modo ainda mais explícito, no célebre “relatório do Quênia”, intitulado *Emprego, rendas e igualdade. Uma estratégia para incrementar o emprego produtivo no Quênia*.

O título do relatório já deixa evidente sua intenção: propor uma estratégia de ação com vistas ao desenvolvimento do “emprego produtivo”. Para isso, o relatório constrói, contra a teoria do desenvolvimento, que permanece implícita em sua exposição, uma interpretação acerca do problema do emprego (e suas causas) no Quênia. Logo de início, o relatório define o “problema do emprego no Quênia” (OIT, 1972, p.01) a partir de sua subdivisão em outros três itens: a frustração daqueles procuram emprego e não o encontram, o baixo nível (de pobreza) das rendas obtidas pelos trabalhadores e suas famílias (seja no setor formal seja no setor informal) e a subutilização e baixa produtividade da força de trabalho (idem, ibidem).

A maneira como a economia do (sub)desenvolvimento aborda os primeiro e terceiro itens é diretamente rejeitada pelo relatório (que se debruça mais enfaticamente na *pobreza urbana*) sob três argumentos: 1) ela “ignora o fato de que a massa da população trabalha na terra, não em empregos assalariados” (idem, p.07); 2) ela “depende crucialmente das estatísticas de crescimento do emprego no setor formal, enquanto - como já afirmamos anteriormente – o emprego enumerado ignora uma grande e aparentemente crescente

quantidade de emprego no setor informal” (idem, ibidem); 3) ela foca-se quase exclusivamente em empregos, em vez de considerar oportunidades de se ganhar uma renda razoável (idem, ibidem). Quer dizer, ela peca, fundamentalmente, por não enxergar o universo heterogêneo que a dualidade formal/informal é capaz de captar – presa que está na ideia de divisão da economia em termos de moderno/tradicional (idem, p.503). Esta ideia deixa no seu ponto cego aquele universo, definido genericamente como um “modo de fazer as coisas” (idem, p.06) caracterizado por

- “(a) facilidade de acesso¹⁹⁵;
- (b) dependência de recursos nativos;
- (c) empresas de propriedade familiar;
- (d) operação de pequena escala;
- (e) tecnologia adaptada e intensiva em trabalho;
- (f) habilidades adquiridas fora do sistema escolar formal; and
- (g) mercados competitivos e não regulamentados” (idem, ibidem).

O setor formal é definido pelo inverso, a saber:

- “(a) dificuldade de acesso;
- (b) frequente dependência de recursos do exterior;
- (c) propriedade corporativa;
- (d) operação de larga escala;
- (e) tecnologia intensiva em capital e muitas vezes importada;
- (f) habilidade formalmente adquiridas, frequentemente expatriadas; e
- (g) Mercados protegidos através de tarifas, cotas e licenças comerciais” (idem, ibidem).

Com a oposição formal/informal o que se procura não é contribuir para a proliferação acadêmica de rótulos, mas, antes, prossegue o relatório, “nós meramente buscamos uma terminologia analítica capaz de descrever uma dualidade que previne o preconceito contra o setor de baixos rendimentos inerente à dicotomia tradicional-moderno” (idem, p.503-4). Quer dizer, o relatório propõe uma dualidade conceitual com o intuito de dissolver um preconceito inerente à dicotomia moderno/tradicional definidora da teoria do desenvolvimento. Preconceito este que associa diretamente o que o relatório chama de “setor informal” à “tradição” (pré-moderna, por definição) e, assim, à estagnação e à baixa produtividade; essa “visão pejorativa” (idem, p.05) acerca da natureza do setor informal o tem condenado, diz o relatório, a operar sob “restrições extremamente debilitantes” (idem, ibidem). Esse preconceito (largamente difundido e alimentado pelo conhecimento especializado) responsabiliza o setor informal pelos baixos rendimentos ali praticados e é incapaz de enxergar o potencial e o dinamismo econômicos ali represados:

¹⁹⁵ Note que o relatório vai na contramão do achado de Hart, segundo o qual o setor informal congrega uma série de atividades econômicas que se assentam numa série de normas sociais não escritas capazes de selecionar seus membros.

“A visão popular das atividades do setor informal é a de que elas são principalmente aquelas dos pequenos comerciantes, ambulantes de rua, engraxates e outros grupos “subempregados” pelas ruas das grandes cidades (...) Muitas vezes, as pessoas não conseguem perceber a extensão da eficiência econômica produtiva do setor informal devido aos baixos rendimentos recebidos pela maioria dos trabalhadores do setor. Uma interpretação comum sobre a causa desses baixos rendimentos (em comparação com os níveis salariais médios no setor formal) tem sido presumir que o problema está dentro do setor informal; que ele é estagnado, não dinâmico e uma rede para os desempregados e para a ociosidade velada dentro da qual devem cair aqueles que não conseguem encontrar empregos salariais formais. Não é de admirar que esta visão seja generalizada, pois os analistas acadêmicos sempre incentivaram e promoveram tal interpretação” (idem, *ibidem*).

No setor informal, pelo contrário, informa o relatório, “estão empregados uma variedade de carpinteiros, pedreiros, alfaiates e outros comerciantes, bem como cozinheiros e motoristas de táxi, oferecendo praticamente toda a gama de habilidades básicas necessárias para fornecer bens e serviços para uma grande, embora quase sempre pobre, parcela da população” (idem, *ibidem*). Assim, o relatório apresenta evidências que sugerem que “a maior parte do emprego no setor informal, longe de ser apenas marginalmente produtivo, é economicamente eficiente e lucrativo, embora atue em pequena escala e encontre-se limitado por tecnologias simples, pouco capital e falta de vínculos com o outro setor (formal)” (idem, *ibidem*). Tudo o que os autores pedem é abertura de espírito para que se consiga enxergar o setor informal a partir de seu potencial – especificamente moderno – de renda e de crescimento, até porque é aquele preconceito e aquela visão pejorativa que turvam a visão dos responsáveis pela proposição de estratégias que visam o desenvolvimento dos países da periferia do capitalismo mundial.

“Além do ponto de vista do centro de Nairóbi, com seus céus reluzentes, as habitações e as estruturas comerciais do setor informal se parecem com cascalho. Para os observadores cercados por aço, vidro e concreto importados, é necessário um pulo de imaginação e uma abertura de espírito considerável para perceber o setor informal como um setor de próspera atividade econômica e uma fonte de riqueza futura do Quênia. Mas ao longo do relatório, argumentaremos que tal salto imaginativo e abertura de espírito são não apenas necessários *para resolver o problema do emprego no Quênia*, mas inteiramente exigidos pelas evidências sobre o setor informal” (idem, *ibidem* – grifos meus).

Assim, o coração da “estratégia para incrementar o emprego produtivo no Quênia” consiste numa constelação de propostas (que permeiam o relatório de cabo a rabo) que procuram fortalecer os vínculos entre os setores formal e informal da economia¹⁹⁶ a partir de

¹⁹⁶ Neste sentido, “given a framework within which to function, informal economic activity on a small scale can strongly influence the structure of Kenya's economy and can aid in the process of expanding the range of income-producing activities needed for the rapidly growing population” (1972, p.226) – e isso num contexto em que a intensa migração rural-urbana estimulada por ambos os setores (idem, p.224) faz e fará – sob qualquer prognóstico razoável (idem, p.505) – inchar cada vez os centros urbanos e, assim, as atividades econômicas

uma deliberada e planejada ação estatal (*idem*, p.226), já que simplesmente procurar aumentar a oferta de empregos formais (como têm feito os planejadores até então), sem tocar na questão da informalidade, pode piorar a situação do país (*idem*, p.03). Uma orientação estatal diferente é, neste sentido, absolutamente fundamental a fim de retirar os entraves que debilitam o dinamismo de diversas atividades econômicas informais e confinam outras tantas na ilegalidade, quando a ilegalidade, aqui, não diz respeito à natureza da atividade econômica, mas tão-somente à limitação governamental de adaptar sua estrutura burocrática (como no caso do sistema de licenciamento comercial – *idem*, p.229) àquele setor. Esse redirecionamento estatal é central, portanto, para estimular o potencial gerador de emprego e renda de um setor que concentra as possibilidades futuras de crescimento do Quênia:

“As empresas e os indivíduos dentro dela operam em grande parte fora do sistema de benefícios e regulamentos governamentais e, portanto, não têm acesso às instituições de crédito formais e às principais fontes de transferência de tecnologia estrangeira. Muitos dos agentes econômicos neste setor operam ilegalmente, embora muitas vezes desempenhem atividades econômicas similares aos que trabalham no setor formal - a comercialização de alimentos e outros bens de consumo, a reparação e manutenção de máquinas e bens de consumo duráveis, e os transportes, por exemplo. A ilegalidade aqui geralmente não se deve à natureza da atividade econômica, mas a uma limitação oficial de acesso à atividade legítima” (*idem*, p.504).

Ou ainda:

“On the basis of any reasonable calculation, the urban informal sector in 1985 will include a larger proportion of the urban labour force than it does today. We do not view this inevitable development with dismay, for we see in the informal sector not only growth and vitality, but also the source of a new strategy of development for Kenya. The workshops of the informal sector can provide a major and essential input for the development of an indigenous capital goods industry, which is a key element in solving the employment problem. The informal sector is not a problem, but a source of Kenya's future growth” (*idem*, p.505).

Esta maneira setORIZADA (e focada na “pobreza urbana”) de pensar a economia dos países em desenvolvimento estava igualmente presente no programa de pesquisa do WEP desenvolvido paralelamente às realizações das missões do emprego. Iniciado em 1968-69 e dirigido a partir de 1971 por Harold Lubell (a quem se junta S. V. Sethuraman em 1973), o programa, inicialmente pensado para tratar do “desemprego urbano”, logo se torna um programa de pesquisa sobre o setor informal urbano (BANGASSER, 2000, p.11); segundo Bangasser (*idem*, *ibidem*), é nesse programa que o conceito de setor informal ganha raiz e desabrocha. No entanto, na contramão dos avanços de Keith Hart e do próprio relatório do Quênia na superação de dicotomias a partir da chave do entendimento do informal como

informais, dada a incapacidade do setor formal de absorver a totalidade da mão de obra em busca de oportunidades de renda.

aglutinando oportunidades de renda, esse programa de pesquisa ratifica a nova dicotomia que passa a pulular numa série de pesquisas ao longo da década de 1970 e depois: a dicotomia formal/informal. Analisando a produção deste programa de pesquisa, Bangasser (*idem*, *ibidem*) afirma que

“o conceito era uma maneira útil de simplificar as complicações linguísticas de definir o “desemprego disfarçado”, o “subemprego velado versus subemprego aberto” etc. Alguém no setor informal era entendido como “economicamente ativo” num contínuo entre ter um “bom trabalho” no setor formal e estar perambulando ociosamente em torno da praça da cidade, esperando para ser contratado. Ele também ofereceu uma linguagem que atualizava e matizava as dualidades “moderno vs. Tradicional” e “rural versus urbano”. Nós agora também possuímos um eixo “formal vs. informal””.

Numa incrível repetição das análises típicas das teorias do desenvolvimento relativa ao desemprego e ao subemprego, as análises deste programa de pesquisa e de várias pesquisas que se seguiram passaram a associar genericamente o “setor informal” à “pobreza urbana” e ao último recurso daqueles não acharam lugar no (ou foram expulsos do) “setor formal”.

“Uma vez que os “bons empregos” axiomáticamente pertenciam ao setor formal, supôs-se que aqueles que trabalham no setor informal estão lá porque não conseguiram encontrar uma alternativa melhor (isto é, no setor formal). Assim, o setor informal passou a ser visto como uma espécie de caráter do mercado de trabalho, onde acabaram aqueles que não puderam (por qualquer motivo) obter um dos “bons empregos” do setor formal. No que diz respeito à ampla estratégia de desenvolvimento, o setor informal ainda era apenas um desagradável mas passageiro fenômeno do mercado de trabalho, que acabaria desaparecendo (...) Então, o setor informal logo pegou a tonalidade sombria de “último recurso” de um setor de “trabalho morto”, que era exatamente o que o Relatório do Quênia temia, uma visão oficial pejorativa que perpetua condições debilitantes e cria uma profecia auto-realizável de baixa produtividade e pobreza, e ignora o potencial criativo e as energias do setor informal. Por todos os seus pontos fortes e fracos, o programa de pesquisa sobre o desemprego urbano, sob a direção de Harold Lubell e depois S. V. Sethuraman, carregou o conceito de setor informal para dentro da cena do Desenvolvimento” (*idem*, p.11) ¹⁹⁷.

O que se vê, portanto, é a noção de informalidade ocupando o mesmo papel analítico outrora exercido pela ideia de subemprego. Como vimos, no interior da teoria da modernização, essa ideia referia-se a um enorme contingente de trabalhadores urbanos sem inscrição no setor dinâmico do sistema econômico. Isto é, naquela teoria, o conceito de subemprego refere-se, fundamentalmente, a uma gama de atividades econômicas definidas

¹⁹⁷ Exemplar desta forma de abordagem do setor informal é o PREALC (*Programa Regional del Empleo para America Latina e Caribe*), um dos programas regionais do emprego criados pela OIT ao longo da década de 1970 como uma espécie de sucessores das missões do emprego anteriores – outros, segundo Bangasser (*idem*, p.8), foram Asian Regional Team for Employment Promotion (ARTEP), Jobs and Skills Programme for Africa (JASPA), Southern African Regional Team for Employment Promotion (SARTEP). Embora criado pela OIT, o PREALC partilhava de diagnósticos e análises consagradas pela CEPAL (Mansor, 2015) e avançava uma concepção – equivocada – do setor informal urbano ora como colchão amortecedor em face do desemprego ora como exército de reserva do “setor formal” (KREIN e PRONI, 2010, p.09).

como de “baixa produtividade”, “tradicionais”, “pré-modernas”, de “baixa tecnologia”, de “pouca eficiência”, caracterizadas por “normas pessoais e familísticas”, etc. (como descrito em ECHEVARRIA, 1970).

Trata-se, então, de um leque de diversas ocupações relativamente “irracionais” nas suas alocações de recursos e “pouco produtivas e escassamente remuneradas” (idem, *ibidem*); são ocupações urbanas exercidas por um grande contingente de trabalhadores que a indústria em formação (setor dinâmico do sistema) é incapaz de absorver. O subemprego, então, era entendido como característico de todo um setor ou região da economia que se definia por absoluta oposição à modernidade capitalista. Após os avanços protagonizados pelo surgimento da noção de “setor informal urbano” (a partir das contribuições de Hart e do relatório do Quênia), no entanto, o conceito de informalidade é absorvido pela teoria da modernização e por outros estudos posteriores na chave de uma nova dicotomia muito semelhante à dicotomia moderno/tradicional pressuposta no conceito de subemprego.

É nesse momento que a noção de informalidade, segundo Machado da Silva (2003), passa a operar, ao menos no Brasil, como um “quase-conceito”, isto é, como uma categoria que, no interior de um quadro teórico de referência (no caso, a teoria da modernização), confere inteligibilidade a fenômenos que o próprio quadro, na sua “pureza” analítica, não prevê ou abarca (idem, p.143).

Quer dizer, os “informais”, dentro do quadro da economia do subdesenvolvimento, formavam um setor da força de trabalho que *ainda* não estava absorvido pelo polo dinâmico do sistema, mas que logo o seria, pois se tratava de uma situação transitória a ser superada pela universalização paulatina da relação de assalariamento típica do pleno emprego – nos moldes europeus; aqui, o “quase conceito” se definia, “quanto aos conteúdos, pela referência à periferia do capitalismo (e às vezes à ‘selvageria’ que o caracteriza), ao subdesenvolvimento e à pobreza; e, quanto à forma, pela aceitação implícita de um parâmetro que servia de medida abstrata da integração social ‘típica’ da qual a informalidade seria uma variação provisória” (idem, p.152). Nesse contexto, então, a categoria de informalidade articulava “um debate mais ou menos estruturado” (idem, p.140) que era uma modulação da problemática da integração social tal como percebida à época. Quer dizer, o debate particular em torno da informalidade – ao menos no Brasil – fazia parte de uma conjuntura histórica específica, em que o problema da integração social era debatido e percebido em termos de *informalidade* (no eixo da

economia), *marginalidade* (no eixo da sociedade) e *populismo* (no eixo da política) (idem, p.142).

É esse cenário histórico-social que cai por terra ao longo da década de 1980 – prossegue Machado; é aí que se encerra o ciclo de um modelo de acumulação capitalista inaugurado pelo New Deal estadunidense, sistematizado por Keynes e desenvolvido mais substancialmente pós-1945 pela maior parte dos países de capitalismo avançado. Como se sabe, esse modelo de acumulação combinou produção em larga escala (num modo de organização e administração do processo produtivo que passou à história como *taylorista-fordista*), altas taxas de crescimento econômico, aumento exponencial da produtividade, combate ao desemprego e promoção do pleno emprego, ênfase no investimento público, proteção do trabalho por meio do fortalecimento da legislação trabalhista e dos sindicatos (garantindo direitos individuais e coletivos do trabalho) e universalização de serviços sociais básicos (como educação, saúde e transporte, por exemplo).

Este *Estado de Bem-Estar Social*, então, entra – paulatinamente – em crise a partir da década 1970 como resultado do efeito combinado da terceira revolução industrial (centrada tanto numa nova maneira – pós-fordista – de organização da produção quanto nas novas tecnologias da informação e da comunicação e nos avanços observados em áreas como a microeletrônica, a nanotecnologia e a biotecnologia) e da crise do petróleo de 1973, o que levou à reversão das tendências expansionistas observadas nas décadas de 1950 e 1960. Como efeito, portanto, da radical mudança de cenário histórico-social, que resulta, no contexto do debate latino-americano, no esvaziamento da crença – antes ancorada nos exemplos (reais ou imaginados) das social-democracias européias (idem, p.148) – na possibilidade da estruturação do pleno emprego e do assalariamento que o define, a categoria da informalidade vai perdendo sua – outrora relevante – força analítica.

A perda dessa força se consuma pelo fato do termo (informalidade) se ter convertido em mera categoria de senso comum absolutamente incapaz de descrever quaisquer fenômenos empíricos sociologicamente significativos ou de catalisar qualquer debate estruturado, chegando ao ponto de ser apenas “um resíduo do passado” sem nenhum “sentido analítico ou explicativo” (idem, p.157), sem nenhuma “relevância cognitiva” (idem, p.150) – do que Machado da Silva (idem, p.140-1) conclui não apenas pela inviabilidade, mas pela total inutilidade e irrelevância de se tentar traçar um conceito definido (ou um perfil) da informalidade (no Brasil).

A questão que se coloca, a essa altura, é: o que fica o lugar do espaço deixado pela deterioração do contexto histórico que respondia pela substância analítica da categoria de informalidade? Machado, em primeiro lugar, afirma a tese de que essa deterioração responde – no Brasil – pela “expansão da criminalidade organizada” (idem, p.162) que seu conceito de “sociabilidade violenta” procura descrever e interpretar. E, em segundo lugar, argumenta que ideia de informalidade desenvolve-se em duas direções. De um lado, ela “pouco a pouco vai se tornando mero sinônimo de ‘flexibilização’ das relações de trabalho” (idem, p.152). Esse é o momento do surgimento da noção de “economia informal” (CASTELLS e PORTES, 1989), a qual concentra-se em práticas (relativas ao “setor formal” do capitalismo numa fase de globalização dominada pelas finanças ou, como diz Castel ([1998], numa fase de crise da sociedade salarial que dá ensejo a trajetórias laborais “pós-salariais” – Bezerra [2012, 2013]) que conceitos como os de “flexibilização”, “precarização”, “terceirização”, “nova informalidade” e “informalidade reconfigurada” procuram abarcar¹⁹⁸. De outro lado, ela vai cedendo espaço à “ascensão da noção de ‘empregabilidade’ (e sua extensão, o ‘empreendedorismo’) – espécie de equivalente funcional da informalidade – como ponto de convergência dos problemas ligados à configuração do mercado de trabalho e à integração social” (MACHADO DA SILVA, 2003, p.164). Quer dizer, a perda de força analítica da categoria de informalidade coincide com a estruturação de uma nova cultura do trabalho (que outros autores denominam de “novo espírito do capitalismo” – BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009) e que, articulada em torno dos conceitos de “empregabilidade” e “empreendedorismo”, detém uma “dimensão simbólico-ideológica de convencimento/adesão [capaz de interferir] sobre a formação da auto-imagem e da visão de mundo dos trabalhadores.” (MACHADO DA SILVA, 2003, p.163).

Nessa chave, a informalidade deixa de ser vista como problema a ser superado e é cada vez mais definida como solução e como manancial econômico a ser explorado. Trata-se, pois, da “transmutação da percepção do ‘informal’ como lugar da precariedade e vulnerabilidade para sua concepção como o lugar do ‘empreendedorismo’ e, como tal, da

¹⁹⁸ Esta discussão (que, aliás, domina boa parte dos trabalhos brasileiros relativos à “informalidade” e ao “trabalho informal” – por exemplo, DRUCK, 2011; LEITE, 2004, 2011; ARAÚJO, 2011; MARCELINO e CAVALCANTI, 2012; RODRIGUES *et al*, 2009; dentre muitos outros) refere-se a um universo de atividades distante da realidade para a qual se volta o trabalho empírico realizado nesta tese, daí não ser objeto de uma análise mais detalhada. No entanto, é importante destacar que esse universo de atividades posterior ao “pacto fordista” (LEITE, 2011, p.29) é – em parte – resultado da ação do neoliberalismo como movimento global em luta por hegemonia, como procurarei argumentar na próxima seção.

criatividade, da individualidade e da liberdade num capitalismo que estaria presenciando a morte do assalariamento protegido” (CARDOSO, 2014, p.23). É a essa percepção do informal que se volta a próxima seção.

4.4 A radicalização do “informal” como “solução”: Hernando de Soto e o Instituto Libertad y Democracia (ILD)

De Soto vem fomentando sozinho uma revolução no Terceiro Mundo (...) *O mistério do capital* constitui uma das poucas abordagens novas e de fato promissoras, depois de muito tempo, visando à superação da pobreza.

Francis Fukuyama

O mistério do capital tem o potencial de criar uma nova e extremamente benéfica revolução, pois trata da principal causa do fracasso no Terceiro Mundo e nos países antes comunistas: a falta de uma legislação normativa que apoie a propriedade privada e promova a iniciativa empresarial. Devia ser leitura compulsória para todos no comando da riqueza das nações.

Margaret Thatcher

Presente já no texto de Hart e no relatório do Quênia, a abordagem da informalidade como lócus de solução para os problemas de desemprego e crescimento econômico das nações subdesenvolvidas desenvolve-se à máxima potência na produção do ILD, organização concebida e articulada pelo economista peruano Hernando de Soto¹⁹⁹. Assim, de um tratamento da questão em termos de “resíduo” e “subemprego” (que outras tradições de pesquisa entenderam na ótica da “marginalidade” e da “criminalidade”, por exemplo), isto é, como algo que é um *problema* que expressa uma condição (subdesenvolvida) que precisa ser superada a partir de remédios macroeconômicos que têm seu pré-requisito numa transformação do regime político imperante (que já não reflete o atual nível de desenvolvimento das forças produtivas, para falar como Marx), passamos paulatinamente à sua reformulação em termos de “setor informal” e “informalidade” enquanto referidos à uma

¹⁹⁹ Hernando de Soto é considerado pela revista *Times* como um dos cinco maiores líderes inovadores do século XX e um dos líderes do Novo Milênio, enquanto o ILD é classificado pelo *The Economist* como um dos mais importantes *think tanks* do mundo (MINELLA, 2009, p.22).

dimensão da vida urbana dos países subdesenvolvidos que retém um potencial e um dinamismo econômicos capazes de resolver – ou ao menos aplacar significativamente – o problema que o conceito de subdesenvolvimento procurava sintetizar.

Esta reformulação encontra seu tratamento mais sistemático na atuação do ILD, do seio do qual nascem as duas principais obras assinadas por Hernando de Soto: *El outro sendero – La revolución informal*²⁰⁰ e *O mistério do capital – por que o capitalismo dá certo nos países desenvolvidos e fracassa no resto do mundo*

A interpretação que avanço nessa seção acerca dessas contribuições parte do enquadramento da atuação dos Institutos Liberais (em geral, posto não refletirem uma idiossincrasia peruana) enquanto “centros de difusão ideológica do neoliberalismo” (GROS, 2004, p.144) num contexto de seu florescimento como doutrina na luta global por hegemonia. Há muita coisa pressuposta aqui, de modo que, antes da análise um pouco mais detalhada daquelas duas obras, é necessário precisarmos melhor os termos deste enquadramento.

A ideologia neoliberal se expande vigorosamente na medida do acirramento da crise do *Estado de Bem-Estar Social* a que fizemos referência na seção anterior. É precisamente a ordem de coisas instaurada pelo declínio do mundo fordista – que inaugura um mundo diferente daquele do pós-guerra, o que leva alguns a chamarem-no de *pós-moderno* – que estrutura o contexto propício ao fortalecimento de proposições neoliberais. É num momento de crise da acumulação capitalista, marcada por elevadas taxas de inflação, aumento do desemprego e recessão econômica, que a doutrina neoliberal encontra o terreno fértil para tornar-se vitoriosa e estabelecer-se como “pensamento único” (RAMONET *apud* GROS, 2004, p.144).

O pensamento neoliberal constitui-se no que passou a ser chamado de *Escola Austríaca de Economia* e *Escola de Chicago*. Estas escolas, por sua vez, são uma vertente específica da economia neoclássica, que se contrapõe à economia clássica por rejeitar a teoria do valor-trabalho na explicação do funcionamento da dinâmica econômica capitalista.²⁰¹

Como se sabe, Adam Smith, embora não tenha formulado sistematicamente uma teoria do valor-trabalho, estabeleceu as bases de teorias posteriores mais sofisticadas (como as de David Ricardo e Karl Marx) que se colocavam da perspectiva da produção para a discussão sobre a origem do valor das mercadorias (Hunt, 2013, p.90). A partir desta perspectiva, o

²⁰⁰ A tradução brasileira vem com o título *Economia subterrânea – uma análise da realidade peruana*.

²⁰¹ Ao longo desta parte da presente seção apoio-me em Hunt (2013) na definição dos traços distintivos das economias clássica e neoclássica e na interpretação do pensamento econômico dos autores mobilizados.

conflito de classes é teoricamente incontornável²⁰², mas, em Smith, fica na sombra da (e entra em contradição com) sua ênfase no poder autorregulador do mercado. Com efeito, Smith sempre defendeu que a livre troca de bens e serviços no mercado capitalista concorrencial em que todos se orientam exclusivamente por seus interesses individuais gera, por força de uma lei natural em economia que o conceito de “mão invisível” procura definir, um sistema de coordenação que promove o bem-estar social geral²⁰³. Esta tese – que se constitui não do ponto de vista da produção, mas do ponto de vista das trocas operadas no mercado, avançando uma teoria do valor-utilidade – é central em Smith e obscurece sua ênfase no conflito de classes que advém da sua teoria do valor-trabalho²⁰⁴. Fica claro, assim, como estas teorias, construídas a partir de perspectivas distintas, oferecem quadros interpretativos opostos da dinâmica econômica capitalista:

“Os proponentes da teoria do valor-trabalho vêem o conflito de classes como algo de importância fundamental para a compreensão do capitalismo, enquanto a teoria do valor-utilidade vê a harmonia social como fundamental e leva, inevitavelmente, a uma versão do argumento da “mão invisível”, de Smith” (idem, 2013, p.105).

A partir do argumento da “mão invisível” é que Smith desenvolve sua defesa incondicional do *laissez-faire*: ao governo não cabe nenhum tipo de intervenção ou regulação da atividade econômica, já que o livre jogo concorrencial da oferta e da demanda, construído na base da busca egoísta pelo lucro e pelo bem-estar individual, é o mecanismo mais eficiente e racional de se promover o “interesse da sociedade” (1963, p.51) ou, dito de outro modo, “o sistema óbvio e simples, socialmente benéfico e harmonioso, de liberdade natural” (HUNT, 2013, p.103).

“Os mercados livres e em concorrência não só dirigiriam o emprego de capital para os setores em que ele fosse mais produtivo, como também fariam – mais uma vez por meio da “mão invisível”, que dirigia a maximização egoísta do lucro para canais socialmente úteis – com que fossem produzidas as mercadorias de que as pessoas precisassem e mais desejassem” (idem, *ibidem*).

Ao governo, portanto, só restaria três funções:

“Primeiro, a função de proteger a sociedade da violência e da invasão de outras sociedades independentes; segundo, a função de proteger, na medida do possível,

²⁰² Ora, se a origem do valor é o trabalho e se, numa sociedade capitalista (distinta, portanto, de uma sociedade de produtores que vendem/compram diretamente os produtos de seus trabalhos), a produtividade do trabalho é alavancada sobretudo pela divisão do trabalho (tema do capítulo I do livro I de *A riqueza das nações*), então o conflito de classes aparece em toda sua força. A ideia, inclusive, do trabalho como criador de um valor que é superior aos salários pagos à força de trabalho vem de Adam Smith e é o embrião do conceito marxista de mais-valia (NUNES, 2005, p.17).

²⁰³ “Cuidando do seu próprio interesse, o indivíduo, quase sempre, promove o interesse da sociedade mais eficientemente do que quando realmente deseja promovê-lo” (SMITH, 1963, p.422-3).

²⁰⁴ “Não foi com o ouro nem com a prata, mas com o trabalho, que toda a riqueza do mundo foi inicialmente comprada” (SMITH, 1963, p.30).

todo membro da sociedade da injustiça e da opressão de qualquer de seus membros ou a função de oferecer uma perfeita administração da Justiça; e, por fim, a função de fazer e conservar certas obras públicas e de criar e manter certas instituições públicas, cuja criação e manutenção nunca despertariam o interesse de qualquer indivíduo ou de um grupo de indivíduos, porque o lucro nunca cobriria as despesas que teriam estes indivíduos, embora, quase sempre, tais despesas pudessem beneficiar e reembolsar a sociedade como um todo (SMITH, 1963, p.651).

Assim, apesar do seu destaque para o conflito de classe e do estabelecimento de ideias orientadas por uma teoria do valor-trabalho que receberão tratamento mais sistemático em Ricardo e Marx, Smith enfatiza os efeitos socialmente benéficos do livre mercado autorregulado que traduz os atos individuais (egoístas e aquisitivos) numa lógica de bem-estar social e econômico geral.

“Está claro que o “sistema óbvio e simples de liberdade natural” de Smith era visto como um sistema econômico no qual prevalecia a harmonia. É claro que Smith tinha consciência de que os motivos egoístas e aquisitivos levavam a conflitos individuais e a conflitos de classes. Todavia, no contexto social do capitalismo concorrencial, esses conflitos eram apenas aparentes e acabavam não sendo reais. A “mão invisível” solucionava automaticamente os conflitos superficiais ou aparentes da melhor maneira, para a felicidade humana” (HUNT, 2013, p.105).

Em Smith (e também em Ricardo) observa-se, portanto, a convivência tensa entre perspectivas analíticas que levam a conclusões opostas acerca do funcionamento do sistema econômico capitalista. O que os autores que mais tarde serão chamados de *neoclássicos* fazem é justamente depurar o pensamento destes autores *clássicos* da sua ênfase no conflito em favor da teoria do valor-utilidade; com efeito, autores como Jeremy Bentham, J.B. Say, Nassau Senior e Frederic Bastiat fundam, em economia, o que passou a se chamar *utilitarismo*, isto é, uma teoria que reduz a atividade econômica à troca²⁰⁵ e estabelece como verdade universal que todas as ações e motivações humanas originam-se do desejo de maximizar o prazer e evitar a dor (idem, p.190).

Assim, o que a economia neoclássica faz é descrever o funcionamento do capitalismo como um sistema que, porque erigido sobre as bases de trocas mutuamente benéficas que se fundam na busca individual da maximização do prazer, gera automaticamente harmonia e bem estar social generalizado *caso* o governo não se aventure a implementar regulamentações e restrições que deturpem a lei geral de funcionamento dos mercados (idem, p.260-1). Aqueles autores “formularam quase todas as ideias que economistas posteriores usariam para dissociar os conceitos de harmonia social e benefício social do mercado da perspectiva da teoria do valor-trabalho, conceitos esses que, nos trabalhos de Smith e Ricardo, repousavam

²⁰⁵ Bastiat, por exemplo, dizia que “a economia política é troca” e que “é impossível conceber a sociedade sem troca ou a troca sem sociedade” (1964, p.59).

sobre uma base desconfortável” (idem, p.193).Desse modo, o neoclassicismo constrói-se a partir da percepção do mundo social como constituído por unidades isoladas e atomizadas (daí o individualismo) que lutam umas contra as outras pela sobrevivência e pela maximização do prazer (daí o utilitarismo egoísta) no ambiente impessoal do mercado, do qual todos se sentem dependentes já que, especializados no âmbito da divisão do trabalho, necessitam do mercado para compra e venda de bens necessários à sua manutenção (daí a dependência com relação aos mercados)²⁰⁶.

Ainda outras duas características definem a economia neoclássica: o racionalismo calculista e a tese de que a industrialização é paga a partir dos lucros dos capitalistas. A tese de Bentham de que todas as ações humanas se explicam a partir do desejo de prazer e de evitar a dor²⁰⁷ vai assumindo a forma de uma defesa de que invariavelmente, em todos os casos, os atos humanos são causados por um cálculo preciso de custos e benefícios.

“Todos os atos humanos passaram a ser vistos como consequência de decisões calculadas, racionais, nas quais o indivíduo agia de modo muito parecido com um contador, ponderando todos os lucros (prazeres) a serem obtidos com determinado ato, deduzindo todos os custos (dor) a serem causados por esse ato e, depois, escolhendo racionalmente o ato que maximizasse o excesso de prazer sobre a dor (...) todo comportamento humano se reduz a tentativas racionais e calculadas de maximizar os lucros ou a utilidade; e a maximização dos lucros reduz-se, com frequência, meramente, a uma forma indireta de maximização da utilidade” (idem, p.192-3).

Por fim, a industrialização é vista, aqui, como consequência de um investimento produtivo daqueles que detêm os lucros – não daqueles que recebem os salários. Como a relação de trabalho é uma troca mutuamente benéfica e são os donos dos lucros os que deixam de investir em bens de consumo em favor da produção de bens de capital, então não resta dúvida de que são os capitalistas – e não os trabalhadores – que pagam o custo social (de menor consumo) que é universalmente necessário para o avanço da industrialização (idem, p.191). Desta forma, vê-se como

“esses cinco aspectos do comportamento humano e da autopercepção dentro do capitalismo – o individualismo atomista, o utilitarismo egoísta, a dependência dos mercados, o financiamento da industrialização com os lucros e o racionalismo

²⁰⁶ Para esses autores, “a especialização econômica criava, necessariamente, uma dependência completa, tanto individual quanto social, do funcionamento, com êxito, do mercado. Os produtores especializados não poderiam viver se não conseguissem vender suas mercadorias em troca de moeda e comprar a variedade de mercadorias de seus produtores especializados, necessária para eles se manterem” (HUNT, 2013, p.190).

²⁰⁷ “A natureza colocou a humanidade sob o domínio de dois mestres soberanos, a dor e o prazer. Só eles podem mostrar o que devemos fazer, bem como determinar o que faremos... Eles nos governam em tudo o que fazemos, em tudo o que dizemos, em tudo o que pensamos... O princípio da utilidade reconhece essa sujeição e a aceita como o fundamento (de sua teoria social)” (Bentham, 1969, p.85).

calculista – tornaram-se a base intelectual da teoria neoclássica da utilidade e da harmonia social em fins do século XIX e início do século XX” (idem, p. 193).

A chamada “revolução marginalista” – protagonizada a partir da década de 1870 com as contribuições de Stanley Jevons, Carl Menger e Leon Walras – faz nada mais nada menos que colocar aquela base intelectual sob forma matemática a partir da noção de “utilidade marginal decrescente” (idem, p.358)²⁰⁸, o que os permitiu não somente fundar o que passou a ser chamado de *microeconomia* (PRADO, 2001, p.11) como também mostrar, “concreta e explicitamente, como a utilidade determinava os valores (o que Bentham, Say, Senior e Bastiat achavam, mas não conseguiram demonstrar)” (HUNT, 2013, p.358).

Posteriormente às contribuições destes autores, contudo, a economia neoclássica passou a dividir-se em duas alas: liberal e conservadora (idem, p.646). A partir, sobretudo, da Grande Depressão, os neoclássicos liberais absorvem determinadas críticas ao *laissez-faire* e, na esteira de Keynes, admitem que o governo deva adotar certas políticas fiscal e monetária para eliminar (ou ao menos abrandar) a instabilidade inerente ao capitalismo (idem, p.646); em segundo lugar, entendem que determinadas empresas, em função do seu gigantismo, não se adéquam ao modelo da concorrência perfeita e devem se submeter às agências regulatórias e às legislações antitruste nacionais (idem, ibidem); em terceiro lugar, defendem, com Smith, que o governo deve investir na produção de determinados bens desejáveis (porque consumidos socialmente), mas que não atraem os capitalistas privados em função da sua baixa (ou nula) lucratividade (idem, ibidem); por fim, sustentam que, em função das “externalidades” (conceito de que tratamos em seção anterior), poderia haver uma discrepância entre os custos privados e sociais de determinada atividade econômica, de modo que caberia ao governo sanar este problema através, por exemplo, de um sistema de impostos que fosse capaz de igualar aqueles custos (idem, ibidem).

Deste modo, “com um pouco de ajuda do governo, a mão invisível faria sua tarefa benéfica de criar a harmonia” (idem, ibidem). Apesar de suas críticas ao *laissez-faire* (o que significa expandir relativamente o âmbito de atuação das ações governamentais voltadas para a realidade econômica), os neoclássicos liberais (dentre os quais Paul A. Samuelson é o maior expoente) defendem os três pilares do neoclassicismo: a fé em que o capitalismo é um ideal de justiça distributiva (porque remunera com eficácia e racionalmente os diferentes fatores de

²⁰⁸ “O marginalismo permitiu que a visão utilitarista da natureza humana, que era considerada somente uma maximização racional e calculista da utilidade, fosse formulada em termos de cálculo diferencial” (HUNT, 2013, p.358).

produção), a fé em que o livre mercado é capaz de criar um equilíbrio a pleno emprego e a fé na mão invisível em promover o bem estar social por meio da harmonização dos diferentes interesses individuais, do estabelecimento de preços racionais e da alocação eficiente dos recursos produtivos (idem, pp.556-602).

Os neoclássicos conservadores, isto é, os *neoliberais*, que têm em Friedrich Hayek e Milton Friedman seus maiores expoentes (cujas principais obras são, respectivamente, *O Caminho da Servidão* e *Capitalismo e Liberdade*), defendem, por sua vez, um *laissez-faire* sem restrições. Não fazem nenhuma concessão àquelas críticas que são absorvidas pelos neoclássicos liberais e, assim, “vêm pouca razão para estender o escopo da atividade do governo além da proteção do sistema existente de poder de mercado (isto é, a proteção da propriedade privada e a garantia do cumprimento dos contratos)” (idem, p.656 – grifos meus²⁰⁹).

Em primeiro lugar, eles negam que haja qualquer instabilidade inerente ao capitalismo, sendo todas elas originadas da ação do governo²¹⁰. Em segundo, afirmam que a existência de monopólios deve-se inteiramente ao poder dos governos e não representa, ademais, nenhum impacto significativo do ponto de vista do funcionamento da economia como um todo²¹¹. Em terceiro, sustentam que o único bem a que o governo deve se dedicar a produzir é a defesa nacional (idem, p.657) e, por fim, à semelhança dos neoclássicos liberais, defendem o estabelecimento de mercados e direitos de propriedade para deseconomias externas específicas, com no caso da poluição (idem, p.547, 657). Deste modo, quaisquer “intervenções” do Estado na economia – como regulações da relação capital-trabalho e a produção de bens públicos para além da defesa nacional e da proteção da propriedade privada e da garantia do cumprimento dos contratos – são vistas como ataques diretos à liberdade e ao bem estar comum. Toda a institucionalidade do *Welfare State*, portanto, está aqui sob mira, especialmente os sindicatos (com suas demandas que contrariam o funcionamento perfeito do mercado regido por suas próprias leis naturais) e as funções sociais do Estado (sobretudo

²⁰⁹ Enfatizo essa limitação da ação do governo por parte dos neoliberais porque ela é a chave para entender qual é, em De Soto, “o mistério do capital”, como veremos na sequência.

²¹⁰ Assim, diz Friedman que “a verdade é que a Grande Depressão, como muitos outros períodos de grande desemprego, decorreu da má administração do governo mais do que de qualquer instabilidade inerente à economia privada” (1962, p.38).

²¹¹ As empresas monopolistas, segundo Friedman, “são relativamente sem importância do ponto de vista da economia como um todo” e “são em geral instáveis e de curta duração a menos que possam contar com a assistência do governo” (1962, p.38); quer dizer, “provavelmente a mais importante fonte de poder monopolista seja a assistência do governo” (idem, *ibidem*).

previdência, saúde e educação – GROS, 2004, p.145), que precisam ser privatizadas como condição da superação dos problemas da inflação e da estagnação.

É esse neoliberalismo que, gestado já nos primeiros anos do pós-guerra, ganha terreno a partir da década de 1970 (no contexto de crise a que nos referimos) em diferentes pontos do planeta. Aqui, Hayek é um nome de particular relevância. Não apenas intelectualmente, mas também politicamente ele é um personagem central no processo que levou o neoliberalismo ao status de doutrina hegemônica na década de 1980 e depois. Isso porque lidera a criação, em 1947, três anos depois de publicar *O Caminho da Servidão*, da *Sociedade Mont Pelèrin*, buscando fundar uma rede de intelectuais a favor do programa liberal de reformas políticas com vistas à garantia da liberdade de mercado contra o poder considerado excessivo dos sindicatos e das instâncias públicas de regulação da relação capital-trabalho. Em 1947, então,

“Hayek convocou aqueles que compartilhavam sua orientação ideológica para uma reunião na pequena estação de Mont Pèlerin, na Suíça. Entre os célebres participantes estavam não somente adversários firmes do Estado de bem-estar europeu, mas também inimigos férreos do New Deal norte-americano. Na seleta assistência encontravam-se Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga, entre outros. Ai se fundou a Sociedade de Mont Pèlerin, uma espécie de franco-maçonaria neoliberal, altamente dedicada e organizada, com reuniões internacionais a cada dois anos. Seu propósito era combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro” (ANDERSON, 1995, p.09).

A fundação dessa Sociedade marca o início da construção de toda uma rede internacional de *think tanks* e organizações civis voltada para a produção de dados, pesquisas, prognósticos e propostas de cunho neoliberal. E é exatamente isto que são os Institutos Liberais: *think tanks* (i.e., órgãos políticos-ideológicos) voltados para a produção e difusão de um conhecimento que se pretende hegemônico numa “guerra de posição” relativa à determinação da orientação das políticas econômicas nacionais (GROS, 2003, 2004). Diferentemente de outras organizações corporativas ou associações setoriais, que defendem específicos interesses econômicos de classe na negociação com o aparelho estatal, os Institutos Liberais são institutos privadas de pesquisa e debate, isto é, “entidades civis cujo eixo central de atividade é a ideologia, a difusão de sua concepção de mundo” (GROS, 2004, p.144). Fundados em diversos países latino-americanos a partir dos anos iniciais da década de 1980, mas presentes na vida política de EUA e Inglaterra desde a década de 1940, quando é fundada a *Sociedade Mont Pelèrin*, os Institutos Liberais são financiados por fundações de grandes empresas transnacionais e jogaram um papel essencial nas eleições de Margaret Thatcher (Inglaterra, 1979), Ronald Reagan (EUA, 1980) e Helmut Kohl (Alemanha, 1982).

Gros (2003, 2004) mostra no detalhe o surgimento do neoliberalismo como “movimento ideológico internacional”, listando e analisando as diversas organizações criadas com o fito de formar elites nacionais e internacionais comprometidas com a teoria econômica e as propostas de políticas públicas neoliberais. No caso específico do Brasil, a autora mostra como os Institutos Liberais centraram sua agenda de pesquisa e sua pauta de propostas na reformulação da legislação trabalhista e na privatização da previdência, da saúde e da educação (2003, p.215-34; 2004, p.99).

Em linha de análise similar, Minella (2007, 2009) investiga a formação, na América Latina, de uma rede transnacional de associações de bancos que defende os interesses do empresariado financeiro do continente. O autor mostra o quanto essa rede é dominada por certos grupos internacionais (com destaque para o Citibank/Citigroup e os espanhóis Santander e Bilbao Vizcaya) e vinculada fundamentalmente a determinadas agências e organizações estadunidenses, cujo papel de destaque é dado pelo *National Endowment for Democracy* (NED) num contexto maior, (marcado pela transição democrática em diversos países latino-americanos) de reordenamento da política externa dos EUA voltada para a região (Minella, 2009, p.14). Neste reordenamento, ganham centralidade, sob a liderança do NED, o *Center for International Private Enterprise* (CIPE), o *International Republican Institute* e o *National Democratic Institute for International Affairs* (NDI). Enquanto o CIPE é um órgão da Câmara Americana de Comércio, “uma poderosa organização empresarial à qual se vinculam mais de uma centena de associações empresariais no mundo, incluindo a maioria dos países latino-americanos” (idem, p.15), o IRI e o NDI são organizações dos partidos republicano e democrata, respectivamente. Criado em 1983 (pela gestão Reagan), o NED é considerado um instrumento fundamental na luta pela construção de uma hegemonia neoliberal na região latino-americana (idem, ibidem) e, embora seja uma organização juridicamente privada, tem seu orçamento previsto no Departamento de Estado e aprovado pelo Congresso Nacional (idem, p.15); os recursos deste fundo nacional são direcionados ao financiamento de “atividades e organizações de diversos tipos no exterior: centros de pesquisa e formulação de políticas públicas (conhecidos como *think tanks*), ONGs, associações empresariais e de trabalhadores, partidos políticos, organizações diversas da sociedade civil” (idem, ibidem). Na divisão do trabalho operada com as outras três organizações (idem, p.16), “cabe ao CIPE dirigir sua atuação para o universo empresarial, especialmente suas associações de classe e organizações da sociedade civil sob sua influência, buscando seu

envolvimento na formulação e implementação de políticas públicas orientadas pelo interesse do mercado” (idem, p.17).

Já em 1984 o ILD, fundado três anos antes, recebe recursos do CIPE, na esperança de investir numa via alternativa para o “combate contra o terrorismo” que o grupo Sendero Luminoso representava; de acordo com o próprio CIPE, o ILD e a obra de De Soto são casos de sucesso a serem financiados e divulgados, revolucionando “a maneira de pensar de acadêmicos, especialistas em desenvolvimento e governantes sobre o papel do direito de propriedade” (CIPE *apud* MINELLA, 2009, p.24) e oferecendo “aos pobres uma alternativa à revolução: o empreendedorismo” (ISLAM *apud* MINELLA, 2009, p.24). No recorte aqui adotado, portanto, o ILD e sua produção, assinada por Hernando de Soto, aparecem, focalizados a partir de seus efeitos e de seu papel político, como instrumentos ideológicos numa luta por hegemonia que transcende os limites do Peru e da própria região latino-americana. É deste ponto de vista que analiso as teses que compõem as duas principais obras de De Soto; a *Economia subterrânea*, lançada em 1986, apresenta um diagnóstico da situação socioeconômica do Peru (bem como uma proposta de superação da informalidade enquanto constituída por uma ilegalidade que barra a prosperidade econômica do país e dos demais países do que ele chama de “Terceiro Mundo”) e é o esteio da formulação mais sistemática que *O mistério do capital* procura realizar. Os *insights* e as ideias presentes na segunda obra já estão todas na primeira, com a diferença de que *O mistério do capital*, lançado em 2000, se apoia em trabalhos de campo realizados pelo ILD em diversas partes do mundo e tem um caráter mais generalizante que *Economia subterrânea*, que procura detalhar mais concretamente o arranjo socioeconômico e político que, peruano, caracteriza, no entanto, o subdesenvolvimento e o atraso do que n’*O mistério do capital* aparece, em oposição ao “Ocidente” e ao “Japão”, como “os países do Terceiro Mundo e do extinto bloco soviético”.

Toda a argumentação presente em ambas as obras se destina a expor o capitalismo e as reformas que pretendem diminuir a ingerência do Estado sobre as atividades econômicas como os únicos caminhos possíveis, viáveis e racionais a serem adotados por qualquer país do mundo com um mínimo de responsabilidade política (ANDERSON, 1992). Para alcançarem sucesso na empreitada, basta que as “nações antes comunistas e do Terceiro Mundo” adotem as medidas que o “Japão” e aqueles do “Ocidente” puseram em prática ao longo da sua história, de modo a resolver “o mistério do capital” e fazendo “dar certo o capitalismo”; vejamos.

Já no início d'*O mistério do capital*, De Soto (2000, p.15) é taxativo ao afirmar que “a queda do Muro de Berlim pôs fim a mais de um século de competições entre capitalismo e comunismo”, de sorte que “restou o capitalismo como único modo viável de se organizar racionalmente a economia moderna”; assim, “neste momento da história, nenhuma nação responsável tem outra opção”, pois “com o fim da Guerra Fria, o capitalismo tornou-se a única opção séria para o desenvolvimento” (idem, p.82); triunfante, afirma que “como todas as alternativas plausíveis ao capitalismo já agora se evaporaram, estamos finalmente em condição de estudar o capital desapaixonada e minuciosamente” (idem, p.28).

No entanto, sinal de alerta, “o momento triunfante do capitalismo é seu momento de crise” (idem, ibidem); no Terceiro Mundo e nos países antes comunistas aumentam as tensões sociais resultantes do fracasso do capitalismo e, no mundo todo, cresce a desconfiança com relação ao mercado. A Colômbia encontra-se “à beira de uma enorme guerra civil entre as guerrilhas do narcotráfico e milícias repressivas”, o “Sul do México” se encontra açoitado por uma “teimosa insurgência”, o “crescimento econômico forçado da Ásia escoou para a corrupção e o caos” e “na América Latina, a simpatia pelos mercados diminuiu” ao ponto de “em maio de 2000 o apoio da população à privatização cair de 46 para 36 por cento” (idem, p.16). E o que é “mais preocupante ainda: nas nações do extinto bloco comunista o capitalismo vem deixando a desejar e homens associados aos antigos regimes já se posicionam à espera de uma retomada do poder” (idem, ibidem). Ademais, esse “fracasso do capitalismo” nessas regiões do globo ameaça as próprias potências desenvolvidas²¹², as quais começam a ver, em seu próprio território, sinais de grande insatisfação com a “expansão do capitalismo”²¹³. Contudo, o “Ocidente”, embora seja de seu interesse a prosperidade do capitalismo ao redor do mundo, falha na sua assistência aos países pobres por mirar no alvo errado. O que os líderes ocidentais fazem é, além ajudar financeiramente as nações “subcapitalizadas”, aconselhá-las a seguir determinadas diretrizes, dizendo: “estabilizem suas moedas, aguentem firme, ignorem as desordens acerca de alimentos e esperem pacientemente

²¹² “O triunfo de um capitalismo circunscrito ao Ocidente pode bem ser a receita de um desastre econômico e político” (DE SOTO, 2000, p.16); “na comunidade de negócios ocidental aumenta a preocupação de que um fracasso na implementação do capitalismo em grande parte do mundo acabe por conduzir as economias ricas à recessão” (idem, p.17).

²¹³ “Os tumultos em Seattle, no encontro da Organização Mundial do Comércio em dezembro de 1999 e, meses depois, no encontro do FMI e do Banco Mundial em Washington DC, apesar da diversidade das queixas, salientaram a raiva inspirada pela expansão do capitalismo” (DE SOTO, 2000, p.17).

a volta dos investidores estrangeiros” (idem, p.17). No entanto, prossegue De Soto (idem, p.18), isso não basta:

“Investimento estrangeiro é, obviamente, coisa muito boa. Quanto mais, melhor. Moedas estáveis também são coisa boa, como o são o livre comércio, as práticas bancárias transparentes, a privatização das indústrias estatais e todos os outros remédios da farmacopeia ocidental. Todavia, continuamente nos esquecemos de que já se tentou antes o capitalismo global. Na América Latina, por exemplo, reformas direcionadas à criação de sistemas capitalistas foram ensaiadas ao menos quatro vezes desde que esta se tornou independente da Espanha, em torno de 1820. A cada vez, após a euforia inicial, os latino-americanos afastaram-se das políticas do capitalismo e da economia de mercado. Portanto, essas prescrições claramente não bastam”.

O problema todo, diz De Soto, está no fato de que os países antes comunistas e do Terceiro Mundo não são de fato capitalistas, mas, antes, estão ainda “aprisionados nos porões encardidos do mundo pré-capitalista” (idem, p.70), isto é, estão fazendo a longa transição rumo ao capitalismo (idem, p.19) – transição esta que os países ocidentais já completaram, mas apenas após longos e titubeantes séculos de erros e tentativas. O dilema, portanto, é: “por que o capitalismo floresceu apenas no Ocidente, como se isolado em uma redoma de vidro?”²¹⁴ (idem, *ibidem*). De Soto acredita que o obstáculo fundamental àquela travessia é a incapacidade daqueles países de gerar capital (idem, *ibidem*), de modo que entender o porquê dessa incapacidade significa resolver o “mistério do capital”. Resolver este mistério é, no fim das contas, descobrir a chave do crescimento econômico e, ademais, solucionar o enigma do subdesenvolvimento. É descobrir o mecanismo que une países tão diferentes entre si (como Brasil, Peru, Rússia, Egito, Estônia, Colômbia, etc.) ao fazê-los permanecer no mesmo *atraso* econômico-social. Descobrir a sistemática que produz o capital é encontrar a chave do sucesso do capitalismo nos países ocidentais, já que é o capital que produz mais-valia (como ele repete várias vezes) e já que “o capital é a força que aumenta a produtividade do trabalho e gera a riqueza das nações (...) é o sangue vital do sistema capitalista, a base do progresso e a única coisa que os países pobres do mundo parecem não conseguir produzir por si mesmos, não importa o quão avidamente sua gente se dedique a todas as outras atividades características de uma economia capitalista” (idem, *ibidem*). A história de todos esses países, argumenta De Soto, é virtualmente a mesma. Sociedades primordialmente agrícolas,

²¹⁴ De Soto, nesta metáfora da “redoma de vidro” retomada diversas vezes ao longo do livro, apoia-se em Braudel (*apud* DE SOTO, 2000, p.15): “o principal problema é descobrir por que aquele setor da sociedade do passado, que eu não hesitaria em chamar capitalista, teria vivido como que em uma redoma de vidro, isolado dos demais; por que não foi capaz de se expandir e conquistar toda a sociedade? Por que uma taxa significativa de formação de capital foi possível tão-somente em alguns setores, e não em toda a economia de mercado da época?”

atravessam, de 1940 a 1980, uma fase de rápidas e intensas transformações que constrói – a partir de maciças migrações campo-cidade – civilizações urbanas, pondo em marcha uma “revolução surpresa (...) similar aos distúrbios sociais e econômicos europeus de 1800” (idem, p.31). No entanto, os migrantes – responsáveis por essa enorme transformação e que acudiram às cidades em função de diversos motivos, desde a construção de estradas até o sonho de angariar melhores remunerações, passando pela crise da economia agrícola e pela possibilidade de conquistar níveis mais elevados de educação formal (DE SOTO, 1986, p.41-3) – foram recebidos de maneira hostil pela sociedade urbana existente. Manifesta em diversas frentes, a hostilidade fundamental advém da ordem legal.: “a maior hostilidade encontrada pelos migrantes foi a institucionalidade legal vigente” (idem, p.44), a qual lhes negava o acesso aos bens, serviços e atividades econômicas protegidas pelas regras do direito. Assim, os migrantes

“confrontavam-se com uma muralha impenetrável de regras barrando-os das atividades sociais e econômicas estabelecidas legalmente. Para esses novos habitantes da cidade era tremendamente difícil a aquisição de moradias legalizadas, a participação em negócios formais ou empregos legais” (DE SOTO, 2000, p.32).

E ainda:

“Chegados à cidade, eles perceberam que não poderiam incorporar-se às atividades sociais e econômicas estabelecidas legalmente e lhes era sumamente difícil ascender formalmente à habitação, educação e, sobretudo, à empresa e ao trabalho” (DE SOTO, 1986, p.45).

Assim, negados esses acessos, os migrantes converteram-se em “informais”, isto é, em pessoas que realizam ilegalmente a maioria das atividades tipicamente urbanas, como produzir, consumir, comercializar, morar e se transportar: “foi dessa maneira que, para subsistir, os migrantes se converteram em informais (...) para viver, comerciar, manufaturar, transportar e até consumir, os novos habitantes da cidade tiveram de recorrer ao expediente de fazê-lo ilegalmente” (idem, *ibidem*)²¹⁵. Aliados da institucionalidade legal, os informais não se entregaram à anarquia, mas construíram diversas “normatividades extralegais” para regular as atividades econômicas a que eles se dedicaram a despeito dos obstáculos legais. Em *Economia Subterrânea*, De Soto expõe três áreas em que essas normatividades foram criadas por fora da (e em resposta a) institucionalidade legal: a habitação, o comércio e o transporte; vejamos como elas são construídas nos casos da habitação e do comércio. No caso da habitação, a invasão é o principal mecanismo através do qual as pessoas acabam formando o

²¹⁵ Essa ilegalidade, no entanto, frisa De Soto, não se faz com “fins anti-sociais, como no caso do narcotráfico, do roubo ou do sequestro, mas utilizando-se meios ilegais para satisfazer objetivos essencialmente legais, como construir uma casa, prestar serviços ou desenvolver uma indústria” (1986, p.45).

que é chamado de “assentamentos informais”, “arrabaldes” ou “bairros marginais” (idem, p.50), versão peruana das favelas (DE SOTO, 2000, p.32)²¹⁶. A invasão ocorre de maneira ou “paulatina” ou “violenta”. No primeiro caso, o proprietário ou conhece os primeiros invasores (por relações de amizade e/ou parentesco) ou não dá muito valor ao terreno, de modo que não despense nenhum esforço para conservá-lo e protegê-lo (DE SOTO, 1986, p.53); com o tempo, no entanto, novos grupos vão se somando aos primeiros e o contingente inicial vai aumentando e consolidando o assentamento informal na teia urbana da cidade (idem, ibidem).

No segundo caso, não há laço algum entre o proprietário do terreno e os futuros moradores, de modo que a invasão é feita de maneira “intempestiva e violenta”; esse caráter da invasão, contudo, não prescinde de um meticuloso planejamento levado a cabo em “assembleias secretas” que reúnem os futuros moradores e “invasores profissionais, geralmente sindicalistas, políticos ou simplesmente empresários, que põem a serviço dos interessados sua experiência na organização de invasões, em troca de determinados rendimentos políticos ou econômicos” (idem, p.54). Como parte do planejamento, os dirigentes e os moradores negociam com o transporte ilegal uma extensão da rota até o assentamento informal (idem, p.56) e é estabelecida uma quotização de cada qual para gastos comuns, além da divisão de tarefas e responsabilidades que vão desde a negociação com as autoridades até a organização da resistência contra ordens de despejo ou novas invasões (idem, p.55). Tomado o terreno, logo aparecem os “ambulantes, que se encarregam de aprovisionar os povoadores de alimentos e demais víveres, e os vendedores de materiais de construção, com todo o necessário para edificar as primeiras habitações” (idem, p.56); ademais, organiza-se a repressão e o castigo a delitos cometidos pelos moradores dentro do assentamento (idem, ibidem). Tanto num caso quanto no outro são construídas “organizações informais” de “natureza democrática” com o objetivo fundamental de “proteger e aumentar o valor das propriedades” e baseadas num “organograma básico e nítido composto por uma direção central como ente executivo e uma assembléia geral como ente deliberativo” (idem, p.61); as tarefas centrais dessas organizações são “negociar com as autoridades, defender a ordem pública, prestar serviços, registrar as propriedades existentes no assentamento e administrar a justiça por conta própria” (idem, p.61-2). Essas organizações, na verdade, diz De Soto (idem, p.61), são resultado de um contrato firmado entre os futuros moradores e os

²¹⁶ O outro mecanismo através do qual os peruanos acessavam informalmente a propriedade era a “transação ilegal de terrenos agrícolas através de associações e cooperativas” (DE SOTO, 1986, p.53).

invasores profissionais. Esse “contrato de invasão” é a “fonte da normatividade extralegal” que rege as relações entre os moradores e tem dois tipos de cláusulas: as que se referem ao “recenseamento inicial dos invasores” e as que tratam das funções e responsabilidades da organização informal (idem, p.56).

Essa “normatividade extralegal” instaura um direito – que ele chama de “direito expectacional de propriedade” – que não tem “equivalente no mundo legal” e estabelece-se em oposição às normas que constituem o sistema jurídico formal (idem, p.58). Num primeiro momento, esse direito se apoia apenas na presença dos invasores no terreno, depois nos recenseamentos produzidos pelas organizações e, finalmente, na atividade das autoridades, as quais, ao longo dos 159 passos administrativos que os invasores precisam percorrer para conquistar os seus títulos de propriedade, vão progressivamente reconhecendo o assentamento informal como parte da cidade formal (idem, *ibidem*).

Esse progressivo reconhecimento vai afastando o fantasma da erradicação e conferindo maior segurança jurídica das propriedades, o que é a condição de possibilidade dos maiores investimentos que os moradores vão fazendo em suas propriedades, mas é sempre feito “por exceção”, isto é, “não proporciona aos invasores os mesmos atributos sobre os imóveis que a propriedade tradicional” (idem, p.59). Isso impede, por exemplo, que a venda e a locação dos imóveis e dos terrenos se dêem dentro da legalidade, de modo que estes atos passam a ser regidos pelos acordos tirados em assembleias e pelas organizações informais, as quais mantêm um “rudimentar registro imobiliário” que é a base dos futuros direitos formais de propriedade que os moradores porventura consigam angariar (idem, p.60).

Estabelecido “à margem e até contra as normas estatais nominalmente encarregadas de regulá-lo” (idem, p.100), o comércio informal desenvolve-se em duas modalidades principais (comércio ambulante e mercados informais) que, no entanto, representam etapas evolutivas de um mesmo fenômeno, já que os comerciantes estabelecidos em mercados começaram, invariavelmente, na rua, onde estão em situação de maior vulnerabilidade e instabilidade (idem, p.104-5).

Na primeira modalidade, o comércio ocorre com ou sem ponto fixo na via pública (idem, p.104). Neste último caso, o comerciante começa de modo muito precário: vende pequenas quantidades de mercadorias diversas (“quinquilharias, guloseimas e víveres não perecíveis” – idem, p.105) de modo aleatório, perambulando pelas ruas. Com o tempo, começa a firmar um itinerário cotidiano e aumentar a escala de suas transações, criando uma

clientela e uma reputação que permitem que ele conquiste o crédito dos fornecedores (idem, p.105-6).

Passada essa fase, o comerciante, enxergando as vantagens de estabelecer-se num ponto fixo (maior capacidade de armazenamento de mercadorias, maior facilidade de ser encontrado por seus clientes etc.) e fazendo um “complexo cálculo econômico” de custos e benefícios, “invade a rua” e se fixa num determinado ponto do espaço público (idem, p.106). O ILD, afirma De Soto, encontrou duas formas dessa fixação: os “cinturões” e as “paradinhas” (idem, p.108). No primeiro caso, os comerciantes se fixam ao redor de algum mercado informal já estabelecido, complementando (ou concorrendo com) as vendas ali realizadas. No segundo caso, institui-se uma concentração de ambulantes que por si só forma o núcleo principal da atividade de comércio: são “centros de atração auto-suficientes que abarcam as mais diferentes formas de comércio de bens e serviços” (idem, *ibidem*). Nestes pontos fixos, no entanto, não há nenhuma infra-estrutura edificada, de modo que os comerciantes vendem apenas a partir de pequenos “carrinhos”²¹⁷. De qualquer modo, já nasce aqui uma “normatividade extralegal que se encarrega de ordenar e regular as atividades informais” (idem, p.109).

Nomeada de “direito especial de domínio” pelos pesquisadores do ILD, essa normatividade “permite o aproveitamento econômico das vias públicas que, em circunstâncias normais, só serviriam para o trânsito, ornamento e segurança da população” (idem, *ibidem*). Neste momento, os comerciantes conquistam graus mais elevados de capacidade de armazenamento de mercadorias, reputação com a clientela e crédito com os fornecedores (idem, *ibidem*). Mas essa normatividade não garante as mesmas estabilidade e segurança proporcionadas pelo direito formal e é ainda mais débil que o “direito expectacional de propriedade”, pois “não pode criar a mesma expectativa sobre bens que, como passeios e calçadas, são de uso público” (idem, *ibidem*). Tanto o uso exclusivo do ponto quanto sua negociação (compra e venda) são limitados em seus potenciais econômicos em função da lacuna deixada pelo direito formal. Assim, o uso exclusivo é alcançado apenas a partir da permanência cotidiana que enseja a construção e o fortalecimento dos laços entre os comerciantes, laços estes que são o fundamento último daquela normatividade. Também é o reconhecimento e o aval dos demais comerciantes o que legitima, em última instância, a

²¹⁷ Não há, assim, um “ponto edificado com material nobre e dotado de abastecimento de água, eletricidade, refrigeração, armazém, espaço para exibição ou alguma das outras características que facilitariam a oferta de um volume regular de mercadorias” (DE SOTO, 1986, p.110).

compra e venda de determinado ponto (idem, p.111). Com o tempo, as organizações de ambulantes (“organizações de autodefesa”) passam a avaliar esse tipo de transação, substituindo assim por meio de sua filiação o reconhecimento direto (face a face) dos comerciantes dos diferentes pontos (idem, ibidem).

“O surgimento das organizações de ambulantes contribui para consolidar esse processo, pois a partir de então o reconhecimento entre os ambulantes é substituído pela filiação à organização e, com o passar do tempo, o pagamento das cotizações e a aceitação dos seus acordos. Todas essas ações constituem a normatividade extralegal que permite suprir a falta de direitos de propriedade legalmente reconhecidos (...) O fundamental nisso tudo é que as operações só podem realizar-se com base na normatividade extralegal desenvolvida pelos próprios ambulantes. Entretanto, também é claro que essa normatividade, abertamente contraposta ao direito formal, não é suficiente para dar à atividade informal toda a segurança de que necessita” (idem, ibidem).

E é por causa dessa insuficiência que os comerciantes procuram negociar diretamente com as autoridades licenças para a realização de suas atividades econômicas, ainda que a título precário. No caso do Peru, essa licença é dada a partir de um imposto (a *sis*a) que forma uma das principais receitas dos municípios do país, imposto este que tem sua contraparte, portanto, em algum nível de segurança e estabilidade para os comerciantes, que no entanto não superam sua condição de informais (idem, p. 112).

Essas organizações de autodefesa, que têm um caráter democrático e são formadas com o objetivo de proteger a ocupação territorial (o que envolve tanto a negociação com as autoridades quanto o uso da força bruta), cumprem ainda várias outras funções, como desenvolver formas de solução de conflitos entre os comerciantes informais e organizar sistemas de turnos que permitem a otimização de determinado espaço no interior de algum ponto fixo (idem, p.114).A modalidade dos mercados representa o cume da evolução deste fenômeno do comércio informal que tem sua origem e ponto de partida no ambulante perambulando pelas ruas à cata de fregueses. Esses mercados informais, na Lima analisada pelo ILD, somam 274 unidades, contra 57 formais, construídas pelo próprio poder público (idem, p.117). Todos os informais foram construídos pelos próprios comerciantes que, ansiosos por sair das ruas em busca de maior estabilidade e segurança, formam as “organizações de promoção”, isto é, associações voltadas não apenas para a defesa, mas para a promoção dos interesses da “classe”:

“Ao desenvolvimento do comércio informal fora da via pública corresponde o de outras formas de organização dos próprios ambulantes, dirigidas já não tanto à defesa de seus direitos, mas à promoção de seus interesses (...) As organizações de promoção só têm como objetivo promover a edificação do mercado e não têm ingerência na atividade propriamente comercial de cada um de seus filiados” (idem, p.118-9).

Essas organizações, no processo de construção desses mercados – que são basicamente “estabelecimentos fora da via pública, edificados com material nobre e devidamente equipados com câmaras frigoríficas, armazéns, pontos individuais e serviços higiênicos (idem, p.117) –, encontram uma série de dificuldades, todas derivadas seja da falta de capacidade de coação (de modo que há sempre “problemas para obrigar os ambulantes a efetivamente colaborar” – idem, p.120) seja dos custos inerentes à própria natureza da informalidade, condição daqueles que sucumbem aos obstáculos encontrados para adentrar no terreno da legalidade.

Como se vê, o problema todo está resumido no marco legal vigente; segundo De Soto (idem, p.190), “os trabalhos do ILD confirmaram a importância do direito para determinar a eficiência das atividades econômicas”, o que significa dizer que são os “custos desnecessários da formalidade” (derivados de uma “lei má”) e os “custos da informalidade” (resultantes da “falta de uma boa lei”) as circunstâncias que travam a economia peruana, o que demonstra “a transcendência do direito para o desenvolvimento em geral”.

Esses custos têm, em primeiro lugar, o efeito de forçar a economia a operar num baixo nível de produtividade; não fossem as “regulamentações governamentais” (que conformam uma “interferência excessiva” nas atividades econômicas que caem sob o registro da formalidade), as “restrições regulamentares”, o “sistema de impostos e tarifas”, o “controle de preços”, os “requerimentos burocráticos” e as “leis trabalhistas”, os recursos produtivos não seriam desperdiçados (o que permitiria a sua “combinação ótima” a partir da “flexibilidade na tomada de decisões empresariais”), os preços de insumos e produtos não seriam distorcidos, os estímulos à produção não seriam “pervertidos” e a “mobilidade do trabalho” seria favorecida, já que não seria tão “onerosa a contratação de pessoal novo” (idem, p.242).

No caso da legislação social e trabalhista, afirma De Soto (idem, p.243), é óbvio que ela encarece a mão de obra, de modo que “as empresas formais empregam menos trabalho e mais capital” e “na informalidade, ao contrário, a relação trabalho-capital é alta demais”. Assim, “as empresas formais não podem usar o fator de produção mais importante do país, que é o trabalho”, e a nação oferece a “seus cidadãos menos oportunidades de emprego”. Aqueles custos, ademais, tornam subótimas as taxas de investimento, resultado direto do baixo grau de produtividade (idem, *ibidem*), ao que vem se somar a ineficiência do sistema tributário, o qual, concentrando-se nas empresas relativamente grandes (que são obrigadas a operar na legalidade em função da sua escala de produção e comercialização) e – por

definição – não incidindo sobre as informais, é um fator central de distorção de toda a economia (idem, p.244). Penalizando os formais pela não contribuição dos informais (o que ocorre também no que diz respeito aos serviços de luz e água, já que “as conexões ilícitas dos informais” – *idem*, p.245 – levam ao aumento das tarifas “para os que cumprem a lei” – *idem*, *ibidem*), o governo se vê desperdiçando ainda mais recursos na perseguição daqueles que tentam burlar a legalidade, os quais, por sua vez, despendem numerosos recursos (que poderiam ser produtivos) na estratégia da evasão fiscal²¹⁸. Esses desestímulos à produtividade e ao investimento têm o efeito de barrar processos de inovação tecnológica na exata medida em que impedem as empresas de assumir maiores escalas de produção e venda (idem, p.246). Por fim, como as estatísticas oficiais das contas nacionais não levam em consideração a enorme gama de atividades informais, que não permanece a nível constante, mas aumenta a cada ano em função dos enormes desestímulos à formalização, o governo não tem as informações corretas para tomar as melhores decisões no terreno da política macroeconômica (idem, p.246-7).

Esses custos tão excessivos e irracionais da formalidade e da informalidade, por sua vez, têm sua origem numa tradição jurídica inerente ao mercantilismo. Essa tradição redistributivista – que entende o direito como um “instrumento para redistribuir a riqueza e não para facilitar sua criação” (idem, p.261) – pressupõe a existência de diversos grupos de pressão empresariais (que o autor chama de “coalizões redistributivistas”) que despendem enormes quantidades de recursos para negociar propinas (em troca de favores e privilégios) com a burocracia pública, mais especificamente com as agências de um hipertrofiado Poder Executivo²¹⁹. É precisamente esta sistemática que é a causa daqueles custos (idem, p.262). Nessa sistemática, as diferentes coalizões estão a todo momento recorrendo aos agentes estatais para costurar apoios que se concretizam numa série de normas e medidas técnicas que

²¹⁸ De Soto (1986, p.244) é bastante direto quanto a isso: “assim, as empresas relativamente grandes e, portanto, obrigadas a operar na formalidade, pagam mais impostos do que seria necessário se não existisse a formalidade, já que a totalidade dos impostos grava uma base estreita. Isso faz com que muitas empresas prefiram não crescer demais e, por isso, deixem de operar com escalas ideais. No caso das indústrias cujo tamanho impede a operação informal, a consequência é que simplesmente não se desenvolvem no Peru (...) A elisão e a evasão fiscais são tão maciças que o Estado se encontra na contingência de investir numa grande quantidade de estratégias onerosas para tentar identificar os infratores, enquanto estes, por sua vez, gastam recursos para evitar essa detecção”.

²¹⁹ Essa hipertrofia, retomada por De Soto diversas vezes, é assim caracterizada: “no Peru, 99% das normas e decisões do governo central – que são o meio de redistribuição – provêm do Poder Executivo, que decide sobre elas sem consulta nem controle público, e é através de sua capacidade para normatizar a redistribuição sem necessidade de qualquer debate no parlamento ou outro cenário que as coalizões redistributivistas intervêm na produção do direito” (1986, p.264-5).

as favorecem e desvirtuam a “concorrência econômica sadia” (idem, p.266). Essas coalizões lutam constantemente para se assegurar de que a formulação do direito não prejudique seus interesses e, se possível, favoreça-os diretamente (idem, p.263).

“Os empresários já estabelecidos lutam então para manter o estado de privilégios ao qual conseguiram chegar ao longo dos anos, enquanto os novos empresários que também desejam uma parte do bolo esforçam-se para obter vantagens parciais através da participação política” (idem, p.264).

Tudo isso tem por efeito a constituição de um verdadeiro labirinto legal (uma “anarquia legal” – idem, ibidem) que, fundamentado no “suborno e na corrupção” (idem, ibidem), vai se tornando cada vez mais complexo e difícil de manejar, já que o Estado vai paulatinamente, da cúpula da administração pública até os níveis burocráticos inferiores, normatizando em detalhe praticamente todas as atividades econômicas do país (idem, p.267) através de diversos mecanismos interventores: “controles e taxas de câmbio diferenciais, uma variedade de impostos indiretos e sobretaxas sobre importações, impostos diretos sobre produtos de importação, licenças, cotas, listas de produtos permitidos, devoluções tributárias, acordos bilaterais e compensatórios e regulamentações sobre o investimento direto” (idem, p.269). “Dessa maneira, as coalizões fazem com que o sistema legal vá reunindo, uma por uma, normas que se acumulam e que logo impedem o acesso à formalidade, aumentam os custos de permanecer nela e tornam praticamente impossível a simplificação regulamentar e a desburocratização (...) a pressão contínua para distribuir e redistribuir os recursos da sociedade através da produção do direito tornou a normatividade legal do país cada vez mais difícil e complexa, convertendo-se na causa fundamental da informalidade” (idem, p.267-8). E essa sistemática operada pelo direito redistributivista²²⁰, continua De Soto (idem, p.275), é a característica definidora do mercantilismo, sistema de organização social imperante na Europa entre os séculos XV e XIX e que denota precisamente o atual estágio histórico da América Latina e dos demais países de Terceiro Mundo²²¹. Oposto à economia de mercado

²²⁰ Direito este que, vale reforçar, ao preocupar-se com a re-distribuição da riqueza, deixa de cumprir o papel de impulsionar sua criação: “nosso direito não procura fixar a regulamentação necessária para assegurar e delimitar direitos e obrigações que protejam a propriedade e estimulem todas as transações, porque não responde a uma preocupação com a criação de instituições que produzam riqueza, mas obedece a uma obsessão por administrar os conflitos diários” (DE SOTO, 1986, p.272).

²²¹ Escrito antes da queda do Muro de Berlim, a *Economia Subterrânea* não faz ainda menção aos “países do extinto bloco comunista”. N’*O Mistério do Capital*, no entanto, o passado mercantilista europeu, o Terceiro Mundo e os países ex-comunistas formam um único bloco definido pelo mesmo sistema social de organização da produção econômica que impede o desenvolvimento ao sufocar a iniciativa privada inovadora e apoiar-se num empresariado viciado pelas regras do jogo que alguns chamam de “patrimonialista”. De acordo com De Soto (2000, p.41), a Rússia e os antigos estados soviéticos, depois do colapso do comunismo, caíram novamente no mesmo padrão – mercantilista – característico do terceiro mundo e da Europa da transição entre o feudalismo e o capitalismo; na *Economia Subterrânea*, por outro lado, a revolução russa de 1917 – assim como a francesa de 1789 – aparece/m como resultado/s das tensões entre os informais (resultados diretos e inequívocos das maciças

tipicamente capitalista, o mercantilismo é caracterizado por uma “economia politicamente administrada cujos agentes estão submetidos a uma regulamentação específica e detalhada” (*idem*, p.276). Tentativa de sobrevivência do feudalismo num cenário socioeconômico revolucionado pelo crescimento econômico comercial e industrial, “o mercantilismo europeu se caracterizou pelas ligações entre um Estado ubíquo e um poder empresarial privilegiado e excludente” (*idem*, p.277).

Assim, o mercantilismo se define pela limitação estatal do acesso à empresa (que confere, por meio da lei, monopólios e privilégios àqueles grupos politicamente – e não economicamente – mais fortes), pela estatização de determinados setores da economia²²², pela normatização legal excessiva (resultado direto das acirradas e imprevisíveis disputas entre as coalizões redistributivistas que a todo momento mudam as regras do jogo concorrencial²²³) e pelo domínio crescente das burocracias públicas e privadas voltadas respectivamente para a produção de normas regulamentadoras (e pela fiscalização cada vez mais complexa do seu cumprimento) e para a negociação dos favores estatais. É a vigência do mercantilismo, oposto à economia de mercado capitalista baseada em critérios de competitividade, eficiência e progresso tecnológico, que faz os países do Terceiro Mundo e do extinto bloco soviético permanecerem subdesenvolvidos, sem a capacidade de gerar capital. O segredo da geração de capital, que permanece oculto a estes países a despeito das tentativas do Ocidente de ajudá-los, reside na *propriedade privada*: “com a propriedade legal, as nações desenvolvidas do Ocidente tinham a chave para o desenvolvimento moderno” (DE SOTO, 2000, p.65). Sistemas formais de propriedade constituem o processo – inventado apenas no Ocidente – capaz de converter ativos (bens móveis e imóveis dotados de determinada utilidade) em

migrações campo-cidade que se deparam com diversos obstáculos à legalidade que definem o mercantilismo enquanto uma forma de governo assentada no privilégio e no monopólio) e a rígida, inflexível, ineficiente e – a longo prazo – insustentável ordem mercantilista.

²²² Numa defesa novamente da privatização das empresas públicas, escreve De Soto (2000, p.278-9) acerca das antigas “manufaturas reais”: “essas fábricas reais constituem um claro precedente das modernas empresas públicas (...) e na maior parte dos casos foram ineficientes, sofreram perdas e desapareceram no final do século XVIII ou princípios do século XIX”.

²²³ Sobre este ponto, diz o autor: “na medida em que os regulamentos que privilegiavam certas atividades foram sendo mais detalhados, incluindo maiores especificações técnicas para proteger certas indústrias, os regulamentos dos países mercantilistas aumentaram desmesuradamente (...) ainda que a regulamentação minuciosa e detalhada viesse desde a antiguidade, a da era mercantilista se diferenciava das anteriores porque já não era resultado da vontade do rei, mas ditada a partir de consultas com grupos econômicos ou mercadores que gozavam de privilégios especiais” (2000, p.280-1).

capital, permitindo com isso que eles levem uma vida paralela à sua existência espaciotemporal²²⁴.

Como costuma fazer, De Soto estabelece uma metáfora para tentar transmitir sua mensagem; diz ele que um lago no alto de uma montanha, em seu contexto físico imediato, pode ser útil em uma série de aspectos, como para a prática da canoagem ou da pesca (idem, p.57). Mas, ao mesmo tempo, tem ele uma potencialidade que apenas o engenho humano pode converter em ato, em realidade. Trata-se da capacidade de gerar energia elétrica. Essa potencialidade, que jaz para além do seu estado natural de lago com determinada extensão de água numa montanha, apenas pode tornar-se realidade a partir de um processo conversor criado pelo homem, extrínseco portanto ao lago (idem, p.58).

No caso do lago, esse processo é dado por uma central hidrelétrica com suas turbinas e fios condutores que permitem trazer à tona a energia – elétrica – potencial do plácido e sereno lago na montanha. O mesmo ocorre com a geração de capital, afirma De Soto. O que permite fixar o potencial de um ativo e movimentá-lo de modo a produzir mais-valia (trabalho adicional)²²⁵ é precisamente um sistema formal de propriedade: “o sistema formal de propriedade é a central hidrelétrica do capital. É onde nasce o capital” (idem, p.60).

“Como a energia elétrica, o capital não será gerado se a peça-chave, a instalação que o produz e o fixa, não existir. Assim como um lago precisa de uma central hidrelétrica para produzir energia usável, os ativos precisam de um sistema formal de propriedade para produzir mais-valia significativa. Sem a propriedade formal para extrair seu potencial econômico e convertê-los em uma forma que pode ser facilmente transportada e controlada, os ativos dos países em desenvolvimento e dos antigos países comunistas são como a água de um lago no alto dos Andes – uma reserva inexplorada de energia em potencial” (idem, p.61).

Como a propriedade formal pode operar esta conversão? Segundo De Soto, através de seis efeitos. Em primeiro lugar, permitindo “a fixação do potencial econômico dos ativos” (idem, p.63): “o capital nasce da representação escrita das qualidades econômicas e socialmente mais úteis *sobre* os ativos – escrituras, finanças, contratos e outros registros –, em oposição aos aspectos visualmente mais marcantes *do* ativo. É onde o valor potencial é pela primeira vez descrito e registrado” (idem, *ibidem*, grifos do autor).

²²⁴ Essa proposição, argumenta Hunt, é característica da economia neoclássica; é a propriedade (uma atividade legal e não produtiva) o elemento distintivamente humano na produção de bens e mercadorias: “desse ponto de vista da troca, que mais tarde viria a dominar a economia neoclássica, a contribuição distintamente humana para a produção era ter propriedade – *não uma atividade produtiva, mas uma relação legal*” (HUNT, 2013, p.130 – grifos meus).

²²⁵ De Soto usa de maneira intercambiável, ao longo do livro, esses três termos: “capital”, “mais-valia” e “trabalho adicional”.

É essa representação conceitual/legal a circunstância que permite que o ativo exerça funções econômicas (para além da sua utilidade física imediata), tais como “ser utilizada como garantia de empréstimos; como ação ordinária negociada em investimentos; como endereço de cobrança de dívidas, impostos e taxas; como localização que identifica os indivíduos para motivos comerciais, judiciais ou cívicos; ou como terminal responsável para o recebimento de serviços públicos tais como energia, água, esgoto, telefone ou TV” (idem, p.64). Para além deste efeito, sistemas formais de propriedade são capazes de integrar num único sistema as diversas e inúmeras informações dispersas sobre os inúmeros ativos que, na ilegalidade, acabam sendo objeto de uma ampla variedade de normatividades extralegais. Essa integração, afirma De Soto, é central para o sucesso do capitalismo:

“a razão do triunfo do capitalismo no Ocidente e de seu fracasso no resto do mundo é que a maior parte dos ativos das nações ocidentais foi integrada em um sistema de representação formal (...) essa ‘reunião’ das representações de propriedade, um momento revolucionário na história das nações desenvolvidas, depositou todas as informações e regras, regendo a riqueza acumulada de seus cidadãos em uma só base de conhecimento” (idem, p.66).

Essa dispersão das informações sobre os ativos e das regras sobre como transacioná-los é central na explicação do fracasso do capitalismo nos países não-desenvolvidos. O problema todo, portanto, é “que a maioria das nações do mundo ainda esteja por integrar acordos extralegais de propriedade em um único sistema formal legalizado” (idem, p.67). Predominante no passado dos países ocidentais, o “pluralismo legal” (idem, *ibidem*), que hoje define o restante do mundo, só foi superado após longos e erráticos séculos de idas e vindas, o que levou estes países a esquecerem-se do fato de que são seus sistemas formais e integrados de propriedade privada a chave da criação de capital.

O terceiro efeito da propriedade, afirma nosso autor, é “a responsabilização das pessoas” (idem, p.68). A construção de sistemas formais e integrados de propriedade tornou as pessoas responsáveis e comprometidas, “criando indivíduos onde antes havia massa” (idem, p.69). No “contexto impessoal da lei”, ao contrário do “contexto politizado das comunidades”, as pessoas perderam o anonimato em favor da responsabilidade individual:

“Pessoas que não pagam por serviços e bens que consumiram podem ser identificadas, cobradas com juros, multadas, embargadas e ter suas taxas de crédito aumentadas. As autoridades são capazes de descobrir as infrações legais e contratos desonestos; podem suspender serviços, reter a propriedade e retirar alguns ou todos os privilégios de propriedade legal” (idem, *ibidem*).

Ademais, sistemas integrados e formais de propriedade tem por pressuposto a descrição padronizada dos ativos, o que permite que os bens sejam fungíveis, facilitando assim contratos e transações ao reduzir os seus custos: “diferentemente dos ativos físicos, as

representações legais podem ser combinadas com facilidade, divididas, mobilizadas e usadas para estimular acordos de negócios. Separando as características econômicas dos ativos de seu rígido estado físico, uma representação torna o ativo ‘fungível’ – capaz de ser moldado para servir praticamente a qualquer transação” (idem, p.71). Por fim, De Soto enfatiza, por um lado, que aqueles sistemas integram as pessoas entre si e com o governo²²⁶ e, por outro, que eles protegem as transações econômicas por meio de uma série de instituições voltadas para esse fim, mas que tem na propriedade legal seu nervo central, quais sejam, cartórios públicos, agências de certidões, seguradoras de títulos e certidões, agências de hipotecas, etc. (idem, p.77). O mistério do capital, portanto, é a propriedade privada assegurada legalmente. É ela, produzindo essa série de efeitos anteriormente descritos, que gera riqueza ao permitir que os ativos (mercadorias e serviços diversos) “levem uma vida paralela como capital” (expressão repetida várias vezes ao longo do livro) e, assim, façam “trabalho adicional” para além da sua utilidade imediata. O que explica o atraso econômico-social dos países antes comunistas e em desenvolvimento são os enormes obstáculos e dificuldades que eles apresentam para aqueles ou que querem agir (em suas atividades econômicas) legalmente ou que desejam permanecer na legalidade. Porque não possuem os sistemas de representação inerentes à “infra-estrutura legal implícita” (idem, p.23) aos sistemas formais de propriedade, aqueles países permanecem *subcapitalizados*, quer dizer, incapazes de explorar a riqueza dos ativos que já produzem, os quais – porque na ilegalidade/informalidade – não são capazes de gerar capital; são, assim, capital morto:

“As nações do Terceiro Mundo e do extinto bloco comunista não possuem esse processo de representação. Como resultado, em sua maioria estão subcapitalizadas, do mesmo modo que uma empresa está subcapitalizada quando emite valores menores que sua renda e seus ativos justificariam. As empresas dos pobres se parecem muito com corporações que não podem emitir ações ou apólices para a obtenção de novos investimentos e financiamentos. Sem representações, seus ativos são capital morto” (idem, p.21).

Esse setor subcapitalizado é economicamente pujante e vigoroso, abrangendo centenas de atividades que vão desde indústrias de fundo de quintal até a fabricação de jatos de caça²²⁷; de acordo com as estimativas do ILD ancoradas em estudos de caso em “cinco cidades do

²²⁶ Essa integração – por meio do mecanismo impessoal do mercado – é a consequência imediata da “responsabilização das pessoas”, apontada por De Soto como um dos “efeitos da propriedade”.

²²⁷ Sobre essa variedade, afirma De Soto (2000, p.40-1): “setores subcapitalizados por todo o Terceiro Mundo e países antes comunistas fervilham com trabalho árduo e engenhosidade. Indústrias caseiras de fundo de quintal brotaram por todos os lados; fabricam de tudo, de roupas e calçados até imitações dos relógios Cartier e das bolsas Vuitton. Oficinas constroem e reconstroem máquinas, carros, ônibus. Os novos pobres urbanos criaram indústrias e bairros inteiros que operam com conexões clandestinas de água e luz. Há até dentistas fazendo obturações sem licença (...) Nos antigos países comunistas encontram-se atividades extralegais ainda mais sofisticadas, desde a produção de *hardware* e *software* até a fabricação de jatos de caça vendidos ao estrangeiro”.

Terceiro Mundo (Cairo, Lima, Manila, Cidade do México e Port-au-Prince” (*idem*, p.42), o valor dos imóveis extralegais da totalidade dos países antes comunistas e terceiro-mundistas chega a US\$9,3 trilhões. Trata-se de uma mina de ouro inexplorada, de uma soma extraordinária que pode solucionar o problema do desenvolvimento econômico nos países da periferia do capitalismo avançado²²⁸; soma esta construída por homens e mulheres meticolosos e poupadores que são injustamente acusados de responsáveis pelo alastramento da pobreza global (*idem*, p.49). Eles “não são o problema. São a solução” (*idem*, p. 50).

Os países em busca do desenvolvimento (geração de riqueza, renda e capital) e da consolidação do capitalismo – já que encontram-se ainda presos ao sistema político-econômico mercantilista²²⁹ – não precisam buscar soluções macroeconômicas ou ajudas internacionais, mas apenas transformar sua estrutura legal de modo a incorporar à riqueza da nação um tesouro que já existe em solo doméstico. A principal tarefa do governo, assim, como vimos defenderem os neoclássicos conservadores (os neoliberais), é a de proteger a propriedade privada e garantir o cumprimento dos contratos; isso é o necessário e o suficiente para resolver o problema da geração de capital e, assim, do sucesso do capitalismo.

“Líderes do Terceiro Mundo e dos países antes comunistas não precisam errar por ministérios e instituições internacionais buscando suas fortunas. Em meio a seus bairros mais pobres e favelas existem trilhões de dólares prontos a serem postos em uso, se apenas pudermos desvendar o mistério de como se transformam ativos em capital vivo” (*idem*, p.50).

4.5 A informalidade como forma social do trabalho

O debate brasileiro atual em torno do conceito de informalidade tem uma variedade de expoentes e de contribuições. Em grande medida, esse debate indica com sobras o quanto “o

²²⁸ Sobre essa soma, destaca De Soto (2000, p.49): “esse número merece consideração: US\$9,3 trilhões é cerca do dobro do total do suprimento de moeda norte-americana em circulação. É aproximadamente o valor total de todas as empresas listadas nas principais bolsas de valores dos vinte países mais desenvolvidos do mundo: as bolsas de Nova York, Tóquio, Londres, Frankfurt, Toronto, Paris, Milão, o pregão Nasdaq e outras dezenas. É mais de vinte vezes o total de investimentos estrangeiros diretos em todo o Terceiro Mundo e antigos países comunistas nos dez anos seguintes a 1989, 46 vezes mais do que todos os empréstimos do Banco Mundial nas últimas três décadas e 93 vezes mais do que todo o auxílio para o desenvolvimento concedido por todos os países desenvolvidos ao Terceiro Mundo no mesmo período”.

²²⁹ Interessante notar que, nos primórdios do liberalismo, os principais inimigos da liberdade e da sistema de coordenação designado pela “mão invisível” estavam encarnados no poder das corporações de ofício e na política econômica dirigista do mercantilismo (MORAES, 2001, p.7) – e isso do mesmo que para os neoclássicos conservadores são os sindicatos e as estruturas do *Welfare State* os principais adversários a serem combatidos.

termo informalidade transborda a forma social ‘empreendedorismo’” (CARDOSO, 2014, p.23) – ao contrário do que sustenta, como já observamos, Machado da Silva (2003). No geral, entretanto, aquelas contribuições centram-se em duas direções primordiais: entendem a informalidade ou como um conjunto de atividades não tipicamente capitalistas (porque voltadas para a sobrevivência dos agentes e não orientadas fundamentalmente pelo lucro e pela acumulação de capital) ou como uma série de práticas econômicas que se dão ao largo da legislação trabalhista reguladora da relação capital-trabalho (idem, p.11). Em ambas as direções, todavia, encontramos um pressuposto comum:

“(…) existe um “setor informal”, ou um “ambiente” (teórico e empírico) na ordem econômica que é irredutível ao *outro* que serve de referente normativo da definição, isto é, o “setor formal” (...) o que se tem no horizonte é a ideia de mercados de trabalho segmentados, regidos por lógicas distintas, isto é, formas distintas de circulação de pessoas pelas posições existentes, formas também distintas de remunerar a força de trabalho, de valorizar o capital, etc.” (idem, p.11-2)

E é justamente essa dualidade usualmente presente nas definições de informalidade (desde sua origem como “setor informal urbano”) que precisa ser devidamente superada para que ela possa tornar-se teórica e empiricamente mais pertinente na elucidação dos fenômenos que busca investigar. Para não jogar fora a criança junto com a água do banho²³⁰, uma definição satisfatória do conceito de informalidade precisa, portanto, superar essa dualidade quase inescapável²³¹.

Superar essa dualidade é importante, antes de mais nada, em função da natureza mesma da ordem capitalista mundial atual dominada pelas finanças. Isso significa dizer que a globalização e a financeirização da ordem econômica capitalista atual (erguida sobre as bases das novas tecnologias da informação e da comunicação) forma um sistema que tem um centro densamente regulado por mecanismos públicos e impessoais e uma periferia, por definição, distante.

Quer dizer, nessa periferia, isto é, nas fronteiras da ordem capitalista, os elementos de coordenação do sistema estão mais distantes, mais rarefeitos, menos pregnantos. Não obstante, o centro do sistema (no centro do qual está Tesouro norte-americano) é capaz de

²³⁰ A frase remete ao excelente texto de Alexandre Barbosa (2011): “o conceito de trabalho informal, sua evolução histórica e o potencial analítico atual: para não jogar a criança fora junto com a água do banho”; o texto compõe a coletânea *Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens* (VERAS *et al*, 2011).

²³¹ Sobre essa dualidade, diz Cardoso (2013, p.32): “a ideia de informalidade supõe uma distinção clara e cabal entre um mundo ‘formal’ e outro ‘informal’. Trata-se de uma dicotomia inescapável, os dois termos se definem mutuamente. Logo, trata-se de uma categoria dual de apreensão do mundo. ‘Informal’ é a categoria residual. Ela acolhe tudo o que não pode ser enquadrado como ‘formal’, que, obviamente, tem primazia nesse modelo de apreensão do mundo”.

extrair valor, isto é, de se apropriar lucrativamente de toda e qualquer transação comercial do planeta, o que significa dizer que o capitalismo contemporâneo é um “sistema [que] *inclui a tudo e a todos*, fazendo-o, apenas, de maneira diferente, e certamente desigual” (idem, p.36 – grifos do autor). Os recursos de qualquer transação financeira (seja a compra formal e legal de um imóvel seja a venda de uma bijuteria na barraca da esquina de alguma cidade qualquer) logo deságuam no mercado financeiro através dos bancos, participando assim do circuito de valorização e reprodução do capital, de modo que “é ingenuidade imaginar que o camelô da esquina não participa do circuito do capital” (idem, p.25).

A tese, aqui, é a de que “a ciranda financeira é capaz de sugar o excedente das atividades econômicas mais longínquas” (idem, p.39). *Nesse sentido*, não se sustenta a dicotomia formal/informal, já que “como o centro do sistema é composto do amálgama de capitais financeiros (que subsumiram os capitais comerciais) e produtivos, produtos e serviços praticados na mais distante periferia são parte dos circuitos de valorização dos capitais do centro, via mercado financeiro (idem, p.39-40). Sendo o sistema totalmente integrado, não faz sentido falar em distinção absoluta entre um “mundo formal” e um “mundo informal”. Para fixarmos esse ponto, vale conferir na íntegra as citações a seguir.

“A financeirização informacional do capitalismo tornou inteiramente inadequado o campo conceitual derivado da ideia de informalidade (...) O centro [da ordem econômica capitalista atual] se alimenta de muitas maneiras da circulação de mercadorias por sua periferia, por mais baratas e de má qualidade que sejam, e por piores que sejam as relações de trabalho que sustentam a produção (...) A financeirização do capital, assentada nas tecnologias de informação, *tornou muito mais rápido* um processo, como já indicara Marx, inexorável. Permitiu ao capitalismo queimar etapas, por assim dizer, na apropriação de recursos gerados em seus lugares mais longínquos” (idem, p.27. grifos do autor).

Cardoso continua:

“O alto executivo de uma multinacional talvez imagine que sua vida não tem nada a ver com a do camelô da esquina. Mas, o fato de o dinheiro do camelô frequentar, cedo ou tarde, uma conta bancária que renderá juros que serão apropriados pelo executivo via aplicações na dívida pública do Brasil os aproxima de maneira irrecusável. O salário que o executivo paga a seu jardineiro ou motorista irriga o camelódromo do centro da cidade, e esse salário cumpre a mesma trajetória do salário do operário, nascendo como fração de uma transação financeira da empresa a que pertence e retornando ao mesmo mercado financeiro na forma de investimentos de vários tipos, agora de propriedade do executivo” (idem, p.32).

E, finalmente, Cardoso coloca que:

“(...) a globalização financeira, ancorada nas tecnologias da informação, trouxe a periferia para perto do centro do sistema, não em termos espaciais, mas em termos do tempo transcorrido até a apropriação dos recursos que circulam pela própria periferia. Mais ainda, os recursos financeiros circulantes são, em grande parte, resultantes do transbordamento da riqueza do centro, sempre em busca de mais e melhores retornos. Como muitos desses recursos são traduzidos em investimentos produtivos (...), parte dessa riqueza transbordada permanece na periferia. Isso quer

dizer que a periferia, mesmo a mais periférica, já não é indiferente para o centro. Certamente, este não se alimenta *essencialmente* daquela. As trocas intracapitalistas (dentro dos conglomerados econômicos) entre os países centrais (agora incluindo a China) ainda respondem pela maior parte da dinâmica do sistema. Mas, seu segmento financeiro se alimenta cada vez mais das migalhas periféricas” (idem, p.37-8. grifo do autor).

Mas, há ainda outro sentido segundo o qual a dualidade quase inerente à ideia de informalidade não se sustenta – e para captá-lo precisamos dar um passo adiante. Os principais mecanismos de coordenação das ações e atividades econômicas (seja no centro seja na periferia da ordem econômica capitalista) são o mercado, o Estado (com suas leis e instâncias reguladoras), a informação impessoal (isto é, aquela plasmada nas “redes informacionais virtuais, nos anúncios públicos, nos encartes em jornais e revistas, nos veículos de comunicação” – idem, p.29) e a sociabilidade, isto é, “as expectativas sobre a vida em comum (e suas máximas morais), a confiança, a solidariedade, a inveja e toda a gama de disposições para a ação que tomam o *outro* como referência, podendo este outro ser o destinatário dos serviços prestados, o comprador da mercadoria ofertada, ou ainda o outro generalizado das relações identitárias” (CARDOSO, 2014, p.04).

O que se passa no centro do sistema? Lá, observa-se a primazia da regulação pública dos contratos e das operações econômicas. O Estado, o mercado e a informação impessoal assumem o *protagonismo* enquanto mecanismos de coordenação das ações, atividades e relações econômicas, ocupando papéis secundários a sociabilidade e as informações extensas nas redes e contatos pessoais. Essa rarefação das informações pessoais e da sociabilidade, no entanto, é apenas aparente, pois a confiança (um dos principais elementos da sociabilidade enquanto mecanismo de coordenação econômica) atua diretamente na arquitetura das atividades econômicas e financeiras no centro do sistema, estando aqui “inscrita em instituições e leis” (CARDOSO, 2013, p.31), diferentemente – como veremos – das zonas periféricas do sistema, onde “repousa na sociabilidade e nas redes sociais locais” (idem, *ibidem*).

“A confiança *parece* não ser necessária nas relações formais de mercado (parcerias entre empresas, governança em cadeias de valor e mesmo uma simples compra e venda de um apartamento podem ocorrer sem envolver confiança), mas ela quase sempre está presente como parte das expectativas racionais e valorativas dos agentes” (idem, p.24 – grifo do autor).

Ademais, por detrás de todas as operações econômicas e financeiras do centro do sistema, há sempre pessoas reais fazendo escolhas e tomando decisões com base não apenas em considerações tipicamente racionais “referentes a fins” (para falar como Weber), mas também nos mais variados motivos e alianças não imediatamente econômicos. É nesse sentido

que se afirma que “por trás e antes de uma transação no centro do sistema haverá sempre pessoas tomando decisões com base em informações sobre o próprio sistema e as ações de outros. É uma sociabilidade diversa da que se sustenta por relações de confiança na periferia, mas é sociabilidade, e igualmente lastreada na confiança” (idem, p.29-30).

Isto é, as operações que transcorrem no centro do capitalismo global *parecem* indiferentes “à sociabilidade, ocorrendo quase sempre num ambiente virtual em que o único elemento relevante é o preço (das ações, das mercadorias, do dinheiro, no caso dos empréstimos regulados pelas taxas de juros)” e no qual as pessoas “quase sempre podem operar com uma noção estereotipada e inteiramente abstrata do ‘outro’, pensado como uma razão (investidora) sem corpo ou alma maximizadora da utilidade de seus clientes ou de si mesma” (idem, p.22-3); no entanto, mais uma vez, isso é só aparência.

“As redes sociais estão, obviamente, implicadas na sustentabilidade do capitalismo financeiro global. Os centros decisórios de parte substancial das transações de vulto do sistema são em grande medida *desterritorializados*, mas no mundo virtualizado as redes não necessitam do território para se consolidar ou materializar. Quantas decisões importantes não são tomadas em reuniões de altos executivos ocorrendo em restaurantes, saguões de hotéis, aviões, navios, videoconferências, festas de casamento, recepções, banquetes em palácios e reuniões de presidentes em Davos ou Camp David? As migrações de grandes executivos entre países são uma forma saliente de operação de redes sociais nesse nível global, mas elas não são necessárias para que as redes funcionem e tenham longevidade” (idem, p.31 – grifo do autor).

Dessa forma, trata-se de uma modalidade particular de atuação (que acusa seu relativo menor protagonismo) da sociabilidade na coordenação das ações econômicas que têm lugar no centro do sistema. Essa modalidade assume certamente diversas configurações concretas de acordo com os distintos contextos de ação em que estão inseridos os agentes, mas, na comparação com as zonas periféricas da ordem capitalista, trata-se sempre de menor protagonismo. A informação impessoal tem aqui um papel crucial, já que o dinheiro, que é o “principal sinalizador das ações no capitalismo fetichizado, não circula sem informação”, mas, antes, ele “*se apresenta, no mundo dominado pelas finanças*, como informação e pelos meios de informação” (idem, p.22 – grifos do autor).

Mesmo assim, na bolsa de valores, por exemplo, que é entendida como o supra-sumo da (auto-)imagem do capitalismo como um “mercado exemplar” (MÜLLER, 2005, p.134) baseado na livre-concorrência e na transparência, impessoalidade e publicidade das informações²³², o fluxo e a circulação destas informações assumem distintas configurações e

²³² Müller (2005, p.160), única a produzir uma etnografia sobre a bolsa de valores no Brasil (RABOSSO, 2014), nos lembra que “os princípios que, segundo a Teoria Econômica, devem reger o funcionamento dos mercados concorrenciais são: a atonicidade dos agentes, a homogeneidade dos produtos, a fluidez dos preços e dos

significados, obedecendo a uma série de “códigos de valores e de condutas que orientam as práticas dos [seus] integrantes” (idem, p.162). É neste sentido que se destaca que

“o mercado formal de trabalho no Brasil é pejado de empresas que não recolhem o FGTS de seus empregados ou não cumprem outras obrigações legais. Importadores fraudam notas fiscais para pagar menos impostos, empresas subfaturam suas mercadorias pela mesma razão, outras violam direitos de propriedade, fraudam o consumidor com propaganda enganosa, quando não com fraude pura e simples, por exemplo mentindo sobre o conteúdo transgênico dos alimentos ou sobre o peso real do que é vendido. Bancos de investimento fraudam seus correntistas (Lehman Brothers), grandes investidores inventam esquemas fraudulentos de extração da riqueza de investidores incautos (Maddoff). A crise de 2008, que vinha de pelo menos dois anos antes em fogo brando, explodiu quando os bancos deixaram de confiar em seus pares e nas empresas. Incapazes de saber com certeza qual a extensão do buraco aberto na instituição vizinha pela enorme fraude dos derivativos lastreados em ativos podres, fecharam a torneira a todos. Sem crédito, o sistema ficou asfixiado. Na base da asfixia estava a *desconfiança* generalizada. Nada mais, nada menos. E tudo isso *no centro* do sistema, lugar da formalidade, dos controles estatais, das leis, das sanções” (CARDOSO, 2014, p.33 – grifos do autor).

Quer dizer, não apenas a confiança (enquanto elemento da sociabilidade como mecanismo de coordenação) não está ausente (porque inscrita em leis e instituições e fundamentando todo o edifício de transações e contratos financeiros do centro do sistema), como também a sociabilidade está sempre “pressuposta no estereótipo do autômato racional maximizador da utilidade de agentes abstratos ou intangíveis porque escondidos sob o magma dos fluxos informacionais” (idem, p.23) – tratando-se de uma pressuposição que, uma vez mais, acusa um relativo menor protagonismo.

Na periferia do sistema, por sua vez, as coisas se passam de outro modo – e a argumentação de Cardoso (2013, 2014), nesse particular, também mescla as teses da rarefação e da atuação positiva, embora com outras nuances. Por um lado, enfatiza-se o quanto, nas zonas fronteiriças da ordem econômica capitalista, a institucionalidade estatal e o mercado estão ausentes (ou relativamente ausentes, isto é, rarefeitos), com a sociabilidade (e, por extensão, as redes, contatos e informações pessoais) assumindo o papel protagonista enquanto mecanismo de coordenação das relações econômicas que são, nesse contexto, imediatamente, relações sociais (CARDOSO, 2014, p.04).

Essas regiões, diferentemente do que ocorre no centro, “têm na sociabilidade o principal mecanismo de coordenação de sua dinâmica geral” (CARDOSO, 2013, p.23) e a confiança “pode assumir papel central, substituindo o Estado como elemento de coordenação das ações de mercado, e o mercado na coordenação das relações sociais” (idem, p.24). Essas regiões em que o capitalismo está mais rarefeito em sua compleição (idem, *ibidem*) “são, na

participantes no mercado, e o princípio da transparência, isto é, a igualdade no acesso às informações relativas a qualidade, quantidade e preço dos produtos oferecidos”.

verdade, densamente coordenadas, mas não necessariamente por mecanismos públicos, como a lei ou o Estado” (idem, p.27). A informação é aqui também central, mas ela, como elemento fundamental da sociabilidade, é de menor qualidade e “provavelmente inadequada ou insuficiente segundo os parâmetros do centro” (idem, p.23).

Se, no centro, a sociabilidade atua de um modo particular a acusar o seu papel relativamente secundário, na periferia ela é *condição de possibilidade* das ações e atividades econômicas (idem, p.29 – grifos meus). Isto é, “escondida que estivera em uma transação como a compra de ativos financeiros no mundo virtual, aqui a sociabilidade assume papel protagonista e, com ela, o denso conjunto de expectativas morais, valorativas, racionais e materiais envolvidas na satisfação de um desejo fútil ou de uma necessidade premente” (idem, ibidem). Nas zonas periféricas, é a sociabilidade que assegura as relações contratuais, transferindo para as pessoas “o ônus e o risco das transações, que mais próximo ao centro são assumidos pelo Estado, pelas companhias de seguro (que são parte do mercado financeiro e têm seu lastro garantido pelo Estado) etc.” (idem, p.24). É a sociabilidade, em suma, que, diferentemente do que se passa no centro do sistema, sustenta o capitalismo em suas regiões fronteiriças (idem, p.24), marcadas pela rarefação (isto é, pela relativa *ausência*) da institucionalidade estatal, da informação impessoal e do mercado (idem, p.23). Também aqui o mercado e a informação são fundamentais, mas com suas nuances. Nesses ambientes periféricos, sustenta Cardoso (2014, p.28-9 – grifos do autor),

“o preço, como em qualquer mercado, é o elemento central de sinalização da transação. O operário comprará um caminhãozinho [de brinquedo, da mão de um camelô] de R\$ 2,00 porque é o que o seu salário lhe permite. Se o objeto do desejo custar mais do que isso, ele escolherá outra coisa, frustrando suas expectativas e, talvez, a de seu filho. Ou tentará regatear com o camelô, eventualmente comprando a prazo. Tudo isso é *parte* desse elemento de coordenação que é o mercado, e a transação na periferia não se distingue em nada de outra realizada no centro, nesse particular. Por seu lado, se o operário procurou esse camelô e não outro é porque ele tinha a informação de que vendia caminhãozinhos. Um camelô vizinho vende produtos eletrônicos, outro vende CDs e DVDs piratas, outro vende material de pescaria. Nosso operário não queria nada disso, e sabia onde procurar. Nesse mercado, como em qualquer outro, a informação é elemento central de coordenação, sem o qual nada pode funcionar. Apenas a informação está em outros lugares que não as redes informacionais virtuais, os anúncios públicos, os encartes em jornais ou revistas, os veículos de comunicação. Ela está *nas redes sociais* e é elemento central da sociabilidade que permite o encontro do comprador com o camelô que tem o que ele quer comprar”.

Sendo o mercado a união de dinheiro e contratos e, também por isso, inexistindo sem o Estado (idem, p.21-2), a institucionalidade estatal é o elemento central na demarcação das fronteiras entre as regiões central e periférica (i.e., formal e informal) da ordem econômica capitalista global. E são essas regiões fronteiriças (que, como as margens do Estado, são

móveis, não são inertes) que trazem grande complexidade à análise sociológica. Não se trata aqui de dicotomia, no sentido da defesa de uma setorização seja da economia seja do mercado de trabalho, mas mais propriamente de um contínuo formado por diversas possibilidades de configurações concretas – “segundo essa hipótese, como forma social do trabalho e não um ‘setor’ da economia, a informalidade assume múltiplas configurações, podendo mesmo estar imbricada nas relações econômicas normalmente nomeadas de formais” (CARDOSO, 2014, p.05)²³³.

Por outro lado, se o Estado, naquelas regiões fronteiriças, está ausente (ou relativamente ausente) enquanto mecanismo legal e formal de regulação das atividades e relações econômicas (cobrança de impostos, normatização da contratação de mão de obra etc.), ele permanece como elemento de coordenação dessas mesmas atividades e relações sob uma outra variedade de configurações. “O que distingue os ambientes²³⁴ é a forma do amálgama dos mecanismos de coordenação. Na periferia, ganham centralidade os elementos típicos da sociabilidade (as relações face a face, as expectativas em relação ao outro, a confiança, a inveja), sem que os demais (o Estado, o mercado e a informação) estejam ausentes” (idem, p.27).

Cardoso acrescenta:

“Uma forma social do trabalho como a “informalidade”, ao se configurar, instancia (ou atualiza) os mesmos meios de coordenação que a forma “trabalho protegido ou regulado” (típico do “setor formal”), porém amalgamados de maneira distinta” (idem, p.03).

A forma da combinação dos mecanismos (e não a ausência destes ou daqueles) é o que surge aqui como definidor dos ambientes informais *vis-à-vis* os formais, o que significa dizer que é o papel e o lugar do Estado (sem o qual o mercado e a informação impessoal não existem) e da sociabilidade (sem a qual a informação pessoal também inexistem) e da sociabilidade (sem a qual a informação pessoal também inexistem) e da sociabilidade (sem a qual a informação pessoal também inexistem) na ausência do Estado, também não há mercado possível) na coordenação das atividades e relações econômicas das regiões periféricas as circunstâncias que as definem enquanto tais, isto é, enquanto formas sociais do trabalho. Há várias configurações possíveis para esses

²³³ Essa ideia do contínuo, que retomaremos no momento oportuno, é importante para o ponto aqui fixado; propondo a imagem de uma galáxia espiralada (com zonas de densidade variáveis segundo a força dos mecanismos de coordenação já discutidos) como metáfora para tratar da ordem econômica capitalista atual dominada pelas finanças, Cardoso (2013, p. 36-7, grifos do autor), referindo também à tese já discutida da capacidade do capital de extrair recursos de quaisquer lugares do planeta, afirma o seguinte: “a imagem da galáxia em espiral (e a espiral é, na verdade, multiespiralada) é útil também por sugerir que o acesso aos fluxos não é jamais absoluto, como não o é a exclusão dele. Não há, em verdade, exclusão. O sistema inclui a tudo e a todos, fazendo-o, apenas, de maneira diferente e, certamente, desigual. Mas a desigualdade não é um jogo de soma zero nem uma dualidade, nem mesmo uma tríade. Trata-se mais propriamente de um contínuo. No extremo da espiral, ou das espirais que convergem para o mesmo buraco negro [o Tesouro estadunidense], estão os elementos rarefeitos, que vão se tornando menos rarefeitos quanto mais nos aproximamos do centro. Tudo vai se adensando, porque o capitalismo é o amálgama completo de recursos materiais e simbólicos coordenados pelos mecanismos mencionados”.

²³⁴ Ambientes central e periférico/fronteiriço/marginal ou “formal” e “informal”.

papéis e lugares – e podemos encontrar alguns exemplos na argumentação de Cardoso (2013, 2014) que, para ilustrar o ponto que aqui se pretende explorar, valem ser conferidos na íntegra.

“O camelô espera que o sujeito que se aproxima para comprar algo não o roubará ou o denunciará ao policial em seguida. E o policial é o rosto do Estado nessa transação, assim como o temor do assalto (que não pode ser denunciado ao policial) fecha a operação em um sistema complexo de tácitas lealdades recíprocas. O comprador que se aproxima espera encontrar mercadoria a preço justo, conta não ser assaltado pelo camelô, sabe que, se a mercadoria estiver com defeito, encontrará o camelô no mesmo lugar amanhã e conta poder trocá-la por outra em bom estado. Há uma complexa gama de expectativas recíprocas que traz com ela a sociedade inteira na forma de noções bastante bem fundadas sobre o *outro*: seu lugar no ordenamento social, suas obrigações e responsabilidades, sua ação desejável e, mais que isso, provável. Ambos participam do acordo tácito que vela ao Estado a operação de compra e venda, feita sem nota fiscal, portanto ilegalmente. Esse acordo é mais propriamente um *contrato social*, já que *todos* sabem que é assim que a operação transcorrerá, isto é, sem que o Estado tire dela seu quinhão. O próprio Estado sabe disso, e sua ação (repressora ou leniente) resulta da resposta ao dilema de reprimir o ilícito ou permitir a sobrevivência de comunidades inteiras” (CARDOSO, 2013, p.28 – grifos do autor).

Cardoso coloca, ainda, que:

“Uma decisão executiva no centro [do sistema] pode vincular, eventualmente, milhares e mesmo milhões de pessoas, na forma, por exemplo, dos detentores de ações da empresa, seus credores, clientes, fornecedores etc. A decisão do camelô [de comprar deste ou daquele “muambeiro” antes de expor sua mercadoria nas ruas] pode implicar menos elos, sendo a ponta extrema de cadeias de valor que já realizaram lucros muito antes de o caminhãozinho chegar a ele. Mas estratégia, julgamento das ações do outro, tensão, risco, tudo isso está presente na periferia do sistema. E com o aspecto adicional de precisar ser sustentado pela confiança, que no centro está quase sempre inscrita em instituições e leis, mas na periferia repousa na sociabilidade e nas redes sociais *locais*. Esse tipo de confiança (...) precisa ser construída diuturnamente, reafirmada a cada novo encontro entre compradores e vendedores, podendo até ser rotinizada, mas a rotina estará sempre entre parênteses, por assim dizer, porque pode ser rompida por qualquer dos lados por razões quase nunca sob seu controle. No mundo da regulação rarefeita, por exemplo, o Estado será sempre uma ameaça, porque a rarefação da regulação se acompanha de rarefação de zelo pelo respeito à lei, que, quando é empregado, é na forma da repressão pura e simples, quase sempre violenta, o que pode impedir que um ou outro agente desse mundo rarefeito cumpra os “contratos”” (idem, p.30-1 – grifos do autor).

E que:

“O Estado (...) está presente [nas formas sociais informais], muitas vezes, na forma da polícia e dos órgãos reguladores e fiscalizadores, com suas práticas mais ou menos corruptas, mais ou menos violentas, e o Estado é, em geral, um agente *de que se quer distância*. Ele comparece, também, na qualidade do que eu chamaria suas “instituições delegadas”, como as ONGs que organizam ou prestam serviços aos trabalhadores “informais”, recebendo para isso recursos públicos ou recebendo do Estado aval para buscar recursos junto a terceiros. Assim também, o aparato arrecadador estatal está bem mais distante, ao passo que, no caso do emprego regulado, a arrecadação é direta na folha de pagamento, e não pode ser evadida pelo trabalhador (...) Nessa forma social assumida pelo trabalho, os elementos centrais de coordenação são a informação entretecida nas redes sociais, e as linhas de força que estruturam a sociabilidade: as expectativas sobre a vida em comum (e suas máximas morais), a confiança, a solidariedade, a inveja e toda a gama de disposições para a

ação que tomam o *outro* como referência, podendo este outro ser o destinatário dos serviços prestados, o comprador da mercadoria ofertada, ou ainda o outro generalizado das relações identitárias. Tudo isso também está presente num contrato formal de trabalho, mas de maneira bastante rarefeita, porque subsumida à regulação pública dos contratos de compra e venda de força de trabalho” (CARDOSO, 2014, p.04 – grifos do autor).

O cenário que encontramos aqui é não o da ausência ou da rarefação do Estado em geral, mas apenas do seu aparato arrecadador formal e das suas funções (também estritamente formais) de regulação das atividades e das relações econômicas. De resto, ele mostra a sua face. Nessa ausência do Estado como estrutura arrecadadora e fiadora dessas atividades e relações²³⁵ e na possibilidade da ação estatal repressora através da polícia, o que se observa, por exemplo, no comércio ambulante de rua ou nos camelódromos, é um “sistema complexo de tácitas lealdades recíprocas”, i.e., uma “complexa gama de expectativas recíprocas” que conforma uma espécie de “contrato social” o que dá sustentação às transações econômicas.

Nas regiões informais, o Estado é sempre uma ameaça porque seus agentes empregam o respeito à lei na forma da repressão pura e simples, de modo que o Estado se apresenta com sua face violenta e é representado como uma estrutura de que se quer distância. Aquele sistema tácito e complexo de lealdades e expectativas recíprocas está em permanente ameaça, rotinizando-se apenas de maneira pontual e potencialmente provisória justamente porque o Estado está sempre oscilando entre ações repressoras (que punem o ilícito) ou lenientes (que permitem a sobrevivência dos agentes e, assim, de muitos elos de sustentação de comunidades inteiras) – como vimos, entre a repressão e a leniência (ou mais propriamente na tensão entre esses polos) é que se processa concretamente a ação do Estado em suas margens. Mas, o Estado também se apresenta na forma de “instituições delegadas” ou “aparelhos privados de hegemonia”, atuando aqui num registro que não o da “repressão” ou da “coerção”, mas do “convencimento”.

Já dissemos: como as margens do Estado, as zonas fronteiriças da ordem econômica capitalista global não são inertes – são móveis e dinâmicas. Essas zonas podem ser tanto “economias de subsistência” de “vastas regiões da África ou do interior do Brasil e de vários países da América Latina, onde a pobreza extrema das populações faz com que ela atuem

²³⁵ Fiadora no seguinte sentido: “leis e instituições são mecanismos de redução de custos de transação, porque, entre outras coisas, reduzem a incerteza e a complexidade dos encontros entre os agentes, dos contratos que firma e de suas relações no longo prazo. Ali onde esses elementos são rarefeitos [i.e., na periferia do sistema] essa redução também ocorre, ou a vida em sociedade seria insuportável e as trocas econômicas, impossíveis” (CARDOSO, 2013, p.27); páginas atrás, também já topamos com essa função fiadora do Estado ao sublinharmos que a sociabilidade, na periferia do sistema, assegura as relações contratuais, transferindo aos indivíduos o ônus e o risco das transações econômicas.

muito residualmente para a manutenção do sistema” (idem, p.34) quanto favelas ou demais tipos de assentamentos urbanos informais (idem, p.35), tudo dependendo da distância relativa que elas guardam com relação aos elementos nervosos de coordenação do sistema (o Estado, o mercado e a informação impessoal)²³⁶ ou, dito de outro modo, tudo dependendo do lugar e do papel ocupados pela sociabilidade e pela Estado na configuração particular que se tem em tela. Por isso que, a despeito daquela mobilidade e dinamismo, os locais de nascimento das pessoas e os territórios específicos dos estabelecimentos informais importam – e muito; ora, é óbvio que nascer neste ou naquele país (ou nesta ou naquela região do país) determina fortemente as condições de vida das pessoas:

“Isso quer dizer que o território conta, e o território é um eufemismo, quase sempre, para o Estado-Nação. Mas dentro de um mesmo Estado-Nação não é indiferente nascer no Norte ou no Sul, numa região rica em recursos naturais ou noutra árida ou inóspita, numa região de agricultura ou noutra de indústria. Mesmo numa cidade não é indiferente nascer numa favela ou em berço de ouro, sendo que um e outro são a materialização, no território, do modo de estruturação dos fluxos de recursos materiais e simbólicos, sendo, portanto, condicionantes *ex ante* de oportunidades de vida” (idem, p.35).

Por outro lado, no que tange aos estabelecimentos econômicos informais, como veremos ainda com maior rigor, o território também conta sobremaneira, pois eles, em sua maioria, “vendem seus serviços ou bens no próprio bairro e em outros bairros de sua cidade (...) Boa parte das atividades de regulação rarefeita é, pois, circunscrita ao território da sociabilidade próxima de seus praticantes. O que as estende territorialmente, na verdade virtualmente, é a vinculação, por vias mais das vezes indiretas, ao circuito da acumulação financeira dos capitais” (idem, p.67). Enfatizar, aqui, a mobilidade e o dinamismo das margens do Estado ou das zonas fronteiriças da galáxia do sistema econômico mundial tem o significado, portanto, de destacar que não se trata de determinar de uma vez por todas os espaços geográficos informais frente aos formais, mas de analisar configurações concretas de mecanismos de coordenação das ações e relações econômicas que variam territorialmente – pode-se encontrar “informalidade” tanto no “asfalto” de um bairro nobre carioca quanto na favela de um subúrbio da zona norte.

Dito isto, estamos em face de um marco teórico que abre toda uma rica agenda de pesquisa que estabelece como objeto de análise as múltiplas configurações que a informalidade pode assumir em contextos sociais específicos. No que tange ao objeto

²³⁶ De novo a partir da já referida metáfora da galáxia, Cardoso (2013, p.23), quanto a este particular, afirma que “esses lugares distantes [as zonas periféricas] são parte da galáxia, sofrem a influência do centro, têm seu movimento e densidade determinados, justamente, pela distância com relação ao centro e, portanto, definem-se por essa relação distante”.

construído neste tese a partir dos pontos de vistas teóricos adotados, a pergunta que se faz é a seguinte: quais os lugares e os papéis ocupados pelo Estado e pela sociabilidade na coordenação de atividades e relações econômicas empreendidas por trabalhadores por conta própria que têm seus estabelecimentos comerciais (bares, tendas, biroskas, botequins, armazéns, padarias, restaurantes etc.) localizados em áreas de favelas (“pacificadas”) entendidas, nos sentidos discutidos na primeira parte da tese, como margens do Estado?

A proposta, portanto, é a de abordar este problema “do ponto de vista *das pessoas* em busca de oportunidades de renda” (CARDOSO, 2014, p.13 – grifos do autor); para elas, duas possibilidades se abrem (afora as atividades – juridicamente taxadas como – criminosas): ou buscam inserção ocupacional via assalariamento (não importa se “protegido” ou “precário”) na ordem econômica percebida como de fato é (uma complexa estrutura exógena porque guiada por forças que lhes fogem do controle e que tem barreiras à entrada de novos integrantes e à permanência dos que nela estão) ou *criam* suas próprias condições de inserção ocupacional – dado que “o assalariamento como destino coletivo não está dado [historicamente] para todos” (idem, p.15), como veremos com algum detalhe na próxima seção. É este o ponto de vista desta tese.

“De fato, olhando do ponto de vista de quem busca oportunidades, há a pessoa que *cria* ela mesma suas condições de inserção ocupacional, não apenas como empreendedor capitalista (ou artesanal, ou artístico), mas também como profissional liberal com recursos suficientes para se instalar por conta própria (um dentista, um psicanalista, um médico), ou ainda como trabalhador por conta própria mais ou menos capitalizado (ou inteiramente descapitalizado), que “escolhe” esse tipo de inscrição social, porque a estrutura objetiva da oferta de oportunidades de inserção não é vista como, ou não é vivida como, ou não é aceita como tal, ou não aceita o demandante como adequadamente qualificado, ou está, simplesmente, saturada em sua capacidade de acolher novos demandantes de posições” (idem, ibidem – grifo do autor).

O exercício dessa tese é o de analisar trajetórias de pessoas que criaram suas condições de inserção ocupacional enquanto trabalhadores por conta própria donos de estabelecimentos comerciais em favelas cariocas que, desde 2008, foram objeto do experimento das UPPs. Trata-se de pessoas que criaram essas condições de inserção porque confrontadas por uma realidade socioeconômica que nunca foi capaz de garantir posições assalariadas para todos os nacionais. A próxima seção dedica-se ao relativo detalhamento do histórico dessa realidade e do impacto que ela teve na conformação das aspirações da população que vive do trabalho no Brasil, o que nos permitirá discutir o significado geral assumido historicamente pelo trabalho por conta própria no país.

5. CIDADANIA REGULADA E UTOPIA BRASILEIRA: ASPECTOS DA ESTRUTURAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

Inaugurado com a Carta de 1891, o regime constitucional republicano urdiu-se por meio do federalismo e do liberalismo de inspiração anglo-saxã – federalismo e liberalismo (este radicalizado com o Código Civil de 1916) formando “a dupla face da mesma moeda” (WERNECK VIANNA, 1978, p.49) da dominação do Estado oligárquico da Primeira República dirigido por parte das elites agrárias brasileiras²³⁷.

Como lembra Cardoso (2010, p.98), dentre os vários ordenamentos jurídicos disponíveis em fins do século XIX, as elites dirigentes escolheram justamente “aquele que mais radicalmente afirmava a liberdade individual: a Constituição americana” – e isso porque garantia ortodoxamente a “liberdade de empresa e trabalho”, deixando o Estado de fora da regulação da relação entre capital e trabalho, o que na prática permitia a permanência do modo de dominação rural nos mesmos termos (privatistas e coronelistas) em que ia sendo praticado ao longo do século XIX contra a população não escrava²³⁸; o Código Civil de 1916, ao se constituir no referente normativo daquela relação, veio reforçar esse papel do Estado apenas como fiador de um contrato estabelecido privadamente²³⁹. Portanto, o liberalismo republicano – entre nós – não era em absoluto uma ideia fora do lugar (como apaixonadamente sustentava, por exemplo, Oliveira Vianna ao longo de toda a sua produção –

²³⁷ Ao lado do liberalismo, o federalismo foi central na arquitetura da dominação oligárquica da Primeira República; a Constituição de 1891, instituindo a descentralização federativa, concedeu grande autonomia financeira e administrativa aos Estados, legitimando com isso a desigualdade de recursos entre eles e conferindo imenso poder político-econômico aos potentados locais, os quais não permitiriam a intervenção reguladora da norma legal nos seus negócios: “(...) receitas próprias (e déficits próprios, com eles a liberdade para se endividar por conta própria) deram aos Estados margem de manobra inaudita na história brasileira” (CARDOSO, 2010, p.122). Quanto a isso, vale destacar, ainda que de modo apenas indicativo, o quanto o federalismo republicano dá lugar a uma dinâmica política distinta daquela prevalecente no Império, já que, agora, mesmo que sob o evidente “lastro do privatismo” (idem, p.127) a mostrar que “a coisa pública republicana não foi privatizada (...), mas *construída como coisa privada*” (idem, p.126), o Estado revestia-se do interesse geral da nação, autonomizando-se – de maneira relativa – dos caudilhos locais: “o paradoxo das convicções (ou imposturas) ideológicas é que, quando encarnadas por Estados, ganham dinâmica própria, uma vez que todas as forças sociais, menos ou mais subalternas, são instadas a se posicionar em relação ao que o Estado tematiza como interesse da nação” (idem, p.206).

²³⁸ A bibliografia sobre esse ponto é imensa, sendo Franco (1976a) e Leal (1976) trabalhos clássicos e Cardoso (2010) uma síntese importante.

²³⁹ “Entendendo-se as relações de trabalho como compreendidas pelo Código Civil, veda-se a contratação coletiva e a ação reivindicadora dos sindicatos, devendo cada trabalhador contratar individualmente com o patrão as condições de venda da sua força de trabalho” (WERNECK, 1978; p.97).

a exemplo de toda a linhagem conservadora do pensamento político brasileiro – BRANDÃO, 2007), mas, antes, perfeitamente funcional do ponto de vista da manutenção das assimetrias de poder típicas da sociedade brasileira (na cidade e no campo)²⁴⁰.

“Para a elite agrária brasileira, o liberalismo econômico queria simplesmente dizer que o Estado não interferiria no modo pelo qual deveria gerir seus negócios e, principalmente, sua força de trabalho, com o que os mecanismos de dominação de tipo privatista e coronelista seriam mantidos intactos, isto é, sobreviveriam à mudança de regime político (...) A essa elite econômica (...) era *indiferente* o destino dos brasileiros cidadãos. Enxergando o mundo do seu ponto de vista, não havia qualquer razão para limitar a “liberdade de trabalho” dos assalariados urbanos, assegurando-lhes direitos sociais, já que isso poderia contaminar o regime de exploração do trabalho no campo” (CARDOSO, 2010, p.99 – grifo do autor).

Essa ordem legal extremamente impermeável à questão social²⁴¹, tratada como questão de ilegalidade e de polícia, foi – contudo – terreno fértil para o desenvolvimento paulatino da luta operária.

“O liberalismo oligárquico, porém, ao se fechar, pelo rigor da lógica da sua carta de princípios, os caminhos da regulamentação do mercado de trabalho, deixa campo livre para a sociedade civil organizar e cobrar uma nova legalidade” (WERNECK VIANNA, 1978, p.49).

E mais:

“Que o movimento sindical crescesse em números e em capacidade de mobilização e formulação de demandas aparece, assim, como decorrência compreensível da

²⁴⁰ Esse tema das “ideias fora do lugar” foi objeto de um pequeno debate – com repercussões mais gerais no campo da sociologia brasileira – entre Roberto Schwarz e Maria Sylvia Carvalho Franco, mas referido ao Império e sua constituição de 1824. Entendendo que o liberalismo, no contexto europeu, constituía-se como ideologia por ocultar a realidade da exploração da força de trabalho e com isso promover a dominação de classe burguesa, Schwarz mostrou como a escravidão – no Brasil do oitocentos – impugnava (de maneira distinta) a todo instante a ideologia liberal (1977, p.15), de modo que “está montada uma comédia ideológica *diferente da europeia*” (idem, p.13-4 – grifos do autor). Quer dizer, se, no contexto europeu, as ideias liberais não deixavam de ser falsas (correspondendo às aparências e ocultando o essencial), entre nós elas eram – no Brasil escravista – “falsas num sentido diverso, por assim, dizer, original” (idem, p.14): não correspondiam a aparência alguma e, assim, não escondiam a realidade da exploração, mas escancaravam-na: “a declaração dos Direitos do Homem, por exemplo, transcrita em parte da Constituição Brasileira de 1824, não só não esconde nada, como tornava mais abjeto o instituto da escravidão” (idem, *ibidem*). Contra essa tese de que o liberalismo era aqui uma *ideia fora do lugar*, Maria Sylvia (1976b) defendeu corretamente que as ideias liberais, a despeito de sua sistematização estrangeira, estavam perfeitamente conectadas com a realidade brasileira ao constituírem-se como ferramenta notavelmente precisa e funcional do ponto de vista da manutenção do esquema de dominação então imperante: “o ideário liberal burguês em um de seus pilares – a igualdade formal – não ‘entra’ no Brasil, seja lá como for, mas *aparece* no processo de constituição das relações de mercado, às quais é inerente” (idem, p. 63. grifo da autora). Acontece que Schwarz não sustentava, com a tese das ideias fora do lugar, que elas não tinham essa funcionalidade, argumentando também corretamente que “Maria Sylvia me atribui a ideia de que as ideias não têm função no Brasil. Isso nunca me ocorreu (...) As ideias produzem efeito de deslocamento, sem prejuízo de terem função. Esses não são aspectos incompatíveis. Elas têm função e dão a impressão de estarem fora do lugar – ao mesmo tempo. Num momento de hegemonia liberal ascendente, a escravidão é um problema, mesmo que dê dinheiro e esteja adaptada localmente” (Entrevista de Roberto Schwarz a Lilia Schwarz e André Botelho – RBCS Vol. 23 n° 67 junho/2008; p.153-4).

²⁴¹ Como destaca Cardoso (2010, p.98-9), “no Brasil republicano, as condições para a instituição de legislação de proteção social foram escassas por pelo menos 30 anos (...) nas três primeiras décadas pós-1889, a ordem jurídica liberal foi praticamente impermeável às demandas populares, não acolhendo senão muito a contragosto alguns magros institutos de proteção do trabalhador, sempre em nome da ‘liberdade de trabalho e de empresa’ típica do liberalismo anglo-saxão”.

interação das diversas variáveis em jogo: uma elite ideologicamente fechada e uma estrutura de recursos que se diferenciava pouco, e muito lentamente, em relação à capacidade criada de demandas e reivindicações” (SANTOS, 1979, p.74).

Não cabe aqui – evidentemente – a reconstrução da luta operária e sindical na República Velha, bastando reter que ela “foi tudo menos inexistente”, sendo que todos os itens da legislação trabalhista e social varguista “havia figurado nas pautas de reivindicações das greves gerais de 1917 e 1919, e alguns poucos já haviam sido objeto da ação legislativa da Primeira República²⁴²” (CARDOSO, 2010, p.216).

Com o objetivo de refutar as interpretações então predominantes sobre a construção da identidade da classe trabalhadora no Brasil – frequentemente lida na chave das condições socioeconômicas e do populismo (WEFFORT, 1978; IANNI, 1968) – Gomes (2005) mostra como o discurso articulado pelas heterogêneas lideranças da classe trabalhadora durante a Primeira República foi apropriado pelo projeto estatal varguista – sem qualquer referência a esse passado de lutas – e investido de novo significado, ao articular uma lógica material – de benefícios concedidos pela legislação social – com uma lógica simbólica calcada na ética do trabalho e da valorização de um determinado “modelo de cidadão”.

Não apenas o movimento operário mostrou-se vigoroso ao longo de grande parte da Primeira República (embora tenha chegado às vésperas da posse de Vargas fragmentado e com escassas capacidades de organização coletiva) como esta não foi totalmente indiferente (do ponto de vista legislativo) à questão social que aquele movimento tentava impor à esfera pública, a despeito de a relação de trabalho ser relegada exclusivamente ao espaço da negociação privada por força da Carta de 1891 e do Código Civil de 1916 (referentes normativos que informavam a prática concreta daquela relação). Além disso, a legislação trabalhista e social varguista traduzia a seu modo um *espírito de época*²⁴³ (CARDOSO, 2010, p.216) voltado para o enfrentamento da questão a que o direito do trabalho se refere e, mais importante, buscava fazer frente a uma realidade – marcada pelo êxodo rural, pelo inchaço

²⁴² Foram eles o Conselho Nacional do Trabalho, a Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Ferroviários, posteriormente estendida a 47 outras categorias profissionais, 15 dias de férias remuneradas a profissionais de indústria, comércio e bancos e o Código de Menores, além da lei relativa ao trabalho industrial de mulheres e crianças e da legislação sobre acidentes de trabalho (CARDOSO, 2010, p.133). Werneck Vianna (1978, p.61) vai mais longe e afirma que o Brasil chega ao final da década de 1920 “com boa parte das condições de trabalho recoberta pela lei”, o que estabeleceu “o primeiro perfil do Direito do Trabalho no Brasil”, de modo que “o peculiar do Estado pós-30 não se encontra numa maior intensidade de leis trabalhistas, mas na sua inclusão numa ordem corporativa” (idem, p.34).

²⁴³ De acordo com Cardoso (2010, p.216), esse espírito de época tem seus principais marcadores na “Constituição mexicana de 1917 (a primeira a constitucionalizar o direito do trabalho, ‘instanciando’ os preceitos da encíclica *Rerum Novarum*, matriz da doutrina social da Igreja Católica), [n]a revolução bolchevique do mesmo ano, [n]o Tratado de Versalhes e [n]a constituição da OIT, ambos de 1919 e dos quais o Brasil era signatário, o que obrigava o país a assumir o compromisso de instituir uma política social” (idem, ibidem).

urbano e pelo excesso de mão de obra em face das oportunidades que os setores estruturados da economia eram capazes de oferecer – que as grandes cidades brasileiras já apresentavam e que se acirraria nas décadas seguintes. Exemplo disso é que, em 1940, 26% da população economicamente ativa do Rio de Janeiro (então Distrito Federal) e 38% da de São Paulo estavam empregados na indústria de transformação, sendo que 75,6% dos ocupados no DF eram assalariados (idem, p.217). Isso significa que, embora apenas 30% da população brasileira estivesse nas cidades e que parte diminuta dela estivesse empregada na indústria (idem, p.216), a questão social moderna já era visível e relativamente pujante na capital federal e no Estado mais rico da nação (Estado cuja administração, aliás, por força da descentralização federativa, era 30% mais rica que a administração federal, descontada a proporção da população – idem, p.124).

“A questão social especificamente moderna, parteira de revoluções sociais e dos movimentos de reforma que desaguaram na legislação social europeia, era visível no Rio de Janeiro, capital do país, e em São Paulo, já importante centro industrial, e era a ela que Vargas pensava estar respondendo ao propor seu edifício legal de proteção social” (idem, p.217).

Qual foi a efetividade concreta dessa legislação, cujos conteúdos (que abrangem uma diversidade de pontos que vai desde a instituição do salário mínimo e da regulação da jornada de trabalho até à instauração de descanso semanal remunerado, de planos de aposentadoria e, ponto fundamental, de uma justiça do trabalho – teoricamente – guardiã dessa legislação) já foram debatidos em tanto detalhe pela bibliografia especializada²⁴⁴? Ou melhor, qual foi o impacto que ela teve na conformação da *práxis* e dos horizontes de expectativas da classe trabalhadora no Brasil? Foi para responder a essa pergunta que Cardoso (2010) formulou, a partir da noção (já clássica) de *cidadania regulada* (SANTOS, 1979), o conceito de *utopia brasileira*. Por “cidadania regulada”, Wanderley Guilherme dos Santos entendia um processo, inaugurado com a revolução de 1930, por meio do qual os direitos sociais (e uma variante sua, os direitos trabalhistas) foram estendidos de maneira paulatina e sequencial apenas a determinadas categorias da população trabalhadora ao invés de serem universalizados a todas as ocupações (no caso dos direitos trabalhistas) e a todos os cidadãos independentemente da sua inscrição ocupacional (no caso dos direitos sociais). Ou seja, direitos do trabalho e direitos sociais não eram – na engenharia institucional inaugurada com Vargas – universais, mas direcionados desigualmente ao corpo de trabalhadores distribuídos pelos estratos ocupacionais definidos por lei; daí a ideia de o conceito de cidadania regulada permite não só

²⁴⁴ Sobre este ponto, cf., por exemplo, Simão (1966), Werneck Vianna (1978), Gomes (1979, 1988) e Fischer (2008), dentre muitos outros.

“entender a política econômico-social pós-30” como também “fazer a passagem da esfera da acumulação para a esfera da equidade” (idem, p.75), isto é, da esfera dos direitos do trabalho para os direitos sociais (previdenciários aí incluídos).

Observa-se, assim, um processo de extensão de uma parcela dos direitos de cidadania que se endereça não aos cidadãos em geral ou à totalidade dos trabalhadores, mas apenas a determinadas categorias profissionais *reconhecidas e definidas por lei*; a cidadania é regulada (é restrita e limitada) em dois sentidos, portanto: primeiro porque os direitos sociais (ao invés de referirem-se à população em geral, aos cidadãos enquanto tais) são restringidos apenas aos trabalhadores cuja ocupação a lei reconhece e, em segundo lugar, porque não basta ser trabalhador para ter acesso aos direitos, mas é preciso, antes de mais nada, *estar ocupado numa profissão regulamentada pela lei*. Assim, a extensão da cidadania se faz seja a partir da regulamentação de novas profissões seja a partir da ampliação do leque de direitos de determinada ocupação em particular, de modo que se tornam pré-cidadãos todos aqueles que estão ou desempregados ou ocupados em profissões não regulamentadas legalmente.

De modo alternativo, se todos os cidadãos (enquanto tais) estivessem aptos ao gozo dos direitos sociais e todos os trabalhadores estivessem igualmente automaticamente aptos ao gozo dos direitos trabalhistas (ou se a legislação trabalhista abarcasse a totalidade das ocupações existentes – sem restrições, por exemplo, quanto ao mundo rural ou a determinados ofícios urbanos), então estaríamos em face não de uma cidadania restrita ou regulada, mas do conceito de “cidadania generalizada” (SANTOS, 1979, p.83). O argumento (idem, p.75 – grifos do autor) é como segue:

“Por *cidadania regulada* entendo o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal. Em outras palavras, são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações *reconhecidas e definidas* em lei. A extensão da cidadania se faz, pois, via regulamentação de novas profissões e/ou ocupações, em primeiro lugar, e mediante ampliação do escopo dos direitos associados a essas profissões, antes que por expansão dos valores inerentes ao conceito de membro da comunidade. A cidadania está embutida na profissão e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido por lei. Tornam-se pré-cidadãos, assim, todos aqueles cuja ocupação a lei desconhece. A implicação imediata deste ponto é clara: seriam pré-cidadãos todos os trabalhadores da área rural, que fazem parte ativa do processo produtivo e, não obstante, desempenham ocupações difusas, para efeito legal; assim como seriam pré-cidadãos os trabalhadores urbanos em igual condição, isto é, cujas ocupações não tenham sido reguladas por lei”.

Os elementos centrais dessa engenharia institucional eram o sindicato (pois apenas os trabalhadores registrados em sindicatos oficiais reconhecidos e regulados pelo Ministério do

Trabalho poderiam gozar e reivindicar seus direitos), a carteira de trabalho (“que era a evidência jurídica fundamental para o gozo de todos os direitos trabalhistas, e nela fixava-se a profissão do trabalhador” – idem, p.76) e, claro, a legislação que ia regulando – uma a uma – as diferentes categorias profissionais.

“A regulamentação das profissões, a carteira profissional e o sindicato público definem, assim, os três parâmetros no interior dos quais passa a definir-se a cidadania. Os direitos dos cidadãos são decorrência dos direitos das profissões [devidamente sindicalizadas, vale acrescentar] e as profissões só existem via regulamentação estatal. O instrumento jurídico comprovante do contrato entre o Estado e a cidadania regulada é a carteira profissional que se torna, em realidade, mais do que uma evidência trabalhista, uma certidão de nascimento cívico” (idem, p.76).

Analisando o conceito de cidadania regulada a partir do ponto de vista daqueles que eram os seus destinatários finais, Cardoso (2010, p.219) mostra que – embutida no conceito – está a ideia de que aos pré-cidadãos (isto é, aos trabalhadores que não têm profissão regulamentada por lei) os direitos sociais e trabalhistas apareciam como *possibilidade* e, mais, como *promessa* cuja realização dependia da efetividade de certos mecanismos que se colocavam para os trabalhadores como uma verdadeira corrida de obstáculos (idem, ibidem). Apoiando-se, neste particular, no excelente trabalho de Brodwyn Fischer (2008), Cardoso (idem, p.220-1) enumera as enormes exigências burocráticas que se interpunham entre os trabalhadores e a carteira de trabalho, sua certidão de nascimento cívico; essas exigências – que iam desde a obtenção da certidão de nascimento, algo nada banal para grande parte da população brasileira da época, até um sem número de informações (devidamente comprovadas documentalmente ou por meio de testemunhas) que os postulantes deveriam prestar ao Departamento Nacional do Trabalho, passando pelo pagamento de Cr\$ 5,00, valor excessivo para trabalhadores desempregados ou (na linguagem da teoria da modernização) subempregados – “se afiguravam como verdadeiras barreiras à entrada no mundo dos direitos” (idem, p.221). Apesar de todas essas barreiras, a ordem inaugurada com Vargas *legitimava a luta* (idem, p.222), via sindicatos oficiais, pelos direitos trabalhistas e sociais, o que operou uma mudança central no modo como o Estado passou a tratar a questão social – isto é, se, antes de 1930, essa questão era simplesmente inconstitucional (idem, ibidem), com a ascensão de Vargas a luta por aqueles direitos tornou-se possível e legítima dentro das próprias instituições estatais, o que tem o significado essencial de que a cidadania regulada “converteu-se na forma institucional da luta de classes entre nós: uma luta por efetividade dos direitos existentes, uma luta por extensão dos direitos a novas categorias profissionais, e uma luta por novos direitos” (idem, p.223).

Bastava o trabalhador cumprir certas exigências legais e encontrar um emprego para ter acesso ao universo dos direitos – “e, muito importante, se ainda assim o empregador se negasse a seguir a lei, o trabalhador podia recorrer ao Estado para garantir sua efetividade, pelo menos idealmente” (idem, p.223), daí a centralidade da justiça do trabalho. Assim, do ponto de vista dos pré-cidadãos, a não obtenção da carteira de trabalho era concebida como “fracasso pessoal”, já que “*outros* (vizinhos, parentes ou amigos) *conseguiram*”, de modo que “não era o Estado que aparecia como impondo barreiras burocráticas a trabalhadores pobres e analfabetos” (idem, p.222 – grifos do autor).

Esse ponto é central, significando – algo não explorado por Wanderley Guilherme dos Santos – que a cidadania regulada não instituía de uma vez para sempre incluídos e excluídos do mundo dos direitos sociais e trabalhistas, em primeiro lugar, devido à sempre alta rotatividade do mercado de trabalho brasileiro (CARDOSO, 1999, 2000) e, em segundo lugar, em função da própria corrida de obstáculos que se interpunha entre o trabalhador e sua certidão de nascimento cívico – sem falar da disponibilidade factual de empregos (ponto a que retornaremos na sequência). Assim, o que a cidadania regulada fez foi estabelecer “um *continuum* que fez da inclusão uma promessa mais ou menos distante segundo o lugar que o trabalhador ocupava na estrutura de distribuição de recursos monetários, bens, serviços, recompensas e, obviamente, direitos” (CARDOSO, 2010, p.221). Como argumenta Brodwyn Fischer, autora particularmente central para a tese avançada em Cardoso (2010), numa ponta daquele *continuum* estavam os

“trabalhadores categoricamente excluídos da cidadania social e econômica; em seguida vinham aqueles teoricamente elegíveis, mas incapazes de conseguir carteiras de trabalho ou vê-las assinadas; passando àqueles legalmente empregados, mas incapazes de se sindicalizar, se associar a institutos de previdências social, ou de outro modo habilitar-se para o conjunto das proteções e benefícios; terminando com aqueles legalmente empregados, totalmente sindicalizados e titulares de direitos, que, entretanto, amiúde precisavam lutar para transformar todos os direitos no papel em benefícios concretos” (FISCHER 2008, p.135). Os direitos, portanto, eram um privilégio acessível apenas aos que fossem capazes de superar os obstáculos burocráticos e aqueles interpostos pela estrutura do mercado de trabalho brasileiro, o que implicava numa fragilidade empírica à unidade da retórica varguista em torno de trabalho, virtude e cidadania. A legitimação da desigualdade, ou a aceitação geral de um enorme hiato de renda sem a geração de um sentimento de privação relativa nas camadas populares, vai reforçar esse cenário enquanto parte fundamental da dinâmica social brasileira. Segundo Cardoso (2010, p.427 – grifos do autor), considerando que padrões de justiça são

elementos da cultura política, a estrutura de posições no Brasil é “simplesmente aceita como *consequência esperada de meios vistos como aceitáveis*. Os pobres aspiram a essas posições mas concordam que não as merecem”. A partir da análise comparativa de dados de desigualdade percebida e desigualdade tolerada no Brasil e em outros países (idem, p.416), observa-se que, aqui, o padrão de justiça de ricos e pobres é igualitarista e o Estado é agente de produção de desigualdade pela via da cidadania regulada. Tal combinação de fatores conflui para que a ordem social desigual não seja vista como ilegítima.

Nesse sentido, ainda que a desigualdade e as inconsistências do discurso oficial sejam amplamente vivenciadas pelos trabalhadores, como atestam as cartas escritas para o presidente e analisadas por Fischer, a sociedade é vista como aberta e as frustrações do brasileiro relativas à sua posição ou não inserção no mundo do trabalho são vistas primeiro na chave do fracasso pessoal, e não como resultado de uma dinâmica coletiva produtora de injustiças. O que interessa reter, aqui, é que essa possibilidade de inclusão no universo dos direitos sociais e trabalhistas converteu-se num poderoso atrativo para a população que vive do trabalho no país; quer dizer, o mundo do trabalho regulado constituiu-se num objeto de desejo, num horizonte de luta, num projeto pelo qual valia a pena lutar, atraindo para as grandes cidades todo um enorme contingente populacional (seja do campo seja das pequenas cidades) que vivia em condições de extrema vulnerabilidade econômica e social.

“A extrema vulnerabilidade das condições de vida da grande maioria da população – estivesse ela lotada no mundo agrário, nos bairros rurais ou nas aldeias e pequenas cidades interioranas, nas periferias das grandes cidades ou em seu centro de gravidade – tornava-a predisposta à busca de condições mínimas de sobrevivência em outra parte, sempre que a vida atual, por qualquer motivo, se lhe afigurasse insuportável (...) A partir de determinado momento no quinto século brasileiro, o mundo urbano passou a exercer irresistível força gravitacional sobre essa população, gerando movimento avassalador de pessoas e famílias na direção das [grandes] cidades em espaço muito curto de tempo” (idem, p.225).

Embora não seja possível argumentar que toda essa população que afluía às grandes cidades em busca de melhores condições de vida²⁴⁵ não o teria feito não fosse a atratividade dos direitos, há uma série de evidências em favor da tese de que a cidadania regulada constituiu-se numa forte *expectativa* de parcelas crescentes da população trabalhadora. Destaquemos apenas uma delas, que emerge da análise empreendida por Cardoso (idem, p.228-230) acerca dos números – para o período de 1940 a 1976 – relativos à população economicamente ativa urbana (trabalhadores citadinos empregados ou desempregados em

²⁴⁵ Ao longo das décadas de 1950, 1960 e 1970, deixaram o campo em direção à cidade – respectivamente – 24%, 36% e 42% da população rural contada no início de cada década (CARDOSO, 2010, p.225).

busca de empregos), à emissão de carteiras de trabalho e ao contingente de contribuintes para a previdência social – este último uma medida bastante aproximada da quantidade de trabalhadores lotados no segmento regulado da economia.

Em 1940, a População Economicamente Ativa (PEA) urbana contava pouco mais de 5 milhões de pessoas, ao passo que o Ministério do Trabalho havia emitido até então cerca de 1 milhão de carteiras de trabalho, com os contribuintes para a previdência somando pouco menos de 2 milhões de trabalhadores. No final da década, a PEA urbana cresceu em 1,8 milhão de pessoas, enquanto os contribuintes cresceram em 1,2 milhão de trabalhadores, com o Ministério do Trabalho emitindo mais 2,7 milhões de carteiras de trabalho. Quer dizer, “foram emitidas 150% mais carteiras do que o crescimento da PEA, e 230% mais do que o de beneficiários da previdência social” (idem, p.229), tendência que se acirra nas décadas seguintes. Entre 1950 e 1960, o número de carteiras emitidas foi 36% superior ao crescimento da PEA urbana e 377% acima do crescimento do número de contribuintes; entre 1960 e 1970, a emissão superou aquele crescimento em 213% e em 271% no período de 1970 a 1976. No todo do período considerado, emitiu-se quase três vezes mais carteiras de trabalho que a quantidade de pessoas efetivamente integradas ao sistema previdenciário, o que mostra que a crença na integração ao mundo dos direitos era muito maior que a possibilidade real do mercado de trabalho de acolher a todos os demandantes; indica, portanto, que

“os trabalhadores *acreditavam* na possibilidade de sua incorporação pelo mercado formal em consolidação, já que se habilitaram para isso (isto é, tiraram sua carteira de trabalho) em proporção muito superior à própria oferta de postos de trabalho (...) A *crença na promessa* dos direitos precisa figurar entre as explicações para a habilitação sempre muito superior à disponibilidade desses mesmos direitos por parte os trabalhadores que migravam do campo para a cidade” (idem, *ibidem*, grifos do autor).

Consequência muito importante dessa ordem de coisas é que, expectativas frustradas ou não, o mercado regulado passou a funcionar como ponto de referência normativo para as relações sociais e econômicas que ocorriam por fora de seus limites; isto é, os direitos trabalhistas assegurados pela legislação varguista “tornaram-se parâmetros que passaram a operar também em segmentos do mercado assalariado informal, no âmbito de acordos tácitos entre empregadores informais e assalariados sem carteira, que tomavam esses direitos como justos” (idem, p.231) – até porque os trabalhadores cultivavam a expectativa permanente de integrarem-se (ou de reintegrarem-se) ao mercado formal/regulado, o que nos recoloca o tema da alta instabilidade histórica do vínculo empregatício no mercado de trabalho brasileiro, desde sempre (até hoje – GUIMARÃES, 2004; CARDOSO, GUIMARÃES e COMI, 2006)

marcado por trajetórias majoritariamente erráticas, em que os trabalhadores, ao longo de suas vidas empregatícias, usualmente alternam inclusão e exclusão do mundo dos direitos, entrada e saída do segmento regulado da economia. É também por isso, como já indicado, que a cidadania regulada não instituía de uma vez para sempre incluídos e excluídos desse mundo dos direitos, denotando, para os trabalhadores,

“uma ordem extremamente porosa e fluida, cujas portas de entrada se abriam e fechavam várias vezes ao longo das trajetórias de vida dos que a elas se candidatavam, de tal modo que a inclusão no mundo dos direitos podia ser bem efêmera, assim como a exclusão dele, de tal modo que inclusão real, exclusão momentânea ou permanente, e renovadas expectativas de nova inclusão eram parte do mesmo processo geral de regulação da cidadania” (CARDOSO, 2010, p.219).

Deste ponto de vista, a cidadania estendida de maneira restrita, regulada e limitada expressa um processo não de inclusão e exclusão definitivos, mas de instituição de um horizonte a ser perseguido (i. e., pelo qual valia a pena lutar) e que conforma uma ordem na qual é possível que se entre e saia várias vezes ao longo da trajetória de vida; neste sentido, esse tipo de cidadania mostra que o mercado regulado e ordenado alimentou uma utopia especificamente brasileira – “a utopia integradora dos direitos sociais e trabalhistas” (idem, p.226).

Trata-se de um horizonte ou uma ordem que permaneceram como utopia (mesmo depois que a cidadania deixou de ser regulada no sentido de não mais restrita a apenas determinadas categorias profissionais definidas em lei) não só porque os benefícios previstos pela legislação eram – na prática – sistematicamente insuficientes para promover “a valorização integral do homem brasileiro” (idem, p.232), expressão que condensa o projeto varguista de sociedade, e porque a mobilização dos trabalhadores era no mais das vezes indispensável para converter em realidade a letra da lei e para estender a novas categorias ocupacionais o escopo da cidadania regulada²⁴⁶, mas sobretudo porque o Brasil nunca foi capaz – ao longo da história – de universalizar o assalariamento, o que, de resto, já foi ilustrado através da análise acima acerca dos números de contribuintes previdenciários, da PEA urbana e de carteiras de trabalho emitidas para o período de 1940 a 1976.

Essa incapacidade histórica em universalizar o assalariamento nos coloca em face de um aspecto central da estruturação do mercado de trabalho brasileiro. Entre 1940 e 1980, o Brasil viveu um processo contínuo de expansão econômica capitaneado pela indústria, isto é, pelo que se chamava – no debate da economia do subdesenvolvimento – “setor dinâmico da

²⁴⁶ Daí a assertiva segundo a qual “a consciência de classe dos trabalhadores brasileiros foi, por muito tempo, a consciência *do direito a seus direitos*, cuja efetividade esteve sempre em processo e, nesse sentido, foi sempre e renovadamente utópica” (CARDOSO, 2010, p.239. grifos do autor).

economia”; o Brasil passa, em 40 anos, de um país majoritariamente rural para a oitava economia do mundo: “o PIB de 1980 era 15 vezes maior do que o de 1940, um crescimento vertiginoso, *que não teve equivalente no mundo ocidental*” (idem, p.252 – grifos meus).

Esse salto foi expressão e resultado de uma mudança radical na estrutura produtiva do país: em 1980, 44% da riqueza nacional era produzida pela indústria, com a agricultura e os serviços somando 11% e 44,5%, respectivamente (idem, p.254); no início do período, esses valores eram de 24,96%, 25,08% e 49,61%, respectivamente. No entanto, ao contrário do que se previa observando-se a evolução dos dados, a década de 1980 representou um teto para o crescimento industrial, de modo que a participação da indústria no PIB caiu nos anos seguintes, chegando em 2000 num patamar (de 28%) muito próximo ao de 1950, expressando um processo bastante claro de desindustrialização acompanhado pelo crescimento do setor de serviços, que chega a 2000 com uma participação de 67% no PIB nacional.

Acompanhando esse processo histórico de transformações produtivas, e acirrando-se até 2000, o Brasil viu sua população migrar maciçamente do campo para a cidade – se, em 1940, cerca de dois terços dos nacionais viviam no campo, com o mundo urbano abrigando um terço, em 1980 a equação se inverte, com dois terços localizados nas cidades: “e o processo seguiu seu curso, aprofundando-se nas décadas seguintes, até atingir mais de 80% da população brasileira fora do campo em 2000” (idem, p.254).

Toda essa grande transformação de 40 anos, repita-se, sem precedentes no mundo ocidental, fez-se de modo bastante excludente – algo destacado já por Celso Furtado e pelo próprio Chico de Oliveira. Em primeiro lugar, porque o modelo de crescimento se fez concentrando a renda de maneira avassaladora: “em 1960, os 10% mais ricos se apropriavam de 39,6% da renda nacional, em 1970, 46,7%, e em 1980, 51%” (idem, p.236); e, em segundo lugar, porque a expansão industrial não se fez acompanhar pela industrialização do emprego, de modo que em 1980, auge da industrialização, apenas 35% do emprego urbano era industrial (idem, p.255).

Santos (1979) aponta que durante o regime autoritário militar deu-se, de fato, uma expansão das políticas sociais – sobretudo da cobertura previdenciária – que no entanto não fortaleceu o aspecto da equidade, ao encontrar-se absolutamente vinculada à dinâmica da acumulação, profundamente concentradora de renda. Nesse período se operou uma reformulação no arcabouço da cidadania regulada, para melhor se adequar aos objetivos da nova elite governamental, quais fossem, o de criar condições para um melhor

desenvolvimento da economia de mercado, ao mesmo tempo em que enfraquecendo os grupos sociais contestadores. A noção de cidadania que permanece faz pender para o lado da mão-de-obra qualificada os benefícios da política de modernização tecnológica e econômica.

Nesse sentido, a política social, eminentemente compensatória, mantinha as mesmas disparidades geradas pelo processo acumulativo, muito embora nesse momento tenham sido criados grandes programas com potencial de conformar um expressivo esforço redistributivo: o FUNRURAL, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP).

O FUNRURAL não logrou se consolidar a ponto de constituir contribuição previdenciária para os trabalhadores rurais, embora tenha sido o primeiro esforço de integração da massa rural à regulação da dinâmica capitalista. O PIS/PASEP transformou o problema da participação do empregado no lucro da empresa na participação do trabalho no processo de acumulação como um todo, pois sua remuneração dependia mais dos resultados da atividade global da economia do que do lucro de uma empresa específica. E o FGTS acabou por exprimir as facetas mais negativas do dilema da política social, por ser menos vantajoso do que a estabilidade no emprego, funcionar como seguro-desemprego no contexto de uma economia de elevada rotatividade, e ter servido – muito mais do que controlado – às tendências à concentração de renda no contexto de sua vinculação à política habitacional, especialmente durante o período do Banco Nacional de Habitação (BNH).

Especificamente no que se refere aos trabalhadores autônomos, em 1973, a Lei 5.890 estendeu a Previdência Social a todos os trabalhadores urbanos, mas manteve excetuados os que permaneceram na informalidade, não regulados pela CLT. Sendo assim, muito embora os períodos autoritários da política brasileira tenham sido acompanhados de extensão e avanços nas políticas sociais, em todos eles predominaram concepções do que se configurava mais vantajoso para os resultados do processo acumulativo, em detrimento de noções mais universais de cidadania e justiça.

No que diz respeito à qualidade do emprego disponível aos trabalhadores, Cardoso (2010, p.265 – grifos do autor), analisando três indicadores centrais dessa qualidade (renda, taxa de formalidade e tempo de emprego dos ocupados), demonstra o quanto a “*estrutural precariedade* das ocupações” disponíveis marcou o desenvolvimento econômico brasileiro “desde sempre”. Como o autor mostra no detalhe (idem, p.232-258), ao longo de todo o

período que vai de 1940 a 2000, o patamar de renda dos trabalhadores urbanos e rurais manteve-se muito próximo do nível de subsistência– algo de resto já enfatizado pela clássica análise de Francisco de Oliveira (1972) e que explica grande parte dos anseios dos trabalhadores pela inscrição enquanto conta própria, como poderemos observar nas entrevistas discutidas mais abaixo; além disso, a taxa de formalidade dos empregos disponíveis também foi historicamente muito baixa no Brasil, o que significa que o Estado esteve muito longe do ideal de estender seu “manto protetor” (idem, p.261) à totalidade da PEA – tanto pela falta de empregos quanto pela incapacidade de assegurar a efetividade dos direitos trabalhistas no cotidiano dos trabalhadores; por fim, as séries históricas disponíveis também mostram que a permanência em empregos formais (os que dão acesso aos direitos trabalhistas) é historicamente curta, conformando a alta rotatividade do mercado de trabalho brasileiro.

Incapaz historicamente de universalizar o assalariamento regulado, o mercado de trabalho brasileiro é constituído pela constância e pela perenidade dos projetos de trabalhar por conta própria, categoria majoritariamente constituída por configurações informais, como indicaremos no próximo capítulo; em função de injunções estruturais, a população que vive do trabalho desde sempre conviveu com a possibilidade (e a aspiração) de estabelecer-se por conta própria, isto é, por fora do assalariamento regulado. Assim, o assalariamento regulado e o trabalho por conta própria não são (e nunca foram) alternativas excludentes, mas recursos disponíveis àqueles que demandam posições na estrutura econômica e social.

“O ambiente social e econômico em que somos socializados no Brasil é *constituído* pela não universalidade do assalariamento, portanto pela *naturalidade* dos projetos e aspirações de viver por conta própria, por vezes compartilhados por famílias inteiras, ou apenas por parte de seus membros” (CARDOSO, 2014, p.16, grifos do autor).

Sobre isso, Cardoso acrescenta:

“Assalariamento ou empreendimento individual podem não ser *alternativas* excludentes, mas *recursos* disponíveis à inscrição social das pessoas, passíveis de ser mobilizados ou não segundo injunções nem sempre controláveis pelos próprios indivíduos e suas famílias (...) A estrutura econômica urbana nunca gerou posições assalariadas para todos os demandantes. Como as pessoas precisam viver, a construção de mecanismos não assalariados de obtenção de meios de vida foi e continua sendo, mais do que uma alternativa almejada, uma necessidade irrecorrível em situações de perda de emprego ou resultantes de tentativas frustradas de obtenção de ocupação” (2013, p.53).²⁴⁷

²⁴⁷ Essa constatação coloca uma pá de cal num importante debate que tomou conta da sociologia do trabalho brasileira nas décadas de 1960 e 1970 e que tem em Fernando Henrique Cardoso (1962), Touraine (1961), Ianni (1963), Rodrigues (1966, 1970) e, sobretudo, Lopes (1967, 1971) seus principais expoentes. Diferentemente do que interpretaram (ainda que com variadas nuances) esses autores, os projetos de trabalhar por conta própria nunca foram expressão de “desajustamento ao mundo fabril” ou de “falta de consciência de classe”, mas tão somente uma resultante do modo através do qual se estruturou historicamente o mercado de trabalho nacional – como se pode depreender da crítica pioneira de Paoli *et al.* (1983) e da interpretação geral de Cardoso (2010).

6. OS TRABALHADORES POR CONTA PRÓPRIA: FORMA OCUPACIONAL E INDICADORES GERAIS

São fartamente documentadas as imprecisas e turvas linhas que demarcam as fronteiras entre o empregado, o trabalhador por conta própria e o empregador. De um ponto de vista formal, podemos, com Chahad e Cacciamali (2005, p.135), e sendo fiéis às classificações oficiais praticadas no Brasil, operar da seguinte maneira na tarefa de traçar as distinções entre aquelas categorias:

“A primeira é caracterizada por um contrato de emprego explícito ou implícito, estável ou irregular, no qual a capacidade de trabalho de um empregado é utilizada de acordo com padrões e procedimentos definidos pela administração da empresa. A segunda tem como característica básica a posse de instrumentos de trabalho e a autonomia do uso da própria capacidade de trabalho, e, eventualmente, daquela de outrem, no que se refere à organização da sua atividade e à comercialização de seus serviços ou da oferta de seus produtos no mercado. A terceira, além da capacidade de trabalho, envolve a propriedade de bens de produção, a contratação em bases regulares de empregados estáveis, e a responsabilidade da sua organização, comando e comercialização. As duas primeiras categorias – empregado e trabalhador por conta própria – geram renda a partir de sua capacidade de trabalho, enquanto a última – empregador – pode gerar rendas derivadas da propriedade, da utilização de meios de produção e ativos financeiros, indo além da sua capacidade de trabalho, utilizando a capacidade de trabalho de outras pessoas de forma sistemática”.

Pochmann (2008, p.199) argumenta que a relação entre emprego e desenvolvimento no Brasil sempre re-produziu a informalidade, entendida como “um tipo de uso e de remuneração do trabalhador no âmbito do excedente de mão-de-obra”. Buscando traçar um panorama da informalidade como parte do processo histórico de desenvolvimento e industrialização tardia de uma economia periférica, Pochmann retoma diversos estudos que apontam que a formação do mercado de trabalho no Brasil esteve calcada na existência e perpetuação de um grande excedente de mão-de-obra, a partir da dinâmica de exclusão do negro do mercado de trabalho e do recebimento de um fluxo de imigração estrangeira em proporção superior às demandas do processo produtivo.

Dois grandes períodos históricos explicariam a consolidação dessa enorme reserva estrutural de força de trabalho brasileira. Segundo ele, dos anos 1930 à década de 1980, viveu-se um processo de industrialização que prescindiu tanto da valorização do trabalho – marcado pelos baixos salários e elevada rotatividade – quanto das reformas clássicas do capitalismo (agrária, tributária e social). Mesmo nas décadas de elevado desempenho econômico, não se operou uma redistribuição econômica, inviabilizada por diversos mecanismos, especialmente a incidência de um regime político autoritário. Nas duas décadas

seguintes, por sua vez, a redemocratização nacional não foi acompanhada de um crescimento econômico sustentado. Cabe aqui a ressalva sobre o breve interregno de 2006 a 2014, com o boom mundial das *commodities*, no entanto, logo revertido pelos efeitos da crise financeira de 2008. Dessa forma, o que se tem estruturalmente é uma reserva de força de trabalho extremamente funcional à dinâmica da acumulação capitalista nacional, que pode ser analiticamente dividida em (i) desempregados (ou o chamado exército industrial de reserva) e (ii) uma massa marginal de trabalhadores. Dentro desta última, Pochmann situa tanto os chamados “trabalhadores por conta própria”, que em geral se dedicam a atividades mercantis simples, à prestação de pequenos serviços e a serviços domésticos, quanto o trabalho envolvido em atividades pseudo-capitalistas, as quais não chegam a operar segundo a dinâmica da geração de lucro, a exemplo do trabalho familiar (2008, p.198).

Sendo assim, no sentido de argumentação de Cardoso sobre a informalidade como um tipo social de trabalho, reconhecer que o desenvolvimento do capitalismo brasileiro tem sido historicamente gerador de elevado excedente de força de trabalho, implica em observar que essa parcela de trabalhadores, desempregados ou informais, encontra-se fundamentalmente integrada ao processo mais amplo de valorização do capital. Como vimos, Oliveira (1972) aponta que a baixíssima capitalização do setor de serviços, especialmente durante os anos de crescimento industrial brasileiro (1939-1969), foi essencial para a transferência de valor (ou mais-valia) diretamente à acumulação. Dessa forma, o trabalho ligado a serviços, frequentemente informal e remunerado a níveis muito baixos desempenhou papel decisivo no processo de expansão e consolidação do capitalismo no país desde os anos 30. É nesse mesmo sentido que Pochmann (2008, p.199) defende que a informalidade precisa ser compreendida e abordada enquanto “um tipo de uso e de remuneração da força trabalho no Brasil”, cumpridora de um papel crucial na constituição da nossa ordem capitalista urbano-industrial e seu correspondente mercado de trabalho.

Como resultado desse processo, a porcentagem de trabalhadores por conta própria é historicamente alta no Brasil – tendência que permanece até hoje. Para o primeiro trimestre de 2017, a PNAD contínua (trimestral) encontrou 88,9 milhões de pessoas na população ocupada e cerca de 14,2 milhões de desocupados, registrando uma taxa de desocupação de 13,7%. No que concerne às formas de (ou posições na) ocupação daquela população, a PNAD registrou 68% de empregados, 4,6% de empregadores, 24,9% de trabalhadores por conta própria e 2,5% de trabalhadores familiares auxiliares. A participação dos conta própria no total dos

ocupados cresceu paulatinamente desde o início da década de 1980, ano em que representava 17% da população ocupada não agrícola (SANTOS, 2006); além disso, a maioria dos que se enquadram nessa forma ocupacional participam de configurações informais, já que das 20 milhões de ocupações por conta própria existentes em 2012, por exemplo, mais da metade “não tinha nenhuma relação com a legalidade imperante no mundo do trabalho ou empresarial, nem tinha cobertura previdenciária de qualquer tipo” (CARDOSO, 2014, p.07). Nesse capítulo, a tarefa é a de observar, no Brasil, a heterogeneidade que a categoria “conta própria” abriga, destacando seus caracteres e perfil gerais. Este se pretende um necessário trabalho preliminar (de pano de fundo) para o escrutínio, realizado na próxima parte da tese, das trajetórias empregatícias de empreendedores informais (no ramo do comércio) instalados em favelas cariocas abarcadas pelo experimento das UPPs.

No que se refere à definição de trabalhadores “por conta própria”, Holzmann (2011, 2013) faz uma boa revisão do debate, destacando a importância de se atentar para o fato de que estudos baseados essencialmente em dados estatísticos deixam de captar a heterogeneidade intrínseca a esse subgrupo, que não deve ser, na sua totalidade, sempre relacionado a condições de informalidade ou precariedade. Considerando dados do IBGE sobre rendimentos médios e cobertura previdenciária dos trabalhadores por conta própria, a autora converge com as leituras que apontam para a perenidade histórica dessa heterogênea categoria de trabalhadores no Brasil, indo de encontro à sua associação a condições vulneráveis de trabalho e, ao mesmo tempo, demonstrando que situações ocupacionais formalizadas nem sempre implicam em condições de trabalho não precárias; a autora reúne dados que permitem afirmar que

“esse setor é de grande heterogeneidade, incluindo atividades executadas de modo intermitente, de pouca qualificação, baixa remuneração, sem perspectiva de promoção e mobilidade profissional, tanto quanto atividades relacionadas com os setores mais modernos da economia, que requerem alta qualificação, são bem remuneradas e com perspectivas positivas de promoção na carreira” (Holzmann, 2013, p.128).

Tendo em vista esse panorama, não se pretende, aqui, a realização de um levantamento exaustivo do grau de informalidade vigente na estrutura ocupacional brasileira. Antes, o objetivo é apenas o de traçar um perfil geral (a partir tanto de variáveis como rendimento, grupamento de atividade, méritos para abertura do negócio, contabilidade profissional, formalização, capital inicial, acesso a crédito etc. quanto das relações de trabalho que engendra – ou não) da forma ocupacional “conta própria”, categoria majoritariamente

composta por indivíduos que desenvolvem suas atividades econômicas por fora das instituições públicas de regulação e proteção social (isto é, de maneira informal).

Assim procedendo, a seção tem por objetivo jogar um pouco de luz na tarefa – que é a da tese – de desvendar os mecanismos internos de funcionamento da informalidade enquanto forma social do trabalho (a exemplo do que faz CARDOSO, 2013, p.21-67). Nesse intuito, o capítulo se apoia na Pesquisa sobre Economia Informal Urbana (doravante, Ecinf/2003), com abrangência em todo o território nacional, realizada pelo IBGE (em parceria com o Sebrae) em 2003, bem como na análise crítica que dela faz Cardoso (2013, p.40-67); e, de maneira suplementar, no estudo, também realizado pelo IBGE, em 2008, no âmbito da PME (Pesquisa Mensal do Emprego), intitulado “Trabalhadores por conta própria: perfil e destaques” (doravante, CP/2008), abrangendo seis regiões metropolitanas (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre). O capítulo ainda conta com uma pequena seção em que é analisado – como uma introdução ao universo da informalidade no contexto das favelas cariocas – o *Censo de Empreendimentos Econômicos da Maré*, iniciativa das instituições Redes de Desenvolvimento da Maré e Observatório de Favelas.

A Ecinf/2003, na sua concepção de “informalidade”, segue as recomendações da 15ª Conferência de Estatísticas do Trabalho, promovida pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em janeiro de 1993. Assim, a Ecinf/2003 define a informalidade como um “setor da economia” caracterizado por cinco traços essenciais. Em primeiro lugar, esse setor é definido pela “unidade econômica – entendida como unidade de produção – e não o trabalhador individual ou a ocupação por ele exercida” (Ecinf/2003, p.15). O CP/2008, por sua vez, como explicita o título do estudo, volta-se especificamente para o trabalhador por conta própria, destacando traços definidores dessa forma de inserção (segundo determinados indicadores, como taxa de crescimento do contingente de trabalhadores por conta própria em face da população ocupada²⁴⁸ e em face de outras formas de ocupação²⁴⁹, e determinadas

²⁴⁸ Quanto a isto, o estudo afirma que “define-se população ocupada pelo conjunto de pessoas consideradas ocupadas (são classificadas como ocupadas na semana de referência as pessoas que exerceram trabalho, remunerado ou sem remuneração, durante pelo menos uma hora completa na semana de referência, ou que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana. Considera-se como ocupada temporariamente afastada de trabalho remunerado a pessoa que não trabalhou durante pelo menos uma hora completa na semana de referência por motivo de férias, greve, suspensão temporária do contrato de trabalho, licença remunerada pelo empregador, más condições do tempo ou outros fatores ocasionais. Assim, também, foi considerada a pessoa que, na data de referência, estava afastada: por motivo de licença remunerada por instituto de previdência por período não superior a 24 meses; do próprio empreendimento por motivo de gestação, doença ou acidente, sem ser licenciada por instituto de previdência, por período não superior a três meses; por falta voluntária ou outro motivo, por período não superior a 30 dias)” (CP/2008, p.05).

características, como sexo, cor, distribuição etária, nível de instrução, grupamento de atividade, rendimento etc.) e delineando distinções numa série histórica de março de 2002 a março de 2008.

Em segundo lugar, a Ecinf/2003 restringe aquelas unidades ao universo urbano (são “não-agrícolas” e “urbanas”) e àquelas que prestam-se, na produção de bens e serviços, ao objetivo principal de “gerar emprego e rendimento para as pessoas envolvidas, sendo excluídas aquelas unidades engajadas apenas na produção de bens e serviços para autoconsumo” (idem, *ibidem*).

Em terceiro lugar, as unidades “caracterizam-se pela produção em pequena escala, baixo nível de organização e pela quase inexistência de separação entre capital e trabalho, enquanto fatores de produção” (idem, *ibidem*)²⁵⁰; esse critério mostra que a Ecinf/2003 está preocupada com reprodução das pessoas como trabalhadores para si próprias e por si próprias – e não enquanto força de trabalho para o capital (CARDOSO, 2013, p.42)²⁵¹.

Em quarto lugar, a pesquisa explicita que a formalização (ou não) da unidade econômica, frente aos órgãos de Estado, não é um critério para seu enquadramento como formal ou informal. Apresenta, para isso, duas razões: por um lado, “o substrato da informalidade se refere ao modo de organização e funcionamento da unidade econômica, e não a seu *status* ou às relações que mantém com as autoridades públicas” (ECINF/2003, p.15); e, por outro, “havendo vários tipos de registro, esse critério não apresenta uma clara base conceitual, não se presta a comparações históricas e internacionais e pode levantar resistências junto aos informantes” (idem, p.15-6).

Por último, a Ecinf/2003 estabelece outro critério negativo: “a definição de uma unidade econômica como informal não depende do local onde é desenvolvida a atividade produtiva, da utilização de ativos fixos, da duração das atividades das empresas (permanente, sazonal ou ocasional) e do fato de tratar-se da atividade principal ou secundária do proprietário da empresa” (idem, p.16).

²⁴⁹ Tais como “trabalhadores com carteira no setor privado”, “trabalhadores sem carteira no setor privado”, “empregadores”, “trabalhadores domésticos” etc.

²⁵⁰ Consoante a isso, a pesquisa afirma que “o caráter informal de uma determinada atividade é dado principalmente pela particular divisão técnica e social do trabalho que ali se estabelece” (CARDOSO, 2013, p.16). Noutro momento, a corrobora que “as unidades produtivas que fazem parte do setor informal [são] aquelas que têm como característica básica a não-separação entre o proprietário e a empresa” (idem, p.21).

²⁵¹ Cenário diferente de Florence Weber (2009), que analisa como os trabalhadores fabris se engajam em atividades econômicas por fora dos seus trabalhos formais para reproduzirem-se também como força de trabalho para o capital – o que é virtualmente o mesmo argumento de Francisco de Oliveira (1972), como vimos.

Dito isto, a pesquisa declara que “na operacionalização estatística desta definição, decidiu-se que pertencem ao setor informal todas as unidades econômicas de propriedade de trabalhadores por conta própria e de empregadores com até cinco empregados, moradores de áreas urbanas, sejam elas a atividade principal de seus proprietários ou atividades secundárias” (idem, *ibidem*).

Com base nessa definição, a Ecinf analisou 10.335.962 milhões de empresas²⁵², das quais 88% são empreendimentos de trabalhadores por conta própria, os 12% restantes sendo de empregadores. Dentre os empreendimentos dos conta própria, 96% eram de um único proprietário, sendo de pouco mais de 85% essa proporção no caso dos empregadores. Dentre os conta própria, 91% tocavam seus negócios sozinhos, o que significa que “80% dos ‘empreendimentos’ captados pela pesquisa era composta por apenas uma pessoa” (CARDOSO, 2013, p.45), e, dentre os empregadores, quase a metade (592.105 de 1.239.050) tinha apenas mais um ocupado (remunerado ou não). Neste particular, “considerando o proprietário e mais dois ocupados, tínhamos 72% das empresas cujos proprietários se declararam empregadores” (idem, *ibidem*). Isso significa que “a Ecinf/2003 foi de fato desenhada para captar pequenos empreendimentos ou atividades de pessoas que faziam de seu ‘negócio’ um meio de ganhar a vida com seu próprio trabalho” (idem, *ibidem*) – exatamente o perfil de nossos entrevistados.

Do total de empreendimentos levantados pela pesquisa, 32,9% pertencem ao “setor de atividade” definido como “comércio e reparação” (idem, p.44). Já o CP/2008 encontra 28,3% dos 4,1 milhões de trabalhadores por conta própria das seis regiões metropolitanas (o que corresponde a 19,2% do total da população ocupada nas regiões) neste mesmo grupamento definido como “comércio e reparação” (CP/2008, p.18).

Quer dizer, o universo dos conta própria, além de majoritariamente informal, tem proporção substancial das suas atividades realizadas no ramo de atividade do comércio, conformando um recorte convergente com aquele sobre o qual o próximo capítulo se debruça.

No que diz respeito à Ecinf/2003, há cinco principais problemas com os critérios demarcatórios utilizados. Em primeiro lugar, essa redução às empresas com cinco ou menos ocupados pode abranger realidades radicalmente diferentes: tanto “pequenos empreendimentos de alta tecnologia, como desenvolvedores de software”, quanto

²⁵² Este número corresponde a nada menos que 98% de todas as empresas não-agrícolas com até cinco empregados do Brasil (ECINF/2003, p.22).

“prestadores de serviços a pessoas ou famílias, como oficinas mecânicas ou pequenos mantenedores da construção civil” (CARDOSO, 2013, p.41). O segundo problema, relacionado a este primeiro, é o da grande heterogeneidade das realidades respectivamente designadas pelas categorias de “conta própria” e “empregador”. Com efeito, a Ecinf/2003 – e o CP/2008 procede de maneira idêntica – diferencia o conta própria do empregador pelo fato de, no segundo caso, ocorrer vínculo empregatício, enquanto o conta própria não tem empregado algum, embora possa ter “ocupado”. Em ambos os casos, contudo, pode haver “auxílio/ajuda ou não de trabalhador não-remunerado membro da unidade domiciliar”:

“Empregador: Pessoa que trabalha explorando seu próprio empreendimento, com pelo menos um empregado, contando ou não com ajuda de trabalhador não-remunerado membro da unidade domiciliar.

Conta-própria: Pessoa que trabalha explorando seu próprio empreendimento, sem empregados, individualmente ou com sócio, com o auxílio ou não de trabalhador não-remunerado membro da unidade domiciliar” (Ecinf/2003, pgs. 146 e 148).

A heterogeneidade entre essas duas condições é flagrante; basta olhar para o rendimento médio e a taxa de formalização dos empreendimentos, bem como para a presença ou não de pessoal ocupado. No caso dos conta própria, o rendimento médio dos empreendimentos (no mês de outubro de 2013) foi de cerca de R\$1,7 mil reais, ao passo que no caso dos empregadores temos a cifra de cerca de R\$ 9 mil reais (cf. CARDOSO, 2013, p.46-7). A CP/2008 registrou que “o rendimento médio real habitual dos trabalhadores por conta própria foi estimado para março de 2008 em R\$1.013,50 para o agregado das seis regiões metropolitanas” (CP/2008, p.25). Como resultado dessa diferença, temos a distinção em termos de regularização do empreendimento: entre os conta própria, 21% tinham CNPJ (ou outra constituição jurídica), ao passo que entre os empregadores essa porcentagem era de 64% (CARDOSO, 2013, p.47-8). Se utilizarmos um “índice de formalização dos empreendimentos informais” (idem, p.62) a partir de cinco indicadores²⁵³, veremos que “90% dos conta-própria e 44% dos empregadores não tinham nenhum desses indicadores de regularização [e que] com regularização alta (todos os cinco itens), havia 4,4 dos primeiros e 30% dos últimos” (idem, p.63). Dito de outro modo: cerca de 80% dos conta própria não tinham CNPJ nem qualquer outra constituição jurídica, sendo que 97% dos indivíduos nessa forma de ocupação simplesmente nunca tentaram fazê-lo (idem, p.47-8), o que estabelece limites bastantes precisos ao desenvolvimento das atividades econômicas; quer dizer:

²⁵³ Os indicadores são: “se o empreendimento tem constituição jurídica de algum tipo; se tem Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ); se tem registro de microempresa; se declarou imposto de renda pelo formulário de Pessoa Jurídica; se tem contador” (CARDOSO, 2013, p. 62-3).

“No caso dos conta própria cobertos pela Ecinf/2003, portanto, quatro quintos dos empreendimentos desenvolviam suas atividades de maneira *extrínseca* ao ambiente da regulação pública. Regularizar a situação era algo fora do horizonte de cálculo dos agentes que tocavam seu negócio por conta própria. A não regularização é, sem dúvida, um limite para o aceso a um conjunto de mecanismos próprios dos ambientes de regulação mais adensada, como o crédito bancário, a proteção previdenciária, os contratos juridicamente seguros com clientes e fornecedores etc.” (idem, p.48, grifo do autor).

Sobre este particular, a CP/2008 mostra que cerca de 80% dos conta própria, para o agregado das seis regiões metropolitanas, não contribuíam para a previdência, enquanto este percentual foi de 34% para o total da população ocupada (CP/2008, p.22). Esta pesquisa também registra, em consonância com os dados da Ecinf/2003 que indicam que a taxa de regularização dos empreendimentos tem um ligação direta com o rendimento percebido mensalmente (CARDOSO, 2013, p.47), que o rendimento médio dos conta própria que contribuíam para a previdência era maior que o daqueles que não contribuíam – R\$1.920,80 contra R\$776,40.

Em terceiro lugar, a Ecinf/2003 trabalhou com uma ideia de setores (ou segmentos) que não corresponde à realidade econômica do país, em função (como já vimos) tanto da realidade do capitalismo globalizado quanto das inúmeras e diversas nuances das *configurações in-formais* que a rígida *dualidade formal-informal* é totalmente incapaz de captar. Em quarto lugar, o universo da regulação rarefeita foi bastante subestimado pela Ecinf/2003. Porque, enquanto a pesquisa assinalou 1,33 milhão de pessoas como assalariadas sem carteira, dentre os 2,9 milhões de ocupados nos 10 milhões de estabelecimentos levantados, a PNAD, no mesmo ano, encontrou 11 milhões de assalariados sem carteira no Brasil urbano (CARDOSO, 2013, p.45). Ademais, essa mesma PNAD encontrou “13,5 milhões de trabalhadores por conta própria nas cidades, ou perto de 50% a mais do que o encontrado pela Ecinf/2003” (idem, p.46).

Em quinto lugar, o fato da pesquisa não elencar a legalização como um critério de definição da informalidade dos empreendimentos é incompreensível (e ajuda a subestimar o universo da regulação rarefeita). Certamente, o *status* legal da unidade econômica (isto é, o fato de manter ou não relações com as autoridades públicas de formalização) é um delimitador importante das regiões informais, já que o que as define, dentre outras circunstâncias, como vimos, é precisamente *a rarefação da regulação pública*. Esse problema da Ecinf/2003 é (parcialmente) compensado pelo fato de a pesquisa trazer dados, das empresas encontradas, acerca da formalização (ou não) do negócio.

Embora não seja representativa do ambiente econômico de regulação rarefeita e utilize uma definição questionável de informalidade, a Ecinf/2003 “oferece informação preciosa sobre o ordenamento da parte *que ela recobre*” (idem, p.48, grifos do autor), que é basicamente o universo de trabalhadores que, sozinhos, conduzem seu negócio, pois 80% das unidades pesquisadas era composta por apenas uma pessoa.

Mais da metade dos empreendimentos por conta própria (isto é, 50,5%) fizeram uso de recursos próprios para dar início aos negócios (idem, p.48-9), quais sejam, “indenização recebida”, “herança”, “poupança anterior ou venda de bens ou imóveis” e “outros recursos próprios”; essa porcentagem sobe para 67,1% no caso dos empregadores. Se somarmos os “empréstimos de parentes e amigos”, as porcentagens sobem, respectivamente, para 58% e 75,8%. Destaque também para os 34,5% dos conta-própria que não precisaram de capital algum para abrir seus negócios, enquanto essa porcentagem, no caso dos empregadores, cai para 14%. Isso explica porque os conta-própria entram comparativamente com menos recursos próprios: “os conta própria entram com recursos próprios em menor proporção porque parte substancial dos empreendimentos, em seu início, não demandou recurso algum” (idem, p.48). Os empréstimos, em geral, ocupam posição marginal na abertura dos negócios (11% do total) e 94% dos conta própria e 87% dos empregadores não recorreram a empréstimos nos três meses anteriores à pesquisa, de modo que “os negócios têm início, sobretudo, com recursos próprios e são levados adiante da mesma forma” (idem, p.50). A Ecinf/2003 também registra que “a grande maioria das empresas (96%) declarou (...) não ter recebido qualquer tipo de assistência técnica, jurídica ou financeira nos últimos cinco anos” (ECINF/2003, p.29).

Outra grande diferença entre as duas categorias profissionais informais aqui analisadas são o recurso (ou não) à contabilidade profissional; 56,9% dos conta-própria não faziam registro algum, sendo de 20,8% a porcentagem para o caso dos empregadores. Registravam sozinhos 36,3% dos primeiros e 35,3% dos segundos. Entre os empregadores, 42,8% contratavam um contador profissional, proporção muito menor (de 6,3%) entre os conta-própria (CARDOSO, 2013, p.51).

Parte destacada do universo dos conta própria, portanto, constrói-se de maneira extremamente individualizada: sem quaisquer registro do negócio, utilizando-se de recursos próprios (ou simplesmente de nenhum capital inicial) para a abertura do empreendimento

(bem como para sua manutenção), sem auxílio ou assistência técnica, jurídica ou financeira e sem contabilidade profissional.

No entanto, 70% dos conta-própria e 82% dos empregadores apresentaram lucro no ano da pesquisa e a grande maioria de ambas as categorias estavam no negócio há mais de cinco anos; a Ecinf/2003 mostra que “60% dos empreendedores por conta própria e 65% dos empregadores estavam no negócio há cinco anos ou mais” (idem, *ibidem*); quanto a isso, a CP/2008 registrou que “81,1% dos trabalhadores por conta própria tinham, em março de 2008, dois anos ou mais de permanência no trabalho” (CP/2008, p.21), sendo de 68,6% o percentual para o total da população ocupada. Isso significa que “o ambiente de regulação rarefeita não é *majoritariamente instável*” (CARDOSO, 2013, p.51 grifos do autor). Cardoso (*idem*, p.51-2) continua e diz que “ele [esse ambiente] pode ser precário e inseguro, em especial no caso dos conta-própria (precariedade e insegurança, no caso, medida principalmente pela renda e ausência de registro), mas as ‘empresas’ apresentam notável permanência no tempo”²⁵⁴.

Naturalmente, conta-própria tanto quanto empregadores, sendo dos seus negócios que retiram seus sustentos, têm interesse em (e desejo de) manter seus empreendimentos informais (*idem*, p.51). Essa trivialidade, ao lado da longevidade da grande maioria destes empreendimentos, parece sustentar a ideia de que a informalidade é uma aspiração (reflexo de um desejo por autonomia e/ou de uma inadequação – utópica ou não – ao assalariamento fabril – regulado ou não) persistente dos trabalhadores (*idem*, p.53), tese que não se sustenta em função do modo como se estruturou o mercado de trabalho entre nós – como explicado no capítulo anterior. Os dados da Ecinf/2003 também nos permitem lançar dúvidas sobre ela. A maioria absoluta (79%) dos empreendedores informais cujos negócios tinham menos de cinco anos eram, antes de abrirem seus negócios, assalariados (*idem*, p.53-4). Destes, 65% dos conta-própria e 68% dos empregadores eram assalariados com carteira assinada. Pode parecer, portanto, que o empreendedorismo significa “um desejo de independência ou uma recusa ao assalariamento” (*idem*, p.54). No entanto, 45% dos que eram conta-própria e tinham tido um emprego anterior informaram que abriram negócio porque não encontraram emprego (*idem*, *ibidem*), sendo o “desejo de independência” a opção escolhida por apenas 16% dos deles

²⁵⁴ Na média, como vimos, os trabalhadores por conta própria percebem renda menor que os empregadores, mas, colocada em perspectiva em função das trajetórias laborais destes trabalhadores, trata-se de renda substancialmente superior àquela auferida em ocupações anteriores (ao menos é o que nos mostra o capítulo seguinte). Ademais, como também veremos no próximo capítulo, a ausência de registro formal nem sempre é indicador de precariedade e/ou insegurança, como atestam análises mais generalizantes (RAMOS, 2002).

(idem, ibidem). Logo, “isso sugere que, para parte não desprezível das pessoas, a posição por conta própria atual é *um resíduo*, não uma escolha. Está-se nela por falta de opção assalariada” (idem, ibidem – grifos do autor).

Essa parcela de trabalhadores, portanto, faz “parte da reserva de força de trabalho passível de ser mobilizada pelo mercado regulado de trabalho, na eventualidade de o emprego formal crescer a ponto de permitir sua incorporação” (idem, p.56). Também neste particular, empregadores e conta-própria são muito diferentes: enquanto parte significativa dos conta-própria está na informalidade por injunções da urgência da prática, a maioria dos empregadores “escolhem sua posição ou dão seguimento a trajetórias pessoais ou familiares em proporção muito maior” e “estão em uma posição bem mais próxima do mundo da regulação adensada” (idem, p.57) – sobretudo porque, entre eles, são bem maiores as taxas de formalização. Desse modo, dito de modo mais geral e do ponto de vista dos trabalhadores,

“a inserção no que a literatura chama de “setor informal” pode ser: (i) um resíduo de trajetórias de vida mais ou menos vulneráveis; (ii) uma “escolha” resultante do ajuste diuturno das expectativas a condições objetivas; (iii) uma escolha efetiva num ambiente de socialização que é constituído de um conjunto heterogêneo e hierarquizado de oportunidades e limites de inserção social, dentre elas a “informalidade”, isto é, a “opção” por elementos rarefeitos de coordenação das relações econômicas” (CARDOSO, 2014, p.19).

No que concerne às relações de trabalho engendradas pelas empresas da amostra, nos (pouco mais de) 10 milhões de estabelecimentos analisados, a Ecinf/2003 encontrou 2,9 milhões de ocupados. Destes, 80% conseguiram o emprego por meio de “relações pessoais”, tendo outros 6% se utilizado de “meios impessoais”, como agências de recrutamento, cartazes e anúncio em jornais (14% declararam “outra forma”) (idem, ibidem). Esse recurso às redes de contatos pessoais não é exclusividade dos empregos rarefeitamente regulados, mas lugar-comum “para a obtenção de uma ocupação para boa parte dos brasileiros, independentemente se ‘formais’ ou ‘informais’” (idem, p.58). A diferença é que, “na periferia rarefeita, as relações pessoais e familiares se mostraram mais densas do que nos outros ambientes. Elas são, por exemplo, *o principal* elemento de coordenação entre oferta e demanda de força de trabalho” (CARDOSO, 2013, p.59, grifos do autor).

“(…) se considerarmos que quase *metade* dos ocupados no “setor informal” da Ecinf/2003 compunha-se de *membros da família do proprietário do negócio*, e que 80% mobilizaram relações pessoais para se ocupar, então temos um quadro de construção de relações contratuais de trabalho, nessa esfera do mundo rarefeito na periferia do sistema, fortemente ancorada em laços *familiares* e nas *redes de relações pessoais*, bem mais do que nos outros ambientes por onde circula a força de trabalho” (idem, p.58 – grifos do autor).

O fato de que 45% dos ocupados (dentre aqueles 2,9 milhões, majoritariamente chegados ao emprego por meio de relações e informações pessoais) terem até 24 anos parece demonstrar “alguma noção de responsabilidade perante a pessoa que se está empregando e desta com relação à família que a emprega” (idem, ibidem) – ainda mais “quando se sabe que jovens desta idade eram apenas 18% do total de ocupados nas cidades em 2003, segundo a PNAD” (idem, ibidem). Logo, “o ambiente de regulação rarefeita parece ser uma importante porta de entrada dos jovens no mercado de trabalho, pela via das relações familiares e pessoais” (idem, ibidem). Como não poderia deixar de ser, 46% dos ocupados eram assalariados sem carteira, ao passo que 24% eram trabalhadores não remunerados, o que dá 70% do geral. De todos os tipos contratos de trabalho captados pela Ecinf/2003, 60% eram contratos informais (porque não regulados pelo Estado) e por tempo indeterminado; “contratos de trabalho de boca por tempo indeterminado se sustentam: pela confiança, cujo substrato são as relações pessoais; pela dependência afetiva ou material dos familiares; por noções de responsabilidade sobre os destinos mútuos; por lealdades de origens várias. Em suma, por normas não imediatamente econômicas e por preocupações redistributivas” (idem, p.65).

Um dado muito importante deste ambiente, a confirmar a centralidade, ali, das redes, relações e informações pessoais e familiares, é a forte associação entre o êxito dos negócios (expresso na taxa de regularização) e a proporção do emprego de familiares (idem, p.63). Quer dizer, “quanto mais regular a situação fiscal (indicador de êxito do empreendimento), maior a proporção que emprega (ou oferece ocupação) ao menos um membro da família, em geral o cônjuge” (idem, p.64). Isso significa, ao contrário do que uma análise desavisada ou apressada poderia imaginar, que “empregar familiares e amigos *não é antitético com uma gestão eficaz e regulada*” (idem, p.63, grifos do autor), indicando, ao contrário, que as redes de sociabilidade (familiares, amigos e conhecidos) não apenas nutrem os empreendimentos, mas também sustentam o seu sucesso.

Por fim, outro dado central no entendimento dos empreendimentos informais (particularmente importante para o caso das favelas cariocas): a maioria dos empregadores (84%) e dos conta própria (88%) tinham como clientes *pessoas físicas*, de modo que a existência dos empreendimentos depende da massa salarial de outros indivíduos e famílias. Isso significa que a prosperidade destes empreendimentos “apenas marginalmente dependerá de sua própria capacidade empreendedora, inventiva ou criativa. Isso trará, eventualmente,

mais renda aos que tenham coisa ou outra, mas se, e apenas se, houver massa salarial disponível para as populações que adquirem mercadorias e serviços nesses circuitos de regulação rarefeita” (idem, p.66). Ademais, essa massa salarial tem de estar disponível “*nas proximidades dos empreendimentos*” (idem, p.67 – grifos meus). Isso é ainda mais relevante no caso das favelas, em que os empreendimentos se nutrem (quase que) exclusivamente do consumo realizado pelos habitantes do território em que está situado, como veremos na sequência.

6.1 O Censo de Empreendimentos Econômicos da Maré.

Produzido em 2014 pelas instituições Redes de Desenvolvimento da Maré e Observatório de Favelas (com o apoio das 16 associações de moradores da região), o *Censo de Empreendimentos Econômicos da Maré*, ao lado do *Censo Domiciliar da Maré* e do *Guia de Ruas da Maré*, faz parte do *Censo Maré*, o qual é resultado de um esforço coletivo de levantamento de dados (sobre a realidade demográfica, geográfica, econômica e sociocultural do conjunto de favelas da Maré) que seja capaz de subsidiar a elaboração de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento dessa área da cidade.

O chamado *Complexo da Maré* – tornado bairro em 1986 por força de lei²⁵⁵ – é formado, de acordo com o estudo, por 16 “comunidades populares” que abrigam aproximadamente 140 mil pessoas residindo em mais de 40 mil domicílios ao longo das margens da Avenida Brasil (CENSO, 2014, p.14)²⁵⁶. Baseado no *Guia de Ruas da Maré*, que mapeou cada uma das mais de 800 ruas, travessas e becos do complexo, o *Censo de*

²⁵⁵ Ao contrário do que apontam Alvito (2002) e Machado da Silva (2010), a ideia de complexo de favelas (como de Manguinhos, São Carlos, Alemão, Penha, etc.) não foi produzida pela polícia para informar certa lógica de atuação em algumas favelas. O primeiro chega a dizer que ela é oriunda da ideia de “complexo penitenciário”. A noção começa a ser utilizada nos estudos sobre favelas realizados pela prefeitura do Rio de Janeiro, sobretudo pelo antigo IPLANRIO, na década de 1980, de modo a reconhecer a homogeneidade geográfica entre favelas contíguas umas às outras, mas também a heterogeneidade histórica e política de cada uma delas. Foi amplamente utilizada na construção da classificação de favelas que serviu de base para a seleção das favelas que receberiam, ou não, as obras do Favela-Bairro e é usado estrategicamente por diferentes atores em distintos contextos situacionais; se houve uma apropriação de seus sentidos pelo aparato policial, isso é outra história, ainda por ser contada (conferir, a esse respeito, MATIOLLI, 2016a, 2016b).

²⁵⁶ As favelas que compõem o complexo são Conjunto Vila Esperança, Vila do João, Conjunto Pinheiros, Vila do Pinheiros e Parque Ecológico, Salsa e Merengue, Bento Ribeiro Dantas, Morro do Timbau, Baixa do Sapateiro, Nova Maré, Parque Maré, Nova Holanda, Parque Rubens Vaz, Parque União, Roquete Pinto, Praia de Ramos, Marcílio Dias (CENSO, 2014, p.17).

Empreendimentos Econômicos da Maré (doravante, Censo) encontrou 3.182 empreendimentos econômicos. Cobrindo 92,8% desse universo, o *Censo* pesquisou 2.953 empreendimentos que, definidos como “atividades desenvolvidas com fins lucrativos” (idem, p.30), foram classificados como “unidades comerciais” ou como “atividades empreendedoras individuais” (idem, p.33). Por “unidade comercial”, o Censo entende aquela em que funciona um empreendimento com fins lucrativos sediado num espaço exclusivo destinado à atividade econômica – mesmo que esse espaço seja “precário ou inadequado” (idem, p.31), como, por exemplo, quando a pessoa improvisa um local no próprio domicílio como sede física do seu negócio; por “atividades empreendedoras individuais”, a pesquisa entende aquelas atividades que são levadas a cabo sem local “adaptado ou reservado” (idem, p.32) – mesmo que “precário ou inadequado” –, mas que são “visíveis da rua, seja por um letreiro ou pintura na fachada, uma prateleira na janela, uma banca na calçada, entre outros elementos” (idem, ibidem).

Destes empreendimentos, 88,4% funcionam em estabelecimento específico para a atividade (como uma loja independente do domicílio) e 57% deles são de propriedade do trabalhador, sendo o restante alugado (idem, p.47). Do total, 99,3% estão no setor de comércio e serviços, com 0,7% no ramo industrial (idem, p.39) – essa predominância do setor de comércio e serviços também é constatada por estudo realizado pelo IETS (em parceria com o Sebrae) sobre microempreendedorismo em favelas com UPP (IETS/Sebrae, 2012)²⁵⁷. Daquele total, apenas 23,7% alcançaram a formalização do negócio, cerca de 50% não apenas nunca tentou fazê-lo como não tem essa intenção e 1/3, embora declare ter vontade de formalizar a atividade, nunca tentou fazê-lo (CENSO, 2014, p.43) – a exemplo do que foi captado pela Ecinf/2003. O estudo do IETS/Sebrae, por sua vez, constatou que mais de 80% dos empreendimentos analisados não possuíam nenhum tipo de registro no negócio (IETS/Sebrae, 2012, p.46).

Também a exemplo da Ecinf/2003, o Censo encontrou que mais de 90% dos empreendimentos têm na própria favela os seus principais clientes; algo semelhante ocorre com relação aos fornecedores, já que mais da metade destes encontram-se na própria Maré ou

²⁵⁷ O estudo intitula-se “Pesquisa sobre Microempreendedorismo em Domicílios nas Favelas com Unidades de Polícia Pacificadora” e envolveu uma etapa qualitativa, com a formação de grupos focais e entrevistas individuais e outra quantitativa, que abrangeu a aplicação de questionários em 109 setores censitários de vinte favelas com UPP da região metropolitana do Rio de Janeiro. O objetivo do estudo – cujos resultados no geral se assemelham àqueles alcançados pelo *Censo da Maré* – foi aprofundar o conhecimento de como a “favela”, enquanto espaço territorial, influencia e estrutura o microempreendedorismo local (IETS/Sebrae, 2012, p.8).

em “bairros vizinhos” (CENSO, 2014, p.51). A forma de pagamento (dos clientes) predominante em mais de 40% dos empreendimentos é o “fiado/caderneta”, embora mais de 80% dos trabalhadores pague à vista aos fornecedores²⁵⁸. Esse enraizamento das atividades econômicas no território também se expressa no fato de que 76,4% dos 8.673 trabalhadores ocupados em todos os quase 3 mil empreendimentos pesquisados (contando com os próprios donos dos negócios) são residentes na Maré; essa centralidade do território é acompanhada pela importância da sociabilidade como elemento coordenador das atividades econômicas, já que, novamente a exemplo do que foi captado na Ecinf/2003, quando há pessoa empregada no negócio, em mais de 60% dos casos trata-se de parentes do empreendedor (idem, p.57), sendo que grande parte dos negócios (exatos 35,8% são tocados exclusivamente pelo proprietário, sem contratação ou auxílio de nenhuma espécie; somando com aqueles que tem apenas mais uma pessoa ocupada, parente do empreendedor, chega-se a cifra de 71% (idem, p.56) – de modo que a grande maioria dos entrevistados são trabalhadores por conta própria. Destaca-se, também, que mais de 2/3 dos trabalhadores não receberam nenhum tipo de assistência ou formação capaz de os auxiliarem na gestão do negócio (idem, p.65). Esses achados levam os autores do estudo a destacar a centralidade da sociabilidade na coordenação das atividades econômicas pesquisadas e sua importância na reprodução da vida cotidiana local.

“Esses números confirmam a grande importância desta economia, tanto no que diz respeito à oferta de bens e serviços para o consumo local quanto para a geração de trabalho e renda entre os moradores. Portanto, estamos diante de um *mercado socialmente necessário*, que se constitui graças ao cotidiano dos moradores das favelas que compõem a Maré” (idem, p.39 – grifos dos autores).

E mais:

“Apesar de ser um contingente populacional de baixa renda, a forte vida comunitária e as relações socioafetivas estabelecidas no espaço local conferem condições particulares para a realização dos empreendimentos. E é, justamente, em torno da sociabilidade, que os empreendimentos na Maré ganham sua configuração e se afirmam, com identidade própria, face à construção clássica da relação oferta/necessidade/consumo” (idem, p.40).

A grande maioria dos empreendedores não têm dívidas relativas à obtenção de crédito para investimento (84,6%) e mais de 70% ou não precisaram de capital para iniciar o negócio ou utilizaram-se de recursos próprios²⁵⁹ (idem, p.65), o que também confirma o achado do IETS/Sebrae (2012, p.136) e da Ecinf/2003, segundo o qual os empreendimentos são abertos

²⁵⁸ O estudo do IETS/Sebrae chega a resultados semelhantes ao afirmar que 56% dos clientes dos microempreendimentos são residentes da favela e que 94% desses clientes são pessoas físicas (2012, p.125). O estudo também destaca que mais de 60% dos fornecedores estão localizados nas favelas ou em bairros próximos e que 87% dos microempreendedores pagam esses fornecedores à vista (idem, p.130).

²⁵⁹ Como recursos próprios o estudo entende ou “poupança ou venda de bens e imóveis” ou “rendimentos oriundos de demissão” (CENSO, 2014, p.65).

e mantidos quase que exclusivamente com recursos próprios. Mais de 85% dos trabalhadores não tem outra ocupação para além do empreendimento, retirando exclusivamente dali seus rendimentos mensais, o que, se tomado como um sintoma do êxito do negócio, mostra – de novo a exemplo da Ecinf/2003 – que o emprego de familiares não é antitético com uma gestão eficiente. Mais de 80% dos pesquisados eram empregados antes da abertura do negócio e o estudo – embora muito vago quanto a esse aspecto – destaca o desejo por autonomia e independência como central para a entrada no universo do trabalho por conta própria²⁶⁰.

Tudo isso nos mostra o quanto, no universo das configurações informais do trabalho, o território e a sociabilidade são centrais enquanto suas condições de possibilidade. Clientes, fornecedores e empreendedores (estes em geral unidos por laços de amizade e/ou parentesco) participam, nos limites de seus territórios de moradia, de uma série de atividades econômicas que se dão ao largo da regulação pública e são fundamentais na geração de emprego e renda e na satisfação de parte das necessidades de consumo de parcela significativa da população local. Embora forneçam suas condições de possibilidade, o território e a sociabilidade também oferecem entraves à existência e à manutenção dos negócios. Isso se observa não apenas na concorrência entre os comerciantes²⁶¹, mas também no cerco por eles vivido em função da convivência forçada com traficantes do varejo de drogas e forças policiais armadas – circunstância que, ocultada no Censo, aparece em nossas entrevistas, a cujas análises nos voltamos agora.

²⁶⁰ “(...) entre os diferentes motivos que impulsionam parte dos trabalhadores cariocas para a informalidade, destacam-se a busca de independência e de autonomia e a melhoria dos rendimentos – e não, exatamente, o desemprego, embora sirva como resposta a ele” (CENSO, 2014, p.45).

²⁶¹ “O *Censo Maré* submeteu à avaliação dos entrevistados determinadas condições e desafios inerentes ao negócio, como a concorrência, a permanência da mão de obra, a localização etc., indagando-lhes o grau de dificuldade – alto, médio, pouco ou nenhum – que enfrentavam em relação ao quesito proposto. A concorrência local foi o quesito que teve a maior quantidade de entrevistados que apontaram um alto grau de dificuldade – 43%. Somando com aqueles que apontam grau médio, encontram-se 68% dos entrevistados” (CENSO, 2014, p.45-6).

Parte 3 – A informalidade nas favelas “pacificadas”

7 TRAJETÓRIAS DE COMERCIANTES EM ÁREAS DE FAVELAS “PACIFICADAS”

7.1 O caso de Rômulo: migrar pra botar um comércio

Rômulo nasceu em 1964, tendo, à época da primeira entrevista²⁶², 51 anos de idade. É natural de uma cidade do interior do Ceará e, a exemplo de grande parte dos trabalhadores brasileiros, tem uma trajetória ocupacional que alternou momentos “formais” e “informais”, até estabelecer-se mais continuamente como “conta-própria” na favela Horizonte, localizada na zona norte carioca.

Sua primeira atividade foi como agricultor, atividade que exerceu da infância (desde cerca dos oito anos de idade) até os dezoito anos, diz ele; nesse tempo, por questões de apoio familiar em outro estado, Rômulo passa alguns anos em Teresina para estudar; mas só chega até à 5ª série, quando retorna para o trabalho na fazenda a pedido do pai, então doente. Mais tarde, já “não aguentando o trabalho na roça”, o pai larga o trabalho na fazenda (na qual era empregado) e estabelece-se num “povoado” próximo, onde compra uma “casinha” e, associando-se com um conhecido, torna-se dono de uma padaria, na qual Rômulo passa a trabalhar com seus irmãos. O “trabalho na roça”, “fazendo plantio”, entretanto, onde seu pai comprou a “casinha”, era concomitante. O negócio do seu pai na padaria “não dá certo” porque, segundo ele, seus irmãos “não conseguiam ajudar o pai direito”. Com dois irmãos que já tinham ido “tentar a vida no Rio de Janeiro”, Rômulo logo se “iludiria” e faria o mesmo movimento migratório, no ano de 1982, “com dezessete pra dezoito anos”, como podemos ver:

“Daniel: O que que deu na cabeça do senhor pro senhor querer vir?

Rômulo: Aquela ilusão de vim pra cidade grande, aquela ilusão, todo mundo vinha atrás de trabalhar, procurar melhoras, né? Então, quando eu vim, eu vim assim, com essa vontade. Os meus irmãos estavam aqui e trabalhavam, aí eu me iludi pra vir também, pra melhorar de vida, aí eu vou, aí vim. Aí quando eu larguei lá o meu pai... e eu queria também botar comércio (...) E todo mundo falava “o Rio de Janeiro

²⁶² Realizei, com Rômulo, duas entrevistas: uma em julho de 2015 e outra em novembro de 2017. Ao longo da exposição que faço das entrevistas, não distingo falas específicas de uma de outra.

é assim, o Rio de Janeiro é aquilo outro” e você fica escutando. Aí aquilo ali fica e a pessoa se ilude, sabe? Conhecer como que é, aí... fui pro Rio de Janeiro. Aí lá com eles cisme, arrumei com um rapaz lá da empresa [de ônibus] São Geraldo ele sócio da empresa São Geraldo, né? Aí falei com ele, ele era conhecido nosso lá, ele falou “ah, se quiser ir vai”. Aí pedi dinheiro emprestado dele, ele me deu a passagem pra eu mandar o dinheiro daqui, e assim que eu cheguei comecei a trabalhar até com esse meu irmão mesmo do Rio Comprido, sabe?”

Nessa primeira ida à capital fluminense, Rômulo ficou por “6 anos e pouco” e, ainda sem morar na favela Horizonte, estabelecendo-se no bairro do Catete, trabalhou “de várias coisas: eu trabalhei de balconista, copeiro, trabalhei tipo de ajudante de cozinha, trabalhei de faxineiro. A minha última profissão mesmo foi de cozinheiro, aí de lá para cá vim trabalhar de cozinheiro”.

Chegando ao Rio, seus irmãos o receberam, apoio familiar que se mostrou imprescindível para sua permanência na cidade nova, mostrando a centralidade das relações familiares na realização do movimento migratório. Primeiro, ele trabalha com um dos irmãos (José) num “clube de boliche” no Rio Comprido, mas, após se desentender com o “gerente”, é demitido e seu outro irmão – com quem morava no Catete – consegue arrumar emprego pra ele no restaurante onde era chefe de cozinha; lá, diz Rômulo, “aprendi a minha profissão de cozinheiro”. Depois de trabalhar com os irmãos, Rômulo passa por mais outros empregos, sempre como “ajudante de cozinha” (todas as experiências com carteira assinada). Nesse tempo, trabalhando no Rio, conhece a atual esposa, que, sendo também do interior do Ceará, engravida do seu primeiro filho (que o ajuda hoje em dia no bar na favela Horizonte).

Quando conhece sua esposa, em 1984 ou 1985, ele aluga um “barracozinho”, um “quartinho”; em 1986 ele trabalha, por seis meses, de caseiro em uma casa Barra do Pirai, município fluminense a mais ou menos 150 km da capital. Descontente com o trabalho, no qual ficou “só porque precisava” (pois não esperava sair do “Norte” pra “trabalhar na roça de novo”), volta pro Rio, ficando, desta feita, na casa de sua irmã, num bairro da zona sul.

Ele narra que foi sua irmã que o recebeu, fazendo-o um “favor” até que ele conseguisse arrumar um emprego; novamente, ele consegue trabalho através de seu irmão e aluga um quarto para morar com a esposa. Trabalhando num bar/restaurante, Rômulo começava cedo e saía no fim da tarde, mas, chegando atrasado de maneira recorrente “por conta de beber no dia anterior”, acaba sendo demitido. Já estava insatisfeito também com o trabalho, que o salário era muito pequeno. O desemprego repentino, associado ao nascimento do filho (que tem problemas de saúde ainda muito novo), faz com que decida voltar pra sua terra natal, onde poderia ter maior apoio da família.

Depois desta fase no Rio, Rômulo – já casado – retorna ao Ceará em 1987, ano em que nasce seu primeiro filho; volta porque “não deu certo”, quer dizer, encontrou muitas dificuldades para se estabelecer num emprego e prover o sustento de sua família – daí sua leitura do movimento migratório pro Rio de Janeiro como “ilusão”. Voltando ao Ceará, diz que “cheguei numa época ruim lá, não deu muito certo lá e eu fui trabalhar na roça de novo... Esse tempo não era muito bom”. Mesmo dizendo não ter conseguido se estabelecer no seu estado de origem, Rômulo fica por lá por 9 anos, resolvendo voltar ao Rio de Janeiro no ano de 1996. Volta ao Rio, novamente, com o mesmo intuito: arranjar emprego e tentar “botar um comércio”:

“(...)

Rômulo: Foi em 96 que eu voltei de novo. Com o intuito de botar um comércio, que eu já tinha começado a trabalhar no comércio, que eu sempre gostei de trabalhar com isso, que o meu pai no Norte uma época lá que ele também... nós trabalhava na fazenda, quando a gente entregou a fazenda nós fomos pra cidade, na cidade ele montou uma padaria, né? Aí começemo a trabalhar assim Aí foi aí que eu peguei o gosto pelo negócio, sabe? Comecei... em ser comerciante, trabalhar no negócio que eu gostava e aí fui e resolvi. Aí quando em voltei em 96 eu voltei com o intuito de novo, assim, “eu vou trabalhar no Rio, vou arrumar um jeito se eu boto um comércio pra mim trabalhar pra mim viver porque viver a vida toda trabalhando pros outros não é bom”.

Ele entende que esse objetivo de trabalhar por conta própria veio a partir da experiência do seu pai com a padaria; Rômulo parece querer fazer dar certo uma possibilidade de inscrição ocupacional na qual seu pai não se fixou por causa de sua ida para o Rio, como que se responsabilizando pelo “fracasso” do pai.

Nesta segunda ida ao Rio de Janeiro, Rômulo alterna seu trabalho como cozinheiro com sua atividade por conta própria na favela, começando – a exemplo de vários conta própria no Brasil, com vimos em capítulo anterior, praticamente sem recurso algum – muito precariamente (vendendo mercadorias da janela de sua casa) até conseguir, paulatinamente, se estabelecer no bar que tem hoje.

Em 2012, por uma série de eventos a que nos referiremos a seguir, que ele entende na chave da inveja e da truculência policial, ele vende o bar para um comerciante da própria favela, de nome Allan, cujo bar localizava-se ao lado do seu; nesse momento, “tira férias”, como diz, de mais ou menos seis meses, indo trabalhar, na sequência, por cerca de um ano e meio, de cozinheiro num bar no Catete (em que seu irmão – Chico – ainda trabalhava).

Mais ou menos em 2014, ele abre um bar ao lado do seu antigo estabelecimento (o mesmo no qual Allan estava anteriormente). E, finalmente, consegue renegociar e reaver seu bar (anteriormente vendido), o que ocorre em março de 2015 – portanto 5 meses antes de

nossa primeira entrevista. Ele sai do trabalho no Catete, oficialmente, dia 01/03/2015 e retorna, assim, ao estabelecimento que havia vendido em 2012. E dali, agora, “só Deus tira [...] Vou falar assim: daqui só deus me tira, né? Não vou falar que nem ele me tira, só ele me tira daqui. E ele não há de querer que eu saia daqui, só quando ele quiser mesmo se for por uma boa causa”. Avaliando sua trajetória, Rômulo diz: “Venci, venci. Venci porque se disser que eu não venci estou mentindo. Eu posso dizer que eu venci, com certeza”. Do ponto de vista da pesquisa, nos interessa mais de perto a trajetória de Rômulo após a sua chegada em definitivo no Rio de Janeiro, em 1996, pois é aí que ele estabelece-se na favela Horizonte e dá início ao seu trabalho como conta própria enquanto comerciante. Nessa sua chegada em 1996, nos conta Rômulo, ele mora por pouco tempo num bairro da zona sul para logo estabelecer-se na favela Horizonte por intermédio de sua irmã. No mesmo ano, consegue providenciar, com a ajuda do seu patrão, que lhe empresta a quantia necessária da passagem, a vinda de sua família. O primeiro emprego que consegue é por indicação de um tio seu, num restaurante na Lapa, onde trabalha por 7 anos.

“Rômulo: Aí vim... 96. Aí comecei a trabalhar aqui, aí Seu Joaquim, meu tio, finado meu tio que trabalhava na Lapa ali, ele ia sair, aí me botou na vaga dele, aí eu fiquei lá, trabalhei sete anos nessa casa, foi quando eu vim pra cá pro morro, vim morar no morro, eu fiquei, quando eu trabalhava lá eu estava morando na Laranjeira, aí depois eu vim pra cá [pra favela Horizonte]. Foi logo em seguida. Aí vim pra cá [pra favela Horizonte], minha irmã tinha uma casinha ali, um porãozinho, me deu pra eu morar, onde eu trouxe a mulher mais os meninos, aí fiquei lá, aí o marido dela, que é meu xará, Rômulo também o nome dele, falou “Rômulo, eu te ajudo a ajeitar aqui pra tu ficar aí”, o cara é gente boa, aí ele me ajudou, demo um cimento, uma areia, demo um jeito, aí ficou bonitinho, aí fiquei, né? (...) Aí foi quando eu botei o primeiro “negocinho” na minha casa, né?

(...)

Aí quando foi em 96 mesmo mandei buscar eles de volta, mandei buscar ela pra cá e meus filhos, arrumei um emprego aqui na Lapa de cozinheiro, o patrão era um cara legal, um espanhol gente boa pra caralho, me ajudou a trazer os meus filhos pra cá, aluguei a casa aqui, botei dentro, e fiquei trabalhando. Seu Joaquim, o nome dele, ele era espanhol, baixinho assim, ele descobriu lá e falou, “Raimundo, caralho! Tu tem 4 filho, cara?!” Eu falei, “tenho”, aí ele “e onde é que tão?”, eu falei “tão lá no Ceará...” “Mas, tu tá aqui, deixou mulé com filho e tudo lá?” Aí eu falei, “e eu ia fazer o que se não tem como trazer?” E foi aí que foi, ele falou “pretende mandar buscar?”, eu falei, “pretendo, é só... eu comecei a trabalhar aqui a poucos dias...” E quando eu cheguei lá ele falou, “Rômulo, trabalhou direito comigo, tem tudo”, eu falei, “tá bom”, pensei, “é o meu forte, eu quero me habilitar num lugar que eu fique tranquilo, que eu consiga trabalhar pra eu ficar numa boa”. Então, logo no início foi isso. Quando ele falou “pretende morar buscar?” eu tava lá não tinha dois mês, sabe? (...) Aí foi quando ele ajudou (...) Aí ele foi comigo no correio, sabe? Eu expliquei tudinho como é que era. Ele foi comigo no correio! Se fosse outro não, “tá aqui o dinheiro e se vira”, mas não, ele fez questão de ir comigo, depositar o dinheiro pra eles vim, sabe? (...) Ele me emprestou o dinheiro pra eu ir pagando aos poucos”.

Logo no início da sua segunda vinda ao Rio, portanto, quando se estabelece na casa da irmã e traz sua família do Ceará (ainda em 1996), Rômulo abre, “do nada” (quer dizer,

praticamente em recurso nenhum), um “negociozinho”, dividindo seu tempo entre o emprego na Lapa e sua atividade por conta própria.

“Rômulo: Eu comecei com “freezerzinho” dentro da minha casa, a janela era até na cozinha, eu botei uma estante velha... Que a minha irmã tinha me dado, estava ruim, eu cerrei o pé dela e tirei o andar de cima e deixei aquele do meio que era direto, sabe? Aí botei do lado da cozinha na parede e tinha uma partezinha em baixo e botava bebida em cima, botava outra em baixo, só biscoitinho ali do lado e comecei assim, botei um freezer, e é aquela, ficava a noite todinha me chamando, “Rômulo!”, até por uma janelinha que tinha, sabe? Era assim”.

Acumulando a dupla jornada de trabalho, Rômulo consegue alugar uma casa na favela para morar com a família. Na mesma época, mais ou menos em 1999, ele consegue instalar seu negócio (seu bar) num espaço alugado através da negociação com o dono do estabelecimento. Lá, ele diz que já “vendia de tudo”: “vendia tudo, bebida, vendia a mesma coisa que eu vendo aqui, vendia tudo, arroz, biscoito, bebida, cerveja, refrigerante, vendia de tudo”. Ele fica nesse espaço, com essa “birosquinha” (como chama), até 2000, quando, depois da interferência do “gerente da boca” do tráfico de drogas local e da sua irmã, acaba transferindo seu negócio para o espaço no qual fica instalado até 2012; nesse movimento, ela compra o bar, saindo, portanto, do aluguel. E saindo, igualmente, do seu emprego no restaurante da Lapa, finalizando uma fase de jornada dupla de trabalho. Apenas em 2012 ele vende o estabelecimento (por motivos que explicaremos posteriormente) para outro comerciante, Allan.

Abaixo, Rômulo explica como conseguiu negociar a instalação de seu negócio num espaço próprio, quando tem de sair por conta da interferência da irmã do “gerente da boca”. Explica, ainda, como conseguiu comprar o espaço no qual tem seu bar hoje em dia, o que envolve, uma vez mais, a atuação do tráfico local.

“(…)

Rômulo: (...) Eu trabalhava ainda [no restaurante na Lapa], quando eu abri a minha “lojinha”, a “birosquinha” lá, eu trabalhava lá, ficava fechado, deixava fechado de dia que eu não tinha com quem deixar, deixava fechado lá e ia trabalhar, que eu trabalhava oito da manhã às quatro da tarde, né? Aí quando eu chegava eu abria aquela “birosquinha” e ficava até meia noite, uma hora da manhã, aí fechava ia dormir um pouco praí de oito hora tinha que levantar pra descer pro trabalho de novo... Nessa época era só eu, os meus filhos eram todos pequenos na época. Era só eu mesmo.

Eu: Não botava ninguém pra trabalhar também?

Rômulo: Não botava porque não tinha condição, não dá pra pagar uma pessoa, o negócio era pequeno também, né? Aí eu ficava assim: ia pro trabalho e quando eu voltava de noite eu abria de novo.

Eu: E como foi pra conseguir alugar essa birosquinha? (...)

Rômulo: (...) mais pra cima tinha uma birosquinha de uma mulher lá, ela saiu, o dono tava fazendo uma obra, aí falou, “pô, Rômulo, se tu quiser terminar essa obra aqui, pô, aqui dá pra tu botar um comércio maior, porque eu te alugo aqui, tu

termina a obra e desconta do aluguel e é isso”, eu falei, “tá bom”. Aí eu peguei, né? Fiz a obra direitinho, fiz coluna pra botar uma caixa d’água, pra fazer água pra ligar, fiz a obra dele lá e botei o negócio lá, né? Foi uma obra cara, pra ficar descontando um tempão... Só que esse cara ele era casado com uma mulé que morava aqui em cima, a mulher tinha um irmão que era o gerente da boca aqui, né? Aí um dia ela foi lá, viu tudo, viu a casa toda, tudo feitinho, porque a casa tava toda estourada, toda ruim, sabe? Deixei toda bonitinha. Aí... aí fui, aí fiquei lá, aí quando foi um dia o irmão dela chegou lá, fuzilção na mão, na época eu não conhecia bandido direito, né? O cara chegou lá, “ah, eu sou irmão da Suzana”, assim, assim, assim...

Eu: Ela era dona junto com o marido, né?

Rômulo: É, mas o marido dela é que tinha alugado pra mim, mandou fazer a obra... Aí até que o cara chegou lá e perguntou como é que era, eu falei e tal, e ele “é, pois é, mas a partir de agora o negócio é da minha irmã, tem que pagar pra ela”, não sei o que, eu falei, “não, tudo bem, só que o seguinte, tem uma... tá aqui nota tudinho, o negócio que eu fiz com ele, o aluguel é tanto por mês, ele mandou eu fazer a obra pra ir descontando isso aqui, eu só posso pagar aluguel aqui quando eu acabar de pagar, de descontar isso aqui, aí...” Aí, ele, “então, tá, tudo bem, vou falar com ela lá”.

Eu: E ficou tudo de boa?

Rômulo: É, pra terminar de pagar... quando terminar de descontar o que tinha gastado com a obra é que eu ia passar a pagar tudo na mão dela (...) Aí eu fiquei um tempo e antes de terminar de descontar tudo da obra eu passei pra cá [pro bar atual, que ele vende em 2012, mas consegue comprar de volta em 2015] (...) Foi assim, o ex-dono desse bar aqui [onde estamos fazendo a entrevista] teve um problema com vagabundo aí, do tráfico aí, não sei o que ele arrumou também, sei que usava droga também, os cara deram umas porrada nele aí, aí como ele me conhecia há muito tempo, ele mandou me chamar, “Rômulo, tu quer pegar esse bar aqui não? Faço um negócio aí”, falei, “po, cara, as minhas condições tão assim, assim”, “olha”, ele falou, “eu vou ali no cara do depósito que me fornece bebida, que eu tenho um convênio com ele, eu vou falar com ele pra ver lá, qualquer coisa eu te ligo e tu vai lá”, eu falei, “tá bom”. Aí ele me ligou, eu descí lá, o Danilo, do depósito, falou “ele tem uma dívida comigo, você assume, e aí você passa pra lá”. Eu falei, “tá bom”. Era doze mil, sabe? Eu fiz parcelado.

Eu: E vocês assinaram um contrato?

Rômulo: Não, tudo de palavra, de homem pra homem. E tinha o Danilo também, né? Aí o ex-dono lá falou, “tu passa tudo pro Danilo²⁶³, Rômulo, que o que eu for pra pegar com ele eu pego aqui”. Eu falei, “tá bom”, e assim ficou, né? (...) De início, eu ia tentar manter os dois, mas quando foi o dia que eu terminei de acertar os negócios lá, eu chamei ela [a Suzana], e falei, “olha, a partir de agora, a partir de tal dia agora é assim, eu vou te passar a te pagar, porque o negócio acaba tal dia”. Aí quando foi no dia de terminar, digamos, hoje termina, né? Aí ela chegou aqui, “ah, hoje termina, né?” Eu falei, “é, hoje termina, então, a partir de hoje daqui a um mês, aí eu já pago pra tu, aí eu vou passar a te pagar”, aí ela falou, “não, então é o seguinte, hoje eu quero tanto de depósito adiantado”, aí eu falei, “não, peraí, mas que depósito? Eu já tô lá. Não tem que pagar depósito nenhum, a partir daqui, daqui a um mês eu vou te pagar um mês certo, não tem que pagar depósito nenhum, não tô te alugando a loja hoje. A loja eu já tô lá tem um tempão”. Aí ela falou, “ah, comigo é assim, porque eu tô precisando”. Eu falei, “não, mas não tem não, não rola assim não”, e ela, “ah, ou você me paga assim ou tu me entrega a casa”. Falei, “tá bom, já é então, tá bom, vou pensar”. Aí ela foi simhora, subiu. Aí chamei... tinha um primo meu no outro, né? Aí eu falei, tinha uma negada aqui na frente, eu falei, “ó, vocês vão lá, falam pro meu primo juntar tudo, tira tudo das prateleira, bota tudo em caixa, vocês vão trazendo do jeito que puder, traz tudo pra cá”. Aí os menino desceu, que eu mandei tudo, foi tudo lá, nessa época sempre tinha gente querendo trabalho aqui, todo mundo duro, né? Aí eu descí também quando deu, cheguei lá, acabei de tirar

²⁶³ Danilo é um personagem-chave, do qual falaremos posteriormente.

tudinho, tudinho! Aí deixei tudo sem nada meu, né? Botei tudo pra cá. Aí no dia seguinte, quando foi de tardezinha, eu mandei um recado pra ela, pra ela vir aqui. Aí, aí ela, “que foi, Rômulo?”, eu falei, “ô, Suzana, tu veio me pedir dinheiro de depósito, tu me falou que se não desse o dinheiro que eu devolvesse a casa, então tá aqui, tá aqui a chave da tua casa que ela tá lá limpinha”. Aí ela reclamou, eu falei “você é muito olho grande”, e ela era mesmo, muito olho grande.

Rômulo fica nesse seu bar até 2012, vendendo de tudo: “arroz, biscoito, açúcar, café, óleo, vendo tudo, tira gosto, frango a passarinho, batata frita, tudo eu tenho”. Mas, por problemas com a UPP, decide vendê-lo. Ele vende por 50 mil reais; na negociação, ele recebeu 25 mil à vista e parcela o restante. Depois, num processo do qual falaremos posteriormente, consegue retomar o bar. A sua motivação para se desfazer do bar, que diz respeito sobretudo a algumas das suas experiências com a polícia, nos fala de uma das especificidades da configuração da informalidade (entendida como forma social do trabalho) numa favela “pacificada” (entendida como margens do Estado).

Abaixo, além de discorrer sobre suas motivações para se desfazer do bar e de vários aspectos de sua experiência com a UPP, Rômulo destaca o quanto teve de negociar com o tráfico certas regras para o uso do espaço interno do seu bar.

“Rômulo: Eu vendi isso aqui por causa do seguinte, quando a UPP entrou aqui no morro eles começaram muito a encher muito o saco da gente, principalmente quem fazia evento no final de semana, sabe? E eu trabalhava na época com pagofunk, né? Ainda hoje eu trabalho... Aí eles chegavam aqui... aí começaram aquele negócio de botar ordem, lei, que só pode ficar com o som ligado até tal hora, não pode aumentar o volume até tal hora, não pode no bar ter volume alto, né? Aquele negócio. E aquilo foi me aborrecendo, aborrecendo (...) Antes da UPP... era bom... de movimento, porque eu... o vagabundo, o bandido, eu falava pro meu DJ falar pra mim, porque o esquema pra mim trabalhar tem que ser assim, eu não gosto de droga, nego fumando dentro do salão cheio, ou vagabundo desfilando com arma dentro do salão²⁶⁴. Então eu chegava e falava pro DJ pro DJ pedir pro chefe, pra quem era o chefe [do tráfico], me entender nesse ponto pra mim poder trabalhar direitinho, então tava dando certo, mas pra dar certo eu tinha que manter assim, pedir pra eles [do tráfico] me entenderem, porque senão eu parava, não ia dar certo, quer dizer, já pensou tu tá aqui curtindo, um cara com uma arma na mão, por acidente, tá doidão, por acidente ela dispara, atinge uma pessoa que não tem nada a ver, uma pessoa que tá curtindo, um morador... (...) Então, eu pedia também [pro tráfico, através do DJ] que quem viesse pra curtir que era pra curtir direito e que pra continuar tinha que ser assim, sem arma, se não fosse eu não continuaria porque eu tava temendo pela minha vida, porque também minha mulher que me ajudava aqui (...) porque mesmo assim... assim que eu comecei, era assim, vagabundo chegava aqui, começava a botar música aqui no salão, e ficava atirando dali do salão, quer dizer, aquilo podia prejudicar, um maluco aí, meio doidão, podia disparar uma arma e atingir gente aqui dentro. (...)

Rômulo: (...) Então, ameaça de polícia, ameaçar, chegar aqui, não sabia conversar, chegava ameaçando a gente, “se não abaixar o som, se eu ver som alto aqui, vai, eu vou acontecer, se eu ficar em tal lugar e eu escutar som alto e aumentar o volume

²⁶⁴ O salão a que Rômulo se refere é o espaço interno do seu bar, onde ficam as caixas de som, uma mesa de sinuca e mesas e cadeiras para uso da clientela.

vou vim aqui e lhe prendo!” Aí, quer dizer, aquilo me dá uma revolta, polícia não entra no morro pra combater o tráfico não, ele queria arrumar problema com o comerciante, se chegar numa conversa boa a gente entende, mas pô, teve até uma vez que aqui teve um problema com um policial aqui que jogou uma bomba num garoto aqui no meio de um multidão de gente aqui no final de semana.

Eu: Eu lembro dessa história. Foi um morteiro que ele jogou, né?

Rômulo: Foi um rojão.

Eu: Rojão, isso.

Rômulo: Era o policial X.

Eu: Eu lembro dele.

Rômulo: Ele era até legal, ele não era ruim não, ele com a gente era um policial legal, chegava aqui conversava comigo numa boa, mas o problema dele é que ele chegava aqui com um monte de polícia e entrava de salão adentro tudo armado aí, podia estar cheio como tivesse, aí aquilo ali afronta as pessoas, né? Pra começar ele não podia chegar aqui, chegar assim de uma vez como ele fazia. Aí aconteceu isso... aí ficou por isso, aí, dali foi me... sabe? Me chateando aquele negócio, sabe? Todo final de semana a mesma coisa, todo final de semana a mesma coisa.

Eu: Isso porque o senhor tinha o seu evento com som aqui?

Rômulo: É, tinha não, eu ainda tenho ainda, só que agora eu tenho uma permissão... Trocou o comandante. Quando eu peguei de volta já é esse comandante novo que tá agora.

Eu: O [nome do capitão], né?

Rômulo: É. Eu conheci ele agora... fui falar com o [soldado de proximidade], que é um cara legal, um cara muito gente boa mesmo ele, da UPP. Aí a gente foi, conversei lá com ele, aí fez a autorização pra mim, também me apresentou o comandante também, o outro, pra mim uma pessoa legal, foi muito legal comigo, me recebeu... Veio aqui no bar! A gente teve uma reunião aí com os policiais um dia de noite aqui também uma vez aqui, tinha um coronel que veio aí pra resolver essa situação... aí sim, né? O quê? Foi um ano e meio mais ou menos, fora daqui, né?

(...)

Rômulo: Aí nós... depois o outro rapaz me chamou de volta²⁶⁵, queria passar o bar de volta pra mim, a gente fez, renegociou, né? Aí peguei o bar de volta, fui lá na UPP, fiz uma autorização pra mim trabalhar com tudo certinho, horário de ter som ligado, horário de baixar o som... foi conversado, né?! Aí foi melhor de que na outra vez, né?

Eu: Quando você voltou você negociou os termos do som...

Rômulo: Os termos do som... Então. Fui lá peguei uma autorização porque todo final de semana depois de 10 horas, dez e pouca da noite chegava aqui, como se diz esses caras que não tem consideração, o mau policial, falo logo assim mesmo! Não tem consideração com ninguém, né? O negócio dele é porque acha que tá no morro, pra eles ninguém é ninguém, pra eles só eles que existem, muitos deles acham isso. Então, eu acho que não é por aí não, pra ele ser um policial, tem que ser um bom policial, tem que ser, tem que saber respeitar as pessoas como a gente respeita eles. Pra ter o respeito da comunidade eles têm que primeiro dar o respeito. Muitos deles aqui ainda têm uns ainda aqui que não dá o respeito não. E a última vez que aconteceu aqui foi isso que aconteceu fizeram um bocado de besteira aí.

(...)

Eu: E como que ficou essa negociação você tem um horário pra ligar e desligar o som?

Rômulo: É... a autorização eu tirei, eu peguei uma autorização pra mim trabalhar e fazer meus pagodinho no final de semana, então, quer dizer, de sexta pra sábado eu fico até 5 da manhã, né? Desliga. De 3 horas abaixa o volume do som. E fico até na hora de desligar, até cinco horas, cinco horas eu desligo, fecho. Eu fecho se eu quiser, quer dizer, o som pode desligar, mas eu posso ficar, eu posso diminuir o som só pra não incomodar mais o morador.

²⁶⁵ O Allan, de quem falaremos posteriormente.

Eu: Entendi.

Rômulo: Só que dá pra ficar o som aqui pra quem está aqui dentro, curtindo aqui, deixar aquele sonzinho baixinho pra ele escutar aqui dentro do salão mesmo.

Eu: Dentro do salão.

Rômulo: Até na hora de eu ir embora, quando der a hora de eu ir embora, eu fecho, vou pra casa. Isso sexta e sábado.

Eu: Da madrugada de sexta pra sábado e de sábado pra domingo?

Rômulo: É, de sexta pra sábado e de sábado pra domingo. De domingo pra segunda o meu horário é até meia noite.

Eu: Entendi.

Rômulo: Dez horas, dez e meia eu diminuo o volume do som, pra não está mais incomodando, e meia noite eu desligo o som. Isso aí eu não posso falar nada não, eu concordei, assinei o papel que eu também aceito por causa que segunda-feira todo mundo trabalha.

Eu: Acorda cedo, né?

Rômulo: Todo mundo acorda cedo. E eu também já trabalhei eu também sei como é que eu também levantava segunda-feira cedo, então eu entendo, então pra mim trabalhei sábado, sexta, sábado, domingo o dia todo até meia noite, então, pra mim também preciso descascar também porque é muito estressante também, porque eu fico esses 3 dias aí, essas 2 noite, de sexta pra sábado, de sábado pra domingo, eu vou dormir de manhã. Não consigo dormir muito tempo de dia então acordo cedo também, aí eu fico aqui. Pra mim está bom demais que agora inclusive eu peguei autorização, também estou cumprindo, que é pra não ter problema pra mim. Porque esse negócio graça a deus eu sempre gostei de trabalhar dentro da lei, não gosto... pra não ter problema pra mim, dor de cabeça.

(...)

Eu: E deve ter sido difícil pro senhor vender, né? Porque ficou mais de dez anos aqui, construiu isso, né? Não foi complicado não vender uma coisa afetiva, não?

Rômulo: Não. Não foi complicado, não [... foi não.

Eu: Não teve apelo?

Rômulo: Complicado foi depois que eu vendi eu fiquei pensando, “cara, quase uma meia vida aqui dentro e direto, todo dia...”

Eu: Então, é isso que eu tô falando!

Rômulo: Mas eu ficava aqui olhando na janela final de semana como é que era o movimento aqui e isso ele [Allan] fez questão de acabar com o público que tinha aqui, era gente demais final de semana, isso aqui ficava cheio!

Eu: Você acha que diminuiu o público depois?

Rômulo: Diminuiu não, acabou foi com tudo! [...]

Eu: Jura?

Rômulo: Diminuiu tudo, acabou foi com tudo aqui.

Eu: A que o senhor atribui isso?

Rômulo: O jogo de cintura, o mau tratamento do freguês.²⁶⁶ (...)

Rômulo: Assim que eu comecei isso aqui, rapaz, quando eu comprei isso aqui em 2001, comecei com um forrozinho aí, depois fui botando pagode, aí um amigo falou, “ah, vamos botar um pagofunk aí... Eu sou DJ...” Falei: “é... vê aí como é”. Aí, uma noite ele botou e ficou bom, segunda noite melhorou e aí de repente foi só lotando, lotando, lotando.

Eu: E ele que colocou o evento aqui...?

Rômulo: Não, ele pediu pra nós botar, pra mim botar pagofunk, que eu só trabalho com forró, pagode só em CD, né? Aí ele falou, “eu venho com o laptop aí, nós liga aí, nós toca aí à noite pra ver como que fica.”

Eu: Entendi.

Rômulo: Aí foi onde comecei a trazer um público grande pra cá, ficar lotadão, aí com pouco tempo vem a UPP pra me encher o saco aqui. Aí foi onde foi o desgosto... Isso aí, agora eu tô de volta de novo, tirei a minha permissão, estou numa

²⁶⁶ Rômulo retorna a esse assunto do tratamento da clientela (enquanto condição do “sucesso” do empreendimento) em diversos momentos; volto ao tema na sequência.

boa, espero que eles não me perturbe não, porque se vier perturbar fora do horário que está escrito no papel...

Eu: Agora parece que estabilizou, chegou a esse acordo...?

Rômulo: É, chegou a esse acordo e eu também não ultrapasso a regra que eu também não gosto de fazer isso não, gosto de trabalhar...

Eu: E também tem pouco tempo que o senhor voltou, 2015, né?

Rômulo: Março, Abril, Maio, Junho, Julho, quatro meses agora.

Eu: Quatro meses. Quatro meses não deu problema?

Rômulo: Já deu uma vez quando não tinha... O policial falou que dia de domingo meia noite, um dia eu estava aqui dez e pouca da noite chegou uns vacilão aí. Mas no outro dia eu fui lá na UPP falar com o comandante lá.

Eu: Chegou o quê, falando que não podia ter o som?

Rômulo: Não, eles falaram... Eu estava até cochilando, eu tinha trabalhado a noite todinha e tinha acordado cedo e estava de volta aí.

Eu: Sei.

Rômulo: Era dez e pouca da noite, eu tava até cochilando assim com a cabeça assim, o cara deu um grito dentro do meu ouvido que eu tomei até um susto. Quando acordei o cara estava com uma pistola apontando pra mim.

Eu: Que isso?!

Rômulo: Eu falei: “cidadão, você...” E ele: “Boa noite, meu amigo, boa noite, o senhor é dono do bar?” Falei: “sou”. Ele falou assim, “desliga o som”. Falei, “por quê? São dez e pouca da noite, meu horário é até meia noite.” E ele: “eu estou mandando desligar o som.” Falei: “tá bom...” Desliguei o som. Eu só falei com ele: “primeiramente, o senhor deu um grito tão grande que quase me deixou louco. Segundo, o senhor não deveria fazer assim, em primeiro lugar você tinha que chegar dar um boa noite e me chamar ao senhor, que eu estava de cabeça baixa cochilando... se eu tô cochilando é porque eu tô com sono e isso eu tô fazendo eu estou aqui trabalhando acordado sem dormir, então o senhor tinha que chegar não é assim que o senhor tem que chegar. Você tem que mostrar que é um cidadão como eu sou, mas não dessa maneira que o senhor chega. E outra coisa: o horário do meu som ficar ligado aqui é até meia noite meu horário... pelo que eu tô sabendo.” Ele: “Mas eu tô mandando desligar”. Eu falei: “tá bom, desligado...” Desliguei e no outro dia eu fui... Eles foram pra cá pra trás ali e foi onde fizeram besteira pra lá pra trás. Aí eu fui no outro dia chamei também o rapaz lá falei... teve uma reunião com o capitão lá pra organizar isso porque não estava dando certo não. Porque eu falei, “se continuar eu vou fazer uma coisa que eu não sei se vai ser certa, mas vai ser muito ruim pra UPP e pro governo, né? Que eu vou chamar a imprensa completa e vou fazer a denúncia formal contra a UPP [dá o nome da UPP].”

Eu: Você falou isso na reunião?

Rômulo: Falei.

Eu: Foi uma reunião aberta, assim?

Rômulo: Uma reunião com o capitão, a presidente da associação e vários moradores e os donos do comércio também que eles arrumaram, aprontaram pra aí pra trás.

Eu: Entendi.

Rômulo: O capitão é um cara legal até a onde eu conheci ele, eu vi ele duas vezes, um dia ele veio aqui, nesse dia da reunião.

Eu: Ele acolheu a crítica assim?

Rômulo: Acolheu, pelo que ficou resolvido lá...

Eu: Tem quanto tempo que isso aconteceu?

Rômulo: Aconteceu o quê? Um mês e pouco.

Eu: Tem pouco tempo.

Rômulo: Há pouco tempo, no mês passado, num dia de domingo. Que eu falei, primeiro fui lá, no dia que fui lá falar com ele, ele não tinha chegado, só estava o [soldado de proximidade], o [soldado de proximidade] é um cara legal pra caralho comigo.

Eu: Sei quem é.

Rômulo: Pois é. Aí o [soldado de proximidade] falou que ia passar pra ele e passou, eu falei com a dona Tamara²⁶⁷, ela fez reunião com eles, a gente foi lá e conversou... realmente depois desse dia que a gente conversou esse grupo que trabalhou nesse dia eu não vi mais aqui não.

Eu: Não veio mais...?

Rômulo: Não (...) É pra eles ver que nós somos morador, eles não pode chegar em lugar nenhum, em comércio nenhum, casa de ninguém, pegar ninguém nas escada abordando, botando arma em cima que não conhece, nem que ele conheça que ele não pode fazer isso com quem conheça, ele pede licença pra abordar a pessoa... Aí não é assim que se faz não... eu falei pro comandante o seguinte, “os outros pessoal que trabalhava aqui assim que começou a UPP, muitos deles chegava lá no bar, sentava lá, descansava, jogava sinuca, bebia alguma coisa, comia biscoito, pagava direitinho, nunca foram ignorante comigo, mas tem uns por aí que são... Que... Quer dizer, não vale nem a farda que eles bota no corpo deles...”

Eu: Sei.

Rômulo: O cara que bota uma farda ou bota uma arma do lado diz que é um policial e acha que pode chegar e humilhar morador, seja quem for... (...) Pra muitos deles, pra muitos deles no morro ninguém é ninguém, tudo é bandido, tudo é vagabundo, tudo é uma merda só pra ele, ele acha assim, mas não é não, no morro também mora cidadão de bem, né? Mora gente honesta e aí vocês têm que respeitar, porque se não respeitar eles pode provocar uma guerra, quer dizer uma guerra dentro do morro com eles mesmos. E isso aí morador pode se revoltar também.

Eu: Ir contra eles...

Rômulo: E se for contra ele não vai conseguir segurar não, que em morro mora muita gente, o morro é muito grande. Então como a gente apoia o trabalho deles, o que faz o trabalho direito, né? Eles têm que respeitar morador (...) Uma vez chegaram tinha um rapazinho ali fumando cigarro ali, eles chegaram ali, um bocado daqui, aí mandou o rapaz levantar, o rapaz levantou, pegou o cigarro da boca do cara e botou no chão pisou em cima e esmagou na frente do rapaz. Quase que eu falo, “pô, se fosse maconha tudo bem, nem que fosse maconha, se fosse maconha ele era apenas usuário... Não podia fazer isso não. Até que fosse maconha podia pegar não to dizendo nada... Mas, era cigarro normal...Vai arrancar da boca do rapaz na frente de todo mundo, no bar...?”

Eu: Mesmo que fosse, poderia ser usuário, não era necessário, né?

Rômulo: Não tem nada a ver não e o rapaz não era usuário, o rapaz estava fumando sentado ali... aí eu fiquei olhando dali tudinho... e falei assim: “esse que é o mau trabalho da polícia. Não é assim que se trabalha.” (...) Eu fico olhando tudinho, rapaz... daqui eu vejo tudo como é que é o trabalho da polícia aqui, que eu sei qual que é a polícia que trabalha bem e o que trabalha ruim, eu sou do tempo que entrou UPP aqui eu sempre vejo como é que é, eu sempre vejo tudinho. Muitos deles aí não eram nem pra vestir uma farda viu... aquele negócio, o cara acha que porque bota uma farda com revolver do lado acha que é o bam, bam, bam, que pode humilhar qualquer um que ninguém vai fazer nada, por isso que quando vagabundo pega vários policiais aí, tem às vezes até policial honesto que morre sem motivo, morre pelo ruim... os caras não tem piedade mesmo que sabe que não tem piedade deles também.

(...)

Rômulo: Já com o tráfico não, o tráfico aqui sabe muito bem respeitar. Sabe muito bem respeitar o meu comércio, eu respeito eles como eles são e eles me repeitam como eu sou, alguns vem aqui, pede a mercadoria, paga direitinho vai embora... sempre me respeitando aqui... isso eu não tenho... eu já fui desrespeitado por polícia aqui e nunca fui desrespeitado por vagabundo.

Eu: Entendi.

Rômulo: Esse é o ponto de vista meu que eu acho...

Eu: Então com a entrada da UPP só piorou, nesse sentido?

²⁶⁷ Presidente da Associação de Moradores.

Rômulo: Com a entrada da UPP, praticamente, de 100%... de 100 eu perdi 90%, sabe?

Eu: De clientes, de movimento...?

Rômulo: É... Porque quando era final de semana... aqui, que o pessoal chegava e ficava todo mundo aqui curtindo, de noite... porque chegavam, quer dizer, chegavam, entravam... isso na época do **policiaX**, né? Entrava de salão adentro todos, ele e mais dez, quer dizer o salão ficava vazio...

Eu: Por causa dos policiais...

Rômulo: Todo mundo saía. O que eles vão ver dentro de salão de... se tão trabalhando? O trabalho dele é aqui fora, né? É aqui fora, não lá dentro. A não ser que ele chega aqui, “Rômulo, posso dar uma vistoria aqui dentro, olhar?” Tudo bem. Mas não... é isso que eu tô falando. Como é que são eles? Aham que podem chegar e invadir... né? Porque se um dia eu exigir um mandato de busca, eles vão ter que... se abusarem eu vou denunciar. Porque, por exemplo, daqui pra fora eles podem mandar, mas pra dentro quem manda sou eu, então não pode abuso, se fizer isso é abuso e eu não admito isso não, de jeito nenhum, em matéria de eu respeitar ele, eles têm que saber que pra eles entrar aqui dentro com intenção de dar alguma busca, alguma coisa, tem que ter um mandato ou me pedir licença pra isso, porque se não fizerem isso, eu posso barrar eles, não é porque que eles são polícias que eu não posso barrar não, eu posso barrar... e se abusaram eu posso denunciar, que eu denuncio mesmo... que eu não me meto no trabalho deles e não quero que eles se metam no meu também... já se metem, já tão se metendo até demais, já se meteram demais na minha vida.

Eu: É... a ponto até do senhor vender...

Rômulo: Foi, exatamente, por isso mesmo. Só que agora... agora eu não vou mais fazer isso por causa deles não, porque agora eu tenho outro tipo de atitude pra tomar, se abusarem comigo... tenho outra atitude... vou na justiça, vou no juiz e denuncio e faço o que eu tenho que fazer... eles fazem o trabalho deles eu faço o meu, até aonde eu saiba não tô fazendo nenhum trabalho errado, o meu trabalho é só esse aqui.

Eu: Se isso acontece de novo o senhor já não desistiria?

Rômulo: Não, não desisto mais não! Eu corro atrás de outro jeito de expulsar qualquer um que se meter a besta aqui no meu negócio aqui, mas eu continuo aqui.

Eu: Entendi.

Rômulo: Isso... Eu já me informei com um advogado, ele me falou como é que eu tenho que fazer.

Eu: Foi por causa disso que o senhor mudou de postura, assim...?

Rômulo: Exatamente.

Eu: Depois que você falou com o seu advogado?

Rômulo: Isso. E ele falou muito bem: “você faz isso, isso e isso e pode me ligar”.

Eu: É um amigo seu?

Rômulo: O Dr. Luis é um advogado bom, é meu amigo há muitos anos. Ele era freguês lá do restaurante que eu trabalhei na Lapa, sabe? Eu conheci ele lá.

Eu: Entendi.

Rômulo: É um advogado bom.

Eu: Ele que te ajudou, né?

Rômulo: Foi. Ele falou... isso assim, “a regra é essa, deixa... se eles fizerem alguma coisa... só depois... só me liga, aí tu vem aqui, eu anoto tudinho aqui no papel aqui e vou direto na mão do juiz, denuncio todo mundo. Tu pega o nome, se tu puder... ver o nome de cada um e anotar o nome melhor ainda.” Vou dar o nome tudinho.

Eu: O problema é que às vezes eles tiram a identificação, né?

Rômulo: Muitos deles tiram, quer dizer, já com má intenção de fazer e não ser denunciado, né? Não ser identificado, mas mesmo assim eu tenho um conhecimento muito bom, tenho um conhecimento muito bom. Esse que não tiver identificação, eu conheço ele pela cara.

Eu: Uhum, Uhum.

Rômulo: E aí a gente vai ver no que vai dar... é assim. Porque eu acho que a pessoa... que é assim... a gente que está trabalhando, às vezes... a polícia entra no morro, se ele não vai pra combater tráfico porque ele quer combater comerciante

aqui? Aí, quer dizer, a UPP veio pra favela Horizonte, pra mim me deu prejuízo, não me deu lucro, pra mim não serviu de nada, né? Porque até ameaçado eu já fui. Nada a ver... se eu estou passando... se o negócio aqui tem um som e tá... tá altas horas... tá fora do limite, quê cabe a eles? Dizer que se tem um limite e eu não estou por dentro... Me procurar e chamar pra conversa, e explicar assim, assim, assim. Como eu fiz agora, né? Fazer um papelzinho, né? Uma permissãozinha, como eu fiz, com o **[soldado de proximidade]**. Eu fui lá falar com o **[soldado de proximidade]** e não teve problema nenhum pra fazer isso. Eu não baixo a cabeça pra polícia só porque ele é policial, não. Ele é policial e eu sou um... fora daquela farda ele é homem igual a mim! Uma vez... uma noite aí, uma vez aí no pagode aqui chegou uma turma aqui, um fulano sargento Alves, se eu não me engano, chegou aqui também com ignorância aqui com uns policias aqui, vieram aqui, me chamaram pra dentro fui conversar ali ficou um baixinho sentado ali um fulano de Michael, esse eu li bem o nome dele, estava escrito assim: “Mi-cha-el”... Aí eu ali conversando e esse Michael falou assim, “ah, toca logo fogo nessa porra aí!”. Aí, eu falei, eu meti a mão no bolso e falei, “eu tô com o isqueiro aqui, você quer, vai lá e toca fogo. Vai ao bar e toca fogo lá, então. Você tem permissão pra isso, toca fogo lá então.” Aí ficou olhando pra minha cara, eu falei, eu olhei pro tamanho dele e falei assim, “você é muito macho porque tá dentro de uma farda com o fuzil na mão. Agora joga o fuzil pro lado e fica igual a mim pra ver se tu é homem pra me encarar.” Falei na cara dele. O sargento falou assim, “e aí, vai encarar?” Eu falei, “ele não vai porque não tem coragem pra isso não, rapaz, ele não vai porque ele está de baixo de uma farda.” Aí a negada... cheio de gente aqui, esse dia ficou todo mundo aqui, visse? Se eles metem o pé ia dar uma merda do caralho, mas ia machucar nego pra caralho aí... porque... eu te falo, esse dia eu fiquei com tanta raiva desse polícia, se ele tivesse sido homem pra tirar a farda como eu perguntei se ele tinha coragem, eu te garanto uma coisa, eu tinha massacrado ele porque... ele podia até ter as habilidade dele, mas a diferença dele pra mim, ele não ia aguentar muito tempo não, porque com a raiva que eu tava eu ia massacrar ele mesmo.

Eu: Quando a gente está com raiva, a força...

Rômulo: Você é doido, cara?! Mas, tá pensando que o cara vem pra chamar pra uma conversa e vai dizer em tocar fogo no comércio dos outros?? Falar é fácil, difícil é fazer. Aí teve um outro dia eu tava aqui, estava ali dentro ele voltou, eles passaram aqui na outra vez depois, aí ele estava também, esse Michael ainda tava. Aí eu fiquei, olhei, ele sentou bem nesse banco aqui, aí eu olhei de lá, eu olhei direto, pensei, “esse desgraçado de novo.” Aí, eu falei, “vou ficar quieto, mas fui ali, vou passar lá...” Bati de frente com o **capitão W**.

Eu: Tem tempo já isso, né? Foi o primeiro capitão.

Rômulo: Foi o primeiro. Eu falei, “capitão, eu tenho um negócio pra conversar com o senhor, que eu ia deixar passar, mas eu não vou deixar não porque senão pode acontecer de novo e é melhor... pro senhor não falar depois que eu não avisei.”

Eu: Aham, Aham.

Rômulo: E ele, “o quê que foi?” E eu, “o senhor se lembra do negócio do **[policial X]**... Agora tem um Michael aí que tá meio abusadinho, vê se toma um jeito com ele porque...” Aí contei pra ele o que eu tinha falado, né? Aí ele falou, “mas você não acha que isso foi um abuso de...” O quê que ele falou...?

Eu: De autoridade?

Rômulo: Não... é... da minha parte.

Eu: Desacato.

Rômulo: Desacato de autoridade! Isso. Eu falei, “não capitão, não foi desacato de autoridade, que eu só falei depois que ele falou que ia tocar fogo no meu bar, aí foi que eu falei, eu falei pra ele que ele só tá, só se garantia daquele jeito só porque tava debaixo de uma farda com o fuzil do lado, que se ele ficasse nu igual eu, que eu estava com roupa normal, ele não era homem pra me encarar que ele não tinha coragem... tô falando pro senhor que ele não era homem pra isso mesmo não, isso te garanto que não, que ele era mais pequeno do que eu! Não era porque ele era mais pequeno do que eu não, é por causa que... ele primeiro ele me desacatou, ele me abusou da autoridade dele porque... ninguém pode chegar lá, mesmo que eu esteja

com o som mais alto que passou da hora de eu tá com o som alto, não é assim que eles têm que me abordar. Eles têm que me chamar, se o som está alto, está além da hora, ‘você abaixa o som, ou se você continuar aí eu vou lhe levar preso’. Aí tudo bem.” Até isso eu aceitava, sabe? Mas claro que eu não ia... se ele já ia falar comigo claro que eu ia baixar o som, porque sempre foi assim. Mas, do jeito que ele falou ali vou te falar uma coisa cara, fiquei a tempo de botar fogo pelas ventas de raiva do que ele falou. Fiquei bolado com ele, fiquei com tanta raiva que eu cheguei a falar isso pra ele: perguntei se ele tinha coragem de tirar a farda e ficar só de roupa normal, eu ia me socar com ele por essas escadas aí, eu ia eu arrebentar com ele todinho que eu ia fazer isso mesmo. Ainda o Alves ainda falou assim “e aí, Michael, vai encarar?”

[risos]

Eu: Ainda botou pilha o outro.

Rômulo: O sargento... “Vai encarar ele?” E ele, “ah, isso é abuso, isso é desacato!” Ele falou mesmo, o baixinho, “é desacato”. E eu, “desacato não, primeiro você abusou da autoridade.” Mas foi tão certo que o sargento concordou comigo nessa hora (...) Aí depois que eu conversei com o **capitão W** que ele falou... que desse tempo pra cá o Michael parou de vim trabalhar aqui. Que eu falei pra ele, “se vocês não ensinarem os seus policiais a trabalharem direito não é só eu não, é todo o morador que eu vou convocar todos os moradores aqui, que todo mundo já conhece quem é os que vacilam aqui e a gente vai fazer uma denúncia formal.” Que as imprensa tá aí doida pro furo, né?

Eu: Entendi.

Rômulo: E ele, “não, pode deixar...” Que o **capitão W** é até um cara legal... gente boa... quando eu comecei a trabalhar aqui ele falou assim: “não, não vou te dar permissão, só trabalha assim, assim e assim.” Falei, “tá, então tá bom.” É tanto que entrou um sargento Sales aí, disse, “ah, toda sexta-feira eu vou trabalhar à noite só pra tu trabalhar legal.”

Eu: Ele fechou contigo.

Rômulo: Foi. “Só me dá teu número, posso pegar o teu número?” Falei, “pode.” E ele, “se eu ver de lá que está alterado que às vezes você está trabalhando aí, o DJ passa do limite mesmo...” Que se empolga também, e tinha um DJ que trabalhava só bebendo, aí tinha que tá toda hora chamando atenção, aí quando chegava, passava um pouquinho ele me ligava, “Rômulo, dá um grauzinho e está tudo bem”. E era assim. E nas terças-feiras eu fazia umas dobradinhas aqui ele vinha aqui comia uma pratada de dobradinha que chegava dormir sentado ali. O cara era legal, esse era gente boa. Assim que ele chegou aqui primeiro ele já chegou bravo, teve um dia ali no balcão, “você que é o dono daqui?” Eu, falei: “sou.” E ele, “é... eu sou fulano, assim, assim, o senhor trabalha assim, assim, pra não ter problema!”. E eu, “tá tranquilo.” Aí quando foi a primeira dobradinha ele comeu aqui...

[risos]

Eu: Ficou calmo.

Rômulo: Ficou calmo! Toda vez ele vinha, todas as vezes que ele vinha, terça, às terças-feiras ele vinha... Era isso...

Na entrevista realizada em novembro de 2017, portanto depois de dois anos da renegociação do bar, Rômulo analisa que suas tentativas de trazer de volta o “movimento do bar” (cuja queda ele atribui à gestão de Allan e às atitudes dos policiais da UPP) não deram certo por três motivos: a inveja de quem passou a “botar evento no mesmo dia que ele”, à “crise econômica” e às trocas de tiro entre traficantes e policiais, que passaram a ser mais frequentes: Destaco esse último aspecto da narrativa de Rômulo abaixo:

“Rômulo: (...) Depois que começou essas guerra aqui, essas guerras do vagabundo bater de frente com eles (com os policiais) e não querer deixar subir, só sobe quando é operação porque quando é a BOPE ninguém bate de frente, né? (...) Então, depois que começou isso aí, o pessoal fica com medo dos polícia subir, querer subir, e a bala comer, porque é isso que acontece, se os meninos, a rapaziada, vê um... passando os policiais aqui... eles vão pro lugar que eles ficam e manda bala pra cima, aí começa a guerra. Aí, quer dizer, se começa a guerra, quem é que vai sair de casa? Nego fica em casa até com fome pra não sair, vai arriscar a vida? Não vai (...) Isso diminuiu muito o movimento (...) O conflito entre eles piorou muito o movimento [do fluxo de pessoas/clientes pro seu bar] (...) depois que eu peguei de volta [que pegou o bar de volta, em 2015], quando eu tava botando o pagodinho de volta, tava tranquilo, mas aí quando começava os tiro tinha que acabar (...) Hoje eu tô assim, polícia não anda mais no morro aqui, da UPP. Aí tu bota um evento hoje, quer botar uma coisinha, fica difícil, hoje em dia eu só coloco CD mesmo, cdzinho de pagode, cdzinho de forró, DJ não boto mais porque não tem futuro.

Essas narrativas de Rômulo acerca de suas experiências com agentes policiais da UPP nos falam da especificidade do trabalho por conta própria (no ramo do comércio) numa favela convertida em objeto do experimento da “pacificação” – “conversão” essa que, como vimos no capítulo 3, expressa uma das configurações históricas das favelas cariocas enquanto margens do Estado. Falam-nos, também, dos valores a partir dos quais julga a maneira como deve(ria) ser tratado pelos agentes policiais, cujas práticas (ou parte delas) são por ele por ele criticadas como não adequadas ao exercício da função que deveriam cumprir: “combater o tráfico e não o comerciante” e tratar os que trabalham com o comércio em termos outros que não o da violência e da arbitrariedade. Ademais, a maneira pela qual busca concretamente encaminhar sua insatisfação (dirigindo-se ao capitão da UPP e participando de “reuniões comunitárias”) e uma das formas através da qual a verbaliza (projetando o que fará caso for “abusado”: “chamar a imprensa completa”, “se organizar com outros moradores”, “ir à justiça”, “fazer uma denúncia formal”, “exigir mandado de busca”) revelam a sua crença e a sua esperança em mecanismos formais e impessoais de resolução de conflitos e de publicização de demandas consideradas legítimas.

É essa crença e essa esperança que ele começa a vislumbrar na possibilidade de ter um “papel para esfregar na cara” caso determinados policiais de determinados plantões procurem desrespeitar uma norma estipulada pela própria UPP por meio do que chamamos de gestão diferencial dos ilegalismos. Crença e esperança que ele elabora posteriormente – depois de vender e reaver o bar – em resposta aos sentimentos de “desgosto” e “raiva” por conta das “ameaças de polícia” e das ações policiais violentas: “agora eu tenho outro tipo de atitude pra tomar, se abusarem comigo... tenho outra atitude... vou na justiça, vou no juiz e denuncio e faço o que eu tenho que fazer...”. Tanto que ele, ao reaver o bar, logo “vai à UPP fazer uma

autorização”. Nesse sentido, a conversa que teve com seu “amigo advogado” foi central, pois indicou a ele a possibilidade de encaminhamento formal e legal de uma demanda sua, o que nos diz da sua “experiência do Estado”.

O Estado, em todo caso, se revela, através da instituição policial numa configuração específica (de “pacificação”), como um agente regulador das práticas econômicas na medida em que, ao “começar com esse negócio de ordem e lei”, interfere (estabelecendo uma ruptura) na vida cotidiana do estabelecimento, o que reproduz as favelas como suas margens e é lido por Rômulo numa chave extremamente negativa em função das suas consequências (diminuição do público e da atividade comercial), mas, sobretudo, em função da forma (violenta e excessivamente assimétrica) pela qual o processo se deu, pois não foi pactuado desde o início; para ele, o policial poderia “chegar diferente”, “conversar”, “respeitar”, “agir como um bom policial”. O Estado, então, aparece como uma entidade que agride, mas na qual é projetada uma expectativa de justiça e de tratamento “correto”.

Tem-se, portanto, não apenas o tráfico (com quem ele também teve de negociar através do DJ), mas também a polícia, por meio da UPP enquanto instância de regulação da vida cotidiana e enquanto protagonista de “guerras” contra os traficantes, como vetores centrais de uma “vida sob cerco”.

Central na sua trajetória, Rômulo, abaixo, descreve o processo de venda e posterior compra do seu bar; toda a negociação, envolvendo a mediação de uma terceira pessoa (Danilo) e da associação de moradores, falam da sociabilidade como elemento central na coordenação da atividade econômica em “regiões periféricas”, de “regulação rarefeita” ou simplesmente informais, onde o mercado está “mais rarefeito em sua compleição” (CARDOSO, 2013, p.23). Allan, que compra o bar de Rômulo parcelando o pagamento, é primo de Diogo, o qual, tendo uma relação de confiança com Rômulo, não deixa de ter uma postura crítica com o parente. A negociação ocorre em setembro de 2012, mas, em março de 2015, Rômulo consegue reavê-lo – não sem antes “tirar umas férias”, trabalhar de cozinheiro num restaurante no Catete e, mais ou menos em 2014, abrir um bar ao lado do que vendeu em 2012, onde localizava-se o estabelecimento anterior de Allan. É esse processo que vemos Rômulo narrar abaixo.

“(…)

Rômulo: Aqui tem muita inveja!

Eu: O senhor teve que lidar com isso...?

Rômulo: Deixa eu te falar pra tu. ... a venda desse bar pra ele [Allan] aí foi tudo inveja dele. Tudo inveja dele. Ele tava aí do lado, né? Aí quando eu comecei a me estressar, eu falei, aqui, até de brincadeira... eu falei, “quer saber de uma coisa?”

Eu: Ah, ele tava com um bar aqui do lado...

Rômulo: É, esse do lado aí era dele na época, ele tava aí. Aí eu falei assim, “quer saber de uma coisa? Eu vou achar quem compre esse bar, eu vou vender esse bar, vou ficar fora aí, um tempo fora aí, vou passar pelo menos um ano aí de férias, tirar um ano de férias, depois eu boto outro bar pra mim num outro lugar.” Aí ele soube. Eu não sei pra quem foi que eu falei, ele soube aí.

Eu: Bateu no ouvido dele...

Rômulo: Bateu no ouvido dele, ele veio atrás aí: “quer vender o bar?” Eu falei, “quero... se eu achar um dinheiro nele eu vendo.” Aí, ele, “e tá pedindo quanto?” Eu falei, “se eu achar tanto eu vendo”.

Eu: Que era cinquenta, né?

Rômulo: Isso. “Ah, mas é muito dinheiro, não sei o quê...” Eu falei assim, “é, ué... eu sei que é muito dinheiro mesmo, mas é o valor dele, ele vale até mais porque eu estou vendendo só o bar, mas e o ponto?” Né? Falei pra ele. Aí ele: “Ah, eu vou ver o que é que eu faço, vou falar com fulano aí, com meu tio, não sei o que...” Eu falei, “é, tô querendo tanto, se quiser eu te vendo.” Aí quando ele chegou... “ah, só arrumei tanto só posso arrumar tanto assim, assim, assim...” Eu falei, “bom...” Aí, como eu já tava decidido eu falei com ele, “ó, faz o seguinte: tu me arruma 25 e parcelo os outros vinte e cinco e tu me dar mil reais por mês.”

Eu: Ah, tá.

Rômulo: Aí ele correu atrás e conseguiu arrumar, né? Só que ele começou a atrasar... chegou a atrasar quase mês... Aí eu segurei a onda, porque com quem eu fiz o negócio mais ele lá, foi com o Danilo, né? Aí eu falei com o Danilo, o negócio é assim, assim, assim.

Eu: Mas, não entendi. Ele intermediou o negócio? O Danilo?

Rômulo: O Danilo é primo dele. O Danilo intermediou... O Danilo deu dinheiro pra ele, deu até 15 mil pra ele, emprestado, pra ele poder dar de entrada pra mim. Ele pensou que ia dar certo. Só que pensou... É o que eu falei pra ele. Eu falei pro Danilo, “Danilo, eu vou vender pro teu primo, só que esse bar vai voltar pra minha mão. Porque ele não vai segurar. Eu tô vendendo só pelo olho dele. É um invejoso, não vai pra lugar nenhum. Olho grande, ambição, não leva ninguém pra lugar nenhum.” Falei pra ele...

Eu: E a associação [de moradores] tava também, vocês registraram de algum modo?

Rômulo: Não. O que nós fizemos foi o seguinte... não teve associação, não teve nada no meio não, foi de palavra mesmo, palavra. Mas, palavra mesmo, palavra de homem pra homem. Palavra pra ser cumprida, porque é o seguinte, eu cumpri minha parte, minha palavra, né, digamos, se ele não cumprisse a dele, quer dizer, era o Danilo que tava intermediando e tinha outra testemunha, então, era o seguinte, se atrasar uma prestação, chegar a outra, chegar a uma... seguinte: hoje venceu uma, a do mês passado já não foi paga, aí perdía o que já tinha dado e eu pegaria o bar de volta e ele não recebia o que já tinha dado. Foi isso foi feito, foi o acordo que fizemo de boca, e o Danilo era o cabeça de tudo, testemunha também, que o Danilo é um cara correto, né?

(...)

Rômulo: (...) E ele [referindo-se a Allan] renegociou quando só faltava cinco mil.

Eu: Estranho, né?

Rômulo: É... só faltava 5 mil... só que nesses 5 mil ele parou. Ele me chamou, o Danilo me ligou, “o cara falou que vai querer negociar o bar contigo”. “Bom”, eu falei, “tudo bem...” Aí ele foi e negociou bar, na negociação eu dei 40 mil pra ele e paguei uma dívida de 12 mil no banco que ele ainda tinha lá, né?”

Eu: Você deu quarenta a ele...?

Rômulo: Uhum, Uhum. E peguei uma dívida de 12 mil, né? Saiu por 52 mil o bar.

Eu: Entendi.

Rômulo: E eu fiz assim... “vou pegar o bar”... porque... praticamente eu botei fora um patrimônio que eu jurei que era pro meus filhos.

Eu: Foi bom o senhor ter reavido, né?

Rômulo: Foi... muito bom. Se eu não reavise isso aqui eu não ia, eu acho que eu nem ia me perdoar de ter feito esse negócio... Também não teve problema nenhum porque ele sabia que não tinha como ficar... Então eu falei assim... “dos 10 mil pra cá, tu vem me atrasando muito, quando tu me atrasa, atrasa o pagamento, tu me atrasa a minha vida também.”

Eu: Atrasa a tua vida.

Rômulo: Exatamente. “Com esse dinheiro que eu recebo aqui... eu tô, está sendo investido em outro negócio aí, que tá... quando tu atrasa me atrasa também aqui. Porque eu tenho que ir lá de baixo e tirar da minha conta pra cobrir o negócio. Então, vou botar juro em cima...” E ele, “ah, porque não sei o quê...” Aí falei com o Danilo, e o Danilo: “tu tem toda a razão porque negócio foi feito assim, se você [Diego dirigindo-se a Allan] atrasar cinco prestação tu devolveria o bar e perdia o que tu já deu.”

Eu: Vocês acertaram assim?

Rômulo: Exatamente. Então, eu falei, “eu deixei passar, mas agora... se passar um dia da data eu não recebo mais, eu não recebo mais não, pego o documento levo na justiça e tu vai ver só.” E ele, “ah, tudo bem...” Aí renegociou. Falei, “tá aqui os teus quarenta mil e eu assumo lá conta a conta lá...” Essa conta é do Danilo, que ele pegou com o Danilo. Aí eu tô pagando pro Danilo, todo mês eu dou pro Danilo lá, dia 8... E tá tudo bem. E o Danilo falou que já não tava mais nem vendendo bebida pra ele... Olha, o Danilo falou que ele comprava aqui 2 mil, que ele fazia pedido de 2 mil reais, chegava na segunda-feira ele mandava mil pra lá e não tinha mais nenhuma bebida e pedia outro pedido de dois mil de novo. E a bebida ia pra onde?

Eu: Entendi.

Rômulo: É isso que ele [Danilo] falou que não entendia. Eu não, graças a deus, eu trabalho todo final de semana, toda segunda-feira eu faço o meu balanço aqui.

Eu: Você tinha uma contabilidade certinha...?

Rômulo: Tenho! A contabilidade eu faço direitinho²⁶⁸. Vou lá, pago o dele certinho e nunca tive problema com ele. Quando o movimento é fraco que não dá pra cobrir, eu chego lá e falo com ele, “Danilo, eu tô te dando isso aqui esse outro tá faltando tanto, mas a bebida tá lá.” Ele falou, “bom, pelo menos... se tu tá pagando... tu tá pagando o que tu vendeu, né? Tu vai pedir só o que tu vendeu.” Tem confiança. Ele falou, “tu tá pagando e tu tá ficando devendo tanto, a bebida tá lá. E outro lá [referindo-se a Allan] que pediu tanto e a bebida não tinha lá? Vendia tudo e só pagava a metade.” Está entendendo?

Eu: Uhum, Uhum.

Rômulo: Eu não. Era assim que acontecia, quando eu não cubro é porque eu não vendi a bebida toda, porque se eu vender toda, o dinheiro vai todinho pra ele, a nota vai toda. Aí, o outro [referindo-se a Allan] não, o outro não vendia a bebida, a bebida se acabava toda e o dinheiro não ia todo pra lá e ele pedia o mesmo pedido que tinha pedido e ficava ainda devendo tanto. Aí o cara ficava lá, “pô, o quê que tá acontecendo? Se não tem bebida e o dinheiro não fechou, o que foi feito do resto? Foi consumido e não foi pago.” Então, é isso. E aqui comigo não rola isso não que eu não bebo eu não fumo e aqui se não vender ela, a não ser que eu venda tudo fiado, foi isso que o outro falou, só que ele não vendia fiado.... Então, era porque ele mesmo bebia.

Eu: Era a única explicação...

Rômulo: Eu falei, eu vendo fiado, mas meus fiado, eu só vendo fiado pra quem eu tenho como cobrir aquele fiado para não ter problema, né? É assim. Aí ele... com o Danilo, eu posso pedir é 5 mil reais de bebida que ele manda tudinho. E se segunda-feira o dinheiro não for todo, mas pelo menos eu só vendi, eu só peço aqui o dinheiro que foi, que ele sabe que o outro tá aqui. E muitas vezes eu cubro! Tudinho. E o outro fica aí investido, na outra semana só completo o que ficou e trabalho, e de vez enquanto eu fecho. É assim.

²⁶⁸ A organização financeira do negócio é destacada por Rômulo como uma das condições do sucesso do empreendimento.

(...)

Eu: Quando é que deu o estalo no senhor de pegar de volta o bar?

Rômulo: Rapaz... não é que deu estalo. É que... Quando ele [Allan] começou a falar comigo, não depositei fé... que quando eu vendi o bar pra ele, por causa da ambição e a inveja dele foi tão grande quando eu falei que ia vender, que ele foi o primeiro a vim... e ficou insistindo, perturbando, sabe? Eu falei, “eu vou vender pra ele porque sabia que ele não ia segurar a onda.”

Eu: Ah, você vendeu já...

Rômulo: Eu já vendi já no intuito que eu sabia como é que é que acontece com gente invejosa de hoje. Ninguém vai pra frente, não adianta. Tu sabe que não vai. Quando ele começou a atrasar eu falei, “tá chegando a hora, tá acontecendo do jeito que eu imaginei”. Aí eu falei, “tá indo do jeito que eu pensei...”

Eu: O senhor já imaginava...

Rômulo: Já! Aí foi quando chegou... quando começou a aumentar as falha, aí eu comecei mais a me certificar, sabe? Eu falei, “eu não vou nem falar pra ele.” Aí eu falei assim, “eu não vou nem atrás, eu vou esperar que ele vai vim me procurar.” E foi dito e feito. Porque no nosso negócio ele não tinha que me procurar, tinha que procurar o Danilo. Foi lá procurou o Danilo, Danilo me falou, “Rômulo, vem aqui... o cara quer devolver o bar.” Falei assim, “como assim ele quer devolver o bar?” E ele, “ele ainda tem uma conta de 12 mil no banco comigo...”

Eu: Com você ou com Danilo?

Rômulo: Com ele, ele dizendo. O Diogo estava me falando, “ele tem uma conta de 12 mil no banco comigo e tem uma conta de 5 mil contigo ainda.” Ainda tem 22 mil que ele está devendo. Não, 17 mil.

Eu: 17.

Rômulo: E eu, “então, o que ele quer fazer?” Ele, “eu não sei, ele quer conversar contigo.” Falei, “então chama ele aqui.” Aí ele ligou, falou com ele... “Rômulo, ele vai te procurar.” Eu, falei, “então, manda ele me procurar, eu não vou procurar, pra te falar a verdade eu não tô mais afim não, de pegar não...” Aí ele, “ah, conversa com ele melhor porque desde que ele [o Allan] pegou lá não chegou nem a seis meses começou a deixar rabo comigo aqui...”

Eu: Começou a vacilar.

Rômulo: Exatamente. Então, eu falei, “manda ele me procurar, eu não vou procurar ele não...” Eu não vou mostrar pra ele que eu tô interessado pra ele não vim dizer que vai ser do jeito dele. Aí, ele me procurou aqui: “o Danilo falou contigo?” Eu falei, “falou... Mas você que tem que me procurar, você não me procurou pra comprar? Quando foi pra comprar, que ficou de olho grande aí?”

[risos]

Eu: Você falou isso pra ele...

Rômulo: Falei! Aí, “agora, vê o jeito que tu quer...” E ele, “vamos marcar lá no Danilo tal dia...” Marcamos o dia, fui lá. Falei, “cara, eu vou te contar uma coisa: eu não te vendi o bar com o intuito de pegar de volta, mas o nosso negócio foi feito assim, assim, assim, tu sabe. Então, já que tu não quer... não tá conseguindo, vamo fazer o seguinte...” Aí o outro [Allan], “ah, porque ali...” E o Danilo falou, “o certo é que ali só dá certo pra tu mesmo”. Falou na cara dele. E são primo, hein... “Desde que o Allan pegou nunca deu certo... Ele não faz por onde dar certo mesmo”. Aí, eu falei, “bom, como é que tu quer fazer?” Ele deu lá a opinião dele, eu falei: “não... assim não dá não, pode ficar com o bar, não quero não.” E ele: “e como é que é que tu quer fazer?” Eu falei, “bom, vamo fazer o seguinte: eu te devolvo 40 mil e assumo a conta do banco... ainda vou entrar aí, vai me sair por 2 mil a mais, mas tá bom. Eu pego. Pelo jeito que eu tô vendo lá também, se tu ficar mais tempo lá, daqui uns dias você fecha as portas mesmo...” Porque gás não tava mais vendendo pra ele, o Danilo não tava mais querendo fornecer pra ele. Por causa de que toda semana ele deixava rabo e não tinha bebida, a bebida acabava toda e ele não arrumava o dinheiro todo de pagar, alguma coisa tava... acontecendo, né? Aí, eu falei, “vamo fazer o negócio assim, assim, assim, se quiser... mas, se não quiser...” Aí ficou. E o do Danilo eu pago por mês, sabe? Todo dia 8...

Eu: Que é mil, né?

Rômulo: É 800 reais. Não sei quantas prestações lá, sei que dá 12 mil.

Eu: O senhor falou dessa relação que rolou essa inveja, né? E com o Danilo, como é? Que você pega lá no depósito...

Rômulo: É. O Danilo, o meu negócio com o Danilo não tem desconfiança entre nós dois porque desde que eu comprei aqui a primeira vez [referindo-se a bar], que eu já comprava com ele lá quando eu tinha lá atrás, sabe? Sempre eu comprei assim, ele me manda o pedido dia de segunda-feira pra eu pagar na outra segunda-feira, 8 dia... é assim, trabalha assim.

Eu: Já tem uma relação estabelecida...

Rômulo: De confiança. Ele sabe muito bem. Se faltar, se eu ficar devendo 500 reais a ele hoje pra outra segunda-feira, ele bota naquela nota seguinte, na outra semana ela vai.

Eu: Entendi.

Rômulo: São o quê? Desde 98 pra 2015... já são uns anos bom de... só com ele, pô. Só com ele. Quando eu botei aqui do lado aqui, antes de eu pegar de volta aqui eu botei do lado aí, quando ele [Allan] soube que eu ia botar do lado, ele ficou com o cuzinho assim. Acho que foi o que fez mais ele renegociar porque quando eu botei aqui você tinha que ver como é que era, todo mundo passou pra lá, pô. “Pô, Rômulo abriu um bar do lado.” Pronto. Forrozinho, pagodinho todo final de semana. Todo mundo ficava aí na frente bebendo. E ele [Allan] ficava... Saía dali e ficava aqui... na frente... pra tu ver como é que é a inveja: o cara saía daqui e ficava bem em pé, olhando como é que tava lá dentro do meu, se tava cheio ou não tava. Isso antes dele vender de volta pra mim, né? Antes dele passar pra mim, quando eu botei ali do lado! (...) Ele ficava naquela parte ali de frente pra porta olhando lá dentro (...) O Allan não tem amigo, sabe? Pra ele ninguém é amigo, é freguês. Então, no comércio, o negócio é o seguinte: você não tem que ter só o freguês, além dele ser teu freguês, tem que ser seu amigo também, não é isso? Essa que é uma boa relação do comerciante com o freguês, não considerar a pessoa só como freguês... tem que considerar como amigo também, né? Que é assim que você faz amizade com o freguês e aí você não tem só o freguês, você tem além de um freguês, um amigo.

Eu: Sim.

Rômulo: Aí, sempre que tiver um tempinho o cara vem pra cá... O cara, pensa, “por quê que eu vou gastar com o outro se eu posso ir pra um lugar onde eu sou bem recebido e o cara é maneiro pra caralho...?” É assim que é a minha convivência com a maioria do pessoal daqui de cima, é assim. Aqui nós brinca, nós... tem que ver como é que é aqui a rapaziada. É eu lá dentro e neguinho aqui contando piada e a risada come solta... Nós trabalhamos a semana todinha assim, nos finais de semana. (...)

Eu: E com os outros comerciantes, como é?

Rômulo: Não... assim... de relação boa eu tenho com todos os comerciantes, né? Todos são gente boa, com todos eu tenho boa relação. Eu não tenho má relação com nenhum deles não. Pra começa nem tem chance porque o comércio aqui... o deles fica meio distante do meu, né? Pra você ver que daqui do meu... abriu uma lanchonete ali em baixo a lanchonete do Adilson, sabe? Do lado da padaria.

Eu: Sei.

Rômulo: Passou, vem chegar aqui. Daqui até lá não tem mais outro comércio. Aí tem a Bel lá atrás, o Jacutinga mais lá atrás. O Tonho lá mais lá em cima. Sabe onde é, né? O Tonho.

Eu: Sei.

Rômulo: Então, prali, lá, depois lá do Tonho tem a Jussara que é a mãe do Roberto... tinha um bar azul. E pra cá tem o meu e tem um pernambucanozinho bem aqui, mas só as vezes e é de noite e é difícil. E depois só tem o José lá longe perto do campo. Então, só fica eu aqui nesse pedaço. E aí é aquele negócio, a relação com os comerciantes aqui todos que me conhece nossa relação é muito boa, ninguém é inimigo, não. Jacinto²⁶⁹, São João que é lá em baixo, eu compro lá, eu preciso de alguma coisa, eu compro lá mesmo, copo descartável, as vezes cigarro, eu vou lá,

²⁶⁹ Na entrevista com Leandro, esse é um personagem com o qual voltaremos a nos deparar.

aos domingos, né? Aqui no mercadinho, que é dele também, aqui do lado da padaria também, eu compro ali também, eu compro umas coisinhas ali eu compro. Quando eu peço sem dinheiro, ele me manda. E é assim, qualquer comércio aqui que eu falar, “ah, vou pegar assim, assim, assim, depois eu venho aqui.” Ninguém nega. É tudo assim...

Eu: De inveja que tu teve foi dessa vez só, né? Não teve outra...

Rômulo: É, inveja que rolou, foi só olho grande dele mesmo que rolou. É aquele negócio, se o cara é um bom comerciante ele jamais tem inveja de nada dos outro. Eu nunca... eu acho que se eu fosse um cara invejoso, ambicioso nas coisas dos outro eu hoje tava meio fudido, sabe? Sem nada. Porque pra mim a inveja não te leva a lugar nenhum, eu vejo muitos caras aí com inveja, com ambição que não sai do vermelho de jeito nenhum.

Eu: O senhor vê isso aqui?

Rômulo: Vejo... muitos deles aí que não sabe beber. É a mesma coisa: a inveja e a droga, né? O vício, né? Eu conheci um cara aqui que ele tinha, só aqui no morro ele tinha três casas, ele tinha um apartamento lá embaixo, ele tinha dois carros, duas motos, hoje ele tá virado mendigo de rua. **Eu:** Cacete.

Rômulo: Falando sério mesmo. Então, esse cara... Agora adivinha o que levou ele a isso? A droga, a droga, muita droga, acabou com tudo em droga só.

(...)

Rômulo: O problema dele [Allan] é a inveja, é o olho grande. Foi igual o Danilo falou, “se ele tivesse ficado do outro lado de lá...”

Eu: Do ladinho aqui, né?

Rômulo: “... e tivesse deixado tu quieto aqui, ele não...” O que é que ele tinha feito? “Rômulo, eu vou ficar aqui, não vamos ser concorrente não, vamos ser uma espécie de... tipo assim, tudo a um preço só, do que tu tiver aqui, tudo a um preço só, se tu não tiver a mercadoria e eu tiver tu manda o freguês pra cá...” Só que ele não fez isso. Sabe o que é que ele fez? Quando ele botou aqui, a minha cerveja era 7 reais... cerveja litrão, sabe? Ele botou ali a 6 e 50... Tudo, toda bebida dele, ele botou 50 centavo mais barato. Aí eu cheguei assim, “pô, Allan, tu acha que isso tá certo? Tu era o meu freguês aqui. Todo final de semana tu ficava aqui bebendo. Tu sabe quanto é que tu pagava na minha bebida aqui, agora tu botou aí, tá botando bebida mais barato, porque o certo é tu botar do meu preço, a gente combinar...” E ele: “não...”

Eu: Aí ele não quis...

Rômulo: Falou, “não, o bar é meu, a mercadoria é minha, eu boto o preço que eu quiser”. Falei, “já é, então tá bom.” Aí, um dia eu fui lá no Danilo, falando isso com Danilo e ele falou, “é, já começou mal...” Eu falei, “é, pois é, começou mal mesmo...” Fui falar com ele [com o Danilo], ele [o Allan] falou a mesma coisa com o Danilo, “ah, é que eu compro não sei aonde, mais barato, trago no meu carro...” Numa Kombi que ele tinha aí, não era nem dele, era do José... “trago na Kombi, não pago frete, não pago nada...” E o Danilo pra ele, “mas, mesmo assim, tu tá do lado do cara, o cara já tem uma história ali, pô, tu tá começando agora... o cara pode te derrubar na hora que quiser”. E ele, “deixa rolar...” Chegou um dia eu falei, “como é que é, vai continuar?” Ele: “Vou.” No outro dia eu cheguei aqui, peguei a tabela e botei ali, baixei... tudinho... só de ruim...” Passou uma semana... o pessoal aqui... ele chegou aqui, do mesmo jeito que ele fez depois daqui prali ele fez também, sabe? E eu, eu zuava ele, né? “E aí, Allan? Tá gostando? Perdeu alguma coisa aqui dentro? Vai querer alguma coisa?” E ele, “não, tô só olhando...” Falei: “cuida do teu lá, deixa que do meu eu cuido, tá bom?” Aí, quando foi... “Ah, baixou a cerveja, né?”: ele pra mim. Aí, “Ué? Eu te pedi pra nós... tu não é um comerciante de verdade, tu é um olho grande!” Falei pra ele: “tu é olho grande... que foi que eu falei contigo quando tu começou aí? Tu não falou que botava o preço que tu quiser? Então a minha também é minha. A minha se eu quiser, se eu der uma caixa aqui de promoção eu não perco nada, eu tô ganhando ainda. E o que que tu faz? Tu pode fazer isso?” Ficou quieto.... “Ah, vamos controlar...” Falei, “não, não controlo não, continua com teu preço lá, ou tu bota agora no meu ou tu continua com o teu preço lá...” **Eu:** Porque você abaixa mais ainda que o dele...

Rômulo: Eu baixei mais que o dele, ele baixou 50, eu baixei 1 real!

[risos]

Eu: Entendi, você ficou cinquenta a abaixo dele.

Rômulo: Isso. Aí ele foi rapidinho veio me procurar: “ah, vamos controlar...” Eu falei, “não, não vou não, se tu quiser, bota o preço que eu tô aqui.” Aí ele, “ah, não sei o que, eu errei...” Só falei, “então é o seguinte: bota a tua cerveja com o preço da minha agora...” Aí ele foi lá no Danilo, foi se queixar com o Danilo, né? [risos] Aí, quando eu cheguei lá [no Danilo], ele: “tenho uma novidade pra tu...” “E o que foi, Danilo?” E ele, “ele [Allan] tava aí... ele veio aqui pra eu falar contigo pra vocês entrar num acordo...” Eu falei, “primeira coisa, tu sabe...” Ele falou, “não, eu sei de tudo, só tô falando o que ele falou mesmo...” Aí eu falei, “fala pra ele o seguinte, Danilo, que ele bota a tabela dele lá, depois eu vejo e eu resolvo com a minha... e tá tudo bem”. Aí entrou o final de semana aí, ele vinha pra cá, passava, ficava olhando pra dentro do salão... Aí foi isso, quando eu falei que ia vender, ele pãã!, veio correndo. Falei, “cara...” Quase que eu falei com ele, “tu ainda vai morrer afogado na tua inveja, na tua ambição...” Não falei não, pensei só comigo só... Porque se ele fica aqui... se hoje se ele tivesse, se eu não tivesse pegado o bar, hoje ele não estava mais aqui dentro não. Se ele tivesse me pagado o cinco mil que ele ainda me devia... e ainda tava devendo lá o banco que eu estou pagando agora... porque quando eu peguei isso aqui [de volta] isso aqui não tinha... o máximo que tinha era umas quatro garrafinha de bebida no cantinho das prateleira, pra cá não tinha nada disso aí...

Eu: Quando você pegou de volta...

Rômulo: Quando eu peguei. Não tinha garrafa de nada...

Eu: Limpou tudo...

Rômulo: Não tinha! Não tava mais botando, o cara não tava mais cedendo bebida pra ele, pô, ele não tava pagando... E o pouco que botava... A mulher dele só abria isso aqui 5 da tarde, toda semana, segunda-feira não abria, só abria 5 da tarde e ficava aqui até de manhã bebendo ela e as sapatona aqui, ela bebia o dobro do que vendia... Só abria 5 hora, só abria 5 hora... aí ficava... eu ficava aqui... aí eu via sapatão circulando, o cunhado dela, um maconheiro do caralho que tem aí, circulando lá dentro, ia lá dentro, pegava um Guaravita e botava um cigarro na boca, acendia, botava outro na orelha e saía pra fora. Só pensava, “assim, vai longe...” Por isso que eu tô falando, quando eu cheguei aqui só de cara eu investi 6 mil conto aí porque... não tinha nada cara. Não tinha nada não. Isso aqui que tu tá vendo isso aí, se tu tem vindo aqui uma semana, na semana que eu peguei, tu.... porra, cara...

Eu: Não dava nem pra reconhecer.

Rômulo: Dava não! Tu não reconhecia... se tu visse no dia que eu peguei, pro quê tu tá vendo agora... Tu ia pensar, “é outro bar?” (...) Aí sim, aí outra vez, eu peguei... eu tava no trabalho, aí a mulher me ligou... o gás acabou, eu falei “pega um aí no Allan que quando eu subir eu pago.” Aí... só que nesse dia eu subi tarde que nesse dia a menina desceu comigo que eu ia encontrar com ela, né? Aí eu subi tarde e já tava fechado. Aí no outro dia eu tô em casa o meu celular toca, ainda era 10 hora da manhã, sabe? Era o Danilo. “Que foi, Danilo?” E ele, “o Allan passou aqui e falou de um negócio de um gás que tu pegou com ele pra pagar ontem e não pagou...” Aí eu falei, “é e tu tá me ligando por que...?” Ele falou, “é pra tu ver! Eu não tô te cobrando, é pra tu ver como é que é.” Falei, “cara, Danilo, o cara me deve 15 mil reais e tá me cobrando um bujão de gás?!” Falei, “ele vai passar aí hoje?” E ele, “vai passar.” Falei, “paga o gás pra mim”. Ele falou, “tá pago! Só tô te falando, eu já paguei o gás pra ele”. Pra tu ver como é que o Danilo é, viu. O Danilo é foda. Por isso que eu compro com ele esses ano todinho, porque quando eu preciso, sabe? Não tem esse negócio com nós dois não. Quando foi um dia... Porque o Danilo é que me pagava, ele deixava o dinheiro com o Danilo, sabe? No outro dia eu fui lá... Eu não fui no dia certo, no outro dia, eu fui no outro dia... Ele só tinha deixado 500. O Danilo falou, “ó, ele só deixou 500”, eu falei assim, “Danilo, lembra do bujão de gás?” “Lembro.” “Muito bem, vamo fazer o seguinte: deixa o dinheiro aí, eu vou passar lá, se eu ver ele, eu vou falar com ele. Se eu não ver, eu te ligo pra tu, tu liga pra ele e fala pra ele o recado que eu estou deixando pra tu aqui.” “Tá bom.” Aí passei, eu cheguei aqui, ele tava deitado bem mexendo nesse motor do freezer aí,

não sei que diabo ele fez aí, eu acho que ele queimou isso daí foi mexendo. Aí, eu falei pra ele, “Allan, eu fui pegar o dinheiro lá, era ontem, eu nem fui ontem, eu deixei pra ir hoje, tu só deixou 500, né? Eu não peguei não, eu vou pegar de tardezinha, pegar às 6 hora vou passar lá que eu vou descer que eu vou na cidade e de nesse horário eu pego o dinheiro todo lá...” E ele, “ah, mas não sei quê.” Eu falei, “não senhor. Você lembra do bujão de gás? Que eu não te paguei porque tu tava fechado e no outro dia já tava um recado no Danilo, a queixa lá do gás. Então, é o seguinte, daqui pra frente eu nem te pego mais nada fiado, quando eu sair de casa agora eu deixo dinheiro com a mulher pra quando ela precisar de alguma coisa pra ela comprar e também nem compra mais aqui porque tu é um mal comerciante do caralho.” E ele, “não, pô, não esquento não...” Falei, “eu quero o dinheiro lá, se tu não deixar o dinheiro lá, 6 horas eu passar lá o dinheiro não tiver... tu deixa o dinheiro ou a chave do bar. Que agora eu vou pegar.” E ele, “ah, mas o negócio não foi feito assim não.” Só falei, “vai lá falar com o Danilo como é que é o negócio foi feito. Se ele não tá sabendo...” Aí, o Danilo cobriu pra ele. Falou, “Rômulo, eu vou cobrir porque eu sei como é que é o processo...” Ele cobriu pra ele e eu passei lá e peguei. Danilo falou, “ele tem muito o que aprender”. Falei, “tem muito mesmo! Tem muito o que aprender mesmo...” É o que te falei, se afogou na própria ambição dele, que não adianta, cara... eu falei pra ele quando eu peguei aqui, eu falei...
(...)

Rômulo: (...) Então, quando eu peguei de volta, o Danilo também intermediou... foi feito assim... só que... agora, acontece também, né?²⁷⁰ Da primeira vez que aconteceu [de o Allan atrasar quando da compra do bar] o Danilo me chamou, aí pediu, falou, “olha, Rômulo, dá uma, dá mais uma chance pra ele porque...”, eu falei, “é, ué... tudo bem, porque pode acontecer também...” Aí assim nós fizemos, falei, “não, deixa pra lá”, eu entendi, porque hoje também, eu peguei, eu retomei, eu peguei ele na retomada, no mesmo caso que eu fiz com ele, né? Falei, “bom, Allan, então, pode acontecer também, aí é a hora de você me entender como eu entendi também”, então foi feito assim também quando eu peguei de volta... então, assim foi feito, então, agora bateu essa porra dessa crise aí, né? E já aconteceu duas vezes.

Eu: Do senhor atrasar...

Rômulo: Isso, como aconteceu dele comigo (...) essa retomada me custou vinte mil a mais, mas nas condições, né? Eu falei com ele, “ó, do mesmo jeito que tu tava me pagando, eu vou te pagar também”, pra mim pegar de volta, né? Foi isso que eu fiz com ele... “então, assim como aconteceu de você me atrasar, então, aqui nós vamos refazer assim, vai acontecer a mesma palavra, pode acontecer e você vai me entender”, então, como essa crise bateu aí, já aconteceu duas vezes, né? E ele chegou e me entendeu. E o Danilo também foi o intermediário porque foi o Danilo que antes me falou, “Rômulo, o cara tá querendo devolver o bar, tu tá querendo pegar?”, aí eu falei, “olha, Danilo, as minhas condições agora é assim, assim, assim”, na época, eu falei assim, “eu tenho 5 mil reais em mão”, aí ele falou, “não, eu vou chamar ele pra conversar”, aí eu fui lá [no depósito do Danilo], nós dizemos o negócio tudinho lá, quando eu passei pra ele foi lá e quando eu peguei de volta foi lá também (...) Quando eu peguei o bar de volta, ele me devia 5 mil e 15 mil no banco ainda, então quando nós refizemos o negócio foi assim, o Danilo me chamou, dizendo que ele [Allan] tava querendo repassar o negócio, que o negócio tá ruim, que não sei o que, eu falei, “tá bom”, aí eu falei pra ele, “bom, as minhas condições é assim, assim, assim, se der, der, se não der, ele me paga os cinco mil que tá me devendo e fica”, eu falei pra ele, “eu não tô nem pretendendo pegar, porque vai me voltar a minha dor de cabeça de novo, como antigamente, então pra mim pegar...”, aí

²⁷⁰ Nesse momento da entrevista, Rômulo está destacando que, apesar do “contrato de boca” estipular que o não pagamento de duas prestações seguidas implicaria – para o inadimplente – em perda do bar e do dinheiro anteriormente investido, é possível – esperável e desejável – que o credor entenda que falhas e imprevistos acontecem (“acontece também, né?”), sem exigir – na letra fria da “lei falada” – o cumprimento da “cláusula contratual”. Quer dizer, por meio da conversa – da exposição de razões e argumentos – é possível contornar um acordo previamente acertado com base na confiança e na palavra.

o Danilo, “mas, o cara, o negócio dele... é que ele tá decidido”, eu falei, “então, vamos conversar”, aí eu falei o seguinte, “eu falei, olha Allan, eu não tenho dinheiro pra...” Porque na época que eu fiz negócio com ele, ele me deu 25 mil em dinheiro e parcelei 25 mil pra ele, né? Em parcela de mil reais. Mas, ele me pagou os 20, quando chegou os 5 [os cinco mil restantes], ele parou de pagar. Aí, quando eu peguei de volta, eu falei, “Danilo, eu tenho 5 mil reais só em mão”, nessa época, eu tava lá no restaurante lá no Catete, então, eu falei, “eu tenho 5 mil em mão”, aí ele falou assim, “é, não sei, ele vai achar pouco”, eu falei, “bom, não posso fazer nada, então tu chama ele, explica pra ele que as minhas condições é essa, que nós tamo conversando aqui”, aí ele [Danilo], “então eu vou falar com ele [Allan]... e ele [Allan] tem um dinheiro no banco ainda de 15 mil”, eu falei, “tá”. Aí outro dia ele [Allan] foi e mandou me chamar lá, né? Eu tava lá em casa ele me ligou, “Rômulo, venha aqui”, aí eu descii. Cheguei lá ele tava. Ele falou, “Rômulo, como é que tu quer o negócio?” Eu falei, “não, eu não tô querendo negócio, você é quem tá querendo, você que mandou me chamar, pra mim eu não quero pegar de volta não.” Apesar de que eu tinha prometido nunca botar aquilo ali fora porque era um patrimônio que eu ia deixar pros meus filhos. Aí, eu falei, “e qual é a tua...?” Aí ele falou... “vamo fazer o seguinte, tu me dá 5 mil que tu tem mão, tu paga o resto do banco, os 15 mil que tem no banco pra pagar e tu me paga 40 vezes de 1.200”, eu somei e falei, “po, cara, tá pesado.” Mas, aí, Daniel, me veio aquele negócio na minha cabeça, “po, eu fiz uma besteira, não devia de ter, só porque nego dizia...” Porque eu tava com um caso com uma mulher aí, tava traíndo minha mulher com uma garota aí, na época, sabe? Aí nego falou que eu tinha feito isso, vendido, né? Por ela, pra gastar com ela. Aí veio aquilo na minha cabeça, “porra, vai me custar mais caro, mas eu vou pegar pra nego não pensar, né?” Então foi por isso também.

Eu: Tipo pra provar pros outros...

Rômulo: Isso, exatamente, aí eu falei e peguei, aí eu falei, “tá bom”, mas aí eu contei pra ele, “ó, tu sabe como acontece, do mesmo jeito que nós fizemos o negócio, nós tamo fazendo de novo aqui, agora, do mesmo jeito que aconteceu, que nós falou que não podia acontecer, mas ninguém tá livre de certas coisas, então, é o seguinte, pode acontecer também, e se acontecer, você não vai poder ficar me cobrando”, porque eu odeio isso! Porque antes, o que aconteceu? O Danilo me falou, “Rômulo, não venha tal dia não porque o dinheiro não desceu”, porque eu pegava a prestação lá com ele, né? “Não vem que o dinheiro não desceu, tá no teu critério, tu sabe o que foi feito aqui”, eu falei, “tudo bem, Danilo, a primeira... quando chegar tu me paga”. Quando chegou no outro mês, né? Ele já falou, “ó, Rômulo, não chegou de novo, aí agora tá na tua mão, a palavra que foi falada aqui tá mantida, venceu hoje, você quem sabe”, eu falei, “não, Danilo, vamo esperar até amanhã”, aí passou, não pagou, eu chamei ele pra conversar, descemo lá, aí ele [Allan] falou, “olha, Rômulo, tá acontecendo isso, isso e isso, tá difícil”, eu falei, “não, Allan, acontece, vamo deixar isso pra lá! Seguente: tenta recuperar, quando recuperar você me manda, eu não tô também não tô sufocado não, eu tô tranquilo”. Aí a gente conversou, se entendemo, né? Conversando é que se entende. Aí deixei, ficou assim, ficou. Aí quando ele me chamou pra conversar, pra eu retomar, foi o que eu falei pra ele, “então, é assim, assim”²⁷¹. Então, já aconteceu duas vezes, como eu tava falando, mas, assim, não de eu chegar a uma e ter uma atrasada antes, sabe?

Eu: Não acumulou, né?

Rômulo: Não, não acumulou. Chegou, assim, de eu chegar no dia e não ter o dinheiro completo, né? Porque... aí eu falei, “olha, Allan, só tenho tanto”, porque tem mês, esse mês agora mesmo, eu dei 800, tá faltando o que? Tá faltando 500. Não: 400. Eu falei pra ele, “ó, Allan, o dinheiro não desceu ontem não porque foi fraco [o movimento], falta ainda, mas essa semana se deus quiser...” E ele, “não, Rômulo, tá tranquilo”, então ele também já tá entendendo, já foi conversado isso pra ele não ficar... porque... se ele, é aquele negócio, eu falei pra ele, “Allan, se me

²⁷¹ Referindo-se à condição por ele estipulada de exigir não ser cobrado incisivamente por parte do Allan, já que, anteriormente, ele havia “entendido” que “acontece” de atrasar.

sufocar, tu só vai perder, porque você não tem como provar que o bar foi teu, porque o bar, o documento, eu nunca passei pro seu nome, o documento tá no meu nome”.

Eu: E como é esse documento?

Rômulo: Eu tenho, ué, é só levar no cartório e registrar, não tem problema nenhum. É feito dessa forma, sabe? Eu só chego lá e mando registrar e o cara só dá o carimbo, não é isso? E dá a assinatura embaixo, tem um espaço no documento que é feito pra isso. Na hora que quiser ir lá registrar no cartório eu vou lá e falo, “ó, o documento tá pronto”.

Eu: E esse documento...

Rômulo: Ele já tá registrado aqui mesmo... aqui na associação, mas se eu quiser registrar em cartório, né? É que lá [na associação] foi feito assim, tem um espaço embaixo, pra chegar no cartório, o cartório só carimbar e assinar, sabe? O que eles tem que fazer lá, é, assim, fazer um novo documento? Não. O documento é idêntico. É só o cartório só... como é que diz, é o carimbo... assinar... autenticar! Pronto... registrar... Mas, do mesmo jeito que tá lá, do jeito que foi feito [a negociação com Allan e Danilo], ele [Allan] não tem como provar nada, meu documento tem testemunha, tudo registrado na associação...

Eu: E esse documento o senhor tem desde o início?

Rômulo: Isso, desde o início, desde que eu comprei do primeiro dono que eu já fiz o documento no meu nome. Tudo certificado.

Destacam-se, também, dentre as narrativas de Rômulo sobre seu ofício à frente do bar, aspectos que ele enfatiza como constituindo o segredo do sucesso do estabelecimento comercial. Um deles é o que chama de “tratamento do freguês”, tema que ele trabalha (narrativamente) associado (ainda que de forma camuflada) ao da “concorrência”. A “concorrência” também aparece em associação tanto com a questão da combinação de preços entre os comerciantes quanto com o aspecto da “inveja” e da “ambição”.

Nas narrativas acima, Rômulo já se refere, em dois momentos, à centralidade da relação com a clientela como condição do sucesso do negócio. Num primeiro momento, Rômulo atribui ao “mau tratamento do freguês”, por parte de Allan, a queda no movimento do seu bar. E, num segundo momento, Rômulo destaca a necessidade de ter uma relação pessoal e de amizade com os clientes, o que teria o efeito imediato de fidelizar o público, fazendo-o tender a escolher o bar dele (e não outro): “aí, sempre que tiver um tempinho o cara vem pra cá... O cara, pensa, ‘por quê que eu vou gastar com o outro se eu posso ir pra um lugar onde eu sou bem recebido e o cara é maneiro pra caralho...?’ É assim que é a minha convivência com a maioria do pessoal daqui de cima, é assim”.

Também uma evidência da expressão (quase camuflada) do tema da concorrência é o assunto da combinação de preços entre os comerciantes. Num primeiro momento, Rômulo nega que isso possa existir, mas, depois, como vimos, destaca exatamente este ponto como um dos problemáticos na sua relação com Allan. O mesmo acontece com o tema da “inveja”, intimamente relacionado ao da “concorrência”. Inicialmente, Rômulo também nega que haja “inveja” ou disputa entre os comerciantes, mas, à medida que fica mais à vontade, discorre

longamente sobre a “inveja” e o “olho grande” de Allan, como já destacamos. Além das passagens já destacadas, há outros momentos narrativos em que Rômulo discorre sobre a relação com os clientes como capital para a gestão do negócio. Ele diz que ter uma boa relação com os fregueses, manter no bar as mercadorias de que estes necessitam e arrumar “um bom ponto” são fatores extremamente importantes na gestão e no sucesso do negócio (até porque ajudam a contornar a concorrência). E diz, nessa toada, que ter o próprio negócio, “quando o negócio é bom”, é muito melhor (porque muito mais rendoso) que “ter carteira assinada”, que “ter que trabalhar pros outro”.

“(…)

Rômulo: (...) Aí quando em voltei em 96 eu voltei com o intuito, sim, “eu vou trabalhar no Rio, vou arrumar um jeito se eu boto um comércio pra mim trabalhar pra mim viver porque viver a vida toda trabalhando pros outros não é bom.”

Eu: Pois é, qual é a diferença que o senhor vê, assim, de você ter o seu próprio negócio e de você trabalhar nos outros empregos que você trabalhava?

Rômulo: Rapaz, a diferença é o seguinte, dependendo da onde o negócio é situado, né? Se for num bom ponto... se não é num bom ponto. Porque também se não é num bom ponto eu acho que... a pessoa vê que não dá certo, aí tu tem que correr pra outro lugar, procurar um lugar melhor pra tu botar o comércio, né? Porque ponto ruim não dá nexa, não dá nada, né? Agora, o bom do negócio da gente trabalhar pra gente só, pra gente mesmo próprio, pra gente próprio quando o negócio é bom, é esse... porque tu trabalha de carteira assinada, hoje, o máximo que tu ganha... eu tenho profissão, mas mesmo assim, por exemplo, agora, há um ano e pouco eu trabalhei um ano e pouco, um ano e seis meses, depois que eu vendi esse bar aqui. Aí quando eu vendi eu fui trabalhar no restaurante aqui na rua do Catete, eu ganhava 1.500. Aí, depois eu botei esse barzinho aí do lado aí, do lado (...) Aí, quer dizer, o futuro do negócio é o seguinte, se o teu negócio é num bom ponto, tu tem uma boa freguesia e pra tu começar, pra tu ter uma boa freguesia, tu também tem que saber tratar o freguês, saber conquistar ele, né? Não é com ignorância com o freguês que você vai conquistar ele... se você agir com ignorância você só vai expulsar ele, né? Então, quer dizer... E você tem um comércio, você não depende do comércio, você depende do freguês. Pra começar tu tem que ter mercadoria pra vender pro freguês, quando chegar pra procurar a mercadoria tem que ter. Que se o freguês vem duas ou três vezes: “tem isso?”... “não tem”... ali ele já não vai mais, com certeza ele vai procurar o outro, por exemplo, até o vizinho se for o concorrente, é assim que o comércio funciona.

“(…)

Rômulo: Pra mim é aquele negócio... tu manter o teu comércio com tudo que o freguês precisa, né? E saber tratar o freguês bem, né? E ter, por exemplo, o horário normal dele de funcionamento, funcionando, pra as vezes, porque, por exemplo, como eu falei pra tu, eu fico aberto até duas horas ou mais de duas horas da manhã, né? Porque tem muita gente que chega na madrugada, muitos que chega aqui quer um biscoito, quer um refrigerante, que as vezes chega ainda quer... tarde... e não tem nem... Quer fazer uma janta ou esquentar alguma uma coisa e fazer, não tem nem feito, tem que fazer, aí quer dizer, “eu vou ali no Rômulo, ele tá aberto, eu compro um biscoito, um refrigerante, eu tomo, né? Dá pra eu passar a noite até amanhã na hora do almoço ou coisa assim”. A maioria depois da meia noite, aqui, nego sempre a maioria é biscoito.

Eu: Sei.

Rômulo: É biscoito, é um refrigerante, é assim que rola. Aí aquele negócio, pra tu manter um negócio hoje mesmo é a relação boa com o cliente. Porque se tu tem uma

boa relação com o cliente ele vai sempre querer tá aqui, conversando, puxando um papo... e ali vai consumindo uma coisinha, né? Porque a maioria das pessoas, dos fregueses aqui em cima, que eu fiz, assim que eu comprei aqui, é isso aí, às vezes vem um aí, nós joga uma sinuca, nós proseia, quer dizer, o cara vai dizer assim “vamos lá no Rômulo que lá é que é bom”.

Eu: Já cria uma relação pessoal.

Rômulo: Isso. Domingo isso aqui. Domingo mesmo eu só botei o som ligado do CD, o menino aí chegou ligou o celular dele, botou um pagodinho gostoso aí, isso aqui ficou cheinho de gente bebendo aqui fora e a meninada, a garotada nova dançando aí dentro. Quer dizer... e quando fala comigo lá de dentro, a gente tá brincando lá dentro, conversando, né? Brincando, e fala comigo ali eu respondo na brincadeira, na prosa, quer dizer, todo mundo brinca, quer dizer, o que mantém comércio é isso, “eu vou no Rômulo que lá é animado...” Pra mim o mantimento do negócio é esse aí, né? E em primeiro lugar manter ele assim: aberto e que tem mercadoria pro freguês porque sempre tem na prateleira, tem sempre no estoque. Eu mantenho ele assim.

Eu: Entendi.

Rômulo: Que é chato chegar aqui, o freguês chegar, “ah, não tem isso, isso”, essa semana já dei mole porque eu vendo muitos ovos. Deixei de comprar, por esquecimento mesmo, que eu sou muito esquecido, eu esqueço pra caralho. E é aquilo também, o menino tá aí me ajudando, mas eu fico, já hoje já andei pra caramba atrás de coisas, sabe?

Eu: Sei.

(...)

Rômulo: (...) Todo final da minha segunda-feira é que eu faço as minhas contas, sabe? Só fecho o meu caixa aqui segunda-feira que é dia de fazer pagamento de algumas coisas.

Eu: Entendi.

Rômulo: Aí quer dizer, é aí que eu vejo onde tá o lucro, né?

Eu: É por semana.

Rômulo: É, por semana, toda segunda-feira. Por exemplo, eu fecho, por exemplo, a minha relação que eu falei pra tu, trabalhar fora e trabalhar pra gente, pra mim mesmo, quer dizer, eu ganhava 1.500 lá.

Eu: Nesse último emprego, né?

Rômulo: É, nesse emprego que eu tava [...] Então, é como eu tava falando pra tu, a diferença entre trabalhar pra gente e trabalhar pros outro.

Eu: Isso.

Rômulo: Eu trabalhei esse final de semana aqui... eu faturei, eu fechei o caixa essa semana, eu faturei o quê? 3 mil e 200 e alguma coisa.

Eu: Na semana?

Rômulo: Sim... de sexta a domingo. O movimento não foi bom, se eu pegar aqui um movimento, se eu pego um final de semana, uma sexta-feira como era antes, isso aqui cheio, o “pagofunk” lotado, isso eu fazia, mais ou menos, 3 mil e pouco eu fazia numa sexta-feira de noite.

Eu: É mesmo?

Rômulo: É.

Eu: Mas só de lucro ou...

Rômulo: Não, o total... De 3 mil e pouco, 3 mil 400 e alguma coisa.

Eu: Sei.

Rômulo: Aí eu, quer dizer, eu fiz o balanço ontem, tirei 1.982... pro depósito... eu sei que sobrou o quê? 1.500 e alguma coisa.

Eu: Sei.

Rômulo: Isso numa sexta até domingo. Quer dizer, o que eu ganhava lá eu tirei num final de semana de lucro.

Eu: Isso. Essa pra você é a maior diferença de ter próprio e trabalhar pros outros?

Rômulo: Essa é uma diferença, que isso aí eu tirei num final de semana e lá eu ganhava 1.500 em trinta dias, né? Agora, tu pensa, se todo o final de semana eu tirar 1.500, soma quanto que é que dá aí, 4 semanas.

Eu: É, com certeza.

Rômulo: Quer dizer, o quê? Dá o quê? 6 mil.

Eu: É.

Rômulo: Então é isso aí.

Eu: Além dessa questão financeira tem alguma outra que o senhor vê de vantagem de ter o seu próprio negócio ou de trabalhar pros outros?

Rômulo: Esse negócio que, é isso aí que eu estou falando pra tu, sabe? A vantagem é essa. **Eu:** Essa é a principal razão.

Rômulo: É a principal razão de eu não querer trabalhar pra ninguém.

(...)

Rômulo: (...) Aí, como eu tô te dizendo, o espírito do negócio é esse, o bom de trabalhar pra tu é assim, se tu tem um negocinho bom... é a diferença muito grande do que tu trabalhar pros outros. Porque, por exemplo, aqui... o que eu ganhava lá, 1.500, eu ganhava 1.500 lá no restaurante onde eu trabalhava, por mês. O mês são 30 dias, né? Então, quer dizer, eu ganhava 1.500 e aqui eu boto uns eventozinho no final de semana, um pagodinho pra negada curtir, boto um forrozinho, né? Quer dizer, o pessoal, quem gosta, vem curtir...

Eu: Todo final de semana?

Rômulo: Todo final de semana. Então, sexta-feira quem gosta de pagodinho curte o pagode, sábado quem não gosta de pagodinho, curte um forró e domingo curte o forró de novo, pagode de novo, misturado, essa mistura que eu faço. Aí, quer dizer, a diferença é essa de trabalhar pros outros e trabalhar pra ti mesmo porque... o que tu ganha no teu próprio negócio se tu, se o negócio é bom, praticamente num mês tu ganha o triplo do que tu ganha de salário de carteira assinada, pô. Porque pra mim hoje carteira assinada não tem... um futuro não, porque pra tu ter algum dinheiro tu vai ter que trabalhar muitos anos, eu trabalhei um ano e seis meses a minha conta deu 1.200, perdi fundo de garantia, perdi seguro desemprego que eu pedi conta, porque eu tinha que sair pra ir tomar conta do meu negócio, porque eu não ia ficar lá.

(...)

Rômulo: O espírito pra você sustentar o negócio, manter o freguês, é aquele negócio, você saber tratar o freguês, né? O freguês sempre que chegar no balcão que pedir uma mercadoria você sempre tem que tratar ele bem. Não é com cara ruim, com aquela cara de que não está gostando, o freguês até pensa, “pô, cheguei no balcão pra comprar uma coisa, o comerciante está de cara ruim, tá com a carranca fechada”, chama assim, né?

Eu: Aham.

Rômulo: Quer dizer, muitos recuam. Não vai saber se é jeito da gente mesmo ou se tu está aborrecido com alguma coisa... [risos] O cara as vezes até confunde, né? Já eu não, aqui eu tenho uma freguesia boa por causa que eu sou muito brincalhão, brinco com todo mundo. Todos os meus fregueses aqui são todos conhecidos, a maioria daqui de dentro mesmo. Então, vem alguém de fora é final de semana, que tem o pagofunk tem... aí vem gente de fora pra curtir, vem lá de baixo, nem tanto lá de fora, lá de baixo que o morro é grande, né? Aqui vai até o [nome do bairro], né? Então... sempre vem todo mundo, quase todo mundo aqui lá de baixo mesmo conheci muito, quando eu comecei a trabalhar com pagofunk aqui, ficava cheião, a maioria vinha de lá de baixo mesmo, lá de baixo, pé do morro, do [nome de favela próxima], [nome de favela próxima], [nome de favela próxima], vem tudo pra cá, pra curtir aqui. Aí quer dizer, a maioria do pessoal aí pode pegar daqui até o [nome de favela próxima], todo mundo conhece bar do Rômulo aqui no morro.

Eu: Sim, sim.

Rômulo: É por aí, porque nunca destratei, eu só sou ruim com o freguês se ele me maltratar primeiro, eu não, aliás eu nem vou maltratar ele, né? Eu só vou ignorar.

Eu: Entendi, já aconteceu muito disso?

Rômulo: Já, já aconteceu, já aconteceu muito não, algumas vezes, né? Porque tem muito cara que já chega já lá debaixo bêbado, né? Aí chega aqui querendo dar uma de arrogante, querendo dar uma de ruim e eu vou... eu não vou ser, eu só vou explicar pra ele: “amigo, você já chegou lá debaixo desse jeito aí, então eu não sou

obrigado a te aturar, você volta pra lá ou quer beber, bebe, mas bebe numa boa.” Né? Que eu não sou obrigado aturar o cara que já vem, né?

Eu: Porrado, né?

Rômulo: É, exatamente, aí, quer dizer, aí fora disso aí eu não tenho motivo nenhum pra tratar ninguém mal de jeito nenhum, só tenho motivo pra tratar bem. Todo meus freguês que chega aqui, a maioria que é daqui de cima, as vezes eu fico aqui até de madrugada mesmo, muitos que chegam aqui parte de meia noite pra uma da manhã sabe? A gente fica brincando, fica bebendo aí eu lá dentro, conversando, nós brinca, joga conversa fora, nós conta piada. É assim, aqui é, quer dizer, praticamente eu considero o bar da alegria aqui, né? [risos] Aqui é assim que a gente trabalha. E aí eu estou por aí.

(...)

Rômulo: Mas eu ficava aqui olhando na janela final de semana como é que era o movimento aqui e isso ele [Allan] fez questão de acabar com o público que tinha aqui, era gente demais final de semana, isso aqui ficava cheio!

Eu: Você acha que diminuiu o público depois?

Rômulo: Diminuiu não, acabou tudo!

Eu: Jura?

Rômulo: Diminuiu tudo, acabou foi com tudo aqui.

Eu: A quê o senhor atribui isso?

Rômulo: O jogo de cintura, o mau tratamento do freguês. Tu chega no balcão tu pedi uma coisa tu é tratado com arrogância, com ignorância, tu vai voltar mais? Claro que tu não vai voltar, né? Não vai voltar mais não... Era isso que era... não só ele [Allan] como a esposa dele apesar que pra mim são umas pessoas legal, mas em matéria de comércio eles não têm espírito pro negócio (...) Pro comerciante, é aquele negócio, tem que ter jogo de cintura, né? Tem que ter, é aquilo que eu te digo, paciência... saber tratar o freguês, receber ele bem e fazer por onde ele sair satisfeito do teu comércio, né? É isso que é o motivo de tu ter uma boa freguesia e manter ela e segurar, né? Eu tô demorando a trazer o público que eu tinha aqui de volta.

Eu: Pois é, isso que eu ia te perguntar, o senhor já tá conseguindo...

Rômulo: Aos poucos... Meus fregueses bem antigos que vem aqui só pra curtir e beber, prosear, jogar conversa fora, brincar um com o outro, fazer rir, eles aqui... eles aqui sempre tão aí, tão de volta, só que eles não continuaram vindo, depois que eu voltei já voltaram, mas já não tavam vindo, né? Tá voltando já. Agora aquele público de final de semana que isso aqui era lotado tanto aqui o salão aqui como isso aqui, isso aqui, tu vinha aqui, pra tu passar, era um... tinha que pedir licença, sabe? De tão lotado. Esse público aí não tá vindo mais não, agora eu tô começando arrumar uma festa aí, eu arrumei uma festa aí pra sexta-feira agora pra ver se eu trago, eu começo a trazer pessoal de volta.

(...)

Rômulo: Eu vi uma vez o garoto chegou ali perguntando... ele [Allan] tava sentado ali, o garoto chegou ali pediu, “me dar uma balinha aí”, ele falou, “quanto é que tu quer de bala, quanto é que tu tem aí?” O garoto falou, “vinte centavos”. Aí, ele, “ah, eu não vou levantar daqui pra te vender só vinte centavos de bala”. Quer dizer, aí se vende pra 10 meninos por dia quanto que ele deve ganhar?

Eu: Exatamente.

Rômulo: É isso que eu estou falando. O português enricou com moedinha, né? Porque tu pode chegar no botequim, o português chega e bota um butiquinzinho, né? Porque todo buteco que tu chega, é butiquim, dificilmente você não vê português que é dono, né? Quer dizer, ele começa com um butiquinzinho, ele termina aonde se ele é cabeça? Porque ele não perde nenhuma moeda sequer, né? É assim. Eu também sou assim. Eu tô aqui o garoto chega, “me dar uma balinha”. Levanto lá dentro e vou atender ele.

Porque ele vem mais tarde, ele vem de novo.

Eu: Uhum.

Rômulo: Porque criança é assim, comércio que tem bala, a criança toda moedinha que ele tem ele pega e vem correndo atrás de bala. Tá vendo aquela lata ali em cima

do balcão ali? Ali é bolinha de gude. Ela tava quase cheia, eu comprei um pacote de bola gude desse tamanho, quase cheia, sabe?

Eu: Já tá lá embaixo.

Rômulo: O menino ali vem, compra, pega a moedinha, vem com 50 leva 5, vem como 20 leva 2. E se eu não se eu, “ah, não, não vou te vender não que eu só quero vender de 5 pra cima”. Quer dizer, ela estava todinha lá dentro, né? Não tava do jeito que tá. É isso aí. Aí, o cara é o seguinte, o cara [Allan] não vai levantar da cadeira porque não vai vender 20 centavos de bala pro outro. Pra quê que ele quer a bala ali dentro dali? Pra ficar... então... é esse que é o espírito do comerciante, do mau comerciante. Porque se tu não atende o freguês, o menino depois pega mais moedas depois “não vou lá não, que ele não me vendeu, vou lá no outro”, às vezes até o cara fica até com raiva porque não atendeu ele, então vai no vizinho, porque o que mais tem aqui é comércio, tem o Jacutinga bem ali, tem o Tinga bem aqui, tem o Tonho ali, tem a Bel lá atrás. Pra cá, aqui fora tem eu aqui, só que... tem o Adílson lá atrás e aí só lá embaixo, perto da associação [de moradores]. O meu ponto, aqui em cima é o melhor ponto aqui, sabe?

Eu: É?

Rômulo: É esse ponto aqui.

Eu: É por que o senhor acha que é o melhor ponto aqui?

Rômulo: É mais de passagem, vem gente daqui, vem gente dali, vem de lá, vem daqui. Então, quer dizer, tudo passa aqui.

Eu: É um cruzamento aqui, né?

Rômulo: Exatamente.

No mesmo espírito do seu tratamento do tema do relacionamento com os clientes, Rômulo elenca “a contabilidade” e o fato de ter parado de consumir bebidas alcoólicas como outros dois aspectos que explicam o sucesso e a manutenção do seu negócio. Já vimos, nas narrativas acima, Rômulo referir-se à sua rotina semanal de abertura e fechamento do caixa, deixando entrever a centralidade da organização das contas do empreendimento na gestão e sucesso do estabelecimento – em algumas passagens, por exemplo, Rômulo atribui o fracasso de Allan ao fato de não ter se organizado direito na contabilidade do bar. Parar de beber, nesse sentido, é importante exatamente porque contribui para uma gestão mais racional do negócio.

“(...)”

Rômulo: (...) Eu botei ele, mas ele bebia muito, aí... eu não gosto de trabalhar com gente que tem vício de beber em serviço não, eu já bebi também, mas desde que eu parei que eu comecei a trabalhar aqui eu parei e larguei a minha bebida, de vício, de bebida, de fumar, eu larguei tudo! Porque não dá certo.

Eu: O senhor parou de beber quando o senhor abriu aqui?

Rômulo: Não, foi depois... mesmo quando era dono aqui eu já bebia na época, eu vim parar depois, eu parei de beber em 2007... pra 2008, por aí.

Eu: Por causa do negócio...?

Rômulo: É por causa do negócio mesmo por causa que eu tomei, uma vez eu bebi numa festa aqui e tomei um prejuízo e aí eu fui ver que não dava certo, sabe?

Eu: O senhor perdeu um pouco o controle do caixa?

Rômulo: Não, não foi o controle do caixa, foi bebida mesmo... que consumiram e que não me pagaram. Aproveitaram que eu tava bêbado, eles acharam que eu não ia lembrar nada no outro dia, aí quer dizer, eu fiquei no prejuízo. Aí eu falei assim, “a partir de hoje eu vou tomar um rumo na minha vida, bebida nunca mais!” Fumar eu já não fumava mais, que eu parei de fumar em 2001... Aí desse dia pra cá, foi agosto de 2007, foi 2008... foi agosto de 2008...

Eu: Foi isso daí que fez o senhor cortar isso...

Rômulo: Eu falei, “a partir de hoje eu vou largar a bebida também, já larguei o cigarro, vou largar a bebida também porque o trabalho assim não vai dar certo não.” E não dá mesmo não. Tem muito comerciante aí que bebe... o cara mesmo que comprou isso aqui [referindo-se à Allan] me entregou por causa disso. Fiquei sabendo que ele tava mais a mulher dele aí na bebida todo final de semana, era foda (...) e eu parei também porque eu quase mato a minha netinha, que ela era pequenininha na época, quase que eu caio com ela, todo de bêbado ali.

Eu: Eita! E machucou ela?

Rômulo: Não, porque tava perto da mãe dela, quando eu tropecei na escada no degrau, que eu ia cair em cima dela, a minha ex-nora, que é mãe dela, tava perto, segurou eu com ela e tudo. Segurou nós dois. Aí eu... aí me contaram a história, que eu não lembrava muito, aí eu falei, “quer saber de uma coisa, isso aí não dá futuro”, e eu sou assim. Depois dessa época Daniel... eu construí essa casa aí, a de cima e a de baixo, que foi trabalhadeira, essa casa de baixo, só ela, eu fiquei foi nove meses na fundação dela (...) o que eu gastei nessa de baixo aí, pra ficar seguro, na fundação, pra quebrar refazer, dava pra fazer três andar pra cima com o dinheiro que eu gastei, trabalhei pra caralho, ralei muito (...) e isso tem a ver com ter parado de bebido, porque quando eu bebia e eu fumava, não é nem tanto o cigarro, é mais a bebida mesmo, tu começa a beber, se empolga, aí quer dizer, tu esquece tudo, né? Então eu era assim, eu começava a beber, as vezes chegava no outro dia não sabia nem como tinha chegado em casa que era a mulé que tinha levado pra casa, era assim, e não era bebida quente não, era só cerveja mesmo, que eu não bebia cachaça, eu bebia cachaça no Ceará, era só cerveja mesmo, mas no calorzão, começava a beber aqui mesmo, ia bêbado pra casa, aí quando eu parei eu fui e fiz isso aí [as casas], se eu tivesse continuado, talvez ainda hoje tava morando de aluguel, aí depois que eu parei eu caí pra dentro disso aí, ralei pra caralho²⁷².

(...)

Rômulo: (...) Eu falei pra ele [pro Allan], porque ele “eu não sei o que que tá acontecendo que eu não consigo isso e isso e aquilo.” Eu falei, “tu não consegue porque tu não sabe contabilizar o teu negócio. Porque o meu eu contabilizo cada segundo, cada centavo, cada venda que eu faço eu vou contabilizando, eu boto o dinheiro na gaveta, eu vou lá e conto que eu tenho, quando eu saio eu conto tudinho. Quando eu fecho o caixa, eu pego todo o dinheiro arrecadado, eu deixo o dinheiro do troco, né? O troco do caixa eu deixo. E o outro eu conto tudinho. Faço tudo os papelzinho separado e pego um papelzinho e boto em cima e grampeio em cima, com o pregador. Quando meu filho chega eu falo pra ele, “você confere o dinheiro no caixa, porque eu deixo lá pra você conferir, você confere pra saber quanto tem, porque se você, é aquele negócio, se faltar dinheiro trocado no caixa, aqui dentro tem à vontade, mas você presta atenção, não pega daqui e bota no caixa, se você precisar do dinheiro trocado você tira daqui, troca lá e pega lá trocado, não tira daqui, porque se quando eu for conferir e tiver desfalcado eu vou te cobrar.” Um exemplo: “te dão uma nota de 50, tu não tem troco no caixa, tu troca ela lá dentro, mas bota ela lá e depois bota de volta, pra ficar do mesmo jeito porque se tirar e não botar outra dentro, quer dizer, eu vou conferir um negócio no caixa com um dinheiro que tava lá dentro que era pra tá lá e tá aqui.” Né? É isso que tô falando. Então, é isso que eu tô falando, que a contabilidade direito é essa senão tu se perde todinho.

Eu: Se não tiver muita organização, né?

Rômulo: Isso! A mulher dele [do Allan] dizia, “Rômulo, eu nunca, eu nunca consegui separar o dinheiro do cigarro do dinheiro da bebida. Eu nunca sabia quem era quem: dinheiro de uma coisa e dinheiro de outra.” Falei, “então, isso é porque tu não sabe, porque se tu bota tudo junto... é tudo uma contabilidade só, vai tudo prum lugar só. O dinheiro do cigarro tá junto com o da outra coisa que tu vender, tá tudo junto ali, é um dinheiro só. Agora, se tu quer saber qual é a diferença do dinheiro do cigarro pra outro tu bota numa gaveta separada. Né? Dinheiro do cigarro pra lá e dinheiro das outras coisa aqui. Aí depois que tu vai saber, quantos pacotes de cigarro tu comprou pra tu vender tudinho, tu vai saber quanto é que tá lá do cigarro, tu vai

²⁷² Páginas à frente discorreremos mais sobre o significado e o processo de construção da casa.

tirar o principal, que tu pagou o cigarro, tu vai saber quanto tem de lucro, né? Agora, se tu tiver botando junto com tudo, com um dinheiro só, aí tu não vai saber mesmo não. Porque aí não tem como saber...” É aquele negócio, se tu quer saber a diferença de alguma coisa, tu vai ter que separar. Se tá botando junto não dá pra saber. A não ser que tu some, né? Se tu pega um caderno, quanto tu vender um cigarro a varejo tu bota aqui, 1 real, tu vendeu um maço... Tu bota cá em cima aqui, “cigarro”, né? Aí tu vendeu um a varejo, tu bota aqui, “1 real”, vendeu aqui um maço, bota aqui, “um cigarro”... Aí no que tu for fechar o caixa tu separa, vendi tanto de cigarro e tanto de... faz a conta, aí tu vai saber senão... Só sabe assim, que é contabilizando direitinho. Porque se deixar...

É igualmente muito interessante notar como Rômulo trabalhar o tema da formalização de seu negócio. Embora, até à data da entrevista, não tenha em nenhum momento feito nenhum movimento em direção à formalização, ele destaca o quanto enxerga com bons olhos essa possibilidade – sobretudo por conferir, segundo ele, segurança jurídica ao seu negócio, o que lhe daria mais poder de barganha na interação, por exemplo, com a UPP. Nesse sentido, é digna de nota sua concepção do que sejam os “direitos”; sua conversa com seu amigo advogado ilustra bem este ponto: saber da existência de normas jurídicas que têm o poder de limitar, ainda que apenas em tese, o abuso de poder policial, teve o efeito de mudar sua postura com relação às investidas policiais no seu estabelecimento. Saber que a conduta policial estava contrariando aquelas normas e era, portanto, “ilegal”, foi suficiente para não mais pensar em se desfazer do bar em caso de eventos de condutas abusivas por parte dos agentes policiais. Essa consciência lhe deu força. Neste sentido, a formalização do seu negócio seria capaz de conferir a ele mais segurança (especificamente segurança jurídica) na interação com a polícia, que, no caso do registro formal, não mais poderia agir como costuma agir. Digno de nota, também, é o fato de que foi apenas através da própria UPP (pelos policiais “P5”, os “de proximidade”) que o tema da formalização do negócio chegou a ele (o que é extremamente comum nas favelas “pacificadas”).

Ele destaca, inclusive, que a formalização poderia lhe proporcionar empréstimos que facilitariam a reforma do espaço, o que o demoveria da ideia de, um dia, talvez, vender seu bar e abrir outro “no asfalto”. Nesse movimento de falar de empréstimo e de formalização, Rômulo discorre também sobre os planos de futuro que tem para seu negócio.

Nas falas abaixo, veremos também Rômulo discorrer um pouco sobre a ajuda que (não) teve ao longo de sua trajetória à frente o bar na favela Horizonte, sobre as poucas vezes em que contratou alguém para trabalhar com ele no bar e sobre como avalia sua trajetória até aqui, entendendo-a na chave da “vitória” e do “sucesso”, do que a finalização da sua casa e da dos seus filhos (em 2012) é como que um coroamento.

“(...)

Rômulo: (...) Eu posso até vender isso aqui um dia pra mim ir pra pista mais meus filhos, botar um negócio bom lá embaixo, mas só vendo isso aqui agora se for dinheiro na mão todinho, fiado eu não passo...

Eu: O senhor tem essa vontade, essa ideia, de vender aqui... pra abrir lá embaixo.

Rômulo: Tenho.

Eu: Como é que é isso? Qual a diferença...?

Rômulo: Ah, é assim, porque negócio de comércio... eu sou cozinheiro também, né? Negócio de comida eu não tenho... Negócio de comida, assim, qualquer restaurante, qualquer casa de... que eu entrar dentro de uma cozinha, o prato que a casa trabalhar eu sei fazer tudo. Então, quer dizer, pra mim, eu botar uma casa pra mim, pra mim mesmo, própria, lá embaixo, a diferença que vai ser, porque eu vou ter que pagar os impostos lá, porque... aqui também eu pago, mas lá é maior, sabe como que é, né? É energia, água, impostos... a diferença é essa. Mas se tu pega uma casa num ponto bom, que é movimentado, tá na cara que o lucro vai cobrir tudo, né? Então, vai ter lucro. Porque senão não tem tantos que bota casa aí no Rio de todo jeito, né? A minha intenção é essa, se eu vender isso aqui um dia, montar uma casa, mas vender à vista, fiado como eu vendo a primeira vez eu não vendo mais não.

Eu: E o senhor venderia pelo mesmo preço, 50...?

Rômulo: Não! Essa casa, ela tá no valor de 120 mil, por menos não vendo não, principalmente... eu vendo com tudo que tem dentro aí, do jeito que tá, sabe? Por menos disso eu não vendo não...

Eu: E o senhor pensa no lugar pra abrir lá embaixo?

Rômulo: Não, lugar certo não tenho, eu penso, assim... num lugar bom, né? Não tem lugar certo não, tem que ser um ponto bom que não tenha esse negócio de risco, de tá sempre correndo esse risco, de ser assaltado, porque isso aí já não é um ponto bom, né? Ponto movimentado... tenha uma circulação de segurança, polícia, na rua assim... Uma rua boa, por exemplo, ali no centro do Catete, por ali, na Laranjeira, se eu achasse uma casa boa ali eu venderia isso aqui pra montar, mas pra mim... até uma sociedade com uma pessoa honesta porque eu gosto de honestidade e na desonestidade não dá pra trabalhar comigo não, eu não gosto não. Porque eu trabalhei com um rapaz, um amigo ali na rua das Laranjeiras, eu saí de lá por causa de um ladrão lá que descobri que o cara roubava, eu saí pra não falar nada, eu não falei nada pra ele não...²⁷³

(...)

Eu: O senhor teve... o senhor tava falando da diferença de ter um comércio aqui e um comércio lá embaixo, no asfalto, digamos assim, o senhor tava falando das diferenças. Chegou algum, alguma instituição de apoio aqui, um Sebrae, alguma coisa assim já?

Rômulo: Não... o Sebrae andou por aqui uma época aqui também, foi antes de eu vender aqui também, mas não chegou até mim aqui não.

Eu: Não?

Rômulo: Não. Porque eu vou te falar uma coisa, se eu tivesse, assim, por exemplo, se o Sebrae aparecesse aqui e me desse assim uma força, vamos dizer, “eu vou te dar um empréstimo de tanto pra tu deixar o teu bar do jeito que tu quer mesmo”, sabe? Eu não saia daqui não, acho que não saía, ficava por aqui mesmo... aí eu fazia um depósito aqui em cima, sabe? Pra fazer estoque de mercadoria, né? Que isso eu vou fazer, de qualquer jeito, se deus quiser. E terminaria o salão, ajeitava o meu banheiro, terminava essas paredes aqui, dava um embolso aí pra ficar bonitinho.

²⁷³ Nesse momento, Rômulo discorre sobre essa sua experiência de trabalho. Na época em que trabalhou nesse bar (pelo período de 6 meses apenas), Rômulo ainda não havia vendido o bar para Allan, e diz ter aceitado a proposta apenas porque o dono era “um cearense legal” e estava precisando de ajuda, uma vez que o negócio havia crescido e ele não achava ninguém para trabalhar com ele. Rômulo só consegue trabalhar lá porque seu filho já estava o ajudando no bar na favela Horizonte. Rômulo ainda hoje pensa em se associar a este seu contrerrâneo na gestão do bar no bairro das Laranjeiras, mas tudo permanece ainda como um projeto, uma ideia. Seu período de trabalho lá é curto (6 meses) porque ele descobre que um outro funcionário estava roubando o caixa e não percebeu no dono do bar a confiança necessária para relatar o ocorrido.

Trocava essa cobertura por uma mais adequada, mais bonita. Ajeitava esse chão aqui de frente que tá muito feio também, botava um piso em cima mais bonito, não ficar essa pedra caraquenta, sabe? Ajeitava isso aqui tudo... ficava um negócio bem legal aqui... Ia terminar de ajeitar a minha cozinha, o salão aí... e botava um, comprava mesa, mais mesa, botava tudo, ficava bonitinho, sabe? Fazia um bar bem... sabe?²⁷⁴

Eu: Estilão, né?

Rômulo: Estilão, assim. Aí eu não... te garanto que eu não pensava em ir lá pra baixo não.

Eu: Entendi.

Rômulo: Lá não... ficava por aqui mesmo.

Eu: E o senhor está falando da diferença de ter um bar lá embaixo e um bar aqui, o senhor falou dos impostos. Como é que é isso?

Rômulo: É porque é o seguinte... lá é tudo na regra sabe como que é um comércio lá embaixo, né? Tudo no papel, tudo registrado, tudo... Aqui ainda não está registrado ainda não... até apareceram aqui, um tempo atrás, mas nunca veio...

Eu: O Sebrae mesmo?

Rômulo: Acho que foi. Um mesmo, pegou meu dado tudinho, uma pessoa da assistência social ali da UPP...

Eu: Ah, tá!

Rômulo: É... pegou o meu documento, levou tudinho e falou que ia fazer o papel, o documento, e esse documento até hoje nunca apareceu, nunca me falaram mais nada, nem sei como foi que ficou. Aí foi quando eu vendi pro Allan, aí peguei de volta de novo do Allan...

Eu: E até agora nada...

Rômulo: E até agora ninguém me passou mais nada, mas... lá na frente, se deus quiser, quando eu terminar de...

Eu: O senhor tem vontade de fazer isso, de fazer, uma formalização, assim...

Rômulo: Tenho! Com certeza, é muito bom.

Eu: O que só senhor pensa...

Rômulo: O que eu penso é o seguinte, legalizar ele, né? Legalizar eu vou pagar os impostos, normal como se eu tivesse um comércio lá embaixo.

Eu: O senhor, hoje em dia, tem CNPJ?

Rômulo: Não, aqui, esse aqui não tem não. Esse aqui é um comércio... como é que diz... eu tenho um documento aqui, feito na associação [de moradores], né? Esse é um documento constando que a loja é minha.

Eu: Entendi.

Rômulo: Mas, como comércio... não tem registro. E se eu tivesse um meio de registrar ele legal... seria muito bom. Essa questão da formalização é assim, porque... eu sendo registrado, eu vou pagar o meu “impostozinho” por mês dele, né? Mas, eu tenho... é... eu sei que ninguém vai um dia poder chegar aqui e dizer assim: “ah você não pode fazer isso, fazer aquilo porque você não é legalizado”. Não é isso? Aí vou dizer assim, “não...” Aí eu vou pegar o meu documento e mostrar na cara da pessoa que vier a falar isso, né? “Como que eu não posso?” Aí eu vou dizer, “você tá falando uma coisa que você não fala porque você não tem certeza, então vou lhe provar aqui o meu comércio é legalizado e dentro da legalização tem os termos de funcionamento...”, o que pode, o que não pode, né? Então, quer dizer, na regra que tá o meu aqui não tem nada que impede que eu trabalhe com o que eu tenho aqui, então dentro da legalização também acho que vai... né?

Eu: Te daria mais segurança...

Rômulo: Mais segurança porque... o meu horário de trabalhar, começar assim também por causa do negócio de som. Agora eu tenho a autorização da UPP... eles vão botar, vamos dizer, me informar sobre isso também, né? Que aí vai dizer, que é um bar, aí eles vão perguntar assim, eu acho que eles vão perguntar assim, “é um bar

²⁷⁴ Noutro momento da entrevista, Rômulo diz que mais um de seus planos para o futuro do estabelecimento é passar a servir almoço. Seria, diz ele, “buffet sem balança”, esquema muito comum no Rio de Janeiro, em que a pessoa paga um valor fixo e pode comer à vontade (servindo-se num esquema *self-service*, mas sem poder repetir), com direito, contudo, a apenas dois pedaços de carne.

e casa de show?” por exemplo... Aí eu vou dizer, “não, é um bar e casa de show não, é casa de evento”. Faço evento, não é show.

Eu: Aí não seria a UPP que iria regularizar horário é isso que o senhor está dizendo...

Rômulo: Não, aí ia ser pela justiça comum mesmo.

Eu: Uhum, Uhm.

Rômulo: Eu não sei onde que faz isso lá, mas...

Eu: Mas não ia ser por aqui, não ia ser pela UPP...?

Rômulo: Não! A UPP não ia mais se meter em nada comigo não, a UPP ia ficar de fora de tudo...

Eu: Isso é uma outra vantagem...

Rômulo: É, era outra vantagem, que eu ia ter o registro formal, né? O registro que a minha casa é legalizada e dentro da documentação tá os termos tudinho, né? O que eu posso fazer, o que eu não posso fazer, né? Então, a UPP chegar aqui, eu jogo o papel na cara dele, vão voltar com a cara no chão e aí não vão poder se meter. Pra começar isso, a justiça vai mandar pra eles, vai mandar um papel, vai mandar um aviso pra ele, né? Dizendo que foi legalizado, que ele não tem que se meter comigo, com certeza tem que rolar, porque senão não dá pra trabalhar assim... mas, um dia eu vou fazer isso pra chegar lá.

(...)

Eu: O que o senhor entende por esse processo é que daria mais essa segurança, né?

Rômulo: Dá! Com certeza, com certeza. Eu ia ter que pagar uma taxa porque quem é legalizado tem que pagar impostos, mas aqui também não ia ser essas coisas demais. Porque ser dentro do morro é uma taxazinha mínima. Então, é melhor a gente pagar pra ter... tá tudo certo, legalizado.

(...)

Rômulo: Agora eu trabalho com os meus filhos como eu sempre quis, graças a deus, o meu menino que... eu dei esse bar do lado aqui pra ele...

Eu: É o que está viajando...

Rômulo: É. Ele trabalhava numa padaria no Catete, aí ele mudou de horário, né? Botarem ele pra, porque ele é confeitiro, é profissional de confeitaria e tudo... botaram ele pra trabalhar de manhã, só que ele saía daqui quatro hora da manhã, né? Tinha que pegar 5 horas lá. E aqui não tem ônibus, o primeiro ônibus aqui passa 05:30h.

Eu: Sei.

Rômulo: Antes, não tem. Aí ele descia de pé aqui pra pegar... aí foi um dia assaltaram ele lá na boca do túnel ali, lá na rua [dá o nome da rua].

Eu: Se onde é.

Rômulo: Aí ele foi falar com o patrão, o patrão dele falou que não podia fazer nada por ele, né? Falando com ele, eu falei “não, se ele não pode fazer nada eu posso, porque eu sou o seu pai.” Aí eu já tinha pegado isso aqui [de volta, referindo-se ao bar], eu falei, você fica aí, no bar do lado aí...

Eu: O senhor comprou aquele ali do lado ou já veio com esse aqui?

Rômulo: Não, não essa lojinha é alugada, é de um amigo meu.

Eu: O senhor alugou. O senhor paga quanto por mês?

Rômulo: 400. Aí eu botei... ele agora ele tá viajando, eu vou reabrir essa semana pra esperar ele chegar, vai chegar ele com a banda dele aqui todinha vai ficar todo mundo morando aqui.

Eu: É uma alegria o senhor poder fazer isso pelos seus filhos?

Rômulo: Porra, maluco, é bom, pô, muito bom. É aquilo que eu falei pra ele, “meu filho, o pouco que der pra gente aqui, você não está correndo nenhum risco, não tá pagando passagem, né? Não tá pagando por isso, aquilo, aquilo outro, está tranquilo, o que tiver de acontecer acontece aonde você está, mas se você podendo evitar... melhor, né?” [...] Pois é, rapaz, e aí é assim... como você sabe... resolvido o negócio... se acontecer o que eu tô querendo e der certo eu vou melhorar tudo, né? A minha tendência é melhorar mais, se deus quiser, expandir. Enquanto não acontece eu tô indo, fazendo como eu posso, né?

Eu: Uhum...

Rômulo: O resto é resto.

Eu: Certo.

Rômulo: Se der pra gente construir daqui pra frente eu vou construir... mas, tamo por aí... Eu vou te falar um negócio, rapaz, pra eu chegar até onde eu cheguei... eu ralei pra caralho. Tenho ralado muito. Porque o cabra nascer, chegar... Eu saí de casa, da minha vida, das minhas terra, larguei o meu pai eu tinha 17 anos eu ia fazer 18 anos... daí eu tô com o quê? 51 ano. De lá pra cá eu venho ralando esses anos todo... já cheguei a passar fome, já cheguei a dormir na rua... já, aqui já passei muita coisa. Aí, quer dizer, aí nego chega aqui hoje: “ah, quanto é que o preço aqui...?”, “é tanto”, aí o cara fala assim “ah, mas está caro”, eu falei, “então, lá embaixo, na central, é tanto... então, vai lá pra ver quanto é que tá saindo pra tu”, eu falo assim, não esquento, não, de vender não, não quer comprar não compra, vem outro compra, é assim... aí... nego aqui pensa que ser comerciante é pra qualquer um, mas não é não... ser comerciante, não é chegar, “ah vou botar um comércio”, tu pode até tá com dinheiro! Chegar e botar tudo aqui, pega essa loja vazia e enche de tudo! Né? Como você viu aí. Mas, o que que adianta você botar tudo e você não saber trabalhar. Não adianta nada, se acaba tudo aí.

Eu: Além da coisa de saber lidar com o cliente tem que ter essa disposição né...?

Rômulo: Exatamente, porque, por exemplo, eu pego agora de 4, 4 e pouca da tarde, eu fico aqui até de sexta-feira pra sábado eu fico aqui até 6 da manhã de sábado... é uma, é um horário bem puxado, né? Quer dizer, de 4 da tarde até 4 da manhã, dá doze horas... aqui não tem férias e nem folga, aqui... ele [o filho] folga domingo, eu não folgo domingo e nem dia nenhum... é de domingo à domingo, não tenho dia parado, não... Minha folga é de dia, né? Porque eu largo aqui, na hora que eu saio eu vou pra casa dormir e às vezes ainda tenho que levantar pra fazer algumas coisas durante o dia... Quem não corre atrás não tem nada não, não adianta tu ficar em casa esperando a coisa cair porque não vai cair não, se não correr atrás, deus falou “faz por onde que eu te ajudarei”, agora se você não fizer por onde, ele não vai te ajudar. Pra começar tu tem que ter fê e pedir a ele ajuda, né? Senão não vai dar certo, se não correr atrás, ninguém vai te dar nada e ninguém, aqui ninguém dá nada a ninguém não. Aqui, se puder tirar, tira de tu, não te dá.

Eu: É?

Rômulo: É, aqui é assim. Eu sei porque... quando tu perguntou naquela hora se eu tinha ajuda... ajuda não. Tudo que eu fiz aqui, tudo que entra aqui é pago. Se o cabra trabalhou um dia aqui, uma hora, é pago, se o cara me dá uma ajuda quando eu cheguei aqui eu tenho que dar 2, 3 ou 5 reais a ele. É assim. Se eu disser “obrigado” ele vai dizer “não, obrigado não... não dá comida na minha barriga não”. Mas é assim é assim aqui, mas eu prefiro fazer assim que é pra ninguém falar...

(...)

Eu: Você já botou gente pra trabalhar com o senhor? A família ajudou ou contratou alguém...?

Rômulo: Aqui já trabalhou, já trabalhou um rapaz comigo uma vez... trabalhou dois, né? Trabalhou dois, trabalhou um rapaz comigo uma vez e depois ele mesmo me pediu pra sair porque tinha arrumado outro emprego lá fora ganhando mais eu falei “vai, vai porque eu não posso pagar... mais que você ganha lá fora não posso pagar.”

Eu: Pagava um salário?

Rômulo: Eu não me lembro quanto é que eu pagava pra ele não...

Eu: E nesse tempo todo sempre teve alguém te ajudando, não?

Rômulo: Não, não, não, a maioria não, poucas vezes... Esse rapaz me ajudou uma vez aí, aí me pediu pra sair, depois veio outro, antes veio outro, um amigo meu lá do Rio das Pedras morava lá que é até meu xará aqui também, eu botei ele, mas ele bebia muito, aí... eu não gosto de trabalhar com gente que tem vício de beber em serviço não, eu já bebi também, mas desde que eu parei que eu comecei a trabalhar aqui eu parei e larguei a minha bebida, de vício, de bebida, de fumar, eu larguei tudo! Porque não dá certo (...) Aqui toda ajuda que tinha tudo foi pago. Todo serviço que eu fiz aqui, tudo que foi, que trabalharam aqui comigo, tudo é pago, aqui ninguém dá ajuda em nada pra dizer assim pra mim dizer “obrigado” e o cabra dizer “valeu, Rômulo”, não. Se eu disser “obrigado, valeu pela força aí”, o cara sai me

xingando. Aqui tudo é... tem é, se nego der até um peido alto aí é pago, sabe? Eu mesmo nunca pedi nada aqui [aponta pra casa em que mora], essa casa aqui, são duas casas, o material que gastei aí, eu pagava o quê na época? 70 reais no metro de areia eu pagava 100 pro cara chegar aqui lá de baixo.

Eu: Pra subir...

Rômulo: Pra subir... né? Tijolo a mesma coisa. O tijolo exato eu não me lembro quanto é que eu pagava. Eu sei que tudo era pago, tudo aqui nego paga aqui. Aqui, eu vou no mercado aqui, faço uma compra de mil reais, 1.200, as vezes mais, né? Aí, chega ali embaixo, tem as pessoas pra ajudar, é cada uma caminhada dali pra cá nego quer 5 reais cada viajada, 5 reais. Aí, se tu vai querer tirar isso em cima da mercadoria o cara fica chamando a gente de ladrão. É assim... ninguém dá nada de graça pra ninguém não, rapaz, é assim. Agora, se nego... é aquele negócio, quem nunca trabalhou em comércio não sabe o que é comerciante é que fala essas coisas pro comerciante, sabe? Porque não sabe o esforço e o trabalho que dá pro cara tocar, não só ser o comerciante, mas pra manter ele!

(...)

Rômulo: (...) Aí, é como eu te falei, pra chegar aonde eu cheguei eu ralei pra caralho, ralei muito porque eu fui um pai de família que eu nunca botei a minha mulher pra trabalhar pra me ajudar a criar os meus filhos... sempre o emprego dela foi em casa cuidando deles, sabe? Da casa, e eu ralava pra botar, e graça a Deus eu passei por tudo isso. Dificuldade todo mundo tem, né? Mas, eu passei por todas elas. Hoje eu tô aqui... posso bem dizer que hoje eu tô bem, graça a Deus, pelo que eu passei... Posso dizer que venci, venci. Venci porque se disser que eu não venci eu tô mentindo. Eu posso dizer que venci, com certeza. Porque só quem passou pelo que eu passei é quem sabe, sabe? Porque eu vou te contar uma coisa, a construção dessa casa aqui, como eu falei, se você tivesse visto... quem viu, pode perguntar quem viu que te fala como é que foi, o tanto que eu ralei pra construir essa casa aí. Não só ralar, assim, dizer, assim, “eu comprei o material e paguei o pedreiro”, não foi não. A de cima foi fácil, agora essa de baixo... essa de baixo aqui eu tirava era 3, 4 pessoas todo dia carregando saco de entulho pra fora, barro, pedra, eu tirava cada pedaço de pedra aqui maior de que essa mesa aqui, ó, muito maior. [Dirige-se ao filho:] “Não é não Leonardo? Os pedaço de pedra que nós tirava lá de dentro não era maior de que isso aqui, não?” Tinha que quebrar tudinho de marrão... Aí foi um ano, um ano direto quebrando pedra aí dentro, de uma barreira grande que tinha aí. Até, sabe? Refazendo... eu levantei tudinho, bati essa laje aí, aí deixei, larguei, eu deixei embaixo, falei “vou subir vou fazer ali em cima”... Eu só comprei essa casa do jeito que ela tava pelo espaço pra fazer outra em cima, sabe?

Eu: Entendi.

Rômulo: Porque quem comprasse era dono do espaço todo, né? Porque tem muita gente, a maioria de gente, tem uma casa, mas não é o dono da laje. Porque não pode construir nada em cima porque em cima é de outro dono, aí não existe isso! Eu não queria. Então, demorei esse tempo todinho. Falei, “não... vou comprar uma casa pra mim”... podia até falar assim “nem que ela seja ruim”... mas, pra eu fazer do meu jeito, né? E eu achei isso daí. Eu cansei até o velho pra comprar, quando o dono ele era vivo não vendia nem por um caralho. Aí quando ele morreu a filha dele veio e me vendeu, vendeu essa, aquela ali que era dele e aquela acolá, ele morreu naquela de lá. Ele era dono dessa aqui... e dessa, aí a mulher da acolá foi embora e queria vender, ele comprou aquela casa dele, aí ele mudou pra lá e abandonou essa e essa. Aí quando ele morreu, aí... a menina dele também, que já morreu a filha dele, aí eu falei e comprei essa casa dele, comprei barato mesmo, comprei por 2 mil, mas tinha entulho demais aí dentro, cara, só bagaceiro de entulho que o velho jogava aí dentro, tu tinha que ver.

Eu: O cara tratava a casa igual um lixo, fazia de lixo.

Rômulo: Pior de que pátio da Comlurb, cara! Isso aí, tu tinha que ver como é que tinha... bagaço de pau, de tudo. Cansei de ver ele subir aqui, ele não podia ver um pedacinho de pau nas escadas que ficava catando e jogando pra debaixo do braço, subia aqui e jogava lá e ia pra casa, de tardezinha ele vinha cozinhar jerimum e batata doce aqui, ia cozinhar lá fora, na frente dela aí. Aí pegava os pau e jogava

dentro, apagava os pau e jogava dentro. Aí um dia ele jogou água não viu direito, o tição não apagou direito, né? Aí pegou, jogou no meio de um monte de madeira que já tinha lá dentro, tudo sequinho, aí foi rápido que pegou fogo, o fogo estalou tudo. Você pode passar aqui e ver que o relógio ali ainda tá queimado, derretido, na porta. Aí foi na época que eu comprei. Aí eu parei em 2010 que eu fui lá em casa lá no Ceará buscar os meus pais, né? Minha mãe mais meu pai. Eles tavam tendo um problema lá com um rapaz que eles criaram lá de não sei de onde... virou um cachaceiro do caralho. Aí tava arrumando problema com os velho lá e ligaram pra cá pra gente ir lá buscar eles porque se não podia acontecer o pior.

Eu: Entendi.

Rômulo: Aí eu fui, até num intuito de cometer uma besteira, mas a minha irmã foi comigo e não deixou.

Eu: Era um filho adotivo, digamos assim.

Rômulo: É, exatamente. Aí quando eu fui lá, eu trouxe os meus pais e quando os meus pais chegaram, aí eu meti bronca aí, meti bronca, meti bronca, só parei quando terminei, graça a Deus, eu passei praí pra dentro em 2012.

Eu: 2012...?

Rômulo: Foi em 2012 que eu passei praí pra dentro dela. Da minha de cima, né? A dos meninos ainda demorou mais um pouco que eu fui construindo aos pouquinhos.

Eu: Foi quando o senhor vendeu aqui, né?

Rômulo: Não, quando eu vendi eu já tinha terminado aqui também. Ou não, cara... Ou foi 2011... Foi, foi no final de 2011 mesmo... é, que eu vendi isso aqui, eu vendi o bar em setembro de 2012... Que quando eu fui no Ceará a casa já tava bem adiantada, quando eu cheguei eu só fiz o acabamento, tava bem adiantado... aí meti bronca aí... tá aí hoje... tudo bem arrumadinho, tudo bem-feitinho, tudo bem emassadinho, tudo bem, piso do chão... a minha casa lá de cima eu botei piso na cozinha até o teto, tudinho, no banheiro, tudo. Meu banheiro é do tamanho disso aqui, ó... [aponta pruma parte do bar].

Eu: Grandão.

Rômulo: É, com mais de quase 4 metro assim com 2 de largura.

Eu: Enorme.

Rômulo: É, é grande. Da largura da cozinha, todinho, bem grandão. Deles daí de baixo também, do mesmo jeito, na casa dos meninos aí, botei tudo grandão. Saí do aluguel, graças a Deus, eu tô hoje... o que eu ganho, o que eu invisto em mercadoria mesmo é pra... prumas coisinha pra casa... é isso aí. E essa é minha vida. E eu vou continuar se Deus quiser até quando Deus quiser, até quando Deus quiser... daqui agora... Eu, eu vou fazer, eu não vou fazer que nem o finado Tancredo Neves falou não, quando ele foi candidato, se lembra, o que ele falou? Não sei se tu lembra.

Eu: Não...

Rômulo: Ele falou, quando ele ganhou, que da presidência nem Deus tirava ele. Ele falou uma besteira, né? Porque Deus tirou ele. Aí eu, eu não vou falar assim, eu vou falar assim “daqui só deus me tira, né?” Não vou falar que nem ele me tira, só ele me tira daqui. E ele não há de querer que eu saia daqui só quando ele quiser mesmo se for uma boa causa.

(...)

Eu: À medida que o comércio foi crescendo o senhor pôde fazer essas...²⁷⁵

Rômulo: É, à medida que o comércio foi crescendo, eu também fui investindo nele também, né? Investindo nele e investindo em mim. Que nem essa casa aqui, essa casa é de dois andar, essa casa de baixo também é minha. Quer dizer, não é minha, é minha e dos meus filhos, essa casa aí é dos meus filhos, é dele aí e do irmão dele, né? E a minha é a de cima. Então, quer dizer, eu comprei essa casa aqui com o dinheiro daqui, sabe? Eu comprei essa casa com... essa de baixo... se tu visse quando foi que eu comprei tu não acredita se tu entrar dentro dela hoje, se tu tivesse visto quando eu comprei. Quando eu comprei essa casa tava tão... tava abandonada, lá

²⁷⁵ Nesse momento, Rômulo falava de algumas reformas que já fez no seu estabelecimento, bem como as que teve que fazer especificamente para reassumi-lo depois do período da gestão de Allan, quem, segundo Rômulo, destruiu uma série de equipamentos do bar.

atrás, toda queimada, que o velho morava ali, coroinha, fazia fogo ali dentro, ali fora cozinhava com fogo de lenha ali do lado de fora, né? Aí toda vez que ele vinha da rua, juntando todo pedaço de pau que ele via nas escadas, ele juntava e vinha trazendo e jogava tudo ali dentro, aí quando ele cozinhava ali fora, ele pegava um pouco d'água e jogava no fogo e apagava... aí, um dia ele achou que tinha apagado tudo não apagou, ele pegou os pedaços e jogou de volta dentro do monte que tava dentro de casa, sabe? Aí veio simhora. Aí lá pegou fogo. Aí estalou tudo essa casa de baixo aí era só uma choupana velha... Eu passei um ano cortando pedra lá atrás dela aí pra crescer ela pra poder, sabe? Que hoje é o quarto do meu filho lá. Eu comprei da filha dele, ele morreu e aí a filha dele veio e me vendeu, sabe? Tanto que com 6 meses que a menina me vendeu, ela também faleceu que ela também era doente também, a menina faleceu a filha dele, uma garota muito gente boa. Ela me vendeu...

Eu: Foi quando que senhor comprou aqui?

Rômulo: Eu comprei isso aqui em 2007, 2008 por aí.

Eu: Nesse estado que o senhor falou...?

Rômulo: No estado que eu te falei. Aí quebrei ela todinha, uma banda dela todinha e... quebrei a laje velha todinha, que tava tudo feia, mostrando ferro, a casca de baixo, assim, só o ferro aparecendo, sabe? Daqui tu tá vendo aqui a marca que era a laje da casa de baixo...

Eu: Tô vendo.

Rômulo: Aumentei duas fileiras de tijolo pra deixar ela mais alta pra botar a laje, aí eu aumentei ela pra cima um pouquinho e botei aquela laje de novo, essa laje é pré-montada. Aí fiz essa laje, fiz, eu quebrei ela todinha, refiz tudinho, piso, parede, coluna, essa casa de baixo todo no ferro 3/8, gastei... o dinheiro que eu gastei nessa casa aqui dava pra fazer duas em cima e ainda sobrava dinheiro.

Eu: E o senhor trabalha também com obra ou você teve que contratar gente?

Rômulo: Não, eu trabalho com obra, mas eu tenho um problema muito sério de coluna e não posso mais trabalhar agachado nem torto... sabe?

Eu: Então o senhor teve que contratar também mão de obra...

Rômulo: É, aqui eu trabalhei, aqui quem fez aqui foi eu e o pedreiro, eu como servente, né? E o pedreiro, eu trabalhando pra ele pra não botar servente porque isso aí dava pra mim fazer, aí fizemos, fez eu e ele. Aí eu assentava tijolo, eu fazia massa...

Eu: Demorou quanto tempo pra ficar pronto tudo?

Rômulo: Rapaz, essa daí debaixo demorou muito porque quando eu fui pro Ceará em 2009, 2010 eu fui no Ceará, quando eu voltei é que eu fui terminar, sabe? Eu fui buscar os meus pais lá que estavam doentes lá, tavam com problema com um abestado lá... só trouxe dor de cabeça para eles, eu fui buscar eles lá.

Eu: Aí eles vieram morar como senhor?

Rômulo: Veio morar comigo não, veio morar com a minha irmã lá em Itaboraí, queria ficar lá que lá era mais tranquilo que não tinha esse negócio de barulho, queria ficar pra lá. Tem duas irmãs minha que mora lá e eles quiseram ficar com elas. Aí eu vim, essa aí eu fiz, terminei, vim terminar em 2011... Mais ou menos a gente terminou isso daí, essa obra aí... “Não foi Leonardo?!”

Eu: É, tem pouco tempo...

Rômulo: Foi, tem pouco tempo. Eu bati a laje lá debaixo, né? Aí subi, aí falei, “agora eu vou fazer a minha”, eu comprei o material tudinho pra de cima e comecei a trabalhar, aí levantei a de cima, terminei, deixei pronto pra morar, que eu morava de aluguel, né? Lá em cima... Aí quando eu terminei a de cima, que embolsei tudo por dentro, que coloquei piso, emassei, pinteí tudinho, passei pra dentro. Aí eu descí, morando na de cima eu vim terminar a de baixo, aí foi que meus filho... o meu filho mais velho, junto com uma menina ali, tem uma filhinha, aí... eu... essa casa era pra ser até deles, mas aí eles se separaram, aí a minha nora falou que não ia mais morar aqui porque estava separada dele, eu falei “tá bom.” Aí devolvemos o dinheiro dela, né? Porque ela também ajudava, eu falei “me ajuda na lá de baixo que é pra vocês...” Aí quando tava no contra piso e o resto que tinha que fazer, aí eu falei com eles, eles

trabalhavam, falei com eles, “rapaz, vocês vão ficar morando...” Eu tenho eles dois, esse aí e o outro que tá viajando e a minha filha, né?

Eu: São quatro...

Rômulo: É, são três, um faleceu em 2007. Aí eu falei pra eles, “vocês querem...” O outro tinha largado a mulher, tava dentro de casa, né? O Robinho, o mais velho. Aí, eu falei com eles, “rapaz, vocês faz o seguinte, vocês tão trabalhando...” A minha casa é boa a minha casa de cima é grande também, é do mesmo tamanho da de baixo, né? 2 quartos, uma sala, cozinha, banheiro, tudo espaçoso. Aí eu falei com eles, “vocês, faz o seguinte, cara, vocês...” Aí, contou, um quarto da minha filha, o outro meu, aí fica os dois dormindo na sala?! Aí quando eu tava com ela no bolso a ponto de terminar, tava embolsando, né? Aí chegou um amigo aqui um dia e falou assim, “rapaz... aí, eu gostei da casa, você não quer me vender ela não?” Falei, “cara, quanto é que tu me dá na casa?” “Quanto é que tu quer na casa?” Eu falei assim, “dou por 40 mil.” Aí ele olhou assim, que a casa é muito espaçosa, muito boa, “eu te dou 38 mil, na mão, não é fiado não, é na mão.” Falei, “não vendo fiado, não...” Aí eu fiquei olhando. Falei “não...” E ele, “ah, tu pensa aí depois tu me dar a resposta”, eu falei “tá bom, deixa eu olhar direito aqui...” Aí foi que me veio na ideia esse negócio dos meus filhos, sabe? Deles dois. Eu falei assim, “quer saber de uma coisa? Não rapaz, não quero vender, não... Essa casa aqui é dos meus filhos...” Aí, o cara: “então, tá bom...” Aí, quer dizer, aí foi que eu chamei eles dois, falei assim, ó, “é o seguinte: vocês terminam essa casa pra vocês morar nela...” Pensei assim, “que que adianta eu vender e depois eles arrumarem mulher e morar de aluguel, né?”

Eu: Aí hoje moram os filhos do senhor aqui embaixo?

Rômulo: Aí hoje eles moram aí. Quer dizer, esse daqui mora lá na casa do sogro mais a mulher dele.

Eu: Sei.

Rômulo: Porque o outro tem uma banda de forró, tá pro Ceará agora e quando ele voltar vai ficar aí...

Eu: E o senhor mora em cima...

Rômulo: Mora eu com minha mulher e minha filha. E é isso aí que tô falando, esse dinheiro que saiu daí pra construir isso aqui, que eu comprei, foi tudo daqui.

Eu: Tudo do seu comércio...

Rômulo: Tudo daqui, tudo daqui. E a obra que eu fiz aqui também eu ainda não terminei porque agora que eu peguei de volta eu vou terminar esse salão que eu tenho de botar um piso aí... igual eu fiz aqui na frente. Aí quando eu fizer isso eu vou trabalhar na semana com refeição, com comida, vou botar mesa e tudo, com bebida e tudo.

Eu: Ah, o senhor tem esse projeto de botar almoço.

Rômulo: É, tô trabalhando pra isso... Almoço e janta (...) Esse bar aí [aponta pro bar ao lado do seu] era pra tá aberto, meu filho viajou, eu tô tomando conta, mas não sei o que é que tá acontecendo, tem que reabrir essa semana, que vai chegar dia 3 aí...

Eu: Ele já tá chegando, então...

Rômulo: Tá... é pra entregar pra ele, pra ele assumir de novo aí. Tá tudo dentro, tem tudo dentro aí. Abri esse bar aí tem o quê? Eu abri em agosto desse ano passado [2014], aí quando eu peguei aqui de volta eu entreguei o outro pra ele, ele foi viajar, aí... mas, tá aí pronto, os freezer aí tudo com bebida dentro, tá tudo arrumadinho, eu arrumei bem arrumadinho, direitinho, comprei tudo aí pra dentro, aí tá pra ele, dei pra ele, pra ele não ir trabalhar pros outros. E o meu, esse aí, o meu caçula, também saiu lá de onde ele trabalhava e foi pra um emprego, aí chegou lá e não deu certo, aí eu falei, “ô, meu filho, quer saber de uma coisa, eu já tô ficando velho mesmo, vocês tomam conta disso aqui, que isso aqui...” Pra te ser sincero, eu peguei mais isso aqui de volta não foi nem... foi porque, foi por causa deles mesmo.

Eu: Seus filhos.

Rômulo: Eu tô ficando velho mesmo, quando Deus me levar, fica pra eles aí... Né, pra não dizer, assim, “meu pai morreu e me deixou fudido...” Isso eu não quero.

[risos]

7.2 O caso de Leandro: de tendeiro a dono de bar

7.2.1 Introdução

Nascido e criado na favela Horizonte, Leandro tem hoje 50 anos – o mais novo de sete irmãos. A exemplo de Rômulo e de milhões de brasileiros, sua vida empregatícia foi bastante fragmentada, tendo passado por diversos empregos diferentes (“a maioria”, diz ele, “com carteira assinada”) e abandonado a escola (“na idade de 8 ou 9 anos”, diz ele) na quarta série primária para ajudar a mãe a sustentar a casa (seu pai morreu quando ele tinha 6 anos). Antes de fazer a primeira entrevista com ele, que ocorreu em novembro de 2014 no seu bar²⁷⁶, localizado na favela Horizonte, conversamos um pouco sobre sua trajetória. Nesta ocasião, ele me relatou diversos momentos da sua vida, destacando que não morava mais na favela Horizonte há vinte anos, desde 1994, estando, todavia, à frente do bar ali localizado há 10 anos. Na entrevista, ele conta como e por que teve de sair da favela (o que tem a ver com a guerra entre facções do varejo de drogas ilícitas e com o fato de seu irmão ser, ainda hoje, o que se chama de “dono do morro”) e como chegou a conseguir o terreno no qual acabou construindo seu bar. Na época em que saiu da favela, ele mora em diversos lugares, até conseguir, com a ajuda desse seu irmão, estabelecer-se numa casa na qual instalou uma “vendinha” (que hoje é de um de seus filhos). Depois desse movimento, consegue um emprego nas obras do favela-bairro na favela Horizonte e, nessa época, consegue o terreno no qual tem, hoje, seu bar. Leandro, botando um pouco em perspectiva sua trajetória, avalia que é um “vitorioso”. Em determinado momento da entrevista, ele comenta que “(...) então, hoje, eu olho assim pra mim, isso aí, ó [apontando pro bar], é uma vitória na minha vida. É uma vitória. Passei por cada uma, altos e baixos. Essa daí, ó, é a minha história da minha vida. Tudo que eu tenho é isso aí, ó. Não preciso de ninguém.” Explica, ainda, que começou como um “pé sujo” até conseguir se estabelecer, a despeito das reações em contrário dos comerciantes locais, como um “bar”. Sobre essa distinção, Leandro conta:

Eu: Qual a diferença entre bar, tenda, pé sujo...?

Leandro: O pé sujo, cara, é onde vende de tudo, para todo mundo. Pé sujo é onde para todo mundo. Pessoa cospe no chão, a pessoa pinta o sete. Então, pé sujo é aquilo que gosta de

²⁷⁶ Fiz ainda uma segunda entrevista em novembro de 2017; ambas ocorreram no seu bar.

vender as coisa rápido, pé sujo... Você chega na cidade tem o botequim. Mas, se você for perguntar o cara, tem cara que não chama aquilo de botequim, chama de pé sujo. Porque ali tem de tudo o que ele tem num restaurante, mas tudo num preço que dá pro cara comer. O cara pode entrar no botequim hoje, num botequim sem camisa, entra, senta, come e bebe. E se você for, chegar num restaurante aí, às vezes não é nem um restaurante de luxo, mas você tem que botar camisa, você não pode fumar lá dentro... Hoje, os pé sujo, o famoso butiquim que eles chama de pé sujo... hoje você não pode fumar dentro dele, porque a lei não permite mais. Então, você vê cada coisa interessante...

Eu: Aqui, o senhor chama mais de tenda, o seu...?

Leandro: O meu, todo mundo chama... Hoje, é um bar.

Eu: Um bar.

Leandro: Hoje é um bar, hoje é um bar. Antigamente era uma tendinha.

Eu: Tendinha é uma coisa menor...

Leandro: Tendinha é uma coisa, assim, que tá começando agora. Tendinha é aquele bagulho pequenininho de madeira, que tá começando do nada, é um barraquinho, que você tá começando, um barraquinho... O cara diz, “vai ali naquela tendinha ali”. Aqui é tendinha, na roça é venda. Então, “você vai ali naquela tendinhazinha ali, vai lá na tendinha de são fulano e compra isso lá pra mim...” Aí o cara vem correndo pra ir ali na tendinha. Hoje, é um bar.

Eu: Entendi.

Leandro: Porque já modificou. Hoje tem um som, hoje tem uma mesa pra você sentar. Então, hoje já é chamado: um barzinho. Já não é mais tendinha. Se você tá começando aquele barraquinho, com pouco, aquela garrafinhazinha pequenininha ali, com aqueles negocinho, biscoitinho ali, aí o cara, “ah, vai lá na tendinha de fulano lá, na vendinha, e compra...” Aí quando, depois, hoje, depois que já mudou a estrutura, aí já não é mais. Já é um bar. Já vai, “vai lá no Bar do São Jobson, vai no Bar do Tonho, vai lá no Bar do Leandro!”²⁷⁷ Então, já não chama mais, já não é mais tendinha. Mas, quando eu comecei aqui, era tendinha.

7.2.2 Conteúdo da entrevista

Relatando, inicialmente, sua trajetória de vida, Leandro conta que muito cedo teve de sair do colégio para trabalhar. Inicialmente, sem se estender sobre esse período, diz que trabalhava “fazendo carrinho de feira”. Fala rapidamente das dificuldades pelas quais teve de passar na infância e traça, panoramicamente, sua errática vida empregatícia, cujos períodos não estão claros em suas memórias. Esse panorama é importante porque nos permite entender como Leandro passou acalantar o desejo de estabelecer-se por conta própria, podendo “deixar de trabalhar”, como ele diz.

Eu: É, bom, assim, de início, você estava contando... Você, há 20 anos que não mora mais aqui na favela Horizonte e que há 10 você tem esse comércio aqui, não é isso? Mas, que primeiro você teve um fora...

Leandro: Eu tenho um fora.

Eu: Você tem ainda.

Leandro: Eu tenho um fora, mas eu dei pro meu filho.

²⁷⁷ Jobson e Tonho são comerciante que têm seus estabelecimentos próximos ao dele. Tonho, cujo bar encontra-se a poucos metros do de Leandro, retornará na fala deste em outros momentos da entrevista – como se verá.

Eu: Aí eu queria que o senhor contasse um pouco essa história. Como surgiu a ideia de você montar aqui, quais os trabalhos que você tinha antes, o que você tinha na cabeça quando você começou a montar aqui, como é que você achou o espaço... Como é que foi esse processo?

Leandro: Coisa muito complicada na vida, cara... Porque... felizmente, trabalhei em várias empresas, várias, não foi uma só não. Meu pai morreu, deixou a gente eu tinha seis anos, minha mãe sacrificava, trabalhava pra caramba.

Eu: Você é nascido e criado aqui, né?

Leandro: Nascido e criado aqui dentro da comunidade, só que era na parte de cima, parte alta²⁷⁸. Então, nascido e criado. Meu pai morreu, deixou a gente com seis anos de idade, minha mãe ralando pra caramba na casa de família...

Eu: Vocês eram quantos?

Leandro: Éramos sete. Então, a gente aqui, dentro de casa, ela saía pra trabalhar, nós, escola de manhã, tinha que lavar louça, arrumar casa, aprender a fazer comida, tá? E lavava até roupa nós lavava pra quando ela chegasse em casa tava tudo pronto... Felizmente nós éramos sete... ela trabalhava pra caramba, larguei o colégio na quarta série porque não tinha mais como eu estudar, tinha... tinha uns 8 a 9 anos... Nós tínhamos em casa, atrás da casa, uns 10 a 15 leitão, porco, aqui em cima, nós criávamos porco, pegávamos comida lá no centro da cidade, então era muito difícil... (...)

Leandro: (...) com 8 anos, nós tava fazendo carrinho de feira. Dez ano eu tava na feira da São Salvador trabalhando na feira de São Salvador e na feira em São Salvador nós saía era sexta, sexta era na são salvador, sábado era na general Osório, Osório não, general Glicério, lá nas Laranjeiras, aí nós fazia essas duas feiras...²⁷⁹

Eu: Isso no primeiro trabalho do senhor...?

Leandro: Isso daí foi meu primeiro trabalho...

(...)

Leandro: (...) Graças a deus, eu aprendi um pouquinho de cada coisa, eu fui tudo na vida: fui feirante, fui lustrador de móveis, fui ajudante de pintor, fui obreiro, fui servente de obras, trabalhei na Brahma, trabalhei no mercado, no mercado então que foi o salto mais miserável que eu tive. No mercado eu fui... entrei como depositista, de depositista eu fui...

Eu: Era supermercado grande...?

Leandro: Era supermercado, antigo Paes Mendonça, na Tijuca. Aí, ali eu fui depositista, fui faxineiro, fui peixeiro, fui ajudante de padeiro, eu fui depositista, segurança, fiscal de salão, fim das conta: fui maloteiro. Aí fui maloteiro do mercado. Aí depois o cara virou pra mim: “ó”, o gerente, “a partir de agora você vai ser fiscal de salão”. Eu falei: “cara, bota na sua cabeça, como eu vou ser fiscal de salão, tá? Ali em cima tem o Salgueiro, ali tem o Andaraí, tem mais vários morros, então, o quê que acontece? Hoje eu pego um cara aqui dentro e lá fora? Quem vai me proteger?” Aí ele “não, é fiscal de salão.” Aí, larguei de mão também. Caí fora. Depois, fui pra Brahma. Quatro hora da manhã eu saía daqui de dentro da favela horizonte. Pra bater cartão cinco hora da manhã. Cinco hora da manhã tava em cima de um caminhão já. E não tinha hora pra chegar em casa. Era duas viagens forçado e tinha que ralar mano, tinha que ralar. Daí, mano, só foi sofrimento. Até que eu saí dali e fui pra uma firma de limpeza. Fui, comecei na faxina. Depois fui encarregado da faxina. Passei a ser encarregado, que eu era um dos melhores. Fui encarregado por 3 anos e tal. Enjoei. Me jogaram pra segurança. Lá na Maria da Graça. Era assalto duas vezes na semana na rua. Saí da Maria da Graça e fiz mais. Fui trabalhar de copeiro lá na Avenida Ayrton Senna [na Barra da Tijuca]. Num restaurante. Era uma firma contratada, aí eu saí, o cara queria que eu ficasse eu não quis. Caí fora, “não, não dá pra mim, não”. Eu saía de casa 10 hora do dia. Chegava lá duas da tarde. Saía de lá uma da manhã, não tinha lazer, não tinha descanso, não tinha nada. Então, isso tudo eu fui caindo fora. Aí, o quê que me acontece? Fui, arrumei um trabalho na faxina... de novo... [depois] fui pra padaria lá no Méier. Trabalhei na

²⁷⁸ O bar de Leandro localiza-se na “parte baixa” da favela, de alto grau de declividade.

²⁷⁹ A Praça São Salvador localiza-se no bairro do Largo do Machado, próximo de Laranjeiras.

padaria dois anos e tal. A padaria era assalto duas, três vezes na semana o assaltante tava ali. Enquadrava todo mundo dentro da padaria e o cara drogado com a cara toda e boca espumando, a gente era obrigado a fazer o quê? Todo mundo pro fundo da padaria e tirava tudo de todo mundo, depois o cara da padaria me botou pra ficar fazendo a segurança, aí meu irmão, foi a gota d'água, eu falei, “meu irmão... não dá pra mim, aqui dentro eu sou tudo, sou copeiro, limpo a casa, sou ajudante de padeiro...” E hoje eu dou graças a Deus por ter passado por tudo isso. Por quê? Felizmente eu aprendi muita coisa nisso tudo, eu aprendi foi a lei da sobrevivência! Tá? Porque ali [na padaria], eu aprendi a fazer pão, eu ali eu aprendi a fazer salgadinho, ali eu aprendi a fazer bolo, ali eu aprendi a fazer torta, só que eu não peguei, eu não tenho o que... Se eu arrumar um trabalho hoje, assim, como eu vou chegar lá e vou falar: “eu sou isso”? Porque minha carteira não era assinada... Mas, na padaria eu aprendi, ela foi um marco, porque foi dali que eu aprendi a fazer salgado, a fazer muitas coisas ali dentro...

Eu: O senhor não assinou a carteira em nenhum desses trabalhos...

Leandro: Não... Desse da padaria não. Só na padaria que não foi assinada. Nos outros era tudo assinado.

Na sequência imediata desta última frase (“nos outros era tudo assinado”), Leandro começa a contar uma experiência que teve, de 3 anos de trabalho, numa “firma de limpeza”. Nesse relato, ele destaca esta experiência como um ponto de inflexão a partir do qual, em função de um episódio traumático com a justiça, resolveu que “não queria trabalhar mais”. Com “não trabalhar mais”, Leandro refere-se a uma recusa subjetiva ao assalariamento (a ter que “trabalhar pros outros”, como diz Rômulo), de modo que nunca se remete ao seu ofício à frente do bar como “trabalho”, reservando este termo apenas para as relações de assalariamento que envolvem, na sua experiência, subordinação e submissão às ordens de outrem. Na mesma toada, Leandro conta com algum detalhe o processo pelo qual foi obrigado a sair da favela Horizonte, revelando o quanto a vida na favela pode ser “cercada” em termos de cerceamento do direito de morar, de trabalhar e de ir e vir (e isso em função da atuação conjugada de uma linguagem específica, de uma ordem social particular e da atuação do Estado através – senão exclusivamente ao menos sobretudo – da instituição policial).

Eu: O senhor não assinou a carteira em nenhum desses trabalhos...

Leandro: Não... Desse da padaria não. Só na padaria que não foi assinada. Nos outros era tudo assinado. A minha irritação maior que me fez eu sair do trabalho, eu parar, parar de vez de trabalhar, foi quando eu trabalhei 3 ano na firma. Mano... Eu trabalhei 3 anos numa firma de limpeza...

Eu: Que idade o senhor tinha?

Leandro: Já tava com uns 30 e pouco... Trabalhei uns três anos. O quê que me aconteceu na firma de limpeza...? A firma de limpeza abriu falência. Trabalhei 3 anos e tal, nada a nada... vai dá pra receber uma merrequinha, né? Eu trabalhava na Ilha do Governador, no aeroporto... a gente fazia, era faxineiro de lá, de duas da tarde às dez da noite... aí, mano, a firma abriu falência, aí eu falei, “cara, que pobrema eu tô arrumando.... 3 ano e tal já...”

Eu: Você tinha carteira assinada?

Leandro: Tinha carteira assinada... Fomo pra audiência. Quando eu cheguei na audiência, pensei que era no ministério do trabalho que geralmente é lá no ministério do trabalho, cheguei correndo, entrei no ministério do trabalho, quando eu fui ver o cara falou, “não, meu irmão, olha só, era aqui, mas agora é na Santa Luzia, no prédio do ministério do trabalho.” Eu falei, “pô, cara!” E ele: “é, realmente, agora você vai ter que ir pra lá.” Aí eu

saí voado! Atravessando a pista em tempo do carro me jogar pro alto. Mano, elevador demorando, subi a escada voado. Quando eu cheguei lá e entrei o cara falou: “meu irmão, infelizmente você perdeu a audiência”. Eu falei, “por que eu perdi a audiência?” O cara falou, “um minuto é uma hora...”

Eu: O juiz...?

Leandro: “Um minuto é uma hora...” O juiz... “um minuto é uma hora...” Tranquilo. Triste, mas infelizmente, podia fazer o quê? Entregar só na mão de deus... Caí fora, fui embora pra minha casa. Nisso eu nem morava mais aqui, tava morando lá embaixo, na rua **[nome da rua do Bairro em que se encontra a favela Horizonte]**. Aí daí até hoje eu não quis mais trabalhar de carteira assinada, porque eu achei uma decepção. Aí eu tive a ideia de abrir um comerciazinho pra mim... Desde essa decepção eu fiquei triste e eu não penso em trabalhar em carteira assinada... Eu não pretendo, assim, trabalhar mais de carteira assinada porque... o certo mesmo é eu trabalhar pra mim, pagar o meu INPS e acertar a minha vida, tá? Porque você trabalha pros outros você é um escravo, você é um escravo. Porque você toma esporro, você não pode chegar a atrasado, você não pode fazer isso, você não pode fazer aquilo, é muita coisa em jogo, então... você chega atrasado tá tomando esporro, você quer sair um pouco mais cedo você tem que pedir autorização, você tem que ficar toda hora dependendo dos outros, mas, se você trabalhar por conta própria hoje, você for lá, pagar seu INPS, acertar as suas conta, fazer tudo direitinho, você não tem estresse com ninguém.

(...)

Eu: Como é que foi esse movimento de o senhor sair daqui?

Leandro: O movimento daqui... porque aqui não tinha mais condições de morar na época. Na época que tinha um tal de... Hoje... é diferente... na época não diz, não dizia “terceiro comando” e nem “comando vermelho”, não existia isso aqui. Era polícia mineira! E era várias facção aqui dentro. Aqui dentro tinha... ali em cima tinha um grupo de traficante, aqui, lá nos **[nome de uma localidade da favela]**, onde mora a Edinéia, ali tinha um grupo de traficante, aqui em cima tinha outro, aqui atrás tinha outro, aqui no meio tinha outro, ali você descendo nas **[nome de uma localidade da favela]** tinha outro... Maluco, existia facção! Só que os cara dava tiro todo dia, briga, mas com a gente, morador, eles não mexia, depois que acabou essa fase, essa coisa de todas essas facção, um grupo tomou conta, um grupo, que era o pior grupo, mais miserável que teve aqui dentro dessa comunidade. Se você perguntar a qualquer um. Qualquer um aqui. Meu irmão, pode perguntar... Se eles conheceram a “família do rei”. É a família mais miserável que teve aqui dentro dessa comunidade. Eles mandavam nisso aqui tudo, porque mataram o dono da boca de fumo... aqui, isso aqui antigamente era uma quadra de baile, aqui na associação, era ali em cima, aqui embaixo era uma quadra de baile... Não existia essa parte com comércio... Aí, um cara que tinha aqui, que era o líder deles, era o tal do Tiago, mataram o cara aqui dentro com um tiro aqui debaixo do queixo e aí dominaram o morro. Nessa que eles dominaram o morro muita gente sofreu. Eles estrupava, eles matava os outros, eles roubava porco dos outros, eles assaltava tendinha porque não tinha competência pra tomar conta duma comunidade, até que veio outra, outro grupo que foi o tal da Nova República. A Nova República foi uma das melhores que passou aqui pela comunidade. Que foi o falecido Dalton. O falecido Dalton dominou essa favela toda. Então, não tinha assalto, não via de menor cheirando, nem fumando e nem fazendo contenção, não via troca de tiro dentro da comunidade, você ia no **[nome de favela próxima]**, ia na **[nome de favela próxima]**, ia no **[nome de favela próxima]**, ia em tudo quanto é canto, os cara vinha pra cá, tinha festival, tinha baile direto, furacão dois mil, flashbock, tudo o que tinha direito ele trazia pra comunidade pra agradar a nós... Então, foi um dia maravilhoso. Depois, mano... que os cara dominaram isso aí... A guerra ficou... Aí mataram o Dalton. A polícia matou o Dalton. Matou o Dalton. Parou a comunidade. Aí veio um grupo miserável também. Que foi o tal do terceiro comando. Que se juntou os caras daqui, os caras do **[nome de favela próxima]**... **[nome de favela próxima]** e **[nome de favela próxima]**... Tinha os donos daqui, com os de lá, com os **[nome de favela próxima]**, aí começaram a fazer maldade com os outros... Que era um tal de espião... Então, era o ex-marido de uma menina daqui de dentro... Então, os caras vieram fazendo confusão. Mesma coisa de antes. Então, era os cara encrenqueiro, nada pra comer tinha, mas tinha que roubar dos outros, então nós criava porco, nós criava tudo, aí criava um tipo duma confusão, porque eles queria pegar as coisa dos outro e nós não deixava, na

nossa casa nós não deixava. Aí o meu cunhado, que era mecânico, eles ia chamar ele no cú da madrugada pra poder fazer as coisas pra ele, aí pra tirar a minha irmã daqui nós queria sair, por causa que o marido dela toda vez tinha que acordar no cú da madrugada pra fazer favor pros cara [do terceiro comando], aí não tinha lógica. Nessa época... foi que o comando vermelho resolveu assumir a comunidade... muita morte, muita troca de tiros... e que eu tive que sair do morro. Porque quando a guerra começou a ficar pior de novo, aí, o meu irmão falou, “olha só, o negócio é o seguinte...”, meu irmão também é meio piroca da ideia, faz parte desses negócios deles também... então, ele virou pra mim, “olha só, desce lá pra baixo que eu tenho uma casa lá, que nós vamos tomar a comunidade.” Meu irmão tinha comprado uma casa pra minha mãe, ele falou “olha só, fica pulando de galho em galho não, aquela casa tá vazia, não tem ninguém morando lá, só não escangalha a casa, fica lá o tempo que for, pode ficar com a casa, cara, fica aí dentro da casa aí ó, minha mãe mora embaixo, sozinha, a casa tá vazia”, que a casa é dois andar. Eu até hoje eu tô lá graças a ele. Hoje, ele tá lá preso, mas eu tô achando que ele, eu, pelo que eu to vendo, eu tô achando que ele não tá nem mais querendo estar, mas tá de frente...

Eu: Mas, o senhor tava falando que teve que sair do morro...

Leandro: Isso. E o morador que tava aqui, a maioria do morador fechou tudo com ele. Se uniram tudo a ele. “Nós vamos tomar a comunidade, que ninguém tá aguentando, o morador não tá aguentando mais, nós vamos tomar.” Quando ele falou isso, “nós vamos tomar”, me chamou lá embaixo, ele falou comigo lá embaixo, que aqui ele não podia subir. Eles conversaram lá embaixo, na rua. Eu falei, “tranquilo, então vai dar tempo de eu tirar as minhas coisas...” Quando chegou, mano, que eu pensei que ia dar tempo de tirar as coisas, não deu nem tempo! Ele falou lá embaixo comigo... Aí que falei com a mulher... Eu, minha esposa e mais minha filha e o meu filho mais velho, os dois. Aí eu falei, “ó, vamos arrumar as coisas... porque o [diz o nome do irmão] falou que vai botar o coro pra comer aqui... E ele vai brigar com os cara do terceiro comando, então, se a gente ficar aqui eu vou morrer.” Certo? Aí o meu outro irmão que morava aqui, mais do lado ali, eu falei com ele, “ó, atividade que vai acontecer isso e isso e isso aqui”. E ele, “ah, tá tranquilo, qualquer coisa nós sai fora!” Mano, quando deu... 3 horas... 3 não... foi no máximo, assim, meia noite e pouca, eu tô escutando aquele montão de homem passando na porta de casa, aí um cara falou, “ó, o Leandro mora aqui”, aí eu pensei “porra, que porra é essa...?” Quando eu olhei da janela, abri uma brechinha, aí eu olhei, quando eu vi aquele montão de homem, arma pra tudo quanto é lado, eu falei “meu deus do céu, agora ferrou”, aí daqui a pouco vem ele, bateu na porta, “ó, não tem jeito, dá seu jeito aí”. Eu falei, “mano, não dá pra sair com ninguém agora não... não dá, uma hora dessa, na madrugada, com é que eu vou descer com mulher e criança aí correndo?!” As criança tudo pequeno... E ele, “não, meu irmão, dá seu jeito.” Aí começou: bababababababa! Tiro pra caralho. É gritando, “matamo, matamo, segura, corre, pega!” Eles pegando os cara do terceiro... Mano, quando nós conseguimos sair daqui, era 10 pras 6 da manhã. Consegui, voltei, peguei as crianças, catei o pouco que deu pra catar, tranquei a casa toda, descemo correndo lá por trás, pegamo o ônibus, fomo lá pra baixo pra casa da minha mãe, que minha mãe já morava lá embaixo... Aí o que que eu fiz? Fiquei lá morando na casa da minha mãe. Aí, ele [seu irmão] chegou, tomou... tomaram o morro... dominaram, o comando vermelho...

Eu: Mas, se eles tinham tomado porque que você não podia ficar aqui?

Leandro: Porque era coisa de veneta. Eles tomaram o morro, mas a polícia fechava com o terceiro comando. Então, o que quê acontece? A polícia não ia deixar eles ficar dentro da comunidade. E puxou o terceiro comando todinho de novo. Foi o que aconteceu. O que aconteceu? Eles puxaram o terceiro comando todinho de novo! Daqui a pouco, o pessoal do terceiro comando que morava aqui embaixo no [diz o nome da favela contígua], grita daqui, grita dali, daqui a pouco, o terceiro comando veio com quem? Com a polícia; a polícia na frente e o terceiro comando atrás, a polícia na frente e o terceiro comando atrás... E o tiro comendo, bala cantando, bandido morrendo, bandido correndo por dentro do mato, conseguiram ir embora todo mundo. Aí o terceiro comando fez o quê? Força maior. Dominou o morro. A família de quem era parente do comando, eles foram arrebetando a casa de um montão, daqueles morador que se uniram também no dia da guerra, eles tomaram a casa de todo mundo... ficaram aqui mais ou menos um ano... aí, o comando [vermelho], a maioria dos cara foi preso... aí se juntaram de novo, o comando [vermelho] se juntou. Lá vem o comando vermelho de novo. Aí, o quê que acontece? O cara falou, “meu

irmão, é tudo ou nada agora!” Aí entraram no morro, deram a varredura deles aqui, mano... até bandido dentro do latão tinha queimado, cortado, foram fazendo um inferno aqui, mataram... dominaram o morro. Aí, foi comando vermelho de novo. Mas, a metade foi pra **[favela próxima]**, metade ficou aqui. Aí, meu irmão teve que ir lá pra **[favela próxima]** resolver uns problema lá. Aí continuou na **[favela próxima]**, rodou: ficou 3 ano preso. Quando era frei caneca²⁸⁰, ficou uns 3 ano ali. Aí, os muleque **[da favela próxima]** veio aqui... foram pro **[fala os nomes de duas outras favelas próximas]**. Resultado: os bandido do terceiro comando ficaram na parte de baixo, dominando a parte de baixo de novo... Aí, eu fiquei num dia, a minha mulher: “vamo lá em cima na minha mãe?” Eu falei, “vambora... Mas, só que eu não vou por aqui porque não tem como...” Aí caí lá por trás, subi, fui ali em cima, conversei com todo mundo, aí os cara falava, “cara, você é maluco? Que que você tá fazendo aqui? Os terceiro comando tá tudo aí!” Eu falava, “mas, eu olhei, não tô vendo ninguém, então tranquilo.” No mesmo pé, desci de novo, fui embora... aí fui lá, conversei, tava conversando com os caras que foram expulso daqui, perguntaram, “como é que tá lá, cara?” Falei, “po, cara, vim lá do morro agora, andei o morro todinho na parte de cima, na parte de cima não tem ninguém!” Aí, depois de um tempo... depois de um tempo, os garoto que tinha ido embora, fizeram o quê? Retornaram pra parte de cima... aí, daqui pra cá era comando, daqui pra cá era terceiro, dali pra lá é tudo terceiro comando... Era tudo terceiro comando aqui... Até que veio... o catuque da cadeia: “meu irmão, vamos fazer um negócio? Acaba com o terceiro comando, acaba! Porque o morro tem que ser todo comando [vermelho]. Doa a quem doer, mano.” Aí, se reuniram todo mundo de novo, quem tava dentro, quem tava fora... Foram fazendo a varredura até lá embaixo. Aí, cabou. Aí dali pra cá, mano, só comando [vermelho]... só que minha esposa não sentiu mais vontade de voltar pra cá. Até porque eu tinha abandonado a casa, na época invadiram a casa, levaram um bocado de bagulho, perdemo a casa. **Eu:** Aí você continuou nessa casa que você está até hoje...

Leandro: Aí, continuo lá embaixo, na casa que eu te falei.

Então, quando sai da favela, Leandro vai com a família morar na casa em que morava sua mãe, casa que seu irmão (“dono do morro”) comprou. Nessa época é que ocorre seu caso com a justiça, em que não consegue receber a “merrequinha” à qual acreditava ter direito por conta da falência da firma na qual trabalhou. Daí, ele vai “vender água no trânsito no Flamengo”. Pouco depois, consegue trabalhar nas obras do Favela-Bairro da favela Horizonte. Com essas duas ocupações, consegue dar início ao negócio, hoje do seu filho, no quintal da sua casa. Apenas depois, passado um tempo, que ele diz ser “mais ou menos um ano e pouco”, ele consegue negociar a ocupação de um terreno onde hoje localiza-se o seu bar; ocupação essa que tirou proveito do vazio deixado pelo antigo dono da área (que “arrumou problemas com os cara da boca de fumo” e teve de sair do morro), área esta que, em função do abandono e das obras do favela-bairro, havia se transformado num espaço de descarte de lixo (por parte dos moradores) e de entulho (por parte da obra). Trabalhando nas obras do Favela-Bairro, Leandro negocia com o “mestre de obras” a utilização do espaço para abrir seu negócio, indo depois na associação “formalizar” a posse. Leandro relata, ainda, a precariedade com a qual começou o seu negócio, pois ocupou o terreno para, só depois, ir erguendo a

²⁸⁰ Prisão que deu lugar a conjunto habitacional.

estrutura que tem hoje. Interessante notar que a ocupação do terreno por parte de Leandro é, em parte, um efeito indireto da regulação que o tráfico impõe sobre a sociabilidade local: não fosse a expulsão do antigo dono, o terreno não teria ficado vazio (sem dono) e Leandro não poderia ocupá-lo após suas negociações com outros agentes reguladores locais: a associação de moradores e o “mestre de obras” de um programa público de urbanização de favelas.

“(…)

Eu: Entendi. Quando o senhor se mudou pra lá, foi quando você entrou nesse emprego da firma e perdeu a hora no juiz...

Leandro: Perdi tudo no juiz, perdi tudo, mas minha tendência foi...

Eu: E aí, como é que foi isso? Você perdeu esse emprego, perdeu essa indenização, já estava morando lá...

Leandro: ...perdi o emprego, já tava morando lá [já tinha saída da favela Horizonte], aí o quê que acontece? Eu perdi tudo. Aí fui vender o quê? Água no trânsito do Flamengo. Pegava um carrinho, ia vender água lá, comer uma merrequinha, vendia água, aí dali eu tava mantendo a minha família... Aí o cara, um conhecido meu, falou, “ó, vai lá na obra do morro, procura o São Antônio, que ele vai arrumar uma vaga pra você trabalhar lá”. Porra, tava fazendo isso aqui ainda, Favela-Bairro! Aí eu falei, “tranquilo”. Aí vim, conversei com os cara da obra, o cara falou, “o São Antônio não tá aí não, cara. Mas, o que que é?” Ah, o fulano me mandou aqui, dei o nome. O cara pediu pra mim vim aqui, pra mim ver se arrumo uma vaga pra mim, o cara olha pra mim assim e fala, “olha o pedido do seu fulano é uma ordi! Traz só os seus documento...”

Eu: Quem foi, era um amigo seu?

Leandro: Era um conhecido meu. “Traz só os seus documento e você tá empregado”. Eu falei: “tranquilo!”. Aí, fui trabalhando... esse pedaço aqui [referindo-se ao espaço onde localiza-se hoje o seu bar] não tinha nada aqui, cheio de lixo, cheio de entulho, eu peguei, limpei tudinho, deixei tudo limpo... porque isso daqui era de um cara, aí eu fui, conversei com o encarregado... porque o cara que era daqui, era dele mesmo, só que ele vacilou muito, não podia mais entrar mais aqui, com problema com os cara da boca de fumo, então eu tive que ir na associação. Como eu já tá limpando aqui, já tava ocupando, seria meu; aqui é assim: não tem dono, não tem ninguém, tá ali, você vai lá, limpou, você chega na associação de morador, conversa com a associação, chama a presidente, faz uma documentação, registra, tem testemunha, tudo, tudo carimbado, depois se você quiser você vai até o cartório, autentica tudo, deixa tudo autenticado, é assim que funciona aqui.

Eu: E você chegou a autenticar?

Leandro: Não, a minha eu não autentiquei ainda não, a minha tá aí dentro aí eu nem autentiquei, porque eu nem... eu não precisei ainda, porque a hora que eu precisar, eu posso ir lá no cartório, reconhecer firma que eu já tenho e autenticar isso aqui, mas aqui é tudo simples assim, tudo legalizado.

(...)

Eu: Mas, você tava falando que limpou aqui, ocupou...

Leandro: Isso, aí eu deixei tudo limpo, aí os cara da prefeitura também tava tudo aí, deu força pra poder limpar tudo, aí ficou tudo limpinho, aí eu comecei a construir (...) Então, o quê é que eu fiz? Fiz um barraquinho aqui de madeira, comecei ali, aqui no barraquinho de madeira, vazava pra caramba aqui dentro, certo? Então, eu vim sobrevivendo.

Eu: E quando você montou o barraquinho você já começou a vender...?

Leandro: Já comecei a vender...

Eu: Vendia o que no início?

Leandro: Tinha o pessoal da obra... Eu vendia cerveja, vendia doce, vendia cachaça...

Eu: Você trabalhava na obra e ao mesmo tempo tinha um barzinho aqui...

Leandro: Isso, tinha um barzinho aqui. Vendia cachaça, aqui eu tinha sinuca, aqui eu tinha totó, aqui eu tinha fliperama, aqui eu tinha tudo, hoje eu não tenho isso aqui, porque fliperama hoje você não vê mais fliperama por aí, acabou...

Eu: Mas, isso só foi depois de um tempo que você conseguiu botar sinuca, totó...

Leandro: Depois de um tempo, mas não era meu não!

Eu: Ah, não era seu...

Leandro: Não era nada meu não! Tudo era alugado. Você ligava pro cara, o cara, “vou ver aí, onde é?” E eu: “na favela Horizonte.” Aí vinha o cara, olhava... Aí botei quatro fliperama, aí eu trabalhava com as coisas dos outros...

Eu: Mas, aí você recebia uma parcela...

Leandro: Eu recebia uma porcentagem, eu tinha aquela máquina de caça níquel, antigamente, quando era liberada, era máquina de caça-níquel, de moedinha aí, moedinha de 25 centavo... então, eu tinha tudo isso, aqui eu tinha uma sinuca também que não era minha, aqui tinha um totó...

Eu: Isso tem uns 10 anos atrás...

Leandro: Tem uns 10 anos atrás. E depois eu tive parar por causa da obra do projetado²⁸¹.

(...)

Eu: Mas, aqui, quando o senhor montou aqui o senhor já tinha o bar lá embaixo.

Leandro: O bar lá embaixo eu já tinha...

Eu: Como é que foi esse processo de você ter lá antes daqui?

Leandro: Eu tinha um minibar lá embaixo. Porque lá embaixo só existe dois bar lá embaixo. Lá embaixo, era três. Um era da minha irmã, que ela morreu. Que era dentro de uma vila. O meu era na cabeça da vila, logo no começo. O da outra dona era lá embaixo no começo lá embaixo. Hoje só existe um. Por quê? Lá, não tinha pra onde correr. No tráfico, eu não ia entrar, no crime nem tampouco... o cara depois que conquista mulher, filho e uma família tem que pensar duas vezes antes de fazer umas coisa errada... Então, o que é que eu fiz? Mano, lá perto de casa... um pedacinho, deste tamanhinho aqui, falei com a minha mãe...

Eu: Era um espaço na sua casa mesmo...?

Leandro: ...era dentro de casa, no quintal de casa... Cortei um pedacinho, levantei... fui lá, comprei um bocado de bebida quente, em Nilópolis, que era a tal da batida do primo, trouxe bastante batida do primo lá de Nilópolis, fui na Central, comprei um bocado de doce... comecei a botar lá, comecei a vender.

Eu: Isso, o senhor conseguiu o dinheiro pra abrir isso vendendo água...?

Leandro: Consegui vendendo água no trânsito! No trânsito... Depois que eu vim, eu vim pra obra também, o cara, na obra também fui...

Eu: Na obra também deu uma moral...

Leandro: ...na obra deu uma moral também que eu trabalhava de carteira assinada na obra, então deu uma moral também legal.

Eu: E logo então que o senhor abriu lá o senhor abriu aqui também...?

Leandro: Não. Lá abriu bem primeiro, lá abriu primeiro do que aqui. Aqui foi depois...

Eu: Ficou quanto tempo lá até você abrir aqui?

Leandro: Lá, cara, eu fiquei mais ou menos 1 aninho trabalhando direto...

Um ano e pouco trabalhando direto lá embaixo... Só que aqui, a clientela, nascido e criado aqui dentro da comunidade, aqui é a minha casa... então é o que eu falo com a minha esposa, geralmente ela até briga comigo, “ah, você vive mais lá em cima do que aqui embaixo”. Eu falei, “cara, não é questão de viver mais lá em cima. É lá em cima que eu ganho o pão de cada dia, é lá em cima que eu ganho o meu dinheiro, (...) é lá em cima que eu tenho a minha amizade, é lá em cima que eu tenho...” Foi tudo aos poucos... a tendinha, graças a Deus, não tinha televisão quando eu passei pra cá, eu não tinha televisão (...) Vendia cachaça... isso aí é aos poucos, cara, fui vendendo água, cachaça, mas os meus freezer não era freezer assim não, cara... eu tinha um freezer da kibom, que era tampa de vidro, que um cara que me vendeu

²⁸¹ Leandro refere-se à essa “obra do projetado” mais abaixo.

baratinho, porque o cara falou, “meu irmão, vou te fazer um negócio, vou te vender isso aqui barato, porque eu não quero mais trabalhar com isso aqui: tampa de vidro...” E um freezer da Cônsul, aquele em pé, que tá ali, empézinho, cinco gavetinha, só isso.

Eu: Começou assim...

Leandro: Comecei assim e vamo que vamo. Depois, esse baixinho que tava aqui que é o Bira, a mulher dele vendia sorvete aí parou com o sorvete, me vendeu esse freezer deitado, na época, por seiscentos e poucos reais pra eu ir pagando aos poucos, aí eu fui trabalhando, esse daqui que você tá vendo, esse freezer grande aí eu tô pagando ele ainda, esse daí saiu a 3 mil reais. Essa geladeira da Itaipava eu não tinha isso aqui não, eu não tinha mesa, eu não tinha cadeira, não tinha nada disso aqui...

Eu: O banheiro também não tinha...

Leandro: O banheiro também não tinha... O banheiro era um beco que tinha aqui, atrás aqui, eu fiz o quê? Eu furei ali, botei um cano de 40, fiz assim direitinho, botei ali, só que os caras mesmo mijava ali atrás ali, tinha que tá lá jogando balde d’água... e, mano, eu passei maus pedaços aqui, mas nesse maus pedaços que eu passei, graças a deus, eu aprendi muita coisa e foi essa, esse mau pedaço, esse mau tempo que eu passei que me trouxe até aonde eu tô hoje.

Depois de relatar as circunstâncias do início do seu bar na favela Horizonte, Leandro refere-se a dois episódios que, na sua narrativa, são pontos de inflexão na consolidação do seu negócio. Ambos os casos mostram a centralidade da sua capacidade de negociação com agentes privados (no caso da filmagem) e públicos (no caso das obras do Favela-Bairro). Leandro, ainda, um caso no qual teve de negociar com agentes do tráfico de drogas local a retomada de seu bar, o qual, nessa época, estava alugado para outra pessoa – em mais uma ilustração do que Grillo (2014) chamou de “direito informal do tráfico”.

“(...)

Eu: Aí, no início... você me contou aquele dia que tava tendo a obra e você teve que parar...

Leandro: Quando teve a obra aqui do projetado²⁸² aqui, mano, o cara, que era um dos encarregado da obra, começou a fazer o projetado, começou a raspar lá de cima, falou “ó, meu irmão, negócio o seguinte, a partir de agora, vai ter um projetado aqui, só que esse projetado que eu vou fazer aí atrás, eu vou jogar muita sujeira aqui pra baixo e eu vou precisar desse espaço aqui...” Eu já tinha aqui mais ou menos 1 ano e pouco já, ia fazer 2 anos aqui já... Aí, os caras tavam começando aqui, o projetado é sempre o último. Aí, o cara falou, “meu irmão, ó, infelizmente, vai ter um projetado aqui, nesse pedaço aqui todinho...” Não tinha esse projetado, “então, você infelizmente vai ter que parar”. Eu falei, “mano, eu vou parar e o quê que eu vou ganhar com isso?” Aí, o cara falou pra mim, “olha só, você vai parar, mas você não vai perder, você vai ganhar, você para aí, fica trabalhando com nós, eu vou botar você, na sua carteira, você tá como servente, eu vou aumentar mais um pouquinho, vou te botar como pedreiro, você ganha mais um pouquinho, tá? Pra sustentar a sua família e a gente joga tudo pra cá, faz a obra”. Aí eu falei, “já que é assim, tranquilo!” Aí arrebentaram tudo, jogaram tudo no chão de novo, jogou aquele entulho, aquela terra toda. E eu falei, “essa obra vai demorar quanto tempo?” Ele falou, “ó, no máximo um mês, dois mês ou até mais”. Falei com ele, “pô, cara, isso

²⁸² Leandro chama de “projetado” a estrutura de concreto construída para conter a encosta e evitar deslizamentos de terra. De modo contíguo a seu bar, há essa obra de contenção de encostas.

aí demora muito”. Ele, “preocupa não, querendo ou não esse lixo vai ter que descer de lá e você vai ter que sair”. Falei, “tranquilo”. Tirei tudo...

Eu: Nessa época você tinha o quê?

Leandro: Só tinha os dois freezer. Nem televisão eu tinha nessa época não. Eu tinha só os dois freezer e umas bebida aí, biscoito, um doce, biscoito... Mas, já tinha montado uma estruturazinha de madeira. Deixei tudo, tranquei. Desci lá pra baixo. Fiquei naquela pequenininha lá de baixo. E, cara, eu trabalhava aqui, quase todo dia eu tava aqui. Eu chegava, “e aí?” O cara falou pra mim, “não, tá acabando... Fica frio que você não vai perder...” Eu falei, “tranquilo!” Aí, o cara pegou... na obra... quando já tinha acabado o projetado, falou, “ó, vou fazer um negocinho aqui pra você, vou te dar mais uma moral, porque daqui quebrou tudo”. Não prestava mais. Aquelas telha que tava lá, botaram aquelas telha aqui... então, quebraram o que eu já tinha botado pra cima. Aí, foram, pra compensar, fizeram aqui, de bloco, era essa alturinha aqui mesma...²⁸³

Eu: Ah, não era assim, era com telha...

Leandro: Não, era telha... Diferente da laje que tem hoje, a laje foi tudo meu esforço, foi meu sacrifício, tudo. O cara só fez isso aqui. E acabou. E botou telha ali, eu falei, “pô, cara, então, já que vocês estão fazendo isso aí, vão mexer aí, faz um banheirinho ali então pra mim cara, pelo menos um banheirinho, vai dar pra mim estabelecer”. O cara falou “ó, vai fazer por nossa conta, que já tem bloco lá”. O cara levantou de bloco também, aquela altura ali também.

Eu: E botou esses dois banheirinho?

Leandro: Não, um banheirinho só, aí levantou, botou a telha Brasilite, botou as telha, não tinha vaso, não tinha nada. Eu que coloquei vaso, eu que coloquei tudo, aí ficou um banheiro maior, aí melhorou 100 por cento. Aí, eu juntei, eu vinha pra cá, comecei a trabalhar de novo, aí trabalha daqui, trabalha dali, trabalha daqui, o espaço que eu tinha aqui, não tinha telha, não tinha nada. Só tinha telha até aqui pra tampar esse pedacinho aqui pra não chover no pessoal. Mas, mesmo assim eu fui teimoso. Botei fliperama, botei sinuca, botei totó... tudo isso. Quando chovia, eu tinha que tá arrastando tudo pro canto. Então, hoje, hoje... eu penso assim, isso aí tudo pra mim graças a deus, foi uma vitória de deus. Porque aí que comecei, aí furei, arranquei as telha todinha. Fui trabalhando aqui...

Eu: Isso você sozinho ou...

Leandro: Sozinho, ninguém me ajudou. Aí, eu comecei... Não tinha ninguém... fui na obra, pedi o cara, “pô, me arruma uma madeira aí pra mim.” Aí o cara falou, “vou te ajudar, vou te dar uma madeira e alguns pedaço de ferro e você dá seu jeito lá, valeu?” Aí, eu já meti a cinta, comecei, arranquei as telha tudo, cortando, amarrando cinta, aí comecei a pegar o material com o Gilson, da loja de material, pra pagar depois e fomo embora, mano²⁸⁴. Daqui a pouco comecei a levantar as colunas daqui de fora e o cara falou, “ah, tá torta, tá isso, tá aquilo.” Eu falo, “pô, cara, eu não sou pedreiro, eu era ajudante, mas ali eu aprendi muita coisa...” “Ah, mas você aprendeu bastante, peraí, deixa eu te dar uma ajuda aqui... aí, é assim que se faz!” Dali eu fui embora. Essa laje foi tudo eu que fiz, eu só paguei pra ajudar a bater a laje e mesmo assim o pedreiro que eu chamei na época... hoje o pedreiro cobra 100, 150 o dia. Eu pedi o cara pra me ajudar a bater essa laje, o cara falou assim pra mim, “olha, se você quiser”, eu me lembro até hoje, de vez em quando ele vem me pedir uma cachaça, “se você quiser que eu ajudo você a bater essa laje aí, é 200!” Eu falei, “cara, você vai me cobrar 200 e eu não ganho nem 1 real...” “Mano, seu irmão tem, dá seu jeito”. Então, eu falei, “cara, meu irmão é uma coisa, eu sou outra...” “Ah, mas seu irmão...” “Meu irmão é um coisa, eu sou outra, eu só quero trabalhar.” Aí, eu falei com meu cupadi, nascido e criado junto, pedreiro, ele falou “cara, por que você não tinha falado isso comigo antes?!” Eu falei, “cara, eu também não vou tirar você do seu trabalho pra vim aqui fazer uma coisa de graça pra mim...” “O que eu

²⁸³ Aqui, Leandro se refere à estrutura na qual, hoje, ele montou a “sede” (por assim dizer) seu bar, onde guarda mercadorias e mantém uma pequena cozinha e uma televisão. Há, no âmbito do bar, uma “área externa” com mesas e cadeiras, estando ali também os dois banheiros por ele construídos posteriormente.

²⁸⁴ Gilson é dono de uma loja de materiais de construção na favela. A única.

puder fazer eu vou fazer, então peraí que eu vou aí te ajudar, vamo virar a laje que dia?” Eu falei, “ó, cara, domingo.” Aí, chega domingo, “você não tem nada ainda?!” (risos) Aí, depois, ele me ajudando, eu trabalhando, começou a filmagem: **[nome do filme]**... **[nome do filme]** começou a filmagem, eu já tava com as escoras, já tinha botado as escora toda, arrumei uns madeirite velho aí que os caras da obra foram me dando, aí ele, “ó, o madeirite só dá pra usar agora, não dá mais não!” Falei, “tranquilo.” Aí comecei, peguei o madeirite do cara, aí **[nome do filme]** corre, filma dali, filma daqui, e tá eu aqui em cima batendo igual um doido, pá!, bá!, com o martelo, aí o cara, “meu irmão, pode falar uma coisa contigo?” Falei, “pode.” “Pô, cara, você tá atrasando o nosso trabalho.” Aí, eu cheguei dentro do cara e falei, “cara, posso ser sincero contigo também?”

Eu: O cara que tava filmando, né?

Leandro: É, que tava filmando **[nome do filme]**! Eu falei pra ele, “pô, posso te fazer uma pergunta também? Vocês deram dinheiro pra todo mundo aí, vocês abasteceram todo mundo com dinheiro, com isso e com aquilo e hoje... vocês não me deram 1 real. Eu tô fazendo a minha obra, o maior sacrifício e você vem pedir pra mim parar a minha obra pra você fazer o seu filme, ganhar dinheiro e eu ficar aqui chupando dedo?” O cara falou, “meu irmão, o que é que você precisa?” Olha como é que Deus é tão bom. Eu falei, “meu irmão, você está vendo aqui? Eu tô aqui batendo essas madeira velha, eu preciso de uns cinco madeirite, dez saco de cimento e algumas varas de vergalhão... isso aí pra vocês não vai custar nada...” Aí, ele, “tá, meu irmão, eu vou conversar com o cara, amanhã eu te dou uma resposta.” Falei, “ah, então eu vou continuar batendo aqui!” E comecei, bá! pá! joga madeira prum lado... aí o cara voltou, “aí, pode parar...”

Eu: No mesmo dia ele voltou...?

Leandro: ...na mesma hora ele voltou, “pode parar a sua obra, o filme vai continuar rolando e o seu material você pode pegar no Gilson, mas para a obra, quando o filme terminar, quando terminar a filmagem aqui você volta, tá bom?”. Falei, “tá bom!” Encostei ali. Fiquei na minha. Ia lá pra baixo. Trabalhava na pequeninha [no minibar]... e trabalhei mais foi no sinal, trabalhei mais um mês assim, também juntando uma merrequinha, cuidando da minha família, aí retornei pra cá... acabou a filmagem, acabou tudo, fui ali, “Gilson, deixaram alguma coisa pra mim aí?” O Gilson, “ó, tem dez saco de cimento, cinco madeirite e tem umas cinco vara de ferro aí, só isso aí...” Falei, “tá bom! Me dá as cinco vara de ferro.” Aí fui lá na obra, conversei com os cara da obra, os cara da obra falou, “você ainda não acabou não, cara?” Falei, “não, não deu tempo.” Aí, os cara, “sobrou um ferro aí, ó...” Conversa vai, conversa vem, pra tudo tem seu jeito. Já vim arrastando umas varas de ferro... fiz o quê? Só esse pedacinho aqui, esse pedacinho aqui só, só essa parte pra mim poder trabalhar, fiz quinze dias, comecei, antes de quinze dias, antes de quinze dias, comecei a arrancar, eu sozinho aí dentro, caiu uma madeira na minha cabeça, mas eu também não parei, em tempo de desmaiar aí sozinho... fura mão, fura pé, tirei tudo, limpei tudo, peguei... não tinha nada pintado, não tinha nada... Comecei a tampar aí esses quadradinhos do banheiro aí porque o cheiro passava. Aí botei... Não tinha como... peguei madeirite, enfiei madeirite aí por dentro, amarrei o madeirite por trás do banheiro, fiquei trabalhando, botei a prateleira ali, botei aqui, fui trabalhando pra mim poder arrumar dinheiro pra poder fazer esse lado aqui. Muitos comerciantes pensou que eu não ia chegar até aqui onde eu tô

(...)

Leandro: (...) Nesse período, eu conquistei muita coisa, eu passei por muita coisa, depois das minhas obra da época do favela-bairro, teve até um período que eu aluguei isso aqui, que eu tive que alugar isso aqui, a minha mãe tava passando muito mal, o meu irmão tava em Bangu [preso], aí eu tinha alugado isso aqui pra poder tomar conta dela, aluguei pra outra pessoa, só que essa outra pessoa, ele vendia churrasquinho aqui também, tranquilo, o cara um cearense, tranquilo. Só que ele se envolveu com coisa errada. Ele se envolveu com as coisa errada. Como assim, ele se envolveu? Começou a falar, “vou fortalecer pra vocês”, falando com os cara da boca, “vou fortalecer vocês”, pra deixar eles trabalhar aqui dentro, endolar as drogas deles aqui. Aí, a mesa da sinuca, quando eu fui ver, o cara foi tirar a tampa da mesa,

o que tinha de papelzinho, não tava no gibi. O cara veio, que eu aluguei, ele gastou as mercadorias dos cara da boca, começou a usar o que não deve, aí o cara que tava ajudando ele antes, tal de Juca, tomou a barraca, tomou o bar. Por que ele tomou o bar? Porque o cara não tinha dinheiro pra pagar a dívida. Aí ele falou pro cara, “meu irmão, vem cá, o bar agora é meu”. Aí o cara foi lá em casa me chamar, falou, “ô, São Leandro”, falei, “o que que houve?”, aí ele, “o Juca falou que o bar agora é dele”, eu falei, “como é que o Juca falou que o bar agora é dele?” Aí sentamo... aí ele, “aconteceu isso, isso, isso e isso”, falei, “puta merda, cara, com esses cara não se envolve nem se brinca, ou você faz o certo ou você não faz nada, porque você se envolveu com os cara errado, com os cara torto, pra quê que você foi fazer isso?” Ele falou assim, “não, é porque ele disse que tava tranquilo, eu tava deixando eles trabalhar lá no bar”, eu falei, “pô, você deixou os cara trabalhar no bar, cara?” Aí ele, “eles só tavam endolando, fazendo as coisas dele”, aí eu, “então, você já levou tudo pro lado errado”. O quê que o cara fez? Tomou o bar, tomou tudo. Aí lá vem eu, lá de baixo, procurei o cara, o cara não tava, aí falei com os cara, falei com o gerente, meu irmão ainda tava em Bangu, aí conversei com os cara aqui, os cara falou assim, “não, ele tá errado, porque o bar é seu, não tem nada a ver uma coisa com a outra, você alugou pro cara, ele tem que fazer o que? Tomar tudo do cara. Mas, o bar ele tem que deixar porque o bar não é dele, é seu.” Falei, “tranquilo, cara, eu vim pra resolver porque eu quero meu bar de volta, porque o bar é alugado, não foi vendido nem foi dado.” Aí... ligaram pro meu irmão lá, meu irmão, comecei a falar com meu irmão, meu irmã falou assim, “olha só, você já falhou nisso, você alugou o bar”, eu falei, “eu aluguei por causa disso, disso e disso”, ele falou assim, “não, então tá certo, porque eu já sei aqui que minha mãe tá doente lá, então...” Ela teve derrame, infarte, esses bagulho tudo, vish, até hoje ela puxa das perna. “Então”, ele falando pra mim, “quer saber de uma coisa? Nove hora da noite você retorna dentro do morro que a gente vai resolver essa parada. Se você tiver certo, você tá certo, se você tiver errado, errado você vai ficar e ainda vai tomar umas porrada dentro do morro, porque não pode vim de caô e nem vim com coisa errada pra cá pra dentro do morro, e se ele tiver errado”, como ele era dono de morro o cara, ele era dono do [nome da favela], “então se ele tiver errado, ele vai te devolver essa porra agora”. Aí quando deu nove hora da noite, eu retornei dentro do morro. Aí eu cheguei ali, ele tava ali, tô vendo ali uma aglomeração fudida ali, eu pensei, “que porra de aglomeração é essa?”, aí um outro carinha, que era o gerente geral falou, “Coé, Leandro, teu irmão tá no telefone ali, ó”, falei, “já é”. Aí tava falando com o Juca ali. Aí comecei a conversar com o Juca. Aí eu falei, “chama meu irmão aí, ele tá, aí?” “Tá.” Aí meu irmão, “aí, o Juca falou que o abestado tava devendo ele” e que mais não sei o que, eu falei, “meu, bota na sua cabeça, abestado que tava devendo ele, eu não tava devendo nada pra ele. O bagulho é meu, eu lutei, eu me sacrifiquei, não pedi nada a boca, não pedi nada a você, não pedi nada a gerente, não pedi nada a ninguém, não dependi de ninguém, eu dependi disso aqui, dos meus braços, portanto, se eu quisesse alguma coisa, se eu te pedisse, você ia mandar me dar, que você é meu irmão, mas eu não te pedi porra nenhuma, mas agora, eu só quero que devolve o meu bagulho.” Aí ele falou do outro lado, “então, eu vou fazer um negócio contigo, o Juca tá bem aí do seu lado.” E eles não tem nada de falar escondido. É tudo no viva-voz pra todo mundo escutar. Tanto faz aqui como lá dentro [da prisão]. Lá dentro, do lado dele, só tinha dono, chefe, bagulho de boca de fumo. Então, é o que os cara falou, “meu irmão, seu o teu irmão tiver errado ele tem que sofrer a punição dele, se o Juca tiver errado ele vai devolver essa porra agora e vai vazar pro [nome da favela] de novo”. Então, foi o que aconteceu. O cara teve que me devolver o bar. O Juca falou, “olha só, o abestado, eu fiz a transação com o abestado, não foi com o seu irmão realmente, mas ele tava na tendinha do seu irmão, por isso que eu peguei a tendinha”, aí o meu irmão, “então a partir de agora, você pega essa tendinha, dá a chave agora na mão dele, tá? E tira tudo que é seu de lá de dentro.”

Eu: Teu irmão falou pra ele.

Leandro: É, falou pra ele. E falou pra mim, “olha só, a partir de hoje, escuta o que que eu vou falar pra você, certo é certo, errado é errado, nunca erra, nunca falha pra

você não sofrer punição de ninguém, tá ligado? Por quê? A vida nossa é uma, a sua é outra, então você aprende a disciplina a partir de hoje, não aluga nada, o Guerra...”; tinha um cara aqui, que ele hoje é falecido, mas era um bandido gente boa, ele era um bandido gente fina, tal do falecido Guerra, aí chamou o Guerra pelo telefone, aquele bondão em volta do telefone, “Guerra, pega a chave, manda pegar a chave e dar na mão do meu irmão aí agora que a gente tamo aqui escutando”, aí pegou a chave, me devolveu a chave. E meu irmão, “depois, amanhã, sem falta, você vem e ele vai tirar tudo que tá aí dentro e agora a partir de hoje é o Guerra que toma conta do pedaço”, falei, “já é”. Aí vim, tirei com ele, ele [o Juca] tirou tudo deles [da boca] que tinha aqui dentro, me entregou a chave e o Guerra que ficou tomando conta desse pedaço da comunidade, aí depois que houve uma desavença boba aí, que o cara achou que o cara [Guerra] tava traíndo ele, aí foi e passou fogo no cara, mas não foi nem meu irmão, foi outros cara que passou fogo no cara [no Guerra], sem o meu irmão saber de nada, quando o meu irmão foi saber já era tarde, não dava nem pra desenrolar mais nada nem saber mais de nada. Aí, eu sei que eu peguei a chave. Até os próprios amigos dele falou pra ele [pro Juca], “pô, cara, você tá errado, você é dono de boca de fumo, querer tomar a barraca de dono de irmão de boca, não entra na sua mente isso não, cara?” Aí o cara [o Juca], “ah, isso aí foi um momento de fraqueza”, eu falei, “mas, esse momento de fraqueza, te trouxe transtorno pra você, trouxe pra mim e trouxe pros cara que tão lá dentro, porque hoje nós tamo tendo que passar por uma pendência dessa”. Daí ele me devolveu chave, me devolveu tudo. Ele hoje tá preso (...) Aí eu voltei a assumir o bar, eu falei, “não tem como eu alugar, não posso alugar e nem tampouco não tem nem como eu deixar os outro ficar aqui” (...) E com a minha mãe a gente teve que revezar... minha família... um ia de manhã, outro ia de noite, aí eu fechava mais cedo, vinha menos, mas alugar eu não alugava, tinha que ficar fechada! Ele [o irmão] falava, “deixa fechada, mas alugar você não aluga”, até hoje... já apareceu várias gente aqui pra alugar, várias gente, eu falei, “não, leva a mal não, filho; não tem aluguel, nada mais, não alugo nada pra ninguém”. Eu vou na minha luta, ainda mais hoje... hoje, eu botei na cabeça, hoje já não tem trabalho... você pode rodar por aí, onde encontrar uma vaga tem que ser indicado por alguém, e hoje eu tô com um galo²⁸⁵, com um galo você não vai encontrar assim um trabalho fácil. Hoje pra pessoa novo, a juventude de hoje, tá brabo, imagina pra gente hoje que tá com 50, certo? Então as coisas já tá mais difícil. Então, só assim se mantendo nesse patarmarzinho assim, é o patamar que Deus deu pra nós e a gente tem que se manter nele, senão fica difícil.

Como se vê, então, as relações que ele conseguiu estabelecer, por um lado, com um dos encarregados da obra do Favela-bairro (bem como com outros trabalhadores) e, por outro lado, com a equipe de filmagem de um longa-metragem que tinha a favela Horizonte como uma de suas locações, foram vitais para o sucesso da sua tentativa de iniciar – praticamente sem recurso inicial – seu negócio. Na sua narrativa, suas condições de início eram tão precárias a ponto de que “muitos comerciantes pensou que eu não ia chegar até aqui onde eu tô”. Além disso, foi igualmente fundamental a sua capacidade de negociar a retomada do bar após Juca – agente do tráfico local – dele se apropriar; toda a negociação, que envolveu a intermediação de seu irmão (“dono morro” da favela Horizonte) que, mesmo preso, arbitrou o conflito que havia se instaurado, ilustram o que Grillo (2013, 2014) identificou como *desenrolo*, como debatemos no capítulo III e voltaremos a discutir no próximo capítulo.

²⁸⁵ 50 anos, referência à nota de 50 reais, popularmente apelidada de “galo” pelo fato desse animal corresponder ao número 50 no jogo do bicho.

Como veremos abaixo, ao referir-se que às condições precárias com as quais iniciou seu negócio, Leandro discorre sobre um assunto que muito o mobiliza: a relação com os outros comerciantes localizados próximos ao seu estabelecimento. Nessa toada, Leandro indica a disputa dos comerciantes por clientes e a combinação de preços (e de produtos específicos a serem vendidos), ora aberta ora velada, que eles protagonizam; indica, ainda, mais uma vez, o papel do tráfico na mediação dos interesses entre os comerciantes – em mais uma ilustração do lugar da socialidade criminal e seu “direito informal” na regulação da vida cotidiana local.

“(…)

Eu: Como é que foi esse processo de você começar e evoluir aqui na relação com os outros comerciantes...?

Leandro: Cara, isso aí... o problema do comerciante é que tem uma guerra terrível, comerciante é pior do que o tráfico. Ele nunca quer ver você se levantar. Sempre aparece um dizendo que você não vai conseguir. Mas, se você olhar pra trás você não consegue mesmo não. É olhar pra frente e dar graças a deus e botar o coro pra comer. É o que eu fazia. Chegou até um comerciante, chegou aqui me ofereceu, “você quer vender isso aqui? Te compro agora.”

Eu: Quando foi?

Leandro: Isso aí... Isso aí tem o quê? Tem uns cinco anos. “Você quer me vender? Eu te compro agora.” Eu falei “não...”

Eu: Se o senhor fosse... Caso fosse o senhor vender, o senhor venderia quanto?

Leandro: Se hoje, hoje, hoje... do jeito que tá aqui, se o cara chegar aqui hoje, com 100 mil eu dou pra ele, menos do que isso eu não dou. Porque eu sei o que eu passei e eu sei o quê que o cara vai ganhar aqui. Porque eu só tô trabalhando com isso aqui porque eu quero, porque eu quero trabalhar com bebida e tira-gosto. Porque se eu abrir pra botar o que ele ali tem²⁸⁶, o que São Jobson tem, o que a padaria tem, o que o público precisa, eu vou ganhar um dinheiro que dá pra me manter da forma correta e da forma que eu quero. Mas, como eu só quero ficar só num barzinho, então eu tenho que ficar nessa mesma que eu tô. Porque teve um comerciante aqui, teve uma que chegou aqui, a filha dele virou pra mim e falou pra mim, “olha, não vende o que o meu pai tá vendendo não”. Eu falei, “por quê?!”

Eu: Qual era o produto?

Leandro: Porque o pai dela vendia arroz, vendia feijão, vendia suco, vendia muitas coisas, era bar e mercearia. O meu não é bar e mercearia. Se você for ver no alvará, o meu é bar e lanchonete, então tem que ser, a norma tem que ser bar e lanchonete, então, tem que ser bar e lanchonete dum jeito ou de outro. Ser bar e lanchonete até eu começar a modificação aí agora.

“(…)

Leandro: Então, as coisas é muito complicadas aqui, cara... Se você for analisar direitinho, as coisas aqui pra você crescer, você tem que ter jogo de cintura...

Eu: O senhor tava falando da filha do...

Leandro: Ela pensou que eu já ia abrir aqui o bar vendendo o que o pai dela tava vendendo, só que o meu negócio não é vender o que eles tão vendendo porque hoje se você for ver, ele não tá mais vendendo o que ele vendia. Não tá mais. Porque hoje ele não tá mais vendendo o que ele vendia... Arroz, feijão, açúcar, sal, óleo, aquele

²⁸⁶ Leandro se refere aqui a um comerciante específico, o Seu Tonho, que retornará mais à frente. Como essa fala nos deixa ver, o local em que Leandro abriu seu bar conta com outros estabelecimentos comerciais, situação distinta da de Rômulo, por exemplo. Essa circunstância é crucial na determinação dos dilemas e questões pelas quais terá de passar o comerciante.

montão, grandão, hoje, ele tá vendendo coisa, conforme eu falei, eu falei, “gente, tem que ter o comerciante do bar e mercearia, tem que ter o comerciante do butequim e tem o comerciante da mercearia, tem que ter o comerciante ali da lanchonete, tem que ter o da sorveteria, tem que ter um pouquinho de cada coisa dentro da comunidade, porque a comunidade precisa.” Se você for ver aqui, eu... quero vender coisa que sai rápido. Não adianta eu pegar uma mala de açúcar, um pacote fechado de arroz, um pacote de sal, açúcar, aí abasteço tudo ali, quanto tempo vai durar aquilo dali pra sair? Se você for ver, quanto tempo vai durar isso tudo pra sair? Você não vai pegar um... você vai fazer um arroz, não vai jogar um pacote de sal dentro do arroz... Mas, a cerveja você vai beber uma, vai dar vontade de beber outra, vai dar vontade de beber outra, o tira-gosto, você come um, se for bom, você traz um amigo, traz outro, já tá batendo papo, tá tirando um gosto daqui, “pô, desce mais uma aí, dá mais uma cervejinha...” Então, é uma coisa que tem saída rápida, esse que é o meu problema. Eu não quero ficar me apegando e me prendendo numa coisa que eu duro 10 ano, 1 ano, 3 ano, ou 4 quatro, 5 mês, por quê? Se uma mercadoria passar da validade... se a pessoa chega ali, tô com um quilo de açúcar ali, tô com uma mala de açúcar ali, saiu três, quatro pacote, a mala continua ali, dois mês, três mês, quatro mês, cinco mês, o cara vai pegar o pacote de açúcar é pedra pura, vai bater pedra, a formiga já tá furando... então, eu falei, “gente, vocês pode ficar tranquilo que essa não é minha praia, a única coisa que eu gosto é de trabalhar com o público, que eu já me acostumei...” (...) Então, hoje pra você que quer ser comerciante, pra você que quer ter um negócio, tem que tratar os outro com amor e com carinho senão não vai pra frente não. É o que eu fazia e é o que eu faço (...) Antes, conforme eu chegava aqui, quando eu chegava aqui já tinha gente me aguardando aqui sentado aqui, porque aqui não tinha portão... Não existia muro aqui, não existia portão aqui, isso aqui era livre. Eu tapava tudo com plástico preto, quando eu chegava aqui o plástico já tava ali fora, já tava enrolado num lugar, e as pessoas ali tudo encostadinha, por quê? Era o modo, era o tratamento, era o lazer que eles tinha. Hoje você chega aqui e procura uma sinuca só tem uma lá no alto do morro e uma na distribuidora de bebida [depósito do Danilo, que conhecemos no relato de Rômulo]. E aqui que é o foco do negócio, aqui que é o metiê, no meio da comunidade, não tem nada, dá dez hora, os bar fechado, só tem a lanchonete ali aberta, a outra lanchonete aqui aberta, que é a do Josiel, São Jobson fecha a meia noite, ele aqui [São Tonho] fecha dez hora da noite, quando eu tenho um freguês que dá pra mim trabalhar até uma hora da manhã, meia noite, onze hora, eu vou, quando não tem, eu vejo que não tem o freguês também não vai adiantar nada eu ficar aqui, eu vou embora... Eu boto o torresmo, eu faço o torresmo, a quantidade... o salgadinho que eu vendo também pequenininho, sai rápido também, é tudo quantidade que dá pra mim trabalhar até o horário que eu vejo... Fiz, dez hora da noite, nove e meia, dez hora, acabou, eu não vou correr pra fazer mais pra botar aqui. Por quê? Eu vou fazer dois trabalho perdido, eu vou correr, fazer, colocar aqui e estragar... porque eu sei que eu não vou vender, dez hora da noite a freguesia já some também... Então, é muita coisa... Todo dia eu tô aqui, só às segunda-feira, que eu tenho que ir pra igreja, graças a deus, eu vou até à igreja, assisto o culto de oito hora da noite, até dez da noite, não tem como eu vim [pro bar], mas antes disso eu passo aqui de dia, dou minha limpeza, dou minha faxina e vou embora. Aí, terça, quarta, quinta, sexta, sábado, domingo, funciona normalmente.

(...)

Eu: E essa coisa... você tava falando da relação com os comerciantes, como foi essa evolução, do início até hoje...

Leandro: Cara, no início comerciante nenhum aceita você abrir um comércio do lado do dele, nenhum... Eles acham que você vai roubar a freguesia dele...

Eu: Você foi falar? Eles vieram?

Leandro: Não, não existe você falar com ele que você vai abrir um comércio. Porque a comunidade é pública... Se você comprou, ou comprou ou você tem sua casa e vai abrir um comércio, você não tem que falar pra ninguém, se você for falar você não vai abrir... Porque eles... O olho grande é pior de que tudo. O cara joga um olho grande, tá arriscado até ir lá na macumba e jogar alguma coisa dentro do seu

quintal pra você não conseguir andar pra frente. Então, hoje você tem que pegar e fazer, porque se você for falar prum comerciante aqui, “ah, vou abrir um barzinho aqui”, o cara já vai querer te quebrar, ele não aceita que você abra um negócio aqui... Ó, aqui na escada... aqui do lado do meu aqui, o cara disse que ia abrir uma lanchonetezinha, café da manhã, a lanchonete dele era café da manhã, ir lá na alfândega, comprar salgadinho do árabe e botar aqui pra vender. O quê que me aconteceu? Quando eu pensei que não, o cara já tava vendendo latão de cerveja, três latão por dez conto. Então, ele tava de maldade... Aí já tava botando salgado, já tava botando a coca cola, tava botando o refrigerante, tava botando tudo um preço mais baixo pra tentar o que... puxar a freguesia dele, mas ele já tinha, os amigo dele já tava fechado ali com ele, tinha hora que você tinha dificuldade de entrar aqui no meu bar, tava difícil, porque o pessoal ficava no caminho... aí, mano, o que que acontece? Eu não me abalei, não me estressei, não fiz... só que o do lado se estressou, o coroa dali, o São Tonho, ele foi lá, chamou, reclamou com quem não devia, que eu acho que não é certo, acho que tem que chamar o cara e conversar com o cara. Foi lá, reclamou... os caras [do tráfico] chamaram todos os comerciantes pra uma reunião... os comerciante desse pedacinho todo aqui. E fomo lá pruma reunião... e ele falou bem claro, “meu irmão, eu não sou contra não, eu quero que o bar abre um do lado do outro e todo mundo trabalhe, mas que entre num acordo.”

Eu: Quem falou isso?

Leandro: O cara da boca. “Que entre num acordo com o preço, entre num acordo com o trabalho, não precisa vocês ficar brigando, o morro dá pra todo mundo e quanto mais comércio dentro da comunidade pros moradores é melhor...” Aí, eu falei, “não, cara, pô...” E ele, “o quê que tá acontecendo?” Aí, eu falei, “o que tá acontecendo é que o cara ao invés de botar a cerveja dele num preço...” Que era três e cinquenta na época o latão... “ele botou três latão por dez merreis, ele botou três latão por dez conto...” Pô, seu eu posso beber três latão por dez por quê que eu vou pagar mais caro no do lado? Eu falei, “mas, ele disse que já falou com vocês aí, que vocês autorizou, quem é eu hoje pra chegar e tirar o cara dali, porque é comércio, eu não posso mandar no comércio dele, eu tenho que mandar no meu.” Aí, ele [da boca] falou pro outro, “olha, você falou que ia botar uma lanchonete, mas nem tudo que um tem o outro tem, você ia botar o que os outro não tem, que é um pastel, um negócio assim”.

Eu: Então ele tinha combinado antes...

Leandro: Tinha combinado, aí sabe o que que foi que o cara falou? Mandou ele fechar... mandou ele fechar, mandou ele parar, tirar tudo daqui, cabou, mandou fechar isso aí... aí ele fechou aqui, mas botou lá na frente, botou mais ali na frente, mas, aí a boca veio de novo, que tava muito feio o que ele botou ali, botou um freezer daqueles deitado, botou as caixa tudo do lado fechando, saiu esticando lona pra tudo quanto é lugar, ficou um barraco, aí a presidente [Tamara] reclamou com ele, ele xingou a presidente, a presidente foi lá na boca, reclamou, e o cara [da boca] mandou que ele desse um jeito, arrumasse tudo direitinho, que ficasse um negócio bonitinho, aí o que que ele fez? Bateu boca, chegou lá no bar do largo, chegou lá no bar do largo²⁸⁷, começou a trabalhar, o bar do largo mandou ele meter o pé de lá também, tirou ele de lá, aí mandou ele sair de lá, aí o bar do largo também não tava pagando mais aluguel, não tava honrando com os compromisso, aí fechou o bar do largo... Então eles vêm pra me derrubar. Mas, graças a deus, deus é tão bom, que ele não conseguiu, ele teve que sair dali, porque o cara [o comerciante que reclamou na boca] não gostava, o outro que tem uma lanchonete ali, veio aqui reclamar também, aí ele fechou o bar dele, foi pro bar do Miguel, o Miguel também não tava dando certo o trabalho deles junto, hoje ele trabalha no hotel aqui perto e eu graças a deus, muitos que passaram aqui, que tentaram me derrubar, fechou... Muitos tentaram me derrubar, nenhum deles conseguiu...

Eu: Como é que foi isso?

Leandro: Muita gente! Antes dele, teve outro aqui também. A dona do estabelecimento botou caldo verde, botou um montão de coisa aqui, não conseguiu

²⁸⁷ Bar do Miguel, entrevistado da próxima seção.

não, mano. Vem na minha rua. Eu parar eu não paro, desde quando eu comecei eu falei, “não paro, não paro, comecei do nada, hoje eu tenho alguma coisa, agradeço muito a deus, e vamos que vamos”, mas parar eu não paro. Até eu conquistar os comerciantes foi difícil. Foi muito difícil pra mim conquistar a amizade dos comerciantes... quando eu chegava, brincava, “me empresta uma caixa aí que eu tô sem caixa lá!”, aí eles vem meio emburrado, “toma aí, leva aí”, aí eu pegava a caixa, daqui a pouco eu ia lá, aí acabava meu gás, invés de eu pedir no caminhão, já ia ali, no cara, nele mesmo [Sêo Tonho], “me dá um gás aí”, e ele, “toma aí”, botava nas costas, já trazia, ele, “você é muquirana mesmo”, falei: “muquirana nada, é nós mesmo, deixa comigo...” Então, aí que eu fui conquistando a amizade deles, porque tinha que ter jogo de cintura, mas mesmo assim, se eu te falar uma coisa, você não vai acreditar, isso aí ainda não é tudo pra eles e mesmo assim de vez em quando ele ali [Sêo Tonho] vem aqui, quando ele não vem ele manda o funcionário dele. Vem uns caras que pega ali com eles... Ele... quando ele trata os cara mal, os cara some... Aí senta tudo aqui, bota a mesa, senta tudo aí, aí manda servir o tira-gosto, manda fazer isso, fazer aquilo, vou lá, faço, aí... de vez em quando vem um funcionário dele aqui, “e, aí, pensei que você tinha subido, me dá um copo aí”, aí bebe um pouquinho, aí disfarça, desce, “aí daqui a pouco eu mando buscar um peixe aí... daqui a pouco eu mando buscar”. Ele mesmo, de vez em quando que ele vem aqui, o Tonho, “e aí, Leandro? Tá comendo muita gente?” Falei, “graças a Deus eu não como ninguém”. “Porra, pensei que cê tava comendo... Tem torresmo mais tarde?” Falei, “tem...” Tem todo dia que ele sabe. Aí sai andando e vai embora... Só pra sondar, entendeu?! Jogar conversa fora... Mas, isso aí não importa não. Eu falo, “gente, ele tem mais vantagem do que eu”, porque se você que vem de lá pra cá a primeira coisa que você vai visar é o bar dele [do Tonho], você vai visar o dele ali, não é o meu bar não é o de ninguém não... pra você visar o meu bar, você tem que fazer o quê? Olhar pra cima, a música tiver tocando, você vai ver, “ih caramba, pô, tem mais um bar aqui, eu vou aqui.” Eu respeito muito eles, não vou lá, não brigo com ninguém, não vou saber quem tá sentado no bar dele, não vou se meter com ninguém, porque o meu dilema é só social, o meu trabalho é só esse aqui, e nesse trabalho aqui que eu falo pra eles, eu ganho o que é meu. Teve um dia que eu saí daqui com 20 reais. O dia inteiro aqui. Vinte reais! E o bar dele cheio. Você pensa que eu gritei, xinguei ele? Chamei, xinguei os cliente? Eu fui pra casa foi rindo à toa, mano. Falei, graças a deus que eu ganhei vinte conto. O cara, “ah, mas você é doido, trabalhar pra fazer 20.” Eu fiz muito. Fiz uma fortuna, mano. Perante a deus ali eu fiz uma fortuna. Porque eu não criei caso com ninguém, não briguei com ninguém, fui embora pra casa tranqüilão... Outro dia... eu enchi aqui de salgadinho... Falei, “vou vender bastante, graças a deus”. O cara ali abrindo ali, não tinha salgadinho pequenininho, só tinha eu, falou que não ia botar, daqui a pouco eu só tô vendo o pessoal descer com saquinho na mão... “ah, fulano ali tá vendendo salgadinho mais barato do que o seu!”

Eu: Vieram falar aqui com você...

Leandro: É, vinte e cinco centavo, o seu tá muito caro. Eu falei, “bom, graças a deus...” Falei, “tudo bem, esquenta a cabeça não. Deus é maior.” Peguei, deu o meu horário, onze e meia da noite, aí veio uns pessoalzinho aí, bebê cerveja, ficou batendo papo comigo aí. Eu vendi, pra não dizer que não vendi, vendi umas duas porçãozinha. Peguei um saquinho, fui botando tudo dentro do saquinho, levei pra casa, não saí emburrado também que eu não saio, cheguei em casa muito bom, muito legal, botei lá em casa, meus netos, meus filhos, sentaram, comeram, bebemos um refrigerante, no outro dia eu vim pra cá mais contente ainda que eu enchi o negócio de novo, botei peixe, botei tudo. “Tem salgado aí, Leandro?” “Tem...” “Me dá dez, me dá dez...” “Ué, o do cara não é o melhor? O do cara não é o mais barato?” “O mais barato se torna caro... porque o salgado dele não tem gosto...” Outro vinha: “ah, tá muito salgado o salgado do cara...” É assim...

Eu: Não é o senhor que faz o salgado, né?

Leandro: Não... esses salgadinho pequenininho você tem que ter paciência pra fazer ou então ter a máquina, e eu não tenho nem tampouco espaço e nem a máquina pra

poder fazer esse salgadinho pequeno. Então, por isso que eu nem faço... que vai tomar muito do meu tempo.

Eu: Aí o senhor compra lá embaixo...

Leandro: Aí eu encomendo lá embaixo e trago, eu tenho a fritadeira, tenho tudo aí, só frito ele aí dentro, coloco aqui tudo fresquinho e não dura nada. Encomendo com uma moça da igreja.

Eu: Em uma semana o senhor vende quatrocentos, né?

Leandro: Porque eu quero que é quatrocentos. Porque se eu pegar segunda, terça e quarta eu vendo até mil salgadinhos aqui... E ela também trabalhando não tem quantidade de fazer aquele montão e eu não tenho um freezer também pra botar, um freezer só pra mim encher de salgado, esses negócio assim. Se eu tivesse até eu mesmo tava fazendo as coxinha, botava as coxinhas aqui... Eu quero jogar o jogo limpo com eles, porque ali é dois e cinquenta o salgado...

Eu: Você vende aqui a quanto?

Leandro: Ali no Josiel é dois e cinquenta... Eu não vendo esses salgados que eles faz.

Eu: Você não vende o maior também não?

Leandro: Não, o maior não, *ele* vende o maior. Se eu quisesse vender o maior, eu podia me dar bem; por quê? Eu ia botar o maior a um real. A um real. E eu tenho tudo aí pra fazer.

Eu: Mas, você só vende o pequeno.

Leandro: Eu só vendo o pequeno porque eu não quero sacanear ele. Eu quero que um comerciante se dá bem com o outro. Porque o que eu não quero pra mim eu não quero pra ele. Mas, só que eles não quer saber de nada disso não. Eles quer saber é de te fuder! O quanto eles puder te arrebentar, te fuder, é com eles mesmo. Agora, te ajudar, pra ser sincero? Aqui dentro do morro, tem não. Não tem. Hoje eu ainda chego ali, eu falo com esse cara aqui [o Sêo Tonho], “e aí? Quanto é que tá custando essa cerveja?” E ele, “sete, bota sete lá também, hein”. “Quanto tá sua coca?” “Sete. Então, bota sete.” “Quanto tá custando um Dreher?” “Três. Então bota três porque...” E nisso aí...

Eu: Vocês acertam isso?

Leandro: Acertamos isso aqui, entre eu e ele.

Eu: Só bebida?

Leandro: Só bebida. Mas, esse negócio de ficar vigiando lá, ficar vigiando essa não é a minha praia. Eu não envolvo. Nem pergunto também o quê que vendeu, o quê que não vendeu (...) E a pizza brotinho também, ninguém tinha pizza brotinho.

Eu: Você faz pizza brotinho também?

Leandro: Faço, ninguém tinha pizza brotinho aqui. Eu vendo a três reais a pizza. Aí o cara aqui embaixo já botou pizza. Um garoto aqui embaixo. Aí ele já vende pizza. Mas, ele falou, “Leandro, não vou colocar brotinho, só vou colocar a grande, tá tranquilo?” Eu falei, “ih, mano, tá tranquilo, todo mundo ganha, se o cara quiser comprar lá, compra, se quiser comprar comigo compra, todos nós vamos vender, vende pouco, mas vende.” Eu só, meu negócio é o seguinte, quando eu acabo minha mercadoria aqui, eu vou embora, dez, onze horas da noite eu tô indo embora.

Eu: Você prefere vender tudo no dia...

Leandro: Isso, eu vendo frango a passarinho, linguiça calabresa, batata frita, batata frita eu vendo meio a meio também, frita com calabresa, eu vendo pizza brotinho, eu vendo torresmo... Então, é uma coisa que... Hoje, se você for pensar, cerveja não te dá dinheiro não. É troca de moeda. Agora, o que te dá um pouquinho mais é o tiragosto. Porque ó... Xerelete. Peixe aqui tá seis merréis. Mas, se esse peixe que eu te vendo a seis merréis o xerelete, é um peixe que eu chegar lá embaixo, menos de dez reais você não vai comer os três peixes. Eles são deste tamanho e frito na hora. Eu só, a única coisa que eu não coloco no peixe, conforme eu falo pra eles, “olha, gente, eu boto a seis contos os três peixes porque também eu tô comprando num preço que dá pra mim fazer pra vocês”, mas, se eu botar dez reais eu vou vender os três peixes por dez conto. Mas, infelizmente, é comunidade. Mas, se chegar lá embaixo, o cara que chega aqui hoje e falar assim “ó, peixe seu tá caro”. Se na rua ele tiver com vontade de comer o peixe hoje, ele vai pagar 15, 20 reais nos três peixes que eu tô te

falando (...) A minha dose de whisky minha é cinco reais... o copinho de whisky, um copinho também pequeno, ali no Josiel já tá sete, aqui [no São Tonho] já tá oito, “ah, porque você não bota a sete reais?” Falei, “cara, o meu copo é aqueles copinho, a comunidade é carente demais... Com uma garrafa dessa, se eu conseguir fazer vinte doses, eu tô bem. Se eu conseguir fazer dez doses, eu também tô bem. Poxa, cara, a cinco reais, dez doses dá 50, a vinte eu faço 100, o preço duma garrafa...” “É, mas você...” “É, tem que saber trabalhar, pô! Não adianta crescer o olho... Pra que tu crescer o olho, eu vou crescer o olho aqui daqui a pouco o cara vai compra um whisky? ‘Não. Não, quero não, me dá uma Da Roça’”. Aí o cara olhou pra minha cara, “é, infelizmente, você vende o seu preço lá que eu vendo o meu aqui”.

Eu: Quem falou isso?

Leandro: O Josiel. Sobre isso aí eu não esquento a cabeça não. Agora, cerveja, tira-gosto... Muitos tinha... O x-tudo meu aqui, o x-tudo meu aqui é cortadão...

Eu: Você faz x-tudo também?

Leandro: Fazia. Eu comecei a fazer x-tudo, garota ali começou. O outro ali começou. O outro lá atrás começou. X-alface, x-bacon, x-salada, x-tudo, com o preço abaixo do meu... eu parei, não quero mais, aí até hoje eu fico só na minha. (...) Se você pensar hoje tudo que eu coloquei aqui todos os pessoal já coloca... A única coisa que não colocaram ainda foi o torresmo... Porque o torresmo espirra, então a única coisa que não colocaram foi o torresmo, mas o resto... Até o peixe. Ninguém tinha peixe dentro da comunidade! O peixe era meu. O Bar do Largo foi fez o quê? Ah! Comia aqui direto os cara, sentava aqui a família dele e era peixe... Aí eu falei “é...” A mãe dele, “ah, ninguém gosta... Peixe é bom, né?” Eu falei, “é cara, ninguém gosta de fazer peixe, só eu mesmo que faço, ninguém faz mesmo... Ninguém tem possibilidade de ficar com aquele fedor de peixe”. Ahã... Ela tá quieta, não falou nada. Não demorou um mês, a faixa tava lá, “inauguração do Bar do Largo”, falando que ia vender peixe e tudo... Aí os cara, “pô, você não vai falar nada não?” Falei, “vou falar o quê, cara? O cara tá lá atrás, deixa ele vender o peixe dele, que vença o melhor...” Tendo, esses negócio tudo, que vença o melhor. Eu só fui vendo reclamação, reclamação daqui, reclamação dali, “ah, o peixe dele é ruim, o peixe dele tá caro, o peixe dele tá não sei o quê...” Aí o cara lá embaixo já viu o bar dele, o bar enchendo, vinha gente de fora, vinha gringo, vinha tudo, o cara já fez sabe o quê? O dono do bar? Mil e duzentos o aluguel. Aí eles comendo mulher de um lado, comendo mulher de outro, o cara sai com uma, sai com outra... O bar foi onde? Fundo do poço! Aí o quê que aconteceu? Não tem bar do largo, não tem bar de nada mais. E ele teve que voltar... a trabalhar. É muita coisa, rapaz, que se a gente for ver assim... Porra...

(...)

Eu: Você disse aquele dia que o comerciante é pior que o tráfico...

Leandro: Mas, é pior que o tráfico! Por que o comerciante é pior que o tráfico? Porque ele é invejoso, o tráfico, ele bota a maconha dele de cinco, o outro dali bota de cinco também. Por exemplo, são duas bocas, é dividido... aqui vende pó de cinco, aqui vende pó de cinco, é dividido, então, que vença ao melhor. O certo é esse. Mas, aqui, no comércio, não é que vença o melhor aqui, aqui se você fizer uma coisa, o comerciante com inveja sua vai lá e quer fazer a mesma coisa, mas botando o preço menor pra te quebrar. Igual... Um tempo atrás, eu cheguei aqui e falei com esse cara ali [São Tonho], “mano, eu vou chegar tarde amanhã e essa mercadoria vai chegar aqui pra mim, mas posso deixar o dinheiro contigo? Vai dar mixaria, é só duas caixinha de cachaça e uns guaranazinho, nem dá trabalho”, e ele, “não, tranquilo, pode deixar tudo aqui quando chegar eu pago”. O cara veio aqui dentro, me procurou, falou com ele, entregou pra ele, mas ele falou que eu não tinha deixado o dinheiro, não tinha deixado nada, deixou par lá, me sacaneou e não ficou a mercadoria. Quer dizer, a mercadoria veio, o cara perguntou a ele por mim e ele com o meu dinheiro e não pegou minha a mercadoria! Não pegou... O cara da Tobi, outra... O cara da Tobi pediu a xerox dos meu documento pra fazer uma inscrição, um cadastro pra mim, sabe o que que eu fiz? O cara falou, “ah, oito hora eu tô aqui”, e pra vir correndo de manhã eu não venho mesmo, então, falei com o cara aqui, “São Tonho, quando o amigo... da Tobi vai chegar aí, o senhor pode entregar essa xerox

aqui pra ele, que ele já sabe já"... passou... pra mim ele já tinha entregado as xerox ao cara tudo, aí teve um dia eu cheguei aqui, eu falei com o cara da Tobi, "e aí, parceiro, como é que ficou a minha inscrição contigo?" E ele, "sua inscrição, que inscrição?" Falei, "pô, os documento que eu já te entreguei, cara." E o cara, "você me entregou documento? Qual foi o dia e a hora que você me entregou documento? Eu quero fazer a sua inscrição que eu quero te vender, mas você me entregou o quê?" Eu falei, "eu deixei ali cara, no São Tonho ali..." E ele, "não, eu fico ali horas mais horas conversando com ele ali, bato papo com ele, mas não me entregou nada", eu falei, "caralho, mano..." Aí eu saí, deixei ele ali, fui ali, "aí, Tonho, tu entregou aquele papel pro amigo ali?" E ele, "que papel, Leandro?" Falei, "aquele documento que eu deixei contigo." Aí ele, "ihhh, caralho, eu me esqueci, tá aqui, tá aqui o documento", falei, "valeu..." Aí peguei, fui ali, entreguei ao cara, aí o cara falou assim, "pô, tá certinho." Quando foi a outra semana já tava fazendo pedido pro cara... Por quê? A inveja é muito grande (...) Você quer vê?... eu ligo o som, aí o pessoal vem aqui, fica aqui, consome aqui, aí ele fica me gritando de lá igual um doido, conforme ele tava me gritando ali, "tem quentinha? tem torresmo? tem isso?", mas não compra nada... eu não vendo quentinha porque a moça aqui dentro vende, então ele fala é só pra me sacanear e pra saber se tem alguém aqui dentro, então eu falo... até na Igreja, eu vou na Igreja, aí a Igreja fala... o olho grande é pior do que tudo, mano... o olho grande, porque o cara tá ali do seu lado e não deixa você se levantar, uns quer ver você se levantar, quer te ajudar, outros só pensa em te quebrar, te jogar lá no chão, mano. Então, isso aí hoje, a gente vê, isso aí não é legal pra ninguém.(...)

Eu: Você tinha comentado que ia botar um caldo de cana...

Leandro: Então, eu *ia* botar, mas não botei, eu ia botar o caldo de cana, mas aí o amigo subiu com as máquina de caldo de cana aqui pra cima... as coisa aqui você tem que fazer, não falar... Porque nós conversando assim, eu falei, "pô, vou botar um caldo de cana aí, vou botar os bagulho aí", aí... o cara da boca mesmo abriu aqui... o caldo de cana (...)

Como já foi explicitado por Leandro em alguns momentos narrativos acima, ele diz que sempre trabalhou sozinho, sem ninguém para ajudá-lo ou para trabalhar (remuneradamente ou não) pra ele. Sobre este tópico, diz que o que o fez ratificar a convicção de trabalhar sozinho foi uma experiência em que seu contratado roubou dinheiro do caixa; diz que mesmo sendo uma exigência do Sebrae a contratação de um funcionário para fins de regulamentação do comércio, ele não colocará ninguém pra trabalhar com ele (porque não quer "ser roubado"). Diz que apenas em "dias de evento" (quando chama uma banda de forró pra tocar em seu bar) é que recebe uma ajuda da família (da esposa e/ou da filha) pra servir os clientes. Quando se refere a essa ajuda da família, conta um pouco sobre a rotina do bar e das estratégias que tem de fazer para conciliar os gostos musicais do seu público consumidor, destacando que só não toca "funk putaria", para o que contribui a criminalização deste estilo musical pela UPP.

"(...)

Eu: O senhor estava falando que sempre foi o senhor sozinho, mas você nunca botou ninguém pra trabalhar com o senhor, não teve empregado, nem família ajudando...?

Leandro: Olha, cara, eu vou ser sincero contigo. Aqui, hoje pra você botar alguém aqui, você tem que ter jogo de cintura e saber quem você coloca, tá? Por quê? Teve

uma época aí, que teve um baile aqui. Um baile muito legal, gostoso. E o baile, e aqui tava cheio. Eu... pra não mexer onde tava o dinheiro... eu falei com um colega meu! Ele, “pode te ajudar aí?” Eu falei, “ajuda aí, tem bastante gente aqui.” Aí ficou me ajudando. Eu falei com ele, “ó...”

Eu: Ele mesmo que pediu pra te ajudar...

Leandro: É. Eu falei com ele, “ó, vou fazer um negócio contigo, eu vou aqui trocar esse dinheiro aqui embaixo rapidinho no São Jobson e você, enquanto você fica aqui, valeu?” Eu descii, fui lá no São Jobson trocar o dinheiro, aí o colega Mirandinha chegou, “coé, Leandro, e aí?! Eu troco esse dinheiro aqui.” Aí eu peguei, fui peguei do Michel, fiquei batendo papo com o Michel... alguns segundo! Daqui a pouco vai uma menina que tava bebendo aqui, um ciente bebendo, foi lá, falou, “cara, você é doído?!” Falei, “não, por quê?” Aí, ela, “você deixou o bar lá na mão do cara...” Só falei, “mas, por quê?” Aí ela falou, “o cara pegou um maço de cigarro, deu pra esposa dele, pegou 10 reais seu, mandou comprar droga com seus 10 reais, você acha isso bonito?” Falei, “não, cara.” Aí, eu vim pra cá. Não falei nada! Nem nada, nada, não toquei no assunto, não falei nada. Aí chegou ele... “E, aí?” Falei, “tranquilo”. Aí dei o troco, pro cara que tava aguardando, dei o troco. Continuamo trabalhando. Aquela época eu bebia, naquela época eu bebia cerveja. Aí eu cheguei, abri uma cerveja pra mim e pra ele. Ele, “legal!” E ele, “aí, tem como bater um pozinho não?” Eu falei, “cara, não tem não... Vai ali, ó, compra um pó, toma...” Dei um dinheiro, “vai lá, compra...” E ele, “e aí, me empresta 10 reais pra mim tomar uma cerveja mais tarde...” E eu, “toma 20...” Mas, isso aí ficou, serviu de lição. Aí até hoje eu não botei mais ninguém aqui pra trabalhar, não botei ninguém mais pra trabalhar. Minha esposa vem aqui quando tem um evento, quando tem um forró aqui, aí ela vem, fica aqui, me dá uma força, minha filha também vem, me dá uma força, mas, hoje, o Sebrae, é... Pequenas e grandes empresas... Eles exige que depois que tá tudo legalizado que você tem que ter ao menos um funcionário trabalhando contigo de carteira assinada.

Eu: Ah, é?

Leandro: É, mas eu não tô ligando pra isso não. Sabe por causa de quê que eu não tô ligando? Porque eu não vou botar funcionário pra me roubar. Eu não vou botar funcionário, pra você ter que ficar botando fita métrica. Eu não vou botar funcionário, pra mim poder ficar contando... Eu tenho quantas caixas de cerveja aqui? Eu tenho cinco caixas de cerveja, eu tenho cinco caixa de litrão, eu tenho oito guaranazinho aqui dentro, quando eu voltar... Olho pro cara, abro o freezer, quanto tem aqui? Olhei... Eu anoto e vejo, “ah, não...” Eu vejo, eu vejo nos bar, nos bares que eu vejo que eu trabalhava... Eu via muito, muito, muito! E ainda vê ainda, se você for ver legal, você vê, o funcionário roubando o patrão... E esse negócio mexe muito, você rala, com uma dificuldade, com sacrifício, pra depois você chegar ali, for ver, olhar, botar um cara pra trabalhar contigo e saber que tá faltando... Aí você, “pô cara, abri as portas, dei trabalho e tô sendo roubado.” Eu tenho um colega aqui, ele, ele trabalha. Num restaurante. Todo dia ele traz duas, três peça de filé mignon. E aí? Fala pra mim. Eu fico olhando, “caralho... esse cara é chefe de cozinha, ele faz isso no trabalho dele, imagina se ele trabalhasse aqui comigo...” Então, hoje... Igual o São Jobson... O São Jobson botou um cara lá que trabalhava, São Jobson só tomava fumo. Hoje é só família que trabalha lá. Aqui no mercadinho trabalha duas moça. Mas, se você for ver legal, toda hora, de vez em quando, eles tão aqui, tudo prestando conta, “você vendeu uma bala?”, “vendi uma bala”, “você vendeu isso?”, “vendi”, então eu vou ficar em cima dos outros? Apesar de que tem que ficar, o patrimônio é nosso, quem tem que ver somos nós. Mas, eu não tô com esse negócio não. De ficar vigiando que eu não gosto de ser vigiado. E é por isso que hoje também se depender de eu trabalhar... mercado, trabalhar em loja, eu não vou.

(...)

Eu: E é só nesses dias de evento que você tem a ajuda da sua família...

Leandro: É, só tenho ajuda deles no dia do evento. De quinze em quinze dias. Tem mais ou menos um ano assim. Um ano. Mas, eu tenho o meu som, eu posso ligar ali, mas o forró cantado ele é legal, o forró ao vivo traz mais o público... e domingo mesmo, domingo mesmo eu liguei o meu som aí, tinha um pessoal aqui, a menina da

loja aqui, tava aqui sentada aí, comendo, bebendo também, pediu pra baixar, aí eu botei num volume... Aí tinha um pessoal desse lado que é cearense, pediu que aumentasse, aí você fica como? Depois acertou. Tem uns que quer escutar forró, tem uns que diz que forró é música de doido, tem uns que quer escutar funk, putaria, tem outro que quer escutar melody, que é funk mais antigo, tem outros que quer escutar pagode, daqui a pouco tem uns que quer escutar um outro tipo de forró, outro tipo de pagode, tem uns que quer escutar flash back... O bom é que eu tenho um pouquinho cada coisa, aí eu tenho que...

Eu: Só música de funk que você falou que não coloca, né?

Leandro: Funk de putaria, eles pode ajoelhar, pedir aqui que eu não coloco. Por quê que eu não coloco? Eu não quero pobrema com os cara da UPP querendo arrumar pobrema comigo, tá? E nem quero pobrema com os meus freguês. Por quê? Eu vou agradar os que gostam de mostrar o rabo, gostam de balançar a bundinha e vou desagradar os meus freguês que tá gastando e bebendo comigo? Esse funk... eu tenho até alguns ali, mas eu não coloco de jeito nenhum, a metade já foi pro lixo (...) Aí eu já deixo esse pobrema do funk, lá pro cara lá de cima, ele abriu um bar aí, ele tem lá um “abre as perna, faz beicinho e faz não sei o quê”, ih, então eu já deixo pra ele... **Eu:** No bar lá em cima...

Leandro: Lá em cima tem sapatão, lá em cima tem viado, lá em cima tem tudo, e aqui já não tem, aqui é mais familiar...²⁸⁸

Ponto de destaque na sua narrativa é, sem dúvida, uma avaliação sobre os impactos da UPP. Assim como Rômulo, Leandro se agasta com a regulação da UPP sobre os eventos e festas que podem ocorrer na favela, mas sua experiência é de longe menos traumática que a de Rômulo. Reclama que a chegada da UPP fez com que ele passasse a ganhar menos dinheiro (dada essa regulação), mas comemora – em 2014 – o a diminuição da intensidade do tráfico ostensivamente armado na favela.

(...)

Leandro: A comunidade hoje tá boa pra caramba... pro jeito que era...

Eu: Ia te perguntar isso mesmo...

Leandro: Melhorou pra caramba. Melhorou 100%, em tudo. Antigamente era barro, hoje é tudo concretizado. Antigamente... o Sebrae nunca veio aqui, hoje veio. O cadastro dos bar nunca foi feito, hoje é. Antigamente, você ganhava mais dinheiro. Ganhava mais dinheiro. Não tem um que diz que não ganhava porque ganhava. E o cara que tiver aqui dentro dessa comunidade e falar pra mim que não ganhava dinheiro eu digo pra ele assim: “você é miserável, safado e mentiroso.” Sabe por causa de quê? Porque antigamente o tráfico era 24 horas. Os cara bebia e comia dia e noite. Só que tem aqueles que vendia fiado era mó dificuldade pra receber, mas, infelizmente, felizmente, eles vendia, ainda mais quando tinha baile funk, que vinha pessoal de tudo quanto é comunidade pra cá, era tudo mais caro! Cerveja se fosse assim, oito reais é o litrão hoje, no dia do baile era 10. Uma garrafa de vinho que é 10, era 15, um energético de 10 conto era 30, em dia de baile (...) Hoje tá melhor por quê? Você não vê... Eu posso ficar aqui até uma hora da manhã, duas horas, três, quatro horas... Sair daqui tranquilo. Antigamente, você tinha que dormir com um olho no padre outro na missa. Você tava aqui, de repente a polícia invadia, dava troca de tiro pra lá, troca de tiro pra cá, você tinha que tá correndo, arriando porta, correndo quando dava... e hoje, você não precisa fazer mais isso. Antigamente, ficava aqui, o cara entrava dentro do seu bar, com mó baseadão na boca, você não podia falar nada, antigamente o cara entrava com um revólver na cintura, você não

²⁸⁸ Esse bar a que Leandro se refere é o bar do Allan, que, como sabemos, voltou a ser de Rômulo.

podia falar nada, antigamente, entrava aqui dentro, contando... o gerente tava aqui, dois, três soldado aqui assim, você ia falar o quê? Nada. Hoje, hoje você vê... não entra ninguém fumando nada dentro do bar, não entra ninguém encostado aqui, o outro bebendo cerveja ali com bagulho no nariz usando droga, hoje, então, um lazer total pra quem viu quem te vê (...) Antigamente era mais complicado, você tava aqui, daqui a pouco entrava o cara com fuzil, daqui a pouco entrava outro com negócio pendurado nas costas, “me dá uma cerveja, me dá isso...” Você falava, “ah, menor, não pode fumar não...” O cara, “ah, meu irmão, quem sabe é nós! Peraí, só tô enrolando.” Daqui a pouco ele fumava... Hoje, você chega aí, ó... Mó lazerzão. Eu não vou dizer que com essa UPP aí dentro do morro tá bom. Por quê? Você sabe que bom não tá. Bom era no dia em que você chegava: “meu irmão, quero fazer um baile funk”. A comunidade já tava, “não... tranquilo”. Caminhão já tava chegando... Quando falava, “vou um baile funk no sábado no morro.” Os prospectos já tavam espalhado aí, quando chegava no sábado o caminhãozão entrando aqui dentro, o caixa arriando, daqui a pouco o baile comendo, casa cheia, é baile, era forró, era pagode, tudo que botava enchia... hoje... você pra fazer um baile, você tem que pedir dois, três meses antes... com antecedência, pra ver se o capitão vai autorizar ou se não vai. Se der bem e olhar pra sua cara e achar que deve autorizar vai ser autorizado, se achar que não, não dá... A única comunidade hoje, se você for ver, que não tem um baile, não tem um divertimento, aqui não tem um divertimento, não tem nada, aí vai e diz, “ah, é o tráfico...” Não é o tráfico! Não é o tráfico, é birra mesmo do capitão, de alguém, com a comunidade, porque não autoriza nada, não tem nada, não tem um baile... A única comunidade que não tem nada: é a favela Horizonte. Mas, é o maior lazer, maior lazer, coisa maravilhosa é tá aí, ó... Você sobe, você desce, você brinca, você faz de tudo, mas, infelizmente...

Eu: Você está falando dos eventos, você falou que faz evento de forró... Como é que foi isso, a autorização?

Leandro: Até mesmo sendo barraqueiro, mesmo sendo da comunidade, nós temos que pedir autorização.

Eu: E como é que é isso? Você vai direto nele?

Leandro: Não, eu vou direto à presidente [da associação de moradores] dentro da comunidade. A presidente vai lá, fala com ele e ele quer saber aonde é o bar, onde não é, identidade, CPF, comprovante de residência, tem que ter tudo isso, de tal hora até tal hora... aqui é de 15 em 15 dias a autorização.

Eu: Você tem autorização pra fazer de 15 em 15 dias e tem horário pra começar e pra terminar...

Leandro: De dez às quatro da manhã, não pode passar de quatro horas.

Eu: Mas, você já teve algum problema nisso ou...

Leandro: Não, eu não tive nenhum problema porque graças a deus... A autorização eu não tive problema porque a Tamara [presidente da associação de moradores] foi lá, conversou com ele, ele falou que a Tamara é que autorizaria, mas queria saber, pediu os documentos, pediu o telefone, depois ligou pra saber se é eu mesmo, pra saber o bar, a identidade e CPF, nome de mãe, nome de pai, RG, tudo isso, até parece que eu ia abrir uma prestação na Casas Bahia...[risos]

Leandro: Se você for ver a gente... é muita dificuldade, você passa por cada tempestade... Mas, graças a Deus... Eu acho que é o trabalho dele e ele tem o direito de fazer isso mesmo e se houver um problema o responsável sou eu... Então, sobre isso aí... tranquilo. E até que...

(...)

Leandro: (...) Na época da bandidagem, o movimento era melhor do que hoje... porque todo mundo saía, mesmo com tiroteio aqui, couro comendo, o pessoal vinha pra rua, ficava aí, sentava até tarde, bebia, comia, dançava, os bares andava tudo lotado, depois que a polícia veio pra cá, os bares anda tudo vazio, todos, todos os bar... a maioria, você pode andar aí que o bar tá vazio...

Desse trecho acima, gostaria de destacar, nesse momento, que, na fala de Leandro, há uma clara percepção de que a instalação da UPP proporcionou uma forte ruptura com um

passado marcado pela violência do “fogo cruzado” e pela ação arbitrária dos agentes do tráfico de drogas local. Esse trecho (da entrevista realizada em 2014, portanto referido a um momento específico do experimento das UPPs) mostra também o quanto ele percebe que esse mesmo passado também foi caracterizado pelo maior fluxo monetário, pelo maior movimento comercial dentro favela; ele contrasta, portanto, um passado (passado que começa em 2004, quando ele abre seu bar) com um presente pós-UPP e destaca um incremento relativo da paz, mas também uma queda brusca nos rendimentos do seu estabelecimento – queda atribuída ao processo de “pacificação” e seus efeitos tanto na diminuição da presença armada do tráfico de drogas no território quanto na burocratização da realização de “eventos”, já que os próprios agentes da socialidade criminal eram fortes consumidores (embora fosse difícil receber quando eles “compravam fiado”) e era “nos eventos” que se angariava maiores lucros.

A arbitrariedade do tráfico (que Leandro identifica nas atitudes de seus agentes de entrarem no bar armados e fazendo uso de drogas ilícitas) deve ser relativizada, no entanto, pela sua própria capacidade de negociação e diálogo. Contudo, os agentes da socialidade criminal, mesmo com a instalação da UPP, permanecem enquanto reguladores da vida local, o que fica explícito, dentre outros exemplos, no caso da reunião que um dos chefes do tráfico local organizou para arbitrar o conflito entre os comerciantes em torno do preço das mercadorias. Leandro discorre, ainda, sobre os diferentes momentos do processo de “pacificação”; como explicará abaixo, ele contrasta um período inicial de instalação da UPP com o momento atual, em que o tráfico já voltou a ocupar espaços fixos dentro da favela, voltando a um arranjo mais “sedentário” que é o oposto do regime de “campo minado” analisado por Menezes (2015). De fato, a poucos metros do bar de Leandro, encontra-se, de um lado a base da UPP e a Quadra do Largo, onde alguns policiais passam grande parte do dia; de outro lado, também a poucos metros, instalou-se uma boca de fumo que no período inicial da “pacificação” não existia.

“(…)”

Eu: Você tava falando do início da UPP pra hoje, como foi essa mudança?

Leandro: A diferença hoje é muito grande, muito grande mesmo. Antigamente²⁸⁹, eles [a polícia] metia pé na porta da casa dos outros... antigamente, se você passasse ali agora queria saber pra onde você ia, já vinha te dando geral, já vinha “levanta a camisa”, de noite você andava já botava a arma na cara, era correria nesses beco aí igual doido, pra cima e pra baixo, você não tinha paz, não tinha sossego, hoje... hoje, se você for ver hoje, hoje não tem mais nada disso, hoje eles tão ali embaixo, aqui na quadra, e na praça lá em cima, só... e outra, hoje você passa tranquilo eles não se mete com você, não se mete... pode dar um “bom dia, boa tarde”, antigamente não

²⁸⁹ Com “antigamente”, nesse contexto, Leandro está se referindo ao período inicial de instalação da UPP.

tinha nem dia nem tarde, era a todo momento você vê troca de tiro, correria pra cá, correria pra lá, você não podia passar no caminho, daqui a pouco a bala tava cantando, você já tinha que sair correndo, se jogar no chão, hoje não, hoje se você for ver... o movimento também, caiu muito... hoje continua caído, o movimento... mas, entre o movimento caído e a paz, tá bom demais, porque eu vou dizer, eu não vou dizer assim, “a paz é total”, porque hoje... na verdade, a paz nunca é total porque sempre pode ter um problema... mas, hoje se você for ver aqui, uma hora dessa, se você olhar daqui pra lá... o policial que tá dentro da quadra, ele tá no *face*. Tá sentadinho ali no *face*, e ninguém perturbando ele... antigamente, os cara descia aqui correndo, subia correndo, de fuzil na mão, e dando tiro, os bandido trocando tiro com eles, hoje não, hoje se você for ver, mais paz (...) Você vê aí, ó... hoje o movimento tá assim, tá fraco, você vê, véspera de feriado... mas, os comércio tudo vazio... o comércio em véspera de feriado, quando não tinha a UPP dentro da comunidade, quando não existia UPP, isso aqui era lotado, ponta a ponta, dentro da quadra era baile, tinha baile toda semana, sexta, sábado, domingo, baile, pagode, tudo, hoje não tem nada, a comunidade tá parada, tá vazia, mas vazia como... porque os cara [a UPP] tomaram espaço... hoje, pra você pegar, pra você fazer um evento aí dentro, dentro da quadra, você tem que ir direto lá [na UPP], senão você não consegue fazer um evento aí, vai primeiro no Fabrício, que é o presidente hoje, e o Fabrício leva a referência pro capitão, pro capitão autorizar, então tem esse problema.

Quando pergunto o motivo pelo qual ele acabou decidindo abrir seu próprio negócio, ele narra dois episódios, dizendo que sempre pensou em “ter um bar.” Num dos episódios, ele sofre uma “humilhação” em função de Seu Tonho não vender a ele (fiado) algumas poucas mercadorias para poder fazer uma janta em casa. No outro, conta como seus armários estavam vazios quando sofreu uma acusação de que “estava roubando”, ocasião em que teve de se explicar para os traficantes locais.

Eu: Qual a vantagem, por que o senhor prefere hoje ter o seu próprio negócio?

Leandro: Eu prefiro tá aqui no meu próprio negócio porque eu não quero ser escurraçado nem tampouco mandado pelos outros. Se eu não quero mandar eu não quero ser mandando. Porque... A minha aspiração na cabeça, cara, foi sempre ter um bar.

Eu: Você já tinha essa ideia há muito tempo...?

Leandro: De sempre ter um barzinho. Porque eu via umas coisas que... Umas coisas humilhantes. Uma vez eu trabalhando na Brahma, não tinha recebido pagamento, não tinha recebido nada. Subi, cheguei ali em cima. O São Tonho era ali em cima. Não era aqui não. Aí, cheguei em casa e a minha mulher: “não tem nada pra fazer”. Ela também não foi na mãe dela, não foi na casa de ninguém. Me aguardou eu chegar em casa. Falei, “eu vou ali embaixo, eu vou ali no São Tonho”, quando a gente subia a gente bebia sempre lá, eu morava aqui ainda, eu falei “cara, eu não recebi pagamento e nem arrumamo nada, vou ser honesto, sou sincero contigo”. E ele falou, “o quê que é?” Falei, “me dá um pacote de macarrão, de arroz e duas latas de salsicha enlatada, pra fazer com macarrão lá, até amanhã quando eu chegar, amanhã assim que eu chegar eu pum, te pago...” Ele olhou pra minha cara, aí um bagulho triste e humilhante, de olhar pra sua cara, você sair todo sem graça, ele falou: “meu irmão, eu não vendo fiado pra ninguém, se tem dinheiro compra se não tem dá seu jeito.” Mano, doeu. Conhecia ele de pequeno. Dói. Aí eu ia saindo, meu parceiro da Brahma, sangue bom pra caralho, ele hoje mora em Niterói, o Bahia. Ele, “vem cá, volta aqui.” E, “não, não, Bahia, tranquilo”. E ele, “volta aqui, não vai deixar as criança com fome não, volta aqui”. Aí eu voltei, “fala aí”. E ele, “mano, o que você quiser... São Moço! Dá o que ele quiser aqui.” E ele [São Tonho], “ahññ?”. Aí o Bahia, “pode dar o que ele quiser aqui!” Eu falei, “não, só me dá o que eu pedi mesmo.” Ele ainda falou, “não, pode pegar dois pacotes de arroz, bota macarrão,

bota açúcar, bota ovo, bota salsicha, sardinha e dá.” E eu falando, “não, só isso só cara.” Ele, “não, bota aqui, toma.” Eu falei, “quanto custou?” Ele falou, “não te interessa quanto custou.” Só falei, “ah, mas quando eu receber eu te pago.” Ele só: “mano...” Fui embora pra casa, hoje eu aprendi uma coisa na vida, a gente tem que ser humilde, tem que ser humilde, não dizer “eu vou pegar as minhas coisas e vou dar pros outros...”, não é isso. É por isso que, hoje eu botei na cabeça, eu não gosto de trabalhar com esses negócios porque eu sei que tem muita gente que precisa, muita gente que necessita, ninguém que precisa, que tá passando fome, vai chegar dentro de você aqui, “aí, me dá uma cachaça aí pra mim matar a minha fome.” Isso é luxo. Ninguém vai chegar, “me dá uma cerveja, um cigarro aí pra mim matar minha vontade.” Não vai porque é luxo. Agora, uma comida, um arroz, um feijão, conforme eu fiz com o cara, é necessidade, então isso é uma coisa que não se faz com ninguém. Uma vez um traficante, um traficante!, chegou lá dentro da minha casa, “ah, eu tô sabendo que você e os cara tavam roubando!” Eu falei, “você tá maluco, tá maluco? Acabando de chegar do meu trabalho agora, cansado, muito cansado mesmo, que eu tô chegando da obra.” Essa época eu tava trabalhando na obra, lá no Vidigal. “Tô trabalhando na obra, todo quebrado, hoje ainda é quarta-feira, não recebi um real, que a gente recebe na sexta, eu tô com, minha casa tá vazia, sem nada, você vem dizer pra mim que foram falar pra você que eu tô roubando? Vamo fazer um negócio?” Ele, “que negócio?” Aí, um montão, tinha um brabo pra caralho, tinha um que gritou, “aqui tem bala pra matar lobisomem, bala de prata.” Eu tranquilo na minha. Aí um cara, que era o cabeça, aquele negócio... “pode vir todo mundo, entra aí gente, entra aqui”. Aí peguei o armário... E ele, “caralho, como é que os outro tá falando que cê tá roubando, você com um armário desse vazio e dizer que não recebeu o pagamento...” Aí eu, “isso aí é pra você ver, João.” O nome do cara era até João. Falei, “isso aí é pra você ver, João, vagabundo adora falar e fazer vocês querer matar os outro, tirar a vida dos outro à toa, mano, isso aí que você tá vendo aí.” Ele, “não, aí...” Botou a mão na carteira, “toma, pode ir lá comprar as coisa lá, vai lá, pode ir lá na barraca!” Eu falei, “não...” E ele, “vai lá na barraca, compra as coisa lá cara, tá tranquilo, precisa me pagar não.” Falei, “valeu, tranquilo.” Ele apertou minha mão, pediu desculpas, me deu o dinheiro, fui na outra barraca que tinha mais em cima, comprei o que tinha que comprar, fui lá em casa, deixei, a mulher lá fez lá, no outro dia fui pro trabalho, voltei do trabalho... sexta-feira... dia de ir pro banco receber o pagamento, fui pro banco, passei no mercado, fiz um caminhão de compra, cheguei aqui mandei os garoto subir com as minha bolsa pra casa, paguei, desci, que a boca de fumo não era ali, era lá embaixo, era tudo barraco de estuque ali, valão negro, desci lá embaixo, os cara tudo bandido, tudo me olhando de cara emburrada, doido pra me matar mas não podia, aí cheguei, aí um cabra ali, falei, “aí, Marcelo, cadê o João?” E ele, “pô, Leandro, o João tá ali, ó”. Só falei, “pô, queria falar com ele.” E ele, “pô, vam lá, vam lá”. Aí chegou mais um e outro e falou, “Pedrinho, chega aí, leva o Leandro lá no João lá.” Aí o Pedrinho também mó amigão, legal pra caralho, chegou lá, “aí, João, Leandro quer falar contigo.” Ele falou “chega aí, Leandro, senta aí, dá aí, dá cerveja pro cara aí, desce cerveja, vamo batendo papo!” Aí ele falou, “pô, cara, desculpa aquele dia lá.” E eu falei, “pô, cara, isso aí acontece mesmo, é um querendo botar os outro em contradição, você viu lá”. Ele, “não, qualquer coisa que você quiser, você vem aqui”. Falei, “pô, cara, aqui, tá aqui o dinheiro, só vim te pedir desculpa e muito obrigado.” Então, hoje, eu olho assim pra mim, isso aí, ó [diz referindo-se ao bar] é uma vitória na minha vida. É uma vitória. Passei por cada uma, altos e baixos. Essa daí, ó, é a minha história da minha vida. Tudo que eu tenho é isso aí, ó. Não preciso de ninguém. Tá vendo? Tá aqui, estamos aqui, por exemplo, fechado. Se é outro, olho grande, mesmo conversando, tá arreganhado, já tá com o som ligado. Não! Porque eu sei que muito mais deus tem pra me dar, muito mais. Então, com essa vitória que eu tenho hoje, hoje ó...

Vale destacar, ainda, mais dois temas aos quais Leandro se refere na sua narrativa: o tema da formalização do seu negócio e o tema da relação com os clientes (especificamente a

prática de vender – ou não – fiado). Sobre a formalização é importante notar dois aspectos: o fato de ter parado de beber (a exemplo de Rômulo) e o papel do Sebrae e da Igreja²⁹⁰, ambas instituições equiparadas por ele na função de impulsionar uma gestão mais “racional” do empreendimento. É interessante notar, ainda, como ele avalia que o trabalho por conta própria rende mais que o trabalho por carteira assinada e o quanto o fato de “ser da Igreja” (da Igreja Universal do Reino de Deus) é por ele entendida como uma condição que o ajuda a negociar com os agentes da socialidade criminal.

“(...)

Leandro: (...) A minha clientela aqui, eu trato eles tudo bem pra caramba. Mesmo aquele que não me paga. Porque tem uns que não paga, tem uns que paga, tem uns que não paga. Eu tenho aí, ó, eu tenho um criente aí, que ele já vai pra três meses, deve ter três meses, devendo 140 reais. Ele passa aqui, “ah, amanhã eu te pago...”

Eu: Tem muitos iguais a ele?

Leandro: Não tem porque também o meu comércio não é comércio de vender muito fiado. É comércio pra mais pra dinheiro. Por isso que se chama um bar.

Eu: E como você diferencia pra quem vende ou não?

Leandro: Cara, eu vou, a pessoa aqui dentro da comunidade hoje, você... Apesar que aqueles que você mais conhece é que te sacaneiam. Eu tenho aí, ó, eu tenho minha ex-cunhada aí, ela tá devendo cento e vinte pau. Só que esses cento e vinte pau dela, ela vai pagar agora, ela vai pagar hoje, ela faz a conta dela, mas quer pagar por mês. E se você faz uma conta duma cerveja, a cerveja custa 6,50, aí você acha que eu sou obrigado a te vender aquela cerveja pra pagar no final do mês por 6,50? Lógico que não! Eu te vendi pra pagar 6,50 eu tô tomando prejuízo. Cerveja tem que ser aumentado 50 centavos ao menos. “Ó mano, tranquilo, eu não posso te vender muito, certo, mais ao menos umas três ou quatro aí eu posso te vender.” Aí o cara vai entender, se quer as 4 cerveja ou se não quer. Tem uma menina aí, o esposo dela é chef, é métri, chef de gastronomia, ele chega aqui conta vantagem que ganha seis mil, eu falo “seis mil e morando de aluguel? Seis mil e pedindo fiado nos comércio?” Dois mês que não me dá meu dinheiro. E é cento e quarenta e tal. Teve uma que me deve, tem... Até hoje também não me pagou, eu não cobro mais. Teve uma que me deve cinquenta e tal, sessenta reais, ela virou pra mim e falou pra mim, “aí, eu não tenho dinheiro não, mas eu posso te pagar em duas foda.” [risos] Vê aí, como é que se faz?! Não, fala aí: como é que se faz?! Aí eu te falo contigo, tem que ter muito jogo de cintura. Eu falei pra ela, “poxa, dona, olha só, eu prefiro o meu dinheiro.”

(...)

Eu: Você tava falando, Leandro, do alvará... Que você tinha um alvará, que no alvará era “bar” o nome do seu comércio. Como é que foi esse processo?

Leandro: Esse processo aí já vai pra um ano e pouco. O Sebrae entrou na comunidade tem uns dois anos, aqui em cima, tem uns dois anos, dois anos e pouco. Tem dois anos e pouco que o Sebrae tá aqui dentro da comunidade. Então, o que acontece? Eles já vieram querendo cadastrar todos os comerciantes da comunidade. Nem todos os comerciantes quer ser cadastrado. Mas, é o que a gente fala pros comerciantes: “gente, é uma boa”.

Eu: Mas, eles queriam cadastrar... o que significa na prática?

Leandro: Significa que você vira microempresário. Porque se você virando microempresário, você tem, hoje você pode, você sendo um empresário, você pode tirar um carro, você pode tirar um maquinário, você pode fazer muitas coisa, o

²⁹⁰ Leandro refere-se aqui à Igreja Universal do Reino de Deus, que, às segundas-feiras, realiza a famosa “corrente dos empresários”.

Sebrae te ajuda em muitas coisa interessante, coisas que você não pensava, se você pensasse, “ah, eu quero aquela máquina ali, mas eu não consigo tirar essa máquina.” Mas, o Sebrae ele te dá uma carta e você pode. Ele abre uma carta de crédito tão grande que você pode muita coisa... Eu até abri o CNPJ (...) Eles [do Sebrae] vêm na associação e faz uma proposta pros comerciante, pra se cadastrar, pra virar microempresário, então, daí, dá palestra, dá esses negócio tudo, mó barato. Já fui em palestra, quanto, como é que você tem que administrar seu dinheiro, quanto você tem que gastar, quanto não tem, tudo que você fizer você anota, se você vendeu hoje, duzentos...

Eu: Te ajudou?

Leandro: Cara, ajuda bastante porque você passa a ter controle do que é seu. Porque o microempresário ele tem que começar de baixo e aprender muito. Por quê? Se você pegar o dinheiro, fiz 100 hoje, vou lá e gasto 200, e aí? E no outro dia eu faço dez reais? Aí a gente aprende muito, fazer, marcar tudo direitinho, mas tem hora que é tanta coisa que você não tem nem tempo de ficar marcando nada, é só na hora que eu termino a minha contagem ali, “hoje eu vendi duzentos, aí vou lá, marco”, vendi duzentos, e amanhã eu tenho que comprar duas caixas de cerveja, cada uma sai cento e dois e cinquenta, a antártica, aí ao invés de eu comprar duas caixa, eu sei que não vai dar, os 200 que eu fiz pra comprar as duas caixa, eu compro uma caixa de antártica normal, de 600, compro uma caixa de antártica litrão e boto pra mim trabalhar, ainda sobrou, 20, 30, 40 reais, aí eu já boto lá, gastei tanto, sobrou tanto...

Eu: Você faz esse controle...

Leandro: É o controle... que tem que ter.

Eu: Mas, você começou a fazer esse controle depois da coisa do Sebrae?

Leandro: Depois do Sebrae!

Eu: Antes você não fazia...

Leandro: Antes não tem controle... Antes você só quer saber de visar o bolso. Você só quer saber de, não quer saber de crescer, porque você sabe... “tô ganhando todo dia, todo dia tô com dinheiro no bolso”, aí o cara que bebe, que gosta de tirar sua ondinha, “ah, todo dia eu tô com dinheiro, acabo de fechar aqui, já desço, já paro no meio do caminho, já bebo uma cerveja, já bebo outra”, eu fazia isso.

Eu: Mas mesmo assim você disse que conseguiu crescer, não?

Leandro: Eu consegui, ainda não cheguei ao limite ainda não, não cheguei onde eu quero não, mas, graças a deus já tô bem melhor, que eu era assim, quer ver? Eu fechava aqui, aí, invés de eu ir pra casa, eu descia ali embaixo ali, tem um cara ali, o Michel, o bar do Michel, você vai saber quem é ele, o bar do Michel é o melhor limão da casa, chegava ali, sentava ali, limãozinho, uma cervejinha, jogando uma sinuquinha, batendo um papo, chegava em casa no outro dia de manhã já grogue, deitava um pouquinho, descansava, daqui a pouco deixava o restinho do dinheiro em casa, subia de novo... Porra, hoje, eu saio daqui vou direto pra dentro da minha casa. E outra coisa que me ajudou muito e ajuda muito é a Igreja. Na Igreja, toda segunda-feira, ela tem a corrente dos empresário, lá eles ensina a como você crescer igual ao Sebrae. Ensina como você crescer, como você administrar as suas coisa, o quê que você tem que fazer, o que não tem que fazer, aí vem, eles começa puxando lá do fundo do poço, é desde quando o cara, o dono da Colgate, o dono da chocolate Garoto, como é que ele começou, puxando, como o Sílvio Santos começou vendendo bala, então aí você fala “caramba, o cara vem de lá de baixo, mas já é...” Eu me lembrei duma vez que o cara falou, “ei, cara, vai lá, pede a seu irmão um dinheiro pra abastecer isso aí...” Eu falei pra ele, “pô, cara, o que vem de cima é só chuva e quando cai com muita força ela ainda machuca e ainda aquela chuva de granito te mata”, falei, “pô, você tem que começar de baixo...” Então, eu falei com o cara, “se ele [o irmão] vai me dar aquele dinheiro lá, que vocês tão pedindo pra mim chegar lá e pedir ele pra abastecer tudo, eu vou lá pego o dinheiro dele, mas aí é um dinheiro fácil, é um dinheiro mole, pago quando quiser, se não quiser não paga porque é irmão, sendo que eu trabalhando, sem pedir, eu vou ter que ter ali, ó, administrar minhas coisa, saber o meu controle, saber quanto é, quanto não é, como é que vai ser, como é que não vai...” E ele falou, “é, cara, infelizmente você tá certo,

tem que ir na sua luta mesmo, é aí que você conquista as coisa...” Aí eu conquistei muitas coisa, e vou continuar, vou conquistando ainda...

Eu: E você vê isso, que a Igreja e o Sebrae vem te ajudando muito...

Leandro: Me ajuda muito, a administração da empresa é eles que ajuda... A reunião dos empresários é uma das melhores que tem e o Sebrae quando dão a palestra deles aí a gente senta na palestra, aí, geralmente... Já fui numas quatro palestra, umas três ou quatro palestra deles. Porque eles não tão nem dando palestra mais porque não tem, a comunidade não se manifesta pra ir na palestra, mas a palestra tem, vai dois, três, quatro, nego diz que não deu pra ir... Agora, da Igreja não, a palestra da Igreja é toda segunda. Toda segunda tem. Toda segunda você chega lá tem uma palavra. E essa é a coisa mais maravilhosa, você senta lá, aí o pastor começa, aí vem a reunião, vem isso, vem aquilo... pô, fala muito, como é que você administra as coisa, como é que você faz, como é que você não faz, o quê que você tem que fazer, quê que você não tem que fazer, então, aí você vai botando aquelas ideias na cabeça, aí você vai vendo... é igual uma ideia que um cara lá tava dando, um empresário da loja de calça de jeans, ele começou era vendendo bala, aí da bala passou pro bombom, do bombom passou pra short, short baratinho, mas de porta em porta, hoje o cara é um empresário, hoje tem a fábrica de jeans, e hoje manda jeans pro mundo inteiro, aí o cara, aí você fala, “cara, como é que o cara conseguiu tudo isso?” Porque o cara tem que ser cabeça não cauda. A gente vai aprendendo dia após dia.

(...)

Eu: Você tava falando sobre a legalização, sobre o Sebrae...

Leandro: Eu tive que legalizar, porque... por causa da UPP. Pra não ter transtorno, pra não ter estresse nem tampouco dor de cabeça. Porque quando a UPP veio pra cá, ela veio com uma velocidade máxima. Ela veio com... não podia botar som alto, não podia botar isso, subindo correndo atrás do morro, atrás de bandido, pula daqui, pula dali, xinga daqui, xinga dali, entrando dentro dos bar, botava um som eles mandava abaixar ou então desligar, então, aí... o convívio do lado assim, todos tem que ser legalizado²⁹¹. Por quê? Pra evitar de transtorno... Além do que a legalização... ela tá em primeiro lugar hoje do comércio, qualquer trabalhador hoje, ele sendo legalizado, a vantagem é um pouco ampla, porque você tem um INPS, tem algumas coisa e você tem, quer tirar uma carta de crédito, você tem direito, você tem direito a muita coisa, mas eu não penso nisso, não quero nem saber de me envolver com esses negócio, porque não é minha praia, tem que ir do jeito que Deus me deu, que eu tenho que ir, nada de empréstimo, esses negócio...

Eu: Você nunca pegou empréstimo?

Leandro: Nunca, nunca, nunca... nem vou. Pego ali, vou ali, faço um trabalho, vou lá no meu irmão, peço alguém emprestado... peço emprestado pra pagar amanhã... se eu peço emprestado hoje, daqui a dois, três dias, eu vou lá e pago... posso pegar com a minha filha, minha filha trabalha, ela também trabalha, chego lá, “vai lá, me empresta 50 aí, me empresta 100 aí, pra mim inteirar lá” (...) Eu legalizei como MEI [microempreendedor individual]... a vantagem é grande, cara, porque hoje, se eu chego aqui, vou comprar uma mercadoria agora, eles dão um prazo pra pagar, porque você é MEI, também fica mais barato, sai um pouquinho mais barato, a compra da mercadoria sai mais barato, porque com o CNPJ, sai tudo mais em conta, não precisa você tá tendo aquele estresse, é só você pegar o CNPJ, dá na mão do cara, o cara faz o cadastro todo, não precisa de identidade, não precisa disso, não precisa daquilo, porque já vem tudo incluído ali [no CNPJ], então vale a pena (...) Porque a UPP, antigamente, não era esse capitão não, era outro, já passou vários capitão por aqui, então eles pedia, perguntava qual era os bares que eram legalizado, qual era os que não era, aí foi fazendo levantamento, pra saber quais deles que são legalizados, como é que faz, antigamente eles queria cadastrar os comerciantes, queria cadastrar todos os comércio, então era a Tamara, a Tamara passou fazendo o cadastro dos comerciantes, até que o Sebrae chegou até aqui, quando o Sebrae

²⁹¹ Aqui, Leandro se refere ao fato de que seu bar encontra-se – assim como outros – ao lado da sede da UPP da favela Horizonte. Na sua narrativa, o fato de estar localizado próximo à sede da UPP impôs a exigência da “legalização”.

chegou até aqui que eu fiz o cadastro... falei, “ah, então faz o cadastro aí, cara, pra ver até onde vai” e foi assim que eu legalizei.

(...)

Eu: O senhor tá tem quanto tempo na Igreja?

Leandro: Eu tenho na Igreja já uns três anos... E se você falar comigo, “você quer beber alguma coisa?” [faz que não com a cabeça] Isso aí não me pertence, mesmo se eu não fosse hoje até à Igreja, eu não fosse lá, eu ia ajoelhar dentro da minha casa, ia clamar e ia pedir a deus, mas beber eu não bebo. Quando eu bebia, chegava em casa, nada tava satisfeito. O cara que bebe, ele tem que ter controle das coisas. Apesar que eu tinha controle, mas tudo que os outro falava eu me aborrecia. Tinha uns que queria falar mais alto, outros queria gritar, aí também eu analisei muitas coisa, eu bebia cerveja, mas eu gostava de beber meu limãozinho, aí você chegava dentro de casa, a mulher não bebia, só bebia uma cervejinha, duas, olhe lá, aí você deitava perto da mulher, aquele cheiro de cachaça, aquele cheiro de álcool, mesmo você escovando o dente, tomando banho, aquele cheiro não sai, ele fica acumulado ali, o gosto da pasta de dente, do Colgate, ele abafa um pouco, mas depois quando vai numa altura, vai respirando aquele ar, aquele bagulho vai saindo de novo, você vai falar com alguém, aquele cheiro ruim, da cerveja, da cachaça, não dá... Eu vi que não era mais a minha praia e tava na hora de vencer mais uma batalha, aí eu falei, “pô, peraí, já venci muitas coisas na vida, já venci a morte, já venci tudo...” Aqui, isso aqui ó, [mostra uma cicatriz na perna], eu fazendo mudança, trabalhei até em mudança, isso aqui foi um cofre que caiu na minha perna, deste tamanho! A minha perna era pra tá toda cagada. Mas, graças a Deus, a mão de deus me salvou, rasgou daqui até aqui, mas cortou só o tendão. Fui lá pro hospital, operou, amarrou o tendão de novo... olha aí. Graças a deus... Esse salto foi um salto [de parar de beber] muito maneiro. Eu tava em casa, minha mulher já resmungando também, falando, minhas filha tudo cara emburrada, eu olhei prum lado, olhei pro outro... passei a mão na cara... Porque eu saía daqui, aí começava a beber, bebe daqui, bebe dali, chegava em casa, tudo que a mulher falava já era caso de confusão... Na verdade eu vi que a mulher sofre muito com esse negócio, sofre muito com o descaso, então, eu não tava... Porque é aquela ali que apóia a gente, é aquela dali que ajuda, que fortalece a gente, então, porque é que eu tenho que tá trazendo tanto pobrema assim? Olhei prum lado, de noite eu cheguei bêbado de cerveja, deitei, fiquei rolando na cama, pensando, aí deu três hora da tarde, duas e trinta, três hora, olhei prum lado, tomei um banho, aí me arrumei... Se você for ver hoje, dentro da minha casa, dentro do armário, eu tenho mais de 50 blusão social, tudo de ir pra Igreja... Olhei prum lado, olhei pro outro, botei sapatinho, botei a roupa, escovei o dente... meio tonto ainda, hein! Deus quando chama, tem um chamado na vida da pessoa, pode tá bêbado, caído, não tem jeito... Olhei prum lado, olhei pro outro, tudo direitinho, botei a carteira no bolso, “ei, vai pra onde?!” Ela perguntando lá, “vai pra onde?” Como quem diz assim: “ou vai sair com alguma mulher ou vai sair, encher a cara de cachaça e voltar de novo...” Desci, primeira coisa que eu cheguei na Igreja, sentei lá no rabo da fila, fiquei quietinho. Aí veio um obreiro da Igreja, que já me conhecia, “eu sabia que você ia voltar... porque Deus tem um chamado na sua vida”. Eu falei, “cara, não adianta, cara, eu não tenho nem tanto tempo pra ficar vindo em Igreja, vindo nisso não, trabalho pra caramba...” E ele, “mas um pouco que você vier na Igreja, a Igreja, Deus vai te libertar...” Aí me levou lá pra frente, aí eu fui naquele dia, eu: “quer saber de uma coisa?” Fui depois numa terça-feira, “terça-feira da libertação”, quando eu entrei lá, eu entrei lá, fui lá na frente, ajoelhei, chorei muito, ajoelhei, fui embora, o pastor fez uma oração em mim, eu fui embora pra casa, desse dia até hoje, não bebo não faço nada... Pra tu ver, eu podia chegar aí dentro agora, cheguei da rua já tava bebendo uma, era assim que eu fazia, quando eu não tava aqui, tava atendendo o pessoal aqui, o cara, “coe, Leandro, não vai beber um copo aí não!” E eu, “beber não, tô trabalhando”. Mas, eu já tava bebendo uma ali, sozinho, uma, não era nem uma, já tinha rolado um montão ali atrás... Hoje, trabalho com o público, atendo os outro, converso, brinco, boto pilha, mas beber cachaça não é minha praia, ontem mesmo, pra você falar, pra dizer que não bebi, o resfriado tá tão brabo, eu falei, eu sei que... não é pecado não, porque o cristão ele pode beber até

um calicezinho, mas se beber um cálice vai querer beber dois, três, não adianta você querer ficar persistindo. Aí eu peguei um conhaque de alcatrão, mel, sal e limão, aí bebi aquilo lá, um gosto tão ruim que você sente, eu daqui a pouco com aquilo ali, fiquei cuspendo o dia inteiro, não bateu bem... Não bateu nem vai bater, a minha esposa bebe a cerveja dela. Nem cerveja eu bebo mais, minha esposa bebe a cervejinha dela, as minhas filhas bebe cerveja, eu sou o único dentro de casa que não bebo nada. Eu chego em casa tranquilão, tem hora que eu chego em casa lá e tá ela, as colega dela, no verão então, senta lá e... bebe pra caramba, eu chego em casa, vou pra dentro, tomo meu banho, ligo minha televisão, ligo o ar, fico dentro de casa, bebo água gelada, vou lá pego um refrigerante, bebo... Ainda dou dinheiro ainda, “pega ali a cerveja...” Ela vai, senta lá... Então, não tenho preconceito, não tenho nada. Então se tornou uma coisa muito boa, muito legal na minha vida e na vida dela. Ela não é de briga, ela não é de confusão, ela chega em casa, quando ela, ela bebe a cervejinha dela, fica tudo bem. Ela trabalha também, trabalha duas vezes na semana na casa de uma dona. Trabalha porque quer também, porque não tem necessidade dela trabalhar mais. Acho até legal, ela lá, eu aqui e todo mundo junto, ela tem as coisinha dela, agora mermo, foi aniversário dela, ia fazer festa pra ela, aí vou começar a comprar as cerveja, quando chegar no sábado nós faz uma festinha, foi dia 03... Era segunda, no sábado, neh? “Ah, não quero festa nenhuma, não.” Ela falou com meus filhos que não quer... se ela falou, tem que respeitar... “ah, compra roupa.” Aqui, só aqui, já tem quinze caixa dessa daqui [bate na caixa], amanhã eu ia pedir mais dez, então ela falou que não quer, eu guardo aí e vou vendendo... Aí vou comprar a roupa que ela quer. Ela pediu, que quer uma roupa pro casamento da minha outra filha, aí ela quer pedir uma roupa, aí eu vou lá na cidade com ela, levar ela, não importa quanto que vai ser, aí comprar uma roupa e dar pra ela. E mesmo assim ainda vou levar umas caixinha dessa lá... Pra fazer uma brincadeira. Pra ela, pras colega dela lá, aí passo, compro cinco kilo de asa, cinco kilo de carne, cinco kilo de lingüiça, compro uns três de coração, aí boto lá, um refrigerante, até pra não passar em branco (...) É, a gente passou cada uma, mas hoje é só benção.
(...)

Leandro: (...) Quando você vai pra Igreja, a Igreja muda o seu jeito de ser, muda o seu jeito de viver, a Igreja faz uma modificação em você maravilhosa, por quê? Antigamente eu chegava aqui, era vagabundo com negócio de santo, chegava aqui... tinha dia que eu chegava aqui, eu mesmo, não tava na Igreja, sentava ali, botava minha comida, pegava uma cerveja, almoçando bebendo uma... aí daqui a pouco acabava da almoçar, ia lá, lavava o meu prato, bebia mais uma, aí... um friozinho, vou fazer uma caipirinha, vou tomar um quente, aí bebia pra esquentar, aí sentava ali, daqui a pouco, batendo papo, aí chegava um, chegava uma mulé, sentava, batendo papo, daqui a pouco a mulé já queria sair contigo, aí já ficava bebendo uma com ela.. hoje, mudou muito, o jeito de viver, o jeito de se comunicar... antigamente, os cara vinha de ignorância comigo eu já ia logo com ignorância, hoje não, hoje eu chego, “pô, meu irmão, não é assim, pô, o bagulho tem que ser assim, assim, assim”... Muda muito, a modificação é totalmente diferente... Mudou com relação tudo, jeito de ser, jeito de conversar, o jeito de agir, o jeito de tratar... eu sempre tratei os ciente bem, sempre tratei, sempre conversei... é que aqui, cara, aqui dentro era briga direto, era briga, era mulé brigando com mulé, mulé se agarrando com mulé, os cara da boca entrava aqui de revólver na cintura, então, depois disso, depois da Igreja, comecei, “meu irmão... pô, leva a mal não, com todo respeito, pô, entrar de revólver aqui dentro...”, aí o cara, “ah, mas a gente entre em tudo quando é lugar”, eu falei, “pô, cara, só tô te pedindo pra fazer um favor, você é meu amigo, eu gosto de você, nós nascido e criado junto, tu acha isso legal? Pô, você, essa porra dispara aí, machuca os outro, pô, aí, tem ciente aqui que... você tá fumando aqui, ó o cheiro, nem todo mundo gosta de conviver com esse negócio.... pô, parceiro, vê essa parada aí pra mim”, aí era, “pô, valeu, valeu, valeu”, saía andando. Então, é assim que eu fui desenrolando... quando eu não tava na Igreja, não tava nem aí, vagabundo entrava, encostava aí no canto... mas, aí a mudança veio total, a gente tá com a tendinha, é um trabalho, isso aqui é um trabalho, é pra atender os ciente bem, pra tratar bem, pra conversar com os ciente, ajudar e ser ajudado, não pra tirar os

ciente daqui, não pra expulsar os ciente, por que se você chega aqui, você tá aqui, ele tá ali, eu tô aqui, eu não fumo, eu não cheiro eu nem bebo, graças a Deus, você também, aí chega o cara aqui com mó baseadão, “aí, me dá isso aqui!”, soprando aquela fumaça... você vai sair daqui chapadão, você vai sair daqui doidão... então, hoje eu chego e dou o papo... eu chego dentro deles, converso com eles, não pra criticar, pra humilhar, não chego dentro deles também, “porra, meu irmão, é assim e assim!”, não, eu chego e dou o papo, aí falam, “ah, mas e se fosse seu irmão?” Outro dia o cara falou isso pra mim aqui: “e esse fosse seu irmão?” Eu olhei pra ele, eu falei, “ele ia me respeitar, sabe por causa de quê? Do mesmo jeito que eu tô me comunicando, que eu tô te tratando com respeito, que eu tô te dando o papo, eu ia chamar ele e ia falar a mesma coisa, pra evitar, não é pra nada, é pra evitar. E também porque tem freguês aqui, as mulher senta aqui, fica aqui conversando, tudo sentada, batendo papo, liga o som, e brincando e você assoprando isso na cara dos outro, é legal?” Aí, o cara, “não, não, não, não, valeu, valeu, valeu”, aí foi andando e fumando a maconha dele... Então é muita mudança, cara, é muita coisa que a gente vê, que a gente vive, então eu passei por tudo isso, eu vivi tudo isso, hoje o tratamento é totalmente diferente, é uma mudança total. Se você ver, até hoje, eles chegam aqui, conversa, brinca e sai, vai embora, nada de ficar aqui dentro.

Eu: Mas, a clientela mudou?

Leandro: Não, a clientela continua, a clientela continua, a clientela... se você for ver, a clientela continua, só mudou o jeito de eles ser, o jeito de eles agir. Porque eu chamo eles e converso. Porque o jeito deles não era esse, o jeito deles era... porra louca. Chegava aqui, entrava, batia o pé na mesa, cheirava ali direto, na frente de todo mundo... Teve um dia que eu falei, “pô, parceiro, olha só, eu não sou contra e também não sou discontra, cada um com seu cada um, quem é eu a te criticar, certo? Você quer usar seu bagulho, precisa alguém saber que você vai cheirar seu pé?”, aí ele, “não...”, só falei, “mas, precisa alguém saber que você vai usar a sua droga?”, aí ele, “não... puta que pariu, cara, desculpa, foi mal.” Aí foi pra dentro do banheiro, usou lá dentro do banheiro, voltou, “me dá uma cervejinha”, aí sentou, bebeu a cerveja dele, “aí me dá outra”, aí ficamos batendo papo, “pô, vou ali no banheiro rapidinho”, aí eu, “vai, parceiro, vai, cada um com seu cada um”, daqui a pouco desce, vai embora. Então, é assim que eu vou agindo... porque não dá pra viver... ou a gente muda e muda o nosso jeito de trabalhar, o nosso jeito de ser ou então a gente perde tudo. Porque se o cara tá aqui fumando, o cheiro vai onde? [aponta pra onde se localiza a sede da UPP] Vai lá dentro. Daqui a pouco os homem [policiais] tão aonde? Aqui dentro, esculachando, arrebatando tudo. Então pra mim não é legal. Isso aqui dentro nunca aconteceu, mas é um risco, é um risco que todo mundo corre esse risco, é um risco doido... e ninguém tem que correr esse risco não, filho. Nenhum. Tem comerciante aí que nem esquentar, que fala, “vai fazer o que?”, eles fala merma, “a gente vai fazer o que? Tem hora que eles é que dá dinheiro pra gente”, eu falei, “eles dá... mas, eles tomam também, bota isso na cabeça de vocês.” Já pensou, você tá aqui, aí o cara entra cheirando pé, o outro aqui na mesa fumando um baseado, qual é o ciente que vai chegar aqui dentro? Qual o ciente que vai entrar aqui dentro pra comprar alguma coisa contigo? Só aquele que gosta. Aqueles que gosta da doidera, vai entrar, mas aqueles que são certinho, correto, só bebe sua cerveja e bate papo, não vai botar o pé aqui dentro. Assim que eu mudei a minha vida, graças a Deus, e continuo assim.

Eu: E você prefere esse tipo de cliente...?

Leandro: Eu prefiro buscar esse tipo de cliente. Porque não adianta eu buscar uns cliente que vai te dar dor de cabeça. Como eu tava falando, eles gasta contigo, mas você também perde dinheiro, você perde dinheiro, porque se os homens chegar aqui, entrar aqui quebrando essa porra toda? Se os homens entrar aqui agora destruindo tudo, se os homens apreender ele aqui dentro fumando um baseado ou então cheirando um pé. O dono da barraca é quem? Você. Quem deu autorização? Você. Então, você tem que cortar o mal pela raiz. É assim que funciona... Tem que ter jogo de cintura com eles, e não na ignorância, com eles tem que ser na ideia, no papo, “fulano, é assim, assim”, tem que ser na ideia, tem que ser no papo, porque se você for na ignorância, você não arruma nada, por isso que hoje eu levo tudo na esportiva

com eles, eu brinco, eu converso, eu tiro onda, mas nada de briga, de confusão. Senão... a casa cai. É assim que a gente vai levando.

(...)

Eu: E sobre o Sebrae, o senhor falou que já tem o CNPJ, né?

Leandro: Já tem o CNPJ, só falta agora, que eu vou pegar agora, só o alvará, porque infelizmente, é o que a gente vê, o alvará de abertura de um bar hoje ele demora. Precisa da aprovação da prefeitura só. Só que a prefeitura tava alegando que aqui dentro da comunidade da favela Horizonte, [dá o endereço] é área ambiental, [repete o endereço] não faz parte da comunidade, é área ambiental, então eles acha que não pode cadastrar nada, mas aí teve que trocar só o número, botar... teve que botar outro número, aí colocou outro número, aí agora sim, agora eu já fui lá, já peguei as papelada, que a mulher do Sebrae trouxe, fui semana passada, aí já fui lá, já dei entrada nas papelada, só tô esperando eles me chamar pra ir lá buscar o alvará. Busco o alvará, venho aqui na associação, boto no registro que eu tenho na associação, passo no banco, vejo lá como é que vai ser pra abrir uma conta no banco, abro uma conta no banco, como microempresário, abro a conta, aí vem o cartão, vem talão de cheque (...). É o que eu tava falando, hoje, um bar legalizado ele vale mais do que tudo, não é mais uma tendinha, vira um bar. Muda totalmente as coisa, entendeu? Aí eu com o CNPJ, eu tô com tudo direitinho, a mesma coisa que um restaurante tem, que um bar tem na rua, eu tenho aqui dentro também, dentro da comunidade, tá criando tudo isso. Pago o simples e tenho o certificado de microempresendedor, aqui o CNPJ. No simples já vem tudo incluído... aí tem o INPS que eu pago também. O Simples é anual. De ano em ano vem pra saber... Aí já posso, é... se o pessoal chegar aqui agora, “ó, meu irmão, quero uma caixa de cerveja, eu quero quatro frango a passarinho, batata frita e isso, mas eu preciso duma nota fiscal”. Já tem como emitir a nota fiscal, já posso emitir tudo. Então, em cima de tudo isso a gente vai somando... Coisas que se concluiu de uma maneira manêra, então hoje eu já não sou mais um tendero. É um bar.

Eu: Isso tudo é recente, né Leandro?

Leandro: É, isso tudo... começou a surgir com esse negócio de UPP, começou a surgir não sei o que, aí vem surgindo essas oportunidade dentro da comunidade. Então, é cada coisa que a gente tem que se, vai chegando a gente tem que se apegar, se abraçar com esses negócio senão... É as coisa muito boa, assim.

Eu: Você tinha falado da coisa do empréstimo...

Leandro: É, mas... Eu posso sair, peguei o alvará, abrir uma conta no banco, eu posso fazer um empréstimo de 10 mil, 5 mil, eu posso deixar isso aqui um brinco. Cheguei lá, faço um empréstimo, começo a arrumar isso tudo aqui, mas eu não quero chegar lá e... Mal peguei já vou me enrolar em dívida? Pô, aí... Você se enrola fácil (...) Tem cara que chega aqui, pega aqui um empréstimo de dez mil reais. Aí se acontecer um pobrema hoje aqui... um mês, dois mês, três mês, você não tiver um dinheiro guardado, como é que você vai pagar esse empréstimo?

(...)

Eu: A gente tava falando da diferença entre carteira assinada e conta própria, como é isso em termos de rendimento?

Leandro: Se você, tipo assim... Se você não extrapolar, você ganha muito mais trabalhando pra você.

Eu: Como assim extrapolar?

Leandro: Porque se você gastar muito, não adianta. Hoje, eu tenho um gasto grande, porque eu tenho um gasto com a minha família, que eu tenho lá meus neto, eu tenho mulher, tem filhos, então, toda hora que chega lá quer uma coisa, quer outra, então eu dou, eu não esquento a cabeça (...) Se eu for trabalhar pros outros, eu vou ter que esperar o mês, o mês inteiro... pra poder ganhar setecentos reais, setecentos e pouco, senão eu não tenho. Eu aqui não, se eu chego em casa agora, alguém passa mal, eu vou, pego o dinheiro com alguém aqui se alguém tiver pra emprestar, pra ir ao médico... e no trabalho [com carteira assinada] eu vou ter que ajoelhar, vou ter que me humilhar, me massacrar, pra ele me emprestar cinquenta reais, pra dar um vale... e se a firma não tiver como te dá aquele vale? Aqui é mais fácil de eu pegar emprestado, por causa do bar... o cara vai chegar, “tem aqui, po,

segura aí, 50, vai lá, segura até 100, quer mais?” Então... é isso... e no patrão, você tem que se virar, você tem que chegar, “você tem como ver isso pra mim, você tem como me emprestar que eu tô com uma emergência”, aí ele já vai querer saber o que que você vai fazer, o que que tá acontecendo, o que que não tá, aí você pensa assim, “caramba, precisa disso tudo? pra mim poder arrumar cinquenta reais...” (...) Aqui, no bar, dependendo, se eu trabalhar direitinho, eu tiro mais de mil por mês, hoje em dia... Se eu trabalhar direito, com bastante mercadoria, eu tiro um pouquinho mais, agora se eu trabalhar sem mercadoria eu não tiro nem a metade. Hoje em dia varia muito... tem mês aí que você não tira nem 100 reais, têm mês que você tira 200, tem mês que você tira 300, tem semana já que você tira 300, 400 reais, tem semana que é bem menos, então varia muito...

Eu: Tem uma média?

Leandro: Não, a média, eu aqui no comércio, eu não boto média, eu não boto nem... porque eu não fico assim, “vou fazer meu caixa agora”, “ah, vou anotar aquilo ali”, “eu vou anotar aquilo dali agora”, “vou prestar conta ali”, “vou fazer isso aqui”, porque eu tenho que chegar em casa eu tenho que... tá faltando uma carne, tá faltando um leite pra criança, minha filha não tem isso, não tem aquilo, “ah, porque minha filha vai no médico”, precisa de 20, 30 reais pra ir no médico, então é assim que funciona. Tem gente que senta lá, “eu vou anotar aqui, vou controlar ali”, eu não faço isso.

Eu: Entendi. Então não te uma média...

Leandro: Se for pra falar, falando no geral... não chega a dois mil no mês não, chega a mais ou menos mil, mil e duzentos, numa média, trabalhando legal... Isso hoje em dia, porque antigamente você ganhava muito mais do que isso! Muito mais. Sabe por que que você ganhava muito mais? Porque era o tráfico direto, 24 horas, era o tráfico, o tráfico você vendia direto, o movimento era grande, então você tinha como ganhar, você ganhava o dobro, o triplo, hoje você não ganha nada, hoje... qual é o cara que vai chegar aqui... que gosta de cheirar um pó, fumar uma maconha, não aqui dentro, que eu também não quero e não aceito, mas o cara tá ali fora, na mesinha, na pracinha, ele, “cole, meu irmão, tô sentado aqui fora, manda uma cerveja, manda um tira-gosto”, o cara que usa a maconha gosta de comer, o cara que cheira o pó gosta de beber, certo? O que que vai me acontecer? O cara tá ali sentado ali na pracinha, ele gosta de sentar ali pra tomar conta da vida dos outros, tá ali sentado... Ele tá o que? Sentadinho, vira pro outro, “ah, vai buscar uma cervejinha pra gente beber”, aí já tem o outro fumando uma maconha, “vai lá ver se tem um tira-gosto pra gente comer”, então assim as coisa vai usufruindo... hoje, vai fazer, o cara vai fazer isso com a polícia bem ali? Não tem como... Então, antigamente, o cara tava ali, mas tava bebendo, tava gastando, tava isso, tava aquilo. Hoje ele sobe, é logo aqui em cima, vai ali onde tem a boca de fumo, aí lá mesmo usa, lá mesmo tem o barzinho lá que ele bebe, aí saiu daqui. Eu dou graças a deus por isso também, mas ao mesmo tempo o movimento... não existe movimento hoje... hoje o movimento é de migalha, tá muito ruim o movimento aqui.

7.3 O caso de Miguel: depois desse baque nada mais me abala

7.3.1 Introdução

Miguel tem 37 anos e é nascido e criado na favela Horizonte. Abriu o seu bar em outubro de 2013 e o fechou (praticamente) no mesmo mês do ano seguinte (2014), num espaço central (porque de entrada e de passagem) da favela. Realizei duas entrevistas com Miguel: uma em julho e outra em dezembro de 2014. Quer dizer, uma enquanto era comerciante e outra quando já tinha fechado seu negócio, que foi aberto em parceria com um amigo estrangeiro (da Itália) radicado no Brasil. Nas oportunidades que já tive de conversar com Miguel sobre suas percepções acerca da UPP, ele – via de regra – faz uma fala muito angustiada. Diz que já teve embates relativos à organização de eventos e que “o Bonde P²⁹² acabou praticamente por causa da UPP”; afirma que antes da UPP ele “pegava autorização no Batalhão, na subprefeitura e na Polícia Civil” e “os vagabundos não encrespavam” – e que “a UPP entra já vem querendo mudar a identidade da comunidade”. Os policiais, para ele, “tinham que fazer um curso de sociologia, de antropologia pra lidar com a comunidade”. Fala com saudosismo de quando o Bonde P organizava festas na favela, de como eram bem dirigidas, da quantidade de vídeos, fotos e registros que há distribuídos entre os membros do grupo – sobretudo com Pedro, um dos fundadores. Sobre seu bar, diz que o inaugurou depois que o prédio em que se localizava o sebo de livros de que era dono (e que funcionava já há muitos anos no centro da cidade) pegou fogo e consumiu toda a sua mercadoria; diz que este foi um grande “baque” e que demorou um tempo pra se recuperar. E que acabou abrindo o bar.

Antes de entrevistá-lo pela primeira vez, ele falava que estava “desanimando”, pois “tem muita inveja”²⁹³ envolvida (dos outros comerciantes), tem o dono do espaço (em que

²⁹² Como já discutido, a favela conta com alguns “bondes”; o termo é local e usado para designar grupos de jovens (de diferentes denominações) que organizam festas e “eventos” em diferentes espaços da favela, atuando, pois, como produtores culturais locais. Miguel é um dos fundadores de um dos mais antigos destes bondes, que chamamos aqui de “Bonde P”.

²⁹³ Seu bar, localizado num ponto central da favela (porque de passagem, isto é, entrada e saída), tinha vasos de planas que delimitavam o espaço “de fora” do bar, ocupado por suas mesas e cadeiras; certa vez, conversando com Miguel nesta área, ele reclama que as plantas estavam mexidas, algumas destruídas, atribuindo isso à “inveja dos outros”. Este elemento surgirá na entrevista, como veremos.

funciona seu bar) “já querendo aumentar o aluguel”, etc. Ele dizia que tem “muita historinha, ladainha de que tem que pagar isso e aquilo” – quando eu pergunto a que se refere esse “pagamento” e ele diz que trata-se de uma “questão interna da comunidade”²⁹⁴. Sobre o Sebrae, diz que “não quer nem saber” e que, na verdade, “o que os caras querem é atingir uma meta de formalização e meter o pé”. Ainda antes de entrevistá-lo, em outra conversa, ele conta que uma rede de televisão japonesa entrou em contato com ele para fazer uma gravação, “conhecer o morro e tal” e que “ia rolar uma graninha”; ele “topou”. Diz que quando foi encontrar as pessoas “na entrada da comunidade”, alguns policiais o abordaram e perguntaram se ele tinha “autorização pra fazer aquela visita”, ao que ele respondeu que “não tinha que pedir autorização pra isso”; depois de uma discussão, conta ele, acabou que ele subiu com os “visitantes”...

A primeira entrevista que realizei com ele ocorreu no fim da tarde de uma quinta-feira de julho de 2014 no próprio Bar do Largo (como chamaremos o bar de Miguel), no horário de funcionamento; portanto, num local público, de passagem. A segunda ocorreu na parte externa de um equipamento público da favela. Ele já não mais tinha o bar e a conversa ocorreu com menos interferências externas. Abaixo, reconstruo um pouco da sua trajetória com base nestas duas entrevistas e nas discussões anteriores.

7.3.2 Conteúdo da entrevista

Quando questiono acerca do início da sua história como vendedor de livros, ele conta que, completados seus dezoito anos, na sua condição (como ele mesmo dirá mais adiante) de “pobre, preto, de favela”, uma vez não tendo conseguido iniciar uma carreira nas Forças Armadas, começa a “caçar emprego”, a “descer o morro pra caçar emprego...”. Desde o início, pela sua idade, o tráfico de drogas está presente na sua trajetória – através tanto da facticidade da presença de traficantes armados na favela onde nasceu (em 1977, época mesmo em que começam a surgir as facções criminosas do varejo de drogas ilícitas no formato que conhecemos atualmente) quanto da *linguagem* da “violência urbana”, que, reconhecendo os moradores de favela como potencialmente bandidos, os obrigam “a um esforço prévio de ‘limpeza simbólica’ – isto é, a necessidade de demonstrar ser ‘pessoa (ou grupo) de bem’, a

²⁹⁴ Como analisamos anteriormente, ele refere-se aqui ao pagamento que o tráfico impõe aos comerciantes do entorno da “Quadra do Largo” (quando da realização de “eventos”) para fins de manutenção e reforma deste espaço.

fim de ganhar a confiança do Outro” (MACHADO DA SILVA, 2008, p.15). Essa barreira logo se colocaria para ele, no início da sua “caça por emprego”.

“(…)

Eu: Você tentou ir pro quartel primeiro...?

Miguel: É, como é obrigado, né? Eu me alistei, mas é... Ficamos por excesso de contingente, né? Aí chegou um período que tinha que trabalhar, cara. Fui na rua, entregava currículos, aí sempre, nesse intervalo, eu passava num sebo que um amigo meu trabalhava, entendeu?

Eu: Era teu amigo daqui?

Miguel: Não, ele morava em outro morro. Aí eu passava lá. Bebia uma água. E rotineiramente eu fazia isso. Aí... esse meu amigo que trabalhava lá cara, ele começou a se envolver com o tráfico, entendeu? Começou a se envolver com o tráfico, aí tinha dia que ele ia trabalhar, tinha dia que não ia, né? Aí aconteceu uma fatalidade e ele morreu. Mataram ele lá. O BOPE. Mataram ele lá e eu, como tava caçando emprego, fui lá. Aí conversei com a menina lá. A gerente. Aí ela falou: “olha, mano, o negócio o seguinte, cara: eu to muito decepcionada, assim, apesar de estar triste com o... falou o nome dele lá... fiquei decepcionada porque, assim, eu achei que ele fosse um rapaz tranquilo, mas o cara traficava e tava trabalhando aqui, em tempo de trazer problemas pra cá pra loja, né?” Aí ela foi, nessa história toda, conversou comigo e falou: “olha, cara, o negócio é o seguinte: eu espero que... vou te dar uma oportunidade pra você trabalhar aqui, né? Você está precisando, eu também estou precisando já, ninguém apareceu... mas, espero que você não tenha nenhum envolvimento” e não sei o que e blá blá blá... deu aquele sermão e eu falei: “ah, tudo bem...” (...) e passaram anos e anos...”

Miguel fica neste sebo apenas por dois anos, mas sem ter sua carteira de trabalho assinada, o que o deixava fora da cobertura dos direitos trabalhistas. Mas, depois de passar por uma experiência de trabalho de quatro meses em uma firma de engenharia (como auxiliar administrativo), Miguel é chamado, pelo antigo “patrão”, para trabalhar em um sebo recém-inaugurado, no Catete, zona sul da cidade. Lá, ele fica por mais 10 anos, mas dessa vez com a formalização de seu vínculo de trabalho. Até que, por “pretensão”, decide ser “dono do próprio nariz”. Foi por ter tido apoio do “patrão” e ter recebido o valor do fundo de garantia que Miguel conseguiu fazer frente ao desafio de abrir seu próprio negócio, o que envolveu – dada a informalidade de seu próprio local de moradia – a necessidade de negociar “mercadorias políticas” (MISSE, 2002, 2009) com representantes do poder público.

“(…)

Miguel: Assim, toda a minha vida eu sempre trabalhei com livro, a única coisa que eu fiz nesse intervalo de 4 meses foi trabalhar nessa firma de engenharia, né? Mas, toda a minha vida eu sempre trabalhei com livro, né? E nisso fui aprendendo, fui pegando experiência, chegou um período em que eu achei que estava na hora de eu seguir o meu caminho, entendeu? Conversei com ele, ele super me apoiou, “ah cara, eu acho que tá na hora, acho que você tem que experimentar mesmo”, me deu total apoio, me pagou esse período que eu fiquei de 10 anos lá...

Eu: Seguir o teu caminho que você diz é montar o seu próprio sebo.

Miguel: Era montar o meu próprio sebo, era eu fazer a minha história, né cara? Me deu todo o suporte, de início ele me deu 5 mil livros pra mim começar, né? Assim, me deu entre aspas, pra mim poder pagar ele aos poucos, né? Na verdade ele vendeu, mas em condições mais suaves, pra mim poder pagar. Aí comecei, cara. Aí

comprei uma franquía na Associação Brasileira do Livro. Aí, comecei a fazer essas feiras do livro, né? Aí...

Eu: Aí, você teve que formalizar...? Quando você comprou a franquía, você teve que formalizar o seu negócio...?

Miguel: É, a princípio eu tinha que formalizar tudo antes de comprar a franquía. Tinha que abrir uma firma, ter um CNPJ, ter uma inscrição estadual, ter, sabe? Um lugar fixo pra trabalhar, passar por todo esse processo. Foi uma luta, né? Justamente por conta da burocracia, né? Por onde a gente morar não pagar imposto. Isso tudo acarretou nessa... Nesses problemas pra poder abrir a firma. Mas, enfim eu consegui abrir.

Eu: Aí você conseguiu regularizar tudo certinho.

Miguel: Tudo certinho.

Eu: Aí o dinheiro que você usou pra montar, pra abrir esse negócio foi o dinheiro da rescisão...

Miguel: É, da rescisão, que eu peguei...

Eu: Porque ele assinava a tua carteira...

Miguel: É, ele assinou, ele assinava a minha carteira... Peguei fundo de garantia e tudo mais. Aí uma parte dessa grana eu separei pra poder resolver essas pendências com contador, né cara? Pra abrir a empresa. Foi uma grana, porra. Até me dói, assim. É... Aí consegui depois disso tudo aí, comprei a franquía lá.

Eu: Foi muito dinheiro que você teve que despende pra...

Miguel: Foi, cara, na realidade, assim, eu tive que pagar propina, né? Porque, assim, eu moro aqui, eu não pago IPTU aqui e normalmente você tem que, pra você abrir uma firma num endereço, você tem que ter o IPTU do endereço e eu não tenho o IPTU. E, assim, eu tive que pagar propina pros fiscais pra poder conseguir abrir minha empresa aqui nesse meu endereço. Contador, fiscal, cada trabalho que eu fazia, tinha que perder um dinheiro. Uma coisa que era pra ser, sair por mil reais, saiu por, porra, por exemplo, por cinco, seis mil.

Miguel consegue abrir seu próprio negócio, depois dessa luta contra barreiras “burocráticas” que tem a ver com a “marginalidade” do seu local de moradia, com a idade de 31 anos. Depois, numa comparação de suas experiências como vendedor de livros e como dono de bar, ele entende esta necessidade de “formalização” do negócio como o aspecto central da sua maior “complexidade”.

Miguel: Ter um bar é muito mais prático. Agora, você com uma livraria, não. Você tem que fazer um levantamento do que você tem, né? Porque você sempre se perde com um livro ou com outro. Às vezes você esquece de dar baixa em uma coisa ou outra. Então, você sempre tem que tá revisando tudo, cara. É muito complexo, cara. É você lidar com nota fiscal, é você lidar com imposto de renda. Sabe? São muitos encargos, a parte burocrática é mais tensa, né? Muito mais tensa. É pagar contador pra ver isso. É saber se o contador fez aquilo. O contador era justamente pra essa questão burocrática da empresa. Imposto de renda...

Eu: Ver a burocracia de formalização da coisa.

Miguel: Isso, exatamente, exatamente. O contador era pra isso. Aí pagava o contador. Ele fazia essa coisa pra mim, né? Mensalmente. Trezentas prata eu pagava. Ele via nota fiscal, boleto, tudo, né? Essas coisas todas. Justamente. Mas, era... Você administrar um sebo é muito mais complexo, né cara? Muito mais complexo do que um bar”.

Quando da época do seu “passo” em direção da inauguração do seu “próprio negócio”, ele diz que o seu principal impulso subjetivo foi a “pretensão” de “ser dono do próprio nariz”.

“(..)

Miguel: Então, a questão do sebo foi... foi pretensão, assim. Na realidade, assim, eu aprendi... eu tinha um pouco a mais, eu queria. Eu falei, “cara, eu acho que eu posso

ir mais além, acho que eu posso ser dono do meu próprio nariz”. E eu fui, meu irmão! Fui e com isso eu falei, “opa, a parada deu certo!” Aí eu fiquei pretensioso, eu falei, “não, agora eu vou dar mais um passo”. E a coisa funcionava. E eu... dali comecei, cara. Eu fui pretensioso com isso. Sabe? Essa história do sebo”.

Depois de começar como vendedor itinerante por diversas feiras da cidade, Miguel, “pretensioso”, quis dar “mais um passo” e acabou alugando uma sala para guardar os livros e, depois, uma loja para transacioná-los num ponto fixo. Neste processo, também vendia seus livros no portal “Estante Virtual”, contabilizando, assim, três frentes de venda. Essa foi a época em que viveu “o auge da vida” em “matéria financeira”, quando, aos poucos, foi construindo a loja e explorando aquelas três frentes de venda, tendo inclusive que contratar mais duas pessoas pra trabalhar pra ele. Até que – em junho de 2013 – ocorreu a fatalidade do incêndio no prédio em que tinha sua loja, o que o deixou profundamente abalado, destruindo todo o seu trabalho até então acumulado.

“(…)

Miguel: Aí foi isso, aí dali começou as coisas a andar, cara, foi, assim, foi o auge da minha vida, assim, de... em matéria financeira, de dar uma relaxada mesmo. Ter grana sobrando. Pra poder comer na rua sem preocupação, poder fazer uma viagem. Foi um período... Aí dali fui comprando livro, comprando, comprando, me estruturando legal (...) Eu trabalhava sozinho, depois de um período a coisa começou a andar, que eu tive que contratar um rapaz, entendeu? Mas, eu fiz o seguinte com ele, eu fazia contrato de trabalho, de três meses. Em três meses, eu pagava ele. Pagava por semana, na época, acho que uns trezentos reais por semana pra ele. E esse outro que ficava na feira também. Pagava 200 pra cada um, por semana (...) Mas, só, também, que eu não fui, não tive sabedoria. Quando eu fechei o contrato, cara, eu não... Assim, a empolgação foi tanta, que eu não pensei nem sequer de fazer um seguro. Né? Pra loja. E aí não fiz. Aquela coisa pilhada com os livros, com as vendas, com tudo, então não fiz isso. Aí acordei, cara, de manhã, mais de trinta ligações no meu telefone. Aí peguei, retornei. Esse cara, o dono do prédio lá, dizendo que a loja, o prédio pegou fogo, meu irmão (...) Eu acordei naquele desespero. Falei, “cara!” Tomei um banho, cheguei lá, meu irmão. O prédio todo pegando fogo, os meus livros em chamas, o que não tinha pegado fogo, meu irmão, molhou, o bombeiro molhou. Aí, assim. Perdi tudo, cara. A minha vida, a minha história, que eu tinha construído ali, se desfez em questão de, sabe? De minutos. Foi aquele desespero, aquela loucura (...) Aí pegou fogo e eu perdi tudo, cara. Aí, com essa história toda, né? Aí fiquei devendo banco, devendo editora, porque não tinha como pagar mais ninguém (...) Aí foi isso. Perdi tudo, cara. Perdi tudo. Contas vieram. Sabe? Fiquei devendo editora, devendo banco. Devido a, ficou um caos, né? Não tinha dinheiro pra comer. Sabe? Fiquei num estado depressivo, assim, tão grande, não tinha ânimo pra sair de casa. Pra tipo, caramba, cara. O que que eu vou fazer da minha vida... Não sei fazer mais nada.

Eu: É um baque federal...

Miguel: É, meu irmão. Eu falei, o que que eu... Eu não sei fazer mais nada, cara. E, assim, você se adaptar a essa nova realidade, parceiro. Porra...

Eu: Tava acostumado com um padrão de vida...

Miguel: Porra! E aí depois, tu ter que, sabe? Eu chegava em casa e chorava, chorava porque eu não sabia o que fazer, porra. Eu falei, “vou caçar emprego?” Né? Pô, tudo bem, até... Mas, não tinha forças pra poder levantar da cama, sabe? Não tinha forças... Aí, chegou um tempo também, eu falei: “o que, meu irmão? Não posso ficar nessa não, cara. Tem sacudir essa poeira aí e dar uma volta por cima.” Aí foi a hora que eu comecei a sair de casa, aí vinha muito ali pro mato [fala uma localidade da

favela], ficava ali pensativo, né? Me remoendo com essa história toda. Perguntando os porquês, né?”

Foi na sua rede de relações pessoais (acumulada ao longo do tempo) e através dos recursos presentes no seu lugar de moradia que Miguel encontrou os meios para “sacudir e poeira e dar a volta por cima”. Passando pelo espaço (desativado) do bar localizado ao lado da Quadra do Largo, Miguel teve a ideia de se associar a um amigo (que, sabia Miguel, estava no movimento de abrir um restaurante no bairro em que se encontra a favela Horizonte) e alugar o espaço, buscando para isso apoio da neta do dono do lugar (uma amiga sua).

(...)

Eu: Mas, como é que foi esse início? Você chamou ele e vocês desembolsaram quanto pra abrir...?

Miguel: É, na realidade, assim, eu não tinha nem muito grana... A grana que eu tinha...

Eu: Como é que vocês firmaram essa parceria? Ele fazia o que?

Miguel: Na realidade, ele... Ele tem um Casarão aqui em [nome do bairro] que realmente ele tá fazendo obra lá pra fazer um futuro restaurante, né? Acho que essa história de ele entrar, querer entrar aqui comigo, foi mais pra poder pegar uma experiência, né? De repente ver como é que é o clima disso, sabe? De tá na favela também, de tá se envolvendo com a galera do morro mesmo... Aí ele topou cara. Eu botei, acho que na época, eu botei um barão também, ele botou mil reais, né?

(...)

Miguel: Então, na realidade, assim, eu conversei com a neta do dono ali do bar, que é uma amiga minha, conversei com ela, perguntei...

Eu: Que é moradora daqui.

Miguel: É, moradora daqui do Morro.

Eu: O avô dela também.

Miguel: O avô dela também. Ela, o avô, todo mundo mora aí. Aí eu perguntei: “vem cá Gisele, esse bar aí, como é que tá o esquema?” E ela, “ah, meu avô tá com esse bar parado aí cara, ele queria alugar”. Eu falei, “po, beleza, tem como você intervir pra gente lá? Tô interessado, quero fazer uma coisa assim, assado”. Ela falou, “ah, tá bom, vamo lá, vou falar com ele, aí vocês...” Aí chegando lá ela entrevistou e ele de bom grado falou, “ah, tudo bem, pode ficar com a loja, me paga xis valor...”

Eu: Qual era o preço?

Miguel: Mil reais. Eu achei muito, né? Mas, aí, eu falei, “ah, cara, vamo ver no que vai dar, né?” Aí me deu três meses pra poder dar o primeiro pagamento. E aí fechamos tudo e...

Eu: Então, você ficou três meses sem pagar. Pra conseguir fazer...

Miguel: Pra dar um movimento no caixa pra poder começar a pagar ele.

Eu: Mas, aí você pagou o retroativo a esses três meses, não?

Miguel: Não, não. Só depois de três meses a gente pagou. E dali começou, cara.

Com mil reais de cada um, Miguel e Leonardo (seu amigo italiano) conseguiram preparar quase tudo para a inauguração do bar – depois de Miguel conseguir, através de uma amiga, um bom cont(r)ato com o dono do espaço para começar a pagar o aluguel apenas depois de três meses. Faltando ainda o principal (para a inauguração), Miguel conseguiu uma saída, de novo, recorrendo a recursos presentes no seu território de moradia. Com o sucesso da iniciativa, Miguel e seu sócio tiveram de contratar ajudantes e começaram, inclusive, a

articular a produção de um “evento” no bar (que chamaremos – simplesmente – de “Charme”, pois este era o estilo musical que tocava).

Miguel: Aí juntamos [ele e Leonardo] tudo, compramos. E, assim, a inauguração ia ser em uma semana, daqui uma semana; por exemplo, fizemos tudo hoje e sexta-feira ia inaugurar, mas só que a gente não tinha bebida, cara. Não tinha dinheiro pra comprar bebida, meu irmão. E agora? Aquele desespero. Aí chegamos aqui no depósito de bebida do Danilo, expliquei a situação pra ele...

Eu: Ali embaixo, né?

Miguel: É. E ele, “Miguel, eu te vendo, vou te dar um prazo de sete dias pra você me pagar”. Eu falei, “beleza”. Peguei cinco caixas de brahma, cinco de antártica e duas de itaipava, meu irmão. Botamo tudo pra gelar, bunitinho, bla bla bla. Sexta-feira, pareceiro, o largo ali entupiu de gente!

(...)

Miguel: Aí na sexta-feira quando abrimos, isso aí ficou entupido, em duas horas eu lembro que acabou tudo, meu irmão. Peixe, cerveja, acabou tudo. Não deu vazão. Porque foi tão, assim, uma expectativa, “Bar do Largo”, pô, todo mundo gosta de peixe, todo mundo gosta de um camarão, né? Aqui no morro, porra, meu irmão. Aí fizemos isso, a parada começou a andar. Começou a andar. Aí chegamos num nível de ter que fazer evento, mensalmente. Né? Fazer um evento por mês chamado “Charme”. Trouxemos duas vezes até aquela cantora [diz o nome da cantora]. Aí foi isso, cara, aí começou as coisas a andar, aí tivemos que contratar gente pra poder trabalhar, né? Porque não tava dando mais vazão, eu e ele.

Eu: Nesse início, como é que foi? Era só vocês dois...

Miguel: Só eu e ele, meu irmão.

Eu: Mas, vocês não contrataram ninguém pra ajudar. A família não ajudava.

Miguel: Não, era só eu e ele. Mas, aí depois de uma semana tivemos que contratar, cara.

Eu: Logo depois de uma semana.

Miguel: É, aí chamei minha mãe pra ficar na cozinha. Chamei a Priscila pra ficar no caixa. E eu e Leonardo atendendo as pessoas, né? Mas, a coisa foi pegando pique, aí tivemos que chamar mais duas pessoas pra trabalhar, porque a gente não tava...

Eu: Chamou ainda mais outras duas?

Miguel: Mais outras duas, tudo pagando duzentos reais por semana, entendeu?

Eu: E era tudo família?

Miguel: Não, só minha mãe que era família, o resto era tudo gente conhecida nossa, amigos, né? Próximo.

Mas, com esse “sucesso” e iniciativas como esta (de produção de “eventos” e, como veremos, de “visitas guiadas” com “turistas”), inicia-se um processo de desgaste que levará ao fechamento do bar. Para além de um conflito com o dono do estabelecimento (que queria, depois de um ano de funcionamento do bar, aumentar o aluguel de mil para mil e quinhentos reais, gerando um profundo sentimento de injustiça em Miguel), nosso protagonista teve de lidar com as dificuldades na relação com os outros comerciantes e com as duas forças que, como estamos argumentando, compõem o cerco (atual) aos moradores de favelas “pacificadas”: a UPP e o tráfico de drogas. Se uma das causas do sucesso do negócio de Miguel e de seu sócio estava na facilidade que tinham de burlar as taxas legais²⁹⁵, a

²⁹⁵ Como indicado, a experiência de gerir o bar, para Miguel, era extremamente mais simples que a de gerir o sebo porque, neste caso, a necessidade de “formalização” se impunha. No caso do bar, não: “(...) Porque muita comunidade vive sua vida aí tranquila, meu irmão. Imagina, tu não paga luz, não paga água, sabe? Tu vive daqui,

arbitrariedade presente na relação com o dono do bar (afinal, Miguel não podia recorrer ao sistema formal de administração da justiça...), por outro lado, o ajudou a tomar a decisão de fechá-lo. Talvez (como ainda veremos), caso fosse menos reativo às “investidas de formalização” do Estado representadas pelo Sebrae, Miguel tivesse tido condições de negociar mais firmemente com o dono do estabelecimento.

(...)

Miguel: Aí, se passaram um ano, dessa história. Aí o senhor, dono do bar, ele queria aumentar o aluguel, né? Aí comecei num estresse com ele. Porque ele queria um valor que eu achava que não era justo, né? Ele vinha com um argumento dizendo que, “ah, porque os meus netos me mostram que o bar só tá cheio, vejo no facebook, lotado, sempre cheio, sempre cheio”. Aí, assim, esse argumento dele foi foda, eu num... falei, cara, “mas, esse argumento pra tu aumentar o aluguel isso não é argumento, cara, isso não é argumento, po”. Né? “Você me dá um argumento, me dá uma lógica pra tu aumentar o aluguel, aí vamos conversar, agora, isso aí não é argumento. Isso aí não é justificativa pra você aumentar o aluguel”. Aí começou aquele estresse, aquela aporrinhção e nessa história eu fui durante três meses com essa... Mas, assim, também quando chegou num limite (...) Aí, essa aporrinhção, eu falei, “cara, quer saber de uma coisa, meu irmão”... falei nada com ninguém, falei “Leonardo, vamos fechar esse bar, parceiro.” Só por causa da arrogância dele. Eu até poderia pagar esse valor que ele tá pedindo aí. Sendo que, assim, eu já acho que pago demais e pagar esse valor eu até poderia pagar, mas por conta da arrogância dele, que ele achava que a gente fosse bater o pé e ficar...

(interrompe: ele atende o telefone)

Miguel: Aí, eu falei, “vamos fechar esse bar, cara, vamos fechar esse bar, porque esse cara tá numa arrogância...”

Eu: E ele queria aumentar pra quanto, Miguel?

Miguel: Mil e quinhentos. Aí eu achei que era muito. Mas, eu poderia pagar, porque tava se vendendo, então, não tinha problema com isso. Aí eu falei que não ia pagar; o que que eu fiz? Leonardo, vamo fechar tudo, mandei todo mundo embora, em uma semana, fechei o bar e tirei tudo, fechei as portas, cheguei nele lá: “aí...” Com a chave, assim. “Toma aqui.” Ele arregalou aqueles olhos: “po, mas tu fechou o bar!”. Eu falei: “não, não quero mais ficar com o teu bar”. E ele, “não, mas vamos conversar, vamos ver, paga esse valor mesmo”. Eu falei, “cara, agora eu não quero mais, meu irmão. Agora eu não quero mais ficar no bar”. Porque vai me minando, cara. Essas coisas vai me detonando, assim. Eu fico tão estressado com isso. Aí eu, chega um ponto que eu bato o pé também e não quero. Eu falei: “toma...”

Mas, antes disso, no processo de inauguração e estabelecimento do bar, Miguel avalia o impacto que sua iniciativa (e de Leonardo) teve no comércio local, nos mostrando como o tráfico se constituía como instância central de mediação das relações entre os comerciantes.

(...)

Miguel: (...) rolou muito ciúme, cara! Rolou muito ciúme! Muito problema que eu tive ali, cara.

Eu: É mesmo? Como é que foi isso?

meu irmão. Tu não depende basicamente de nada, tu vive aqui, cara. Tu não paga imposto. Tu paga imposto, mas você não paga o imposto que tem que ser pago. De certa forma, isso mexe no bolso do governo. Né? Quanto o governo não perde aí por conta desses comerciante de favela não pagar imposto? Aí eu te falo, quem tem comércio nas favelas quer descer pro asfalto? Ih, imagina! O cara pagar luz, pagar água, pagar funcionário, tá louco rapaz, tá louco, pergunta quem quer ir pra rua aí pra abrir um comércio ali embaixo. Sabe de nada, meu irmão. Só doido, cupadi!”

Miguel: De toda hora ter que, sabe? “Ah, porque o Miguel fez isso e fez aquilo.” Aí bertrano vinha me chamar: “po, meu amigo, tá acontecendo isso e isso ali”. Eu falei: “eu, cara? Eu não fiz nada disso, meu irmão...”

Eu: Mas, como assim? Te chamavam pra...

Miguel: É, porque, por exemplo. Eu tinha um espaço que eu delimito porque eu botava plantas, né?

Eu: Isso, eu lembro...

Miguel: Aí botava as cadeiras ali. Né? Pra criar aquele clima. Aí o tendeiro vizinho falava, assim, que eu estendi pro lado dele. Aí tinha que ir lá na boca de fumo, chegar e ouvir o cara: “pô meu irmão, o cara falou isso e isso...”. Eu falei: “Mas, pô cara, eu não fiz nada!”

Eu: Mas, o pessoal que vinha falar com você, da boca...?

Miguel: É! Isso. Aí, eu, quando chovia tinha que colocar, assim, eu mandava o cliente pra dentro da quadra. Aí já não podia mais botar dentro da quadra. “Ah, a partir de hoje não precisa botar mais pra dentro da quadra não, não quero mais, não sei o que”, nego da boca vinha falar...

Eu: Você botava mesa lá dentro.

Miguel: É, quando chovia, aí, né? Me barraram. Tudo bem.

Eu: E foi essa galera que te proibiu... da boca.

Miguel: É, porque os tendero ficavam de conversinha fiada neles e eles vinha até mim. Aí chovia, o que que eu fiz? Botei lona. Né? Aí, “ah, a lona, tá ficando feio o morro, não pode mais fazer isso”. Aí eu falei: “vem cá, e quando chover, eu vou fazer o que?” “Ah, dá o seu jeito”. Aí começou, tipo, essas coisas também foram me minando, cara. Porque, criou esse clima de inveja, de ciúmes, de interferência... né? Mas, os caras às vezes são tão atrasados que não conseguem perceber, né? Que você pode fazer, de repente, melhor do que eu ou igual, cara. Já que eu não consigo, né? Eu não tenho o pensamento pra poder ultrapassar ele, então eu vou me igualar a ele. Ele tem o que? Tem máquina? Vou botar uma máquina. Ele tem uma tevê? Vou botar uma tevê. Ele tem um banheiro decente? Vou botar um banheiro decente. Né? Mas, eles não. Eles ficavam tentando, de certa forma, através de terceiros, me minar. Sabe? Mas, eu sempre conseguia fugir pela tangente, né?(...)

Eu: Esses conflitos que você tinha com os outros comerciantes sempre tinha essa intermediação do tráfico?

Miguel: É, sempre! Ninguém nunca chegava direto pra você e falava, “ó, meu irmão, acho você um filho da puta, você tá me atrasando...” Assim, é outra coisa que isso me incomoda, cara. Porra, essas porras nem parece que é homem, cara. Os cara velho, vem... Cara, se eu estiver insatisfeito com você, eu não vou usar ninguém pra poder falar isso pra tu, meu irmão. Vou chegar pra ele, “ó, fulano, eu acho que você é um filho da puta, tu não presta...” Pronto, agora, usar terceiros pra poder te atingir, pô?

Eu: E isso era sempre?

Miguel: Ah, sempre! Uma putaria do caramba. Isso me incomoda pra caramba. Uma viadagem, morô? Aí sempre tinha terceiros. Aí tinha que lidar com vagabundo e quando não era vagabundo era polícia e, sabe? Essas energias pesadas? Isso também vai enchendo o saco, né? Chega uma hora que você, po, cara...

A relação com a UPP, para além daquela (que lhe era imposta) com o tráfico, também era motivo de desgaste, o que se mostra tanto no caso (acima referido) da rede de televisão japonesa quanto nas negociações para produzir o seu evento de “Charme” (sem contar com as tentativas frustradas que Miguel, na qualidade de membro fundador do “Bonde do P”, teve de tentar negociar com a UPP a “liberação” para realização dos bailes organizados pelo “bonde”).

(...)

Miguel: É, isso é uma coisa que também me incomodava muito, que me incomodava e me incomoda, né cara? Assim, eu, na minha própria casa, ter que pedir autorização pra poder fazer qualquer coisa, né? É o cúmulo do absurdo, mas, enfim, eles [a UPP] são o Estado, eles são a força maior, eles podem fazer o que eles quiserem que tá tudo certo... Aí peguei essa galera de uma tevê japonesa, que queria fazer um tour, ver os pontos do morro, aí peguei, aí...

Eu: Você conheceu eles como?

Miguel: Na realidade, veio uma senhora aqui, de nome de Nancir, dizendo que queria passear no morro, que queria trazer os amigos dela aqui, como eu ficava sempre na entrada ali, então eles sempre chegavam até mim; e aí eu: “ah, então vamo, não tem problema nenhum com isso”. Aí chegou ela com a equipe dela, aí veio um soldado e um cabo. “Você tá passando com eles no morro aí, mas o capitão sabe? Você tem autorização?” Eu falei: “Mas, como assim, cara? Autorização pra passear na minha casa?” “Ah, não, mas porque...” Aí começou aquele papo chato, né? Eu também não dei muita importância, acabou que eu “ah, vou falar daqui a pouco” e saí pela tangente e fui embora. E, assim, evento no bar tinha que pedir autorização. Qualquer coisa que se fazia, que se faz, tem que, né? Nem é comunicar. É pedir autorização. Se eles autorizar bem, se não...

Eu: E como é que era esse procedimento?

Miguel: Assim, tem que chegar no container, né? E procurar o oficial do dia e explicar que você vai fazer um evento, ou que vai receber alguém, tem que ser acho que um mês de antecedência, sabe? Se for depois disso não pode. Uma coisa meio chata, cara. [...]

Eu: Mas, você teve alguma negativa, assim, de não autorizar?

Miguel: Ué, várias vezes. Eu tive um até que eu fiquei com desavença com ele, pegou até pinimba acho que meio pessoal também, esse Otávio, né? O primeiro [comandante da UPP]. E aqui eu sempre... e, assim, depois que eu tive bar também eu tive que ser um pouco mais flexível porque eu sempre tava questionando, batendo de frente e isso tava me minando, e eu falei, “cara, eu tenho que dar uma relaxada porque senão eu vou acabar ficando doente, entendeu?” E eu, quando tinha que falar alguma coisa, já ia neutralizado pra não receber aquelas energias pesadas, né? Então, eu chegava lá: “pode?” “Não pode?” “Ah, tá bom, não pode tá bom...”. E quando não podia, o pessoal chegava lá e eu falava “oh, não pode porque o capitão lá não liberou, po. Não posso fazer porque o Otávio não liberou, vai lá falar com ele”. Sempre jogava na conta deles e realmente era fato.

Eu: Realmente era isso. Mas, você conseguia também, às vezes autorizava e às vezes não autorizava.

Miguel: É as vezes não, era aleatório, tinha que pegar o humor desses caras...

Eu: Então, você tinha que lidar com essas coisas com a UPP e também com...

Miguel: É, com o outro lado [o tráfico], né?(...) Aí recebia as pessoas de fora, pra poder passear, tinha que comunicar também, ah isso é um pouco chato, né cara? Essas burocracias internas, isso impede muito o progresso daqui, cara. Daqui e de qualquer outra comunidade, assim.

Eu: Pra passear com o pessoal você tinha que pegar autorização dos dois lados [polícia e tráfico]?

Miguel: Também. Dos dois lados. Comunicar tudo.

Eu: Como é que era isso?

Miguel: Ué, tinha que chegar aqui, avisar que os turistas iam fazer um tour no morro e chegar na outra parte e falar “oh, vou chegar com um pessoal aqui pra passear no morro”. Entendeu? Era isso. Então, com essas coisas aí no caminho. Essas coisas todas, né cara? Chatice, né? Aí tinha dias que o outro lado tava mal humorado, “ah, hoje não pode não, hoje não quero.” Pô, aí tinha essas coisas todas, né? Foda, né? Aí foi isso, isso aí... (...) Tô cansado, meu irmão. Tô cansado de vagabundo, cansado de polícia, cansado desse clima aí de morro mesmo, sabe? Acho que essa galera não evoluiu muito não, sabe? Assim, eu vivo me questionando com isso também, né? Da minha juventude pra cá, o progresso aqui na comunidade chegou. Sabe? O progresso estrutural, né? De infra-estrutura, até mesmo de qualidade de vida. Isso aí, po, mudou pra caramba, cara. Mas, a galera, a pessoa

mesmo não evoluiu nada, meu irmão. Essa galera tá tudo atrasado, meu irmão. Essa galera do morro aí tá tudo, entendeu? To dizendo aqui no [nome da favela], tá? Aqui, meu irmão... o povo tá com a mente atrofiada, cara. Não sei o que que acontece, cara. Oportunidades aparecem, ninguém abraça. A gente tá com aquela mesma cabeça de antes, sabe? Os caras não crescem... Isso me incomoda, meu irmão. Assim, eu to... agora, assim, eu seleciono, são poucas pessoas que eu consigo conversar, ter um papo maneiro, contado a dedo. O resto eu falo assim: “e aí? Valeu, valeu...” E saio porque eu não consigo mais trocar ideia, cara, não consigo mais, não consigo compreender o linguajar, não consigo compreender a ideia, o papo, não consigo alcançar mais isso, não sei qual é cara, não sei se sou que to... sei lá, meu irmão, atrasado demais ou crescido demais, não sei. Mas, não consigo mais trocar ideia com essa galera não. São poucos assim que eu posso botar no dedo de tomar uma cerveja, conversar, o resto não rola, não dá mais.

Eu: E esse atraso que você vê...

Miguel: É, de recorrer a terceiros, de ser, de se deixar manipular também, acho essa galera muito manipulada, né? Assim, a internet tá aí, o progresso tá aí, a evolução tá aí... E a galera, tipo, tá atrasada, meu irmão, tá atrasada no tempo, tá parada no tempo... É isso, pararam no tempo, as coisas estão acontecendo e tá todo mundo parado no tempo. Deixa se manipular, não tem opinião própria, acho que é uma diarreia mental mesmo...

Essa espécie de *cercos* que UPP, por um lado, e tráfico de drogas, por outro, operava na experiência de vida de Miguel (como simples morador e também como comerciante e produtor cultural) foi crucial para impulsionar seu desestímulo à frente do negócio que iniciou ao lado de Leonardo – para além da percepção de que o dono estava sendo injusto e injustificado na tentativa de aumentar o aluguel do espaço. No entanto, o seu processo de fechar o bar não teve o mesmo impacto subjetivo produzido pelo incêndio que consumiu sua loja de livros: “vou te falar de coração, cara: nada mais me abala, meu irmão. Depois desse baque [do incêndio] que eu tive aí, que a casca ficou grossa, nada mais me abala”.

A experiência do Estado que Miguel teve na condição de dono de bar e de membro de um coletivo organizador de festas e eventos (bailes funk incluídos), portanto, é de desconfiança e arbitrariedade. Isso fica ainda mais claro na sua relação com os agentes do Sebrae que o procuraram para fins de formalização do seu negócio, em que o Estado aparece como “ameaça” (CARDOSO, 2013, p.31).

Eu: E você teve alguma ligação com alguma instituição de apoio aqui, Miguel? Como comerciante? Essa coisa de Sebrae ou então Agerio...?

Miguel: Então, cara, a questão, olha, tem um problema muito sério, assim, em relação a Sebrae, porque, assim, eu vi que vinha uma galera aí oferecer serviço, mas a intenção deles era o que? Fazer que os comerciantes abrissem um CNPJ, sabe? A intenção deles era pro comerciante abrir o CNPJ. Mas, cadê o apoio, né? Que eles diziam que ia ter, cadê a palestra? Cadê a visita do camarada aqui pra saber como é que estão as coisas? Não tinha isso, não tinha...

Eu: Como foi esse processo?

Miguel: Olha, nesse período que eu tô aqui, esse período que eu tô aqui, já vieram três pessoas do Sebrae aqui me oferecer, “ah, vamo abrir uma...”

Eu: Te oferecer o quê?

Miguel: Na realidade era assim, “olha, a gente tá na comunidade oferecendo oportunidade pra vocês serem empreendedor, não sei o que e bla bla bla bla bla bla,

vocês vão abrir um CNPJ, vão ter direito a um crédito, vão no banco pegar um empréstimo” Olha só: já enchendo os olhos do povo de... fala em empréstimo, “po, vou tirar um CNPJ e vou poder pegar sete mil no banco”... “Sete mil?!”

Eu: Eles falam esse valor...?

Miguel: É... “sete mil?! Vou abrir agora, eu abro aqui!” Tem vários aqui no Morro fudido por causa dessa história de CNPJ, de abrir CNPJ e pegar empréstimo no banco, imagina, você não tem uma informação, você abrir um CNPJ, vou pegar empréstimo de sete mil no banco. E aí? Eu vou fazer o que com esse sete mil? Vou comprar mercadoria lá no bar? Que que eu vou fazer com esse dinheiro, meu irmão? Não tem essa informação, cara. A intenção dos cara aqui é tirar CNPJ, agora eu te falo, um por quê tem, qual é esse por quê? Tu sabe? Nem eu. Com que intuito o governo quer que a comunidade tire o CNPJ e o comerciante tire o CNPJ? Alguma coisa tem, meu irmão. Eu não sei o que é. Mas, alguma tem por trás disso. Por quê? Pra arrecadar imposto? É isso? Pode ser. Não é? Porque muita comunidade vive sua vida aí tranquila, meu irmão. Imagina, tu não paga luz, não paga água, sabe? Tu vive daqui, meu irmão. Tu não depende basicamente de nada, tu vive daqui, cara. Tu não paga imposto. Tu paga imposto, mas você não paga o imposto que tem que ser pago. De certa forma, isso mexe no bolso do governo. Né? Quanto o governo não perde aí por conta desses comerciante de favela não pagar imposto? Aí eu te falo, quem tem comércio nas favelas quer descer pro asfalto? Ih, imagina! O cara pagar luz, pagar água, pagar funcionário, tá louco rapaz, tá louco, pergunta quem quer ir pra rua aí pra abrir um comércio ali embaixo. Sabe de nada, meu irmão. Só doido, cupadi!

Eu: E eles vieram aqui você chegou a...?

Miguel: Nada, já peguei a onda deles! (...) Aí, eu percebi a malandragem dos caras, já detectei logo. “Então, vamo fazer, vamo fazer!” Eu falei, “não, vou fazer o que...” Eu nunca faço nada de cara eu... Falou qualquer coisa comigo, eu vou pegar e vou analisar, meu irmão. Vou estudar tudo. Pode ter certeza. Aí eu falei, “po beleza”, como eu já conhecia, “vocês vão oferecer um curso?” E o cara, “não! nós vamos oferecer um curso, uma palestra, dia tal” Tu apareceu? Não... Aí eu comecei a maldar essa história, né? Meu cumpadre tirou o CNPJ e pegou esse empréstimo, sem orientação nenhuma, pegou o empréstimo, o que que ele fez com o dinheiro? Meteu o pau no dinheiro. Comprou hambúrguer pra caramba, comprou pão pra caramba, suco pra caramba.

Eu: Teu cumpadre é comerciante aqui?

Miguel: É, é comerciante.

Eu: De onde?

Miguel: Lá no Alto, tem uma lanchonete. Aí comprou tudo demais. Refrigerante pra caramba, guaravita pra caramba, pão à beça, hambúrguer. Sendo que, po, comércio tem dia que tá em alta, tem dia que tá em baixa, meu irmão. Resumindo: teve pão que estragou, carne que estragou, guaravita que passou da validade. Dinheiro jogado fora. Por quê? Porque não teve orientação, po. Não teve orientação.

Eu: E você conhece outros casos desse, de pessoas que pegaram esse empréstimo...?

Miguel: Olha ali, ali! [ele aponta pro comerciante ao lado dele]. Pegou um empréstimo, tá todo fudido.

Eu: Aqui do lado?

Miguel: É, tá todo fudido, tá enrolado.

Eu: E vem junto uma coisa com a outra? Abrir o CNPJ com o Sebrae e pegar um empréstimo com o banco?

Miguel: Automaticamente já te indicam um banco, não sei se tem um esqueminha também nesse negócio aí, porque o cara já fala “vamo lá, tem um gerente assim, assado, que vai te atender.” Eu não sei se tem uma porcentagem, se cada um leva uma porcentagem, entendeu? Alguma coisa tem meu irmão, alguma coisa tem, só não enxerga quem não quer ver, entendeu?

Eu: Você conhece mais algum outro comerciante que também fez essa formalização, entre aspas...?

Miguel: Cara, a maioria aqui no Morro fez, po. O cara da padaria, o cara da padaria, se for na padaria...

Eu: Sei, a padaria ali em cima da associação.

Miguel: É, ele fez, pegou um empréstimo também, tá todo fudido, tá todo enrolado, meu irmão, tá todo enrolado. Isso das pessoas que eu sei, fora as pessoas que eu não sei, cara. Mas se você buscar aí no Morro, aí, meu irmão. O que vem de instituição oferecer empréstimo aqui, “vamo pegar empréstimo, vamo pegar”, é inacreditável, parceiro; em guerra anunciada, só morre quem quer. Vou dar mole pra esses caras? Eu conheço a malandragem desse povo, rapaz.

Eu: Além do Sebrae, veio alguma outra instituição assim?

Miguel: Ah, sempre tem, sempre aparece um outro oferecendo um serviço aí de empréstimo, de não sei o que, juros a, juros de 1%, isso é tudo esqueminha, tudo esquema. Entendeu? Tudo esqueminha, mas aí, só cai quem é bobo, eu não vou dar mole pra esses caras.

Outros partilham desse “medo” com relação ao que pode “estar por detrás” das estratégias de “formalização” por parte do poder público. Contudo, essas percepções não são necessariamente hegemônicas. Como vimos em outras entrevistas, o Sebrae (e a ideia da “formalização” de uma maneira geral) também têm uma boa recepção; o próprio Miguel não é de todo “contra a formalização”.

Miguel: Exatamente, eu acho que você se formalizar é até normal, cara. Eu não vejo problema... é que, assim...

Eu: Você vê vantagens nesse processo de formalização?

Miguel: Claro, eu acho que é bacana, porque, assim, você tem cartas brancas pra poder fazer qualquer comércio, né cara? Você é reconhecido, sabe? Quando você tá credencializado, você tá... Mas, da forma com que eles chegavam que era chato, né cara? “Ah, vamo fazer isso aqui e você pode ir lá banco, pegar dinheiro...” Porra, não é assim. Você tem que instruir o cara. Você tem que dar informação decente, correta pro cara. Não é simplesmente mandar ele abrir um MEI e falar que está tudo certo. Porra, não é assim, né? Quantos aí não se fuderam com essa história aí, meu irmão? Tem vários aí, po... Assim, a gente se faz de bobo pra sobreviver, mas de bobo mesmo a gente só tem a cara.

7.4 O caso de Rodrigo: minha mãe e meu pai criou os filhos tudo com dinheiro do bar e tudo que eu fiz na minha vida também foi com dinheiro de bar

7.4.1 Introdução

Filho de pais baianos que, migrantes, se conheceram no Rio de Janeiro, Rodrigo é nascido e criado no morro do Engenho. Com 41 anos, Rodrigo herdou dos pais o bar no qual trabalhou a maior da sua vida, mesmo quando se mudou da favela. Ele assume o negócio anteriormente dirigido pelo pai e pela mãe (que durante um período contou com a ajuda dos filhos) após passar por diversas experiências empregatícias (a maioria com carteira assinada)

que sedimentaram nele a decisão de “não trabalhar mais pra ninguém”. Hoje, depois de sair do bar e dedicar-se a outro ofício, Rodrigo aluga um espaço no morro do Engenho, onde trabalha mais uma vez como comerciante – embora esteja planejando mudar o empreendimento para outra localidade da favela. Rodrigo trabalhou no bar (construído pela família) por 14 anos, abandonando o negócio por razões que discutiremos abaixo; mas, quando estava mais ou menos há dez anos à frente do bar, conta que os pais venderam o bar à sua revelia, o que o forçou à circunstância de ter de pagar aluguel ao novo proprietário. Após, no ano de 2012, parar de trabalhar nesse bar, Rodrigo dedica-se ao ofício de cabeleireiro, retornando à ocupação de comerciante – na favela – no início de 2017. Esse espaço (alugado) no qual ele leva à frente seu novo empreendimento localiza-se a poucos metros (na mesma rua) daquele construído (depois vendido) pela sua família; esse bar, hoje em dia, pertence a outro comerciante também há muitos anos instalado na favela: Jorge, personagem que encontraremos páginas abaixo. Em função, no entanto, de desavenças com o proprietário do local e da repetição dos casos de violência policial, Rodrigo, em dezembro de 2017, prepara-se para entregar o espaço e alugar outro bar noutra localidade da favela²⁹⁶.

7.4.2 Conteúdo da entrevista

De início, Rodrigo conta como os pais chegaram a se instalar no morro do Engenho, onde ele é nascido e criado. Daí, narra como os pais iniciaram, dentro da própria casa, o negócio (que começou como um bar e expandiu-se para se tornar também um armazém) e como, em sua adolescência e junto aos irmãos, trabalhava para ajudar no orçamento familiar. Conta, também, como, com o lucro do bar/armazém e com o dinheiro dos trabalhos do pai e da mãe e também do falecido irmão, os pais não só expandiram a casa em que moravam, mas também compraram outras 6 (na própria favela), alugando-as a fim de aumentar a renda familiar; ademais, compraram também uma casa na Bahia, estado de origem onde iam de tempos em tempos. Nos trechos abaixo, podemos ver também como o pai de Rodrigo, em função sobretudo dos recorrentes casos de violência na favela (oriundos tanto da “guerra” entre traficantes e policiais quanto das abordagens policiais), opta por alugar os imóveis

²⁹⁶ Fiz duas entrevistas com Rodrigo (ambas em seu bar): uma em setembro e outra em novembro de 2017.

comprados (e construídos) na favela para fixar residência noutra favela, em Olaria (onde passaram a morar de aluguel).

“(…)

Rodrigo: Meu pai e minha mãe, na verdade, saíram... meu pai saiu de Salvador e minha mãe saiu do interior da Bahia. Minha mãe saiu com 7 anos de idade só, meu pai saiu com 9. Na época, era casamento prometido, então, minha mãe era prometida a um oficial da marinha.

Eu: Mesmo sua mãe sendo tão nova?

Rodrigo: Isso, minha vó tirou ela de lá justamente por isso, pra ela ter o direito de escolher. Só que minha vó também, depois, não gostava do meu pai porque meu pai era negro, meu pai era negro, então a minha vó não gostava, por ele ser negro. Não por ele ser pobre, mas por ele ser negro. Porque antigamente tinha um pouco de preconceito. E... assim... o processo... todo... foi que minha mãe morava de aluguel, surgiu uma oportunidade, que ela saiu de uma firma que ela trabalhava, ganhou um dinheiro, minha vó também tinha um dinheiro reservado, aí a minha bisavó, no caso a avó dela, da minha mãe, mandou um dinheiro pra minha mãe, pra ela poder comprar o terreno no morro do Engenho, porque ela achou uma ótima oportunidade, que ela tinha uma conhecida que morava aqui.

Eu: Sua mãe achou...

Rodrigo: Isso... que dava pra fazer casa, pra ela sair do aluguel. Então, a minha mãe fez assim o primeiro andar. Meu pai e minha mãe, aí, já eram casado, eles moravam na Cândido de Oliveira [rua do Rio Comprido], entendeu? Aí surgiu a oportunidade desse terreno, eles compraram.

Eu: Muito pelo empréstimo da sua bisavó...

Rodrigo: Isso, que não foi nem um empréstimo, minha bisavó deu o dinheiro, porque ela tinha minha mãe como tudo pra ela, porque era única neta, entendeu? A única neta... e a minha mãe era filha única e a minha vó era filha única. E... só que a minha vó não era casa, minha vó teve minha mãe e... é um fruto de traição. Minha vó se meteu numa família do suposto meu avô, que eu nem conheci, nem fiz questão de conhecer, porque minha mãe que é minha mãe não fez questão de conhecer não seria eu... Aí, é como eu tava te falando, aí foi quando construiu, aí foi construindo por etapa, entendeu? Aí, eu nasci aqui.

(...)

Rodrigo: (...) Aí compraram, foram construindo por etapas... aí, por meu pai tá trabalhando na Brahma, ele resolveu, como aqui não tinha as coisas, ele resolveu vender cerveja, refrigerante, e antes era muito engraçado que era um sininho, no portão, na porta de casa, que as pessoas tocavam o sino, aí dizia o que queria...

Eu: E sua mãe tava trabalhando onde nessa época?

Rodrigo: Minha mãe trabalhava também na escola em que eu estudei. Ela era servente. Escola particular. Então, começou assim. Tocava o sininho...

Eu: Que época era isso?

Rodrigo: Eu tinha seis anos de idade. Eu nasci aqui em 1976. E meu pai... foi na época... meu pai monta o comércio na época em que eu estava nascendo... Começou com dez caixinhas... e se tornou duzentas caixas... no passar de meses. Ele vendia cerveja, refrigerante e bebida quente, mas só de garrafa, não vendia dose nem nada. Aí que surgiu a ideia...

Eu: E era dentro de casa, né? Não tinha um espaço fora no início?

Rodrigo: Era dentro de casa, mas nenhum cliente tinha acesso. Porque a gente subia pra atender no portão, pegava o dinheiro, botava a mercadoria da pessoa e levava pro cliente, entendeu? Uma que a gente criava muito cachorro. Então, como eu posso te dizer...? Expandiu... Aí meu pai construiu o segundo andar com o dinheiro das vendas²⁹⁷, construiu o segundo andar e montou o bar. Aí que meu pai começou,

²⁹⁷ Na entrevista de dezembro, Rodrigo qualifica essa informação, dizendo que o segundo andar e o terceiro andares foram construídos com o dinheiro a que os pais tiveram acesso com a morte de um dos irmãos, então gerente do banco Bradesco.

ai é que vem onde eu entro também, ai meu pai começou a vender laticínios...Virou um armazém, vendendo de tudo. Arroz, óleo, macarrão, queijo, presunto, manteiga, tudo! Ai é como eu tô falando que é quando eu entro, que eu e meus irmãos descíamos, e íamos buscar o pão na padaria que tem até hoje lá embaixo, ai ia três vezes, vendia e ia buscar de novo, vendia e ia buscar de novo... Ai chegou um tempo que meu pai começou a trabalhar no jornal do brasil, de madrugada, ai ele conversando, o cara...

Eu: Seu pai nunca ficou só no bar...?

Rodrigo: Não, meu pai nunca ficou no bar! Meu pai botava minha mãe e ele ia trabalhar na rua. Meu pai nunca gostou de ficar parado num lugar só. Ai meu pai conheceu um rapaz lá da tijuca, que ele tinha uma padaria, ai o cara começou a fornecer o pão mais barato, e dando pro meu pai pagar, tipo, você vende e paga o que você vendeu. Ai meu pai se interessou e dali fluía muito, eu me lembro que meu pai tinha uma Brasília, a Brasília vinha lotada de pão, de leite de saco, lembra? Então, cara, assim, foi um negócio que deu muito certo, e a gente rodava, eu e meus irmãos! Chegou um tempo que meu pai contratou uns garotos que moravam aqui, que vieram do norte, que tavam desempregados, meu pai perguntou se eles não queriam trabalhar, ai meu pai pagava toda semana pra eles irem vendendo com a gente, a gente pegava daqui dessa ponta do morro até lá atrás, ai quando dava a minha hora da escola, eu ia pra escola... eu e meu outro irmão, que tá até nos estados unidos hoje, que foi o único que deu pra estudar mesmo, que sempre o sonho dele era sair daqui e nunca mais voltar. O sonho do meu irmão sempre foi esse: sair daqui e nunca mais voltar.

(...)

Rodrigo: (...) Ai foi quando o meu irmão morreu e eles [os pais] construíram o segundo andar e investiram mais ainda... até em comprar as sete casas que eu tava falando...

Eu: Ele deixou uma grana boa, então...

Rodrigo: deixou! Foi um dinheiro bom porque até a casa na Bahia foi com o dinheiro dele...

Eu: e ele fazia o que?

Rodrigo: Meu irmão era bancário... ele era fuzileiro naval, depois foi ser bancário. Quando ele era gerente do Bradesco foi quando a doença se manifestou mesmo (...) Eu falo meningite que é o que aparece no óbito²⁹⁸.

(...)

Rodrigo: (...) onde é o bar hoje [atualmente com Jorge], na verdade, era usado como, tipo um, era uma garagem. A gente morava do lado. Tudo fazia parte do terreno. Ai meu pai matou a garagem, fez outro andar em cima e fez o bar aonde era a garagem. Ai depois ele subiu o terceiro andar. Nós fomos morar no terceiro andar, o segundo andar dividiu no meio, ai dividiu em duas casas, e alugou. No caso lá... Nessa época, meu pai e minha mãe recebia aluguel de cinco casas, porque as outras duas, uma era a que a gente morava e outra que meu irmão morava, que casou.

(...)

Eu: E como foi esse processo de seu pai abrir um bar e vocês ajudarem?

Rodrigo: Cara, eu acho que foi bom, foi construtivo pelo seguinte... eu vendia o pão com meus irmãos. A gente subia a comunidade toda, com o cesto de pão nas costas, caixa de leite, entregando de casa em casa. Nisso, meu pai já tinha a venda, o bar, dentro de casa. Vendendo de tudo. Meu pai construiu o bar... foi vendendo as bebidas dentro de casa, entendeu?

Eu: Ele começou você era novo, né?

Rodrigo: Isso, ele construiu eu tinha uns 5, 6 anos. Foi quando ele parou de beber. Ai dali foi expandindo... Eu comecei a ajudar a vender pão eu já não era tão novo, eu já tava com 11 pra 12 anos. Até porque eu estudava, eu pegava 7 horas da manhã na escola. Quando eu comecei

Eu: Você estudava de tarde?

²⁹⁸ Mais abaixo entender-se-á melhor as circunstâncias da morte desse irmão de Rodrigo e o quanto ela impacta a família e, por conseguinte, a gestão do negócio.

Rodrigo: Não, na verdade, quando eu comecei a ajudar, com 11 pra 12 anos, o meu horário já era mais flexível, entendeu? Eu pegava sete e cinquenta, não era mais sete horas. Então, antes de ir pro colégio, eu acordava cinco e meia, subia, vendendo pão, quando dava dez pras sete eu descia, tomava banho, tomava café e ia pra escola. Eu estudava em colégio particular. Que era o tempo certinho, que dava pra chegar na escola. Era eu e meus irmãos... Depois meu pai contratou também...

(...)

Rodrigo: (...) Aí, resumindo assim a história, depois de um tempo meu pai foi... cansado já, porque teve uma época muito braba... teve uma época que você não podia botar a cara assim na rua de uma vez, entendeu? (...) de guerra no morro, entendeu? Aqui morria pessoas por segundo! Teve uma época aqui que era um inferno isso aqui, entendeu? Era um inferno.

Eu: Que época mais ou menos?

Rodrigo: Poxa, vamos botar uns vinte e poucos anos atrás...

Eu: Meio dos anos 1990...

Rodrigo: É. Pra você ter ideia, eu chegando da escola, eu vi o cara sendo assassinado na porta da minha casa... entendeu? Mas, assim, eu sempre amei isso aqui cara. Sempre amei. Aí, meu pai, como eu tô te falando, meu pai cansou disso. Aí meu pai alugou um tempo, alugou o bar, falou que não queria mais.

Eu: Mas, ele alugou pra sair daqui?

Rodrigo: Isso.

Eu: E saiu, pra onde?

Rodrigo: A gente foi pra Olaria na época. Deixamos o bar e as casas alugadas. Eram 7 casas.

Eu: Ele conseguiu juntar um patrimônio...

Rodrigo: É. Que depois minha mãe vendeu e muito mal comprou um apartamento na rua²⁹⁹.

(...)

Rodrigo: É... quando a gente saiu... já tinha as sete casa, as casa tudo alugada porque a gente só morava em uma e meu irmão na outra, as outras era alugada... A gente saiu... porque... a guerra que teve, era questão do seguinte, é... como eu posso te explicar... você sabe que antigamente tinha esse negócio de que quem mora no morro é bandido, então, polícia subia, matava mesmo sem dó e sem piedade, e se viesse a noite, era terrível. Então, meu pai cansou disso. Eu chegava, as vezes, do trabalho, tarde da noite. Então, meu pai começou a ficar com medo. Deu tá subindo, vim pessoas, vim bandidos de outro morro, de outra facção, e eu tá subindo na hora, entendeu? Quantas vezes eu tive que ficar embaixo esperando o tiroteio passar pra eu subir...? Chegando tarde... entendeu? Então, tudo isso... Na verdade, isso sempre aconteceu, mas ficou pior nessa época, ficou muito pior. Ficou brabo, ficou muito pior. Era de você ver as pessoas morrendo assim na sua frente. Ficou uma coisa de louco. Pra você ter ideia... o garoto tava dormindo no banco, no banco lá do bar... Aí quando gritaram, “polícia”, foi ele levantar, o policial matou ele assim na porta da gente, deu um tiro lá nele, isso aqui entrou, ele tava de colete, ele era do tráfico, isso aqui entrou e fez um rombo imenso nas costa do menino, o garoto só tinha 15 anos, coitado. Então, isso aí fez com que meu pai... Foi quando aconteceu do meu pai sair daqui. E ir morar em Olaria. Aí foi a família. Minha irmã engravidou aí meu pai ficou com vergonha...

Eu: Então seu pai saiu daqui por causa da violência e por causa da sua irmã...

Rodrigo: Da minha irmã, é, que engravidou e era o xodozinho dele, por isso também...

Eu: E ele ficou com vergonha por quê?

Rodrigo: Porque minha irmã ia ser mãe solteira, como ela é até hoje, entendeu? Aí, pessoas da antiga sabe como é que é.

²⁹⁹ Mais à frente discutiremos os motivos da venda.

É ao longo desse processo que Rodrigo, terminando o ensino médio aos 17 anos, inicia sua vida empregatícia. Ele conta que, nessa idade, dividia sua rotina entre o bar da família e um trabalho em outro bar localizado em um campo de futebol na entrada da favela. Depois de passar por outras experiências de trabalho, Rodrigo – já morando em Olaria – resolve assumir o bar depois de uma malsucedida experiência de seu pai em alugá-lo; contribui para isso, sem dúvida, as experiências de outros trabalhos (com carteira assinada) lidas por Rodrigo numa chave negativa.

“(…)

Rodrigo: Aí, foi na época, eu já tinha terminado o ensino médio e o meu forte não era estudar. Eu sempre trabalhei desde os 17 anos. Eu trabalhei num campo de futebol. Eu ficava no bar até as cinco horas da tarde, depois eu descia pra trabalhar no emprego mesmo que era num campo de futebol que tinha que eu trabalhava num bar também.

Eu: Era carteira assinada?

Rodrigo: Carteira assinada! O salário era até bonzinho, o ruim era que trabalhava domingo, sábado e domingo eu trabalhava o dia todo, era um salário mínimo, mas prum adolescente de 17 anos que o pai e a mãe dava de tudo, que o dinheiro era só pra ele gastar consigo mesmo, então tava ótimo.

Eu: Quanto tempo você ficou nessa?

Rodrigo: Eu fiquei seis meses nessa. Aí um rapaz, um conhecido, arrumou pra mim trabalhar na Adonis, na loja de roupa, de office boy, como era um trabalho de dia, eu queria um trabalho de dia, porque no campo eu saía duas horas da manhã, então eu queria um trabalho que eu pudesse trabalhar de dia e de tarde tá vindo pra casa. Então, eu consegui nessa Adonis. Só que eu fui contratado pra fazer uma coisa só que eu cheguei lá eu comecei fazendo outra. Lá me ofereceram um salário bom. Nessa época eu morava aqui ainda. Aí eu, na boa, peguei, fui... Aí comecei a fazer coisas que não era pra eu fazer, aí aquilo ali me cansou, eu fiquei dois meses, mas já saí da Adonis empregado já em outro, eu nunca fiquei assim parado. Eu fui contratado pra ser Office boy, mas comecei a trabalhar de estoquista, limpar a loja, aí aquilo ali começou a me estressar, aí eu falei, “não eu não vou ficar limpando loja, fazendo esses bagulho”... aí, eu falei... eu tô fazendo o serviço do faxineiro, do estoquista, de tudo... aí me botava pra limpar a loja, depois que eu limpava a loja, eu tinha que ir pras outras lojas, entregar as mercadorias das outras lojas, e depois eu tinha que vir pra fazer o serviço do estoquista, aí tinha vez que era perto do meu horário de saída, mandando eu ir na cidade pra poder entregar documento... aí isso aí foi me cansando, aí eu fiquei dois meses e saí e trabalhei na FAET. Negócio de ventilador, essas coisas. A fábrica, não a loja. Mas, ali eu fiquei só dois meses, porque me deu alergia do papelão (...) Isso tudo carteira assinada. Aí eu peguei e saí. Aí fiquei com o meu pai. Aqui. Voltei pro bar. Tomando conta do bar. Aí depois... fiquei só mais uns 2 ou 3 meses no bar, aí foi quando eu conheci a Cíntia, que a Cíntia pegou, falou “Rodrigo...”, quando eu conheci a Cíntia não, a Cíntia comentando comigo que ela ia fazer uma entrevista de emprego, num cinema, no cinemark brasil s.a., a Cíntia foi pra fazer a entrevista, eu fui pra poder preencher a ficha, eu fiquei e ela não! [risos] No mesmo dia que ela foi, o cara me entrevistou logo e me contratou, eu comecei no outro dia.

Eu: E era pra fazer o que?

Rodrigo: Era... como eles chamavam... pra fazer tudo você limpava, era embalar bilhete, indicava o pessoal às salas certas, entendeu? Era um atendente, lá no Botafogo Praia Shopping, trabalhei dois anos e seis meses ali.

Eu: Foi nessa época que seu pai saiu daqui?

Rodrigo: Não... Meu pai saiu daqui... definitivo mesmo... Foi... foi quando eu fiquei dois anos e seis meses nesse cinemark, aí um amigo meu que começou a trabalhar na

Leader falou, “po Rodrigo, ficar...”, porque em dias de fechamento eu chegava aqui era quatro horas da manhã, e a época tava muito perigoso isso aqui... aí eu falava com o gerente, o gerente falava que o único que era de maior era eu e não tinha ninguém pra botar no fechamento, aí eu tinha que ficar no fechamento do cinema, aí saía de lá duas e pouca, só ia chegar aqui quatro horas da manhã, entendeu? Já tomei tapa de polícia dormindo, os polícia entraram dentro da minha casa, e achar que eu era vagabundo, aí quando viram o meu crachá e tal, e se arrependeram da tapa que me deram, porque eles invadiram a minha casa, porque, aquela coisa de achar que todo negro que tá dormindo de dia é porque é vagabundo que tava traficando a noite, entendeu? Aí, peguei, esse meu amigo me ofereceu esse emprego lá na Leader... ganhava bem mais e os benefícios eram maiores, não vou mentir, né, tu sempre vai buscar o melhor, né, aí saí. Fiquei um ano e dois meses na Leader. Quando eu ia ter férias, o gerente que não ia com a minha cara, pegou, me mandou embora. Eu era atendente lá.

Eu: Isso morando aqui ainda.

Rodrigo: Sempre morando aqui.

Eu: Na Leader você morava aqui...

Rodrigo: Isso. Não, na Leader, eu comecei morando aqui. Mas, assim, com três meses eu tando lá, foi quando aconteceu do meu pai sair daqui. E ir morar em Olaria. Aí foi a família (...) Aí, ele foi alugou pra Dona Jéssica, que tinha alugado um bar de frente pro nosso, ela alugou o nosso e o de frente pro nosso, tipo assim, ela quis dominar o lugar, só que, o que que acontece, de tanto que ela quis, ela acabou não conseguindo nada, porque ela deixou de pagar o meu pai, ela acabou com as coisas, que meu pai deixou e ainda ficou devendo um dinheirão a meu pai, aí o meu pai, “ah, eu vou alugar essa merda de novo”, aí eu falei, “não, pai, não aluga não, eu vou ficar”, e ele “eu não tenho dinheiro, se você quiser você investe, porque eu não vou investir nada”, como eu tinha recebido um dinheiro da Leader, aí me deu o estalo de assumir (...) Aí... tanto é que eu comecei sem nada. E foi uma coisa que nem meu pai acreditou. Que em menos de um mês eu já tava com o bar com tudo sortido, tudo lotado. É porque, é aquela coisa assim, quando você quer muito uma coisa, quando você quer aquilo demais, você consegue. Se você bota a sua fé na frente de tudo, tudo dá certo. Agora se você fica com aquela dúvida, “será que vai dar certo?”, você acaba deixando de fazer as coisa que tem que fazer (...) Eu comecei só vendendo, meu dinheiro só deu pra comprar bebidas, pra comprar bebidas... e botei e fui vendendo e falando pro pessoal, “olha, por enquanto eu não posso vender fiado...”

Ao assumir o bar, a aspiração de Rodrigo era a de “ser seu próprio chefe”, como veremos abaixo. Pela maneira pela qual Rodrigo articula sua trajetória, foram as experiências laborais anteriores que o levaram a sedimentar o desejo de “não trabalhar mais pra ninguém” – a exemplo de Leandro. Olhando em perspectiva, Rodrigo entende que foi uma escolha acertada em função dos maiores rendimentos que ele pôde perceber à frente de seu próprio negócio – algo impossível nos empregos nos quais até então ele havia se ocupado. Rodrigo fica à frente do bar por cerca de catorze anos seguidos, no meio dos quais, por motivos que tem que ver com a especificidade da informalidade nas favelas entendidas como margens do Estado, sua mãe o vende (assim como os outros 6 imóveis da família), de modo que Rodrigo passa repentinamente de proprietário à locatário. Depois desse período, segundo ele, de “vaca gordíssima”, Rodrigo, a exemplo de Rômulo, decide desfazer-se do bar em função das experiências com a polícia que, na sua percepção, são inauguradas com a instalação da UPP;

además, identifica que o novo tipo de convivência entre os agentes da polícia e da socialidade criminal iniciado pela UPP (ao menos na sua primeira fase) deixa os moradores e trabalhadores locais – em função da convivência territorial forçada – submetidos a uma vigilância que a ideia de “campo minado”, conforme discutimos, é capaz de captar. Em função desse cenário, Rodrigo decide por desfazer-se do bar, para o que contribuiu decisivamente certo esgotamento com o ritmo de trabalho que a ocupação por conta própria exigia e o grave problema de saúde pelo que passou, o qual, segundo ele, debilitou as forças necessárias para manter-se à frente do negócio.

“Eu: Por que te deu um estalo de ficar só no bar?

Rodrigo: Porque eu decidi não trabalhar mais pra ninguém.

Eu: Como assim?

Rodrigo: É porque é aquela coisa assim, de você ter horário de pegar e horário de largar, eu não queria ter horário de pegar e também eu largava a hora que eu quisesse, eu não queria ter patrão me dizendo o que eu devo e o que eu não devo fazer, eu queria ser o meu próprio patrão.

Eu: No início você queria um emprego que você tivesse hora... Por que mudou?

Rodrigo: Por causa dos problemas que eu tive trabalhando em loja. Eu tive clientes querendo me agredir... por não ter a mercadoria, entendeu? Então, aí isso aí foi começando a me encher... entendeu? Eu comecei a perder a paciência, eu agredi a cliente verbalmente... O palavrão mais feio que eu mandei a ela é “vai tomar nesse lugar”, o mais bonitinho... lá na Leader. A minha sorte é que o supervisor que tava na hora era meu fechamento, ele: “viaaaado!!”, aí eu “rapaz, ela me mandou tomar no cu! Eu falei ‘vai tomar no cu você! Tu tá com falta de piroca!’” Aí eu comecei... Cara, agora eu dou risada, mas na hora eu fiquei muito puto, muito puto, aí eu falei, “po, eu não quero mais isso”, aí... outra foi também uma supervisora que tinha lá, que a mulher pegava no meu pé de uma tal forma que eu não podia respirar, ela tava vendo eu ali botando o alarme nas roupas, ela: “Rodrigo, quem tá na seção? Tem cliente lá!” e não sei o que, bla bla bla, e era mentira, era só pra eu poder parar pra ela poder falar pros outros supervisores que eu tava fazendo um negócio e fui voar na loja. Aí meu supervisor pegou essa fita, aí meu supervisor ficou, “cuidado com a Claudia, a Claudia tá querendo te ferrar”, aí isso tudo, aí eu falei “ou ela vai me mandar embora ou eu vou dar um soco na cara dela se eu continuar aqui”, porque eu era que nem pólvora, se riscasse um pouquinho de fásca perto de mim eu pegava fogo, eu era assim. Hoje em dia eu tô uma pessoa super centrada, entendeu? Eu tô uma pessoa bem menos agressiva do que eu era antes. Mas, assim, se eu tivesse a cabeça que eu tenho hoje, antes, eu acho que eu toleraria e ficaria até hoje na loja, de repente eu nem tinha entrado, aí também eu fico pensando, eu poderia não ter entrado, mas também não ganharia o dinheiro que eu ganhei tando no bar. No bar eu ganhei muito mais.

Eu: Como você vê essa diferença entre o bar, que você trabalha por conta própria, e ter carteira assinada?

Rodrigo: Olha, eu odeio trabalhar de carteira assinada.

Eu: Por quê?

Rodrigo: Porque você tem horário de chegar, tem horário de sair e eu não gosto, eu não tenho mais paciência pra esse ramo, porque eu penso assim, eu abro a hora que eu quero, eu fecho a hora que eu quero, se eu não tiver a fim de ir eu não vou, assim é melhor. Então, é fazer o próprio horário... e fora que a grana também é melhor.

Eu: Você, no bar, contribui pra previdência?

Rodrigo: Já contribuí como autônomo, mas bem pouco tempo, aí parei, mas eu quero voltar também... e tem também da época que eu era carteira assinada... (...)

Eu: Quando você assumiu o bar, você morava em Olaria e veio morar aqui?

Rodrigo: Não, eu morava em Olaria e continuei morando em Olaria. Mas, dormia dias no morro.

Eu: E o estalo que deu na sua cabeça foi porque você queria...

Rodrigo: Ser o meu próprio chefe. Aí alugamos uma casa, entregamos a casa que a gente tava [em Olaria] e alugamos uma no Engenho Novo, que aí ficou bem mais próximo, ficou bem mais perto, então eu comecei...

Eu: Por que saiu de Olaria pro Engenho novo?

Rodrigo: Mais pela proximidade... tinha as casas aqui também... aí tinha vez que pra você ter ideia, como eu tô te falando, eu vinha pra cá na sexta, na quinta-feira, e ia embora na segunda. Trabalhado direto, tinha uma kitinet que eu botei cama, fogão, geladeira, nessa época meu pai já tinha as setes casas, tudo alugado, só tinha uma que ele deixou pra eu poder comer, tomar banho, fazer minhas coisas, a kitinet era do meu pai, eu digo kitinet porque era quarto, sala, cozinha e banheiro, entendeu? Aí, eu ia pra casa [no Engenho Novo] segunda-feira. Aí segunda eu descansava e pagava as contas, terça eu vinha e voltava, quarta eu vinha e voltava. Eu só não abria dia de segunda-feira. Abria sem hora de fechar, porque tinha vez que eu saía daqui uma hora da manhã. Nessa época o movimento era muito bom. Aí foi como eu tô te falando, aí, o que que aconteceu? Com o bar... pensa você tirar uma renda, que a gente fazia tipo um pagofunk aqui, sexta, sábado e domingo, na sexta-feira você vender de sete a oito mil, aí no sábado, você vender três, quatro mil, aí no domingo você vender dois e quinhentos, três mil.

Eu: Mas, isso tirando o que tinha que pagar de mercadoria.

Rodrigo: Lógico, mas o lucro era de tipo três mil... Então as vezes eu chegava a tirar 10 mil de lucro [por mês]. Foi na época que eu comecei a construir minha casa na Bahia. Aí, eu falei que eu tinha que investir o dinheiro, aí construí minha casa na Bahia. Construí com dinheiro do bar.

Eu: E era um dinheiro que você imaginava que você ia ganhar quando você começou?

Rodrigo: Não... eu nem comecei por isso.

(...)

Eu: E por que você construiu na Bahia?

Rodrigo: Sabe um filho de baiano que nasceu no rio, mas parece que nasceu na Bahia? Eu amo a Bahia. Amo mesmo de paixão.

Eu: E a casa que você tem lá tá alugada...

Rodrigo: Tá alugada.

(...)

Rodrigo: Aí, tipo assim. Minha mãe e meu pai criou os filhos tudo com dinheiro do bar e tudo que eu fiz na minha vida também foi com dinheiro de bar. Eu posso te dizer que eu ganhei muita coisa. Só que eu fui burro. Num ponto eu fui burro, eu posso te dizer que eu fui muito burro. Se hoje eu reclamo que eu não tenho nada, foi por burrice minha. Porque meu dinheiro, invés de eu pegar e investir em coisas úteis, o que que eu fiz? Juntava um dinheiro... Sabe o que é você pegar, seis, sete mil, pra passar um mês na Bahia? Zuando, indo pra festa... Eu nunca fui de beber, eu nunca bebi na minha vida, não suporto bebida, não suporto cigarro, mas, não crítico quem use, sabe? Sou uma pessoa que eu sou super na minha, não tenho essa mente, “ah, eu não fumo, a pessoa não pode fumar”, não, não tem isso comigo. Só que, como eu tô te falando, levava seis, sete mil, e gastava... com falsos amigos, porque quando você tem, você tem um bocado de amigos, e “ah, Rodrigo, tem show em tal lugar, vambora?” e eu “vambora”, aí “po Rodrigo, eu tô sem um real, tem como tu pagar a minha aí?”, aí eu “porra... então tá, né, eu quero ir, pra eu ir tu tem que ir, né”, porque eu não gostava de andar sozinho... Aí ia, pagava, ainda tinha que ficar pagando bebida lá dentro, eu não bebo ainda tenho que ficar pagando bebida pros outros, isso me matava, é onde eu falei que eu pequei muito nisso, eu tinha que ter a cabeça que eu tenho hoje, antes, entendeu?

Eu: E essa época que você ganhou muito dinheiro, durou quanto tempo?

Rodrigo: Uns cinco anos, uns cinco a seis anos de vacas gordas, na verdade, no sexto ano eu não conto que foi quando a bope entrou, a bope entrou no dia das mães, já tava tudo armado pra ter baile, essas coisas tudo, aí foi quando começou o terror

aqui. Foi um ano de terror. Que eles subiam à noite, as pessoas tavam bebendo, eles batiam, eles batiam nas pessoas que tavam na rua, aí começou com negócio de toque de recolher, coisas que nunca teve, isso pela polícia. Aí a venda do bar começou a cair porque a polícia entrou na comunidade barbarizando, entendeu? Foi barbaridade o que eles fizeram, entendeu? Porque morreu gente inocente.

Eu: Mas, o que aconteceu pra entrarem?

Rodrigo: Cara, a desculpa foi que o morro tava dando muito tiro de um morro pro outro, porque morreu muita gente nessa época também. Guerra de tráfico... eles davam tiro pra cá, mataram vários moradores, moradores mesmo! E com certeza daqui também deve ter matado algum morador inocente de lá também, entendeu? A gente não tinha acesso dos de lá porque... a gente não tem conhecimento, praticamente, eu não tenho, eu não tenho conhecimento de ninguém que more lá. Aí foi que a venda em geral começou a cair, aí depois de um ano que eles tavam aqui, eles saíram no dia das mães, depois de um ano, aí começou a melhorar. Não sei se você lembra da época da guerra na [favela vizinha]. Aí veio muita gente refugiada de lá. E minha mãe nunca gostou de alugar casa pra bandido, pensando nos filhos e pensando nos inquilinos que também já tavam há anos e tal, aí, como ela não morava aqui, eu vi uma menina desesperada, com dois filhos, aí eu aluguei a casa pra ela sem saber o que que era, aí quando a minha mãe ficou sabendo que o marido da menina era traficante, minha mãe pegou e vendeu tudo, as setes casas e o bar.

Eu: E o bar? Sem te falar?

Rodrigo: Sem me falar. Aí de dono eu passei a ser locatário. Do rapaz que comprou.

Eu: E seu pai com isso?

Rodrigo: Não, meu pai... ele fazia as vontades da minha mãe, no fundo, no fundo ele fazia as vontades da minha mãe.

Eu: E você passou a pagar quanto de aluguel?

Rodrigo: Pagava mais ou menos uns quinhentos...

(...)

Rodrigo: (...) Na verdade, Ela vendeu também por causa... porque, tipo assim... ela tava doida pra vender ali e comprar alguma coisa na rua que tivesse escritura, se o dinheiro viesse a faltar, era uma garantia... porque ela tinha muito medo de trocar de facção e ela perder tudo, entendeu? Porque aqui é assim, por conhecer as pessoas, as pessoas de outra facção se entrasse ali poderia expulsar porque sabia que eles tinha convívio, qual o tendero que não tem convívio com traficante? Que não conhece? Fala que não conhece tá mentindo. Conhecer conhece sim, só que a gente não quer, a gente não tá nem querendo saber, a gente quer vender, a gente quer nosso dinheiro, quer ter uma vida melhor, aí ela ficou com medo disso, por isso que ela vendeu. Tanto é que ela vendeu a preço de banana.

Eu: Mas, vocês já não tinham Olaria?

Rodrigo: Não... em Olaria era alugado. No engenho novo foi comprado, com o dinheiro dessa venda... depois que a gente já tava no Engenho Novo de aluguel.

Eu: E foi de supetão, né?

Rodrigo: É, não avisou porque... ela tava com medo. Ela esperou eu botar a porta de correr, aquelas de correr, de cima pra baixo, pra poder, pra vender. Eu falei, “pô, gastei dois mil e pouco à toa”, eu não botava, gastei dois mil e setecentos, se eu soubesse eu deixava os dois e setecentos na minha conta, porque ela vendeu e vendeu pelo valor, com tudo, o cara não quis saber que eu botei porta. Tive que pagar aluguel logo.

(...)

Eu: Então, você ficou cinco anos, um ano ruim, e depois...?

Rodrigo: Foi... depois mais uns oito anos de vida boa, posso dizer de vida boa... Eu vou te ser sincero pra você, foi de passar um final de semana e eu vender duzentas e quarenta caixas de cerveja, só daí você ter ideia... Eu passei cinco anos, como eu te falei, né, vaca gordíssima, aí foi quando entrou a bope, no dia das mães e só saiu no outro ano, não lembro o ano, eu sei que posso te dizer que caiu a venda mesmo! Aí quando a bope foi embora, a venda voltou, aí eu fiquei mais uns oito anos de vida boa mesmo (...) Ou então, pensa, de você, numa noite, você vender... vinte, trinta caixa de cerveja. Como é que o rendimento não é bom? Não é hoje em dia. Hoje em

dia é não vende como vendia antes. De você vender trinta caixa de cerveja? Não existe mais isso! Só se voltasse a ter evento forte... que é uma coisa que não há de ter tão cedo, assim, de... pra levantar.

(...)

Eu: Então você ficou cinco mais oito, você ficou treze anos...

Rodrigo: No caso catorze, né, conta com o ano de ruim, entendeu? Catorze anos só de bar. Vivendo de bar, mantendo casa de bar, entendeu? Nesses anos, eu comecei a ficar safado, eu conheci uma pessoa em Salvador, aí eu sempre ficava três meses aqui, um mês ficava lá, aí voltava, ficava mais três meses, entendeu? Mas, eu sempre deixava, nesse um mês, a minha irmã...

Eu: Tua irmã que segurava o barco...

Rodrigo: É, que me roubava pra caramba também, segurava e me roubava pra caramba também... mas, mesmo ela me roubando, não me fazia falta o que ela me roubava, entendeu? Aí, foi quando entrou a UPP.

Eu: E foi em que momento que a tua mãe vendeu?

Rodrigo: Minha mãe vendeu antes da UPP entrar, bem antes. No caso, assim, vamos botar assim, minha mãe vendeu, nos oito anos que eu fiquei, foi nesse intervalo dos cinco pro oito, na fase ruim, uns 4 anos depois minha mãe pegou e vendeu. Então, fiquei uns 4 anos alugando da outra pessoa. Aí quando a UPP entrou aí a venda caiu muito, porque não podia fazer nada, não podia botar música, foi um processo horrível, porque você não podia ligar um som, tipo... Você não podia ligar um som alto, se ficasse com o bar aberto até meia noite, uma hora, tinha que tá sem barulho nenhum, máquinas de caça níquel não podia ter, entendeu? Aí, essas máquinas de música eles começaram a implicar, que era coisa pirata, aí levavam, roubavam, porque pra mim era roubo...

Eu: Chegava e levava a máquina...?

Rodrigo: Não, roubava a máquina mesmo, abria o cadeado e levava o dinheiro, entendeu?! E, na época, o pessoal escutava muita música, eu cheguei a tirar 600 reais só de lucro de máquina de música, eu sempre tive máquina de música no bar... desde que lançou assim eu sempre tive. Aí, eu virei e falei que já não tava dando mais pra mim, porque, meu corpo também já tava cansado... aí eu tive tuberculose, devido friagem... aí tive que ficar 15 dias afastado, fazendo tratamento, pra não poder contaminar ninguém, entendeu? Aí fiz o tratamento tudinho, direitinho e tal, aí minha mãe pediu pra eu largar, aí eu entreguei o bar.

Eu: Sua mãe pediu pra você entregar...

Rodrigo: Por causa da minha saúde, mas... aí eu fui, peguei e abandonei, mais ou menos em 2011, 2012... pouco tempo depois da UPP entrar... eu nem fiquei muito tempo aqui com a UPP... acho que eu fiquei uns 5, 6 meses foi muito, eu entreguei o bar... por causa da UPP, porque o movimento ficou muito fraco... e também eu já tava cansado, eu tive tuberculose, aí, pô, já tava, praticamente, na verdade, na verdade, eu já tava esgotado daquela coisa de rotina... eu preferi sair por isso também... entreguei e fui pra Bahia, fui clarear a mente, fui, tipo, como eu posso te dizer, fui fazer uma higiene mental, pra poder, tipo assim, botar todo aquele estresse de 14 anos pra fora, pra eu poder, tanto é que eu consegui fazer o curso direitinho [de cabeleireiro, como veremos], através disso, depois desses 6 meses que eu fiquei lá... a tuberculose foi muito difícil, cara... eu sofri, eu sofri... a doutora falando que eu não poderia ter recaída, e esse negócio de perder noite, a minha imunidade ficava muito baixa, então foi preocupações de futuramente... por isso, porque eu sofri, cara! Eu não desejo pro meu pior inimigo... eu sofri... (...) Eu sei o que eu passei, foram seis meses de penitência, seis meses de penitência... e eu também entrei em depressão, eu não aceitei a doença... pensa você ser contaminado por uma pessoa que tossiu na tua cara... entendeu? A minha comadre que tava do meu lado, ela foi e lavou, e começou a xingar o garoto, eu não... o garoto até morreu, morreu de tuberculose, o pulmão dele já tava todo furado, completamente... a tuberculose já tinha furado o pulmão dele todo, e se ele sobrevivesse, ele ia ficar dependente do remédio pro resto da vida... aí, eu engordei, eu cheguei a 118 kilos... olha, em três meses você seca! Eu pesei, tu vai ficar de cara, eu pesei 58 kilos! Pensa uma pessoa

desse tamanho com 58 kilos, todo mundo dizendo que eu tava com AIDS... aí, passou os três meses...

Eu: E como você levava o bar assim?

Rodrigo: Minha irmã ficou pra mim os 15 dias, que a doutora pediu, meu pai e minha mãe estavam na Bahia, então, o que que acontecia? Minha irmã mais nova não cuidava de mim, então o que é que eu fazia, eu vinha pra cá... minha comadre, é por isso que eu tenho uma grande paixão com a minha comadre, porque a minha comadre todo dia que eu vinha trabalhar, ela trazia comida pra mim aqui no bar, ela ia pros mercados comigo, não deixava eu carregar peso, a arrumação do bar, ela queria fazer, mas eu não gostava, ela fazia... aí depois que passou os três meses, que corta o antibiótico branco, que só fica o laranja, ah, meu filho! É uma maravilha, é uma benção de deus, porque aquela fome que você não tinha em 3 meses, você tem em um dia só, e eu comia tudo o que via pela frente... e só engordando, só engordando, só engordando... em cheguei a 118 kilos... eu nunca tive barriga, passei a ter... porque o antibiótico dilata o estômago também... é uma fase que eu tento até esquecer que eu vivi, mas foi... mas, eu fui guerreiro, cara! Mas, eu tive sorte, eu vou ser sincero pra você, eu tive sorte, porque eu descobri logo no comecinho, não tinha nem uma semana que eu, nem duas semanas que eu tava contaminado... descobri depois que do nada eu vomitei uma jatada de sangue, como se fosse um copo, assim, foi uma jatada tipo um copo desses de cachaceiro... se botasse assim eu acho que enchia o copo!

(...)

Eu: Então você acabou largando por causa da doença e do cansaço, da UPP...

Rodrigo: É... e também porque eu queria buscar novos horizontes, eu queria curtir mais minha vida... por eu ficar aqui eu perdia muita coisa da minha vida, eu não tinha sábado, domingo, entendeu? Então, eu quis, depois de velho, eu quis ser jovem de novo, aí foi o que me fez sair também... que eu queria viver. E eu vivi, o que eu pude viver eu vivi... e vivo. Porque isso aqui [o bar] prende muito, prende muito... exige uma dedicação completa, é que nem as casas Bahia, dedicação total a você! Então, tem que ter uma dedicação total ao bar, não adianta você querer se dar um terço aqui dentro, você tem que se dar inteiro, senão... olha, eu fico aqui até umas cinco horas, estourando assim, quando dá cinco horas eu já fico agoniado pra ir embora, eu não tenho mais o comprometimento que eu tinha antes, entendeu? São coisas que me cansou... Com a UPP também, caiu muito... porque, tipo assim, eu tava acostumado, porque olha a monotonia que é isso aqui sem freguês, eu tô aqui, coisa e tranquilo, porque eu tô conversando com você, senão eu tava agonizando, tava indo lá fora, voltando, lá fora, voltando, e era assim que ficava com a UPP... sem ninguém. Aí eu falei, “sabe de uma? Vou viver cara, eu tô novo, tô perdendo minha juventude toda por causa disso, entendeu?” Aí quis viver, aí fui, na minha correria, peguei e fui, criei coragem... A ideia era, primeiro eu vou farrear, farrear, farrear, depois eu vou ver o que que eu faço.

(...)

Eu: E você entregou pela doença e também porque...

Rodrigo: É, eu não tava aguentando mais, e fora que... você... você morar em comunidade, você tem que respeitar a lei de quem faz a lei deles aqui em cima, então você tem que respeitar as leis deles... entendeu? Aí, tipo, se pega você dando um copo de água prum policial, acham que você tá caguetando, então o policial se chegasse no bar, você não pode tratar bem, até se possível você fecha, e eu acho isso errado, você é um comerciante...

(...)

Eu: Como é isso da lei deles?

Rodrigo: A lei deles é o seguinte: ou você fecha com eles ou você é X-9... é o famoso dizendo que é X-9... porque te botam que se você tá falando com polícia, que você tá andando com polícia, então te botam como você fosse X-9, que você tá entregando a casa deles, entendeu? Então, por isso que eu falei, “a lei deles”, porque como é que, tipo, você tem o seu direito de ir e vir, mas você não pode ficar de conversa com polícia. Porque o que que você quer com conversa com polícia? Você

morando na comunidade, você convivendo com bandido? Então... você tá levando e trazendo. Então, eles são assim, até hoje ainda são bem chato com isso.

Eu: E eles chamam pra conversar?

Rodrigo: Sim, falavam... tinha vezes que falava numa boa, mas tinha vezes que era com arrogância. Mas, comigo não.

Eu: Nunca rolou com você?

Rodrigo: Nunca, nunca, A única coisa que eles sempre falavam era assim, “se pedirem água, não dá, se eles comprarem tudo bem, agora você dá a água que você bebe não”, entendeu? Porque se você dá um copo d’água da sua água, é que você tem convívio com aquela pessoa. Isso aí eles não permitiam. Foi por isso que eu te falei, tem que respeitar a lei deles.

Eu: E por que com você não? Já rolou de sofrer retaliação, assim?

Rodrigo: Nunca, nunca sofri, mas já teve pessoas que sofreram, eu nunca sofri, não posso chegar pra você e dizer porque graças a deus eu te digo: sou consideradíssimo, do pequeno ao grande [dentro da hierarquia do tráfico], entendeu? E uma que eles sabiam que minha família... é de candomblé essas coisas... aqui o pessoal tem muito medo disso.

Eu: E você acha que se não fosse por isso você teria sofrido?

Rodrigo: Não, não, porque o pessoal conhece o meu pai, minha mãe é das antigas...

Eu: Se não fosse pela história da sua família, né...

Rodrigo: Isso, se não fosse morador, nascido e criado aqui, com certeza!

(...)

Rodrigo: (...) Olha uma coisa que eu vou falar pra você, o tráfico, deixa eu falar uma coisa pra você, quero deixar bem esclarecido pra você, é melhor pra comunidade conviver com o tráfico do que com os polícia, vou ser bem sincero. Porque ninguém mexe com você, ninguém... você pode deixar sua porta aberta que ninguém mexe. Eles mesmos, se você tem um bar uma coisa assim, eles dão lucro bem... dão mais que os próprios moradores e só de você... eles passam na verdade, na verdade, uma certa segurança, que quando você mora assim numa rua você não tem, você não tem... porque pra você morar em rua ou você tem um bom cachorro ou você mora numa rua que tenha segurança senão você é roubado e no morro já não existe isso.

Essa última passagem nos coloca em face de uma questão central para o lugar que Rodrigo entende ocupar enquanto comerciante local; o fato de sua família “ser do candomblé” o coloca, segundo seu próprio entendimento, numa posição privilegiada para agir com mais liberdade em sua interação com os agentes da sociabilidade criminal. Quanto mais porque o “dono do morro” da favela do Engenho “fez a cabeça”³⁰⁰ na mesma “barca”³⁰¹ que Rodrigo no terreiro de seu tio – irmão de seu pai – em Salvador. Por ser “irmão de santo” do “dono do morro” e em função tanto “medo que os bandidos têm” de “macumba” quanto da antiguidade de sua família na favela, Rodrigo (“nascido e criado no morro”) entende que não recebe o mesmo tratamento que outros (igualmente comerciantes) recebem.

Soma-se a isso o fato de que Rodrigo, que é médium de incorporação, passou a ser uma espécie de referência religiosa para parte dos traficantes locais, já que “sua Maria

³⁰⁰ Fazer a cabeça é uma expressão utilizada em certas casas religiosas de matriz africana que significa um ritual de iniciação.

³⁰¹ A “barca” é um ritual de iniciação em que vários indivíduos fazem juntos os procedimentos religiosos de “feitura do santo”.

Padilha³⁰² dá consulta” para alguns desses traficantes, para os quais Rodrigo também dá, a pedidos, ervas e pomba para banhos e proteção³⁰³. Coincidentemente, quando cheguei ao seu bar por ocasião da nossa primeira entrevista, Rodrigo estava “incorporado” pela “sua Maria Padilha”, “dando consulta” para três jovens armados (do tráfico de drogas local – como depois me explicou Rodrigo). Eu tive, após descer do mototáxi, de esperar, a certa distância, a “entidade subir” para poder me aproximar. O fato de tanto eu quanto Rodrigo sermos adeptos dessa matriz religiosa (eu mais próximo da Umbanda e Rodrigo do Candomblé) contribuiu para o estabelecimento de uma relação de confiança entre nós (sempre necessária nesse tipo de laço que se constrói no decorrer de qualquer pesquisa de campo na área das ciências sociais). Em conversa pessoal em contexto outro que não o da entrevista gravada, Rodrigo atribui à religião o fato do “dono do morro” estar livre (não estar preso); quando perguntei se com a UPP ele tinha sido preso, Rodrigo respondeu enfaticamente que “que nada! Pra botar a mão naquele ali é muito difícil, a macumba ali é pesada”.

“(…)

Eu: Você tava falando que nunca sofreu retaliação por causa do candomblé e da tua família ser antiga...

Rodrigo: Isso é até hoje, é como eu te falei... bandido é muito religioso nesse ponto de candomblé... isso é muito mesmo... a verdade é essa... então, tipo assim, por eles saberem que... baiano, já fala logo, “baiano”, já pensa logo em quê? Macumbeiro... eles falam que a pior macumba que tem é da Bahia, eu já digo pra eles que não, que a pior macumba onde existe é em Minas, porque eles trabalham com magia negra, e lá na Bahia eu só vi um pai de santo até hoje que é o meu tio, com magia negra, porque ele também foi feito por um pai de santo africano... então, é aquela coisa assim: o pessoal é muito medroso, muito, muito. Eles são medrosos. Então, eles respeitam muito esse lado. Muito, e às vezes até chegava ao ponto de, “pô, tem como ver uma proteção pra mim?”, aquela coisa, aí você acaba tendo respeito por isso.

Eu: E você ajuda com essa proteção...

Rodrigo: Assim, se é um banho de erva, assim, sim, eu até trazia as folhas da Bahia, pegava e dava, a pomba mesmo eu pegava, dava a pomba pra eles, um pouquinho pra cada um que aquilo é muito caro. Como é muito caro, eu dava um pouquinho pra cada um (...) Tanto é que aquele dia que você chegou eu tava em transe, minha Padilha desceu e tava dando consulta pros garotos [do tráfico].

Eu: Isso sempre foi assim?

Rodrigo: De uns anos pra cá, essa coisa da consulta...

Eu: E como começou?

Rodrigo: Foi até um dia que teve uma puta de uma operação, eu comecei a passar mal... aí foi aquilo, comecei a passar mal, passar mal, passar mal, passar mal... eu tava sentado fora do bar, perto daquela casinha de santo que tem, entendeu?

Eu: Sei qual é.

³⁰² A Padilha é uma entidade ligada a Exu, um dos orixás que constituem o universo da umbanda e do candomblé.

³⁰³ A pomba é uma espécie de giz (de diferentes cores) que é usado, geralmente, para fazer “pontões riscados” que constituem certos rituais.

Rodrigo: Aí eu falei, “gente, tô passando muito mal, muito mal, muito mal”, eu já sabia que era uma coisa espiritual, aí um bandido que tem lá, o Kaio, falou, “Rodrigo, tu tá branco”, aí eu, “como é que tô branco se eu sou preto?”, ele disse, “é, tu tá branco, cara... tu tá aí, tu tá passando mal mesmo, Rodrigo”, e suando, suando, suando. Aí, eu me lembrei... até a parte que eu me lembro... o que eu vou te contar foi o que os outro falou pra mim depois. Aí eu sentindo muita falta de ar, muita falta de ar, porque eu tava prendendo pra não vim, aí esse Kaio virou pra mim e falou assim, “Rodrigo, eu acho que é alguém que quer falar alguma coisa, deixa vim, cara”, eu falei, “deixa vim que não é em você! Não é você que vai ficar ferrado depois”, aí... ele sacou logo que ele falou que o meu semblante ficou de uma mulher, ele falou, “cara, o teu semblante ficou de uma mulher, eu vi uma mulher no teu rosto”, aí, na verdade, na verdade, ele já tinha visto ela antes disso, não foi a primeira vez que ele tinha visto ela, ele viu numa vez que ela me rasgou todo, na época que eu me envolvia com ele³⁰⁴. Então, realmente foi alguma coisa que ela viu, que iria acontecer com ele ali, aí ela desceu e mandou ele sair dali o mais rápido possível, aí ele disse que ainda ficou perguntando por que, e ela, “sai senão tu vai morrer, sai daqui agora!”, foi ele sair os polícia chegou. E ele se salvou.

Eu: E ele tava aqui aquele dia que eu cheguei?

Rodrigo: Tava, ela [a Maria Padilha] é apaixonada por ele, ela adora ele, e eu já... gosto muito dele, mas da pessoa, só. Pra me envolver de novo, não. Já deu (...)

Rodrigo: A outra foi... em baile, que eu tava curtindo... e meu sobrinho foi separar a briga de dois meninos e aí um bandido pegou, destravou a arma e botou a arma na cara dele, aí não sei quem foi que me chamou, falou, “pô, o cara tá ali esculachando o teu sobrinho”, quando eu vou tô vendo ele com a arma assim na cabeça do meu sobrinho, eu saí correndo, eu dei logo uma voadora nele, isso no meio do baile, eu acabei com o baile, aí quando o dono do morro chegou falou, “calma, Rodrigo”, eu, “calma é o caralho!”

Eu: Vocês são mais próximos, né?

Rodrigo: Isso, igual eu tava te falando aquele dia... Ele até fala, “tu é muito nervoso”, ele fala que eu sou o único morador que mandou ele tomar no cu fui eu, porque eu tava falando pra ele, “eu não quero que você bata, porque você bater não vai descontar minha raiva, eu quero eu bater”.

Eu: Nesse caso do teu sobrinho, né?

Rodrigo: Exatamente.

(...)

Eu: Você tava falando que vocês fizeram cabeça juntos, né?

Rodrigo: Isso, aí como somos irmãos de santo, deitamo³⁰⁵ juntos...

Eu: Vocês fizeram a mesma barca, né?

Rodrigo: Isso, no mesmo terreiro, do meu tio, como eu te falei. Foi através do meu pai na verdade que ele conheceu... E eu, eu fui de cobaia...

Eu: Como assim de cobaia?

Rodrigo: Eu fui de cobaia pra, tipo assim, eu não ia ter o dinheiro todo pra poder fazer, porque lá gasta muito, e meu tio pediu foi 15 mil pra fazer. E nele ele pediu 22 mil. Acabou que ele pagou o meu. Ele pagou esse dinheiro e ainda comprou tudo da obrigação.

Eu: Isso você era novo, né?

Rodrigo: Isso, eu ia completar 18 anos, falaram que eu ia fazer, não podia deixar eu completar 18 anos porque senão eu ia virar viado [risos]. Aí minha mãe fez correr, arrumou tudo as pressas. Aí, hoje em dia eu pergunto minha mãe, “mãe, o quê que mudou?” Era mais fácil que falassem assim, “olha, pode correr o risco dele ficar, botar peito, isso, aquilo”, é o que eu falei, poderia ser isso, aí de repente cortou isso da minha cabeça. Porque isso eu nunca tive.

³⁰⁴ Rodrigo manteve, com esse Kaio, um relacionamento amoroso que, segundo ele, depois de idas e vindas, encerrou-se há cerca de três anos atrás.

³⁰⁵ O ritual da “deitada” assemelha-se ao da “barca”.

Rodrigo, certamente em função desta questão religiosa (e de sua vinculação com o “dono do morro”) e da longevidade de sua família na favela, me narrou repetidamente que sempre “metia a porrada” em quem, do tráfico, dirigisse contra ele atitudes por ele consideradas arbitrárias e violentas (como no caso do seu sobrinho). Ele conta várias histórias dessa natureza, algumas das quais destaco abaixo, e que nos falam, também, do que ele considera uma “lei do tráfico” ou um artigo não escrito do “direito informal” da socialidade criminal (GRILLO, 2014).

“(…)

Rodrigo: É, com certeza, né... aí depois que eles foram embora³⁰⁶, graças a deus, ficamos até melhor, porque aqui é uma comunidade muito boa... (...) Aqui, o dono daqui, é um cara que é muito pelos moradores, ele valoriza muito os moradores. Valoriza mais os moradores do que os próprios traficantes... ninguém tem o que se queixar dele, porque ele é muito gente boa... ninguém pode falar isso aqui dele, porque ele é muito gente boa...

Eu: Como assim ele “é pelos moradores”?

Rodrigo: Tem uns bandidinhos aqui que são abusados, entendeu? E quando é aquele morador que eles sabem que não conhece ninguém e tal, eles querem tirar onda, aí quando o rapaz [o dono] sabe, cobra... entendeu? Aí é uma coisa que... por isso todo mundo gosta dele. O pessoal gosta muito dele. Não tenho o que me queixar. Não posso chegar pra você e falar assim, “pô, o dono daqui é ruim”...

Eu: Entendi. E você já teve problema com os traficantes, como com a polícia?

Rodrigo: Não, porque eu metia a porrada! Eu batia mesmo, arrumou confusão comigo eu entrava na porrada [risos]

Eu: Não tinha medo?

Rodrigo: Nunca tive! Nunca tive... até hoje todo mundo me respeita, todo mundo me respeita até hoje...

Eu: Como é isso?

Rodrigo: É porque... como eu posso te dizer? Aqui tem uma lei. A lei que se você implica, é porque você se garante. Então, tipo, as pessoas implicavam comigo e eu não ficava com medo de tá com arma não, eu caía pra dentro com arma e tudo... eles não podem me atirar...

Eu: Por que não pode?

Rodrigo: Vai matar um morador? Vai morrer, vai pagar com a vida...

Eu: Você se garantia nisso...

Rodrigo: É, eu me garantia... sabe por quê? É uma coisa, como eu posso te explicar? Sabe uma pessoa que anda certo, pra não ter nada que a pessoa falar de você? Sou eu... Foram muitos, eu já briguei muito, cara... eu já briguei... por pegar fiado, aí quando eu ia cobrar me mandava tomar naquele lugar, aí eu começava, “não, não vou não porque você fala que dói, eu quero meu dinheiro, se tu não me der eu vou lá na boca de fumo”, eu fazia isso, e aí que quando começava a ficar quicando muito pra mim eu largava logo a mão! Cara, eu tenho um temperamento muito explosivo, muito, muito, muito mesmo, eu tenho um temperamento que... hoje eu tô até calmo, em vista do que eu era, hoje eu tô calmo. Entendeu?

“(…)

Rodrigo: (...) É uma coisa que... em relação à discriminação, e olha que eu não sou desses cara de ficar me expondo, se eu fosse eu não diria nada... tipo, de eu tá lá dentro do bar e “ah, vai tomar no cu, seu viado!”, e pum, me tacar um copo de cerveja... eu sou homem! Esse “vai tomar no cu”... não dá pra engolir...

Eu: E foi por que isso?

³⁰⁶ Como veremos mais à frente, Rodrigo está aqui se referindo ao fato de os policiais da UPP terem “ido embora”, destacando uma fase de “declínio” da UPP na favela.

Rodrigo: Porque ele queria que eu desse um copo de vidro, só que na hora do evento não poderia dar copo de vidro pra não ter briga e não quebrarem e não cortarem um ao outro. Aí ele não concordou com isso e mandou eu tomar no cu e tacou um copo de cerveja na minha cara. Então, tipo, se ele é homem pra tacar, ele é homem pra apanhar, foi o que eu fiz, pulei o balcão, joguei ele pra dentro do banheiro, fiquei com a perna, uma perna travando o banheiro e quebrando ele no pau na dentro, quando os cara entraram pra poder pegar ele, ele já tava todo destruído. Falei, “tu nunca mais vai levantar a mão pra ninguém”, cabou a graça; “tu não falou que era viado, agora tá apanhando de viado!”

Essa última fala de Rodrigo nos mostra o quanto, em certo sentido, ele teve de lutar cotidianamente para conquistar um tratamento (por parte dos “outros” – num sentido goffmaniano) que ele entendia como sendo o de “homem”. Homossexual, Rodrigo faz questão de enfatizar que “não é mulher” nem “fica desmunhecando”, com o que ele procura se diferenciar de outras modalidades de identidade de gênero e de exercício da sexualidade; ao, por exemplo, reivindicar que é “gay” e “não viadinho”, Rodrigo opera um corte e uma distinção com relação ao que ele próprio considera inferior, exigindo assim um tratamento “adequado”. Em função dos dilemas envolvidos nesse tipo de postura de afirmar a própria orientação sexual num contexto hostil, Rodrigo “viveu muito tempo escondido”. Ao “chutar o pau da barraca”, ao mesmo tempo em que teve de lidar com o que chama de “preconceito”, Rodrigo entende que, pela “curiosidade”, o bar não só passou a “bombar” como sofreu “assédio praticamente” por parte de algumas pessoas do tráfico.

Análogo a esse tema, Rodrigo – na mesma toada – discorre sobre a morte do irmão e o quanto a publicização de sua doença impactou as vendas do bar (ainda na época de sua adolescência). A medida em que “todo mundo ficou sabendo” que seu irmão tinha contraído o vírus da AIDS, “as vendas deram uma caída boa”; e mesmo com seu falecido irmão tendo sido heterossexual, Rodrigo destaca o quanto sua família ficou com medo que ele contraísse a mesma doença em função do que chama de sua “opção sexual”. Ao passar pelo processo da doença da tuberculose com a consequente perda de peso, Rodrigo – como vimos – teve de passar pela mesma suspeita de se tinha ou não contraído o vírus da AIDS. Tudo isso nos fala do quanto a sociabilidade (tecida *no território* onde se fixa o empreendimento) é central na coordenação da atividades e relações econômicas em contextos informais – especificamente, nesse caso, na determinação da relação entre o comerciante e seu público consumidor.

“(…)

Rodrigo: (...) E tem isso, né... as pessoas pensam logo... o foco mais foi quando descobriram a minha opção sexual aqui.

Eu: Como foi isso?

Rodrigo: Cara, aí que foi que... eu sofri muito. Não preconceito, preconceito também, mas também... foi assédio praticamente! Porque achava que se me pegasse tava bem [risos]. Eu olhava assim, “tá bom...”, nunca dei confiança... Eu vivi muito

tempo escondido. Muito tempo. Quando minha família descobriu... pra você ter ideia, meu pai ficou sem falar comigo oito meses... meu pai ficou oito meses sem olhar na minha cara... Porque ele achava que gay é estilo, “vai usar roupa de mulher”, meu pai achava isso, “ele vai querer andar com roupa de mulher, eu vou matar ele!” E eu nunca gostei disso, nunca gostei dessas coisas. É meu jeito... às vezes as pessoas falam assim, “pô, Rodrigo, tu nem, às vezes tu passa assim pra mim, nem parece que tu é gay”. Eu falo, “ué, tem que andar assim se desmunhecando? Porra, aí não é gay, aí é viadinho, porra”. Aí eu começo a sacanear, então o pessoal pegou muito respeito por mim, entendeu? Por isso... o pessoal descobriu, mas eu sempre tratando todo mundo... o pessoal descobriu, primeiro querendo descobrir... Depois que meu pai descobriu, meu pai descobriu eu tava com 28 anos... eu ainda fiquei uns dois anos, uns dois a três anos, foi com trinta e um anos que eu peguei e chutei o pau da barraca...

Eu: Chutar o pau da barraca significa...

Rodrigo: Que caguei pro mundo, ninguém me dá porra nenhuma, então eu faço o que eu quiser da minha vida. Aí, não fiz questão de esconder... eu nunca falo com ninguém, assim, “ah, eu sou gay”, eu comecei a andar com certos amigos que o pessoal sabia que era gay, “pô, se o Rodrigo tá andando com eles, né?” Aí eu marcava com eles, a gente ia pra boate, caraca, “aí meus amigos vinham aqui, meus amigos de boate, aí meu pai, “esse cara é viado”, aí eu, “ué, que que tem, cara? É meu amigo e tal”, e ele “ó, tu não fica trazendo homem pra cá não”, não sei o que... aí eu, “pai, pelo amor de deus, isso nunca vai acontecer...” E nunca fui de trazer ninguém pra casa, já veio amigos, amigos que veio, mas fora isso não...

Eu: E com relação ao seu negócio, ao seu trabalho?

Rodrigo: O bagulho aí que bombou!

[risos]

Eu: Então foi bom...

Rodrigo: Foi, foi positivo, porque eu vou te falar, era tanto morador como bandido, eu era assediado de todas as partes, até mulher querendo sair comigo e tudo... bandido então, porra!

[risos]

Rodrigo: Mas, eu achava que tavam querendo me comer, ter algo comigo, pra quê? Achando que eu ia ter rabo preso e pra chegar lá no bar e poder pegar o que quiser, então eu nunca dei confiança. Eu sempre que eu quis aprontar eu sempre fui pra longe, eu sempre fui pra longe, eu nunca gostei de me envolver com ninguém de perto... eu ia pra Bahia... porque lá eu me envolvia... passei anos me refugiando nisso. Aí, a primeira daqui, assim, que já sabia, era a Sirlene³⁰⁷...

(...)

Rodrigo: (...) Mas, é isso aí, como eu tô te falando, tive vários assédios, a venda deu uma melhorada, foi bom... foi bom e ruim... o ruim é que agora se eu trazer alguém aqui, por mais que seja amigo, vai dizer que é o meu namorado... Aí você ganhar uma fama de uma coisa que você não tá fazendo, isso é horrível... eu, eu fiquei com uma fama de que eu tinha saído com um bandido aqui, por quê? Porque a mulher dele era minha melhor amiga... só porque me viram, ela saiu pra trabalhar, ela pediu, deixou uns negócio pra mim poder fazer a comida pra ela, porque ela não sabia cozinhar, só porque me viram entrando na casa dele... aí, só que ele trabalhava, na época ele trabalhava, aí eu tranquei a porta, eu tava lá fazendo comida, o pessoal me viu, aí viu ele entrando... o pessoal já deduziu que foi tudo combinado... mas, nunca tive nada com ele! Eu sempre respeitei a minha amiga. Aí falaram... cara, deus que me perdoe, não critico quem tem coragem de tá nos becos, nas ruas, fazendo esse tipo de coisa, eu já não gosto, pode falar, por isso que eu falo mesmo... é... eu odeio, repudio mesmo, pessoas que se envolvem com a pessoa assim na mesma da hora em qualquer lugar... juro... pra mim não é tesão, pra mim é putaria mesmo!

(...)

³⁰⁷ Sirlene foi por muito tempo presidente da associação de moradores do morro do Engenho; através dela, que conheci trabalhando no UPP Social, que conheci Rodrigo.

Rodrigo: (...) ah, eu esqueci de um fato, de contar pra você, aqui, nós sofremos muito preconceito foi até na época do meu pai, entendeu? Sofremos muito preconceito, a venda também do meu pai deu uma caída bem forte, quando descobriram que meu irmão que faleceu era soropositivo. Na época, foi logo assim que surgiu a AIDS... Nessa época eu não trabalhava, eu não ficava no bar... era só minha mãe... eu era mais jovem, eu tinha 13 anos... aí, sofremos muito preconceito com isso... porque naquela época, teve uma mulher que até morreu com a mesma doença e não sabia, aí ela... o pessoal ia beber lá no bar, aí ela ficava assim, “não, não bebe aí não que aí é tendinha de aidético”, aí calhou que ela morreu com mesma doença e nem os filho ficou perto dela! Meu irmão morreu com a família toda do lado dele! O outro menino, o rapaz ali, o Alexandre também, pintou com meu irmão, chamando meu irmão de sangue de Cazuzza, comeu a mesma mulher e se fudeu do mesmo jeito! Ele foi noivo da mulher, meu irmão foi noivo dessa mulher que ele pegou e ela, quando meu irmão largou ela, ela falou que se ele não ficasse come ela, ele também não ia ficar com mais ninguém, aí ela pegou e ficou com o melhor amigo dele, que repudiou ele pra caramba. Ela passou pro amigo dele também, meu irmão morreu no dia 17 de outubro eu acho e ele morreu acho que no dia 29... foi por aí! Os dois pela mesma mulher e a mulher só veio morrer um tempão depois. Logo assim que meu irmão morreu lançou o coquetel... aí, é onde eu falo, eu não morro com essa porra (...) Foi um processo... aí minha mãe entrou em depressão, minha mãe não comia... quando o irmão se foi... aí foi um processo, tudo foi um processo... foi pra gente aceitar a perda, que foi o pior, o pior não foi encarar a doença, o pior foi a perda... porque se meu irmão tivesse vivo hoje, ele taria com 50 e poucos anos, meu irmão morreu novinho, na flor da idade, com 26 pra 27 anos... ia fazer 27 anos, entendeu? aí quando minha família soube que eu tinha essa opção [sexual], aí vem logo o medo, né?

Eu: Mas, ele não era gay, né?

Rodrigo: Mas, é isso que eu sempre falei! Mas, não adiantava...”O tema da relação com clientes, outros comerciantes locais e fornecedores também aparece repetidamente na narrativa de Rodrigo, nos mostrando – de novo – a centralidade da sociabilidade (envolvendo confiança, desconfiança, inveja, medo, solidariedade, responsabilidade moral etc. – CARDOSO, 2014, p.22) na coordenação das relações e atividades econômicas em configurações informais.

“(...)”

Rodrigo: Eu tinha um fornecedor que eu tinha uma relação maravilhosa...

Eu: Era daqui?

Rodrigo: Não, ele era lá da Riachuelo, na Lapa, São Zé...

Eu: De bebida, né?

Rodrigo: Esse era só de bebida, mas eu vendia... eu comecei, depois eu passei a ser que nem meu pai, vender arroz, feijão, tudo, óleo, tudo... passei a ser armazém além do bar... vendia sanduiche também, tinha chapa, fazia essas coisas... o fornecedor era maravilhoso, de bebida, ele me dava 15 dias, se eu não completasse o dinheiro naqueles 15 dias, ele me dava mais uma semana e nunca deixava faltar bebida pra mim...

Eu: Você tinha uma relação de confiança...

Rodrigo: Muita!

Eu: Que veio do teu pai?

Rodrigo: Não, adquiri de um freguês meu! (...) esse era só de bebida, tinha o fornecedor da piraquê, que também eu tinha uma relação super boa, aí as outras coisas que vinham aqui oferecer nos bares, não era do meu agrado, eu não vendia... e o resto eu comprava em supermercado, na central também...

Eu: E como era a forma de pagamento que você tinha?

Rodrigo: Cheque, era cheque e depositava o dinheiro no banco... tinha vezes que eu falava, “seu Zé, não joga o cheque não que eu vou levar o dinheiro pro senhor”...

Eu: Você chegou a ele através de um cliente seu, né?

Rodrigo: Isso, de um cliente meu... eu vi ele com um uniforme assim, “não sei o que bebida”, aí eu falei, aí eu conversando com ele, aí ele virou pra mim e falou pra mim assim, “pô Fabinho, tu compra muita bebida”, eu falei, “pô, cara, eu compro”, e ele, “pô, eu trabalho num depósito lá, o coroa é maneirão e tal, não sei o quê”, aí ele foi, me apresentou ao coisa, aí eu perguntei se ele dava prazo, aí ele falou, “pô, eu dou prazo sim”, aí peguei... comecei a comprar com ele, aí todo mundo queria que... chegou um tempo que eu até pegava bebida pra essa Dona Jéssica junto com a minha nota, aí chegou um mês, chegou um mês que eu pedi e ela não tinha o dinheiro na hora e falou “ah, se vira, Fabinho”, eu falei, “pô, Jéssica, eu vou me virar, mas eu vou receber, mas eu não peço mais uma água pra senhora”... E engraçado, eu vendia mais do que ela mesmo meu bar sendo pequeno... porque todo mundo só parava ali.

Eu: E por que isso? Por que parava mais no seu...?

Rodrigo: Como o pessoal sempre falou aqui pra mim: “cerveja canela de crioulo”... cerveja gelada, tratamento bom, que ela [Jéssica] era arrogante, e eu sempre tratei todo mundo com sorriso, quando tinha que ser bruto, eu era bruto, mas quando... não sou flamenguista, mas quando tinha jogo do Flamengo eu adorava, porque eu vendia pra caramba! Porque os flamenguista vinha tudo pro meu bar, sabendo que eu era botafogo, vinha pra poder beber e eu torcia junto com eles, porque quanto mais eu torcia, mais eles compravam, entendeu? Então, a convivência era muito boa, muito boa mesmo. E todo mundo, cara, se amarrava. Assim, tem... eu nunca fui de agradar todo, todo, todo mundo, mas a maioria eu agradei. Eu tinha uma relação muito boa com a clientela toda. E, assim, todo mundo falava que eu... a recepção que eu tinha com eles, era uma recepção muito boa... Eles chegavam, eu não tava nunca de cara feia, era sempre brincando... As mesas ficavam na calçada, tinha máquina de musica, que eles não deixavam eu desligar! Que eu ficava até, tinha dia que eu, querendo sair daqui e eles ficavam até cinco, seis horas da manhã direto... Quer ver uma coisa que eu sofria? É quando eles sabiam que eu ia dormir aqui. Que aí eles achavam que como eu ia dormir aqui não tinha hora pra fechar. Tinha dia que eu ia dormir 6 horas da manhã pra abrir o bar oito. Tem noção do que é isso? Aí, pô... isso ficou até um pouco assim, meio que puxado pra mim, mas eu gostava, cara... amava o que eu fazia, eu amo, eu amo lidar com o público, eu amo, adoro conversar, eu adoro, assim... conviver as pessoas.

(...)

Eu: E os clientes eram a maioria daqui?

Rodrigo: É, da comunidade, mas vinha gente... pra você ter ideia, tinha uns amigos meus que conhecia um pessoal de fora, os pessoal ficava assim, “pô, vamo lá naquele bar que você levou a gente, no final de semana, vamo lá no fabinho, caraca, que cerveja maravilhosa! Super gelada... e o tratamento dele é muito bom.” Eu não saía, eu nunca tive garçom pra servir ninguém, eles sempre pegavam e iam buscar no balcão, mas tinha clientes que eu fazia questão de pegar e levar... entendeu? Era pessoas que bebiam 4, 5 caixas... assim, 4, 5 caixas, você tá pensando que é a noite toda? É em uma hora... entendeu? Então, era muito bom, cara. Muito bom. Então, era minha clientela muito boa...

(...)

Eu: E você nunca teve alguém que te ajudasse? Alguém que você contratasse?

Rodrigo: Não, nunca gostei... hoje em dia sim, eu tenho um menino que fica aqui pra mim, como eu moro lá na praça seca, você sabe que lá é um pouco perigoso... chega, assim, nove e pouca eu já tenho medo já de ficar... principalmente a minha rua que é escura, só tem condomínio, mas eu acho deserto, aí eu... evito chegar lá... aí fica o menino, ele chega 5 horas, sempre chega 5 horas... mas, só agora. Naquela época, nunca contratei ninguém, nunca tive ninguém pra me ajudar, porque eu sempre tive pra mim que quem engorda o gado é o olho do dono...

Eu: Sua irmã ficava...

Rodrigo: Mas, só quando eu viajava, mas fora isso...

(...)

Eu: Você tava falando também dos eventos, que era quando dava mais movimento...

Rodrigo: Isso, era todo final de semana, bombava, era de sexta a domingo... era isso que fazia dar mais dinheiro, entendeu? E aos sábados tinha baile lá em cima, na quadra, aí a nossa equipe aqui começava a tocar 4 e meia da manhã, que as 5 horas o baile lá ficava vazio e aqui lotava, aí de 5 e meia, vamo botar, de 5 e meia as 9 eu fazia três mil... era a hora que eu vendia mais, era sexta, sábado e domingo, e foi isso que quando a upp chegou acabou. Até hoje nunca mais voltou...

Eu: E por que isso? Se você falou que a UPP...

Rodrigo: Porque agora precisa de autorização, ficam com medo de tá no evento e a polícia entrar e ficar no desespero, porque é muita gente inocente... agora as coisas mudaram, mudou muito... eu não posso nem te dizer que mudou pra melhor... pro comerciante foi pra pior... porque os político roubam tanto aí... e ninguém fala nada, aí tipo a pessoa quer ganhar um dinheiro honesto, querendo ou não é honesto, porque você perde noite, você tá ali perdendo a sua noite pra vender, e nada... é horrível isso (...) Porque também, agora... como é que eu posso dizer... pros gerais, a UPP tá aqui dentro...

Eu: Que gerais?

Rodrigo: Por exemplo, pros polícia grande, pro Sérgio Cabral, vamo bota aí, pra esses safados, Pezão, pra eles a UPP tá aqui, eles não sabem que a UPP não está aqui, com certeza eles não sabem, aí o que que acontece, se ficar botando direto, baile essas coisa, o quê que acontece? Vai queimar... Vai ter denúncia, o morro vai ficar visado...

(...)

Eu: Você tava falando que recentemente teve um evento, que o Jorge não botou as caixas de som...

Rodrigo: Ah, sim! É que, no dia do evento, que eu tava te falando, o Jorge... o certo era ele botar a equipe de frente, pro meu bar e pro dele, que a gente ia rachar a equipe de som, aí ele botou só pra ele, só pra frente dele, aí eu também não paguei, porque eu sou ruim, aí ele, “ah, mas eu vou me ferra sozinho”, eu falei, “vai, porque você botou o som só pra você”, aí ele, “ah, porque o Kaio falou pra botar ali”, aí eu falei, “não, o Kaio não manda em nada, quem manda sou eu”. E ele [o Kaio] não falou nada, ele falou que não falou nada, e o Jorge falou que ele falou que não ia poder botar lá a equipe, onde eu queria que fosse, aí eu, “ah, ele falou...”, eu fui e chamei ele, porque a gente tem... por mais que a gente não tenha nada hoje, mas a gente tem um respeito muito grande um pelo outro, aí ele me falou que não tinha falado nada.

(...)

Eu: E como você fazia com a coisa do fiado, o controle de caixa, a contabilidade?

Rodrigo: Minha contabilidade era minha mãe, minha planilha era minha mãe, porque meu dinheiro era todo na mão dela. Eu sempre dava pra ela guardar, porque meu pai era muquirana. Eu ficava com medo do meu pai arrumar uma mulher na rua e ficar sustentando. E minha mãe não. E eu sempre fui um cara que eu sempre fui caseiro.

Eu: Mas, por que a sua mãe e não você?

Rodrigo: Pra ter mais o auto controle de não gastar com besteira... é como eu te falei, os falsos amigos... eu sempre tive um coração muito bom...

Eu: E ela que organizava tudo?

Rodrigo: Não... assim, eu falava, “mãe, tem oito mil e pouco aqui, olha, cinco mil é pra senhora depositar na conta, pra pagar o cheque, os outros três mil a senhora guarda na conta da senhora pra gente ir pra Bahia”. Era assim. O esquema era esse.

Eu: E o controle de gastos de entrada e saída, fornecedor etc.?

Rodrigo: Isso era eu mesmo, eu tinha um caderno, gastei tanto, vendi tanto... não era todo dia o meu controle, não... eu fazia... sabe quando era o meu controle de caixa? Sexta, sábado e domingo. Não vou mentir pra você, porque durante a semana eu não fazia controle de caixa porque eu vendia bastante também e eu tava sempre repondo mercadorias... entendeu? Então, não tinha como ter um controle, porque na época eu vendia muito fiado, tinha pessoas que pagavam por mês...

Eu: Entendi. E como era isso do fiado?

Rodrigo: Ah, já tomei muita volta! Tomei uma volta de quinhentos e pouco, naquela época era dinheiro... e a pessoa olha na minha cara hoje e ainda dá risada... ainda dá risada! Mas, eu não ligo não, porque eu falo que tem mais Deus pra me dar do que o Diabo pra tirar. Eu tenho isso comigo, entendeu? Mas, é assim mesmo. Relação, você ter bar... Você, mesmo que você não queira vender fiado, você tem que vender, se você não vender, você acaba não vendendo nada, você acaba não tendo freguês...

Eu: Entendi.

Rodrigo: Tinha um rapaz, que Deus o tenha agora no reino da glória, que ele era um cara que ele bebia cinco, seis caixas, assim, ó, num instante, se deixasse ele vinha todo dia, ele bebia uma caixa. Mas, não era só ele bebendo. Isso quando ele não trazia bacias de peixe e pedia pra eu fritar. Isso quando ele não armava churrasco na porta do bar e ficava lá, ó, “Rodrigo, a gente vai beber tudo, quantas caixas tem aí no freezer? Que a gente vai beber tudo!” Aí pagava uma parte e a outra era fiado, mas aí passava uma semana, “toma o dinheiro”, entendeu? Era muito gente boa.

Eu: Dava certo a coisa do fiado?

Rodrigo: Sempre! Só tinha que uns, dois, três aborrecimentos, só isso. Aí depois eu passei a por limites de fiados pras pessoas, se... tipo, “eu vou te vender fiado, mas só até 100 reais. Se me pagar direitinho, conforme for me pagando 3 meses direitinho, eu aumento 50 reais.” Aí eu fazia isso. A pessoa pagava, eu ia aumentando... aí, digamos, uma vez em 150, eu já pegava e botava 300 reais de limite pra pessoa... “Ó, não é 150 não, pode consumir até trezentos, porque você vai pagar direitinho...” eu jogava, entendeu? Porque senão... e fora que eu sempre falava, “cerveja, na hora, é um valor, no caderno é 20 centavos mais caro”.

(...)

Eu: E tinha cartão?

Rodrigo: Só dinheiro. Cartão só começou a vir pra cá agora... Se tivesse cartão naquela época não teria tanto fiado como tinha, facilitaria... e olha que eu tenho irmão que trabalha em banco, mas nunca se prontificou pra pegar como fosse no nome dele...

Eu: E você já teve ou pensou em ter sócio?

Rodrigo: Nunca, porque um sócio rouba o outro, o certo é esse... aí eu não vou trabalhar, me matar, pra vir um que não trabalha e ganhar mais do que eu, se eu tenho eu faço, se não tenho então não faz.

Eu: Entendi. E já pegou empréstimo?

Rodrigo: nunca, nunca quis, como eu te falei, não gosto de dívida.

(...)

Eu: Você já falou, mas no geral, como era a relação com os outros comerciantes?

Rodrigo: No geral... a relação era de conflito... no caso que eu tava te falando, da Dona Jéssica... era de conflito não com ela em si, também, mas mais com o marido dela. A gente sempre se imbicava... porque ele achava que eu tinha que vender do mesmo valor que ele... e ele não me falava nada quando ele tava bom, aí ele bebia pra vir ficar na minha vida, entrando na minha vida aqui... aí eu dava os meus pulinhos, “vai ser fuder”, aí uma vez ele me falou que ia me dar porrada, aí eu só falei pra ele, “beleza”... ele vinha pra falar preço, que eu tinha que vender ao mesmo valor que ele... eu falava “não, se o bar é meu eu vendo no preço que eu quero, eu não tenho que ficar vendendo o mesmo valor... se eu consigo num preço mais acessível eu vou vender no meu valor”... é como eu sempre falei, eu nunca combinei preço com ninguém, e quando ele ficou ali, ele achava que a gente tinha que vender o valor dele e não é assim que a banda toca... eu acho que cada um vende o valor que quer... era só ele, nunca tive problema com nenhum outro... engraçado, já chegou nos outros, de eu pegar cerveja emprestada, gelada, porque as minhas já tinham acabado, o pessoal tava bebendo, eu ia no cara, num bar ali embaixo, trocava três, quatro caixas quentes, por gelada, até as minhas gelarem... tinha essa ajuda. E a mesma coisa eles faziam comigo, quando as deles acabavam, eles iam lá, me pediam e eu emprestava... eu só tive problema só com esse daí.

(...)

Eu: E com relação ao fornecedor? Com a Dona Jéssica?

Rodrigo: É, mas aí depois ela me sacaneou, me sacaneou com a piraquê... aí, eu... ela não pagou, eu pedi no meu nome, que era cadastro no nome do meu pai, meu pai sempre foi um cara que sempre foi correto, meu pai se ele te devesse um centavo, ele tinha que te pagar... então, eu vou te falar, ela sacaneou, ficou devendo 200 reais, aí eu fui cobrar, ela ficou brava, “eu não tenho, eu vou fazer o quê?”, eu falei, “a senhora tem sim porque a senhora foi no mercado, foi na feira fazer compra, sabia que o cara vinha buscar o dinheiro hoje”. Só que o cara da piraquê era muito meu amigo, aí ele dava mais um prazozinho, eu falava, “pô, espera aí mais uma semana só pra mim poder pegar o dinheiro dela...” Aí depois ela foi falar que eu tava tendo caso com o cara da piraquê... porque o cara chegava lá no bar e pedia água, eu dava, às vezes eu tava fazendo café, “pô, cara, quer um cafezinho, quer um pão?” Aí, você tratar bem a pessoa, você tá dando mole pra pessoa. E o cara chegava, me abraçava, e o cara era hiper profissional com ela e comigo o cara era super amigo. E nunca se insinuou pra mim e eu nunca me insinuei pra ele. E tem isso, né... as pessoas pensam logo...”

Quando Rodrigo, em função da doença e dos problemas que teve quando da instalação da UPP, entrega seu bar, ele, em primeiro lugar, diz que queria “farrear... depois eu vou ver o que que eu faço.” Desse período, que ela passa em Salvador, acaba tendo a ideia de fazer um curso de cabeleireiro, dedicando-se a esse ofício (mais ou menos) de 2013 aos dias atuais; em 2017, no entanto, decide abrir novamente um bar na morro do Engenho (alugando para isso um espaço), depois de trabalhar por algumas semanas no bar Jorge, seu antigo colega de profissão. Nesse bar atual, no qual ele mantém um jovem como contratado (“contrato de boca”), no entanto, Rodrigo relata passar novamente por problemas com relação aos policiais da UPP, o que o leva à decisão de entregar o bar e alugar outro noutra localidade da favela, onde ocorrem (ou costumavam ocorrer) os bailes funk; em todo caso, o dono do atual estabelecimento “quer o bar de volta”, segundo Rodrigo, porque “cresceu o olho” – como veremos³⁰⁸. Nessa toada, Rodrigo constrói sua narrativa sobre como é morar trabalhar num território em que tanto a polícia (com ou sem a UPP) quanto o tráfico de drogas são partes constitutivas da rotina local; descreve que foi corriqueiro o fato de os policiais da UPP invadirem e roubarem determinados estabelecimentos comerciais locais e por fim, a exemplo da maioria dos trabalhadores por conta própria no Brasil, Rodrigo nunca sequer imaginou a possibilidade de “formalizar” seu negócio.

(...)

Rodrigo: (...) Como eu tava te falando, eu... quando eu entreguei, eu comecei a trabalhar... depois de um tempo... na área que quando eu saí daqui eu fui e falei: “cabelo... vou trabalhar como cabeleireiro”, mas aí é aquela coisa assim, eu fui... aí eu peguei, fui, fiz o curso, comecei a trabalhar...

Eu: E como surgiu essa ideia?

Rodrigo: É aquela coisa, queria fazer algo que eu não tivesse patrão, entendeu? Aí começou por uma curiosidade em casa... minha irmã pediu pra eu fazer uma escova

³⁰⁸ Abaixo, há dois trechos distintos em que Rodrigo refere-se ao dono do bar: um em que ele estava doente e outro em que já havia falecido.

no cabelo dela... Aí eu tinha um amigo meu que trabalhava em salão e eu via ele fazendo, aí eu peguei, fiz a escova e saiu perfeita! Aí minha irmã: “tu tem jeito, por que tu não faz o curso, cara?” Aí eu me empolguei fui e fiz...

Eu: Você foi trabalhar em algum lugar?

Rodrigo: Não, pra mim mesmo, pra mim mesmo... vinha nas casas das clientes ou as clientes iam lá em casa... hoje eu moro em Jacarepaguá, na Praça Seca... mas, as minhas clientes são mais daqui mesmo.

(...)

Rodrigo: Então, escuta... eu tava fazendo cabelo, fazendo cabelo até tarde, aí quando deu, que eu tava indo embora pra casa, isso era uma e pouca da manhã, aí o Jorge sozinho, aí ele, “amigo, pelo amor de deus, me dá uma ajuda aqui, eu te dou uma graninha”, aí comecei a ajudar. Aí toda sexta-feira era a mesma coisa. Ele falava, “Rodrigo, precisa chegar cedo não, chega meia-noite que é o horário que eu vou precisar de você”. Então, eu fiquei um bom tempo... e, assim, ele não me dava pouco dinheiro, ele me deva era trezentos, trezentos e cinquenta, teve noite que ele me deu quatrocentos reais, pagava bem! Então, tipo assim, as vezes eu fazia setecentos, oitocentos reais de cabelo, com mais os quatrocentos que ela me dava, era mil e pouco que eu levava toda sexta-feira pra casa. Então, era ótimo, entendeu? Aí eu falei, “se eu tô levando mil, se eu abrir um negócio pra mim eu vou ganhar dois mil pra mim, perdendo noite mas ganhando bem mais”, aí foi quando me deu a ideia.

(...)

Eu: E por que você já tá querendo entregar? Tem quanto tempo que você tá aqui?

Rodrigo: Tem uns cinco, seis meses... Deixa eu te falar, com esse tempo que eu tô aqui, os polícia entraram aqui no bar, com uma chave mista, roubaram todos os meus redbull, roubaram refrigerante de dois litros, roubaram garrafa d’água... isso porque eu estava em casa, quando eu cheguei aqui eu vi a porta arrombada, tava tendo operação aqui, aí eu fui até o capitão...

Eu: Mas, te falaram que foi a polícia?

Rodrigo: Porque os moradores viram, mas invés de chegar e falar, ninguém falou nada, todo mundo se calou, agora se é fofoca todo mundo faz...

Eu: Ah, te contaram que foi a polícia...

Rodrigo: Isso... e eu digo até o nome, foi o pessoal da choque, tanto é que eles roubaram uma casa da moça ali, mil e poucos reais e esqueceram uma garrafa de sprite que eles roubaram aqui do bar... polícia suja. Que cujo capitão da PM virou e falou, “pô, não é justo eles terem feito isso”. Eu fui no capitão e ele mandou eu ir na corregedoria. Só que eu tenho um primo que é capitão da PM, ele falou que não achava legal eu ir, porque senão as pessoas, os polícia iam encrespar, toda vez que viessem aqui iam ficar encrespando comigo, porque é assim que eles fazem, morador que vai procurar seus direitos com eles, eles não aceitam, tem que ser o que eles querem... eles xingam, chegam aqui xingam, te xinga, te ofendem e você tem que ficar calado. Aí também é um motivo de eu tá querendo largar, entendeu? Depois que eles entraram aqui, que roubaram aqui, me desanimou muito.

Eu: É. Desanima...

Rodrigo: Porque foi uma caixa fechada de redbull... entendeu? Aí você bota aí, cada um vendido a dez reais, é 240 reais a caixa. Aí vários refrigerantes, porque eles não levaram um, dois refrigerantes não, eles levaram uns 10 refrigerantes de dois litros! Um absurdo, aí depois a gente viu as garrafa tudo espalhada pelo morro. Beberam e jogaram as garrafas... aí agora eu tô pensando em dedicar mais em outro lugar, do que ficar batendo cabeça aqui...

(...)

Rodrigo: (...) Com a UPP lá, o que estava acontecendo? Roubo... a própria UPP roubou o meu bar, pra você ter uma ideia... roubaram uma caixa de red Bull, roubaram vários refrigerantes de dois litros, e depois entrou na casa de uma senhora roubaram mil e pouco do pagamento da senhora e ainda esqueceram o refrigerante que roubaram no meu bar dentro da casa da mulher. E todo mundo viu isso. Eles arrombaram a chave... por isso que eu tô largando também, porque não tem segurança. Antes... como eu tava te falando... são certas coisas... cansei de deixar o

meu bar lá [o anterior, herdado dos pais], teve uma vez que eu achei que tranquei e não tranquei, e voltei tava do mesmo jeito: o dinheiro lá. Então, é isso que eu tô te dizendo que é o diferencial.

Eu: E antes da UPP, como era a polícia?

Rodrigo: A polícia chegava era de manhã cedo, a polícia, a atuação da polícia era agressiva, era subir, matar, entendeu? Te botava como traficante... como uma vez eu dormindo o policial deu uma tapa em mim, eu trabalhava no cinemark, e... o cara virou e falou, “tá pensando o quê? Vagabundo trabalhando na boca”, aí a minha mãe, “vagabundo não, lava a boca pra falar do meu filho, que ele chegou cansado”, ele entrou lá em casa, quebrou tudo, porque ele disse que tinha um bandido lá dentro, aí ele viu meu uniforme dentro da mochila (...) Antes da UPP era coisa violenta, com a UPP não, ficou negócio de roubo, é você não poder deixar seu bar sozinho... Teve uma vez que eu fui socorrer uma menina que tinha caído, na escada aqui do lado, e deixei quinhentos e poucos reais no caixa, quando eu voltei lá só tinha as moeda...

Eu: E como você sabe que foi a polícia?

Rodrigo: Foi porque eles tavam ali, eles não foram nem acudir a menina, ela rolou a escada!

Eu: Isso foi já aqui ou no bar anterior?

Rodrigo: No anterior! E tem histórias de várias outras pessoas... toda a vez que a polícia vai naquela parte mais em cima, que tem vários bares ali, toda vez que os polícia vão lá, eles arrombam e levam tudo. Ali também é visado porque o tráfico fica muito lá (...) Antes, eles não subiam pra roubar, eles começaram a roubar depois da UPP, essa polícia safada, corrupta. Pra você ter uma ideia. Você viu alguém da UPP aqui? Mas, no jornal toda vez passa que tem a UPP do Morro do Engenho... pergunta se tem um aqui? Tem ninguém (...) Antes, no início da UPP, você andava com medo, por causa dos cara da UPP, porque eles cheiravam pra poder ficar a noite toda, e agora você vê os bandido tudo tranquilo, você se sentindo em casa. É isso que mudou, mudou pra melhor. Já não tem mais UPP. Na verdade, na verdade, não tem nem mais UPP. Por isso que tem operações, agora tá tendo operações direto pra cá, por isso... porque não tem UPP, o pessoal da UPP só vai quando eles sabem que vai ter operação, aí eles vão pra lá. E eles avisam que vai ter operação.

Eu: Avisam pra galera do tráfico?

Rodrigo: Lógico, porque ganham, né, pra isso... o tráfico paga os polícia... sempre vai ser assim, é uma máfia, né? Na verdade eu acho que é eles são os verdadeiros traficantes.

Eu: E a convivência com tráfico, como é que você vê, tipo a coisa que você tava falando do X-9...?

Rodrigo: Assim... a única coisa que estraga... assim... a única coisa que estraga a lei do tráfico, a única coisa que é ruim é que se morre um deles você tem que fechar teu bar: luto. Porque eu falei, meu pai morreu e não teve luto, e meu pai é morador da antiga, então por que se morre um bandido tem que ter duas semanas de luto? Aí eu fico pensando, a boca de fumo fecha? Não, continua vendendo. Por que os bares, os comerciantes tem que parar de vender? Não precisa comer, não precisa beber? E sempre foi assim... Hoje em dia tá até melhorzinho, tá? Porque hoje em dia você pode ficar meia-porta. Vender em meia-porta. Mas, todo mundo fica com medo de tá na rua... e não pode ter mesa aberta... tudo isso... a única coisa no tráfico que estraga... então, fora isso, os cara são super tranquilo... pelo menos daqui são super tranquilo, são super gente boa, é muito difícil você ver um bandido esculachando morador. Quando tem é porque tá tendo alguma pinimba entre eles. E eles resolvem. (...)

Rodrigo: Não é fazendo apologia ao crime, quero deixar isso bem claro pra você, não é fazendo apologia ao crime, mas é preferível a bandidagem, eu tô falando pelo morro do Engenho, não estou falando por outras comunidades, que eu não frequento, até porque eu não frequento então eu não conheço, mas eu falo por aqui, que eu fui nascido e criado aqui, é preferível você ter os bandido do que ter polícia, porque os bandido aqui não são má pessoa. Se ele virem que a família é fraca, dão

cesta básica, ajudam, sabe? Eles ajudam bem, pessoal humilde mesmo. Então, não é qualquer lugar que faz isso...

(...)

Eu: Sobre os eventos, a UPP foi em cima, né, que você tava falando, o tráfico também se mete nisso?

Rodrigo: Então... como eu posso te dizer...? Com a UPP você tinha horário pra começar e horário pra terminar, com o tráfico você não tinha horário pra começar e pra terminar muito menos, se você quisesse ficar três dias direto, você ficava (...) Com coisa de evento... o que acontece... é que se tiver um evento, assim, muito grande, com grupo de pagode famoso, aí eles [do tráfico] pedem pros donos dos bares, que é ao redor da quadra, pra dar um custo, uma ajuda de custo só, tipo é 150 reais, 200... Não é aquela coisa de dizer, “ah, tem que dar mil reais”, mas dava... só pra poder ajudar, pra eles poderem pagar.

(...)

Rodrigo: O dono daqui [do bar atual] é um tipo, um seca pimenteira... eu tô deixando as coisas acabarem por causa disso, deixando as coisas acabarem por causa disso mesmo, aí eu vou ficar com os cabelos... e alugar em outro lugar, como teu tava te falando, eu tô vendo isso, porque eu não posso ficar parado, eu pago aluguel. Então, tipo, se não dá de um canto, eu busco de outro.

(...)

Rodrigo: (...) E agora, o meu problema aqui agora, é o dono do estabelecimento, que ele é um porre. Ainda bem que tá doente, senão tava aqui perturbando. Tá doente, aí tá só dentro de casa, socado. Ainda foi falar que eu tava fazendo macumba pra ele... falei pra ele que se ele esperar pra morrer uma luz, uma vela pra eu acender que ele vai morrer querendo essas velas... ele vai morrer querendo essas velas...

Eu: Por que a relação ficou ruim?

Rodrigo: Porque, assim, ele ficava com o bar fechado, quando eu peguei isso aqui, começou a bombar, ele começou a criar olho e ele me pediu o bar, eu to aqui porque eu ainda tenho depósito, se eu não tivesse depósito eu já tinha saído daqui, já tinha entregue....

Eu: Como você fez?

Rodrigo: Eu dei na mão dele, mil e seiscentos reais... por dois meses, oitocentos reais o aluguel aqui que é um absurdo...

Eu: Mas, você não tá aqui há mais de dois meses...

Rodrigo: É, eu dei dois meses de depósito aí entrei, quando venceu o mês eu fui e paguei os 800, entendeu? Só que agora eu to usando o meu depósito... o depósito acaba em novembro... não dá pra mim trabalhar com uma pessoa... assim... ele viu o movimento e cresceu o olho, ele quer o bar agora...

(...)

Rodrigo: É isso que eu falei com ele [o proprietário], antes tava dando porque tava tendo baile... voltou a ter há pouco tempo e acabou... aí no dia de baile dava pra conseguir... com baile toda sexta, eu botava de lucro por mês com baile uns 2 mil e pouco... aí fui e pedi ele pra abaixar, ele falou que não, que ele prefere ir trabalhar, eu falei, “então você vem trabalhar”, aí eu paguei ele, eu tinha acabado de pagar ele e foi ficar falando pros outros que eu não paguei o aluguel... aí, eu sou esquentado... aí o amigo dele tava aqui bebendo, na hora que eu dei o dinheiro a ele, aí o amigo dele, “Fabio, ele é muito safado, se eu não visse, eu ia até achar que você tava devendo ele mesmo”, aí desanimei... mas, já tô vendo outro lugar! Meu plano agora... tinha um rapaz, lá em cima, ia me alugar o bar dele, mas aí começou a ter eventos lá em cima, então ele tá ganhando, ele tá abrindo pros eventos, aí desisti de me alugar, mas, falou que se desistir de... de coisa, que ele vai, vai me alugar, se ele ver que não tá dando ele vai me alugar, aí no caso ele vai esperar acabar os eventos pra poder, entendeu? É outro ponto, lá em cima, até que o ponto é bom... aqui o ponto não é tão bom, o ponto aqui não é tão bom... já foi muito bom, aí agora não é mais... agora é bem fraco.

(...)

Eu: Então, não valeu a pena ter saído do Jorge e vindo pra cá?

Rodrigo: Valeu, no começo, valeu. Se não fosse o dono ficar enchendo... quis aumentar o aluguel e quando eu não abria, quando eu chegava ele ficava querendo mandar, “ah, por que você não abriu?”, eu falei, “se eu tô alugando o bar é meu, então não te devo satisfação nenhuma”, ele chegava no balcão e ficava, “pô, não abriu por causa de que, cara? Pô, se tu não quer, me devolve”, então isso tava me irritando, tanto é que ele até morreu, ele faleceu tem pouco tempo, aí o que acontece? Ele tava falando pros parentes dele que era eu que tava enchendo o rabo dele de macumba, aí eu falei pra filha dele e falei pras três sobrinhas dele, “se ele tá esperando uma vela pra ele ter o caminho da luz, ele vai morrer na escuridão.” Aí eu sei que morreu. (...)

Eu: Já com esse bar você contrata uma pessoa, né?

Rodrigo: Isso.

Eu: E como vocês combinaram?

Rodrigo: Eu fiz... como posso te dizer... eu fiz um contrato de boca com ele, colega meu, garoto novo...

Eu: Quantos anos ele tem?

Rodrigo: Ah, vinte no máximo... eu conheço a mãe dele, os parente dele, ele falou pra mim que tava precisando de trabalhar, pra não ficar parado, aí eu tava precisando de alguém também, aí contratei ele.

Eu: E você paga quanto a ele?

Rodrigo: É 150 por semana... porque ele ficava pouco tempo... ele fica de seis a dez [da noite] e sexta ele não vai, sábado ele vai quando acorda, quatro horas da tarde, aí não vendia quase nada. Domingo também não vai. (...)

Rodrigo: (...) Guaravita não, Andrea [dirigindo-se a uma cliente que chegou]... guaravita eu tô em falta... eu achei que tinha... só, o quê que acontece? O menino que fica aqui não falou que vendeu tudo. Porque ele fala, “ah, não vendeu nada!” Aí quando eu chego aqui... as coisas... que nem eu falei, botei uma mensagem ali pra ele, falei, “vem cá, se não, se você não vendeu nada, cadê as coca cola de três litros que tava aqui, tá faltando três, o guaraná antártica...”, porque nego pensa que eu fico aqui que eu não sei das coisas que eu boto, fica aí pensando que eu não sei, é por isso que eu digo, “começa muito bem e termina mal”... tem dois meses, só tá dando problema agora... ele fica todo dia, de segunda a sábado... eu pago por semana, eu dou 150, ele chega aqui 5 horas, dez, onze horas ele fecha...(..)

Eu: E você já fez algum movimento de formalização, de formalizar o bar?

Rodrigo: Como assim?

Eu: Formalizar o bar... registrar, tirar CNPJ, MEI essas coisas...

Rodrigo: Não, não... nunca teve essa possibilidade... uma porque... pra você criar isso lá, você tem que ter escritura, a escritura do bar... era do meu pai, mas, como diz... não era... era só aquele recibo de compra e venda, não era uma coisa legalizada pela prefeitura e tal, aquilo outro não..

Eu: E como era, era a associação que intermediava?

Rodrigo: Não, meu pai comprou de um senhor lá.

Eu: Sim, mas a associação de moradores tinha algum papel na negociação do imóvel?

Rodrigo: Ah, só, tipo... a metragem... e o tamanho assim, tipo assim, a metragem mesmo e dizendo que aquilo ali era do meu pai e tal e bababa. É a associação que emite esse papel. Aí, com esse papel a gente nunca pôde legalizar, fazer um CNPJ nem nada.

Eu: Mas, não tem gente que faz?

Rodrigo: É, tem, mas com certeza foi do modo clandestino. Com certeza! Porque não dá não...

Eu: Mas, como você vê a formalização, como algo positivo, algo negativo...?

Rodrigo: Olha só, como... lá, caminhões da AMBEV não sobe, não sobe, não adianta.

Eu: Por quê?

Rodrigo: Porque... área de risco, é o que eles alegam sempre, muito furto, e a ladeira é perigosa, então, eles evitam muito.

Eu: Mas, outros fornecedores vão?

Rodrigo: Isso, mas aí era em carros menores, não em caminhão, entendeu, pesado.

Eu: Entendi. E por isso a formalização...

Rodrigo: Então, eu acho que... desnecessário um pouco. Porque seria útil se você pudesse fazer com... e você ter a mesma credibilidade que na rua tem, por isso eu tava falando do caminhão da AMBEV... As cervejas vir a um preço de custo, entendeu? Nunca vem. É sempre mais caro por ser área de risco.

Eu: Como você fazia com a cerveja?

Rodrigo: Eu pegava no depósito, na Riachuelo, na Lapa. Era um senhor que tinha, super gente boa, se eu pedisse 200 caixas ele mandava 200 caixas. O dele lá subia, mas era mais caro... por isso que as cerveja se torna mais cara em comunidade, por causa disso. Porque não tem o mesmo benefício que no asfalto tem... mas, no asfalto paga esse CNPJ, tipo... você paga o IPTU, essas coisas, coisas que já na comunidade não. Você não paga algumas taxas, mas a cerveja é mais cara também, entendeu?

CONSIDERAÇÕES FINAIS OU A *INFORMALIDADE* NAS *MARGENS* DO ESTADO

Tomando em conjunto os dados dos estudos utilizados aqui (ECINF/2003; IETS/Sebrae, 2012; Censo da Maré, 2014; CP/2008), podemos ver que nossos entrevistados obedecem a uma série de caracteres mais gerais do estrato ocupacional dos conta própria. Como na maioria absoluta dos casos, os negócios cujas histórias aqui conhecemos começaram sempre com recursos próprios (herança no caso de Rodrigo, poupança no caso de Miguel) ou simplesmente sem recurso algum (Rômulo e Leandro). Como nenhum deles recorreu a empréstimos ou algo que o valha, confirma-se a tendência geral de que os negócios têm início com recursos próprios (ou sem recurso algum) e são levados adiante da mesma maneira.

Os casos analisados também mostram histórias de pessoas que tocam seus negócios praticamente sozinhas – sem sócios (com exceção de Miguel) ou empregados ou auxiliares que desde o início estiveram presentes. Quer dizer, são negócios de um único proprietário que são tocados, ao longo da história, exclusivamente pelo proprietário; tratam-se de pessoas que fazem do seu negócio um meio para ganhar a vida com o próprio trabalho por fora da condição de empregado(r). Ao lado dessa circunstância, encontramos baixíssimo nível de formalização das atividades econômicas; seja por meio da contribuição à previdência, do registro do negócio, da constituição jurídica enquanto Microempreendedor Individual (MEI), seja por meio de assistência jurídica ou financeira, o que se observa é uma ausência quase absoluta dos mecanismos públicos e formais de regulação. Miguel via na formalização uma artimanha do Estado para prejudicá-lo. Rômulo mostrava grande desconhecimento acerca da significação mesma da ideia de formalização e, a certa altura, diz que a sua previdência “são meus filhos”. Rodrigo não tinha o menor interesse na ideia de registro formal do negócio. Apenas Leandro, por meio do Sebrae, deu início ao processo de conseguir um alvará e constituir-se como MEI, participando também da assistência técnica oferecida pelo órgão. Nem todos tem uma visão necessariamente negativa da formalização, mas apenas Leandro agiu no sentido de conferir maior segurança jurídica ao negócio.

A tendência geral (tanto do ponto de vista estatístico quanto do pequeno universo dos nossos entrevistados) é a da individualização e privatização do universo dos conta própria: sem registro formal, sem assistência técnica, jurídica ou de qualquer tipo, sem contabilidade

profissional e com recursos próprios (ou sem recurso algum). Soma-se a isso o fato de que os trabalhadores levam seus negócios sozinhos, sem empregados, recorrendo, no máximo, a ajuda de familiares. Se levamos em conta que os negócios dos nossos entrevistados todos deram lucro por um longo período (com exceção de Miguel, que fica pouco tempo à frente do bar), vê-se que o emprego de familiares – como vimos anteriormente – não é antitético com uma gestão eficaz e eficiente, mas, pelo contrário, é condição dela, pois é “irracional”, do ponto de vista da manutenção do negócio, o emprego de pessoas que “podem te roubar” (como disse Leandro); vê-se, ainda, que, apesar da lógica privada e individual, não se observa instabilidade, mas sim precariedade e insegurança; precariedade e insegurança que derivam não de baixos rendimentos ou da ausência de registro legal, mas da configuração de uma *vida sob cerco* enquanto expressão das *margens* do Estado.

Ponto central aqui é o da aspiração ao trabalho por conta própria. Embora não se sustentem as teses acerca de uma persistente aspiração pelo trabalho por conta própria enquanto característico de uma mentalidade do trabalhador brasileiro e que, do ponto de vista estatístico, as evidências nos direcionem no sentido de que, no geral, “a posição por conta própria atual é um resíduo, não uma escolha” (CARDOSO, 2013, p.54), nossos entrevistados mostram uma forte recusa ao assalariamento formal por duas razões principais: pelos baixos rendimentos percebidos enquanto empregados (em comparação com o que conseguiram conquistar enquanto conta própria) e pelas experiências negativas que envolvem a subordinação do trabalho a outrem. Nossos entrevistados, desde muito cedo em suas trajetórias, percebem que a condição de empregado é por demais precária em comparação com a possibilidade que vislumbraram em abrir seus próprios negócios (Rômulo e Rodrigo por experiências dos pais, inclusive). Nos casos aqui analisados, portanto, a posição conta própria é uma escolha em detrimento da condição de empregado, é um desejo e uma conquista. É uma conquista que contou, não obstante a lógica individualizada, com recursos dos territórios onde se encontram os negócios, daí a centralidade do espaço e das relações pessoais na coordenação das atividades econômicas. Confirmando as tendências mais gerais, vemos os clientes como pessoas físicas e os fornecedores localizados, senão na própria favela, nos bairros vizinhos.

Central do ponto de vista da pesquisa é a questão dos mecanismos de coordenação das relações e atividades econômicas num ambiente de ausência de instrumentos públicos de regulação (como registro jurídico – por exemplo CNPJ –, contribuição à previdência, MEI)

que dão acesso a crédito bancário, contratos juridicamente seguros etc. Na ausência dessa faceta do Estado (com seu aparelho de tributação e de regulação pública e formal das relações e das atividades econômicas), o que se observa? O protagonismo da sociabilidade e de outras formas de atuação estatal – tudo dependendo do contexto e da configuração específica que se tem em tela.

No contexto específico de favelas cariocas “pacificadas”, o que vimos com detalhes ao longo das entrevistas foram diversas modalidades da sociabilidade enquanto mecanismo de coordenação das relações e atividades econômicas. A religião, por exemplo, no caso de Leandro, aparece com elemento central na sua narrativa em torno de uma gestão mais eficaz e eficiente do seu negócio; no caso de Rodrigo, aparece como mediadora central da sua relação com os agente da socialidade criminal. As relações pessoais entre comerciantes próximos territorialmente também aparecem com toda força; inveja, boicote, parcerias, concorrências, combinações de preços etc. aparecem como elementos centrais na coordenação e na regulação da rotina econômica dos estabelecimentos. Na ausência, por exemplo, do Estado como fiador das relações contratuais, é a sociabilidade – “a palavra de homem”, no caso de Rômulo – e a confiança – no caso da intermediação de Danilo – que assumem o protagonismo. Mas, também a “inveja” (“comerciante é pior do que tráfico”, diz Leandro) e as estratégias de concorrência entre os comerciantes. As associações de moradores aparecem igualmente como instâncias centrais numa formalização informal da posse das propriedades e da “segurança jurídica” discursivamente eficiente na elaboração dos “contratos de boca”. No caso de Rômulo isso aparece da maneira mais nítida possível e está presente também no processo pelo qual Leandro conseguiu apropriar-se do espaço no qual acabou construindo o seu bar.

Os agentes da socialidade criminal também aparecem como vetores fundamentais na regulação de conflitos entre os comerciantes, o que aparece de maneira mais evidente nos casos de Miguel e de Leandro, este último tendo de participar tanto de um *desenrolo* para conseguir reaver seu patrimônio provisoriamente “tomado” pelo chefe do tráfico de uma favela vizinha quanto de uma reunião com o chefe do tráfico da parte da favela onde se encontra o seu bar para discutir o estabelecimento do preço da cerveja. No caso de Miguel, um elemento central de seu “desânimo” em continuar à frente do bar foi justamente a interferência do tráfico local no cotidiano do seu estabelecimento comercial. Rômulo e Leandro também se viram em diversos momentos tendo de negociar com os agentes da socialidade criminal o uso do espaço dos seus bares, tentando, na medida do possível,

diminuir a presença das armas no seu interior. Rodrigo destaca, dentre outros episódios, o fato de ter que fechar seu bar por ordem do tráfico local em função da morte de determinado traficante (“luto” como expressão da “lei do tráfico”).

A ordem social (ou a forma de vida) da socialidade criminal atua, ademais, ao protagonizar o regime de “fogo cruzado” com agentes estatais, os quais, por sua vez, agem cotidiana e sistematicamente na produção e na manutenção dessa mesma ordem de vida que estão oficialmente destinados a combater. O Estado, assim, no contexto informal específico que analisamos – o das favelas cariocas – atua num primeiro sentido essencial como coprodutor das favelas enquanto suas margens por meio da produção contínua e sistemática da socialidade criminal (com a qual protagoniza o regime de fogo cruzado enquanto característico de uma “vida sob cerco”). Esse traço da sociabilidade local é destacado por todos os entrevistados (com exceção de Miguel e sobretudo por Leandro e Rodrigo). Por outro lado, aparece com toda força o que vimos Menezes (2015) descrever como um regime de campo minado, com a instauração das UPPs; evidências neste sentido estão não apenas na fala do capitão da favela Horizonte, mas também na explicação de Edmilson para a saída de Tamara da associação de moradores, bem como na narrativa de Rodrigo acerca da vigilância que o tráfico opera sobre a relação que os comerciantes estabelecem ou não com os policiais (e vice-versa). Ademais, vê-se, em contextos pacificados, a atuação policial orientando-se por meio mecanismo que descrevemos como gestão diferencial dos ilegalismos – mecanismo este por meio do qual a polícia procura se alçar como instância de regulação da sociabilidade local (como “novos donos do morro”) e como plataforma de mediação político-institucional. Esse aspecto é extremamente destacados pelos entrevistados, em primeiro lugar, pela queda repentina no movimento das vendas que se fez acompanhar pelo processo de pacificação. Ademais, algo que aparece dramaticamente na fala de Rômulo, a UPP aparece de tal forma como agente arbitrário e violento na imposição de normas e regras de convivência e de uso do espaço que o faz inclusive vender o bar. Miguel igualmente destaca esse aspecto de regulação da vida local pela UPP como central para o seu “desgosto” à frente do bar. Rodrigo narra como sendo prática comum dos policiais das UPPs a invasão e o roubo dos estabelecimentos comerciais, além de enfatizar a diminuição das festas e eventos como centrais na queda dos rendimentos do seu bar.

Tudo isso nos permite interpretar o experimento da pacificação como fazendo parte de uma conformação das favelas enquanto margens do Estado, de modo que o Estado encontra aí

seu lugar de mecanismo de coordenação das relações e atividades econômicas informais, que tem na sociabilidade (tecida no território) seu outro instrumento primordial de coordenação. Vê-se, assim, que, ao lado da linguagem da “violência urbana”, as forças policiais e os agentes da socialidade criminal promovem, nas favelas, uma vida sob cerco que, obedecendo a três regimes (fogo cruzado, campo minado e UPP como gestora diferencial dos ilegalismos), expressa uma das configurações possíveis das margens do Estado. Nas regiões informais aqui analisadas (favelas cariocas em momentos de “pacificação” ou não), portanto, o Estado atua coproduzindo a ordem de vida da socialidade criminal e protagonizando com ela tanto o fogo cruzado quando o campo minado como formas de vida sob cerco; ademais, por meio da UPP como instância de regulação da vida cotidiana, de gestão diferencial dos ilegalismos e de mediação político institucional, o Estado promove mais uma conformação ou configuração da “vida sob cerco”. Do ponto de vista defendido pela tese, esse é um dos capítulos mais contemporâneos de uma história que, começando com os cortiços, atravessa o século XX e permanece até os dias atuais – a história da constituição das favelas como margens do Estado.

Desse modo, no caso concreto e particular das favelas cariocas (em diferentes momentos de “pacificação” – e mesmo anteriormente ao experimento das UPPs), a informalidade se configura pela ausência ou pela rarefação do Estado no seu aparato tributário e regulador das relações de trabalho e das atividades econômicas. Mas, mantém-se cotidianamente presente através de uma série de outras formas que acusam a constituição das favelas como territórios (geográficos e de práticas sociais) *marginais* (no sentido específico de Das e Poole, 2004). Ao lado do Estado, vemos a sociabilidade entretecida no território como a outra arena que institui-se como mecanismo central de regulação e de coordenação das atividades e relações econômicas – e isso por meio da concorrência, do boicote, da ajuda, da solidariedade, da confiança, da desconfiança etc. No interior da sociabilidade local, ainda, vemos a atuação da socialidade criminal igualmente como instância central de coordenação, donde é possível enxergamos, também, a atuação positiva do Estado.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício de Almeida. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO; Zahar, 1987.
- _____. *Da habitação ao hábitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução*. In: Fridman, Fania; Haesbart, Rogério (orgs.) *Escritos sobre Espaço e História*. Rio de Janeiro: Garamond, 2014a.
- _____. *Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio de Janeiro*. In: Fridman, Fania; Haesbart, Rogério (orgs.) *Escritos sobre Espaço e História*. Rio de Janeiro: Garamond, 2014b.
- ACOSTA, Fernando. *Ilegalismos privilegiados*. Antropolítica, Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política, EDUFF, no. 16, pp. 65-98, 2004.
- AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer. O poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- ALVITO, Marcos. *As cores de Acari: uma favela carioca*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- _____. *Um bicho-de-sete-cabeças*. In: ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos (orgs.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.
- AGARWALA, A.; SINGH, S. *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto; CICF, 2010.
- ARAÚJO SILVA, Marcella Carvalho de. *A transformação da política na favela: um estudo de caso sobre os agentes comunitários*. Dissertação de Mestrado. PPGSA/IFCS/UFRJ. 2013.
- ASAD, Talal. *Where Are the Margins of the State?* In: DAS, Veena; POOLE, Deborah (orgs.). *Anthropology in the Margins of the State*. School of American Research advanced seminar series. 2004.
- ASHFORT, Adam. *AIDS and Witchcraft in Post-Apartheid South Africa*. In: DAS, Veena; POOLE, Deborah (orgs.). *Anthropology in the Margins of the State*. School of American Research advanced seminar series. 2004.
- BACKHEUSER, Everardo. *Habitações populares. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. J. J. Seabra, ministro da Justiça e Negócios Interiores*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1906.
- BANGASSER, Paul E. *The ILO and the informal sector: an institutional theory*. Employment Paper, Genebra: OIT, 2000/9.
- BARBOSA, Orestes. *Bambambã!* Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura. Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural. Divisão de Edificação, 1993 [1923].

BARBOSA, Alexandre de Freitas. *O conceito de trabalho informal, sua evolução histórica e o potencial analítico atual: para não jogar a criança fora junto com a água do banho*. In: OLIVEIRA, Roberto Vêras de; GOMES, Darcilene; TARGINO, Ivan (orgs.). *Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens*. João Pessoa: Editora Universitária, 2011.

BARBOSA, Antonio Rafael; RENOLDI, Brígida. *Introdução*. In: BARBOSA, Antonio Rafael; RENOLDI, Brígida; VERÍSSIMO, Marcos (orgs.). *(I)legal: etnografias em uma fronteira difusa*. Niterói: Editora da UFF, 2013.

BARROS DE OLIVEIRA, Rachel. *Urbanização e “pacificação” em Manguinhos: Um olhar etnográfico sobre sociabilidade e ações de governo*. Tese apresentada no Programa de Pós-Graduação em Sociologia pelo IESP-UERJ, 2016.

BASTOS, Carlos Pinkusfeld BRITO Gustavo. *Introdução*. In: AGARWALA, A.; SINGH, S. (orgs.). *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto; CICF, 2010.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000a.

_____. *Cinquenta anos de pensamento na Cepal – uma resenha*. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro: Record; Cofecon; CEPAL, 2000b. v. 1.

BIRMAN, Patrícia. *Favela é comunidade?* In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio (org). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2008.

BITTENCOURT, Danielle Lopes. *O morro é do povo: memórias e experiências de mobilizações em favelas cariocas*. Dissertação de Mestrado em História. Niterói: PPGH/UFF, 2012.

BOLTANSKI, Luc e CHIAPELLO, Ève. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BOURDIEU, Pierre. *O ofício do sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2010.

_____. *Questões de Sociologia*. Lisboa: Sociedade Unipessoal Ltda., 1984.

BRUM, Mario Sergio. *Favelas e remocionismo ontem e hoje: da Ditadura de 1964 aos Grandes Eventos*. O Social em Questão – Ano XVI - nº 29 – 2013; pg 179-208.

BURGOS, Marcelo Baumann. *Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro*, In: ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos (orgs.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

_____. (org.) *A utopia da comunidade*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2002.

_____. *Cidade, territórios e cidadania*. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 48, no 1, pp. 189 a 222. 2005.

_____. *Favela: uma forma de luta pelo direito à cidade*. In: MACHADO DA SILVA et alii (orgs.). *Favelas cariocas: ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

_____; et alii. *O Efeito UPP na Percepção dos Moradores das Favelas*. *Desigualdade & Diversidade – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio*, nº 11, ago/dez, pp. 49-98. 2011.

CACCIAMALI, Maria Cristina. *Globalização e processo de informalidade*. *Economia e Sociedade*, Campinas, (14): 153-174, jun. 2000.

_____; CHAHAD, José Paulo Zeeteno. *As transformações estruturais no setor de transporte rodoviário e a reorganização no mercado de trabalho do motorista de caminhão no Brasil*. *REVISTA DA ABET*, V. V, N2 2, JUL./DEZ. 2005.

CALDEIRA, Teresa. *Cidade dos muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2003.

CAMARGO, Alexandre. *A construção da medida comum: estatística e política de população no Império e na Primeira República*. Tese apresentada no Programa de Pós-Graduação em Sociologia pelo IESP-UERJ, 2016.

CANO, Ignácio et alii. *‘Os donos do morro’: uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro*. Fórum Brasileiro de Segurança Pública em cooperação com o Laboratório de Análise da Violência – (LAV-UERJ). 2012.

CARDOSO, Adalberto Moreira. *Sindicatos, trabalhadores e a coqueluche neoliberal: a Era Vargas acabou?* Rio de Janeiro: FGV, 1999.

_____. *A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. *A construção da sociedade do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

_____. *Ensaio de Sociologia do Mercado de Trabalho Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2013.

_____. *Informalidade como forma social do trabalho: uma proposta teórica e algumas implicações empíricas*. Apresentado no XXXII Congresso da Latin American Studies Association (LASA); Chicago, 21-24 de Maio de 2014.

_____; PRÉTECEILLE, Edmond. *Río de Janeiro y São Paulo: ciudades duales? Comparación con Paris*. *Ciudad y Territorio, Estudios Territoriales*, v. XL, p.617 - 640. 2008.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, Monique Batista. *A política de pacificação de favelas e as contradições para a produção de uma cidade segura*. *O Social em Questão - Ano XVI - nº 29 - 2013*.

CASTEL. Robert. *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTELLS, Manuel; PORTES, Alejandro. *World underneath: the origins, dynamics, and effects of the informal economy*. In: _____; _____; BENTON, Lauren (Org). *The informal economy*. Baltimore and London: The John Hopkins University Press, 1989. p.11-34.

CAVALCANTI, Mariana. *À espera, em ruínas: Urbanismo, estética e política no Rio de Janeiro da “PACificação”*. DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 6 - no 2 - ABR/MAI/JUN 2013 - pp. 191-228.

_____. *Do Barraco à Casa: tempo, espaço e valor(es) em uma favela consolidada*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 24, p. 69-80, 2009.

_____. *Tiroteios, legibilidade e espaço urbano: notas etnográficas de uma favela carioca*. Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 1, p. 35-59, 2008.

CEFAÏ, Daniel; VEIGA, Felipe Berocan; MOTA, Fábio Reis. *Arenas Públicas: por uma etnografia da vida associativa*. In: CEFAÏ, Daniel; MELLO, Marco Antonio da Silva; VEIGA, Felipe Berocan; MOTA, Fábio Reis (orgs.). *Arenas Públicas: por uma etnografia da vida associativa*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2011.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHATERJEE, Partha. *Colonialismo, Modernidade e Política*. Salvador – Bahia, EDUFBA: 2004.

COELHO, Franklin Dias. *História Urbana e Movimentos Sociais: o movimento de Reforma Urbana (1950-1990)*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da UFF, como requisito para obtenção do grau de Doutor em História Social, 1996.

COHEN, Lawrence. *Operability: Surgery at the Margin of the State*. In: DAS, Veena; POOLE, Deborah (orgs.). *Anthropology in the Margins of the State*. School of American Research advanced seminar series. 2004.

COHN, Gabriel. *Crítica e resignação: fundamentos da sociologia de Max Weber*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

CONCEIÇÃO, Wellington da Silva. *“Agora você é madame!”: Os “encontros de integração” do PAC/PMCMV no Rio de Janeiro como instrumentos de disciplinarização urbana e moral da população pobre*. In: XI Congresso Argentino de Antropologia Social, 2014, Rosario - Argentina. Anais do XI Congresso Argentino de Antropologia Social. Rosario - Argentina: Congresso Argentina de Antropologia Social, 2014.

_____. *“Sossega, moleque, agora você mora em condomínio” : os condomínios populares do PAC/MCMV como instrumentos de limpeza moral para ex-favelados*. In: 40 Reunião anual da ANPOCS, 2016, Caxambú - MG. Anais da 40 reunião anual da ANPOCS. Caxambú-MG: ANPOCS, 2016.

COSTALAT, Benjamin. *Mistérios do Rio*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes. Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1990 [1924].

COUTINHO, Laura. *Hernando de Soto e a sua tentativa de solucionar o mistério do desenvolvimento*. REVISTA DIREITO GV, SÃO PAULO 6(1) | P. 313-320 | JAN-JUN 2010.

COUTO, Maria Isabel Macdowel. *UPP e UPP Social: narrativas sobre integração na cidade*. Tese apresentada no Programa de Pós-Graduação em Sociologia pelo IESP-UERJ, 2016.

_____; LIMA, Raquel Guilherme de. *A UPP Social e a lógica do Vamos Combinar: um estudo de caso da nova política pública do município do Rio de Janeiro*. Trabajo preparado para su presentación en el VI Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, organizado por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP). Quito, 12 al 14 de junho de 2012.

CUNHA, Neiva Vieira da. *Entre o formal e o informal: a produção dos espaços de favela no Rio de Janeiro*. Trabalho apresentado na 27ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 1 e 4 de agosto de 2010, Belém, Pará, Brasil. Disponível em: http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_27_RBA/arquivos/grupos_trabalho/gt14/nvc.pdf.

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DANNER, Fernando. *Biopolítica e Liberalismo: a crítica da racionalidade política em Michel Foucault*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, 2011.

_____. *Vida, poder política: Foucault e a questão do liberalismo*. Kalagatos, Fortaleza, v. 14, n. 2, maio-ago, 2017.

DAVIES, Frank Andrew. *Rituais de “pacificação”*: uma análise das reuniões organizadas pelos comandos das UPPs. Rev. Bras. Segur. Pública. São Paulo v. 8, n. 1, 2-4 Fev/Mar 2014, pp. 24-48.

DAS, Veena. *The signature of the State: The Paradox of Illegibility*. In: DAS, Veena; POOLE, Deborah (orgs.). *Anthropology in the Margins of the State*. School of American Research advanced seminar series. 2004.

_____; POOLE, Deborah. *State and Its Margins. Comparative Ethnographies*. In: DAS, Veena; POOLE, Deborah (orgs.). *Anthropology in the Margins of the State*. School of American Research advanced seminar series. 2004.

DEWEY, J. *The Public and Its Problems*. Chicago: Swallow, 1927.

DIAS, Vanessa; WETZEL, Ursula. *Empreendedorismo como ideologia: análise do enfoque da revista Exame em dez anos de publicação (1990-99)*. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, Volume 44, Número 1, p. 97-118, Abril de 2010.

DINIZ, Eli. *Associativismo e participação social*. In: BOSCHI, Renato. *Movimentos Coletivos no Brasil Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003 [1938].

EVANS-PRITCHARD, Edward E. *Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

FABENI, Raquel et alii. *Ação coletiva no contexto das UPPs: entre políticas, memórias e resistências*. ANPOCS, 2013. Disponível em:
http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=8705&Itemid=429.

FARIAS, Juliana. *Quando a exceção vira regra: os favelados como população “matável” e sua luta por sobrevivência*. TEORIA e SOCIEDADE nº 15.2 – julho-dezembro de 2007 p. 138-171.

_____. *Da asfixia: reflexões sobre a atuação do tráfico de drogas nas favelas cariocas*, in: MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio (org). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2008.

FERME, Mariane C. *Deterritorialized Citizenship and the Resonances of the Sierra Leonan State*. In: DAS, Veena; POOLE, Deborah (orgs.). *Anthropology in the Margins of the State*. School of American Research advanced seminar series. 2004.

FILHO, Niemeyer Almeida; CORRÊA, Vanessa Petrelli. *A CEPAL ainda é uma escola de pensamento?* Rev. Econ. Contemp., Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 92-111, jan-abr/2011.

FISCHER, Brodwyn. *A Poverty of Rights: citizenship and inequality in twentieth century Rio de Janeiro*. Stanford: Stanford University Press, 2008.

FLEURY, Sonia e OST, Sabrina. *O Mercado Sobe o Morro. A Cidadania Desce? Efeitos Socioeconômicos da Pacificação no Santa Marta*. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 56, no 3, 2013, pp. 635 a 671.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *As origens e as vertentes formadoras do pensamento cepalino*. RBE. Rio de Janeiro 54(3): 333-358 JUL./SET 2000.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 4ª ed. 1979.

_____. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

_____. *Segurança, população e território: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____. *Nascimento da Biopolítica. Curso no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

_____. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

_____. *Dialética do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

GALIZA, Marcelo; GONZALEZ, Roberto; SILVA, Sandro. *Debatendo a dicotomia forma/informal: em busca de uma interpretação sistêmica do mercado de trabalho brasileiro*. In: OLIVEIRA, Roberto Vêras de; GOMES, Darcilene; TARGINO, Ivan (orgs.). *Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens*. João Pessoa: Editora Universitária, 2011.

GASTALDO, Edison. *Goffman e as relações de poder na vida cotidiana*. RBCS Vol. 23 n.o 68 outubro/2008.

GIDDENS, Anthony. *Novas regras do método sociológico. Uma crítica positiva das sociologias contemporâneas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

_____. *As conseqüências da modernidade*. ed. São Paulo: UNESP, 1991.

GLUCKMAN, Max. *O material etnográfico na Antropologia Social inglesa*. In: *Desvendando Máscaras Sociais*. Editora Francisco Alves, 1975.

GONÇALVES, Rafael Soares. *O mercado de aluguel nas favelas cariocas e sua regularização numa perspectiva histórica*. GEOgraphia, Vol. 13, No 26 (2011).

_____. *Favelas do Rio de Janeiro. História e direito*. Rio de Janeiro: Editora da PUC-Rio, 2013.

_____; MAGALHÃES, Alex Ferreira; SIMÕES, Soraya Silveira. *Apresentação. Grandes eventos, múltiplos impactos, grandes mobilizações*. O Social em Questão - Ano XVI - n° 29 – 2013b.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1985.

GRILLO, Carolina Christoph. *Coisas da vida no crime: tráfico e roubo em favelas cariocas*. Rio de Janeiro, Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

_____. *Pelo certo: O direito informal do tráfico em favelas cariocas*. In: WERNECK, Alexandre; CARDOSO DE OLIVEIRA, Luis Roberto (Orgs.). *Pensando bem: Estudos de sociologia e antropologia da moral*. 1ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014.

GROS, Denise B. *Institutos Liberais, Neoliberalismo e Políticas Públicas*. RBCS Vol. 19 n°. 54 fevereiro/2004.

_____. *Institutos liberais e neoliberalismo no Brasil da Nova República*. Tese de Doutorado, Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística. 2013.

GUIMARÃES, Francisco. *Na Roda do Samba*. Typ. São Benedicto. Carmo, 43 – Rio, 1933.

HART, Keith. *Informal income opportunities and urban employment in Ghana*. *Journal of Modern African Studies*, 11/3, p. 61-89, 1973.

HENRIQUES, Ricardo e RAMOS, Silvia. *UPPs Social: ações para a consolidação da pacificação*. Disponível em:

<http://www.ie.ufrj.br/datacenterie/pdfs/seminarios/pesquisa/texto3008.pdf>.

HIRATA, Daniel Veloso. *Sobreviver na adversidade: entre o mercado e a vida*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2010.

_____. *Produção da Desordem e Gestão da Ordem: notas para uma história recente do transporte clandestino em São Paulo*. DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 4, p. 441-465, 2011.

_____. *Ilegalismo*. In: Sérgio de Lima; José Luiz Ratton; Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo. (Org.). *Crime, Justiça e Polícia no Brasil*, 2014.

_____; MAGALHÃES JR. José César. *Governar pela crítica: O reformismo carcerário em Vigiar e Punir*. DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social – Edição Especial no 2 – 2017 – pp. 67-83.

HUNT, E. K. *História do Pensamento Econômico: uma perspectiva crítica*. Elsevier Editora Ltda., 5 de dez de 2013.

JEGANATHAN, Pradeep. *Checkpoint: Anthropology, Identity, and the State*. In: DAS, Veena; POOLE, Deborah (orgs.). *Anthropology in the Margins of the State*. School of American Research advanced seminar series. 2004.

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. São Paulo, Paz e Terra, 1983.

LA BARRE, Jorge de. *Choque de futuro: o Rio dos megaeventos*. O Social em Questão - Ano XVI - nº 29 – 2013.

LAPLANTINE, François. *Aprender Antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 2005.

LA ROCQUE, Eduarda; BOAVISTA, José Marcelo S. *INCLUSÃO SOCIAL & O PAPEL DO MERCADO FINANCEIRO*. Revista RI - Relação com Investidores, Revista, 31 dez. 2016.

LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth. *Sociologia do Brasil Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 1968.

LEITE, Márcia Pereira. *Entre o individualismo e a solidariedade: dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro*. RBCS Vol. 15 no 44 outubro/2000.

_____. *Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”:* favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. Rev. Bras. Segur. Pública. São Paulo v. 6, n. 2, 374-389 Ago/Set 2012, pp. 374-388.

_____. *Entre a ‘guerra’ e a ‘paz’:* Unidades de Polícia Pacificadora e gestão dos territórios de favela no Rio de Janeiro. DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 7 - no 4 - OUT/NOV/DEZ 2014 - pp. 625-642.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

LIMA, Nísia Trindade. *O Movimento de Favelados do Rio de Janeiro: políticas do Estado e lutas sociais (1954-1973)*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado em Ciência Política, IUPERJ. 1989.

_____.; HOCHMAN, Gilberto. *Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitário da Primeira República*. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.

LOBO, E. M. L. *História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)*. Rio de Janeiro: Ibmec, 1978.

MACHADO, Roberto. *Introdução: por uma genealogia do poder*, In: *Microfísica do poder*. Foucault, Michel. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 4ª ed. 1979.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. *A política na favela*, in: *Cadernos Brasileiros*, ano IX, n.41, maio/junho, 1967.

_____. *Violência urbana: representação de uma ordem social*. In: E.P. Nascimento e I.A.F. Barreira (orgs.). *Brasil urbano: cenários da ordem e da desordem*. Rio de Janeiro: Notrya, 1993.

_____. *Violência e sociabilidade: tendências da atual conjuntura urbana brasileira*. In: L. C. Ribeiro e O. Santos Jr (orgs), *Globalização, fragmentação e reforma urbana. O futuro das cidades brasileiras na crise*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1994.

_____. *Criminalidade violenta: por uma nova perspectiva de análise*. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, 13, p. 115-124, nov. 1999.

_____. *A continuidade do “problema da favela”*, in: Oliveira, Lúcia Lippi (org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV/CNPq, 2002.

_____. *Da informalidade à empregabilidade (reorganizado a dominação no mundo do trabalho)*. *CADERNO CRH*, Salvador, n. 37, p. 81-109, jul./dez. 2002b.

_____. *Sociabilidade violenta: uma dificuldade a mais para a ação coletiva nas favelas*. , in: *Rio: a democracia vista de baixo*. Rio de Janeiro: IBASE, 2004.

_____. *Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano*. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 19, n. 1, p. 53-84, jan./jun. 2004b.

_____. *Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade violenta no Brasil urbano*, In: L. C. Q. Ribeiro (org.), *Metrópoles: Entre a Cooperação e o Conflito*. São Paulo e Rio de Janeiro, Perseu Abramo / FASE, 291--315. 2004c.

_____. *Introdução*, in: MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio (org). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2008a.

_____. *Apontamentos metodológicos*, in: MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio (org). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2008b.

_____. *Violência urbana, sociabilidade violenta e agenda pública*, in: Machado da Silva, Luiz Antônio (org). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2008c.

_____. *Afinal, qual é a das UPPs?* Disponível em: http://www.observatoriodasmetrolopes.ufrj.br/artigo_machado_UPPs.pdf; 2010.

_____. *“Violência urbana”, segurança pública e favelas – o caso do Rio de Janeiro atual*. Cad. CRH vol.23 no.59 Salvador May/Aug. 2010b.

_____. *Polícia e violência urbana em uma cidade brasileira*. Etnográfica. Fevereiro de 2011, 15 (1): 67-82. 2011.

_____. *Uma vida e uma obra dedicadas à favela e às ciências sociais. Entrevista comemorativa de 70 anos de Luiz Antônio Machado da Silva*. DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 4 - n^o4 - OUT/NOV/DEZ 2011 – pp. 663-698; 2011b.

_____. *A partir do relatório SAGMACS: as favelas, ontem e hoje*. In: MELLO, Marco Antonio da Silva [et. al]. *Favelas Cariocas: ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

_____. *As UPPs, a linguagem da violência urbana e a sociabilidade no Rio de Janeiro*. In: SANTOS, Angela Moulin S. Penalva, MARAFON, Glaucio José, SANT’ANNA, Maria Josefina Gabriel (orgs.). *Rio de Janeiro: um território em mutação*. Rio de Janeiro: Gramma: FAPERJ, 2012b.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio e LEITE, Márcia Pereira. *Favelas e democracia: temas e problemas da ação coletiva nas favelas cariocas*, in: IBASE. *Rio: a democracia vista de baixo*. Rio de Janeiro: IBASE, 2004.

_____. *Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas?*, in: Machado da Silva, Luiz Antônio (org). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2008.

MAGALHÃES, Alexandre Almeida de. *Transformações no “problema favela” e a reatualização das remoções no Rio de Janeiro*. Tese apresentada no Programa de Pós-Graduação em Sociologia pelo IESP-UERJ, 2013.

MAGALHÃES, Alex Ferreira. *O Direito das Favelas*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

MALLORQUIN, Carlos. *Celso Furtado: um retrato intelectual*. Rio de Janeiro/São Paulo, Contraponto/Xamã, 2005.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. 2007. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARTINS, Carlos Benedito de Campos. *Nota sobre o sentimento de embaraço em Erving Goffman*. RBCS Vol. 23 n.o 68 outubro/2008.

MEAD, Margaret. *Sexo e Temperamento*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

MEIRELLES, Renato; ATHAYDE, Celso. *Um país chamado favela: a maior pesquisa já feita sobre a favela brasileira*. São Paulo: Gente, 2014.

MENDOZA, Edgar S. G. *Donald Pierson e a escola sociológica de Chicago no Brasil: os estudos urbanos na cidade de São Paulo (1935-1950)*. Sociologias, Porto Alegre, ano 7, nº 14, jun/dez 2005, p. 440-470.

MENEZES, Palloma Valle. *Entre o “fogo cruzado” e o “campo minado”: uma etnografia do processo de “pacificação” de favelas cariocas*. Tese apresentada no Programa de Pós-Graduação em Sociologia pelo IESP-UERJ, 205.

MINELLA, Ary Cesar. *Representação de Classe do Empresariado Financeiro na América Latina: a Rede Transassociativa no ano de 2006*. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 28, p. 31-56, jun. 2007.

_____. *Construindo hegemonia: democracia e livre mercado (atuação do NED e do CIPE na América Latina)*. CADERNO CRH, Salvador, v. 22, n. 55, p. 13-40, Jan./Abr. 2009.

MISSE, Michel. *Rio como um Bazar: a conversão da ilegalidade em mercadoria política*. Insight Inteligência. Rio de Janeiro: v: 3, n.5, 2002, p.12-16.

_____. *Trocas ilícitas e mercadorias políticas*. Anuário Antropológico, no. 2, 2009, pp. 89-107.

MISSIO, Fabricio; JAYME JR, Frederico. *Estruturalismo e Neoestruturalismo: Velhas Questões, Novos Desafios*. Análise Econômica, Porto Alegre, ano 30, 2012.

MONCAU, Luiz Fernando. *Parecer sobre a legislação do Estado do Rio de Janeiro relativa à formalização de eventos artísticos*. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/meu-rio-production/Parecer+da+FGV+-+Leis+Eventos.pdf>.

_____; PIMENTEL, Guilherme. *O funk carioca e a lei – problemas e recomendações*, In: *Política cultural com as periferias: práticas e indagações de uma problemática contemporânea*. Pâmella Passos, Aline Dantas, Marisa S. Mello [organizadoras]. – Rio de Janeiro: IFRJ, 2013.

MORAIS, R. *Liberalismo e neoliberalismo*. Primeira versão, 73. Campinas: IFCH/Unicamp, 1997.

MOTTA, Marly Silva da. *Rio de Janeiro: de cidade-capital a Estado da Guanabara*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

MOURA, Primavera L. S. *Um Movimento em busca da Poder. As associações de moradores do Rio de Janeiro e a sua relação com o Estado*. Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História Moderna e Contemporânea do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da UFF como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre, 1993.

MÜLLER, Lúcia Helena A. *Livre Mercado*. Civitas (Porto Alegre)., V.3, p.301 – 326, 2003.

_____. *Caminhos e sentidos da informação no mercado de ações*. Política e Sociedade: revista de Sociologia Política (UFSC), v.6, p.133 – 164, 2005.

NUNES, Joana Marie G. F. *Formulação e implementação da UPP social carioca: os desafios de transformar ideias em práticas*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

NUNES, Guida. *Favela – Resistência pelo direito de viver*. Petrópolis: Vozes, 1980.

NELSON, Diane M. *Anthropologist Discovers Legendary Two-Faced India! Margins, the State, and Duplicity in Postwar Guatemala*. In: DAS, Veena; POOLE, Deborah (orgs.). *Anthropology in the Margins of the State*. School of American Research advanced seminar series. 2004.

OLIVEIRA, Roberto Vêras de. *Para discutir os termos da nova informalidade: sobre sua validade enquanto categoria de análise na era da flexibilização*. In: OLIVEIRA, Roberto Vêras de; GOMES, Darcilene; TARGINO, Ivan (orgs.). *Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens*. João Pessoa: Editora Universitária, 2011.

OLIVEIRA, Samuel. “*Trabalhadores favelados*”: identificação das favelas e movimentos sociais no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte. Tese de Doutorado apresentada ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, 2014.

OLIVEIRA, Francisco de. 1972. *Crítica à razão dualista*. São Paulo: Boitempo, 2003.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. *Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios*. MANA 20(1): 125-161, 2014.

PAIVA, Carlos Águedo Nagel; CUNHA, André Moreira. *Noções de Economia*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2008.

PANDOLFI, Dulce e GRYNSPAN, Mario. *Poder Público e Favelas: uma relação delicada*, in: Oliveira Lúcia Lippi (org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV/CNPq, 2002.

PASTUKI, Marília; VELLOSO, João Paulo dos Reis. (orgs). *Favela como oportunidade: plano de desenvolvimento de favelas para sua inclusão social e econômica*. Rio de Janeiro: INAE, 2012.

PERALVA, Angelina. *Violência e democracia: o paradoxo brasileiro*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PERLMAN, Janice. *O mito da marginalidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PESTANA, Marco Marques. *A União dos Trabalhadores Favelados e a luta contra o controle negociado das favelas cariocas (1954-1964)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal Fluminense. 2013.

POCHAMAN, Marcio. *O emprego no desenvolvimento da nação*. São Paulo: Boitempo, 2008.

POOLE, Deborah. *Between Threat and Guarantee: Justice and Community in the Margins of the Peruvian State*. In: DAS, Veena; POOLE, Deborah (orgs.). *Anthropology in the Margins of the State*. School of American Research advanced seminar series. 2004.

PRAHALAD, C. K. *A Riqueza na Base da Pirâmide: Como Erradicar a Pobreza com o Lucro*. Porto Alegre, Bookman, 2005.

RABOSSI, Fernando. *Negociações, associações e monopólios: a política de rua em Ciudad del Este (Paraguai)*. *Etnográfica*, fevereiro de 2011. 15 (1): 83 – 107.

_____. *Etnografiando la bolsa de valores: São Paulo, 1993*. *Desacatos*, n. 44, CIESAS, México 2014. Dossiê *Las deudas de los oprimidos em el imperio de la liquidez*.

_____. *Nas ruas de Ciudad del Este: Vidas e Vendas num Mercado de Fronteira*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro 2004.

REZENDE DE CARVALHO, Maria Alice. *Violência no Rio de Janeiro: uma reflexão política*. In: MESSEDER, Carlos Alberto et alii (orgs.). *Linguagens da Violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

_____. *Quatro Vezes Cidade*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

RIBEIRO, Luiz César Queiroz. *Dos Cortiços aos Condomínios Fechados: as formas de produção da moradia no Rio de Janeiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016. v. 1. 390p.

_____; LAGO, Luciana Corrêa. *A divisão favela-bairro no espaço social do Rio de Janeiro*. *Cadernos Metrópole* – n. 5, 1999. Disponível em: http://www.cadernosmetropole.net/download/cm_artigos/cm5_20.pdf.

_____; JUNIOR, Orlando Alves dos. *Governança empreendedorista e megaeventos esportivos: reflexões em torno da experiência brasileira*. *O Social em Questão* - Ano XVI - nº 29 – 2013; pg 23 - 42.

RIBEIRO, Bruna Cardoso. *Cortiços de hoje na cidade do amanhã. Invisibilidade e despossessão*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.

RIO, João do. *Vida Vertiginosa*. H. Garnier, Livreiro Editor, 1911.

RIOS, José Arthur. *Entrevista*. In: FREIRE, Américo e OLIVEIRA, Lucia Lippi. *Capítulos da memória do urbanismo carioca*. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2002.

RODRIGUES, André e SIQUEIRA, Raíza. *As unidades de polícia pacificadora e a segurança pública no Rio de Janeiro*, in: *Cadernos do ISER: Unidades de Polícia Pacificadora: debates e reflexões*. Rio de Janeiro: ISER, n.67, ano 31, 2012.

_____. *et alii. Pensando as associações de moradores no contexto das UPPs*, in: *Cadernos do ISER: Unidades de Polícia Pacificadora: debates e reflexões*. Rio de Janeiro: ISER, n.67, ano 31, 2012.

RODRIGUES, Daniel Soares Rumbelsperger. *Max Weber e Pierre Bourdieu: uma aproximação a partir da noção de Tipo Ideal* Cadernos SocioFilo, 2011. Disponível em: <http://sociofilo.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2011/03/MaxWeberPierreBourdieu-uma-aproximacao-a-partir-tipo-ideal.doc1.pdf>.

_____. *O problema da objetividade das ciências culturais em Heinrich Rickert e Max Weber*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

_____. *Mudanças e continuidades na gestão social das favelas cariocas: as experiências do SERFHA e do UPP Social*. Cadernos Gestão Social, v. 6, p. 73-96, 2015.

_____. *As UPPs na prática: novo cerco às favelas?* Interseções (UERJ), v. 18, p. 212-251, 2016.

_____; COUTO, M. I. M. *A “pacificação” em ato: Uma análise do espaço dos “Cafés Comunitários” em dois perímetros de UPP na cidade do Rio de Janeiro*. Dilemas, v. 9, p. 317-344, 2016.

_____; OLIVEIRA, R. B.; MATIOLLI, T. O. L. *Configurações recentes das favelas cariocas: três cenas da “pacificação”*. Brasiliana, v. 4, p. 42-72, 2016.

ROITMAN, Janet. *Productivity in the Margins: The Reconstitution of the State Power in the Chad Basin*. In: DAS, Veena; POOLE, Deborah (orgs.). *Anthropology in the Margins of the State*. School of American Research advanced seminar series. 2004.

SAGMACS. *Aspectos Humanos da Favela Carioca*. O Estado de S. Paulo. 13 e 15 de abril de 1960. São Paulo.

SANFORD, Victoria. *Contesting Displacement in Colombia: Citizenship and State Sovereignty at the Margins*. In: DAS, Veena; POOLE, Deborah (orgs.). *Anthropology in the Margins of the State*. School of American Research advanced seminar series. 2004.

SANTOS, Anselmo Luis dos. *Trabalho em pequenos negócios no Brasil: impactos da crise do final do século XX*. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP para obtenção do título de Doutor em Ciências Econômicas. 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *O direito dos oprimidos: sociologia crítica do direito*. São Paulo: Cortez, 2014.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira. *Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

SANTOS, Wanderley Guilherme. *Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SASSEN, Saskia. *The global city*. Princeton: Princeton University Press, 1991.

SEVCENKO, Nicolau. *A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

SOARES, Luiz Eduardo. *Meu casaco de general: 500 dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. *Refundar as polícias*. Le Monde Diplomatique, 2009. Disponível em: <http://diplomatique.org.br/refundar-as-policias/>

RAGIN, Charles; BECKER, Howard (Ed.). *What is a case? Exploring the foundations of social inquiry*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

ROCHA, Lia de Mattos; SILVA, Itamar. *Associações de moradores de favelas e seus dirigentes: o discurso e a ação como reversos do medo*, in: *Segurança, Tráfico e Milícias no Rio de Janeiro*. Organização: Justiça Global. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2008.

_____. *Uma favela “diferente das outras”? Rotina, silenciamento e ação coletiva na Favela do Pereirão, Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Quartet: Faperj, 2013.

_____. *Da “cidade integrada” ao “empreendedorismo”: participação e gestão nas margens em tempos de “pacificação” (versão preliminar)*. 38º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu – Minas Gerais. GT 34: Sobre periferias – Novos Conflitos no Espaço Público. Outubro de 2014.

RODRIGUES, André e SIQUEIRA, Raíza. *As unidades de polícia pacificadora e a segurança pública no Rio de Janeiro*, in: *Cadernos do ISER: Unidades de Polícia Pacificadora: debates e reflexões*. Rio de Janeiro: ISER, n.67, ano 31, 2012.

_____; CASANOVA, Carlos; GUARIENTO, Suellen; MENDONÇA, Tássia; SIQUEIRA, Raíza. *Pensando as associações de moradores no contexto das UPPs*. In: *Cadernos do ISER: Unidades de Polícia Pacificadora: debates e reflexões*. Rio de Janeiro: ISER, n.67, ano 31, 2012.

_____; CARVALHO, Michel; GOMES, Barbara; LJTMAN, Tamara; MENDONÇA, Tássia. *O funk está “pacificado”?* In: *Cadernos do ISER: Unidades de Polícia Pacificadora: debates e reflexões*. Rio de Janeiro: ISER, n.67, ano 31, 2012.

SCHWITTAY, Anke. *The Marketization of Poverty*. Current Anthropology. Vol. 52, No. S3, Corporate Lives: New Perspectives on the Social Life of the Corporate Form: Edited by Damani J. Partridge, Marina Welker, and Rebecca Hardin (Supplement to April 2011), pp. S71-S82.

SCHWARCZ, Lilia M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo, Cia das Letras, 1993.

SILVA, Maria Lais Pereira. *Favelas Cariocas, 1930-1945*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

_____. *A permanência das favelas cariocas e o plano doxiadis num contexto de mudanças (1960-1965)*. Disponível em <http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/1049/1024>. 2004.

SMITH, Neil. *La nueva frontera urbana. Ciudad revanchista y gentrificación*. Traficantes de sueños, 2012.

SOTO, Hernando. *O mistério do capital*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. *Economia subterrânea – uma análise da realidade peruana*. Rio de Janeiro: Globo, 1987.

TELLES, Vera da Silva. *A cidade nas fronteiras do legal e do ilegal*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

_____. *A cidade nas fronteiras do legal e do ilegal*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

_____. *Jogos de poder nas dobras do legal e do ilegal: anotações de um percurso de pesquisa*. In: Christian Azaïs, Gabriel Kessler, Vera Telles. *Ilegalismos, cidade e política*. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2012, pp. 27-56.

TURNER, Victor. *Floresta de Símbolos. Aspectos do Ritual Ndembu*. Niteroi: EdUFF, 2005.

VALLADARES, Lícia. *Passa-se uma casa. Análise do Programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

_____. *A gênese da favela carioca. A produção anterior às ciências sociais*. RBCS Vol. 15 no 44 outubro/2000.

_____; PRÉTECEILLE, Edmond. *A desigualdade entre os pobres - favela, favelas*. In: Henriques R, organizador. *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea; p.459-485. 2000.

_____. *A invenção da favela: do mito de origem à favela.com*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

_____. *A Escola de Chicago. Impacto de uma tradição no Brasil e na França*. Editora UFMG-IUPERJ, 2005b.

VAN VELSEN, J. *A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado*. In: FELDMAN, Bela. *Antropologia das Sociedades Contemporâneas*. Global Universitária, 1991.

VAZ, Lilian Fessler. *Contribuição ao estudo da produção e transformação do espaço da habitação popular. As habitações coletivas no Rio Antigo*. Dissertação de mestrado, PUR/UFRJ, 1985.

_____. *Notas sobre o “Cabeça de Porco”*. In: Revista do Rio de Janeiro, Niterói, vol 1, nº 2, 1986.

_____. *Modernidade e moradia. Habitação coletiva no Rio de Janeiro nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002.

VENTURA, Zuenir. *Cidade partida*. São Paulo. Companhia das Letras, 1994.

VILA NOVA, S. *Donald Pierson e a Escola de Chicago na sociologia brasileira: entre humanistas e messiânicos*. Veja, 1998.

WEBER, Florence. *Trabalho fora do trabalho: uma etnografia das percepções*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

Weber, Max. *A Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo*; tradução de José Marcos Mairiani de Macedo; revisão técnica, edição de texto, apresentação, glossário, correspondência vocabular e índice remissivo por Antônio Flávio Pierucci. São Paulo: Companhia das Letras, 2004a.

_____. *A gênese do capitalismo moderno*; organização e comentários Jessé Souza; tradução Rainer Domschke. São Paulo: Ática, 2006a.

_____. 1904a. *A “objetividade” do conhecimento das ciências sociais*; tradução de Gabriel Cohn. São Paulo: Ática, 2006b.

_____. 1907. *Critique of Stammler*; tradução de Guy Oakes. The Free Press, 1977.

_____. *Economia e Sociedade: fundamentos de sociologia compreensiva. Volume 1*; tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; revisão técnica de Gabriel Cohn. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: São Paulo, 2004b.

_____. 1903/1905/1906a. *El Problema de la Irracionalidad em las Ciencias Sociales*. 2ª edição. 1992. Editorial Tecnos, S.A. Madrid.

_____. *Ensaio de Sociologia*; tradução de Waltenrsir Dutra; revisão técnica de Fernando Henrique Cardoso. Segunda Edição. Rio de Janeiro: Zahar Editôres. 1971.

_____. 1904b/1917. *Ensaio sobre Teoria das Ciências Sociais*; tradução de Rubens Eduardo Frias; revisão, Maria Ofélia da Costa. Editora Moraes. São Paulo, 1991.

_____. 1906b/1913. *Ensayos sobre Metodología Sociológica*. Amorrortu Editores. Buenos Aires. 1958.

_____. *História Geral de Economia*. Editora Mestre Jou, São Paulo. 1968.

_____. *Ensayos sobre sociología de la religión*. Volume I. Editora Taurus. Madrid, 1998.

_____. *Religião e Racionalidade Econômica* p.142-59. In: *Weber. Sociologia*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. Organizador: Gabriel Cohn. Coordenador: Florestan Fernandes. 2006d.

WERNECK VIANNA, Luiz. *Rio, polis e periferia*. In: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 25.11.1994, p.11.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____; ALVITO, Marcos. *Introdução*. In: Zaluar, Alba e Alvito, Marcos (org.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ANEXO – Roteiro de entrevista com os comerciantes**(Semi-estruturada/aberta)***Pontos de atenção:*

- Com relação aos mais velhos, qual o segredo da longevidade da atividade informal deles?
- História do comércio. Desde quando. Sempre no mesmo lugar? Sempre com a mesma infraestrutura? Ajuda da família? Produtos comercializados? Qual a aspiração?
- O tema da obtenção dos meios de vida e a presença ou não de recursos ou capital social no território.
- Qual a especificidade do comércio na favela? Ausência de impostos? UPP? Rede de solidariedade? Conflito? Inveja? Concorrência? Tráfico?
- Qual o rendimento mensal? Paga contas (aluguel, luz, água etc.)? Contabilidade?
- Se fosse do interesse passar o ponto, venderia por quanto? Como seria esse processo?
- Quais os planos de futuro? Pretende abrir outros negócios? Ampliar o que tem? Vendeu outros produtos?
- Qual o perfil da clientela? Vende fiado? Vende com cartão (maquininha)?

Perguntas:

- 1) Nome, idade, é nascido na favela? É migrante?
- 2) Mora com quem? É casado?
- 3) Qual o primeiro emprego?
- 4) Qual a ocupação do pai e da mãe (durante a vida e quando ele conseguiu o primeiro emprego)?
- 5) Como estão empregados os filhos?
- 6) Qual a idade que tinha quando abriu o comércio?
- 7) Existem diferentes áreas na favela? Qual a diferença entre elas?
- 8) Quando o comércio foi inaugurado?
- 9) Qual é o comércio? Comercializa o quê? Quando foi fundado? É da família? Tem empregados? Quantos?

- 10) Como é a rotina do estabelecimento comercial? Horário de funcionamento? Horas trabalhadas?
- 11) Mudou com a entrada da UPP?
- 12) Tráfico?
- 13) Tem outro trabalho que não o de “empreendedor”/“comerciante”?
- 14) Faz diferença ser comerciante neste e não em outro lugar da favela?
- 15) Tem relação com alguma instituição de apoio? Sebrae, AgeRio, Empresa Bacana?
Como foi isso? Formalizou? Obteve empréstimo? Microcrédito? Previdência?
- 16) Tem amigos que também são comerciantes? Como é a relação entre os comerciantes?
- 17) Nível de instrução.
- 18) Capital inicial?